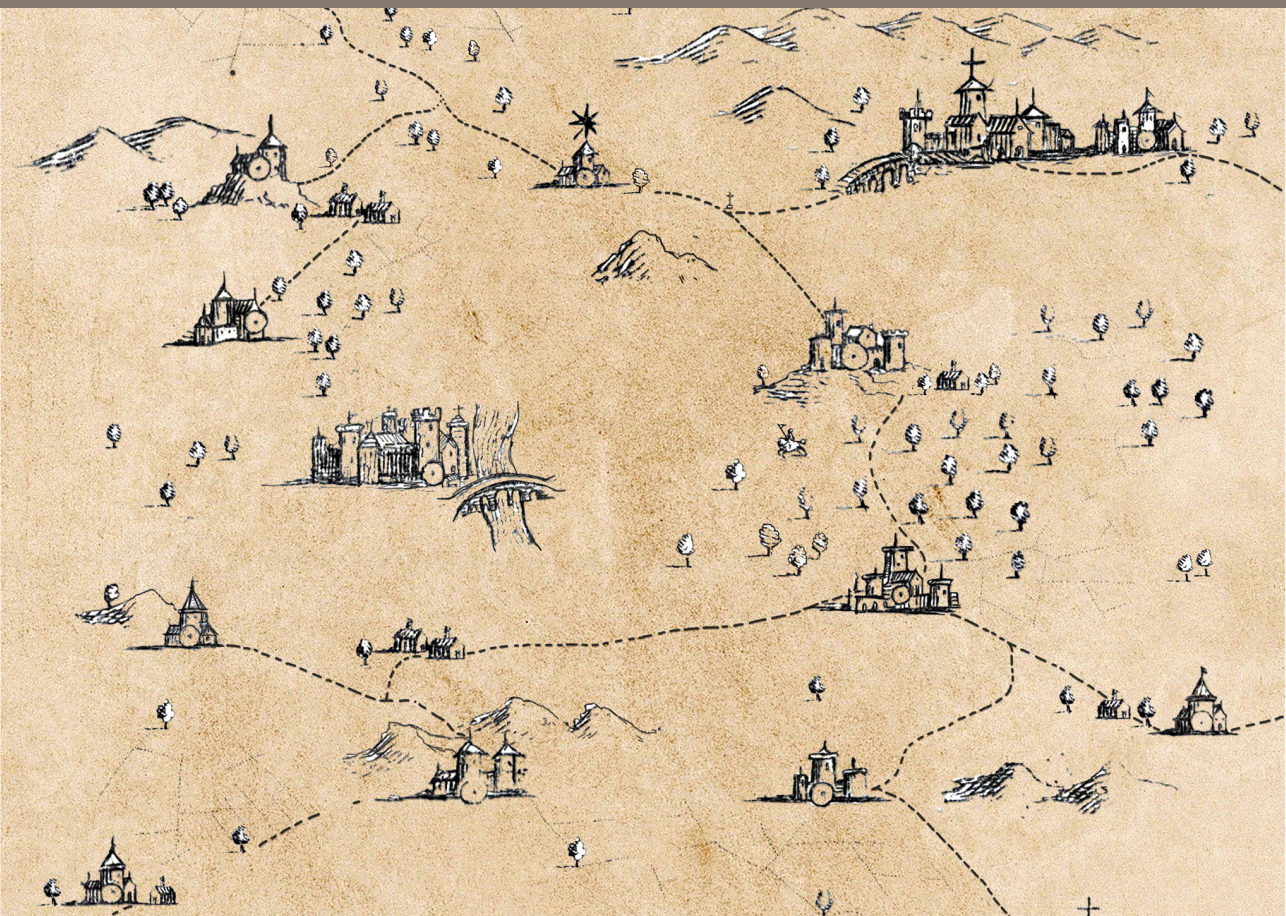


PEQUENAS CIDADES NO TEMPO AS REDES URBANAS

Fabián Cuesta-Gómez, Sara Prata,
Adelaide Millán da Costa, Joana Pereira,
Mafalda Pacheco (eds.)



PEQUENAS CIDADES NO TEMPO: AS REDES URBANAS

PEQUENAS CIDADES NO TEMPO: AS REDES URBANAS

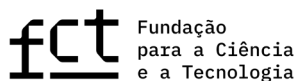
FABIÁN CUESTA-GÓMEZ
SARA PRATA
ADELAIDE MILLÁN DA COSTA
JOANA PEREIRA
MAFALDA PACHECO
Editores

Lisboa 2024

Arbitragem científica

Alice Santiago Faria (NOVA FCSH), Ana Alcântara (NOVA FCSH), Ana Isabel Queiroz (NOVA-FCSH), André Teixeira (NOVA FCSH), Beya Abidi (Université de la Manouba), Carina Carmo (Universidade do Algarve), Carlos Alves (IEM | NOVA FCSH), Catarina Tente (NOVA FCSH), Elisa Lopes da Silva (NOVA FCSH), Élisabeth Crouzet-Pavan (Université Paris-Sorbonne), Fabián Cuesta-Gómez (IEM | NOVA FCSH), Fernando Pires, Hélder Carvalhal (Uppsala Universitet), Isabel Albergaria (Universidade dos Açores), Jean Luc Fray (Université Clermont-Auvergne), Joana Sequeira (Universidade do Minho), Jorge Correia (Universidade do Minho), José Antonio Jara Fuente (Universidad de Castilla-La Mancha), Leonor Medeiros (NOVA FCSH), Luís Filipe Oliveira (Uni-

versidade do Algarve), Luís Manuel do Carmo Farinha (IHC | NOVA FCSH), Luísa Trindade (Universidade de Coimbra), Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa), María Ángeles Martín Romera (Universidad Complutense de Madrid), María Asenjo (Universidad Complutense de Madrid), Maria João Castro (CHAM | NOVA FCSH), Marta Prista (CRIA | NOVA FCSH), Miguel Ángel Espinosa-Villegas (Universidad de Granada), Miguel Ángel Melón-Jiménez (Universidad de Extremadura), Miguel López-Guadalupe Pallares (Universidad de Alcalá), Paulo Silveira e Sousa (CHAM | NOVA FCSH), Pedro Penteado (NOVA FCSH), Rolando Volzone (ECSH | ISCTE), Tomás Cordero (IEM | NOVA FCSH).



Este livro foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais – Financiamento Programático UIDP/00749/2020 (DOI: 10.54499/UIDP/00749/2020).

Título	Pequenas cidades no tempo: as redes urbanas
Editores	Fabián Cuesta-Gómez, Sara Prata, Adelaide Millán da Costa, Joana Pereira, Mafalda Pacheco
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH)
Imagem da capa	F. Cuesta-Gómez, a partir de elementos da <i>Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola</i> (gravura em folha de J. Teixeira Albernaz, ca. 1646. Cota cc-254-a, BNDigital)
ISBN	978-989-9228-03-0 (IEM)
Design e execução	Ana Pacheco
Formato	Eletrónico

Índice

Redes urbanas na análise diacrónica das pequenas cidades: uma apresentação.....	9
<i>Fabián Cuesta-Gómez, Sara Prata, Adelaide Millán da Costa, Joana Pereira, Mafalda Pacheco</i>	
Capacidades y acción de las medianas y pequeñas villas en un mundo urbano compartido. Castilla a fines del siglo XV y principios del XVI	17
<i>María Asenjo González</i>	
Villes, villages et bourgs de la basse vallée de la Madjerda au XIX^e-XX^e siècles : organisation, dynamique et complémentarité	39
<i>Beya Abidi</i>	
Etnografia urbana e arquivos etnográficos. Possíveis contributos para a história das cidades	61
<i>Rita Cachado</i>	
Rome among the Communes of the Twelfth Century: The Black Sheep of the Family?	77
<i>Peter J. A. Jones</i>	
Coopération, concurrence ou domination ? Les villes de la Metropolregion FrankfurtRheinMain (XIV^e-XVI^e, XXI^e siècle).....	101
<i>Gisela Naegle</i>	
Consumo de productos textiles y redes de intercambio: Cáceres (c. 1340-c. 1525).....	129
<i>Julián Clemente Ramos</i>	
Entre colaboración y conflicto: relaciones entre los concejos del alfoz sevillano a fines del medioevo	149
<i>Alejandro Ríos Conejero</i>	
O couto de homiziados de Mértola: breves notas	171
<i>Aires Gomes Fernandes</i>	
De Ammaia a Marvão e de Marvão a Portalegre: Dinâmicas geoestratégicas na serra de S. Mamede (sécs. IX a XVIII).....	183
<i>Ana Santos Leitão</i>	
A influência das feiras e mercados na transformação urbana das cidades portuguesas: espaços, arquitetura, interesses e conflitos (séculos XV-XVII)	205
<i>Daniela Nunes Pereira</i>	
Fluxos artísticos entre Viseu e a zona da Beira Interior durante os séculos XVII e XVIII.....	231
<i>Liliana Andrade de Matos e Castilho</i>	

Entre o campo e a cidade: migrações de S. Vicente da Beira para núcleos urbanos na segunda metade do século XVIII.....	249
<i>João Nunes</i>	
A vila do Barreiro no século XIX: uma nova porta para o Sul.....	265
<i>Fernando da Motta</i>	
Imitação e Elogio. A influência de pequenas, médias e grandes cidades europeias no desenho do sistema de esgotos de Lisboa, no final do século XIX	287
<i>João Paulo da Costa Amado</i>	
Castelo de Vide, 1521.	
Potencialidades e usos das ferramentas digitais para a análise e divulgação do património histórico urbano no âmbito do projeto FRONTOWNS	309
<i>Gonçalo Melo da Silva, Demetrius Lacet Silva, Fabián Cuesta-Gómez, Luísa Trindade, Sara Prata, Adelaide Millán Costa</i>	
Trazas portuguesas en la definición del paisaje moderno transfronterizo: apuntes sobre las ruinas del castillo medieval de Villanueva del Fresno (Badajoz)	339
<i>Alejandro Bocanegra Cayero</i>	
Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde): os desafios de gestão de um Sítio Património da Humanidade	361
<i>José Filipe Silva</i>	
A cidade-adeiga como recurso patrimonial e turístico.	
Um estudo comparativo entre a Andaluzia e o Alentejo	385
<i>Sheila Palomares-Alarcón</i>	
Le tourisme nostalgique à Moknine d’après un circuit minoritaire juif.....	405
<i>Souad Toumi Ep Gdouda</i>	
Estrategias de coordinación para el desarrollo turístico y patrimonial de localidades amuralladas de Irlanda: el caso de la Irish Walled Towns Network	421
<i>Maria Gilda Martino</i>	
Les relations spatiales et fonctionnelles des villes de l’Agglomération Constantinoise : la mobilité des populations dans un contexte de développement urbain polycentrique.....	447
<i>Sami Debbabi</i>	
Cova entre montes:	
o espaço da aldeia em <i>O coro dos defuntos</i>, de António Tavares	465
<i>Paulo Ricardo Kralik Angelini</i>	
<i>Cerromaior</i>, de Manuel da Fonseca: entre permanências e mudanças.....	485
<i>Fernando de Moraes Gebra</i>	
Fluxos (trans)fronteiriços nas Capitanias do Norte: retirada de indígenas e recepção da metrópole em contexto de guerra (c. 1680-1720)	507
<i>Victor André Costa da Silva</i>	

Redes urbanas na análise diacrónica das pequenas cidades: uma apresentação

Este livro resulta do 4º colóquio promovido pelo *Grupo de Trabalho Rede Internacional – Pequenas Cidades no Tempo*, realizado em Castelo de Vide, entre 4 e 6 de maio de 2023, sob o tema *O mundo urbano em rede: pequenas, médias e grandes cidades (da Idade Média à Época Contemporânea)*. Nas anteriores iniciativas —por diversa que fosse a problemática abordada, desde questionamentos epistemológicos até à análise localizada de condições transversais às sociedades humanas, como o ambiente ou a saúde— a observação centrou-se, em exclusivo, em centros urbanos de reduzida dimensão. Desta feita, decidimos visualizar as pequenas cidades na relação que mantêm com os restantes centros urbanos, os que, de acordo com os critérios cronológicos ou geopolíticos se designam por médios ou grandes. Um caminho a seguir!

Uma das características do estudo das pequenas cidades ao longo da história é a sua capacidade de atrair uma ampla variedade de abordagens e metodologias de análise; e consideramos que os trabalhos reunidos neste volume refletem isso mesmo. Os capítulos que o leitor tem diante de si respondem às propostas, refletidas e aprofundadas, dos diferentes investigadores que participaram no encontro de 2023, e à sua visão de como as vilas ou cidades se inserem —de forma mais ou menos expressa— em todo o tipo de redes supralocais que respondem aos objetivos

económicos, políticos, culturais —entre outros— das suas estruturas de governo e dos seus cidadãos.

O volume abre com os textos das três conferencistas convidadas. Sob o prisma da história medieval, M. Asenjo transporta-nos para as relações que impulsionaram as cidades da Castela tardo-medieval, procurando segurança económica, institucional e política. A autora chama a atenção para a forma como a própria monarquia incentivou a criação de irmandades para promover as garantias legais e a segurança destas comunidades, um modelo de crescimento urbano que foi implementado também em novas áreas do reino, como as Ilhas Canárias e a América. Com o trabalho de B. Abidi, mudamos de continente e de cronologia, procurando compreender o desenvolvimento urbano no vale de Medjerda, a norte da cidade de Tunes, entre o final do século XIX e o início do século XX. Nele se analisam as alterações introduzidas durante a administração colonial francesa, mas sem perder de vista o envolvimento das comunidades locais na construção de uma estrutura de povoamento diversificada, com uma forte componente rural e uma rede de proximidade que tende a reduzir o peso do centralismo regional. Por sua vez, R. Cachado sublinha a importância da etnografia para a análise da história das cidades, revisitando a investigação de alguns dos mais proeminentes etnógrafos que se debruçaram sobre as comunidades urbanas portuguesas. A autora destaca a importância metodológica do caderno de campo, um registo em primeira mão que permite a investigação nos dias de hoje, e cuja salvaguarda garante a traçabilidade e a revisão no futuro.

Após os textos das conferências, os restantes capítulos seguem uma organização cronológica e temática aproximada. O primeiro deles é da autoria de P. Jones, que reflete sobre a constituição da comuna de Roma em meados do século XII, comparando-a com outras revoltas cívicas semelhantes que levaram ao estabelecimento de governos urbanos autónomos. O autor examina as características desta comuna, em especial os três marcadores que têm sido habitualmente apontados como típicos do caso romano —o classicismo, evocador das estruturas sociopolíticas da Roma republicana; o forte anti-elitismo, com bases proto-democráticas; e o apocaliptismo (através da importante figura de Arnaldo de Brescia) como fundo moral da revolta—, e oferece a sua interpretação sobre se o caso de Roma é verdadeiramente diferente no contexto itálico e europeu. G. Naegle transporta-nos para a região metropolitana do Reno-Meno, constituída administrativamente há duas décadas e cuja força socioeconómica gira em torno da cidade de Frankfurt, mas cujo rica história nos permite examinar as relações estabelecidas entre as principais vilas e cidades deste território, desde o século XIV e ver a sua evolução no contexto do Sacro Império Romano-Germânico. J. Clemente centra-se num aspeto comercial

e produtivo muito específico, o dos têxteis, para analisar documentalmente as redes de intercâmbio e o seu consumo local em Cáceres, no final da Idade Média. Assim, é possível observar uma polarização do consumo entre a oligarquia e a classe popular, diferenciando os tipos e as características dos tecidos utilizados, a sua conservação e a sua procedência (aquisição em feiras locais ou regionais de panos importados em oposição à produção local). Com uma cronologia semelhante, mas mais a sul, A. Ríos Conejero analisa o que era ser um pequeno povoado no alfoz sevillhano tardo-medieval: quais eram as relações com uma das grandes cidades peninsulares da época, Sevilha, que tensões e disputas existiam entre elas —especialmente vivas quanto à exploração dos baldios—, a hierarquia das relações económicas ou o estabelecimento de relações de colaboração em matéria agrícola e comercial, mas também jurídica e de segurança, estabelecendo irmandades como as analisadas, previamente, por M. Asenjo. Como caso de estudo, analisa-se a conflitualidade entre Cazalla de la Sierra e El Pedroso —localidades situadas no coração do sector sevillhano da Serra Morena— ao longo dos seus numerosos litígios durante o século XV, sobre o traçado e o acesso a um caminho (e, portanto, sobre a cobrança de impostos derivados do seu trânsito), mas que repercutia na delimitação das propriedades de ambas as localidades.

O recurso a presos condenados para o povoamento de zonas fronteiriças foi um dos mecanismos régios, durante a Idade Média, para a consolidação de enclaves de especial interesse estratégico, mas com uma base populacional escassa. A. Fernandes analisa assim o caso do Couto de Mértola, nas margens do rio Guadiana, revendo a origem dos homiziados que para ali foram enviados durante o século XV, o tipo de crimes que implicava esta pena (ou quais as penas suscetíveis de serem comutadas em sentenças de degredo). O autor apresenta dados demográficos sobre os condenados (sexo, estado civil, profissão, etc.), e enfatiza a utilidade de documentos como as “cartas de perdão” para reconstituir os respetivos traços biográficos. Ainda sobre a fronteira, mas desta vez no norte do Alentejo, A. Leitão faz uma síntese dos principais acontecimentos que marcaram a evolução diacrónica das pequenas povoações que compõem este território, uma das fronteiras mais duradouras da Europa. É dado especial relevo à intervenção régia na consolidação de espaços estratégicos, evidenciando como Portalegre adquiriu uma importância crescente desde o final da Idade Média (constituição da comarca, criação da sede episcopal, pujança arquitetónica civil na época moderna, criação da Fábrica de Lanifícios...), que a destaca no conjunto das vilas da serra de S. Mamede. Esta região, no entanto, adquiriu nas últimas décadas uma forte consciência do seu passado histórico comum, estabelecendo diferentes redes de colaboração na sua promoção turística. No capítulo seguinte, D. Pereira aborda os espaços dos mercados e feiras em Portugal,

nos finais da Idade Média e nos primeiros séculos da Idade Moderna, atendendo à evolução da sua localização e às configurações arquitetónicas das áreas onde se realizavam, tomando como exemplo várias localidades do país. A par da vertente formal, física, evolui também a componente administrativa e económica, com um crescente confronto jurídico entre os proprietários dos espaços, os mercadores e as instituições locais ou régias para fazer valer os direitos e impostos decorrentes da celebração destas reuniões comerciais num ou noutro recinto. L. Castilho reconstitui a rede de mestres pedreiros que atuaram em Viseu e arredores ao longo dos séculos XVII e XVIII. Os trabalhos de reconstrução parcial e de edificação da fachada da Sé desta cidade exemplificam o processo de definição da rede de trabalhadores especializados envolvidos nesta obra, permitindo traçar a sua origem (com um peso crescente de trabalhadores minhotos), as colaborações noutras empreitadas e as estruturas familiares que se vão tecendo, bem como as influências arquitetónicas geradas com o passar do tempo. J. Nunes também se refere à circulação de pessoas num trabalho que se centra na análise das deslocações de S. Vicente da Beira para outros centros urbanos portugueses, durante a segunda metade do século XVIII, com base no estudo dos livros de registo de passaportes dos seus habitantes. Estes interessantes documentos permitem-nos não só saber quem e quando viajavam, mas também a motivação da viagem, a presença de acompanhantes ou o destino, permitindo-nos estabelecer a sua relação com os ciclos agrícolas, com outras redes migratórias coetâneas ou com os ritmos mercantis de outros centros urbanos.

O percurso cronológico que norteou a ordenação dos capítulos até aqui conclui com os trabalhos de F. da Motta e J. P. Amado sobre a importância das grandes obras de infraestruturas como motor do desenvolvimento urbano durante a segunda metade do século XIX. O primeiro autor debruça-se sobre as infraestruturas de transporte construídas na vila do Barreiro, com especial destaque para a construção da estação ferroviária e do traçado do Caminho de Ferro do Sul, a estação ferroviária realizada pouco tempo depois, bem como todas as infraestruturas associadas à gestão de passageiros e mercadorias (sobretudo as cargas de minério provenientes das minas alentejanas). A implementação destas medidas conduziu ao progressivo desenvolvimento económico e populacional da localidade transtagana que, à partida, se encontrava afastada das redes comerciais tradicionais e com uma posição marginal no *hinterland* lisboeta. O capítulo de J. P. Amado centra-se nos trabalhos preparatórios para a elaboração do *Projeto de Esgotos de Lisboa* (1884), referência técnica fundamental na modernização e reformulação do sistema de saneamento público da capital. O crescimento lento, mas constante, do número de habitantes tornou necessário considerar a renovação do sistema de gestão dos resíduos urbanos. É aqui que entra o engenheiro Castel-Branco, quem percorreu

uma trintena de cidades europeias entre 1877 e 1878 para conhecer as soluções de saneamento aplicadas, elaborando um relatório cuidado e pormenorizado com vista à sua eventual utilização em Lisboa.

O segundo bloco de artigos responde a uma maior variedade de abordagens temáticas e metodológicas. A utilização de tecnologias informáticas aplicadas ao património, como a fotogrametria e o restauro virtual, são descritas no capítulo de G. Silva *et al.* a partir do exemplo de Castelo de Vide-1521 desenvolvido no âmbito do projeto Frontowns. Nele se explicam os processos de documentação e de colaboração interdisciplinar para a recriação virtual do espaço amuralhado e do arrabalde contíguo desta vila alentejana no início do século XVI, bem como as possibilidades destas ferramentas para a compreensão da evolução histórica dos espaços urbanos e da sua difusão. O trabalho de A. Bocanegra incide também sobre um espaço amuralhado e fronteiriço: o castelo de Villanueva del Fresno, em Badajoz. O autor revê a história e a arquitetura deste castelo à luz dos conflitos armados entre Portugal e Castela entre os séculos XIV e XVII, recorrendo às crónicas das diferentes personagens que participaram nos seus cercos e assaltos.

Encontramos em seguida quatro trabalhos com uma dimensão geográfica diferente, mas com o eixo comum da divulgação turística de elementos do património urbano, normalmente através de redes de colaboração nacionais ou internacionais. O primeiro caso é o da Ribeira Grande de Santiago / Cidade Velha (Cabo Verde), Património da Humanidade desde 2009, analisado por J. F. Silva. Exemplo paradigmático de um enclave colonial português, o declínio da importância estratégica e comercial desta povoação a partir do século XVIII contribuiu, ainda assim, para a preservação do seu património arquitetónico, património esse reconhecido e reclamado ao longo do século passado, quer por agentes do governo colonial português, quer por personalidades locais ligadas à cultura. A crescente preocupação com a valorização do património nacional após a independência do país, e o estabelecimento de protocolos de colaboração internacional para a sua investigação, levaram finalmente à classificação do sítio como Património Mundial. Esta distinção constituiu um reconhecimento do esforço de décadas de trabalho, apesar das dificuldades, para proteger um “Lugar de Memória” tão marcante no arquipélago, mas também de uma série de responsabilidades nem sempre concretizadas. O segundo estudo de caso vem de S. Palomares, que apresenta uma comparação entre as cidades-adega da Andaluzia e do Alentejo com base em vários exemplos. Com um desenvolvimento semelhante em ambos os territórios —embora com vinhos e sistemas de produção diferentes—, o termo “cidade-adega” é aplicado à progressiva ocupação e modificação do espaço urbano entre o século XIX e o início do século XX, em torno destas grandes adegas, consolidadas e expandidas depois

de superarem a praga da filoxera. O trabalho analisa os aspetos arquitetónicos das estruturas ligadas à produção de vinho, as infraestruturas necessárias para o transporte dos produtos brutos e transformados, bem como as relacionadas com as comunicações que facilitaram as relações comerciais. M. Martino dá-nos a conhecer a organização e o funcionamento da *Irish Walled Towns Network*, criada em 2005, cujo objetivo é a implementação de políticas de gestão, conservação e desenvolvimento dos centros históricos das cidades irlandesas integradas, bem como a divulgação do seu património para fins turísticos. Após a apresentação desta rede e dos casos concretos de três das cidades participantes, a autora faz uma reflexão sobre a gestão urbana das muralhas como elementos patrimoniais, e de como elas deixaram de ser sistematicamente destruídas em nome do desenvolvimento urbano para se transformarem em atrações patrimoniais e elementos identitários da comunidade local; e como este tipo de rede é vital no diálogo entre instituições, habitantes e turistas. S. Gdouda leva-nos de volta à Tunísia, especificamente à localidade de Moknine e ao seu rico passado judaico. Esta comunidade, que integrou também uma minoria de origem sefardita acolhida na região no início do século XVI, manteve-se até meados do século XX. Os testemunhos materiais da sua presença são palpáveis em edifícios e espaços, como a sinagoga, o mercado, o cemitério e várias casas particulares, cuja história e conservação são analisadas, defendendo-se a sua integração nos circuitos de turismo religioso do país, para seu conhecimento e preservação. S. Debbabi, por sua vez, oferece uma visão do crescimento e da organização do aglomerado urbano de Constantina, no nordeste da Argélia, no final do século passado, quando a acumulação de população tornou necessário incentivar a sua distribuição por centros urbanos mais pequenos em torno da cidade. As políticas urbanas aplicadas basearam-se principalmente no policentrismo com o objetivo de descongestionar Constantina, mas sem provocar desigualdades territoriais na ocupação dos novos espaços urbanos. Uma das formas de verificar estas políticas de distribuição é através da análise dos fluxos diários de transporte entre os diferentes centros urbanos. Debbabi apresenta aqui os principais resultados da análise das deslocações e da utilização dos transportes públicos, bem como de diferentes inquéritos junto da população para analisar os modos e as motivações das deslocações.

Fechamos o volume com a visão que a literatura oferece sobre as localidades onde decorrem as histórias. P. Angelini traz-nos a análise de uma obra recente de A. Tavares, *O coro dos defuntos* (2015), em que o autor atribui outro significado ao espaço físico e constrói um mundo de opressão e desmantelamento de pequenas aldeias no seio de um Portugal que caminha para a democracia nos anos 70 do século passado. O espaço construído não é apenas um palco, é também um ambiente

que motiva muitas das ações da história e condiciona as perspetivas que o autor manifesta através das suas personagens, numa leitura antropológica dos lugares. A leitura desta obra, e a releitura oferecida por Angelini, são particularmente significativas para a compreensão de parte do interior do país, em que as aldeias e pequenas vilas parecem avançar a uma velocidade diferente da marcada pelos grandes polos urbanos do litoral. F. Gebra encerra o volume com uma análise do romance *Cerromaior* (1943), não de forma isolada, mas com referências frequentes a outras obras do seu autor, M. de Fonseca. *Cerromaior* inspira-se no quotidiano, dos cafés às searas, da vila de Santiago do Cacém na década de 1930. Mas a abordagem não é apenas a perceção das alterações e permanências de um centro urbano num meio rural, é também o contínuo contraste que as suas personagens fazem com a inevitável atração de Lisboa, e como a geografia do espaço urbano condiciona a rede social das interações quotidianas.

Como é evidente nesta breve introdução, a obra que o leitor tem nas suas mãos é marcadamente heterogénea nas metodologias, geografias e cronologias dos trabalhos que a compõem. Este foi, sem dúvida, um dos objetivos que a *Rede Internacional de Estudo sobre as Pequenas Cidades no Tempo* se propôs desde a sua fundação: dar voz a todas as formas de investigar as pequenas cidades. Este volume, com o tema central das redes, permite-nos abordar várias dessas formas, servindo de base para posteriores estudos introdutórios ou comparativos. Embora predominem as análises históricas, é com agrado que verificamos como a antropologia, o urbanismo e a literatura encontram também lugar na compreensão e explicação do fenómeno urbano e das redes que os seus habitantes estabelecem, direta ou indiretamente, para promover o seu desenvolvimento. Esperamos que o leitor também aprecie a variedade de temas e abordagens aqui apresentadas e desfrute com a sua leitura.

O nosso primeiro e caloroso agradecimento dirige-se à Câmara Municipal de Castelo de Vide, na pessoa do seu Presidente António Pita, apoiante entusiasta — desde a primeira hora (2016) — da criação do *Grupo de Trabalho Rede das Pequenas Cidades no Tempo*. Tal apoio traduziu-se na presença interventiva nos nossos eventos, na aceitação de propostas que lhe foram apresentadas, no lançamento de desafios científicos e culturais à Rede, bem como no financiamento municipal das várias atividades desenvolvidas. Este agradecimento à Câmara de Castelo de Vide estende-se a todos os seus funcionários envolvidos nas quatro iniciativas da Rede, mormente à diligente Dr.^a Patrícia Martins.

O nosso obrigado dirige-se, naturalmente, aos restantes coorganizadores do colóquio de 2023: as três unidades de investigação da NOVA FCSH (Instituto de Estudos Medievais, Centro de Humanidades e Instituto de História Contemporânea); a Casa de Velázquez (Madrid); o Grupo de Investigação HISEURAM 970758 (Universidad Complutense de Madrid) e o projeto Frontowns (PTDC/HAR-HIS/3024/2020).

Finalmente, agradecemos aos autores e aos árbitros que, respetivamente com os seus textos e a sua crítica construtiva, tornaram possível a publicação deste livro.

Fabián Cuesta-Gómez

Sara Prata

Adelaide Millán da Costa

Joana Pereira

Mafalda Pacheco

Os editores

Capacidades y acción de las medianas y pequeñas villas en un mundo urbano compartido. Castilla a fines del siglo XV y principios del XVI

María Asenjo González¹

Resumen

El avance histórico y la superación del localismo abre nuevos interrogantes sobre el comportamiento de las pequeñas villas castellanas en un mundo urbano compartido para conocer las afinidades y rivalidades con el mundo urbano. En el siglo XV, las pequeñas villas alcanzaron presencia y gran protagonismo en la política del reino a través de la Hermandad, entre 1456 y 1476, en su lanzamiento, redacción de ordenamientos, organización de un ejército de lanceros y ballesteros y financiación de sus gastos. Ellas trataron de tener voz propia en las Cortes y trasladar el sentir popular. De todo lo realizado surgiría la Santa Hermandad (1476) y sirvió fielmente a la monarquía hasta 1834. Esa experiencia política, la riqueza económica y los nuevos liderazgos les llevaron a interesarse por la compra de privilegios de villazgo, desde principios del siglo XVI, y a rivalizar en América con ciudades a fin de arrebatárles el estatus urbano que ellas tenían.

Palabras clave

Política, Hermandades, Monarquía, Justicia, Instituciones

¹ Universidad Complutense de Madrid. Email: majonsa@ucm.es

The capacities and actions of medium-sized and small towns in a shared urban world. Castile at the end of the 15th and the beginning of the 16th century

Abstract

The historical advance and the overcoming of localism opens new questions about the attitude of the small Castilian towns in a shared urban world to know the similarities and rivalries with the urban world. In the 15th century, the small towns achieved presence and great protagonism in the politics of the kingdom through the Brotherhood, between 1456 and 1476, in its launching, drafting of ordinances, organization of an army of lancers and crossbowmen and financing of its expenses. They tried to have their own voice in the *Cortes* and to convey the popular sentiment. From all this, the *Santa Hermandad* (1476) emerged and faithfully served the monarchy until 1834. This political experience, economic wealth and new leadership led them to become interested in the purchase of privileges of *villazgo*, from the beginning of the 16th century, and to compete in America with cities in order to take away the urban status that they had.

Keywords

Politics, Brotherhoods, Monarchy, Justice, Institutions

1. Introducción a la historia de las pequeñas villas

Nuestro análisis histórico conecta con los estudios de las pequeñas villas medievales, aunque todavía la definición de lo que es para los medievalistas una “pequeña ciudad” sigue siendo un asunto difícil de precisar y, en estudios recientes, se ha optado por no entrar en una clasificación preestablecida, dado que una pequeña ciudad en su dimensión y número de habitantes no se correspondería con sus capacidades y desarrollo². Una pequeña villa es también un lugar, si cuenta con capacidades y población, siendo equivalente a lo que se entiende en francés por *petite ville*, equivalente a pequeña ciudad, o en inglés *small town*, con una categorización también de menor rango, que sería distinta a *small city*, o a la *quasi-città*, término utilizado igualmente en Italia para reconocer enclaves de inferior categoría a la *città*³.

Según, J. L. Fray, los criterios de definición de una villa serían varios: en primer lugar, el criterio morfológico, que se interesa por el hábitat denso y continuado sobre una superficie importante. También contaría disponer de recinto o muralla urbana, si bien este es más restrictivo, ya que iría vinculado a la existencia de un recinto o a la calificación de urbano en los textos escritos. Otro argumento sería referir su importancia histórica o su pasado romano. El criterio jurídico, construido a partir de la concesión y el ejercicio de competencias jurídicas urbanas. Finalmente, el criterio terminológico de denominación del enclave, si se trata de una villa, burgo, *oppidum*, *castrum*, denominaciones asociadas a criterios funcionales que pueden ayudar a diferenciar y categorizar el conjunto de enclaves (Fray, 2006, p. 31).

En Castilla la denominación de villa se relaciona con las competencias jurisdiccionales, que ejercidas o concedidas por privilegio de villazgo (Ayerbe Iribar, 1996; Pretel Marín, 2005), permitían juzgar pleitos en el lugar de asuntos hasta 500 maravedíes. A partir del siglo XVI, esas competencias se podrían adquirir por compra y la villa se destacaba con un escudo y señas de identidad diferenciadas,

² Recientemente, los trabajos centrados en pequeñas villas, su función y competencias han ido creciendo y una línea de investigación sobre las pequeñas villas se ha consolidado con un futuro prometedor en el ámbito europeo, a partir de plataformas, congresos y reuniones científicas periódicas, como las convocadas en Castelo da Vide (Portugal) desde 2016 por la Doctora Adelaide Millán da Costa, “A investigação em rede”; El centro pionero es la *Rede Internacional de Estudo sobre as Pequenas Cidades no Tempo*, constituida en 2016. Ver también: Costa, 2013; Costa *et al.* 2017. Sobre pequeñas villas en España fue pionera la publicación de Martínez *et al.* 2006.

³ El repunte de los estudios sobre las pequeñas villas surgió en los años ochenta y noventa, del pasado siglo, en Francia y en Inglaterra respectivamente. A partir de ahí, el interés creciente por estos pequeños núcleos urbanos fue creciendo para dar a conocer aspectos de su comportamiento en diferentes ámbitos y países, rompiendo con la imagen de una historia urbana representada a través del ejemplo de capitales, metrópolis o grandes ciudades. Un primer intento fue centrar la atención en esos núcleos menores en Loupes & Poussou, 1987; Higounet, 1975; Higounet, 1992; Clark, 1995. En este trabajo la aportación hispana se centra en el período Moderno: Gelabert González, 1995 pp. 271-294. Desde estructuras más urbanizadas, como la italiana, se hizo un acercamiento a núcleos más pequeños: Chittolini, 1990. También en Francia los trabajos de Fray, 2006. En Castilla: Solorzano Telechea & Arizaga Bolumburu, 2002.

lo cual amplió el número de villas al incluir en ese estatus a las que permanecían a la jurisdicción de ciudades o señoríos.

2. Los contextos y las competencias de las villas castellanas

La presencia de un tejido urbano en la Corona de Castilla agrupa también a villas, que fueron apareciendo en el contexto de avance cristiano frente al islam (Martínez Sopena, 1985, pp. 87-88; Martínez Sopena *et al.*, 2006, pp. 217-238; Sainz Guerra, 2014). La percepción es que muchas de las villas resultaron de asentamientos que incrementaron su número. Las villas del norte del Duero contaban con un alfoz o término que acotaba tierras a su alrededor, mientras al sur del Duero tenían extensos territorios organizados en sexmos u ochavos, que defendían frente a los musulmanes. Todas estaban gobernadas por asambleas o *cocilia/concilium*, que agrupaba a los hombres buenos o jerarquías naturales, tenían un amplio margen de autonomía jurídica, política, fiscal y militar, y en su gran mayoría obedecían la jurisdicción del rey. Fue a partir del siglo XIV, cuando la cesión regia de la jurisdicción cambió las convirtió en villas señoriales (González Díez, 1986).

Se puede decir que, funcionaban núcleos rurales con actividades agropecuarias y una artesanía básica, si bien, tenían competencias diferenciadas para desarrollar una defensa militar, mantener fortalezas y murallas y contar con una caballería villana. Desde esas posiciones se organizaban razias sobre el territorio enemigo que proporcionaban botín y riqueza, al tiempo que mantenía un ejército entrenado para asegurar la defensa del territorio. Sus excedentes y producción artesana se distribuían en ferias y mercados, y jugaron un importante papel religioso y devocional.

Según las peculiaridades las villas castellanas, se podrían organizar en tres categorías:

- 1) Villas medianas, casi equivalente a pequeñas ciudades, y villas pequeñas, todas con plenas competencias jurisdiccionales y representación en Cortes hasta 1419⁴.
- 2) Villas pequeñas y medianas de nueva creación desde los siglos XIII al XVI, localizadas en el área septentrional y bajo jurisdicción realenga, (Asturias, Cantabria y País Vasco), Canarias y América.

⁴ Si tenemos en cuenta sus competencias, en muchos aspectos las villas castellanas eran similares a pequeñas ciudades y desde un punto demográfico, si se parte de tomar villas o ciudades a aquellos núcleos con más de 5.000 habitantes, habría 41 en 1530, 99 en 1591 y 138 en 1787. Pero, si estas cantidades se reducen a 15, 25 y 43 si se parte de 10.000 habitantes (Fortea, 1994, pp. 291-312).

3) Lugares o aldeas con competencias jurisdiccionales básicas y menor margen de acción, dependientes de señores nobiliarios o de ciudades⁵.

La vinculación al realengo era la más general, pero algunas villas pudieron decidir su adscripción, como era el caso de Melgar de Fernamental, próxima a Burgos, donde había debate entre los vecinos, porque algunos querían ser encomenderos de los reyes y otros de don Bernardino Fernández de Velasco, condestable de Castilla⁶. Hay que valorar que la ventaja de estar bajo dominio señorial pudo favorecer su desarrollo económico, además los señores manejaban sus señoríos otorgando favores y privilegios a sus villas (López-Guadalupe Pallarés, 2022; Diago Hernando, 1993, pp. 239-264).

3. El crecimiento económico de las pequeñas villas

Las villas medianas y pequeñas tuvieron un crecimiento económico relacionado con actividades agropecuarias, pero también con una incipiente artesanía dirigida al consumo campesino⁷. Algunas villas desarrollaron una artesanía pañera de calidades medias y bajas, que se distribuían en ferias y mercados en todo el reino. Una actividad necesaria que daba trabajo y opciones de consumo a campesinos pobres, pero que fue prohibida a partir de 1500 con la promulgación de las ordenanzas generales de fabricación que prohibían fabricar paños de esas calidades.⁸ En ferias y mercados se vendía y compraba productos distintos y se daba salida a los excedentes agrarios. Esas convocatorias protegidas y con beneficios fiscales les fueron concedidas por los reyes⁹. Ya, en la segunda mitad del siglo XV, se reactivaron nuevas oportunidades y también nuevos peligros para la seguridad de personas y mercancías. Por eso, también se pusieron limitaciones y trabas a la movilidad de hombres y

⁵ Es sabido que a fines del siglo XV el territorio castellano seguía bajo un proceso de creciente señorialización que afectaba principalmente a villas medianas y pequeñas (Monsalvo Antón, 1997, pp. 275-335).

⁶ Archivo General de Simancas-Registro General del Sello (En adelante: AGS//RGS), LEG,149803, 271, 1498-03-09, Alcalá de Henares: Comisión para que el doctor Alfonso Ramírez de Villaescusa, corregidor de Valladolid, determine el debate que tratan unos vecinos de Melgar de Fernamental con otros de la misma villa, porque aquellos quieren por encomenderos a SS.AA y éstos a don Bernardino Fernández de Velasco, condestable de Castilla, sobre lo cual ya había hecho una información el bachiller Luis de Palencia, que ahora debe tenerse en cuenta; Los abusos y desmanes de los regidores podrían explicar el descontento de algunos vecinos: AGS//RGS, LEG,149501,195/1495-01-16, Madrid; Abusos que cometían los regidores en Melgar de Fernamental. Comisión al licenciado de Salinas, sobre lo de Melgar de Fernamental, en donde los regidores cometen determinados abusos. -Consejo. Sobre la cuestión ver: Oliva Herrer, 2004, p. 160.

⁷ Ese proceder justificó la demanda de los hombres buenos de Segovia en 1351, para asegurar, por medio de privilegio real de Pedro I, la viticultura en la Tierra de Segovia (Asenjo González, 2023b).

⁸ Sobre la implantación de las ordenanzas de paños, *vid.* Asenjo González, 1991.

⁹ De las 156 ferias localizadas en Castilla, unas 130 serían de villas medianas y pequeñas. Ver mapa anejo para entender el alcance cobertura que alcanzaban en todo el reino (In: Ladero Quesada, 1994).

mercancías, justificadas por criterios proteccionistas, corrientes ideológicas afines al mercantilismo o *bullionismo* y también por la preservación de privilegios o el temor a las mayores cargas fiscales en el reparto de los pechos. No obstante, la amplitud y el alcance de los intercambios se fue ampliando y permitió un abastecimiento más allá de los puntos de proximidad que abrió a nuevas posibilidades al tráfico de mercancías (Dyer, 1989, pp. 305-327).

4. Jerarquías sociales: hidalgos, hombres buenos y labradores ricos

Fueron cambiando y, en el siglo XV se componían de hidalgos, o miembros de la baja nobleza exentos, que se convirtieron en receptores de oficios y honores al servicio de la Corona (Martínez Sopena, 1993, pp. 801-822; Asenjo González, 1989, pp. 559-571)¹⁰. Los hombres buenos o *boni homines* eran una presencia generalizada y funcionaron como jerarquías naturales con *auctoritas*, con presencia en el concejo y representaciones colectivas. Ocupaban cargos de justicia (alcaldes) y eran el núcleo visible del gobierno que aseguraba el cumplimiento de lo acordado en las reuniones. Mantuvieron su condición de vecinos pecheros y algunos por su riqueza eran miembros que aportaban una mayor carga impositiva¹¹. Su capacidad y buen juicio ayudaron al gobierno local y regional por su visión política, estrategia operativa y aptitudes para organizar acciones claves para el futuro de la villa o del lugar (Asenjo González, 2023a, pp. 27-47).

A medida que la aparición de nuevos poderes y formas de lealtad abrieron puertas a otros sectores bien posicionados, el *Concilium* o asamblea comunal dio paso a gobiernos cerrados formados por regidores¹². La elección de cargos de regidores y oficiales evitaba la patrimonialización, pero no pudo impedir la formación de una oligarquía compuesta principalmente por caballeros y escuderos, mercaderes y labradores ricos. La renovación anual de los cargos se mantuvo en las villas de señorío, porque facilitaba la rotación en el acceso al poder, pero los señores

¹⁰ Las guerras y los privilegios ampliaron el número de hidalgos por privilegio regio (Gerbet, 1972, pp. 295-326).

¹¹ Una primera aproximación bajo el enfoque institucionalista la ofrecen los artículos de: Carle, 1964, pp. 133-168; Cerdá Ruiz-Funes, 1970, pp. 161-206. Ver también los trabajos de Monsalvo Antón, 1990, pp. 358-413. Sigue siendo una minoría dirigente poco reconocida, pese a haber transcendido al período medieval y llegar con protagonismo activo hasta el mundo contemporáneo y ser tratados de caciques y oligarcas, pero la imagen de un hombre bueno del siglo XIX y principios del XX puede rastrearse en la literatura y la novela de José María de Pereda, describe con acierto el contexto social en el que se desenvolvían esos hombres buenos tan cercanos a nosotros (Pereda, 1895).

¹² Así en el caso de Paredes de Nava el gobierno de la villa estaba constituido por ocho regidores, uno por cada barrio que desarrollaban cometidos muy variados, y cuatro alcaldes ordinarios, uno por cada collación, que se encargaban de la administración de la justicia local, dos mayordomos o procuradores, que cuidaban de la hacienda local y un escribano o notario público (Muñoz Gómez, 2009, pp. 275-305).

preferían el sistema de cooptación por el cual los cargos salientes nombraban a los que les sucederían. De ese modo, se lograba asentar un poder oligárquico que se sometía anualmente al reconocimiento señorial (Martín Cea, 1996, pp. 256-316). En otras villas y lugares la rivalidad no fue entre hombres buenos y caballeros, sino que el grupo emergente a fines del siglo XV y principio del XVI se componía de hombres de la aldea con bienes agropecuarios y negocios en el ámbito local y regional al que denominamos ya en los años 80 como “labradores ricos”. Con nueva mentalidad ese grupo económico y social se iría haciendo fuerte en el curso del siglo XVI (Asenjo González, 1984, pp. 63-85).

5. Competencias políticas: las hermandades (1456-1476)

En paralelo al comportamiento del mundo urbano, las villas medianas y pequeñas habían luchado por la defensa de sus fueros, tuvieron representación en Cortes hasta 1419 y evolucionaban políticamente hacia la creación de gobiernos reducidos con presencia de regidores. Mantenían sus alardes para asegurar la exención de los caballeros, y sus hombres de armas participaban en las mesnadas regias y participaban en la fiscalidad, pero mantenían un perfil bajo de protagonismo político en los asuntos del reino. Su acción colectiva en la política llegaría durante el reinado de Enrique IV, a partir de su implicación en colaborar para contener los efectos de la violencia delincriminal y asegurar el tráfico de personas y mercancía en todo el reino, y su implicación en la organización de las nuevas hermandades. En este propósito, iban a encontrar la colaboración de los lugares y aldeas de los concejos de realengo, que se sumaron ante la indefensión frente a la violencia señorial y delincriminal y la falta de protección de sus señores. Las hermandades o fraternidades son agrupaciones de individuos o entidades que actúan con un propósito y una capacidad de acción suficiente para alcanzar objetivos comunes, ya sean políticos, sociales, económicos o devocionales. Hermandades se documentan desde el siglo XII en Castilla creadas para afrontar los retos y las urgencias políticas de cada momento, a partir de la colaboración y la ayuda mutua¹³.

Ahora bien, si en hermandades anteriores el liderazgo y la acción lo llevaron las ciudades y villa del reino, en las de mediados del siglo XV fueron villas medianas

¹³ Sobre las Hermandades en el reinado de Enrique IV la bibliografía cuenta con los trabajos de: Suárez Fernández (1951, pp. 5-78); Pescador del Hoyo (1972, pp. 400-443); Haebler (1886, pp. 40-50). Recientemente: Sánchez Benito (2021, pp. 455-482); Sebastián Moreno (2019, pp. 53-76). El enfoque institucional en la tesis de Hermandades en Castilla: fraternidades, cofradías y hermandades concejiles en los territorios de la Corona de Castilla (Fuentes Ganzo, 1998, pp. 113-140). Nuestro trabajo: Asenjo González (1997, pp. 103-146; 2016a, pp. 67-89). También González Mínguez (2006, pp. 13-35).

y pequeñas, junto con lugares, sexmos, ochavos y otros núcleos de la tierra, los que se organizaron y lideraron las juntas de hermandad, impulsaron sus decisiones, siendo protagonistas de su acción, mientras que las ciudades quedaron en un segundo plano. Este aspecto pasó desapercibido en los estudios anteriores, ya que se abordaron como un parte más de la Hermandad, y un fenómeno continuo en el tiempo, y tampoco se percibió el contraste entre los mandamientos regios y los contenidos de los ordenamientos¹⁴.

Las razones que explican esa mayor implicación y protagonismo de las pequeñas villas se encuentran en el proceder político de la monarquía, que solicitaba a las ciudades iniciar la organización de Hermandades en Castilla, tal como lo hizo el rey Juan II, en 1451¹⁵. En ese caso, dirigiéndose a las ciudades de Toledo, Cuenca y a la villa de Molina para que hiciesen hermandad¹⁶. De nuevo, en 1456, lo hizo Enrique IV para promover acuerdos de hermanamiento entre ciudades y que se ampliasen a otras villas y lugares de sus tierras. Con este propósito escribió a Segovia, ordenando formar Hermandad y también a las ciudades de Burgos, Ávila y Palencia y las villas de Valladolid, Arévalo, Roa y Aranda, todas con sus tierras y comarcas, además de las otras villas y lugares de esa parte de los puertos. Pero, aunque las ciudades fueron impelidas a liderar o participar en el arranque de la Hermandad, parece que no se implicaron, y sólo Segovia dio cauce a ese mandato sin ir más allá (Puyol y Alonso, 1986 [1913]; Ladero & Olivera, 2016, pp. 352-352)¹⁷. Pero ese desentendimiento de las ciudades no impidió que la Hermandad apareciera en la villa de Medina del Campo

¹⁴ La diferencia entre los objetivos de la Hermandad y sus actores la expusimos en Asenjo González (1997, pp. 103-146). Los ordenamientos conservados sólo mencionan expresamente a Burgos y a Leon, y lo hacen como referente simbólico o mediadores en Cortes.

¹⁵ La acción monárquica de Juan II (1406-1454) y de su hijo Enrique IV (1454-1474), que favoreció el surgimiento de estas hermandades del siglo XV se inserta en las líneas políticas que aplicaron en sus reinados. Ambos monarcas iniciaron una vía de colaboración y pacto, tanto con la nobleza como con las élites urbanas, atraídas por la proximidad del rey, en caso de Juan II, e interesados en neutralizar la influencia y el peso económico y político de sus primos, los infantes de Aragón. En la aplicación y el seguimiento de esa estrategia jugó a favor el contexto de ideología dominante asociado a la aristocratización creciente, aspiración extendida en la sociedad castellana y que compartían tanto la nobleza como las élites urbanas y locales del reino. Ver Asenjo González (2006, pp. 133-196).

¹⁶ Real Academia de la Historia Colección Salazar (En adelante: RAH, col. Salazar, 9/896 (ant. M-90), fol. 99v-101. 1451, junio, 12. Valladolid. Copia de letra de un amanuense de Salazar, obtenida del archivo de los condes de Cifuentes. Reg. Índice, vol. 35, p. 202: 1451, octubre, 5. Molina; Carta de la villa de Molina a Íñigo López de Tobar, señor de Cobeta, en la que trata de las hermandades que deben hacer con otras villas fronterizas. RAH, col. Salazar, 9/865 (ant. M-59), fol. 85v. Copia de letra de un amanuense de Salazar.[14]51. Reg. Índice, vol. 34, p. 43. /p. 195, n° 512 (Ladero & Olivera Serrano, 2016).

¹⁷ También en Ladero & Olivera (2016, doc. 940, pp. 352-352) mencionado por Martín Romera (2018, pp. 81-115). El documento es una copia dirigida a El Espinar, uno de los lugares de la Tierra de Segovia, cabeza y único lugar poblado del sexmo de su nombre. Es decir, la preocupación por la necesidad de una hermandad que vigilase caminos era apremiante para las pequeñas villas y aldeas del reino. No obstante, parece que Segovia había dado curso a la creación de un cuerpo de cuadrilleros que se reclutarían de los lugares de su Tierra para que de cada 40 vecinos se nombrasen 2 cuadrilleros y de ahí a 10 vecinos que nombrasen un cuadrillero, que se pudiesen juntar con el lugar más cercano y hacer juntas para atender mejor a la persecución de malhechores y delincuentes. Se reforzaba ese mandato ordenando el apoyo de las justicias en este empeño, que claramente la ciudad dejaba en manos de los cuadrilleros de sus pequeñas poblaciones y aldeas. Si bien, esos dos cuadrilleros,

en 1466, con un ordenamiento de 45 disposiciones, que parece fundacional¹⁸. También los cronistas aportaron noticias sobre la hermandad, aunque no tenemos una fecha concreta de arranque del movimiento¹⁹. En cuanto a las razones que lo impulsaron, hay una doble argumentación que las justifica por la inestabilidad y los conflictos políticos, aunque los contenidos de los ordenamientos también centran su atención en la persecución de la violencia criminal y de la delincuencia (Las Heras, 1989, pp. 25-34; Bazán Díaz, 1995; Collantes de Terán, 1884, pp. 293-302; Córdoba de la Llave, 2005, pp. 319-338). En el primer ordenamiento de 1464, ya aparece mencionada la violencia delincuencia que acosaba a las villas y ciudades, creando peligro a personas y mercancías en los caminos, que se reprimiría con juicios inminentes y ejecución de las penas de una severidad ejemplarizante (Bermejo Cabrero, 1988, pp.15-17, 41).

Es posible que hubiese una tutela a distancia de las ciudades, tal y como se manda hacer a Segovia en 1456, pero su implicación no se documenta ni en 1464 ni en 1465²⁰. Pero las villas, medianas y pequeñas, lugares y poblaciones del ámbito rural parecían informadas y dispuestas para implicarse de un modo activo y tomar el liderazgo de la Hermandad²¹. Su fuerza y compromiso está detrás de normativas y disposiciones en los ordenamientos de aplicación general a todo el reino²². El primero de los conservados es el de Medina del Campo de 1466, que atendía a numerosos asuntos requeridos por la instauración de la Hermandad, en tanto que asociación con responsabilidades y presencia institucional, al margen de la tutela de otros poderes jurisdiccionales²³. En él se fijaban las provincias, que eran

que tendría que nombrar El Espinar deberían jurar sus cargos ante el alguacil de Segovia, que era la persona que oficiaba de policía en la ciudad.

¹⁸ Los ordenamientos son una fuente fundamental para conocer la hermandad en estructura y sus propósitos. Se han conservado dos cuadernos de Medina del Campo (1466 y abril de 1467), uno de Fuensalida (noviembre-diciembre de 1466), uno de Cantalapiedra (diciembre de 1467) y otro de Madrigal (febrero de 1468) (Bermejo Cabrero, 1988, pp. 107-125).

¹⁹ Los cronistas que la refieren son: Palencia (1905-1909), Enríquez del Castillo (1787). Publicadas las menciones por Puyol y Alonso (1986 [1913]), pp. 129-153).

²⁰ Tal y como muestra la documentación de actas municipales conservadas en Cuenca, ya que en noviembre de 1464 se pedía al corregidor que diese forma a la nascente entidad con todo lo que ello suponía: ordenanzas y oficiales principalmente. Pero, "... unos meses más tarde, ya en 1465, todos los indicios vienen a mostrar que no se hacían muchos avances, aunque llegase nueva correspondencia regia" (Sánchez Benito, 2021, p. 470). A juicio de este autor la Hermandad seguía viva, pero el rey no podía económicamente mantenerla.

²¹ No en vano todas las reuniones de la Hermandad se produjeron en villas castellanas y no en ciudades, incluyendo tanto villas y lugares de realengo como de jurisdicción señorial. Los lugares referidos en los ordenamientos de las ya realizadas en y las convocatorias de juntas se hicieron fueron: Tordesillas, Castronuño, Cigales, Santa María de Nieva, Dueñas, Madrigal y Santa Olalla (Bermejo); Cantalapiedra y (Puyol) (Bermejo Cabrero, 1988, pp. 343-412; Puyol y Alonso, 1913 (1986), pp. 107-125).

²² Las posteriores investigaciones han probado que los únicos ordenamientos conocidos son los ya señalados en 1988 y, aunque fondos documentales concejiles han probado la actividad de las hermandades no han añadido documentación equivalente a las aportadas por Puyol y Bermejo.

²³ Primera de Medina del Campo que incluía 45 apartados, si bien, sólo se han conservado 36 porque se inicia en el número 9, después Fuensalida, segunda de Medina del Campo, Cantalapiedra y Madrigal (Bermejo Cabrero, 1988, p. 339, nota 94)

los grandes distritos de demarcación de contribución y representación en Cortes, los marcos de convocatoria y actuación de las juntas de Hermandad. Se trataba de grandes demarcaciones territoriales asociadas a ciudades con representación en Cortes, incluyendo los lugares de señorío. En cuanto a necesidades de gestión, sabemos que se servían de los escribanos los de las provincias²⁴ y también reguló sobre quiénes serían sus emisarios en las Cortes del reino, alegando la necesidad de que les representasen los procuradores de León y Burgos, por ser cabezas del reino, y les representasen en el órgano legislativo del reino. Es decir, Burgos y León adquieren reconocimiento de referente asociados al estatus de su posición política como cabeza de reino y cámara del rey²⁵.

El ordenamiento de Castronuño, en 1467, muestra que las pequeñas y medianas villas crearon un sistema complejo de organización con diferentes niveles geográficos de participación y una administración de asuntos judiciales, jurisdiccionales, militares y financieros. Se dotó de juntas locales, juntas provinciales y una junta general, en la que se tomaban acuerdos y se dictaban ordenanzas. A dichas juntas estaban llamados todos los miembros de la hermandad (ciudades, villas, alfores, valles, sexmos, cuartos y ochavos) y había una intención de que se ampliara²⁶.

La Hermandad era una organización transversal, capaz de acoger a villas, lugares, valles y sexmos de diferentes jurisdicciones señoriales y de realengo, con ambición de extenderse a todo el reino, que no quería implicarse en luchas y desobediencias de vasallos, ni participar de otras formas de indisciplina y violencia política²⁷. En ese sentido, el acercamiento a los lugares de señorío se favorecía, tal como prueba la presencia de esas villas y su protagonismo, en el anuncio de convocar una junta de Hermandad en Santa Olalla (Toledo), lugar del señorío de don Alvar Pérez de Guzmán, el 10 de noviembre de 1466. Ese mismo propósito de apertura se expresaba al disponer que cualquier ciudad, villa y lugar pudiese recibir

²⁴ Así lo hicieron con los de Segovia y Ávila (Puyol y Alonso, 1986 [1913], p. 125).

²⁵ Fuensalida (1466) 38 (Bermejo Cabrero, 1988, p. 378). Sobre el estatus urbano: Asenjo González (2016b, pp. 287-308).

²⁶ Aunque, inicialmente tan solo se habían publicado dos cuadernos de estas Hermandades, el de Castronuño de 1467 (Puyol y Alonso, 1913 (1986), pp. 107-125) y el de Villacastín de 1473 (Suárez Fernández, 1951, pp. 73-78); José Luis Bermejo Cabrero publicó en 1988 otros cinco cuadernos de hermandad general que han permitido un conocimiento más profundo de este movimiento: dos cuadernos de Medina del Campo (1466 y abril de 1467), uno de Fuensalida (noviembre-diciembre de 1466), uno de Cantalapiedra (diciembre de 1467) y otro de Madrigal (febrero de 1468); Puyol y Alonso (1913 (1986), pp. 107-125; doc. 14, pp. 72-78). Se trata de dos cuadernos de Medina del Campo (1466 y abril de 1467), uno de Fuensalida (noviembre-diciembre de 1466), uno de Cantalapiedra (diciembre de 1467) y otro de Madrigal (febrero de 1468) (Bermejo Cabrero, 1988); Doc. 2409, RAH, col. Salvá, XV, fol. 417 (Ladero & Olivera, 2016, p. 861).

²⁷ Ya fuera por disensiones, luchas de bando o parcialidades: "... que nuestra Santa Hermandad non pueda acudir ni acuda a ayudar nin favorecer a ninguna persona del mundo en sus parcialidades e afeçones salvo tan solamente para esto que es fundada, que es para executar justiçia e poner el reyno en buena governacion, e que esto se entienda que non acudan a persona alguna por via de Hermandad por qualquiera persona, çibdad o villa o lugar como vasallos sy fueren requeridos o llamados por sus sennores que les puedan acudir como tales vasallos en la manera que entendieren que les cumple" (Bermejo Cabrero, 1988, p. 254: XXXVII, Ordenamiento de Medina del Campo, 1466).

a las ciudades, villas o lugares que se quisiesen incorporar (Bermejo Cabrero, 1988, p. 355). No hay evidencias de que se tratase de una unión del realengo, sino que, por la vía de la incorporación pactada, su propósito era alcanzar a todas las villas del reino en una perspectiva que superaba las limitaciones jurisdiccionales y era acorde con la amplitud del reino. En cuanto a su poder ejecutorio, se abría a la colaboración con las justicias ordinarias, que tendrían que socorrer a los oficiales de la Hermandad y viceversa²⁸.

Tampoco intervendrían en conflictos por términos, cuestión debatida en casi todos los lugares, evitando así divisiones y conflictos entre sus miembros y en la enumeración de competencias se mencionan los que serían sus casos de acción, que abarcaban una gran variedad de asuntos, desde el impago de contribuciones, la no colaboración, el castigo a la blasfemia y la defensa de lo sagrado, la falsedad de moneda, el castigo de comportamientos deshonestos, como la sodomía²⁹, los asesinatos y violaciones. Otros delitos aparentemente menores también eran castigados con la muerte, como la formación de compañías de mercaderes que alterasen la venta de productos necesarios. También la violencia de ligas y monopolios sufría el mismo castigo, pero si se trataba de pelea en hueste o entre hidalgos no sería asunto de la Hermandad, por lo que dejaba al mundo nobiliario al margen de su control, aunque se decía que cualquier caso de muerte o traición sería caso de hermandad. El mayor castigo era la pena de muerte por asaetamiento y para organizar las persecuciones de delincuentes se hacía por medio del apellido o llamada general, advertida con repique de campanas de un lugar a otro. Los criterios de acción conjunta en la persecución de maleantes pasaban también por avisos y repique de campanas, y los vecinos del lugar avisaban en cadena a otros lugares cercanos. Ese mismo criterio serviría para poner que labradores y vecinos saliesen armados con lanzas y ballestas cuando fuesen a atender sus asuntos fuera de la villa o lugar. Los cuadrilleros eran los delegados representantes del lugar o la villa y se les suponía hábiles en el manejo de la ballesta, ya que esta era su arma. La ayuda solicitada por alguna villa a otra debía de ser atendida y, si no acudía, sería penalizada ante la demanda del denunciante (Bermejo Cabrero, 1988).

La Hermandad se dotaba de símbolos, tenía un patrono protector, San Bartolomé, y trabajaba la función cohesiva. Así, funcionaban como una gran cofradía devocional, con santo protector y sello propio para librar sus cartas y ejecuciones. La descripción del sello dice que fuese redondo y crecido, en el que iría la imagen

²⁸ Se busca un entendimiento entre la justicia ordinaria local y la de la Hermandad (Bermejo Cabrero, 1988, p. 317). Así en 1457 el rey ordena la colaboración de las justicias de León a las del principado de Oviedo y a las de la Hermandad que colaboren a favor del concejo de Argüello, en *Documentos sobre Enrique IV*, 1457, julio, 5. Medina del Campo, doc. 1106 (Ladero & Olivera, 2016, pp. 413-414).

²⁹ Con penas mucho más duras y terribles: "Que por el dicho crimen de la sodomía sean cortadas sus varonías e colgados en un palo las piernas arriba e la cabeça ayuso e sea asaetado fasta que realmente muera" (Bermejo Cabrero, 1988: 1466, 23, 372)

de San Bartolomé, que tuviese encima una cruz y, a sus pies, un diablo encadenado, que recuerde como la Santa Hermandad encadena, mediante la gracia del señor, a todos los malhechores y ladrones, y que se incluyese la leyenda: *Veritas de terra est e justicia de celo prospexit* (La verdad actúa en la tierra y la justicia mira desde el cielo). En una imagen que a pequeña escala conecta con las representaciones y mensajes de otras comunidades en proceder similar, que expresaba estar al servicio de una causa más alta que gozaba de la garantía de la razón y la ética políticas. Se decidió que el sello de la Hermandad fuese guardado en la ciudad de León y en la de Burgos³⁰, y sobre los representantes y procuradores se deja claro que tenían que ser hombres buenos capaces, por lo que se reconocía protagonismo político para este cometido³¹.

Las ordenanzas posteriores apuntaron modificaciones y precisiones que se añadían a ellas para cambiar y mejorar algunos aspectos y en ese proceder se observa el empoderamiento de las Juntas de la Hermandad, que fueron creciendo en una aspiración de poder, que las llevaba a sentirse parte fundamental del reino y de su gobernación, teniendo una especial preocupación por la defensa del realengo. Lo acordado en la Junta de Fuensalida (1466) es prueba de ese interés por los asuntos de gobierno del reino y de ello fue informado el rey en un escrito sin fecha³². En él se daba información sobre lo realizado por la Hermandad, la importancia de su presencia y los temores que despertaban los últimos acontecimientos. En este escrito anónimo se percibe una Hermandad diferente con un carácter de sociedad cerrada, en la que todos estaban conminados a entrar, pero no podían salir, añadiendo que se esperaba entrasen muchos más y todos con el propósito de defender la justicia regia. Todos los integrados habrían jurado dar su voto al rey Enrique, lo cual indica que se vivía una de las crisis del reino en ese reinado, en el contexto de la lucha con la nobleza, y la rivalidad con el infante D. Alfonso, su hermano. También trata de la pacificación de los reinos y de la necesidad de que el infante Alfonso sea informado del acuerdo de la Hermandad para no entregar más villas y lugares a señores, aludiendo a la merma del patrimonio del rey y a su perjuicio. Aquí se introduce una mención reveladora de quién puede estar detrás de la Hermandad, los pueblos y “la gente menuda”, ya que caería en su desamor, si el rey les cargase con impuestos

³⁰ Vid. Bermejo Cabrero, 1988: Segundo ordenamiento de Medina del Campo, 1 de abril de 1467, 18 p. 397 y Fuensalida, 40, p. 378.

³¹ Bermejo Cabrero, 1988: Fuensalida, 1466, 371. “Otrosy ordenamos e mandamos que los procuradores e diputados que vinieren a la junta de la dicha Santa Hermandad por qualesquier cibdades e villas e lugares e seysmos e quartos e ochavos e alfoses e valles, que sean ornes buenos e prudentes e de abtoridad e de buenas conciencias que tengan buenos deseos al servicio de Dios e al pro e bien e conservación desta dicha Santa Hermandad”.

³² Bermejo Cabrero, 1988: 341-343. A.G.S. – Diversos de Castilla, leg 8, nº 9: “...quedariades en desamor con los pueblos y con la gente menuda que mucho vos quiere que podrá desir que sobre tantos males e trabajos como han avido les sobreviernia los dichos pedidos e monedas, pues el vuestro ynterese sería pequeno y los dapnos serían grandes”.

que no llegaban a su cámara³³. También se informaba al rey de que la junta de la Hermandad acordó que el maestrazgo de Santiago se entregase de diferente manera a como lo hizo el rey Juan, su padre, con el acuerdo de la sede apostólica, y que no se otorgasen más pedidos y monedas, y que lo recaudado fuese a la Cámara Real.

De nuevo comprobamos que las ciudades apenas son referidas en los capítulos de hermandad, lo cual da a entender que, aunque no se resistieron a dar cauce al movimiento de hermandad, no se implicaron ni lo lideraron. Ciertamente, cuando la hermandad, en 1476, fue reconducida por la monarquía para convertirla en un cuerpo armado de guardia, que ya se encontraba militarizado y financiado, las ciudades no se opusieron a ello. Parece que sólo el constante alejamiento que tuvieron de este movimiento explica su desinterés en un asunto tan relevante³⁴.

Los avatares políticos condicionaron la Hermandad pero, tras su experiencia de desarrollo con éxito, los procuradores de ciudades villas y el estado eclesiástico reunidos en Villacastín en apoyo del rey solicitasen al monarca que la restituyese y que con ella aplicase justicia en sus reinos, porque si no estarían a punto de perderse³⁵. Fue entonces cuando resurgiría la Hermandad con una mayor presencia de las ciudades³⁶. Ese mandato del 12 de julio 1473 se envió expresamente las ciudades, villas y lugares del arzobispado de Toledo³⁷.

En cuanto a los asuntos de interés de la Hermandad, la documentación y ordenamientos muestran cambios en su proceder, porque si, en 1466, se interesaba por la contención de la violencia fue haciéndose más política y en la junta de Fuensalida de ese mismo año, ya se amplía a la política del reino, a la defensa del realengo, la contención de impuestos y otros asuntos de los tratados en Cortes, por lo que se supone presionaron a los procuradores e incluso quisieron tener presencia en las mismas. Del mismo modo se observa una coincidencia a defender los acuerdos de las Cortes, según se recoge en el ordenamiento de Fuensalida³⁸. También se

³³ "Porque vuestro estado Real no sea consumido, ca cierto es que el Rey que no tiene patrimonio para sostener su estado Real, no es más que otra persona privada" (Bermejo Cabrero, 1988: Fuensalida, I, p. 341).

³⁴ Puyol y Alonso, J. (1986 [1913] pp. 85-86): "...las asambleas generales o provinciales organización extensísima y compleja (...) que representa esta máquina administrativa, judicial, legislativa y militar, son circunstancias que nos indican que la Hermandad era un Estado dentro de otro, ó mejor dicho, el único Estado que entonces existía en Castilla; una verdadera convención formada por el pueblo, en vista de que los que tenían el deber de velar por él hacían todo lo posible por destruirlo". Una visión acorde con la intriga política y la desestabilización que los cronistas como Palencia, a quién sigue este autor fielmente, atribuían al rey.

³⁵ Transcrito por Suárez Fernández (1951, pp. 72-78) – Biblioteca Nacional – Manuscritos (En adelante BN, Ms.) 1619, fol. 70r-v. Copia del siglo XVIII. En Ladero & Olivera (2016), doc. 3344, p. 1180.

³⁶ Ladero & Olivera (2016): doc. 3220 1473, julio, 8. Villacastín; BN, Ms. 13030, fol. 59v-68r, p. 1162; doc. 3295, 1473, julio, 12. Segovia. BN, Ms. 13030, fol. 58v-69v, p. 1163. Los procuradores de las ciudades y villas de los reinos de Castilla y León acuerdan en Villacastín hacer una hermandad, ante la crítica situación de violencia. El 12 de julio, el rey aprueba las ordenanzas de la Hermandad y manda que todos sus súbditos entren en ella y las observen.

³⁷ Toledo, Guadalajara, Alcaraz y Ciudad Real, villa de Madrid: BN, Ms. 13030, fol. 58r-70r. 1473, julio, 22. Segovia, Ibid. Doc. 3297, p. 1164.

³⁸ Bermejo Cabrero (1988, pp. 308, 322): las Cortes de Ocaña de 1467 tienen coincidencias en lo tratado sobre el apartamiento de moros y judíos.

ocuparon en los asuntos de gobierno urbano, como el acrecentamiento de los oficios de regimiento por vía de privilegio (Bermejo Cabrero, 1988, 1466, Fuensalida: 15, 22, 372).

Es evidente que la experiencia política de la Hermandad afectó a la conciencia política de las pequeñas villas, al tiempo que reforzó su responsabilidad en defensa del rey y del reino. En esa línea, también la defensa del realengo se aborda como asunto que trascendía y afectaba a ciudades, villas y lugares sujetos a cualquier jurisdicción y tendría que ser preocupación de todo el reino. Los ordenamientos de las juntas de Fuensalida de 1466 y la segunda de Medina del Campo de 1467 fueron las que dieron un giro político a la Hermandad y permitieron que se posicionara a favor del rey Enrique en 1473, mientras que los de la junta de Madrigal de 1478 parecen más bien un resumen de acuerdos elaborado para una mejor difusión y manejo.

6. Las aspiraciones en clave de jerarquización urbana

Las experiencias adquiridas por las pequeñas villas del reino en la etapa de su implicación y liderazgo de las hermandades, pudieron alentar nuevas ambiciones por las que buscaron mejorar su estatus y rango municipal, tanto en la adquisición de privilegios de villazgo, como en la rivalidad con ciudades para mejorar su estatus. La adquisición del villazgo mejoraba el estatus de la villa en la jerarquización local y regional³⁹ y, aunque los rangos de jerarquización urbana resultan mejor conocidos en el aspecto socioeconómico, también funcionaban en el seno de las redes territoriales de dominio jurisdiccional⁴⁰.

La búsqueda de un mejor estatus de villa a ciudad la encontramos también en territorios de América, donde el tipo de población más generalizado a principios del siglo XVI fue el de “ciudad”, predominante en América central y en la gobernación de Nicaragua. Allí, eran cabeza de gobernación: Santiago de Guatemala, que era sede de la Audiencia, Valladolid en la gobernación de Honduras, León, en la de Nicaragua y Cartago en la de Costa Rica. En todas ellas residía un gobernador, por lo que, según la terminología posterior a las Ordenanzas de 1573, se las podría denominar como

³⁹ En la Tierra de Segovia, algunas de los lugares y aldeas del sexmo de Casarrubios (Villacastín, Robledo de Chavela, Valdemorillo y El Espinar) tuvieron privilegios de villazgos: Asenjo González (1984, pp. 83-85); Clemente Quijada (2014, pp. 139-156).

⁴⁰ Martín Romera (2018, 86) argumenta que las redes de comercio no tuvieron influencia en la jerarquización dentro de las ligas urbanas hispánicas. Pero, considera que en favor de la jerarquización actuó: la consolidación de la jurisdicción propia, la regulación de los representantes de concejos y provincias; la presión ejercida sobre los no hermanados y la remodelación de las redes urbanas a partir de las vías de convocatoria a las juntas que responsabilizaban a unas villas en llamar a otras.

«diocesanas». Otras poblaciones estaban regidas por alcaldes ordinarios; era el caso de Honduras, Gracias a Dios y Trujillo; y en Nicaragua eran Granada, Nueva Segovia y Nueva Jaén. Todas ellas tenían categoría de sufragáneas (Meléndez, 1977).

Se deduce que la Corona establecía las condiciones con los pobladores para las fundaciones de ciudades o villas, y la categoría estaba determinada por el número de españoles que acudiesen a su fundación, o por el rango de las autoridades que las rigiesen. No había un criterio rígido en el uso de estas categorías con anterioridad a las Ordenanzas de 1573, aunque ello no afectaba a la dinámica pobladora de los habitantes o vecinos de estas poblaciones. Pero, como el territorio y el término dependían de la Corona y de los acuerdos o capitulaciones hechos con los pobladores, la delimitación exacta de los términos de los pueblos de españoles fue difícil de determinar (Terán, 1989).

En alguna de las argumentaciones aportadas en la documentación para mejorar el estatus urbano de alguna localidad, se observa que la percepción territorial se manifiesta en clave jerarquizada. Así aparece en la solicitud de cambio de estatus urbano presentada por las justicias y regidores de la villa de Comayagua, gobernación de Honduras e Higueras, a través del capitán Alonso de Cáceres⁴¹.

El diálogo con el rey era fundamental en los territorios de Indias, ya que era el que decidía los asuntos referentes al poblamiento y a la organización, y así se buscaría la vía del privilegio para cambiar el estatus de Valladolid de Comayagua. Para ello se daban tres argumentos: el valor del territorio por ser feraz, bien ubicado, con una posición estratégica, abierto a dos océanos, y con fácil comunicación por vía fluvial. También se argumenta con el buen clima, la fertilidad y la buena productividad. A partir de ahí, se reclamaba el estatus de ciudad que tenía Gracia de Dios y que esta pasase a tener condición de villa, porque ella tenía treinta vecinos mientras Comayagua tenía sesenta. Parece que eran las posibilidades económicas y no otros argumentos, como la presencia de gobernadores u otras razones, los que primaban, añadiendo que si se entraba en otras valoraciones no se reforzaba el carácter urbano de una localidad y se derivaría finalmente en abandonos y despoblados⁴².

Esa percepción jerarquizada realista y sujeta a criterios de eficacia urbana jugaba en favor de la aspiración urbana de villas de un tamaño, productividad y

⁴¹ Este militar argumentaba razones que también se avalarían por la mediación del reverendo Licenciado Pedraza, que había querido ponerse en camino hacia Castilla: Archivo General de Indias (en adelante AGI) /25// GUATEMALA, 43, N.76; 1539-09-05, Valladolid de Comayagua, Honduras.

⁴² AGI) /25//GUATEMALA,43,N.76; 1539-09-05, Valladolid de Comayagua, Honduras: “Y con faserse aquí la dicha çibdad y por estar en comarca de toda la tierra y esto cumple mucho para la seguridad de toda la tierra, y aun lo que de V.M. demandar, en todas las tierras destas partes que aya un pueblo vecino que lo mejor dellas para guarda y conservación della y no tantos poblezuolos como sueles hacer los gobernadores por decir que an poblado tantas villa e lugares y al fin son carnicerías y sepulturas de muertos”. En este interesante alegato, que firman humildemente, sus criados y vasallos, sin nombres particulares, asegura que su propuesta busca el bien del reino y de S.M. y enaltecimiento del Nombre de Dios, sin embargo, de los relatos de gobernadores, que tratan de sacar ventaja de sus poblamientos, buscando propios e interesados favores y al dar lo que cada uno puebla y hace sea bueno o malo. “A nosotros no nos va otro interes que esta tierra se aperpetue”.

buen emplazamiento que ambicionaban ser ciudades en América. Allí podían expresar abiertamente esa solicitud mejor que en los contextos de redes urbanas de la vieja Europa, donde se hacían más difíciles de atender. No obstante, en Castilla, encontramos algún ejemplo de búsqueda de mejora en estatus urbano asociado a la elección de capitalidad en Castilla y la pugna entre Madrid y Valladolid, ya en los siglos XVI y XVII (Asenjo González, 2015).

La solicitud de 1539 pudo estar en el origen del surgimiento y florecimiento de esta ciudad y en 1551, Valladolid de Comayagua solicitaba tener un obispado. Por ser la provincia de Honduras tan grande y de tierra áspera, solicitaban que se dividiese en dos la provincia y se nombrasen dos obispos para que la dicha tierra y sus naturales fuesen mejor atendidos e instruidos en la fe⁴³. Una solicitud en el ámbito eclesiástico que también recogía aspiraciones en el estatus de ciudad compatible con el rango e importancia de la sede episcopal. Asunto que también era decidido por el rey en tanto esas eran competencias del patronato eclesiástico⁴⁴. No obstante, sabemos que Valladolid de Comayagua seguía siendo “villa” en 1539, pero que mantenía sus expectativas, mostrando un conocimiento de sus posibilidades y aspirando a hacer valer sus opciones de diferenciación urbana⁴⁵.

7. Conclusión

El crecimiento económico, la gestión y la comercialización de los excedentes agrarios jugaría un papel destacado en la creciente riqueza y la proyección de pequeñas villas y lugares, ampliando sus contactos con otros enclaves de diferente tamaño, en el marco local, regional y de todo el reino. También los encuadres jurisdiccionales

⁴³ AGI/25//GUATEMALA, 43, N.79. 1551-04-09, Valladolid de Comayagua, Honduras.

⁴⁴ En Indias, tanto lo jurisdiccional como lo dominical o patrimonial pertenecía al Rey y, por tanto, era su suprema autoridad la que determinaba el término y territorio de las poblaciones, ciudades, villas o lugares de nueva fundación. Esta potestad la tenía el Rey de Castilla sobre la tierra de las Indias por donación pontificia a través de las bulas otorgadas por Alejandro VI, y por otra serie de «justos títulos» que tanto juristas como teólogos se aprestaron a demostrar a lo largo del siglo XV y la Corona de Castilla siguió argumentando a fines del siglo XVII con la misma rotundidad que en el momento del descubrimiento de América. *Vid.* Meléndez (1977, pp. 57-80).

⁴⁵ 1551-04-09, Valladolid de Comayagua, Honduras: AGI/25//GUATEMALA, 43, N.79; Porque en la villa hay muchos vecinos que pasan necesidad por tener poca hacienda y no tener indios de repartimiento con los que sustentarse, y que dado que por muerte del adelantado don Pedro de Alvarado hay pueblos vacos, que éstos se encomienden y repartan entre los vecinos igual que se encomiendan los demás peblos que vacan, Que la fundición se pase a la ciudad de Gracias a Dios y no esté en la ciudad de San Pedro ya que la primera es un pueblo más sano y “abastado de mantenimientos”. Que se de a la villa cuatrocientas licencias para poder pasar negros horros de todos derechos. Suplican que mande que en la dicha villa haya número de regidores dando provisiones para ello los nombres en blanco, para que vuestro presidente y oidores los nombren como personas que conocen los vecinos de la dicha villa e saben qué personas lo pueden ser para el bien e aumento de ella. Que haga merced a la villa y sus vecinos que las cosas que traigan de España para proveimiento de sus casas e minas no paguen derechos de almojarifazgo.

aportaban seguridad institucional y política, reforzando vínculos de asociación. En ellas, los hombres buenos eran las jerarquías naturales, figuras clave en las sociedades tradicionales que en algunos casos dieron pruebas de modernidad y arrojo al embarcarse en acciones políticas y económicas en beneficio de sus comunidades.

Pero, en Castilla, la política regia a mediados del siglo XV contaría también con las villas, pequeñas y medianas, y lugares para que se uniesen en Hermandades y se implicasen en competencias de justicia y defensa, que evitarían los daños provocados por las luchas de la violencia política y la delincuencia, los robos y asaltos en caminos y otras vías de tránsito. A esa Hermandad acudieron villas y lugares de realengo y señorío, nobiliario o urbano, y mostraron su capacidad, competencia y disposición, en la gestión, organización y participación la gestión de competencias de las Hermandades. La fuerza y la responsabilidad logradas les irían empoderando, al tiempo que se implicaban en asuntos de justicia, orden, disciplina y seguridad para todo el reino, para solicitar tener voz propia en Cortes, trabajar en apoyo del rey y del reino, en dialogo con la monarquía.

A partir de ahí, se observa la proyección del modelo de villa que se hace en Canarias y a América, donde se documenta la presencia generalizada de pequeñas villas en todo el territorio y donde jugaron un papel relevante en la función de construir redes jerarquizadas. En esta tarea, cabe destacar la importancia de los estudios regionales, centrados en villas y lugares, que han dado resultados fiables y sólidos para incorporar planteamientos más ambiciosos, en los que las diferentes variables permiten una mejor comprensión del mundo de las pequeñas villas del pasado.

Así, el presente trabajo ha tratado de avanzar en el estudio de las villas medianas y pequeñas en la Corona de Castilla, ampliando su seguimiento a América, territorio que se pobló, gobernó y organizó bajo criterios similares. Pero, en toda esta exposición la pregunta latente es: ¿son las pequeñas y medianas villas parte del mundo urbano? ¿Actúan con criterios propios? Todo indica que compartían muchas de sus aspiraciones e inquietudes, y en algunos casos contaban con medios económicos e institucionales que les permitían un alto grado de independencia. Sabemos que también ambicionaban ser ciudades y que en algunos de sus comportamientos políticos fueron bastante similares a las mismas. Excepcionalmente, sin tener ese estatus urbano, lograron capacidades e influencia política, como ocurrió durante la Hermandad, y a través de la experiencia de sus acciones en el curso del siglo XV se abrirían nuevos horizontes que situarían a las pequeñas villas en un plano diferente de estudio, al adquirir mayor protagonismo.

FUENTES E BIBLIOGRAFÍA

Fuentes Impresas

- PALENCIA, A. d. (1905-1909). *Crónica de Enrique IV, escrita en latín por Alonso de Palencia, traducción castellana de Paz y Meliá, A.* (Vol. 4 vols.). <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=3711>
- ENRIQUEZ del CASTILLO, D. (1787): *Crónica del rey don Enrique el cuarto de este nombre*. Imprenta don Antonio de Sancha. <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.do?id=5238>.

Fuentes Manuscritas

- Archivo General de Simancas/-Registro General del Sello (AGS//RGS).
Real Academia de la Historia-Colección Salazar (RAH, col. Salazar).

Estudios

- ASENJO GONZÁLEZ, M. (1984): “«Labradores ricos»: nacimiento de una oligarquía rural en la Segovia del siglo XV”. *En la España Medieval*, 4, pp. 63-85.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (1989): “Caballeros e hidalgos. Circunstancias de su condición a fines del siglo XV. El caso de Turégano”. *Anuario de Estudios Medievales*, 19, pp. 559-571.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (1991): “Transformaciones de la manufactura de paños en Castilla. Las Ordenanzas Generales de 1500”. *Historia Instituciones Documentos*, 18, pp. 1-37.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (1997). “Ciudades y hermandades en la Corona de Castilla. Aproximación sociopolítica”. *Anuario de Estudios Medievales*, 27 (1), pp. 103-146.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2006): “La aristocratización política en Castilla y el proceso de participación urbana (1252-1520)”. In J. M. NIETO SORIA (coord.): *La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (1250-1450)* Madrid: Sílex, pp. 133-196.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2015) “Sobre la incipient capitalitat de Valladolid”. *Afers: fulls de recerca i pensament*, 30 (80-81), pp. 113-132.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2016a): “Political dissent through complaints and petitions to the royal power in the towns and cities of Castile-León (13th-14th Centuries)”. In F. TITONE (ed.): *Disciplined Dissent. Strategies of Non-Confrontational Protest in Europe from the Twelfth to the Early Sixteenth Century*. Roma: Viella, pp. 67-89.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2016b): “Urban Identity in Castile in the 15th century”. *Imago temporis. Medium Aevum*, 8, pp. 287-308. DOI: <https://doi.org/10.21001/imagotemporis.v0i0.317191>

- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2019): “La violencia en la sociedad medieval. Revisión, planteamientos y propuestas”. In E. LÓPEZ OJEDA (ed.): *La violencia en la sociedad medieval. XXIX Semana de Estudios Medievales de Nájera, 23 al 27 de julio de 2018*. Nájera: Amigos de la Historia Najerillense, pp. 17-44.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2023a): “La adquisición comunal de territorios de una pequeña “villa” bajo señorío urbano: Villacastín versus Segovia”. *En la España Medieval*, 46, pp. 27-47. <https://doi.org/DOI: 10.5209/elem.88009>.
- ASENJO GONZÁLEZ, M. (2023b, e.p.): “Crecimiento desigual y ajustes de contención. La veda de venta del vino foráneo en Segovia y su tierra (siglos XIII-XVI)”. In D. IGUAL LUIS (ed.): *Dinámicas socioeconómicas y territoriales en torno al mundo urbano. Castilla y otros ejemplos de la Península Ibérica en la Edad Media*.
- AYERBE IRIBAR, M. R. (1996): “Andoaín, de tierra a villazgo (1379): un caso modélico de preautonomía municipal en Guipuzcoa”. *Leyçaur. Revista de estudios históricos de Andoaín*, 0, pp. 1-896.
- BAZÁN DÍAZ, I. (1995): *Delincuencia y criminalidad en el País Vasco en la transición de la Edad Media a la Edad Moderna*. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Interior del Gobierno Vasco.
- BERMEJO CABRERO, J. L. (1988): “Hermandades y Comunidades de Castilla”. *Anuario de Hist. del Derecho Esp.*, 58, pp. 277-412.
- BONILLA, A., & FITA, F., (dirs.) (1835-1913): *Memorias de don Enrique IV de Castilla*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- CARLE, M. C. (1964): “Boni homines y hombres buenos”. *Cuadernos de Historia de España*, 39-40, pp. 133-168.
- CERDA RUIZ-FUNES, J. (1970): “Hombres buenos, jurados y regidores en los municipios castellanos de la Baja Edad Media”. In *Actas del I Symposium de Historia de la Administración*, 1, pp. 161-206.
- CLARK, P., (Ed.). (1995). *Small Towns in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CLEMENTE QUIJADA, L. V. (2014): “Grupos de poder, construcción de la realidad y formación de la opinión pública: el villazgo de Brozas (1537)”. In J. Á. SOLORZANO TELECHEA, B. ARIZAGA BOLUMBURU & J. HAEMERS (eds.): *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 139-156.
- COLLANTES DE TERÁN, A. (1984): “Actitudes ante la marginación social: malhechores y rufianes en Sevilla”. In *La sociedad medieval andaluza, grupos no privilegiados: actas del III Coloquio de Historia Medieval Andaluza*. Jaén: Dip. Provincial de Jaén, pp. 293-302.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, R. (2005): “Violencia, delincuencia e inestabilidad social en la Castilla bajomedieval: los límites de la documentación”. In F. SABATÉ I CURULL

- (ed.): *L'espai del mal: reunió científica: IX curs d'estiu Comtat d'Urgell* (Balaguer, 7, 8 i 9 de juliol de 2004). Lleida: Pagès, pp. 319-338.
- COSTA, A. M. (2013) : *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: Perspectives de recherche* (Vol. 11). Lisboa : Universidade Aberta; Instituto de Estudos Medievais. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/ugcj-gyct>
- COSTA, A. M., AGUIAR, A. A. & TENTE, C. (eds.). (2017): *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: IEM / Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- CHITTOLINI, G. (1990): “«Quasi-città». Borghi e terre in area lombarda nel tardo medioevo. *Società e Storia*, 47, pp. 3-26.
- DIAGO HERNANDO, M. (1993): “Almazán en época de los Reyes Católicos. Estructura social de una pequeña capital de estado señorial”. *En la España Medieval*, 16, pp. 239-264.
- DYER, C. (1989): “The consumer and the Market in the Later Middle Ages”. *The Economic History Review*, 42, 3, pp. 305-327.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. (1951): “Evolución histórica de las hermandades castellanas”. *Cuadernos de Historia de España*, 16, pp. 5-78.
- FORTEA, J. I. (1994) : « Les villes de la couronne de Castille sous l'Ancien Régime: une histoire inachevée ». *Revue d'Histoire Moderne et contemporaine*, 41 (2), pp. 291-312.
- FRAY, J.-L. (2006) : *Villes et bourgs de Lorraine. Réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand : Presses Universitaires Blaise-Pascal.
- FUENTES GANZO, E. (1998): “Las hermandades leonesas (1282-1235): Presencia y participación de concejos: el singular caso de Benavente”. *Brigecio: revista de estudios de Benavente y sus tierras*, 8, pp. 113-140.
- GELABERT GONZÁLEZ, J. E. (1995): “Cities, towns and small towns in Castile, 1500-1800”. In P. CLARK (ed.): *Small Towns in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 271-294.
- GERBET, M. C. (1972) : « Les guerres et l'accès à la noblesse en Espagne de 1465-1592 ». *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 8, pp. 295-326.
- GONZÁLEZ DÍEZ, E. (1986): *El régimen foral vallisoletano: una perspectiva de análisis organizativo del territorio*. Valladolid: Diputación Provincial de Valladolid.
- GONZÁLEZ MÍNGUEZ, C. (2006): “Hermandades concejiles y orden público en Castilla y León durante la Edad Media”. *Clío y Crimen*, 3, pp. 13-35.
- HAEBLER, K. (1886): “Die Kastilischen Hermandades zur Zeit Heinrich IV (1454-1474)”. *Historische Zeitschrift*, 56, pp. 40-50.
- HIGOUNET, C. (1975) : *Paysages et villages neufs du Moyen Âge: recueil d'articles / de Charles Higounet*. Bordeaux : Fédération historique du Sud-Ouest.
- HIGOUNET, C. (1992) : *Villes, sociétés et économies médiévales*. Bordeaux : Fédération historique du Sud-Ouest.

- LADERO QUESADA, M. A. (1994): *Las ferias de Castilla. Siglos XII a XV*. Madrid: Comité español de Ciencias Históricas.
- LADERO QUESADA, M. A., & OLIVERA SERRANO, C. (2016): *Documentos sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*. Madrid: Universidad Carlos III y Comité de Ciencias históricas.
- LAS HERAS, I. J. (1989): “Mundo rural y delincuencia en la Castilla bajomedieval”. *Estudios de Historia de España*. (Buenos Aires), 2, pp. 25-34.
- LOPEZ DE VELASCO, J. (1894): *Geografía y descripción universal de las Indias [Texto impreso] Recopilada por el cosmógrafo cronista Juan López de Velasco desde el año de 1571 al de 1574 ; publicada por primera vez en el Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid, con adiciones e ilustraciones por Justo Zaragoza*. Madrid: Tip. de Fontanet.
- LÓPEZ-GUADALUPE PALLARÉS, M. J. (2022): *Colaboración y concurrencia Redes urbanas entre las ciudades y villas de realengo y de señorío en la Extremadura Oriental (c. 1400-1520)*. (Tesis Doctoral, inédita). Universidad Complutense de Madrid.
- LOUPES, P., & POUSSOU, J. P. (1987) : *Les petites villes, du Moyen Age à nos jours. Colloque International Cesurt, Bordeaux, 1985. Hommage a Georges Dupreux*. Paris : C.N.R.S.
- MARTÍN CEA, J. C. (1996): “Poderes públicos y sociabilidad local en la villa de Paredes de Nava en el Cuatrocientos”. In J. A. BONACHIA HERNANDO (ed.): *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 256-316.
- MARTÍN ROMERA, M. Á. (2018): “Hermanas desiguales. Las jerarquías urbanas a través de las hermandades bajomedievales”. *Anuario de estudios medievales*, 48, pp. 81-115.
- MARTÍNEZ SOPENA, P. (1985): *La Tierra de Campos Occidental. Poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*. Valladolid: Dip. Prov. de Valladolid.
- MARTÍNEZ SOPENA, P. (1993): “La nobleza en León y Castilla en los siglos XI y XII. Un estado de la cuestión”. *Hispania*, 53 (3), pp. 801-822.
- MARTÍNEZ SOPENA, P., & URTEAGA ARTIGAS, M. M. C. (coords.) (2006): *Las villas nuevas medievales del suroeste europeo. De la fundación medieval al siglo XXI: análisis histórico y lectura contemporánea*. Boletín Arkeolan, 14.
- MARTÍNEZ SOPENA, P., SAINZ GUERRA, J. L., REGLERO DE LA FUENTE, C. M., MUÑOZ GÓMEZ, V., & MARTIN, A. (2006): “Las “villas nuevas” del norte del Duero, de La Rioja al Bierzo (siglos XII-XIII)”. *Boletín Arkeolan*, 14, pp. 217-238.
- MELÉNDEZ CHAVERRI, C. (1977): “Ciudades fundadas en la América Central en el siglo XVI (sinopsis alfabética)”. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 3, pp. 57-80.
- MONSALVO ANTÓN, J. M. (1990): “La sociedad política en los concejos castellanos de la Meseta durante la época del regimiento medieval. La distribución social del

- poder”. In *Concejos y ciudades en la edad media hispánica. II Congreso de estudios medievales*. Fund. Sánchez-Albornoz, pp. 358-413.
- MONSALVO ANTÓN, J. M. (1997): “Las dos escalas de la señorialización nobiliaria al sur del Duero: concejos de villa y tierra frente a señorialización “menor”. Estudio a partir de casos del sector occidental: señoríos abulenses y salmantinos”. *Revista d’historia medieval*, 8, pp. 275-335.
- MUÑOZ GÓMEZ, V. (2009): “La participación política de las elites locales en el gobierno de las ciudades castellanas en la baja Edad Media. Bandos y conflictos de intereses (Paredes de Nava, final siglo XIV/inicio del siglo XV)”. *Anuario de Estudios Medievales*, 39 (1), pp. 275-305.
- OLIVA HERRER, H. R. (2004). *Justicia contra señores. El mundo rural y la política en tiempos de los Reyes Católicos*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- OLIVERA SERRANO, C. (1986): *Las Cortes de Castilla y la crisis del Reino (1445-1474), el registro de Cortes*. Congreso Internacional sobre la Historia de las Cortes de Castilla y León. Burgos.
- PEREDA, J. M. de (1895): *Peñas arriba*. Madrid: Viuda e hijos de Manuel Tello, eds.
- PESCADOR DEL HOYO, C. (1972): “Los orígenes de la Santa Hermandad”. *Cuadernos de Historia de España*, 45-46, pp. 400-443.
- PRETEL MARÍN, A. (2005): *El castillo de Peñas de san Pedro. Del encastillamiento al villazgo (siglos X-XVI)*. Albacete: Instituto de estudios albacetenses don Juan Manuel.
- PUYOL y ALONSO, J. (1986 [1913]): *Las Hermandades de Castilla y León. Estudio histórico seguido de las Ordenanzas de Castronuño hasta ahora inéditas*. Edit. Nebrija.
- SÁNCHEZ BENITO, J. M. (2021): “Hermandades castellanas y centralización monárquica (1325-1476): algunas consideraciones”. *Hispania. Revista española de Historia*, 81, pp. 455-482.
- SAINZ GUERRA, J. L. (2014): *Las villas nuevas medievales de Castilla y León*. Valladolid: Universidad de Valladolid, ETS Arquitectura.
- SEBASTIÁN MORENO, J. (2019): “Las hermandades concejiles del siglo XV. Jerarquía, centralidad, y roles de la ciudad de Burgos en la red de asentamientos de Castilla”. In J. M. MONSALVO ANTÓN (ed.): *Élites, conflictos y discursos políticos en las ciudades bajomedievales de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 53-76.
- SOLÓRZANO TELECHEA, J. Á. & ARIZAGA BOLUMBURU, B. E. (eds.) (2002): *El fenómeno urbano entre el Cantábrico y el Duero. Revisión historiográfica y propuestas de estudio*. Santander: Asociación de jóvenes historiadores de Cantabria.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. (1951): “Evolución histórica de las hermandades castellanas”. *Cuadernos de Historia de España*, 16, pp. 5-78.
- TERÁN TROYANO, F. de (coord.) (1989): *La ciudad hispanoamericana, el sueño de un orden*. Madrid: Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo.

Villes, villages et bourgs de la basse vallée de la Medjerda au XIX^e-XX^e siècles : organisation, dynamique et complémentarité

Beya Abidi¹

Résumé

Entre la fin du XIX^e siècle et le milieu du XX^e siècle, la région de la basse vallée de la Medjerda, située dans la périphérie nord reculée de la ville de Tunis, a subi un processus d'urbanisation qui a remodelé son réseau du peuplement en remettant en discussion la hiérarchie et le rôle de ses centres urbains. Les tendances démographiques s'étaient inversées par une nette augmentation de la population suite à des grands flux d'immigration. Ainsi se revitalisaient de nombreux noyaux de population distincts redéfinissant cette région selon de nouveaux principes.

La formation de ce réseau est conditionnée essentiellement par l'intervention de l'administration coloniale et ses priorités régulatrices. Elle a toujours établi des hiérarchies urbaines en appuyant sur une localité distinguée dans l'armature préexistante. Ainsi les rapports engageant les différentes localités de la région de la basse vallée de la Medjerda étaient empreints d'une certaine complémentarité.

L'objectif essentiel du présent travail est d'étudier les relations et le processus de la hiérarchisation urbaine dans cette région, en particulier sous forme de domination et de complémentarité, entre les localités préexistantes d'un côté, et les nouveaux centres urbains coloniaux, de l'autre.

Mots clés

Hiérarchie urbaine, Réseau urbain, Tebourba, Centre colonial, Flux d'immigration

¹ Université de la Manouba. Email: beya.abidi@flah.uma.tn

Towns, villages and boroughs of the lower Medjerda valley in the 19th-20th centuries: organisation, dynamics and complementarity

Abstract

Between the end of the 19th century and the middle of the 20th century, the lower Medjerda valley region, located on the remote northern outskirts of the city of Tunis, underwent a process of urbanization that reshaped its settlement network, calling into question the hierarchy and role of urban centers. Demographic trends were reversed by a net increase in population following large-scale immigration flows. Numerous distinct population nuclei were revitalized, redefining the region according to new principles.

The formation of this network is essentially conditioned by the intervention of the colonial administration and its regulatory priorities. It has always established urban hierarchies based on a distinct locality within the pre-existing framework. As a result, the relationships between the various localities in the lower Medjerda valley were marked by a certain complementarity.

The essential aim of the present work is to study the relationships and processes of urban hierarchization in this region, particularly in terms of domination and complementarity, between pre-existing localities on the one hand, and new colonial urban centers on the other.

Keywords

Urban hierarchy, Urban network, Tebourba, Colonial center, Immigration flows

1. Introduction

Au XIX^e-XX^e siècles, la plaine de la basse vallée de la Medjerda était organisée administrativement en un Caïdat doté d'une certaine capacité de gestion administrative et de représentation issue du nouvel intermédiaire du contrôle et de gestion du territoire créé par le pouvoir beylical depuis 1862 (Abidi, 2019)². En vertu de cette disposition, la région était divisée en trois *Cheikhat-s* (municipalité) : *Tebourba*, *Djedeïda* et *el-Bathan*. L'ensemble était centré autour de la ville de *Tebourba*, chef-lieu de l'endroit. La structure foncière et d'exploitation est dominée par les *habous* (Marouane, 2010, p. 93). Des formes agraires intéressantes se trouvent autour des centres d'habitations composées essentiellement des oliviers, céréales et de cultures irriguées. Suite à l'instauration du Protectorat, ces terres ont constitué une assise foncière importante pour la colonisation agricole et pour la formation d'un nouveau réseau urbain visiblement hiérarchisé. Il ne s'agit pas ici de dresser une typologie de ce réseau mais plutôt de saisir les logiques qui structurent les ensembles urbains de cette région en rapport avec les stratégies politiques et sociales des autorités coloniales et d'étudier un enchaînement d'attaches, restant exceptionnel et très contextualisé, et d'aborder l'assortiment des rapports multiples et complexes de complémentarité et d'interdépendance que ces ensembles urbains s'entretenaient durant la période indiquée. Ce travail, également, s'attache à interroger la capacité du centre régional, la ville de *Tebourba*, à organiser et à coordonner, à différentes échelles, sa région et de s'inscrire dans le cadre de complémentarité réciproque et de voir jusqu'à quel niveau la notion de réseau urbain, telle qu'elle est définie, est-elle appropriée à la région étudiée ?

Dans cette optique nous tentons d'approfondir différents aspects historiques de ces localités pour dégager la hiérarchisation et pour explorer les rôles exercés au sein de la région. À ce propos, l'examen des voies de communication, la répartition des marchés agricoles et des services élémentaires à la population rurale environnante est un bon indicateur des relations qui permet d'entrevoir la dépendance ainsi que l'inter-complémentarité de ces centres.

2. L'intervention de l'administration coloniale et ses priorités régulatrices

Vers la fin du XIX^e siècle, la forme de l'organisation de l'espace et du pouvoir a connu des changements correspondant à une nouvelle configuration et de contrôle du territoire et de population. En effet, ces changements étaient, essentiellement, concomitants avec les intérêts politiques et sécuritaires de la colonisation. Par

² A.N.T. – Série historique, carton 44, dossier 506. A.N.T. – Série historique, carton 44, dossier 509.

conséquent, on assiste à un véritable mouvement de recomposition de territoire en Tunisie qui s'était inscrit dans le cadre général du processus de colonisation agricole et d'une stratégie de peuplement et donne à lire des moments décisifs de changement (Ganiage, 1968 ; Poncet, 1961, p. 177; Yazidi, 2005, p. 65). La concentration de l'appareil d'État en milieu rural périphérique avait connu deux phases. La première réorganisation de cet espace intervient en 1896. Elle avait pour effet la création de 9 *Cheikhath-s* distincts. Outre les 3 *chaikhat-s* qui existaient avant 1881 et qui ont vu leurs limites changent nettement et ne correspondent plus aux anciennes divisions³ l'Administration coloniale a procédé à la création de 6 nouveaux *chaikhat-s* : *Bordj Toumi*, *Djebel Lansarine*, *Bordj el-Amri*, *Ain Gh'lel*, *Tebalteche* et *Sabalet el- Kahia*. En outre, cette région perd son statut de *Caïdat* et fut annexée au Contrôle Civil de Tunis⁴. Cette aire est comprise entre le Contrôle de Bizerte ; le Contrôle de Béja ; le Contrôle de Makthar, le contrôle de Kairouan, et celui de Sousse⁵.

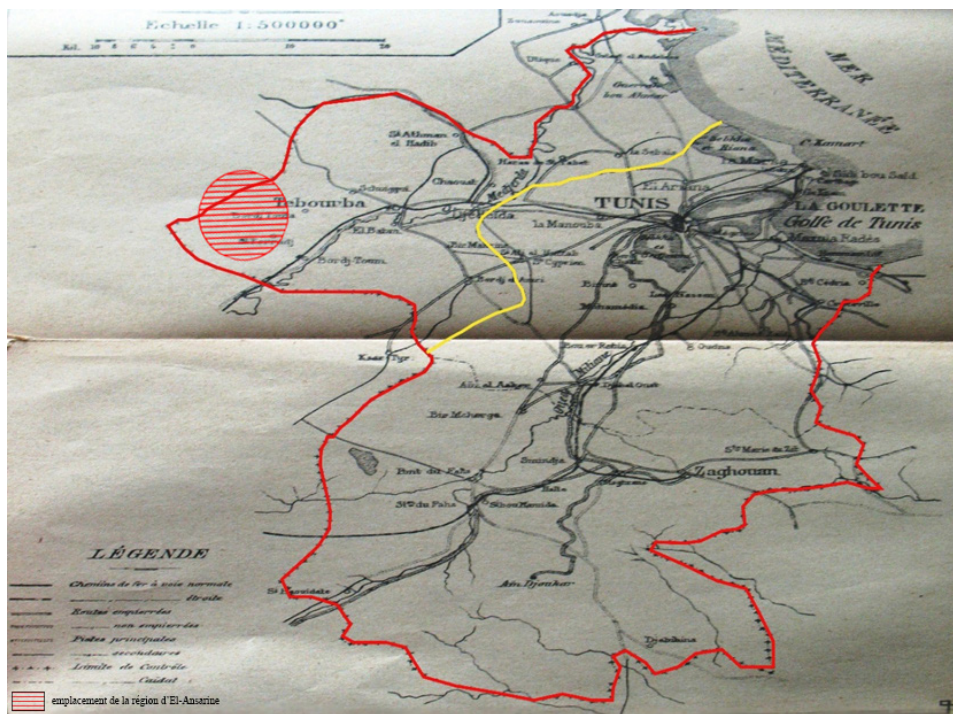


Fig. 1. Limites du district de Tunis (ligne rouge), Limites de la plaine de la basse vallée de la Medjerda (ligne jaune, Localisation de la région de Tebourba (cercle rouge). Source : ANT, dessin Maha Ghribi.

³ A.N.T. – Série A, carton 6, dossier 1, sous dossier 1.

⁴ Décret d'abolition du caïdat de Tebourba le 18 décembre 1909.

⁵ A.N.T. – Série SG5, carton 178, dossier 11.

Au terme du processus, chaque *cheikh* gère l'ensemble des résidents d'un *Cheikhath*. Au passage se trouve maintenu la hiérarchie traditionnelle administrative, c'est juste le nombre du *Cheikhath-s* qui a augmenté au vu d'un meilleur contrôle du territoire. Le pouvoir colonial a maintenu les agents beylicaux et les institutions administratives tunisiennes en les chapeautant d'une structure politique et militaire française. Le *Caïd* avait des attributions politiques, judiciaires et fiscales tout en étant secondé dans ses fonctions par des *cheikh-s*. Ces derniers étaient, selon le cas, chefs de tribu, de fraction de tribu ou de village. Toutefois le pouvoir réel était représenté et exercé par les contrôleurs civils (Kerrou, 2013).

Ensuite, l'Etat a entrevu une nouvelle orientation dans la politique coloniale visant à établir des petites et moyennes exploitations permettant une meilleure prise de possession du sol et la formation d'une base plus solide de la colonisation. Cette transformation ne peut pas exister sans une attache à une structure d'ensemble identifiée et hiérarchisée. De ce fait, la logique de réaménagement de l'espace périurbain est conçue à travers de petits villages de colonisation reliés, progressivement, à la ville de Tunis par de grands axes de communication et dotés de leurs propres équipements collectifs. De la sorte, ils représentent la première couronne périphérique qui entourait la capitale et la délimitait par rapport à son arrière-pays (Loth, 1905, pp. 192, 209, 223-224 ; Poncet, 1961, p. 221 ; Yazidi, 2005, p. 87 ; Abidi, 2014, pp.11-32).

Suite à ces interventions, trois types d'ensembles y sont définis dans ce territoire à la fin du XIX^e et au début du XX^e siècle. Le premier ensemble regroupe les centres précoloniaux qui sont parvenus à conserver leurs fonctions administratives et économiques. Il s'agit particulièrement des anciens villages andalous fondés au début du XVII^e (Saadaoui, 1996). C'est ainsi que la basse vallée de Medjerda s'est distinguée par une forme d'organisation régionale basée sur des éléments structurants tels que l'essor d'un réseau de petites villes et villages complémentaires, une paysannerie sédentaire et dynamique et une agriculture irriguée intensive (Hamouda, 2016 ; Oueslati, Oueslati et al., 2006). Les sources écrites indiquent la présence d'une population rurale dispersée autour de ces centres.

Le deuxième ensemble est formé de villages de colonisation qui octroient des nouveaux rôles. L'installation de ces villages s'est réalisée d'une manière progressive, des regroupements sont apparus et n'ont d'ailleurs pas cessé de s'étendre. Leur création s'inscrit dans la cadre d'une nouvelle politique de colonisation officielle, amorcée en 1892 (Yazidi, 2005, pp. 55-79 ; Abidi, 2014, pp. 19-32), qui a été intimement liée aux biens de *habous* auxquels l'Administration coloniale a puisé toutes les ressources pour satisfaire les demandes des colons en terres⁶ (De Montety, 1937,

⁶ Le décret du 24 janvier 1914.

pp. 409-425 ; Loth, 1906, p. 217 ; Violard, 1906, p. 265). Dans un tel contexte, la région de la basse vallée de la Medjerda, en particulier celle de *Tebourba* a rapidement retenu l'attention des autorités coloniales pour une politique d'accaparement et de mise en valeur. Ainsi, une dynamique d'intensification de l'exploitation du territoire et d'extension du peuplement s'amorce et engendre un paysage entièrement nouveau. Rapidement, les pouvoirs publics ont initié un programme de construction d'une série de villages de colonisation, aussi bien par l'Etat que par les sociétés foncières privées (Ammar, 2019 ; Saurin, 1905), comportant à l'origine un lotissement de petite culture et d'habitation avec adduction d'eau potable et bonne desserte routière ou ferroviaire et parfois les deux. L'Etat y réalisait, en outre, divers travaux d'assainissement, plantation d'arbres et y construit lui-même divers édifices d'utilité publique : poste-école, chapelle, dispensaire et parfois gendarmerie. A cet égard, sur un ensemble de 13 créations à l'échelle du district de Tunis, 09 se situent dans la basse vallée de la Medjerda (Abidi, 2018).

Le troisième ensemble de ce réseau urbain est formé des bourgs et des hameaux : *douar-s* ou *dachra-s*, situés dans l'aire d'influences des deux premiers types. Ces bourgs regroupent essentiellement les ouvriers des fermes coloniales. A ce niveau, le besoin incessant de main-d'œuvre agricole est à l'origine de formation d'un tissu urbain sans hiérarchie du réseau viaire et avec peu de repères, dépourvu de tout équipement et en totale dépendance des autres centres (Sethom, 1992).

Certes, cette forte concentration est favorisée par des conditions naturelles et historiques, exceptionnelles. De plus, la région forme un incomparable nœud de communication, un carrefour d'échanges, et une zone de contact pour de nombreuses populations autochtones et européennes qui y avaient autrefois résidé ou transité. Ceci a favorisé aussi une évolution dans l'armature urbaine et a constitué un véritable réseau urbain. La diversification de leurs activités a joué un rôle déterminant dans l'organisation de l'espace et a constitué un facteur d'attraction et d'accroissement de la population.

3. Représentations des liens : entre complémentarité et dépendance

La structure en réseau urbain devient alors un facteur important de jonction et de connectivité puisque les unités urbaines s'échangent mutuellement de l'attractivité par les interactions spatiales qu'elles entretiennent. Un des moyens d'appréhender ces interactions dans une analyse de réseau est d'introduire le concept d'accessibilité de même que les services assurés.

En général, les services, économiques administratifs, éducatifs ou médical, des moyennes et petites villes sont influencés par leur localisation au sein des réseaux de communications, par les possibilités d'être insérées dans les activités productives de la ville de Tunis et par l'intégration dans les activités productives conformes aux intérêts de des colons et de l'administration coloniale d'une façon générale.

A cet égard, la région étudiée présente une organisation de type horizontal articulée essentiellement sur la ville de *Tebourba*, mais cela n'empêche pas qu'elle offre une certaine hiérarchisation interne qui a fortement marquée les rapports entretenus entre ses différentes localités. Chaque localité possède un ensemble de services plus courants. L'installation de zones d'activités sociales ou commerciales ponctuant les grands axes de circulation et les entrées des villages et des villes, est un autre facteur qui contribue à confirmer les zones d'influence et les liens d'interdépendance.

Généralement, la desserte de la région y est favorisée par des chemins de fer construits tout au long du XIX^e -XX^e siècles et par les routes principales n°05 et n°07 reliant la capitale de Tunis aux villes de Mateur et du Kef en passant par la région. Ces deux grandes routes forment l'axe d'accès principal à partir duquel les villages se sont développés. A cela s'ajoute la rivière de Medjerda que l'on traverse sur le pont d'*el-Bathan* et celui *Djedeïda* et des chemins de grande et de moyenne communication qui relient les différents centres de la région. Entre 1890-1906, plus de 800 kilomètres de routes secondaires ont été aménagées pour la desserte des centre agricoles et pour leur rattachement aux gares de chemin de fer. L'Etat a engagé, aussi, des grands travaux d'assainissement de la basse-Medjerda. Dans ce contexte, un syndicat d'assainissement de *Gaaret Mabtouha* est fondé en 1908. Le développement du réseau routier donne accès à de nouveaux espaces et permet ainsi aux milieux ruraux d'entretenir des relations directes avec la localité urbaine la plus proche et de profiter de l'éventail de services offerts.

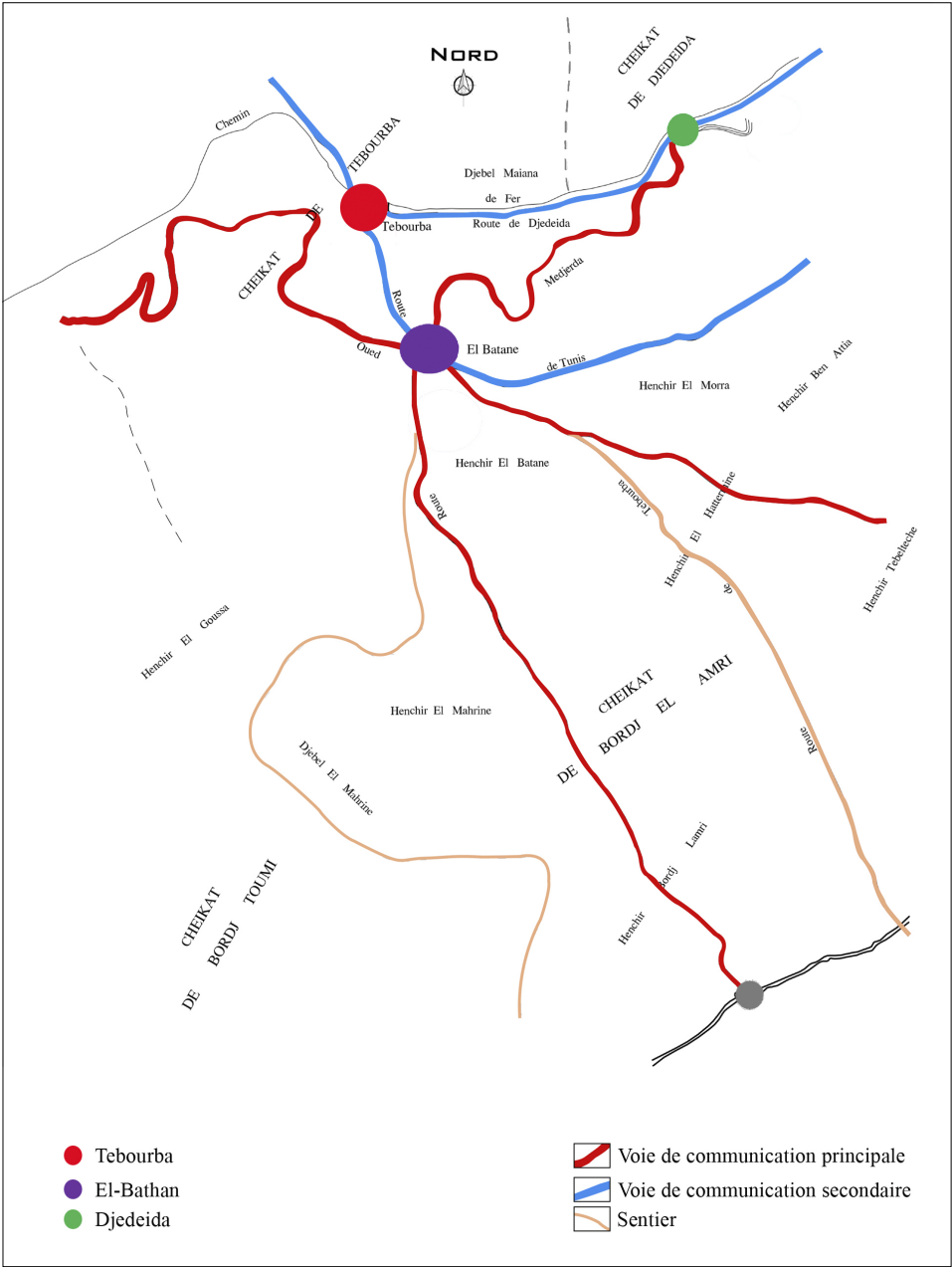


Fig. 2. Réseau routier. Source de la carte : ANT, dessin : Maha Ghribi.

Au sein de ce réseau nous distinguons deux types de centres urbains. Les villages de la plaine comprenant dans leur quasi-totalité tous les équipements de proximité et du moins l'essentiel des équipements de la gamme intermédiaire. A cette échelle nous observons une concentration particulière de population et de services dans les anciens bourgs de *Djedeïda* et d'*el Bathan* (Abidi, 2016 ; Saadaoui, 2019). Quant aux villages de colonisation, Bordj-*el-Amri* permet de se rendre compte de l'importance des nouveaux centres limités et dotés d'une zone d'influence propre.

Le second type de centres est constitué des villages du plateau. Ils sont naturellement plus étendus et moins densément peuplés. Les équipements y sont le plus souvent rares ou inexistants. Nous notons, en particulier, les villages de *Djebel Lansarine* placés à la limite nord-ouest de la région de *Tebourba*. Cet endroit est dominé de massifs dont les pics atteignent plus de 600m avec une surface irrégulière et bosselée. Cette topographie difficile, incitent les habitants de ces villages de faire le détour vers le village d'*ed-Dekhila* ou la ville du *Mateur*, dépendante du district de Bizerte, que de traverser la montagne vers *Tebourba*.

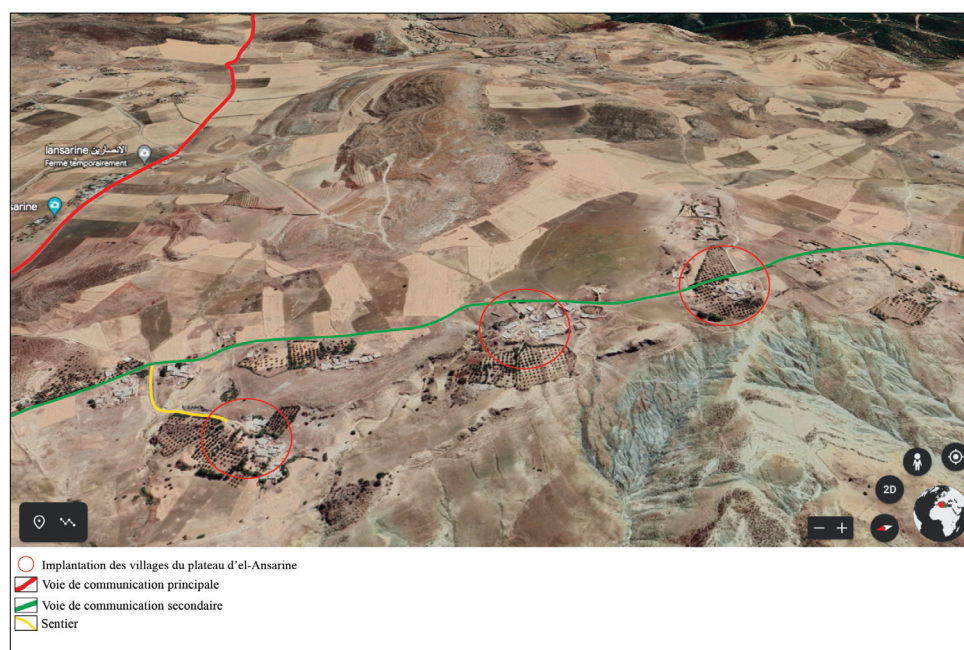


Fig. 3. Villages perchés de Lansarine. Source : Google Earth, dessin : Maha Ghribi.

Dans le cadre de ces deux groupes, nous trouvons aussi des villages et parfois des bourgs/*dachra-s* à fonction locale incomplète, sans que l'une ait une influence appréciable sur les autres. Il est aussi possible d'observer un schéma de multi-localisation avec une tendance à des regroupements en micro-zones s'organisant en fonction du lieu d'origine des colons, italiens ou français, ou des habitants locaux selon leur origine tribale. Ces micro zones dépendent largement des autres villages, parfois du même rang comme nous pouvons l'observer dans le cas des villages de colonisation d'*Ed-Dekhila*, de *Schuiggui* et de *Bordj el-Amri* qui ont réussi à développer une dynamique propre et de plus en plus indépendante. Tous ces centres se rattachent en fait directement à *Tebourba* et à *Mateur*. De ce point de vue la région se divise en diverses portions d'espace qui correspondent aux zones d'influence hiérarchiques. Pour déterminer la zone d'influence dominée par chaque centre, il est possible de prendre, pour certaines localités, les rapports de fréquentation estimés à travers l'importance des routes régionales ainsi que des voies de communications secondaires. Ce choix repose sur l'idée que l'accessibilité des sites peut être représentative de l'ensemble des relations inter-localités. La carte suivante (Fig. 8) restituant les traits majeurs des différentes zones d'influence respectives à la ville de *Tebourba* et de *Mateur* ainsi que celles des deux bourgs de *Bordj el-Amri* et d'*el-Bathan*, permet de distinguer quatre zones d'influence dans la région dont deux sont respectivement partagées d'un côté entre *Tebourba* et *Mateur* et entre *Tebourba* et *Bordj el-Amri* de l'autre côté. La première zone est dominée par la ville de *Tebourba*, une ville du niveau structurant, possède un panier d'équipements et de services propre à son rôle. Au niveau de la santé et de l'éducation, *Tebourba* offre un encadrement beaucoup plus complet, ceci renforce quasiment sa centralité ainsi que sa domination sur l'ensemble de la région. Mais elle propose aussi les services offerts par les centres intermédiaires, inférieurs et limités. Par contre pour la justice de paix il faut se rendre obligatoirement à Tunis.

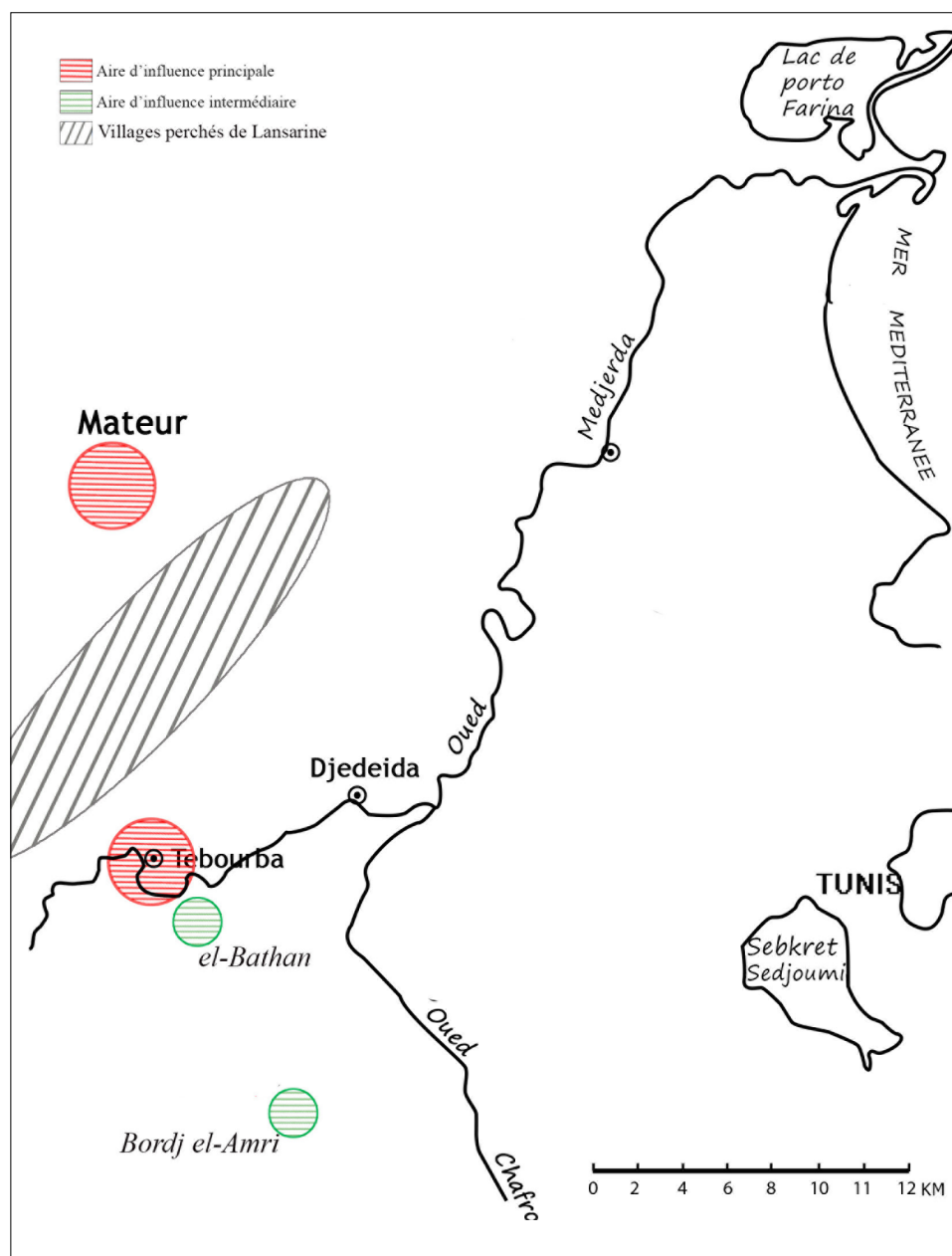


Fig. 4. Localisation des principaux centres urbains de la région de Tebourba. Source : dessin Maha Ghribi.

La seconde zone d'influence est ordonnée par la ville de *Mateur* et englobe ses environs ainsi que les bordures périphériques du *Cheikhat* de *Tebourba* attirées vers la ville de *Mateur* éventuellement par la proximité et grâce à quelques services ponctuels. Cette attraction est renforcée davantage par l'importance du réseau routier assurant la connexion des différents bourgs du massif à cette ville. Deux pistes relient ces villages aux alentours : le chemin de *Lansarine-Tebourba* et celui du *Baouala* vers *Mateur*. D'autres sentiers reliant les différentes parties du *henchir* à ces deux sentiers sont praticables uniquement à pied ou à cheval. Ces flux sont orientés par la présence du *souk* hebdomadaire formant un élément d'attraction pour la population des villages du plateau qui ne tiennent pas un marché hebdomadaire. Les paysans des environs viennent y vendre leurs surplus agricoles et s'approvisionner en denrées diverses ou encore effectuer de gros achats, comme de nouvelles bêtes de travail par exemple (Cuisinier, 1960). Quoi qu'il en soit, se rendre au marché hebdomadaire c'est aussi profiter des nombreux autres services qu'offre la petite ville à savoir un service de notariat dont les villageois en ont toujours besoin pour dresser leurs actes de vente, d'achats, de décès ou d'inventaire de succession. Ainsi la présence des notaires renforce l'attractivité et l'indépendance de la ville de *Mateur* par rapport à la ville de *Tebourba* en tant que centre régional structurant. De plus, *Mateur* propose des liaisons directes vers les villes de Bizerte et Tunis. Nous dégageons ici une différence très nette dans la puissance du rôle régional entre *Tebourba*, particulièrement bien équipée dans tous les domaines et assurant des différents services nécessaires à la vie régionale, et *Mateur* frappée d'une relative faiblesse de certains équipements et aux services limités exerçant une fonction d'encadrement au niveau des villages du plateau.

Ces bourgs perchés ainsi que quelques villages de colonisation qui, au-delà de la zone d'influence directe de *Tebourba* et *Mateur*, s'organisent à l'échelle économique en cellules de tailles variables, *ed-Dekhila* et *Schuiggui*, évoquent à leurs tours des contacts poussés. *Ed-Dekhila* représente un centre de relais pour les habitants de *Lansarine* qui s'y rendent fréquemment pour profiter de quelques services médicaux élémentaires ou pour se diriger vers Tunis. Quant à *Schuiggui*, est le centre de la cave coopérative de vinification et par conséquent ce village se trouve au cœur de l'économie dans cette région de production de masse. Elle effectue en commun les opérations de vinification, de stockage et de vente. Ainsi elle une destination incontournable de tous les vigneron. En complément, *Schuiggui* était le centre religieux, éducatif et social de tous les villages coloniaux disséminés dans la partie nord-est de la plaine de la basse vallée de la Medjerda. Enfin, sa situation à proximité de la route principale n°7, permet un accès direct à la ville de Tunis.

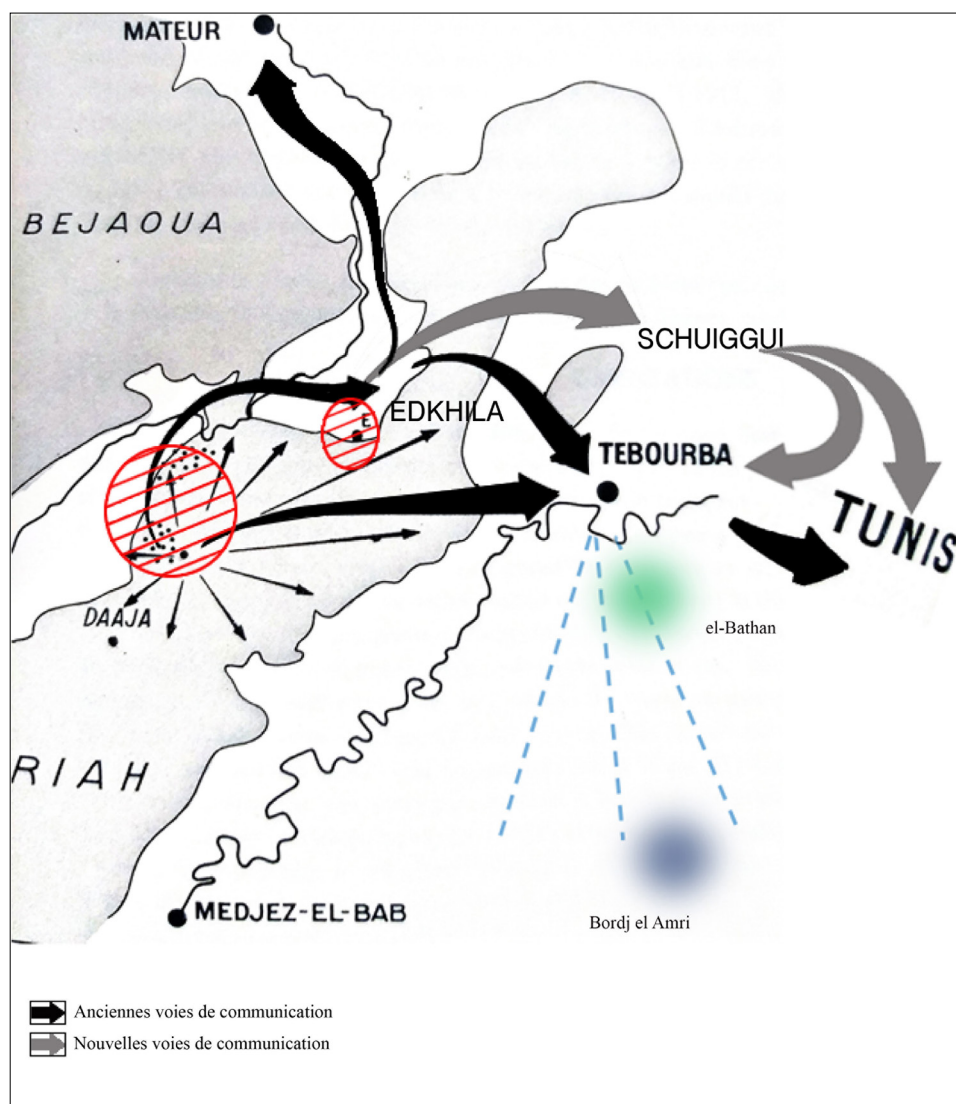
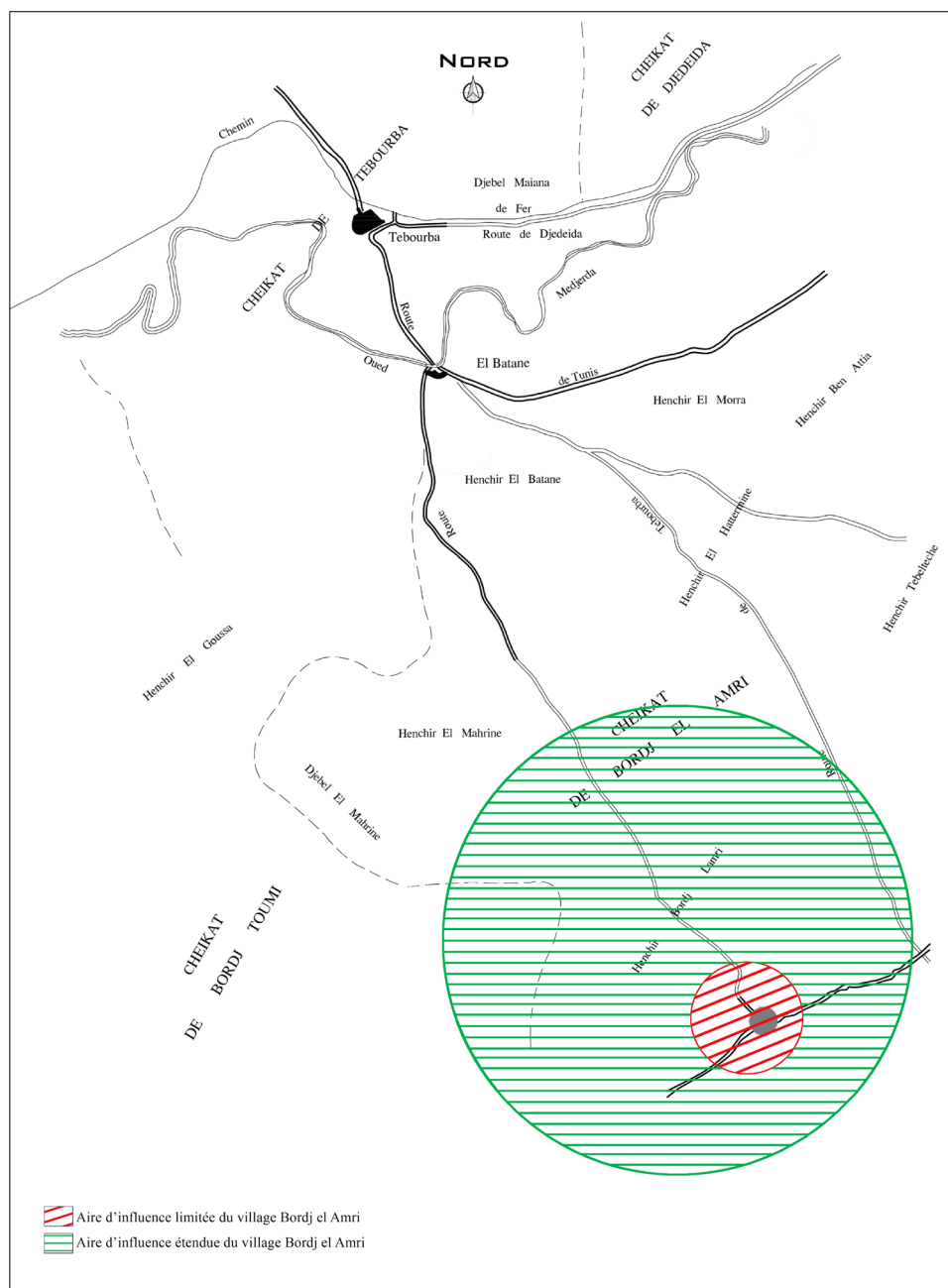


Fig. 5. Les liaisons établies entre les villages perchés de *Lansarine* avec les centres avoisinants.
Source de la carte : Jean Cuisinier, dessin : Maha Ghribi.

Ainsi ces deux villages renvoient à des relations plus ponctuelles et distendues dans lesquelles d'autres villages ou bourgs interviennent à titre de relais, et qui représentent un espace de relation proche avec lequel les centres de bas d'échelle réalisent de façon régulière et continue ses principaux échanges économiques, c'est aussi le cas d'*el-Bathan* et celui de *Bordj el-Amri*. Ceci met en évidence une opposition marquée entre la partie Nord-Est de la région, où la ville de *Tebourba* et ses villages de colonisation constituent un véritable réseau, hiérarchiquement et spatialement équilibré, et la partie Nord-ouest de la plaine caractérisée par une organisation en bourgs perchés en totale dépendance conséquence de la forte polarité exercée par *Tebourba*, et à moindre échelle, par celle de *Mateur*, affirmée par sa position centrale qui lui a valu d'exercer des fonctions directrices. Aussi proche de *Lansarine*, *Mateur* joue un rôle directeur dans cette hiérarchie.

Une autre zone, moins importante, un peu plus éloignée de la première, celle d'*el-Bathan*. Elle est limitée à ce bourg. Mais son importance dérive de sa qualité de centre de fabrication de *chechia*. En effet, l'activité artisanale d'*el-Bathan* est attestée depuis le XVII^e siècle, date à partir du quelle, ce village devient le grand centre de production de *chachia* à l'échelle de la Régence. Celle-ci, stimulée par la demande commerciale, était le moteur de croissance de l'activité commerciale. Des petits bourgs autour de la ville de *Tebourba*, comme *Djedeïda* et *el-Alia*, travaillaient dans quelques étapes du processus de production des *chechias* comme artisans ou producteurs de matière première (Miled, 2010 ; Ferchiou, 1971). Cette activité artisanale introduit une dynamisation et importance du lieu comme centre de production assurant certaines étapes de la fabrication et drainant des flux d'artisans et de commerçants. Cette importance s'est davantage affirmée en 1844, avec la fondation de manufacture des draps attestant son rôle économique à l'échelle de la région et de l'ensemble de la Régence.

Une troisième zone, plus importante que la seconde se situe autour de *Bordj el-Amri* tirant son importance de l'implantation stratégique de ce bourg sur la route nationale n°5 reliant la capitale à la région Nord-ouest du pays. Cette route s'avère donc davantage être une route de passage ayant ainsi un caractère inter-régional. Ceci confirme le rôle plutôt local de ce bourg. Son importance réside aussi de son attache directe avec la ville de *Tebourba* par une route secondaire à travers le centre d'*el-Bathan* qui se poursuit jusqu'à la ville du *Mateur*. Cette route draine des flux venant de la région de Bizerte à travers le village de *Djedeïda* et en bordure de la vallée de la Medjerda et la principale destination demeure toujours *Tebourba* et, à un degré moindre, la ville de Tunis par la route n°5 ou celle n°7. *Bordj el-Amri* développe sa zone d'influence au moyen d'un panier de services particuliers d'ordre sportif.



Ce village était doté depuis sa création des aires de sports exclusifs à l'échelle de la région comprenant un terrain de football, un terrain de basket-ball, un champ de tir pour pistolets et carabines, un ball-trap, un circuit hippique de saut d'obstacles et un cours de tennis (Beaumont, 1902). Ces équipements attiraient les habitants des localités avoisinantes. De ce fait, tous ces bourgs s'attachent au centre de *Bordj el-Amri* et par conséquent à tout le réseau urbain de la région ce qui facilite sa prédominance sur toute la zone pour gérer d'autres aspects d'intérêt économique, social et culturel. Ses habitants se dirigent vers *Tebourba* et parfois vers *Medjez el-Bab*, Contrôle civil de Beja, uniquement comme une destination de dernier recours.

La dernière Zone, la plus importante d'ailleurs, encercle les trois premières et couvre une partie du *cheikhat* de *Bordj Toumi*, le *cheikhat* de *Djedeïda* et celui de *Bordj el-Amri*. Cette zone est dominée directement par la ville de *Tebourba*, le chef-lieu de toute la région. L'aire d'influence de *Tebourba* englobe approximativement la totalité de son réseau. Cette influence s'est surtout développé le long de deux axes routiers majeurs, soit les routes n°5 et n° 7, mais elle se fait sentir à des distances très variables selon les branches d'activité. L'attraction démographique, culturelle et administrative de la ville est bien supérieure à son rayonnement commercial. Toutefois elle paraît être souvent battue, par zone, par celle des petits centres locaux. Ainsi, il est possible de dégager, grâce à l'observation de cette carte (Fig. 8), un schéma global hypothétique de la zone d'influence de la ville de *Tebourba* subdivisée en sous-zones partagées avec des centres secondaires, *Mateur* et *Bordj el-Amri*, et d'autres zones limitées respectives aux centres secondaires, chacune correspondant à des espaces urbains hiérarchisés et complémentaires. Cette hiérarchisation est déterminée par des fonctions précises et des services ponctuels. Même si la ville de *Mateur* est plus éloignée de *Tebourba* que *el-Bathan* et *Bordj el-Amri*, son rapport de fréquentation est cependant plus élevé que les deux autres à cause d'une accessibilité commode et des services singuliers adaptés aux besoins des habitants des villages du plateau. En effet, la population des villages perchés de *Lansarine* est davantage attirée par la ville de *Mateur* comme destination principale pour les *souk-s* hebdomadaires et en deuxième lieu par la ville de *Tebourba* notamment pour les services de notariat, éducatifs et médicaux. Tandis que les habitants d'*el-Alaouine*, d'*el-Messadine*, d'*el-Mangoub* et bien d'autres *henchir-s* environnants situés au sud-ouest de la plaine, sont attachés au bourg de *Bordj el-Amri*. Plus au Nord, vers la capitale régionale *Tebourba*, le village d'*el-Bathan* est la principale destination des artisans et des commerçants de *chechia*.

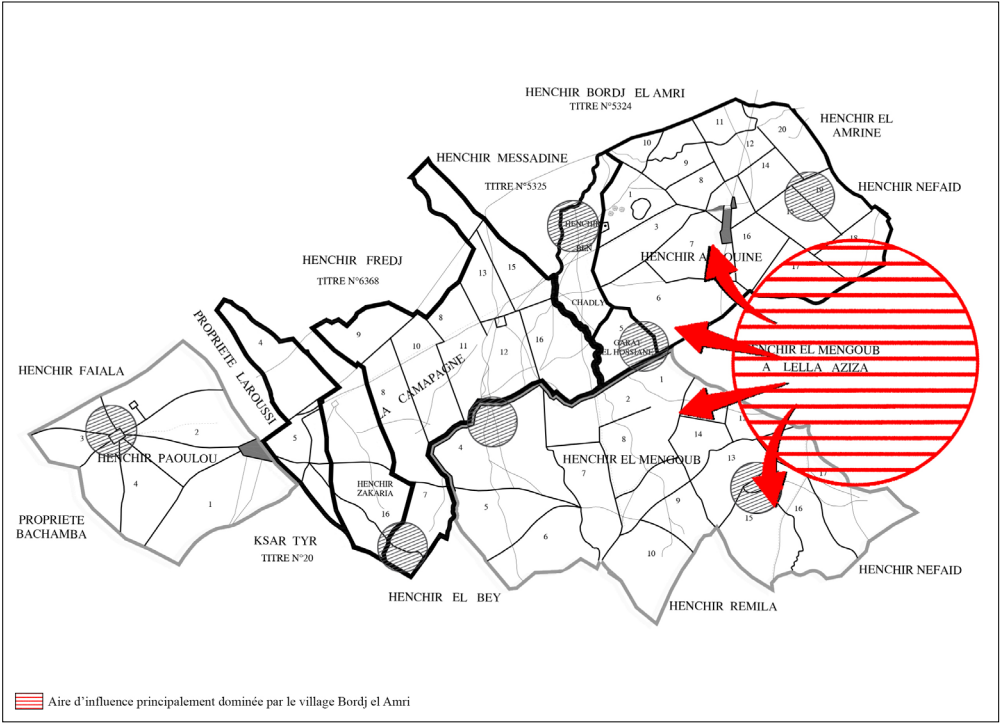
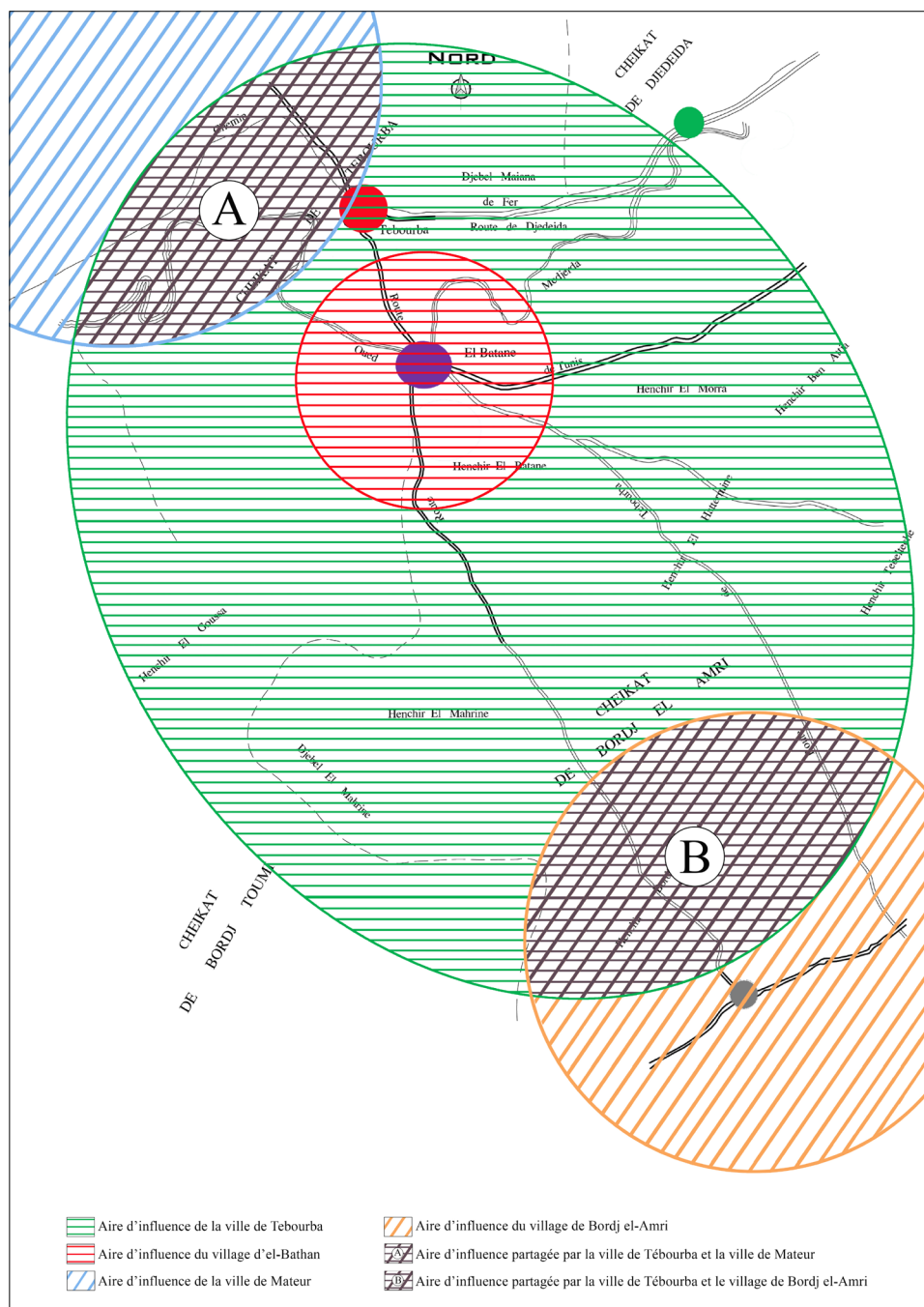


Fig. 7. Les localités dominées par *Bordj el-Amri*. Source de la carte : ANT, dessin : Maha Ghribi.

Il est donc possible de dresser trois limites, selon l'intensité relative de l'influence (Fig. 8). Le tracé de ces limites, et spécialement de la limite intermédiaire, qui définit au mieux l'aire d'influence de *Tebourba*, s'explique assez aisément par le milieu géographique et par l'histoire. L'étendue et l'importance des zones s'ajustent en fonction de la présence des principales routes. La connexité ainsi que la connectivité du réseau augmentent avec l'ordre de proximité. Ainsi, nous pouvons affirmer globalement que l'influence d'une localité urbaine périphérique décroît avec la distance des localités rurales et ce à l'avantage graduel de la localité urbaine centrale, c'est le cas de *Tebourba* que certains centres lui échappent partiellement : les relations sont plus aisées de *Bordj el-Amri* et même d'*el-Bathan*, vers Tunis que vers *Tebourba*. Il en est de même pour *Lansarine* vers Mateur ou *ed-Dekhila* et de là vers Tunis. Nous apercevons, à ce niveau, que les villages de *Lansarine* ne sont pas tributaires de *Tebourba* du moment que le marché agricole le plus important se tient toujours à Mateur. A cet égard, Nous observons, aussi, que l'influence de la ville de Mateur s'est étendue jusqu'aux environs limitrophes de *Tebourba*.

De même la palette de services propre à chaque niveau n'est pas toujours exclusive, d'autres fonctions complémentaires figurent ponctuellement et modifient l'importance d'une zone occasionnellement. Les offres de ces centres sont hiérarchiquement englobantes mais l'ensemble de ces services ne fonctionne pas simultanément dans tous les centres existants, même à l'échelle de la ville régionale de *Tebourba*, et il convient de souligner leur caractère parfois intermittent. Dans ce contexte les relations entre les différentes localités, s'accomplissent, le plus souvent, à une échelle limitée entre le centre considéré comme repère et l'espace environnant qui constitue la zone.

Le tracé de la limite d'influence ainsi définie entoure donc les régions qui sont sous l'influence directe et incontestable de *Tebourba*. Certaines d'entre elles, sans doute, peuvent également avoir des relations d'interdépendance avec d'autres centres à degré moindre. bien que ces régions aient aussi des relations directes avec Tunis. Nous citons ici le cas de *Schuigui*. Mais en revanche, à certains égards, l'influence de *Tebourba* s'étend aussi aux deux extrémités de la région. Ainsi, la distinction entre les différentes zones d'influence reste à faire grâce aux différents services assurés par chaque centre et qui sont à l'origine de son attraction par rapport aux milieux ruraux environnants. Toutefois, nous avons également l'impression, de nos jours, que l'influence de *Tebourba*, au moins dans les parties les plus éloignées de sa région, doit s'interpréter par l'absence d'une ville concurrente.



4. Conclusion

Malgré son étendue limitée, la région de *Tebourba*, faisant partie de la plaine de la basse vallée de la Medjerda, se caractérise par un réseau urbain hiérarchisé et complémentaire doté de plusieurs zones d'influence d'importance variable. Cette armature hétérogène est avant tout un héritage historique qui a été progressivement renforcé par le système colonial à travers la création des villages de colonisation dans le cadre d'une politique de peuplement stratégique. Au sein de cette hiérarchie chaque ville, village ou bourg y a sa zone d'influence relativement déterminée. Ces zones d'influence s'établissent différemment selon les facteurs de distance et d'accessibilité ainsi que les services assurés. L'existence d'un réseau routier important a beaucoup facilité l'interconnexion de ces bourgs. Ce réseau routier se présente également comme le principal élément lisible influençant l'organisation de l'ensemble du réseau urbain de la région.

Cependant, avec l'apparition d'un espace marqué par une diversification de centres de gravité assurant un panier de services élémentaires et l'affaiblissement du rôle centralisateur de la ville de *Tebourba*, nous constatons qu'en fait il n'y a pas de véritable organisation hiérarchisée entre les trois types des centres d'encadrement du niveau régional. Tous sont des centres de production et d'échange, tous sont dispensateurs de services divers, tous sont des lieux de rencontre de référence pour une population rurale voisine. Certes, nous pouvons déceler quelques liens de complémentarité correspondant à une hiérarchie, mais celle-ci est loin d'être rigoureuse et les relations par lesquelles elle se traduit sont souvent moins importantes que celles qui relient la région en question directement à la ville de Tunis.

De même, l'influence des petits villages et même de la ville régionale de *Tebourba* doit être nuancée. Les centres de colonisation qui s'insèrent dans les zones d'influence de cette ville n'en dépendent pas d'une manière absolue. Leur proximité à d'autres petits centres limite leur dépendance à la ville régionale, et entretiennent surtout des rapports directs avec d'autres villes (Tunis, Mateur) et centres inférieurs comme en témoigne l'exemple de *Schuigui* et de *Bordj el-Amri*. De même, le recours des ruraux de *Lansarine* à *Tebourba* est devenu facultatif. Ces nuances s'expliquent, le plus souvent, par le dynamisme propre de chaque centre, par son histoire, par les besoins de ses habitants, de ses activités de production aussi bien que par les besoins d'une zone d'influence plus ou moins vaste, beaucoup plus que par une organisation systématique des relations de dépendance reposant sur le recours, pour les moins, au service des mieux équipés.

SOURCES ET BIBLIOGRAPHIE

Archives Nationales de Tunisie

- A.N.T. – Série historique, carton 44, dossier 506.
 A.N.T. – Série historique, carton 44, dossier 509.
 A.N.T. – Série A, carton 6, dossier 1, sous dossier 1
 A.N.T. – Série SG5, carton 178, dossier 11.

Études

- ABIDI, B. (2014) : «Chaouat : mutation de la campagne tunisienne à l'époque coloniale». *Rawafed*, 19, pp. 11-32.
- ABIDI, B. (2016) : «Henchir Djedeïda aux XIX^e-XX^e siècles : enjeux fonciers et mutations urbaines à l'époque coloniale». *Al-Sabil : Revue d'Histoire, d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines*, 1. [En ligne]
- ABIDI, B. (2018) : «Mobilité et aménagement de l'habitat rural dans la plaine de la basse vallée de la Medjerda (XIX^e-XX^e siècles)». In E. CANEPARI & C. REGNARD (dirs.) : *Les logements de la mobilité (XVII^e-XXI^e siècles)*. Paris : Karthala, pp. 121-140.
- AMMAR, S. (2019) : *Les cités d'habitation à bon marché, le début de l'habitat social à Tunis sous le protectorat*. Tunis : CPU-LAAM.
- BEAUMONT P. (dir.) (1902) : *Bulletin annuel de l'association des colons français de la région de Tebourba*, 1.
- CHERIF, A. (1994) : «Politique de l'eau et aménagement des campagnes». *Cahiers de la Méditerranée*, 49 (1), pp. 83-104.
- CUISINIER, J. (1960) : *L'Ansarine. Contribution à la sociologie du développement*. Tunis : Presses universitaires de France.
- DE MONTETY, H. (1937) : «Les Italiens en Tunisie». *Politique étrangère*, 2 (5), pp. 409-425.
- ELLOUMI, M. (2013) : «Les terres domaniales en Tunisie». *Études rurales*, 192. [En ligne]
- FERCHIOU, S. (1971) : *Techniques et sociétés : exemple de la fabrication des chéchias en Tunisie*. Mémoires de l'Institut d'Ethnologie, vol. 7. Paris : Université de Paris, Muséum National d'Histoire Naturelle.
- GANIAGE, J. (1968) : *Les origines du Protectorat française en Tunisie 1861-1881*. Tunis : Maison tunisienne de l'édition.
- HAMOUDA, S. (2016) : *Etudes de l'évolution de l'occupation et de l'utilisation du sol dans le delta de Medjerda par télédétection et systèmes d'informations géographiques*. Tunis : Arabesques.
- JEANNEAU, J. (1996) : «Villes moyennes et grandes villes intermédiaires dans les Pays de la Loire». *Norois*, 171 (1), pp. 647-658.

- KERROU, M. (2013) : «Quartiers et faubourgs de la médina de Kairouan : des mots aux modes de spatialisation (XIX^e-XX^e siècles)». In C. TOPALOV (dir.) : *Les divisions de la ville*. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Unesco, pp. 222-252.
- LOTH, G. (1905) : *Le peuplement italien en Tunisie et en Algérie*. Paris : Librairie Armand Colin.
- MAROUANE, L. (2010) : *La législation coloniale française en matière de domaine de l'Etat en Tunisie 1881-1956*. Tunis : Université de la Manouba, Institut supérieur de l'histoire du mouvement national.
- MILED, B. (2010) : *Chéchia, le bonnet de feutre méditerranéen : histoires, portraits, artisans, fabrication, matières premières, commerce*. Kartaca/Tunis : éditions cartaginoiseries.
- OUESLATI, A., CHARFI, F. & BACCAR, F. (2006) : «La basse vallée d'Oued Madjerda et la lagune de Ghar El Melh». In WADI Project Fifth International Meeting, INCO-CT-2005-015226. Tunis, 6-9 Décembre, 2006.
- PONCET, J. (1961) : *La colonisation et l'agriculture européennes en Tunisie depuis 1881. Étude de géographie historique et économique*. Paris : Imprimerie Nationale.
- SAADAOU, A. (1996) : *Testour du XVII^e au XIX^e siècle. Histoire architecturale d'une ville morisque de Tunisie*. Tunis. [Thèse de doctorat]
- SAADAOU, A. (2019) : «Tébourba, Djedeida et El Battan. Les Andalous dans la basse vallée de la Medjerda, mise en valeur de la région, urbanisme et architecture». *Al-sabil*, 8. [En ligne]
- SAURIN, J. (1905) : *Société des fermes françaises de Tunisie*. Paris.
- SEKLANI, M. (1960) : «Villes et campagnes en Tunisie. Evaluations et prévisions». *Population*, 15 (3), pp. 485-512.
- SETHOM, H. (1992) : *Pouvoir urbain et paysannerie en Tunisie*. Tunis : Cérée Productions, Fondation nationale de la Recherche Scientifique.
- VIOLARD, É. (1906) : *La Tunisie de Nord: Les Controles civils de Souk-El-Abba, Béja, Tunis, Bizerte et Grombalia*. Rapport à Mr. le résident général S. Pichon. Tunis : Imprimerie Moderne.
- YAZIDI B. (2005) : *La politique coloniale et le domaine de l'État en Tunisie, de 1881 jusqu'à la crise des années 1930*. Tunis : Éd. Sahar, Faculté des lettres de Manouba.

Etnografia urbana e arquivos etnográficos.

Possíveis contributos para a história das cidades

Rita Cachado¹

Resumo

A etnografia enquanto metodologia foi desenvolvida pela Antropologia ao longo da sua história disciplinar, mas não se limita a ser uma metodologia antropológica. Ela vem sendo convocada por várias ciências sociais e humanas, e não só, onde a História é uma entre várias. Não é totalmente pacífico nos debates epistemológicos até que ponto podemos falar de uma etnografia especificamente urbana, mas é consensual que os contextos urbanos contemporâneos requerem muitas vezes o recurso à etnografia, seja ela levada a cabo com as pessoas que habitam e que fazem as cidades, seja ela de arquivo.

Neste capítulo irei debater como a etnografia urbana pode contribuir para a história das cidades. Mais concretamente, irei centrar-me na análise de uma ferramenta metodológica da etnografia, o diário de campo, que pode ser utilizado, analisado e salvaguardado, enquanto material primário. É também uma ferramenta útil para lidar com os desafios éticos das pesquisas contemporâneas, sobretudo no caso dos trabalhos de investigação em contextos urbanos, independentemente da sua dimensão, devido ao carácter particularmente dinâmico das cidades.

Palavras-chave

Etnografia urbana, Caderno de campo, Epistemologia, Instrumentos metodológicos, Interdisciplinaridade

¹ Iscte, CIES-IUL

**Urban ethnography and ethnographic archives.
Possible contributions to the history of cities**

Abstract

Ethnography as a methodology has been developed by anthropology throughout its disciplinary history, but it is not limited to being an anthropological methodology. It has been called upon by various social and human sciences, and not only, where History is one of several. The epistemological debates on the extent to which we can speak of a specifically urban ethnography are not entirely peaceful, but there is a consensus that contemporary urban contexts often require the use of ethnography, whether it is carried out with the people who live in and make cities, or in archives. In this chapter I will discuss how urban ethnography can contribute to the history of cities. More specifically, I will focus on the analysis of a methodological tool of ethnography, the field diary, which can be used, analysed and safeguarded as primary material. It is also a useful tool for dealing with the ethical challenges of contemporary research, especially in the case of research in urban contexts, regardless of their size, due to the particularly dynamic nature of cities.

Keywords

Urban ethnography, Field notebook, Epistemology, Methodological tools, Interdisciplinarity

“Lorsqu’on peut disposer des archives d’une enquête, c’est tout un sortir du tunnel” (Topalov, 2015: 24).

1. Etnografia urbana. Traços gerais

Neste capítulo² pretendo mostrar de que formas a etnografia urbana e os registos que são recolhidos através dessa metodologia podem ser úteis para a história urbana. A etnografia urbana é, tão simplesmente, a metodologia etnográfica aplicada às cidades. Para tal, quem faz investigação nessa área escolhe uma “janela de observação” (Cordeiro, 2014). Diferencia-se, não necessariamente por ser aplicada em cidades e não noutros contextos, mas pelo facto de o contexto urbano ser um contexto importante para a análise que se pretende realizar.

Num conhecido texto da antropóloga urbana Graça Cordeiro publicado na Revista *Ler História*, autora que, de resto, tem contribuído de forma sustentada ao longo das últimas décadas para o estabelecimento e crescimento da antropologia urbana em Portugal, como tive oportunidade de refletir noutro momento (Cachado, 2022), explica o que subjaz à realização de uma etnografia urbana. Partindo de um recorte da realidade urbana, esta metodologia contribui não só para compreender um dado fenómeno social, cultural, político, etc, mas também, no fim de contas, contribui para conhecer melhor uma determinada cidade (Cordeiro, 2010).

Para uma pessoa formada em Antropologia, torna-se óbvio como se põe em prática esta metodologia, e a popularidade da Etnografia entre as ciências sociais e humanas trouxe uma espécie de senso comum sobre a sua prática. No entanto, a Antropologia continua a alimentar a sua identidade disciplinar através da sua metodologia, que será praticada mais adequadamente quando levada a cabo por antropólogos. A este respeito, há dez anos, o antropólogo Tim Ingold publicou um artigo em que punha em causa um certo abuso da metodologia etnográfica (Ingold, 2014), muitas vezes praticada de ânimo leve, desenvolvida em pesquisas de curta duração, quando o ideal é o desenvolvimento de uma pesquisa empírica de tempo longo, de forma a estabelecer relações de confiança com os interlocutores no terreno

² Este capítulo tem por base o texto “Etnografia urbana. Uma metodologia para que ciências?”, conferência apresentada no Colóquio *O mundo urbano em rede. Pequenas, médias e grandes cidades da Idade Média à Época Contemporânea*, Castelo de Vide, 05/05/2023. Agradeço a oportunidade de publicação no livro que resulta do Colóquio, sobretudo à Adelaide Millan Costa, mas também aos demais organizadores. Os resultados aqui partilhados partem de uma pesquisa que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito institucional do Iscte, CIES-IUL/FCT (4, 5 e 6 art. 23 DL57/2016 27/Ago, Lei 57/2017 19/Jul).

e, com isso, poder experienciar vivências locais/contextuais mais afim da realidade quotidiana das pessoas com quem estamos a realizar uma dada pesquisa.

Em termos gerais, para não antropólogos, é importante esclarecer: a etnografia convoca um conjunto de ferramentas metodológicas, todas elas no âmbito qualitativo, sendo as mais emblemáticas a observação participante e o respetivo registo em diário de campo e outras formas de registo etnográfico. Mas, tal como a maioria das abordagens qualitativas, a etnografia não dispensa a entrevista (sejam elas com recurso a registo áudio e vídeo ou apenas com registo escrito), e muitas vezes recorre ao método biográfico, procedendo nesse caso a entrevistas de trajetória de vida; convoca a pesquisa documental em arquivos pessoais, familiares, locais ou nacionais; e, tal como nas demais abordagens científicas, não prescinde de uma abordagem teórica aos conceitos e problemáticas a desenvolver ao longo da pesquisa.

E, se assim é na etnografia, o mesmo se passa na etnografia urbana. Para dar um exemplo recorrendo à autora supracitada, Graça Cordeiro na sua pesquisa de doutoramento pesquisou sobre o bairro da Bica, em Lisboa, onde versou sobre sociabilidades de vária ordem, sobre o papel do associativismo, detendo-se na análise da participação da Bica nas marchas populares de Lisboa, tendo realizado para tal trabalho de campo no referido bairro, mas também analisou exaustivamente as atas de uma associação local, verificou os periódicos locais e nacionais, entrevistou, etc. Possui um arquivo notável de compilação de dados sobre a população local e suas atividades, sobre o seu quotidiano, uma vez que realizou uma observação participante no local, entre outros recursos. Tal labor foi essencial para analisar o bairro não só naquilo que ele era no chamado presente etnográfico em que a autora realizou o seu trabalho de campo, mas também para compreender as narrativas produzidas acerca dos chamados bairros populares, bairros históricos, suas populações e suas tradições. O seu estudo foi publicado em 1997 com o título *Um bairro na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*.

Numa outra ocasião, Graça Cordeiro debruçou-se sobre o imaginário sobre as profissões urbanas, detendo-se no caso das varinas (Cordeiro, 2001). Perceber melhor, através dos arquivos disponíveis, como se constroem determinados símbolos urbanos, como é o caso do conhecimento (ainda muito limitado) sobre as profissões “tradicionais” na cidade de Lisboa, é crucial para produzir bons contributos para a história urbana.

No seguimento deste capítulo, apresentaremos uma das principais ferramentas metodológicas da etnografia, o uso do diário de campo, e sobre a importância da sua conservação e salvaguarda.

2. Diário de campo como ferramenta central de registo da etnografia

O diário de campo é uma ferramenta metodológica que pode ser convocada por praticamente qualquer ciência, cujas pesquisas impliquem a realização de um trabalho de campo. Metodologicamente, foi sobretudo desenvolvida no seio da Antropologia cultural e é referida como sendo uma das suas principais ferramentas metodológicas diferenciadoras. E é. A etnografia, por norma, implica um tempo relativamente longo de pesquisa e quem faz a investigação pode, por isso mesmo, tecer relações de confiança com os interlocutores. Aquilo que é dado a vivenciar e, por via da pesquisa com observação participante, a recolher, organizar e posteriormente analisar e publicado é, por natureza da etnografia, um conhecimento privilegiado da realidade em estudo. Neste sentido, o diário de campo é uma ferramenta diferenciadora do labor etnográfico.

A sua utilização visa sobretudo dois tipos de registo:³ o registo de dados etnográficos recolhidos através de observação participante e o registo de reflexões que vão tendo lugar ao longo de uma pesquisa etnográfica. Os formatos são os mais diferenciados, desde notas e apontamentos a registos mais narrativos (v. e.g. Sanjek, 1990; Leal, 2016). De todas as formas, o diário de campo regista dados primários e a pessoa que desenvolve a pesquisa etnográfica produz, por isso, fontes primárias. Apesar da sua subjetividade e do facto de os registos serem, de certa forma, uma interpretação da realidade social (Geertz, 1973) e não a realidade social em si, não deixa de ser um documento produzido por alguém que vivenciou uma dada realidade social em primeira mão e assim registou aquilo que observou, aquilo que conversou.

Raramente publicados, os diários de campo são, contudo, sobejamente referidos e citados nas pesquisas etnográficas. Uma das publicações de diários de campo mais conhecidas é a do diário do antropólogo Bronislaw Malinowski em 1966, quase vinte anos após a sua repentina morte, *A Diary in a Strict Sense of the Term*, uma vez que revelou as reflexões e não apenas o registo disciplinado da sua etnografia nos anos 1910. Nessas reflexões, deparamo-nos com referências aos seus interlocutores que fariam enrubescer de vergonha a maioria dos antropólogos, uma vez que inclui qualificativos negativos relativamente à sua experiência etnográfica. Mas a sua publicação também foi importante para a antropologia se confrontar com uma das suas formas de produzir fontes primárias. Em todo o caso, a publicação ou, pelo menos, a possibilidade de consulta de diários etnográficos, permite, além do mais, o acesso à perceção sobre as práticas (Sanjek, 1990) profissionais dos etnógrafos.

³ Noutro local tive ocasião de desenvolver uma reflexão metodológica sobre o diário de campo, a sua utilidade, e sobre a importância da valorização metodológica desta ferramenta de recolha etnográfica (Cachado 2021).

Um outro antropólogo, Edmund Leach, é, entre outras coisas, conhecido por ter perdido o seu diário de campo e de ter reconstituído, apenas com a memória, a sua etnografia (Sanjek, 1990, p. 37) e a consequente publicação em livro, *Political Systems of Highland Burma* (Leach, 1954). A narrativa por detrás desta história é que o simples facto de se ter registado sistematicamente uma etnografia em diário de campo permite, ou potencia se quisermos, uma melhor rememoração dos acontecimentos. Ou seja, não só é rico pelo que contém, como é rico no cumprimento do seu papel de registo sistemático.

3. Antropologia e História

A relação entre estas duas disciplinas pode resumir-se de várias formas, mas dito de forma simplista, os e as antropólogas leem muito daquilo que a História publica, sobretudo história contemporânea. A antropologia urbana em particular precisa de começar por fazer uma pesquisa histórica, sobre a documentação existente sobre determinado contexto urbano, antes de realizar a sua própria pesquisa. Ao limite, não há pesquisa etnográfica sem pesquisa histórica.

Numa investigação que desenvolvi para estudar um processo de realojamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), foi crucial ter realizado uma pesquisa no centro de documentação do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, extinto em 2006, fundido inicialmente no INH, Instituto Nacional de Habitação, e posteriormente no IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e do Centro de Urbanismo francês, para trabalhar o PER em Portugal e um seu bairro em particular. Este é só um exemplo que vivi na primeira pessoa.

No primeiro caso, tive acesso, por exemplo, aos relatórios dos debates e conferência sobre habitação que tiveram lugar no dealbar do PER, permitindo, por exemplo, perceber os cruzamentos existentes entre produção de conhecimento específico sobre habitação ao nível autárquico e a produção de conhecimento académico nas áreas da arquitectura, sociologia, geografia. No segundo caso, os estudos disponíveis mostravam que as políticas de habitação pública em França davam lugar, décadas depois da inauguração dos bairros sociais, a políticas de intervenção social que ambicionavam debelar efeitos de segregação das populações que habitavam esses conjuntos residenciais, numa altura em que a política de habitação social em Portugal levava a cabo, precisamente, a construção de bairros sociais que acabavam também por produzir maior segregação, ou seja, no caso português caía-se num erro que tinha sido feito num país como a França, que era uma realidade conhecida dos decisores políticos portugueses.

No já referido estudo de Graça Cordeiro sobre o bairro da Bica, a autora recolheu assentos de baptismo e de nascimento, desde 1886 até aos anos 1970, e recolheu notícias de jornal desde 1865 até 1989. A data do ano de início desta recolha é do primeiro *Diário de Notícias*, depois acumula com a *Ilustração Portuguesa* a partir de 1921; *O Século* a partir de 1883, num total de sete periódicos relativamente aos quais identificou um conjunto de categorias de análise. Estes contextos foram fundamentais para compreender o período longo antes da realização do seu terreno etnográfico, tanto quanto à sua demografia como à construção e consolidação da ideia de bairro popular (Cordeiro, 1997, pp. 329-340).

Neste último caso, estamos perante um estudo que, apesar de, nessa altura, constituir uma novidade no contexto da Antropologia portuguesa, por ser um estudo realizado na cidade com a cidade como pano de fundo teórico, realizou o mesmo tipo de pesquisa que era realizado pela maior parte das pesquisas antropológicas desde os anos 1970 até aos anos 1990 (e que ainda é realizada quando necessário), que passava justamente pela pesquisa de assentos de nascimento e de baptismo, e mesmo de casamento, para um conhecimento aprofundado das realidades locais dos terrenos etnográficos.

Além disso, continuando a ilustrar a relação estreita entre a antropologia e a história, há a etnografia de arquivo. Sónia Vespeira de Almeida, com quem tenho vindo a trabalhar sobre arquivos etnográficos (Almeida & Cachado, 2016; Almeida & Cachado, 2019), ao fazer a sua pesquisa sobre Campanhas de Dinamização Cultural no contexto do PREC, realizou “uma etnografia retrospectiva” (Almeida, 2007). Além das entrevistas prolongadas com os agentes dessas mudanças importantes para a história do país, pesquisou longamente os arquivos disponíveis. O seu estudo aproxima-se, tal como muitos outros no contexto da antropologia portuguesa, da História Oral, e permite perceber a importância de arquivos pessoais sobre processos dinâmicos, como o PREC, para aprofundar o conhecimento da história recente.

Um outro exemplo, mais clássico e relativo a uma localidade, é a etnografia de arquivo realizada por Le Roy Ladurie (1975) sobre Montaignou, no sul de França. O autor reconstrói aquilo que teria sido a vida quotidiana camponesa no século XIII naquela localidade dos Pirenéus a partir de arquivos da inquisição (Ladurie, 1975, pp. 19-21).

Fazer uma etnografia de arquivo implica um conjunto de cuidados que são, por norma, mais conhecidos entre historiadores, como perceber como foi preparado o arquivo, desde a concepção à seleção documental, a formação e sensibilidade das pessoas que nos facultam os documentos; como detalha Celso Castro (2008), é importante perceber ainda as diferentes fases dos documentos, as características dos arquivos e, enquanto etnógrafos, “considerar a ida ao arquivo e a interação com

os arquivistas, atendentes e outros funcionários da instituição de guarda como um ‘encontro etnográfico’” (Castro, 2008, p. 46).

Diferente é a produção de dados primários que é, por regra, realizada numa etnografia. Por isso, detenhamo-nos agora nos tipos de dados que são produzidos numa etnografia urbana e naquilo que podem contribuir para melhor conhecer as dinâmicas urbanas.

4. Etnógrafos urbanos e seus potenciais contributos

Classicamente, como já foi referido, a etnografia realizada por antropólogos é um labor de longa duração. Sem um tempo relativamente longo, dificilmente se produzem relações de confiança com os interlocutores no terreno, confiança essa que é essencial para a recolha de registos que reflipam as representações – locais – sobre as temáticas em apreço numa determinada pesquisa.

Nos últimos anos tenho desenvolvido um projeto de investigação sobre Etnografia Urbana em Portugal, na qual, entre outras recolhas, tenho realizado entrevistas de trajetória profissional a pessoas que, provindas de várias ciências sociais e humanas, escolheram a etnografia para realizar as suas pesquisas de profundidade em contextos urbanos. Uma parte da preparação para essas entrevistas reside na pesquisa sobre a produção académica das pessoas a entrevistar, donde ressaltam as teses de doutoramento enquanto momentos – longos – de pesquisa de terreno etnográfica, mesmo que nem sempre com formação em Antropologia. Aliás, a interdisciplinaridade caracteriza muitas das pessoas que fazem etnografia urbana. De certa forma, podemos dizer que a etnografia urbana encerra uma epistemologia interdisciplinar. A este propósito, Graça Cordeiro e Heitor Frúgoli dizem que “[a] teorização urbana com base nos saberes etnográficos precisa do diálogo interdisciplinar, de certo ‘encaixe das escalas’ com outras disciplinas” (Cordeiro & Frúgoli, 2011, p. 26).

Seguem-se agora alguns exemplos da produção científica portuguesa no campo da antropologia realizada em contextos urbanos, justamente partindo das suas teses de doutoramento. Os pesquisadores em causa, nem todos entrevistados para esta pesquisa, não veem dificuldade em que lhes seja aplicado o conceito de Etnografia urbana para descrever o seu tipo de pesquisa empírica, muito embora nem todas elas se identifiquem, ou melhor, não utilizam necessariamente esse conceito na sua construção identitária como investigadores.

Susana Durão realizou uma etnografia sobre a polícia em Lisboa. Acompanhou uma patrulha de agentes ao longo do seu trabalho de campo, e através da sua tese podemos compreender como se organiza o trabalho de uma patrulha na cidade.

Importa referir que a autora não utilizou senão uma parte do seu diário de campo para a interpretação realizada para a sua tese de doutoramento (Durão, 2006, p. 36). É dos poucos trabalhos de fundo que se conhecem que fazem o enfoque numa profissão e que aprofunda o conhecimento empírico sobre instituições. Durão refere a obrigatoriedade da interdisciplinaridade para a etnografia urbana (Durão, 2006, p. 37) e é também das poucas autoras no campo da antropologia portuguesa a utilizar excertos do seu diário de campo especificamente escrito para registar o quotidiano da polícia, tendo-lhe chamado “diários de patrulha”, que vai citando ao longo da tese. Notavelmente, a autora não só utilizou o diário de campo como ferramenta central de registo da sua observação participante, como não hesitou em convocá-lo na tese para ilustrar.

Inês Pereira licenciou-se em sociologia e doutorou-se em Antropologia Urbana. Desenvolveu a sua pesquisa para a tese de doutoramento sobre movimentos sociais (Pereira, 2009). Para tal, além de uma etnografia com observação participante em inúmeros eventos urbanos, mapeados para o efeito, realizou entrevistas para recolher trajetórias de vida naquilo a que chama de “biografias de envolvimento” destes atores sociais, para compreender melhor o estabelecimento e manutenção das redes sociais dos e das ativistas, numa tese infelizmente não publicada em livro.

Eduardo Ascensão levou a cabo uma etnografia num bairro de autoconstrução, a Quinta da Serra no concelho de Loures, onde registou trajetórias de vida associadas à construção das casas de famílias sobretudo de origem cabo-verdiana mas não só. Ascensão enumera as ferramentas utilizadas: entrevistas em profundidade, biografias de casas, pesquisa de arquivo, observação, e o uso da imagem, nomeadamente fotografia, desenho e vídeo, referindo que apesar de não ter conhecido o interior de todas as casas, registou informação para quase todas as casas do bairro. Estas notas de terreno “(...) are a supplementary set of empirical data (all of these houses have dedicated entries in field notes) (...)” (Ascensão, 2011, pp. 101-102). Desta forma, os leitores do seu trabalho – uma vez que o processo de pesquisa e de registo é de alguma forma partilhado, explicado – sabem que apesar de não estar na tese, o autor guarda (ou guardou) muita informação sobre o bairro onde realizou a sua pesquisa, a Quinta da Serra. Embora já não exista, se necessário seria possível recuperar uma parte importante do quotidiano deste bairro recorrendo aos dados recolhidos por Ascensão. Este é só um exemplo da importância dos registos – escritos, desenhados, fotografados, mapeados – dos etnógrafos.

Otávio Raposo realizou a sua pesquisa de doutoramento sobre o Break Dance e o seu papel estruturador para os jovens de uma favela no Rio de Janeiro. A sua etnografia prolongada permitiu-lhe compreender dimensões importantes da cultura hip hop, do quotidiano dos jovens favelados e das suas práticas (Raposo, 2013).

Sobre diário de campo, vale a pena citar o autor para ilustrar como este recurso foi importante para o desenvolvimento da sua pesquisa:

“O diário de campo desempenhou um papel determinante nesta pesquisa. Não foi apenas um eficiente meio de registrar as minhas observações durante o trabalho empírico, em risco de serem esquecidas ou deturpadas caso não fossem transcritas, mas configurou-se como o método basilar de organizar as minhas experiências no terreno. Não existe etnografia sem diário de campo. Descrever aquilo que se vê, expor reflexões e formular indagações e hipóteses são exercícios fundamentais na elaboração do objeto de pesquisa. Este nunca está dado, vai se construindo no dia a dia etnográfico, sendo o diário de campo parte fundamental deste processo” (Raposo, 2013: 21).

Lígia Ferro realizou uma etnografia multissituada sobre o Graffiti e o Parkour, duas práticas urbanas também associadas ao hip hop. Influenciada pelas ricas etnografias de Loic Wacquant, Ferro levou a sério o lado da participação na observação participante, sobretudo na sua pesquisa sobre Parkour e, dessa forma, consegue aproximar-se melhor dos seus interlocutores, contribuindo singularmente para a compreensão das práticas urbanas referidas, num trabalho que intitulou *Da Rua para o mundo. Etnografia Urbana comparada do Graffiti e do Parkour* (Ferro, 2016). A autora refere que “(...) o diário de campo serviu como instrumento integrador de todas as técnicas de pesquisa utilizadas. (...)” Nele, apontou “de tudo, desde as descrições dos meus encontros, aos dados de caracterização sociodemográfica dos protagonistas e às histórias *off the record*, assim como as dúvidas de teor teórico ou metodológico que foram surgindo. (...)” (Ferro, 2016, p. 137). Assim, percebemos não só como o diário regista vários tipos de informação, incluindo informação específica sobre as práticas das pessoas interlocutoras no trabalho de campo, ou seja, permite recuperar, se for relido e trabalhado no futuro, atmosferas urbanas diferenciadas (uma vez que Lígia Ferro realizou trabalho de campo em várias cidades) onde se desenvolveram o Graffiti e o Parkour.

Ricardo Bento, após um mestrado que versou sobre a orquestra geração baseado numa abordagem etnográfica, continuou a sua pesquisa no doutoramento em Estudos urbanos, desta feita sobre as trajetórias dos jovens que tinham frequentado a orquestra geração (Bento, 2020). O autor destaca como a etnografia urbana lhe permitiu “(...) observar como os processos de microescala são influenciados pelas relações de poder de níveis institucionais mais elevados, dado que, os atores não persistem sem as redes de interação nas quais constituem experiências” (Bento, 2021, p. 218). Ou seja, o acesso privilegiado que a etnografia possibilita dá-se não apenas a atores sociais específicos, mas também a escalas mais abrangentes, uma vez

que os indivíduos vivem em relação e tendo ainda em conta que o contexto urbano potencia as ligações entre um nível micro e um nível macro.

Mas o que têm estas etnografias em comum? Por que razões poderão elas ser importantes para a pesquisa no âmbito da história urbana?

Por um lado, estas pesquisas foram desenvolvidas por pessoas que entram no espectro dos etnógrafos urbanos que se formaram, em diferentes disciplinas, nas primeiras duas décadas do século XXI. Este dado é relevante no contexto da história da ciência, pois já se encontram numa fase do conhecimento académico que usufrui da informação disponibilizada online, com um incremento substancial com a passagem dos anos. Por outro, e mais interessante para o que aqui nos importa, os dados recolhidos nos terrenos etnográficos destes e destas investigadoras têm a característica de, além de serem recolhidos, são também *produzidos*, ou seja, as informações que lhes são facultadas através de conversas, entrevistas, situações vividas, são inscritas em recursos que vão sendo alimentados pelas pessoas que estão a desenvolver uma dada pesquisa etnográfica.

Assim, por exemplo, temos como fontes primárias produzidas (i) o diário de campo manuscrito e/ou em processamento de texto; (ii) os documentos áudio e vídeo resultantes de entrevistas de diversos tipos, em outras recolhas de (iii) imagem como a fotografia em formatos distintos e com funções variadas.

Estamos, desta forma, perante a produção de fontes primárias, o que traz uma responsabilidade acrescida para os e as profissionais que realizam estas recolhas. Dito doutra maneira, além de recolherem dados já produzidos por outras pessoas, como por exemplo a pesquisa em arquivo, a recolha de fotografias feitas pelos nossos interlocutores, entre outros, a etnografia produz registos novos sobre uma dada realidade. Uma forma simples de perceber a importância destes registos para o futuro da investigação científica, é que as situações vividas, experienciadas, e os dados recolhidos num dado momento histórico, são irrepetíveis (Descola, 2005). Entre antropólogos, a expressão “presente etnográfico” tornou-se de senso comum, mas é muito ilustrativa da especificidade de um tempo que não volta a repetir-se, tempo esse em que o etnógrafo teve a oportunidade de se envolver e participar juntamente com as pessoas interlocutoras no seu trabalho de campo (v. e.g. Pina-Cabral, 2000).

Para dar apenas mais um exemplo de pesquisas produzidas por etnógrafos urbanos, detenhamo-nos um pouco na investigação realizada por Ricardo Campos (2011). À semelhança de Lúcia Ferro, Campos fez uma pesquisa sobre o Graffiti em Lisboa, mais especificamente no Bairro Alto, onde aquilo que é pintado nas paredes está sempre a mudar. Esta pesquisa implicou, por isso, uma recolha visual importante, e o autor posteriormente desenvolveu uma reflexão sobre imagem em termos metodológicos (e.g. Campos, 2011). Serve este exemplo para sublinhar que

a produção de dados primários não está separada de uma consciencialização desse mesmo processo.

No início deste capítulo, referimo-nos ao trabalho de Graça Cordeiro sobre o bairro da Bica. Antes desse trabalho, estudou sociabilidades em Campo de Ourique, bairro onde encontrou o jogo da laranjinha (Cordeiro, 1987). A laranjinha é uma espécie de jogo da malha jogado no interior de cafés, isto antes de estudar o Bairro da Bica no contexto do doutoramento, onde aprofundou o conceito de bairro popular através de um estudo aprofundado sobre as suas coletividades, recorrendo, além da Etnografia, ao estudo sistemático das atas da coletividade e de jornais locais. E se Graça Cordeiro nos desse acesso aos seus diários de campo sobre a Laranjinha? E sobre a Bica? Teríamos encontrado o quotidiano de Campo de Ourique em meados dos anos 1980 e do Bairro da Bica nos anos 1990.

Além dos quotidianos, poderemos encontrar nos dados primários produzidos pelos etnógrafos urbanos, materiais que especificamente documentam lugares e práticas.

5. Em síntese

As e os autores referidos antes, que elegeram a etnografia como abordagem metodológica central para as suas pesquisas aprofundadas, recolheram e produziram dados primários. Em primeiro lugar, porque registaram, em primeira mão, as situações vividas em contexto etnográfico, sejam observações de acontecimentos, tanto comuns como extraordinários, registo de conversas, e outros registos em diário de campo, incluindo desenhos de situações, croquis, entre outras possibilidades. Além disso, utilizaram a imagem como registo central ou auxiliar da observação participante, uns incluíram a produção de vídeos, outros apenas fotografia. Finalmente, e não menos importante, os registos áudio de entrevistas. Todos estes entram no item, digamos assim, da produção de dados primários. Depois temos a utilização de dados primários produzidos por outras pessoas, como a recolha de imagens partilhadas por interlocutores poderão ser um exemplo. Seguramente, todos estes autores recolheram documentação específica para a sua pesquisa. Nem todos, contudo, organizaram esses materiais.

Sónia Ferreira, que tem estudado, *grosso modo*, sobre as migrações, *media* e lusofonia, ao escrever sobre os seus materiais, sobre os seus dados, distingue entre fontes recolhidas, fontes produzidas e fontes cedidas ou doadas (Ferreira, 2016, p. 134). Aproveitemos as suas palavras para explicar melhor, sobretudo, a relevância das fontes produzidas. A autora utiliza a primeira pessoa de forma vocativa:

“As fontes produzidas são aquelas que são únicas ao nosso trabalho, as entrevistas que eu realizei, as fotografias que eu tirei, os filmes que eu fiz, os inquéritos que eu apliquei, as estatísticas que eu produzi, são fontes que não existiam antes do meu trabalho e, nesse sentido, permitem uma análise que pode interrogar a fundo o seu contexto de produção, elas foram produzidas por mim em determinadas circunstâncias, com um determinado objetivo. (...)” (Ferreira, 2016, p. 134).

A singularidade das fontes produzidas em contexto etnográfico compreende-se através da ideia, antes assinalada, de presente etnográfico, de irrepetibilidade do presente (Descola, 2005), ou seja, para o caso específico da produção de fontes, não há outra informação que se lhe equipare.

Ora, tendo em conta o dinamismo urbano, as fontes primárias produzidas em pesquisas etnográficas urbanas referem-se muitas vezes a situações que rapidamente se alteram. As situações urbanas observadas e registadas pelos etnógrafos urbanos são narradas e analisadas na publicação dos resultados científicos, mas um rasto enorme de arquivo, por vezes não organizado e, nesse sentido, não salvaguardado, mantém-se longe da possibilidade de serem considerados na história urbana que se faz no presente e que se fará no futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, S. V. (2007): “Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”. *Arquivos da Memória*, 2 (nova série), pp. 47-65.
- ALMEIDA, S. V. & CACHADO, R. A. (2016): “Os Arquivos dos Antropólogos. Recolhas, partilhas e futuros”. In S. V. ALMEIDA & R. A. CACHADO (org): *Os Arquivos dos Antropólogos*. Caldas da Rainha: Palavrão, pp. 9-16.
- ALMEIDA, S. V. & CACHADO, R. A. (2019): “Archiving Anthropology in Portugal”. *Anthropology Today*, 35 (1), pp. 22-25.
- ASCENSÃO, R. (2020): *The post-colonial slum: a geography of informal settlement in Quinta da Serra, Lisbon 1970s-2010*. [Tese de doutoramento, não publicada]. King's College.
- BENTO, R. (2020): *A Geração da cidade: trajetórias musicais de jovens em várias escalas (Lisboa, 2010/2020)*. [Tese de doutoramento, não publicada]. ISCTE-IUL/NOVA-FCSH.
- CACHADO, R. (2021): “Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais”. *Sociologia & Antropologia*, 11(2), pp. 551-572. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11i28>
- CACHADO, R. (2022): “Graça Índias Cordeiro”. In A. CARMO & E. ASCENSÃO (ed.): *Espaço, lugar e território: pensadores contemporâneos de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, pp. 129-138.
- CASTRO, C. (2008): *Pesquisando em Arquivos*. Col. Ciências Sociais Passo a Passo, 82. Rio de Janeiro: Zahar, p. 63.
- CLIFFORD, G. (1973): *The Interpretation of Cultures. Selected essays*. New York: Basic Books.
- CORDEIRO, G. I. (1987): *Laranjinha. Lazer, solidariedade: um ensaio de antropologia urbana*. [Tese de doutoramento, não publicada]. FCSH-UNL.
- CORDEIRO, G. I. (1997): *Um bairro na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.
- CORDEIRO, G. I. (2001): “Trabalho e Profissões no imaginário de uma cidade: sobre os «tipos populares» de Lisboa”. *Etnográfica*, 5 (1), pp. 7-24.
- CORDEIRO, G. I. (2010): “As cidades fazem-se por dentro. Desafios da etnografia urbana”. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 20/21, pp. 111-121.
- CORDEIRO, G. I. & FRÚGOLI Jr., H. (2011): “Prefácio”. In M. AGIER: *Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, pp. 9-23.
- DESCOLA, P. (2005): “On Anthropological Knowledge.” *Social Anthropology*, 13 (1), pp. 65-73.
- DURÃO, S. (2006): *Patrulha e proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. [Tese de doutoramento, não publicada]. ISCTE.

- FERREIRA, S. (2016): “Do papel ao multimédia: o arquivo como um caos de bits e bytes”. In S. V. ALMEIDA & R. A. CACHADO: *Os Arquivos dos Antropólogos*. Caldas da Rainha: Palavrão, pp. 131-142.
- FERRO, L. (2016): *Da rua para o mundo. Etnografia Urbana comparada do Graffiti e do Parkour*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FRÚGOLI Jr., H., ADERALDO, G. A. & RODRIGUES, W. E. (2014): “Antropologia Urbana (em língua) portuguesa: entrevista com Graça Cordeiro”. *Revista de Antropologia*, 57(2), pp. 449-484.
- INGOLD, T. (2014): “That’s enough about ethnography”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (1), pp. 383-395.
- LE ROY, L. (1975): *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*. Paris: Gallimard.
- LEAL, J. (2016): “Diários de campo: modos de fazer, modos de usar”. In S. V. ALMEIDA & R. A. CACHADO: *Os Arquivos dos Antropólogos*. Caldas da Rainha: Palavrão, pp. 143-154.
- PEREIRA, I. (2009): *Movimentos em rede: biografias de envolvimento e contextos de interação*. [Tese de doutoramento, não publicada]. ISCTE.
- RAPOSO, O. R. (2013): *Coreografias da amizade: estilos de vida e segregação entre os jovens do break dance da Maré (Rio de Janeiro)*. [Tese de doutoramento, não publicada]. ISCTE.
- SANJEK, R. (ed) (1990): *Fieldnotes. The makings of Anthropology*. Ítaca / Londres: Cornell University Press.
- TOPALOV, C. (2015) : «Introduction. Une histoire des savoirs et des savants». In *Histoires d’enquêtes. Londres, Paris, Chicago (1880-1930)*. Bibliothèque des Sciences Sociales, 5. Paris : Classiques Garnier, pp. 11-47.

Rome among the Communes of the Twelfth Century: The Black Sheep of the Family?

Peter J. A. Jones¹

Abstract

On the surface, the foundation of the Roman commune (c. 1143) appears to be distinct from the other civic rebellions of the twelfth century. As well as claiming kinship with the ancient SPQR, Rome practiced a radically democratic system of representative government. Intriguingly, the commune also articulated itself in apocalyptic terms as a “divine republic” and the manifestation of the heavenly city on earth. But how different was the Roman commune, really? Was it a political outlier? Or might its peculiar features, conversely, reveal deeper trends in the politics of the smaller communes of early twelfth century? Exploring how ideas of republican, democratizing, and apocalyptic civic reform operated across central and southern Europe in the 1100s, this paper argues that, rather than being seen as the “black sheep” of the Italian family, Rome is better contextualized against a series of paradigms that were developed across small city communes in early-twelfth-century Europe.

Keywords

Italian peninsula, Communal city governments, Rome, Small cities in western and southern Europe

¹ Complutense University of Madrid, UNA4Career / Marie Curie Postdoctoral Fellow. peterjaj@ucm.es.

Roma entre las comunas urbanas del siglo XII: ¿la oveja negra de la familia?

Resumen

A primera vista, la fundación de la comuna romana (c. 1143) parece distinta de las demás rebeliones cívicas del siglo XII. Además de reivindicar su parentesco con el antiguo SPQR, Roma practicaba un sistema radicalmente democrático de gobierno representativo. Curiosamente, la comuna también se articulaba en términos apocalípticos como una «república divina» y la manifestación de la ciudad celestial en la tierra. Pero, ¿hasta qué punto era diferente la comuna romana? ¿Era una excepción política? ¿O, por el contrario, sus características peculiares podrían revelar tendencias más profundas en la política de las comunas más pequeñas de principios del siglo XII? Explorando cómo las ideas de reforma cívica republicana, democratizadora y apocalíptica operaban en el centro y sur de Europa en el siglo XI, este artículo sostiene que, en lugar de ser vista como la «oveja negra» de la familia italiana, Roma se contextualiza mejor en una serie de paradigmas que se desarrollaron en las comunas de las pequeñas ciudades de la Europa de principios del siglo XII.

Palabras clave

Península itálica, Comunas, Roma, pequeñas ciudades en Europa occidental y meridional

1. Introduction

Communal city governments emerged across the Italian peninsula in the eleventh and twelfth centuries, in cities of all sizes from Milan to Brescia and from Perugia to Asti. Usually, these communes passed through three stages. They typically began with spontaneous protest movements that deposed or ejected the existing civic governments, replacing them with relatively informal federations of local civic elites. Next followed a process of gradual institutionalization, and the formation of more structured assemblies and bureaucratic machinery. Finally came legal recognition from either papal, ducal, or imperial overlords, with agreements that conferred independent rights while simultaneously regulating and delimiting the commune's autonomy. It is true that urban historians have often challenged this general chronology (Zorzi, 2010) and have warned against the teleological fallacy of assuming that "communal freedom" was necessarily the end goal of civic struggle (Terenzi, 2024). Nevertheless, leading scholars of Italian communes working in the English language today have generally agreed on a rough timeline, with stage one typically taking place c.1050–1150, stage two c.1100–1170, and stage three at c.1170 and beyond (Thompson, 2005, pp. 103–104; Wickham, 2015a, p. 435; Miller, 2023).

One apparent exception to this rule, however, is the city of Rome. At first glance Rome's commune, which emerged after a violent uprising in 1143, may seem to resemble many of the other civic rebellions that swept the Italian peninsula in the 1100s. It saw a faction of city dwellers bursting out in violence against existing civic officials, deposing the city's overlord (in this case, the pope), and declaring themselves the city's new autonomous governing body. Over the next two years this popular senate entered formal negotiations, gaining grudging recognition from Pope Eugenius III in 1145, before a resumption of hostilities and negotiations was ultimately ended when Emperor Frederick Barbarossa invaded the city and reduced the senate's power in 1155. At a quick glance, it appears Rome moved through all the same standard phases of protest and institutionalization followed by formal (albeit deeply violent and disempowering) recognition. Consequently, some historians have characterized Rome as broadly typical of a wider Italian pattern, at least until the commune's break up in the fourteenth century (Mineo, 2006).

And yet, as other leading scholars have acknowledged, the Roman case also featured three distinctive elements that mark it out as something of a "black sheep" of the family (Gregorovius, 1896; Greenaway, 1931; Frugoni, 1989; Petersohn 1992, 2010; Maire Vigueur, 2001; Thumser, 2001; Wickham 2015a, pp. 435–452, 2015b, pp. 119–135). First, the Roman commune was self-consciously classicist, making a political project out of nostalgia. With the establishment of the revolutionary administration, Rome attempted to ground its new civic power in language and

customs inherited from the ancient republic and empire. If the letters of prominent representatives of the senate are to be believed, one of the first priorities of the new government was reinstating the city's ancient Equestrian Order.² State documents surviving after 1144 began using the term *SPQR* once more as a label for the city's government, and coins were minted with *SPQR* on them (a little later, in the 1180s) (Beneš, 2011). And in an inscription from the city walls from 1157, the first new public building carrying the insignia *SPQR* survives from after the fourth century (Beneš, 2009). Clearly, the classical past was central not only to how this commune saw itself, but also to how it framed its political identity to the wider world.

Second, the Roman commune experimented with genuinely democratic mechanisms. With the agreement of Pope Lucius II in 1144, the new government established a system to elect 56 senators, along with 12 senior council members, by popular vote in November every year. Significantly, these protocols enabled the establishment of a genuinely representative city government. Not only were elections enshrined in law, they were also geared in practice to represent a cross-section of the Roman class system. Surviving lists of senators from 1148 and 1150 reveal few identifiable aristocratic names. As they do not appear in any other Roman documents from the period, at least two thirds of these senators seem to have belonged to no recognizable Roman elite and consequently may be associated with the greater majority of the city's population.³

A third unusual element of Rome's commune was its apocalypticism. And this is an element inextricably tied to the participation of Arnold of Brescia (c.1100-1155), a radical preacher of apostolic poverty and clerical humility. While the centrality of Arnold to the commune has been disputed by recent historians (Schmitz-Esser, 2004b, pp. 36-37; Wickham 2015a, p. 445), he was certainly considered important enough as a threat by Frederick Barbarossa to warrant a *damnatio memoriae* against him, which was instituted after Barbarossa subdued the commune and had Arnold executed in 1154. Arriving in Rome in 1146, when the revolutionary government was already in full swing, Arnold brought a unique eschatological rhetoric to the political movement. In one letter on behalf of the Roman senate he issued the messianic message "I have arisen to reinstate the holy senate of the holy city ... to enhance your glory and that of the divine republic."⁴ Although it is difficult to be precise on his logic, or on how far he represented a larger movement, it appears Arnold wanted to cast the city's commune as a symbolic political project of building the heavenly

² *Otonis Episcopi Frisingensis et Rahewini Gesta Frederici*, edited by Franz Josef Schmale (Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1974), Book 2: 28. Translated in *The Deeds of Frederick Barbarossa*, translated by Charles C. Mierow (New York: Columbia University Press, 2004 [1953]), pp. 142ff. Otto of Freising, *The Deeds of Frederick Barbarossa*, ed. and trans. Charles Christopher Mierow (New York, 2003), p. 142.

³ List of senators appear in Archivio di Stato di Roma, fondo Benedettini e Clarisse in SS. Cosma e Damiano, Cassetta 16, n.138. These were analysed in Chris Wickham, *Medieval Rome*, pp. 448-452.

⁴ *Gesta Frederici*, p.142.

city on earth (Jones, 2024). Part of this commitment involved a preaching campaign promoting radical poverty and targeting simony and corruption within the upper echelons of the church hierarchy. According to a poet known as the Bergamo Master, “all Europe” was “taken by [his] doctrine... [which] pleased the masses by its novelty,” and, by the reckoning of John of Salisbury, his radical apocalyptic message appealed especially to disenfranchised Roman women.⁵

All three of these appear to be singular characteristics. But how different was Rome’s commune in practical terms? Was it really a political outlier? Or might these three peculiar features, conversely, have reflected deeper trends in the politics of smaller city communes across the Italian peninsula and beyond in the twelfth century? So far, historians have tended to account for Rome’s uniqueness in two distinct ways. Some, such as Chris Wickham or Jean Claude Maire Vigueur, have downplayed it, setting Rome within the template of cities such as Milan or Perugia. Both Maire Vigueur and Wickham approach Rome’s political development over the long term, pointing to the commune’s debt to deeply embedded practices and institutions (Maire Vigueur, 2016, ch. 6; Wickham 2015a, pp. 435–452). And while appreciating Rome’s seemingly unique circumstances, such as its appeal to classical history or its apocalypticism, these historians have boxed off these elements as epiphenomenal; as window-dressing for the deeper structural conflicts between citizens and ecclesiastical power that always really drove communal politics (Maire Vigueur, 2001, pp. 120–121; Wickham, 2015a, p. 452). In this regard these historians have echoed the work of the Italian Marxist scholar Paolo Brezzi, whose classic study assured a generation of readers that Rome’s revolution was essentially the product of conventional political, and not religious, antagonisms (Brezzi, 1947, p. 318; Partner, 1972, p. 183).

And yet another camp of historians has asserted the cultural and intellectual distinctiveness of the Roman commune. From this perspective, Rome in the 1140s and 50s was both singular and self-aware as a civic movement, with a clutch of unique political ideals that need to be taken seriously in their own right. Robert Benson, in an influential article, once cited Rome as “the twelfth century’s only example of political classicism at the very center of a historical movement” (Benson, p. 341). Carrie Beneš has moved this perspective forward, paying deeper attention to the classical allusions of the Roman commune. As Beneš has stressed, interest in the ancient empire was not confined to intellectuals in Rome, but rather there was “a diverse and widespread engagement with the classical past” among the city’s public in the early 1150s (Beneš, 2011). More recently, Dario Internullo has nuanced the debate by pointing to Rome’s unique transformation into a “secular,” horizontal

⁵ *Barbarossa in Italy*, ed. and trans. Thomas Carson (New York, 1994); John of Salisbury, *Historia Pontificalis*, ed. and trans. Marjorie Chibnall (Oxford, 1956), pp. 63–65.

municipality over the course of the eleventh and twelfth centuries. As he argues, the city's commune built on the larger incorporation of judicial elites into the power structure of the city that predated 1143, a configuration that gave the government a distinctive intellectual basis (Internullo, pp. 189-272). Although the Roman commune may have echoed broader patterns of Italian uprisings in the eleventh and twelfth centuries, both Internullo and Beneš therefore agree that in practice the city operated with a series of cultural elements that need to be respected as singular.

So, was the Roman revolution politically or culturally distinctive? Or did its seemingly unique features conceal a conventional twelfth-century Italian commune underneath? In keeping with the theme of this volume, this article will take an alternative approach to this question. It will suggest that Rome *was* conventional, but not because these three features were in any way superficial; but rather, because these three elements resounded with patterns in smaller city uprisings across the continent in the early 1100s. Through examination of a range of chronicle accounts of insurrections and communal declarations, I will trace how Rome's anti-elitist, classicist, and apocalyptic ideals concurrently existed in small cities across western and southern Europe. As I will show, Rome's project depended on a continental flow of individuals, a repertoire of popular rebellious practices, and a vein of apocalyptic thought that traversed the Alps and connected smaller and larger cities in practical, political, and intellectual ways throughout the first half of the twelfth century. More than this, the case of Rome therefore demonstrates the larger reciprocity of ideas across cities of all sizes in the High Middle Ages, underlining the importance of studying small cities as a mode for revealing patterns otherwise overlooked in analyses of cities like Rome or Paris.

Before beginning, a note on terminology. Defining a "small city," according to researchers in modern urban studies, is a contingent process. Measures vary, with some hinging on population levels (e.g., below c. 50,000), and others depending on perceived cultural influence or economic reach (Bell & Jayne, 2009). For the Middle Ages, the definition is even more conflicted, as cities with small populations often had an oversized impact on continental affairs, and different communities often chose to identify as *civitas* without necessarily conforming to any shared criteria, either in infrastructure or economic power (Ottewill-Soulsby, 2024). But for the purposes of this article, I wish to define the small city as: a) an entity with a sizeable but limited population (between c. 5,000 and 50,000); that b) contained a significant built environment; and that c) acted as the nodal economic and cultural hub of a larger region. Examples I will take include Benevento, Sahagún, Gaeta, and Compostela, drawn deliberately from two contexts not often compared with Rome: the southern part of the Italian peninsula, and the Iberian region of León.

2. Human Resources

The first network I would like to explore relates to individuals who physically participated in the work of the Roman commune. Historians have limited resources for approaching this question, as the names associated with the commune in Rome that survive in records are primarily those of consuls and senators, not the mass of individuals who may have participated. One active participant who can be traced, however, is Arnold of Brescia (Frugoni, 1989; Moore, 1994, p. 136; Schmitz-Esser, 2004; Wickham, 2015a, p. 445). Before arriving in Rome in 1146 to preach and apparently participate in the work of the commune, Arnold had a nomadic career as a canon and preacher that saw him travel through several cities across western and central Europe (Schmitz-Esser, 2004). He originally studied in Paris under Peter Abelard, before returning to Brescia to become abbot at a nearby community (identified by Arsenio Frugoni at “San Pietro in Ripa”; 1989, pp. 12–13). It is believed he participated in the communal rebellion in Brescia against the bishop, Manfred, between 1135 and 1138. According to the chronicler Otto of Freising, Arnold was among the citizens of the commune that Manfred petitioned Pope Innocent II to expel from the city.⁶ Arriving back in Paris, he began to preach against clerical hypocrisy, which drew the attention of the Cistercian abbot Bernard of Clairvaux. Feeling Arnold was “making common cause” with his enemy Abelard, Bernard persuaded the French king, Louis VII, to expel him from the city in 1140.⁷ As a consequence Arnold spent the next few years moving between cities and towns in what is now Switzerland and the Czech Republic, preaching a reform message against ecclesiastical abuses.⁸

⁶ Otto of Freising, *Gesta Federici*, Book 2: 30.

⁷ For Bernard’s condemnation of Arnold, see Bernard of Clairvaux, Letters 189 and 330, in *Sancti Bernardi Opera*, edited by Jean Leclercq, 9 vols. (Rome, 1957–1998), vol. 8.

⁸ Arnold’s preaching across the continent is alluded to in The Bergamo Master, “Barbarossa in Italy,” in *Carmen de gestis Frederici I imperatoris in Lombardia* (New York, 1994), pp. 22–32. The section relating to Arnold is translated by Thomas Carson in *Medieval Italy: Texts in Translation*, edited by Katherine L. Jansen, Joanna Drell, and Frances Andrews (Philadelphia, 2011), pp. 278–280. This quotation appears at p. 279.

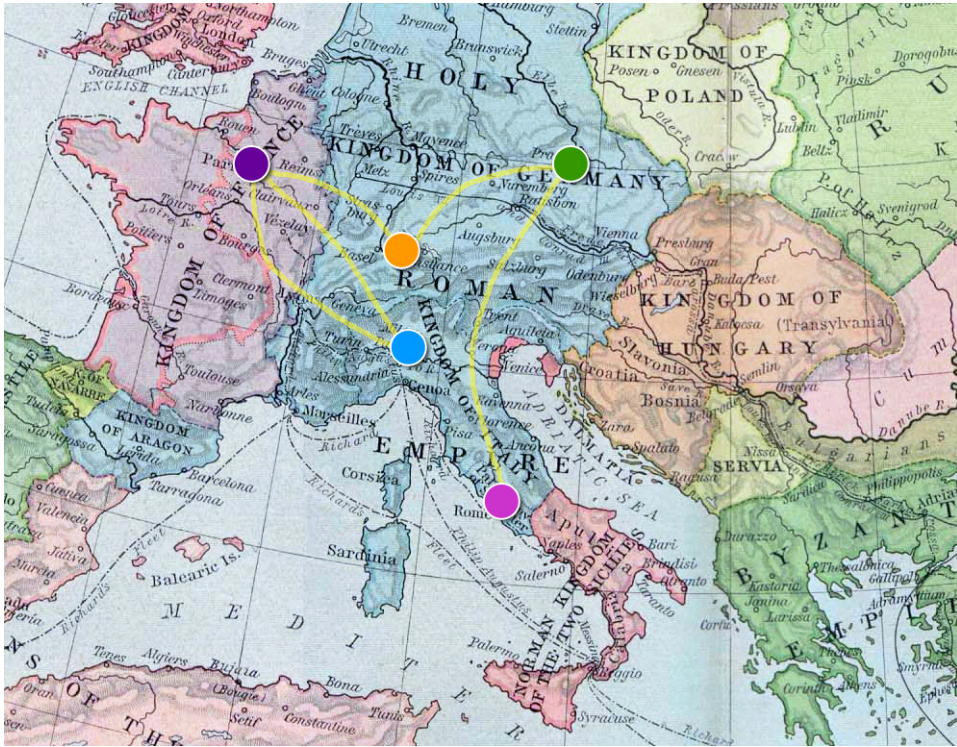


Fig. 1. Arnold of Brescia's itinerary across Europe, c. 1130–1146.

Arnold's itinerary points to two strands for further research that may help us understand the activity of communes across Western Europe in the early-mid-1100s. First, and most generally, it opens up questions about the mobility of participants in city uprisings throughout twelfth-century Europe. Although it is tempting to assume that all medieval civic uprisings were intensely localized affairs, taking their genesis and momentum from local actors and local concerns, Arnold's presence in both Brescia and Rome challenges this point. A look around at other communal movements from the 1100s suggests that the arrival of wandering figures from outside the city, giving shape to a burgeoning urban movement, may have been a more common structure. We will come to the example of John of Matera, who arrived in Bari at the time of the communal uprising in that city in the 1120s, a little later. But other potential parallels include the group of French citizens who, according to the anonymous chronicle of Sahagún, arrived in northern Iberia in the early 1110s to help with a number of uprisings in cities there (Garcia, 2007, p. 102).

A second intriguing strand that emerges from Arnold's itinerary is the suggestion that experience in one communal uprising could contribute to success in another. It is not clear precisely how far Arnold was directly involved in the revolt in Brescia, although both John of Salisbury and Otto of Freising identified him with it closely.⁹ And according to the *Annales Brixienensis*, several consuls were expelled from the city in 1139 (*consules pravi deiecti sunt*), and it is possible to surmise that Arnold was one of them.¹⁰ Given the likelihood that Arnold participated, this opens up the question of whether he may have represented a wider paradigm. Was it typical for individuals to travel from commune to commune in the 1100s? Was experience in one uprising called for in others? And was this a factor that created a type of human resources network linking European (and especially Italian) cities?

3. Political Repertoires

3.1 Anti-Elitism

Whether or not particular rebellious individuals travelled between communes, news of other uprisings certainly did. Given that the Roman revolution occurred after dozens of other similar rebellions across a wider European network, how far may it have picked up on other examples? As Chris Wickham has acknowledged, one of Rome's key political distinctions was that its "commune was not... led or partly led by the city's leading elite families, but actually opposed to them" (Wickham, 2015b, p. 135). That is, Rome embodied a seemingly unusual experiment in which a communal government and the unrest that produced it carried a genuinely popular, enfranchising momentum. How, if at all, did this aspect of the Roman commune connect to wider repertoires of revolutionary civic action in the early-mid 1100s? Casting further around the small cities of the Italian Peninsula, but also across the continent more widely, can we find examples among small cities that may make the Roman case seem more typical?

One instructive parallel is the commune of Benevento, a small city in the Italian region of Campania. According to the chronicler Falco, Benevento's commune gathered a popular anti-elitist momentum that seems, superficially at least, comparable to Rome. In protest at the governance of the city, a "group of Beneventans" met in the centre of the city on September 29th 1128. Not content to negotiate any type of peace, this group "drew their swords" and seized and then killed the rector,

⁹ *Historia Pontificalis*, p.63.

¹⁰ *Annales Brixienensis*, in MGH SS 18, edited by Ludwig C. Bethmann, pp. 811–820, p. 812. This observation is not my own, but is made in Schmitz-Esser, "Arnold of Brescia in Exile."

William, before subjecting his body to a humiliating spectacle, dragging it through the city's streets. As Falco mentions swords, this initial revolutionary action seems to have been executed by a propertied class. But Falco's further details imply that the movement, before it became splintered, also had strong popular backing. His chronicle explains how "the people of the city" gathered to pelt William's body with stones, and then launched a spontaneous attack on the houses of members of the city's professional class. Specifically, this included a notary named Transo, two judges named John and Guisliccio, a doctor named Louis, and another citizen named Poto Spitameta. This crowd also intimidated a judge named Dauferius to flee the city.¹¹ While it is difficult to be sure of the crowd's precise motives for targeting these individuals, Paul Oldfield has suggested that the resentment may have been driven by a deeper inter-familial struggle for power in Benevento (Oldfield, 2006, p. 64). But the fact that nearly all these figures had connections with the legal profession is compelling. Instead of a family war, is it possible that the uprising was galvanized through popular frustration at the operation of the city's bureaucracy and justice?

A key detail of Benevento's uprising was the apparent political consciousness of those who participated. According to chronicle accounts, not only did the rebellious faction within the city identify themselves explicitly as a "commune," they also asserted their separation from the noble elite. An envoy on behalf of "the people" of the city, for instance, told Pope Honorius II that the killing of the rector had been "the work of foolish and discontented men," a statement that implicitly sought to distance the popular commune from the more propertied class of individuals who (according to Falco at least) had initiated the rebellion.¹² Historians have been careful to point out that communal opposition to curial elites did not necessarily translate to a wider anti-elitism, and it is questionable that the hostility in Benevento ever extended into anything we could generalize in this way (Zorzi, 2001). As Giovanni Araldi has pointed out, the commune's government depended on a corporate group of professional magistrates and judges who were mostly descended from the city's ancient propertied families themselves (Araldi, 2017). Nevertheless, as the research of Daniel Siegmund has reinforced, the commune from near its inception articulated itself with a distinct identity as a united *communitas* (Siegmund, 2011, pp. 162–165).

Was this sense of self-aware civic autonomy a relatively rare factor, and something that might help us connect Benevento to Rome? Chris Wickham has argued that the standard communal experience in the twelfth century was usually more impulsive, involving a process of "sleepwalking" towards a more autonomous and relatively enfranchised civic government. Instead of emerging rapidly through a type of political awakening, for Wickham, these communes grew gradually in

¹¹ *The Chronicle of Falco of Benevento*, in Graham A. Loud, *Roger II and the Creation of the Kingdom of Sicily* (Manchester: Manchester University Press, 2012), p. 182.

¹² *The Chronicle of Falco*, pp. 182–183.

response to practical pressures (Wickham, 2015b; Coleman, 2004, p. 33). But in the case of Benevento, as Paul Oldfield has recently argued, this model of “sleepwalking” does not seem to apply, as the Beneventans were “precociously self-aware” (Oldfield, 2021). It is possible that Oldfield trusts too much in the reading of Falco, in whom he places faith as a “well-informed observer,” but who had close ties and professional connections with figures such as Rolpoto di S. Eustasio at the heart of the rebels’ leadership (Araldi, 2017, p. 665). As the historian Markus Krumm has recently put it, Falco was more likely an active participant in a wider struggle to participate in papal city rule (Krumm, 2024, p. 232). And it is important to stress that the commune’s articulation of separateness was, far from being purely idealistic, partially forced by the fact that the pope was at that moment threatening to enact violent revenge on William’s killers. Despite this caveat, and even with the prism of Falco’s political concerns accounted for, Benevento still represents a degree of communal political self-awareness that needs to be taken seriously, and which — in outline, at least — resembles the type of communal democratization that would later unfold in Rome.

Looking beyond the Italian Peninsula, two events in the north-western corner of what is now Spain in the second decade of the 1100s suggest that the self-conscious targeting of professional and noble elites in Benevento in fact echoed other movements across the continent. Sahagún, a small city in the Kingdom of León, experienced an initial unionization of peasantry and citizenry in 1110 (Schwarzrock, 2006, pp. 251–256). According to *Las Crónicas anónimas de Sahagún* (a chronicle that was hostile towards the rebellion), the conflagration began when “all the peasants and labourers and little people” (*«todos los rrusticos e labradores e menuda gente»*) of the city formed a “conspiracy” (*«conjuraçion»*) whereby they refused to pay any service to their lords. Banding together in a community they called “the brotherhood” (*«llamaban hermandad»*), they set about destroying local property and attacking local lords “like wild beasts” (*«a manera de bestias fieras»*). And although Sahagún had been ruled by a lord-abbot since a charter granted in 1085, the commune’s violence was dispersed against a wide array of the city’s elite, with “the brotherhood” targeting the “palaces of kings and the houses of nobles” and not specifically the abbot’s centre of power.¹³

After this initial phase of the rebellion, however, the focus of the Sahagún commune was shifted by the intervention of a distant party. Alfonso I (d.1134), King of Aragon and husband of Urraca (d.1126), the Queen of León, Castile, and Galicia, threw his weight behind the “brotherhood” and against the city’s lord-abbot, sending two knights to Sahagún in 1112. It is likely Alfonso simply meant to use the citizens’ movement as a tool for expanding his own territories, and it was well-known that

¹³ *Las crónicas anónimas de Sahagún*, edited by Julio Puyol y Alonso (Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1920), pp. 38–39.

he had aspirations to rule as “Spanish Emperor.” But regardless of these motives, Alfonso’s support clearly empowered “the brotherhood,” redirecting them against the monastic power of the city. First the group refused to honour payments owed to the abbot, and next they annexed the mountain and town lands that were in the abbot’s ownership. Soon, however, their momentum waned, and the movement became swallowed up in the wider conflict between Alfonso and the abbot. If the chronicler can be believed, the rebels began torturing and killing enemies of the Aragonese knights in the city, imprisoning families and starving them to death, turning their back on their neighbours at the behest of the distant king.

So just how self-conscious or anti-elitist was “the brotherhood” of Sahagún? Were they anything more than an amorphous mass of disaffected citizens, ripe for manipulation by Alfonso? Although it is true that the group never adopted the explicit tag of “commune” (Bisson, 2009, p. 254), it is significant that “the brotherhood” took measures to assert their autonomy through written mechanisms. They produced their own charter of customs (*«las costumbres que auian escrito e hordenado»*), a rare step for non-elite communal movements. It is unfortunate that we cannot read the charter produced by the burghers in Sahagún directly. The only testimony of its contents is recorded in the anonymous chronicle, which describes the charter as demanding “new laws and customs” (*«nuevas leyes e costumbres»*) including, in one specific reference, “new customs and rents for the millers’ use of the mills” (*«a los molinos ... nuevas costumbres e rentas por el uso del moler»*).¹⁴

But tellingly, the chronicle reveals that the burghers were persistent in their demands, and that they placed their collective charter at the forefront of this effort. And although attacks on royal palaces may be understood as products of connivance with the seigneurial power, which, according to the jurisdiction, was likely consented to and supported by the Leonese monarchy, the “brotherhood” used the charter as a mark of genuine tension against Alfonso. First, they insisted that neither the king nor queen could enter Sahagún without first signing the charter (*«el rrei o la rreina no entrasen primeramente en la villa fasta que firmasen»*).¹⁵ Next, in 1114, “the brotherhood” brought this charter to the monks of the town, hoping that by signing it they would be able to secure their rights directly (again, without the need for Alfonso’s help). Furthermore, by the account of the chronicler, at this time “the brotherhood” began to adopt a language code that explicitly excluded those of a higher social class. “Nobody was ever called by their name at this time,” he wrote, “but instead they called us ‘gluttons’ or ‘drunks’ or similar things meant to discredit or dishonor us.”¹⁶

¹⁴ *Ibid.*, ch. 54, p. 83; ch. 27, p. 50. Trans. from Schwarzrock, pp. 262–263.

¹⁵ *Ibid.*, ch. 24, p. 48.

¹⁶ *Ibid.*, ch. 27, p. 53.

Sahagún did not exist in a vacuum, and a similar uprising occurred in the relatively nearby city of Compostela in 1117. And in this case, which is documented in a single anonymous chronicle, the initial conflict seems to have had a similar anti-establishment beginning (Conant, 1956; Reilly, 1969; Bisson, 2009, pp. 256–260; Kawalaek, 2022). Bishop Diego Gelmírez and Queen Urraca (wife of Alfonso), were locked in a dispute over lordship of the city. Initially the queen had been able to mobilize popular support against the bishop, but soon the general will of the city's population seems to have turned against any would-be leader. While they were negotiating together in the city one afternoon a crowd erupted in violent rebellion against both bishop and queen. The two fled to the roof of the church, and found a place to hide in a belfry tower. But the crowd pursued them, set fire to the Church's thatched roof, and thrust a burning plank through the window of the belfry, in an attempt either to smoke them out or else to burn them alive. Desperate yet (according to the chronicle) defiant, Bishop Diego made a heartfelt plea to God, promising to atone for his sins and calling on divine mercy to deliver them from the flames. Hearing this, the queen began to cry.¹⁷

Precise motivations, as ever, are difficult to locate in this account of the Compostela commune, and the author of the *Historia Compostela* gives no precise hint as to the class composition of the rebels. But he chose to narrate the episode in the belfry as a parable contrasting the rebels' moral degeneration with the bishop's Christian decency. Adopting the framework of the deadly sin of *invidia* (envy), he claimed the rebels were driven purely by "rumour" (*fama*), something he said was faster than any other evil. And he said that, by betraying Diego and inciting rebellion, they had operated "like the associates of Judas" (*qualiter socii Scariotis*). For all this condemnation, however, the Chronicle's author conceded that the movement had broad popularity. Rather than denigrating the rebels as any mob or crowd, he labelled them "the city" (e.g., *civitatis clamores et strepitus*), or even "the entire city" (e.g., *strepit tota Civitas*).¹⁸ The overall effect is one in which, despite the chronicler's explicit aims, the bishop and queen seem to have been temporarily marooned away from the city's growing communal spirit.

How far may these two uprisings in northern Iberia have foreshadowed any of the political dynamics later seen in the Roman commune of the 1140s and 50s? Considering both Sahagún and Compostela, Thomas Bisson has been skeptical of applying the "communal" label to either, and has played down their anti-elite "class warfare" dimension, even while admitting that the motives of the conspirators remain "obscure." Instead, Bisson has termed the two events as "(pro-) feudal revolts," or conservative community expressions. What the rebels in these cities craved, he

¹⁷ *Historia Compostelana*, edited by Emma Falque Rey (Turnhout: Brepols, 1988), Book 1, ch. 114, section 4.

¹⁸ *Ibid.*, ch. 114, section 3.

argued, was a more stable form of the “lordship, dependence, and ... fidelity” they had experienced before the destabilization of the political world that arrived with the “crisis of the twelfth century” (Bisson, 2009, p.259). Bisson’s argument is persuasive. But he may have been too quick to pass over the language of communality at play in both these uprisings, as well as further parallels with Italian communes such as Benevento. It is true, the explicit rhetoric of “brotherhood” adopted in Sahagún may be deceptive. As María Ángeles Martín Romera has pointed out, *hermandades* in the Iberian Peninsula operated with their own internal hierarchies, often significantly empowering some social groups over others (Martín Romera, 2018). Nevertheless, in the case of Sahagún the rebels’ efforts to articulate a type of class autonomy through documentary practice deserves recognition for their persistence and their level of organization, and suggests, if not a true horizontal entity, at least a level of self-awareness of class comparable to the rhetoric of the senate that emerged in Rome in the 1140s.

3.2 *Classicism*

Taken together, the examples of Benevento, Sahagún, and Compostela give a snapshot of how communal self-awareness was coming to operate in parallel across a range of European small cities in the early twelfth century. And they each suggest that Rome’s anti-elitism and codified organization of a non-aristocratic community were not quite so unique. A final question remains about Rome’s political praxis, however. How far did its overt and explicit claims to embody a reborn Ancient Rome compare to the classicism at work across other European cities of this era? While Rome was incomparable as the birthplace of the SPQR, did other cities or territories claim direct kinship with the ancient system of senate and empire at a comparable scale?

One potential parallel is the city commune of Gaeta in Calabria, which emerged sometime in the 1120s. From the sources, it appears this commune was unique in using some of the same classical labels that the Roman commune would adopt twenty years later. The city’s documents attest to “consuls” and “senators,” labels that were then more or less unprecedented in medieval civic government, certainly in southern Italy. What is more, the consuls of Gaeta were elected in numbers of four per year. And it appears that no individual was ever allowed to serve as a consul for two consecutive years (Skinner, 1995, pp. 198). Evidently, there was some attempt at fair representation.

There are limitations to how far these arrangements in Gaeta can be said to measure up to Rome, however. As Patricia Skinner has pointed out, the title of consul was not novel to the commune, but had been in use throughout Gaeta’s long

history (found, for instance, in charters from the 840s and 850s), and was perhaps more a testament to historical links to the city of Rome than to any self-conscious appropriation of imperial or republican history (Skinner, 1995, p. 40). And the title *senator* was already being adopted consistently by the sons of the dukes of Gaeta throughout the 1000s (*ibid.*, p. 158). Within Gaeta's consular mechanisms, it is true, there seems to have been some parallel with Rome, notably the election of four new consuls annually. Nevertheless, as Skinner points out (*ibid.*, p. 199), the surnames of these consuls suggest that they all belonged to the city's aristocracy. And significantly Gaeta's commune (unlike Rome) never operated independently, but continued to owe fealty to the princes of Capua (*ibid.*, p. 299).

Unlike Sahagún or Benevento, Gaeta therefore seems to be something of a red herring in the history of communes. While it adopted some of the language of ancient Rome, it ultimately declined to mimic republican ideals in any meaningful sense. And yet this does not mean that a classicist Roman republicanism was not alive throughout Europe in this period. Instead of looking in communal documents for evidence of this strain of thought, however, it is necessary to look in works of theology and history.

One indicative passage is in Peter Abelard's *Theologia Christiana*, written in the 1130s after the philosopher's castration and retreat to the monastery of the Paraclete. Abelard (who, notably, was one of the teachers of Arnold of Brescia) here offers an intriguing bridge, connecting the republican ideals of pre-Augustan Rome with Christian (and especially monastic) principles. Despite existing before Christ, the ancient republics had established what Abelard called a formidable "community of good," and in this way had prefigured the highest apostolic dimensions of the Christian church. They had operated "a plan for life in cities" based on a solid system of ethics, one that sought to inculcate "a life of sexual self-denial, both for married couples and for rulers."¹⁹ In this respect, Abelard was part of a longer medieval tradition that connected classical ideas of the "common good" with a practical Christian ideal of social harmony and equity (Kempshall, 1999, pp. 68, 145). While more work needs to be done to establish how far Abelard's idealized moral republicanism had wider purchase on writers in the twelfth century, it is notable that John of Salisbury also discusses the ancient republic as a "chaste" society where each citizen was prepared to lay down their life "for the common good".²⁰

¹⁹ Peter Abelard, *Theologia Christiana*, Book 2: chs. 48–49, CCCM, pp.151–152. See also Marenbon, 1997, pp. 305–6.

²⁰ John of Salisbury, *Policraticus, sive de nugis curialium et vestigis philosophorum*, edited by Clement C. J. Webb (Oxford: Clarendon Press, 1909), Book 6, ch.21.

3.3 Apocalypticism

Abelard's moral republicanism leads us to the final apparent distinction of the Roman commune. Is it possible to contextualize Rome's overtly apocalyptic elements — the sense, inspired by Arnold of Brescia, that Rome was somehow a “divine republic” and a “holy city” — against other communal uprisings in the early 1100s? It is difficult, given the usually hostile nature of the sources that recorded the activities of communes, to assess any of the precise theology that may have guided these civic movements. And it is even more difficult to trace precisely how far these theological ideas may have animated the wider public. But in the case of Rome, even the harshest critics of the commune admitted that Arnold of Brescia's ideas had “pleased the masses by its novelty.”²¹ So is it possible to find similar concessions in accounts of other theologically-driven uprisings?

There was one major rebellion in the Italian Peninsula that foreshadowed some of the apocalyptic patterns that would later emerge in Rome. Rather than in a small city, however, this took place in the northern metropolis of Milan. The *Patareni* revolt occurred in Milan in the 1050s, and like the Roman commune it seems to have involved a revolutionary project that tried to fuse enfranchising the citizenry with an eschatological agenda of communal purification. Like Rome with Arnold, its momentum also shifted through the influence of a charismatic preacher, Arialdo.²² Importantly, however, the Milanese case potentially overlaps with Rome as it involved similar levels of experimentation, especially in how it connected radical reform not only with moral instruction and violence against the clergy, but also with the establishment of parallel institutions and a drive to construct idealistic new collective living spaces.

Forming in the countryside, the *Patareni* was a group of rebellious religious fanatics with an avowed commitment to reforming the morals of the ecclesiastical hierarchy. They entered the city of Milan in 1057, beginning an uprising ostensibly in response to the archiepiscopal election of Guido de Valet, a candidate who had supported clerical marriage and who consequently lost the support of more committed Church Reformers (Norrie, 2022). A crowd of citizens gathered to oppose Guido and, led at first by the charismatic duo of Arialdo and Landulf Cotta, their protest morphed into a more generalized movement against clerical corruption. According to Arnulf of Milan's *Liber gestorum recentium* (c. 1070), Landulf made a speech that pushed “the people” to a state of “fever pitch against the clergy.” And in making this case, his anticlerical rhetoric was reportedly fierce. “Venerate none of

²¹ *Barbarossa in Italy*.

²² Andrea da Strumi, *Vita sancti Arialdi*, edited by F. Baethgen, *Supplementa tomorum* I–XV, MGH, SS, XXX/2 (Leipzig, 1934), pp. 1047–1075.

their offices,” the chronicle quotes Landulf telling his followers, “for their sacrifices are as dogshit and their basilicas like the stables of farm animals.”²³

A key aspect of the Milanese revolt was that it sought not only to express dissatisfaction, but also to form a set of parallel experimental institutions (Dempsey, 2023). In an early move to mirror the functions of the established Church, the *Patareni* elected Landulf as a type of anti-archbishop, coordinating shifts of guards to protect him as he slept. Even more radical, the movement set up a sanctuary at Porta Nova where clerics lived in total celibacy (which at that time was a considerable statement in itself), sharing all property in common. They also established a new set of public liturgical celebrations, including a procession in which Arialdo led a barefoot tour of the reliquaries of the city (Norrie, 2022). After two or three summers, however, these innovations seem to have fallen out of popular favour, and so the *Patareni* began to seek more traditional institutional support from the papacy. By 1066 the leadership managed to secure a papal letter of excommunication against Bishop Guido, and tried to use this to seize control of the city through formal channels. As it turns out, however, this marked the effective end of the *Patareni*’s momentum.

For all the radical rhetoric and initial groundswell of support, the Milanese movement ultimately failed in areas where later communes (such as Rome) would be both more brutal and more direct. They were unable to depose bishop Guido, and they failed to translate their para-institutions into fully autonomous civic mechanisms. And in trying to excommunicate the bishop, they failed to reckon with the primate’s entrenched support both from rivals within the civic elite as well as from supporters in the surrounding region. One of the *Patareni*’s main problems was a faltering leadership. The preacher Arialdo seems to have been reluctant to assume control, and after Landulf became afflicted by a lung disease and lost his ability to speak, responsibility passed to his brother Erlembald, who (according to Arnulf’s account at least) suffered from political indecision. Critically, the progress of the uprising was also hamstrung by the fact that they could never quite secure hegemonic support among the city’s population. While Arnulf claimed that “almost the whole city supported the bishop,”²⁴ another contemporary observer (Andrea da Strumi) made it clear that Guido was able to call on an even larger crowd than the *Patareni*’s supporters on the day of their decisive clash in June 1066.²⁵ According to the recent work of James Norrie, a key factor in this unpopularity was that both Arialdo and Erlembald misjudged the value of liturgical norms among the city’s population. By disrupting traditions such as the “Three Day Litanies” so abruptly, the *Patareni* lost public sympathy and hobbled any potential they might have had

²³ Arnulf of Milan, *Liber gestorum recentium*, edited by C. Zey, MGH, *Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi*, LVII (Hanover, 1994), Book 3: 9.

²⁴ Arnulf, Book 3, ch.18.

²⁵ Andrea, *Vita*, pp. 1064–5 (ch. 20).

to connect their progressive spiritual message with wider secular urban radicalism (Norrie, 2022).

Milan set a powerful precedent for Rome, especially in modelling how charismatic leadership could galvanize an iconoclastic anticlericalism. But the reform movement shifted astronomically in the decades after the brutal execution of Arialdo in 1066. More instructive, and more explicitly apocalyptic parallels with Rome can be found in smaller Italian cities in the first decades of the 1100s. One is the city of Bari, in Calabria, whose uprising began in 1113. Unlike with Rome, the rebellion in Bari was initially motivated by a dissatisfied civic elite. Frustrated by the power of Constance, the widow who assumed lordship over the city after the death of her husband Bohemond, a band of citizens rose up and seized control of Bari. They were led, ultimately, by a citizen named Grimoald Alfarantes, who began styling himself the “Prince of Bari.” According to administrative documents surviving from this era, the new urban government adopted consciously communal mechanisms, claiming that civic decisions were now to be made “by the advice of the whole city” and would be “agreed with the ascent of citizens of the commune” (Oldfield, 2007, pp. 600-601). In this sense, Bari seems to fit into the template of the politically self-aware bands of citizens in Benevento or Sahagún, and consequently a plausible forerunner of Rome.

Even closer to the Roman case, an explicitly apocalyptic element was brought to the Bari commune by a wandering preacher named John of Matera (d. 1139). Most of what we know of John, who was canonized by Pope Alexander III in 1177, comes from his hagiographer, and consequently must be handled with care. Nevertheless, the *Vita* suggests that John dedicated his spiritual efforts (like, on reflection, Arnold of Brescia) to joining the purity of monasticism with the problems of managing ordinary civic life. Before he arrived in Bari he had spent several years preaching in both Sicily and Puglia, where he mortified his flesh through public evangelical displays of Christian asceticism. He would spend his days, for instance, rope-tied to a log and immersed in cold icy water. And when anybody passed by, he challenged them to imitate him by living a more alert spiritual life themselves (*«sermone ajebat, cum aliorum desidiā argueret, et ad meliorem et eminentiorem viam provocaret»*).²⁶

Why did John move to Bari? According to his hagiographer, he was “seeking not his own ends, but rather the ends of Jesus Christ.”²⁷ Apparently he had been on a pilgrimage to the Holy Land when he suddenly decided his mission should apply to this city instead. But whatever his motives, it seems too much of a coincidence that the city he chose was one in which a conflict between a new commune and the

²⁶ “Vita de S. Joanne Matherensi,” edited by J. Cardanet, *Acta Sanctorum*, v (1867), ch.2, 4.

²⁷ *Ibid.*, ch.1, 10.

bishop was still raw. Into this tension, John immediately began to apply the abstract spiritual principles he had been preaching in Puglia to the concrete problems of ecclesiastical civic government. Specifically, he began a campaign “persuading the gluttonous to sobriety, the lusty to chastity, the quarrelsome to charity”.²⁸ While some citizens apparently followed this spiritual advice, others were not impressed, and complained to “the bishop and the leaders of the city,” accusing John of heresy, prompting Bari’s new “prince,” Grimoald Alfaranites, to intervene and reprove him. Reading between the lines, it seems John’s preaching had a deliberately radical anti-establishment edge. Supporting this interpretation, John later adopted what looks like a similar strategy in Gargano, where he used an apocalyptic reform message to try to call for political change. Preaching to the citizens there, he urged them to strike out the vices of the Canons of St Michael (who had lordship over the community) in order to save their city from an impending “evil of drought.”²⁹

It is one thing to see an individual preacher connecting moral reform with urban government, but what about the majority of ordinary people within a commune? In Bari the public support for John seems to have been patchy at best, and in Gargano John’s preaching was met not by any enthusiasm but by a hostility, with the people “demanding that the author of this abomination be delivered up and be burned with flames” (*«Populus vero ad cælum tollens clamorem, istius flagitii flagitabant auctorem, ut flammis comburendum traderent»*).³⁰ If Rome managed to be swept up by Arnold’s message, to the point that the commune refused to relinquish him when Barbarossa’s army were marching towards the city, was this a singular event? Or were there other pre-existing examples across Europe (besides Milan) where a popular commune apparently took a radical reform message to its heart?

For this, the 1112 uprising in the city of Laon in northern France provides a fitting test case. And with this particular commune, Initially, the citizens of Laon rebelled against their bishop, Waldric, who had formerly been chancellor to King Henry I of England (d. 1125). Similar to the Milanese case, apparently Waldric was unpopular as he was neither reform-minded nor particularly moral (protestors complained that he was too “worldly”). Our knowledge of this insurrection comes almost entirely from the monk Guibert of Nogent, although, far from offering a single-minded religious interpretation, his account is useful for highlighting the rebellion’s specific material and political goals. The serfs of the city wanted to avoid tariffs, Guibert said, and (like the citizens of Sahagún) they were eager to enshrine their liberties in a charter (which they eventually secured in 1128). Alongside this assertiveness, the rebels were also politically aware. According to Guibert, they

²⁸ *Ibid.*, ch.8, 10.

²⁹ *Ibid.*, ch.10, 13.

³⁰ *Ibid.*, ch.10, 13.

chanted the single word “commune” as they stormed the church in Laon to confront the bishop.

But perhaps the most distinctive aspect of Laon uprising was the rebels’ singular focus on the issue of clerical purity. After they killed Bishop Waldric, they did not simply humiliate his body, as occurred at Benevento. Instead, they subjected it to a highly choreographed and symbolic defacement. Waldric had begged for his life, if Guibert’s account is to be trusted, and had promised the citizens he would share all his wealth with them. But the “communal” protestors were not convinced, and one member of the party bashed his brains out with a battle axe. But then the dramaturgy began. First the band of rebels cut off Waldric’s episcopal ring, and next they stripped him of his vestments. In this process, they sought to undermine precisely the materials through which the bishop’s temporal power had been able to maintain its unique spiritual legitimacy.³¹ As John Ott has put it, these rebels seem to have been dramatizing the bishop’s betrayal of his spiritual marriage to the Church, in a murder that, if it was meant to seem “divinely ordained,” skirted on being an “attack on the episcopal office itself” (Ott, 2015, pp. 1– 12). For these citizens of Laon, just as for Arnold of Brescia in Rome, “commune” evidently meant something more than just political freedom. It also signified a mechanism for the moral purification of civic leadership.

Many of these religious dimensions have been observed in studies of communal uprisings before. Scholars such as Rita Bellelli have made the case that Italian rebellions grew out of desires for spiritual renewal, and that it was the collective empowerment of the initial reform movement that provided the “nucleus” for the communes that followed (Bellelli, 2017). And, recently, James Norrie has made the compelling argument that to understand popular associations and collective uprisings in medieval cities we need to appreciate devotional repertoires and liturgical rhythms (Norrie, 2022). But the case of Rome, seen through the framework of Bari, Milan, and Laon, raises the more particular question of the apocalypse. Could it be that the moralizing project of building an earthly imitation of paradise, after all, worked as a template for at least some branches of communal activity?

³¹ Guibert of Nogent, *Monodies and On the Relics of Saints. The Autobiography and a Manifesto of a French Monk from the Time of the Crusades*, edited and translated by Joseph McAlhany and Jay Rubenstein, (London: Penguin, 2011), chs.268–269.

4. Conclusion

So, was Rome really a “black sheep” in the Italian communal family? Scholars such as Wickham and Maire Vigueur have been right to challenge the romantic narrative of Roman exceptionalism, and to point out both the deeper institutional roots of the city’s commune as well as its similarity to other major cities in the Italian peninsula. Nevertheless, the same historians have also conceded that Rome’s classicism, its self-conscious efforts at democratic experimentation, and its deliberate apocalyptic rhetoric were all relatively singular elements. What this article has attempted to achieve, by casting wider across the continent in the early twelfth century, is to demonstrate how each of these three elements had correlations specifically across a range of Europe’s small cities. Classical titles and institutions were already in use in Gaeta in the decades before Rome set up its senate in the 1140s. Desires for the radical redistribution of land and power guided the charter made by “the brotherhood” at Sahagún in the 1110s, and possibly also the anti-aristocratic violence at Benevento and Compostela in the same decade. And an apocalyptic project to connect urban government with collective moral reform certainly animated Milan, but also likely the uprisings in Bari and Laon.

Ultimately, it is true, the Roman commune seems to have been more radical in its execution of these three elements than any of these smaller cities. Whereas Gaeta simply adopted classical titles, Rome initiated a senatorial structure and revived the Equestrian Order. Whereas Bari had an apocalyptic preacher who tried to galvanize the community with an eschatological message, Arnold of Brescia wrote letters to the emperor claiming Rome as “a divine republic.” And whereas Sahagún’s community produced a written charter and showed hostility to lords and abbots, Rome deposed the pope and enfranchised ordinary citizens of humbler backgrounds to stand for positions on the senate.

Being singular in degree, however, does not mean being singular in kind. It remains for historians to investigate further practical links between Rome and smaller civic movements in the early 1100s, beyond the half-obsured and overplayed actions of Arnold of Brescia. But there are grounds to question whether events in Rome were influenced by wider intellectual, political, and religious currents that more easily manifested in smaller cities than larger ones. My hypothesis for now though is that, rather than being a “black sheep,” Rome may have been a different kind of sheep altogether; a rare major city commune that enacted some of the structures that otherwise more typically emerged in the smaller cities of early-twelfth-century Europe.

BIBLIOGRAPHY

- ARALDI, G. (2017): "Giudici e cultura giuridica a Benevento tra XII e XIII secolo." *Studi Storici*, 3, pp. 659-692.
- BELL, D. & JAYNE, M. (2009): "Small Cities? Towards a Research Agenda." *International Journal of Urban and Regional Research*, 33 (3), pp. 683-699.
- BELLELLI, R. (2017): "De heretecis et Patarenis: Gli 'starccioni' sulla scena della storia Secoli XI-XII." *Montesquieu.it*, 9, pp. 61-83.
- BENEŠ, C. E. (2009): "Whose SPQR? Sovereignty and Semiotics in Medieval Rome." *Speculum*, 84, pp. 874-904.
- BENEŠ, C. E. (2011): *Urban Legends: Civic Identity and the Classical Past in Northern Italy, 1250-1350*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- BENSON, R. L. (1982): "Political *Renovatio*: Two Models from Roman Antiquity." In R. L. BENSON, G. CONSTABLE & C. LANHAM (eds.): *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 339-386.
- BENSON, T. (2009): *The Crisis of the Twelfth Century: Power, Lordship, and the Origins of European Government*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- BREZZI, P. (1947): *Roma e l'impero medioevale, 774-1252*. Bologna: Cappelli.
- COLEMAN, E. (2004): "Cities and Communes." In D. ABULAFIA: *Italy in the Central Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, pp. 27-57.
- CONANT, K. J. (1956): "Municipal Politics in 1117: An Explanatory Note". *Journal of the Society of Architectural Historians*, 15 (1), p. 4.
- DEMPESEY, J. A. (2023): *Bonizo of Sutri: Portrait in a Landscape*. Lanham, MD: Lexington Books.
- FRUGONI, A. (1989): *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII*. Turin: Einaudi.
- GARCIA, C. (2007): "L'anonymat individuel au service d'une identité collective: l'exemple des Chroniques Anonymes de Sahagún (XIe siècle)." In M. MICHAUD (ed.): *Identités méditerranéennes. Reflets littéraires*. Paris : Editions L'Harmattan, pp. 97-110.
- GREENAWAY, G. W. (1931): *Arnold of Brescia*. Cambridge: The University Press.
- GREGOROVIVUS, F. (1896): *History of the City of Rome in the Middle Ages*, IV. 2. Translated by A. HAMILTON. London.
- INTERNULLO, D. (2022): *Senato sapiente. L'alba della cultura laica a Roma nel medioevo (secoli XI-XII)*. Roma: Viella.
- JONES, P. J. A. (2024): "Is Paradise a Democracy? The Heavenly City as a Political Paradigm, c.1100-1150". *Past & Present*, 263 (1), pp.47-80.
- KAWALEK, J. P. E. (2022): *The Historia Compostellana, Its Authors, and Their Times (1088-1148): An Historiographical Study*. [Unpublished Doctoral Dissertation]. University of Birmingham.

- KRUMM, M. (2024): "Zeitgeschichte einer bedrohten Stadtherrschaft. Das *Chronicon Falcos von Benevent*." In A. COSTA & M. KRUMM (eds.): *Storiografie italiane del XII secolo: Contesti di scrittura, elaborazione e uso in una prospettiva comparata*. Florence: Firenze University Press, pp. 227-252.
- MAIRE VIGUER, J.-C. (2001): "II comune Romano." In A. VAUCHEZ (ed.): *Roma medievale*. Rome: Ed. Laterza, pp. 117-157.
- MAIRE VIGUER, J.-C. (2016): *The Forgotten Story: Rome in the Communal Period*. Rome: Viella.
- MARTÍN ROMERA, M. A. (2018): "Hermanas desiguales. Las jerarquías urbanas a través de las hermandades bajomedievales." *Anuario de Estudios Medievales*, 48 (1), pp. 81-115.
- MILLER, M. C. (2023): "Reframing the 'Documentary Revolution' in Medieval Italy." *Speculum*, 98 (3), pp. 673-694.
- MINEO, E. I. (2006): "Nobiltà romana e nobiltà italiana (1300-1500): parallelismi e contrasti." In S. CAROCCI (ed.): *Nobiltà romana nel Medioevo*. Rome: École française de Rome, pp. 43-70.
- MOORE, R. I. (1994). *The Origins of European Dissent*. Toronto: University of Toronto Press.
- NORRIE, J. (2022): "Rites of Resistance: Urban Liturgy and the Crowd in the Patarine Revolt of Milan, c.1057-75." *The English Historical Review*, 137 (589), pp. 1575-1605.
- OLDFIELD, P. (2006): *Urban Society and Communal Independence in Twelfth-Century Southern Italy*. [Unpublished Doctoral Dissertation]. University of Leeds.
- OLDFIELD, P. (2007): "Urban Government in Southern Italy, c.1085-c.1127." *The English Historical Review*, 122 (497), pp. 579-608.
- OLDFIELD, P. (2021): "The Commune of Benevento (1128-1131): A South Italian Contribution to the Communal Movement." *The English Historical Review*, 136 (582), pp. 1117-1147.
- OTT, J. S. (2015): *Bishops, Authority and Community in Northwestern Europe, c. 1050-1150*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OTTEWILL-SOULSBY, S. (2024): "Places of Love and Honour: Cities and Almost-Cities in the Carolingian World." In E. ROSE, R. FLIERMAN & M. DE BRUIN-VAN de BEEK (eds.): *City, Citizen, Citizenship, 400-1500: A Comparative Approach*. London: Palgrave MacMillan, pp. 105-134.
- PARTNER, P. (1972): *The Lands of St Peter: The Papal State in the Middle Ages and the Early Renaissance*. Los Angeles: University of California Press.
- PETERSOHN, J. (1992): "Friedrich Barbarossa und Rom." In A. HAVERKAMP (ed.): *Friedrich Barbarossa: Handlungsspielräume und Wirkungsweisen des staufischen Kaisers*. Sigmaringen, pp. 129-146.

- PETERSOHN, J. (2010): *Kaisertum und Rom in spätsalischer und staufischer Zeit: Romidee und Rompolitik von Heinrich V. bis Friedrich II.* Hanover: MGH Schriften.
- REILLY, B.F. (1969): "The *Historia Compostelana*: The Genesis and Composition of a Twelfth-Century Spanish *Gesta*." *Speculum*, 44, pp. 78–85.
- SCHMITZ-ESSER, R. (2004a): "Arnold of Brescia in Exile: April 1139 to December 1143 – His Role as a Reformer, Reviewed." In L. NAPRAN & E. VAN HOUTS (eds.): *Exile in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, pp. 213–231.
- SCHMITZ-ESSER, R. (2004b): "‘In Urbe, quae caput mundi est.’ Die Entstehung der römischen Kommune (1143–1155): Über den Einfluss Arnolds von Brescia auf die Politik des römischen Senats." *Innsbrucker Historische Studien*, 23 (24), pp. 243–255.
- SCHWARZROCK, R. E. (2012): *Conflict and Chronicle in Twelfth-Century León-Castile: A Literary Study of the First Crónica Anónima of Sahagún*. [Unpublished Doctoral Dissertation]. University of Exeter.
- SIEGMUND, D. (2011): *Die Stadt Benevent im Hochmittelalter. Eine verfassungs-, wirtschafts- und sozialgeschichtliche Betrachtung*. Aachen: Shaker.
- SKINNER, P. (1995): *Family Power in Southern Italy: The Duchy of Gaeta and its Neighbours*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TERENZI, P. (2024): "Teramo nel basso medioevo: la trasformazione di un sistema politico (secoli XII–XIV)." In F. PANARELLI (ed.): *Città nel Mezzogiorno d'Italia tra XI e XV secolo*. Basilicata University Press, pp.121–154.
- THOMPSON, A. (2005): *Cities of God: The Religion of the Italian Communes, 1125–1325*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- THUMSER, M. (2001): "Die frühe römische Kommune und die staufischen Herrscher in der Briefsammlung Wibalds von Stablo." *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters*, 57, pp. 111–147.
- WICKHAM, C. (2015a): *Medieval Rome: Stability and Crisis of a City*. Oxford: Oxford University Press.
- WICKHAM, C. (2015b): *Sleepwalking into a New World: The Emergence of Italian City Communes in the Twelfth Century*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ZORZI, A. (2001): "Negoziazione penale, legittimazione giuridica e poteri urbani nell'Italia comunale." In M. BELLABARBA, G. SCHWERHOFF & A. ZORZI (eds.): *Criminalità e giustizia in Germania e in Italia. Pratiche giudiziarie e linguaggi giuridici tra tardo medioevo ed età moderna*. Bologna: Duncker & Humblot, pp. 13–34.
- ZORZI, A. (2010): *Le signorie cittadine in Italia. Secoli XIII–XV*. Milan: Mondadori Bruno.

Coopération, concurrence ou domination ? Les villes de la *Metropolregion FrankfurtRheinMain* (XIV^e-XVI^e, XXI^e siècle)

Gisela Naegle¹

Résumé

Définie en 2005, composée de parties de trois *Länder* actuels, la Hesse, la Rhénanie-Palatinat et la Bavière, la *Metropolregion FrankfurtRheinMain* regroupe des villes de taille très différente. Le plus grand centre est Francfort, mais cet espace renferme aussi Mayence, Wiesbaden, Aschaffenburg et plusieurs anciennes villes d'Empire (Wetzlar, Friedberg, Gelnhausen), ainsi que des petites résidences comtales et princières comme Büdingen. Au Moyen Âge, ces villes étaient reliées par des rapports multiples : la concurrence économique (grandes foires de Francfort, petits marchés des environnements) ; des liens ecclésiastiques (diocèse et grand territoire séculier du prince-archevêque de Mayence) et politiques (par exemple : représentation de Friedberg par Francfort à certaines diètes, participation des villes à ligues urbaines). Des princes régionaux avaient leurs propres petites résidences, les comtes de Nassau essayèrent d'agrandir leur emprise territoriale. L'article analyse l'évolution de ce réseau et du poids respectif de ces villes du XIV^e au milieu du XVI^e siècle.

Mots clés

Metropolregion FrankfurtRheinMain, Saint Empire, Moyen Âge / Premiers temps modernes, Réseaux urbain, Concurrence interurbaine

¹ Université Justus-Liebig, Giessen, Allemagne. Email: G.Naegle@gmx.de

Cooperation, competition or domination? The cities of the *Metropolitan Region FrankfurtRheinMain* (14th-16th, 21st centuries)

Abstract

Defined in 2005, the *Metropolregion FrankfurtRheinMain* is made up of parts of the three current *Länder* of Hesse, Rhineland-Palatinate and Bavaria. The largest centre is Frankfurt, but this area also includes Mainz, Wiesbaden, Aschaffenburg and several former imperial towns (Wetzlar, Friedberg, Gelnhausen), as well as small residences of counts and princes such as Büdingen. In the Middle Ages, these towns were linked to each other by different types of relationships: economic competition (large fairs in Frankfurt, small markets in the surrounding areas), ecclesiastical links (diocese and large secular territory of the prince-archbishop of Mainz) and political links (for example, representation of Friedberg by Frankfurt at certain diets, participation of towns in urban leagues). Regional princes built their own small residences, and the Counts of Nassau tried to extend their territorial hold. This article analyses the development of this network and the respective influence of its towns from the fourteenth to the mid-sixteenth century.

Keywords

Metropolregion FrankfurtRheinMain, Holy Roman Empire, Middles Ages / Early Modern Times, Urban networks, Urban concurrence

1. Introduction

Conformément au but de cet ouvrage collectif, qui est de suivre l'évolution de réseaux urbains dans la longue durée et d'y inclure aussi bien des études sur le Moyen Âge que sur l'époque contemporaine, cette étude a choisi comme point de départ la *Metropolregion FrankfurtRheinMain*, une région actuelle, de création récente (2005), qui regroupe des éléments de plusieurs ensembles territoriaux historiques (sur la notion de réseau urbain, voir : Gräf & Keller, 2004 ; Escher *et al.* 2000 ; sur la notion de centralité développée par les géographes, voir : Christaller [1933]). D'après Jean-Luc Fray, cette notion de "réseau urbain" est, en langue française, l'une seulement des possibilités pour décrire ce type de liens entre villes :

"Se trouve alors posée la question du 'réseau' : nous renouvelons notre proposition de réserver les termes de 'maillage' ou 'trame' à l'observation d'un espace où les localités centrales ne sont pas seulement juxtaposées, distribuées plus ou moins également dans l'espace (notion de 'semis'), mais organisées de façon hiérarchisée et prises en compte relativement les unes aux autres dans leurs rapports de complémentarité ou de concurrence. La notion de réseau, quant à elle, nous paraît dépendre de la capacité des 'nœuds' les plus forts de ce maillage à entretenir, en particulier par le vecteur du réseau routier, une circulation de flux – de marchandises, de capitaux, d'hommes, d'ordres et d'informations – et des relations d'alliance et d'hostilité" (Fray, 2006, p. 482).

Cette définition s'applique très bien au cas de la *Metropolregion Frankfurt-RheinMain* : à l'époque médiévale, son espace était surtout dominé par deux 'nœuds' : Francfort, ville d'Empire², lieu de foires importantes et de l'élection du roi des Romains, faisait partie des capitales de l'Empire. Cependant, en dépit de cette qualité, Francfort ne comptait pas parmi les plus grandes villes de l'Empire. À la fin du Moyen Âge, Cologne avait plus de 40.000 habitants tandis que, pour 1387, les estimations de la population de Francfort varient entre 9.600 et 12.000 habitants (Isenmann, 2014,

² Dans l'Empire médiéval, on distingue plusieurs types de villes : 1) Les villes d'Empire (*Reichsstädte*) placées immédiatement sous l'autorité de l'empereur. 2) Les villes libres [*freie Städte*], villes épiscopales et archiépiscopales dont le seigneur était l'évêque ou l'archevêque de ce lieu, mais qui avaient réussi à se libérer de son pouvoir. 3) Les villes territoriales placées sous l'autorité d'un seigneur ou d'une institution ecclésiastique. Les villes libres (*freie Städte*) prétendaient posséder des droits encore plus importants que les villes d'Empire puisque, théoriquement, l'empereur n'était pas leur seigneur urbain. La terminologie de *freie Reichsstädte* (villes libres impériales) est un amalgame de ces deux différents types de villes. Il s'agit d'une désignation tardive du début des Temps modernes. Du point de vue des villes, pour se soustraire aux charges financières / les impôts de l'Empire, il pouvait être intéressant de laisser leur statut dans l'ambigu. (Sur cette typologie, voir : Landwehr & Schneider, 2009, col. 1733-1734 ; Isenmann, 2014, pp. 281-315 ; Monnet, 2004, pp. 25-47. Il n'y eut jamais de liste fixe de villes d'Empire / villes libres. Une partie de ces villes ne possédaient ce statut que temporairement. Les chiffres proposés varient entre 148 et environ 180 (chiffres d'après Bühner, 2019, p. 9, 25).

p. 62). Dotée de bonnes voies de circulation aussi bien routière que fluviale, la ville devint, en conséquence d'un mouvement de croissance économique et démographique, le plus grand centre de sa région. Mayence, dont le chiffre d'habitants est estimé à 5.700 habitants à la fin du XV^e siècle (Isenmann, 2014, p. 62), en fut le deuxième nœud important, situé sur le grand axe du Rhin, mais également siège d'un puissant archevêque-prince-électeur, archichancelier du Saint-Empire, disposant d'un important diocèse et d'une grande principauté ecclésiastique³. En 1477 fut fondée une université⁴. Le destin de ces deux centres urbains médiévaux fut différent : un succès économique durable pour Francfort et, en 1462, après la conquête militaire par son archevêque dans la *Mainzer Stiftsfehde*, à la suite d'un schisme archiépiscopal, la perte de l'immédiateté et du statut de ville libre pour Mayence. Après cette perte, Mayence devint la capitale administrative de son archevêque (Sprenger, 1999, pp. 205-225).

En dépit de nombreuses ruptures et changements, depuis l'époque médiévale, l'espace choisi pour cette étude permet d'illustrer la persistance de certains traits caractéristiques de son réseau urbain dans la longue durée. Par rapport aux villes de la Wetterau, Francfort réussit à se forger des alliances et d'assurer une représentation des villes plus petites aux diètes (voir plus bas). Sa grande attraction économique leur garantissait un grand marché à proximité, mais nuisait aussi aux possibilités de développer leurs propres foires et marchés. L'article analyse l'évolution de ce réseau de relations et du poids respectif des 'grandes', 'moyennes' et 'petites' villes au XIV^e-milieu du XVI^e siècle. Une première partie se référera à la définition de l'espace retenu : la *Metropolregion FrankfurtRheinMain* et la problématique de l'espace en tant qu'objet de la *Landesgeschichte*. Le deuxième point sera consacré à la situation médiévale et au début des Temps modernes et une troisième partie posera d'abord la question de la coopération, ensuite suivront quelques réflexions sur la "concurrence" et la "domination".

2. Définir l'espace : relations urbaines hiérarchisées au fil du temps

Le phénomène de l'évolution de relations hiérarchiques entre les villes d'une certaine région renvoie au fait que les réseaux urbains s'inscrivent dans l'espace et dans le temps. Depuis quelques années, le *spatial turn* suscite de nombreuses réflexions

³ Carte "Archevêché et principauté ecclésiastique de Mayence et abbaye impériale de Fulda vers 1500." In GATZ *et al.* (2004), p. 903 ; accessible en ligne in Jürgensmeier (2011, URL: http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Mainz,_Erzbistum:_Sprengel_und_Verwaltung [consulté le 15 août 2024]). Cette carte montre également la localisation d'un grand nombre des villes mentionnées dans cet article (y compris les petites villes de Seligenstadt, Steinheim, Eltville, etc.)

⁴ Auparavant, comme université de ce territoire ecclésiastique, il y eut celle d'Erfurt, fondée en 1379, en fonction depuis 1392.

méthodologiques des historiens – y compris, depuis une dizaine d’années, des représentants de la *Landesgeschichte* allemande (Dendorfer, 2015, pp. 127-148 (141) ; Rutz, 2015, pp. 95-110 ; bilan des évolutions historiographiques : Ott, 2015, pp. 111-125 ; Speitkamp, 2016, p. 15) dont les conditions-cadres et les outils se distinguent de l’histoire régionale française (Monnet, 2016, pp. 31-35 ; Naegle, 2021, pp. 479-501 (482-485)).

D’après la sociologue Martina Löw, la genèse de l’espace est un phénomène social qui ne peut se comprendre qu’à travers l’évolution de la société, comme processus et synthèse de biens sociaux, comme élaboration effectuée par et entre les êtres humains. L’espace existe sous forme de représentations (*Vorstellungen*), sous celle de la perception (*Wahrnehmung*), sous celle de souvenirs (*Erinnerungen*), mais également sous forme de *spacing* (c’est-à-dire la construction [*Bauen*], la mesure [*Vermessen*] et l’édification [*Errichten*]), le placement de ces biens sociaux et êtres humains à certains lieux, qui les met en relation avec d’autres biens et d’autres êtres humains (Löw, 2023, p. 263)⁵. D’après ce concept, l’espace est surtout le résultat de relations. Il est *produit* par elles et ne correspond pas uniquement à une réalité empirique fixe et tangible. D’après Henri Lefebvre (2000, p. 475) :

une distinction s’imposa entre la problématique de l’espace et la pratique spatiale. La première ne peut se formuler que sur un plan théorique, alors que la seconde s’observe empiriquement. [...] La ‘problématique’ (terme emprunté à la philosophie) se compose d’interrogations sur l’espace mental et l’espace social, sur leurs connexions, sur leurs liens avec la nature, d’une part, avec la logique des formes ‘pures’ d’autre part. Quant à la pratique spatiale, elle se constate, se décrit, s’analyse à divers niveaux : dans l’architecture, dans l’urbanisme [...], dans l’aménagement effectif des parcours et des lieux (territoires), dans la vie quotidienne, et bien entendu, dans la réalité urbaine.

En ce sens, la *Metropolregion FrankfurtRheinMain* est une ‘invention’, un espace produit, une création récente qui recoupe d’autres espaces établis antérieurement qui, parfois, continuent d’exister parallèlement, comme les *Länder*. Ainsi, on peut observer une coexistence de plusieurs définitions et systèmes relationnels différents de l’espace : les liaisons administratives et politiques (l’appartenance à des *Länder* différents) se distinguent de l’espace économique et de celui de la circulation. Définie depuis 2005 par une décision de la *Ministerkonferenz für Raumordnung* (conférence

⁵ “Die Entstehung des Raums ist ein soziales Phänomen und damit nur aus den gesellschaftlichen Entwicklungen heraus, das heißt auch als prozeßhaftes, Phänomen, zu begreifen. Raum wird konstituiert als Synthese von sozialen Gütern, anderen Menschen und Orten in Vorstellungen, durch Wahrnehmungen und Erinnerungen, aber auch im *Spacing* durch Platzierung (Bauen, Vermessen, Errichten) jener Güter und Menschen an Orten in Relation zu anderen Gütern und Menschen”. (Löw, 2023, p. 263).

de coordination des ministres/représentants des *Länder* et des représentants du gouvernement fédéral pour l'ordonnancement de l'espace) du 28 avril 2005⁶, la *Metropolregion FrankfurtRheinMain*⁷, compte parmi les onze *Metropolregionen* allemandes. Composée de parties de trois *Länder* actuels, la Hesse, la Rhénanie-Palatinat et la Bavière, elle regroupe des villes de taille très différente. De son côté, un sous-ensemble, l'association régionale (*Regionalverband*) *FrankfurtRheinMain* qui siège à Francfort-sur-le-Main, fut fondée en 2011 par un acte législatif du Parlement de Hesse, la loi sur la *Metropolregion FrankfurtRheinMain*, et compte actuellement 80 communes membres au centre de cet espace. Cette dernière organisation dispose également d'un bureau européen doté d'une représentation à Bruxelles⁸. Avec une surface de 14.753 km² et une population de 5,8 millions d'habitants (395 habitants/km², 2021), 43 universités (*Hochschulen* y compris *Fachhochschulen*), il s'agit d'une région d'une grande puissance économique⁹. Aujourd'hui, l'importance du nœud de Francfort résulte surtout de la présence de nombreuses banques (dont, depuis 1998, la Banque centrale européenne) et de son grand aéroport, le cinquième d'Europe, qui emploie 81.000 personnes. En 2015, il y eut 60 millions passagers, 24.814.921 en 2021 (en temps de Covid, données de mai 2023) et 48.918.482 en 2022¹⁰. Outre son plus grand centre urbain, Francfort (767.609 habitants, 2023/2024)¹¹, cet espace renferme aussi d'autres grandes villes, dont la ville directement voisine d'Offenbach (144.962 habitants, fin 2023). Bien que si proches l'une de l'autre qu'aujourd'hui, elles forment presque une seule agglomération, deux villes de fondation romaine, Wiesbaden (298.408 habitants [fin 2023], mentionnée en 122 après J.-C. comme *Aquae Mattiacae*, également station balnéaire) et Mayence (223.735 habitants en 2023/2024) sont respectivement capitales des *Länder* de la Hesse et de la Rhénanie-Palatinat. On peut y ajouter aussi Darmstadt (167.313 habitants, fin 2023) ancienne capitale de la principauté de Hesse-Darmstadt, siège de l'ESOC [Centre européen d'opérations spatiales, en charge des opérations de commande et contrôle en orbite des satellites de l'ESA], Hanau (101.364 habitants, fin 2022) et Aschaffenburg (72.444 habitants, fin 2022) en Bavière. Parmi les villes plus petites comptent plusieurs anciennes villes d'Empire en Hesse : Wetzlar (55.515 habitants, janvier 2024),

⁶ Le 28 septembre 2023, il y eut un changement du nom: l'ancienne "Ministerkonferenz für Raumordnung" (conference des ministres pour l'ordonnancement de l'espace) se nomme désormais "Raumentwicklungsministerkonferenz" (conférence des ministres pour le développement de l'espace) pour souligner le changement de ses objectifs: <https://www.bmwsb.bund.de/Webs/BMWSB/DE/themen/raumentwicklung/raumordnung/ministerkonferenz-raumordnung/rmk-node.html> (consulté le 20 août 2024).

⁷ Page internet explicative de cet organisme: <https://www.region-frankfurt.de/Unsere-Themen-Leistungen/Kooperation-Metropolregion/Die-Metropolregion-kurz-erkl%C3%A4rt/> (consulté le 20 août 2024).

⁸ <https://deutsche-metropolregionen.org/metropolregion/frankfurtrheinmain/> (consulté le 20 août 2024).

⁹ Source: *ibid.*

¹⁰ <https://www.fraport.com/de/konzern/ueber-uns/zahlen--daten-und-fakten1.html> (consulté le 2 mai 2023 et consulté le 2 décembre 2023, entretemps, les données furent actualisées).

¹¹ Source: <https://frankfurt.de/service-und-rathaus/daten-informationen-wissen/themen/bevoelkerung>). (consulté le 20 août 2024).

Friedberg (30.546 habitants, 2022) et Gelnhausen (24.268 habitants, juin 2024), ainsi que d'anciennes petites résidences comtales et princières (par exemple Büdingen en Hesse [22.548 habitants, 2022], une petite résidence comtale fortifiée, Windecken¹², etc.). Pourtant, même si cet espace de la *Metropolregion* est un enfant du XXI^e siècle, contrairement à ce que l'on pourrait croire, comme point de départ pour une étude d'histoire médiévale, il ne s'agit pas d'un ensemble spatial complètement anachronique : par certains aspects, cette création spatiale récente est même plus proche des ensembles territoriaux médiévaux que les délimitations des *Länder* actuels (la Rhénanie-Palatinat et la Hesse sont des créations territoriales d'après 1945) (Kroll, 2017, pp. 88-89) ou d'autres anciennes créations éphémères comme le grand-duché de Francfort attribué au dernier prince-archevêque de Mayence, Carl Theodor von Dalberg par Napoléon I^{er} (1810-1813)¹³. Bien que les relations de taille des villes de cette région aient parfois changé, certaines données, comme la prépondérance de Francfort, sont restées relativement stables. Au Moyen Âge, les villes de taille très différente de l'actuelle *Metropolregion* étaient déjà connectées par des rapports multiples :

- par la concurrence économique : les grandes foires de Francfort par rapport aux petits marchés des environs et, en même temps, l'attraction du commerce de cette grande ville) ; (sur les foires médiévales, voir : Rothmann, 1998),
- par les liens relatifs aux temporels ecclésiastiques : une grande partie des régions rurales / des petites villes appartenaient au territoire du prince-archevêque de Mayence¹⁴ ; depuis le XIII^e siècle, le château d'Aschaffenburg, ville située en Franconie, aujourd'hui en Bavière, était la deuxième résidence de ce prélat important, où, entre la deuxième moitié du XIII^e et la deuxième moitié du XV^e siècle, il séjourna parfois davantage qu'à Mayence (Bünz, 2002, pp. 18-23) ; par des liens d'organisation diocésaine : par exemple, en dépit de son statut de ville d'Empire, du point de vue ecclésiastique, au Moyen Âge, Francfort était situé dans le diocèse de l'archevêque de Mayence,

¹² Windecken n'existe plus sous forme d'une commune indépendante. Aujourd'hui, cette ancienne ville fait partie de la ville de Nidderau (fondée en 1970 regroupant plusieurs agglomérations anciennement indépendantes). En 2024, en cinq agglomérations différentes, Nidderau a plus de 20.000 habitants. (<https://www.nidderau.de/erleben-entdecken/historisches/>) (consulté le 20 août 2024). En 1970, Windecken avait 3.316 habitants; en 1753 200 ménages et, au total, 872 personnes; en 1812, 206 feux et, au total, 1.084 habitants. (<https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/rsrec/sn/ol/register/ort/entry/435021050:windecken>) (consulté le 20 août 2024).

¹³ WÜLFING (s.d.), <https://parlamente.hessen.de/geschichte/grossherzogtum-frankfurt/details> (consulté le 20 août 2024).

¹⁴ Carte accessible in Jürgensmeier (2011): URL: http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Mainz,_Erzbistum:_Sprenkel_und_Verwaltung, (consulté le 20 août 2024).

- par des relations politiques : Friedberg, ville d'Empire, connu des difficultés économiques. À partir de 1442, elle se fit généralement représenter par Francfort aux diètes impériales qui furent parfois tenues en des lieux très éloignés (Stobbe, 1992, pp. 217-222, avec tableau des diètes, pp. 218-220) ; depuis 1254, les villes de Francfort, Gelnhausen, Wetzlar, Friedberg participaient à différentes ligues urbaines¹⁵. Des princes régionaux tels que les landgraves (Tebruck, 2014, col. 527-532) de Hesse¹⁶, les comtes de Büdingen, les seigneurs de Hanau (par exemple à Hanau et Windecken), etc., avaient leurs propres petites résidences. Les landgraves de Hesse, les comtes de Nassau et ceux de Solms essayèrent d'agrandir leur influence et/ou leur emprise territoriale, ce qui mit en danger les marges de manœuvre de la ville d'Empire de Wetzlar. Au cours des nombreuses faides du XIV^e siècle, la ville se rangea du côté des landgraves et, dans la deuxième moitié du XIV^e et au XV^e siècle, elle conclut des traités de protection avec les comtes de Nassau-Weilburg (Felschow, 1985, pp. 28-30).

3. L'évolution du réseau urbain : Moyen Âge et Temps modernes

Au Moyen Âge comme aujourd'hui, la métropole de cette région était Francfort-sur-le-Main, l'une des capitales du Saint-Empire médiéval. Sa fonction comme lieu de l'élection du roi des Romains et futur empereur fut consacrée par la célèbre bulle d'or de l'empereur Charles IV en 1356 (Fritz, 1972 ; sur ce texte, voir : Hohensee *et al.*, 2009). Depuis le milieu du XII^e siècle, une foire d'automne y fut tenue, d'abord du 8 au 22 août, plus tard du 15 août au 8 septembre (Matthäus, 2016, p. 45). Depuis 1330, l'empereur Louis IV de Bavière y ajouta la foire de printemps (Bund, 1991, p. 56 ; description détaillée des foires dans Rothmann, 1998). Au Moyen Âge, Francfort était situé dans le diocèse de Mayence, ce qui conféra des possibilités importantes d'ingérence à l'archevêque. Par voie fluviale, par le Rhin et le Main, les deux villes furent liées avec la région de l'*Oberrhein* (l'Alsace avec Strasbourg et les villes de la

¹⁵ Carte: Ligues urbaines à la fin du Moyen Âge: https://www2.klett.de/sixcms/media.php/229/430035_k10_karte_staedte_ma.pdf (consulté le 20 août 2024). Pour voir la complexité du système des ligues urbaines voir la carte suivante sur la ligue des villes rhénanes : "Der Rheinische Städtebund von 1254" (Entwurf Gerhard Baaken). In *Großer Historischer Weltatlas. 2. Teil: Mittelalter*, Munich, 1979, 2009, p. 70a. [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dt%C3%BCnde_\(13./14._Jahrhundert\)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_2_rheinische-staedtebundel.jpg](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dt%C3%BCnde_(13./14._Jahrhundert)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_2_rheinische-staedtebundel.jpg) (consulté le 20 août 2024).

¹⁶ Sur l'évolution territoriale de la Hesse entre 1247 et 1567, voir la carte: "Hessen 1247-1567". In: *Geschichtlicher Atlas von Hessen* : <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ga/id/23> (consulté le 20 août 2024).

Décapole alsacienne et la Suisse, Bâle, etc.), Cologne et les Pays-Bas. Dans la deuxième moitié du XIV^e siècle, chaque jour, il y avait un va-et-vient de deux *Marktschiffe* ('bateaux de marché'), en amont et en aval, entre Francfort et Mayence, (Fischer, 1958, p. 6 ; Bettgenhaeuser, 1896, p. 6). Ces relations étroites, basées sur le réseau fluvial, se reflètent dans l'origine des fortunes des élites urbaines de Francfort, qui participèrent au commerce du vin avec l'Alsace, comme les Rohrbach, enrichis par ce commerce et montés jusqu'aux plus hauts offices urbains (Monnet, 1997) et dans l'importance du commerce avec Cologne. En même temps, il y avait des chemins de commerce terrestres, dont les liaisons entre les foires de Francfort et Leipzig¹⁷. Depuis les temps romains (où le Rhin et le Main formèrent la part fluviale du *Limes* parsemée de nombreux *castella*), au Moyen Âge et au début des Temps modernes, les relations fluviales et le droit d'établir des stations de péage, importante source de revenus, jouèrent un rôle important – et l'archevêque de Mayence en établit tout un réseau dans ses petites villes. Situés à proximité de la rivière, quelques bâtiments ont subsisté, par exemple à Steinheim¹⁸ proche du château de l'archevêque¹⁹ et à Stockstadt²⁰.

¹⁷ Routes et chemins entre foires de commerce au XVI^e-XVIII^e siècle, cartes (sur les chemins entre les foires: voir la petite carte insérée dans l'autre:

<https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/gsrec/current/1/sn/ga?q=Lange+Hessen> (consulté le 20 août 2024).

¹⁸ "Steinheim am Main, Main-Kinzig-Kreis". In *Historisches Ortslexikon*: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ol/id/12857> (consulté le 20 août 2024). Fin 2023, Steinheim avait 12.732 habitants, en 1834 seulement 1.674 (<https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ol?id=435014060>, consulté le 20 août 2024).

¹⁹ Description du château de Steinheim : <http://denkxweb.denkmalpflege-hessen.de/107034> (consulté le 20 août 2024).

²⁰ Aujourd'hui la commune est située en Bavière et nommée "Markt Stockstadt" (la désignation comme 'Markt' (marché) qui est utilisée pour des petites communes est une particularité du droit communal de Bavière). En 2022, Markt Stockstadt avait 8.066 habitants.



Fig. 1 – Station de péage médiéval de l’archevêque de Mayence (© G. Naegle, 2023).

Dans quelques villes, comme à Steinheim, ces implantations du pouvoir archiépiscopal furent complétées par celle de châteaux, comme à Eltville petite ville située sur le Rhin, ou résidences de chasse (ainsi à Aschaffenburg, château de 1605-1614, élargi sur base d’un bâtiment médiéval détruit en 1552 par les troupes du margrave Albrecht Alcibiades de Brandebourg-Kulmbach (1522-1557) ; le *Bergfried* de 1337 subsiste encore en tant que cinquième tour (Bünz, 2009, pp. 19-22).



Fig. 2 – Château d'Aschaffenburg (© G. Naegle, 2023).

La présence de l'archevêque de Mayence laissa des traces durables dans le tissu urbain des petites villes, par exemple à Steinheim, où, après l'acquisition de cette ville de la famille des seigneurs d'Eppstein, par l'archevêque Konrad III de Dhaun, ce dernier fit transformer le château à son goût (avant 1431, Bünz, 2009, pp. 17-18), mais également parce que, dans ce cas, cette présence entraîna l'implantation de nombreuses familles de nobles officiers épiscopaux, comme les Hutten. Plusieurs des maisons construites par ces familles subsistent encore. Cependant, au cours des siècles, elles ont parfois été considérablement modifiées²¹. Outre la présence du puissant archevêque de Mayence, la région fut marquée par la présence de plusieurs concurrents princiers dont les landgraves de Hesse, les comtes palatins (également princes-électeurs), les comtes de Nassau et plusieurs puissantes familles de nobles dont les membres devinrent parfois archevêques de Mayence, comme dans le cas des Ysenburg, famille de comtes, puis de princes et maîtres de la petite ville fortifiée de Büdingen. Certaines structures datent déjà de l'époque des Carolingiens

²¹ Épitaphe de l'officier et conseiller archiépiscopal Frowin von Hutten (†1528) et de son épouse Kunigunde von Hattstein (1548) à Steinheim, église paroissiale catholique, image avec description. In *Grabdenkmäler* : <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/gdm/id/1515> (consulté le 20 août 2024).

(*Pfalz* à Francfort, basilique à Seligenstadt²²) ou des Hohenstaufen (ex. châteaux [*Pfalzen*] importants à Gelnhausen, fondation de la ville en 1170-1180 par Frédéric Barberousse et château de cette dynastie à Seligenstadt) (Picard, 2004, pp. 19-73). Située à proximité, à l'époque des Hohenstaufen, la Wetterau, une région agricole très fertile, fut le lieu de l'installation de familles de ministériaux censés d'assurer sa protection, comme à Münzenberg, et de l'essor de plusieurs villes d'Empire voisines : Friedberg, Wetzlar et Gelnhausen.

4. Coopération, concurrence et domination

4.1. Coopération

Pendant de longues périodes, le roi et l'empereur pouvaient être loin – ce qui favorisa l'autonomie urbaine et offrit aux villes immédiates des marges de manœuvre importantes, mais en cas de besoin, elles ne pouvaient pas espérer une aide efficace de sa part contre des voisins menaçants. Du point de vue des villes, de puissants princes territoriaux et nobles étaient proches et il fallait se protéger contre des risques comme guerres (hussites, Armagnacs/ Bourguignons, bandes de routiers de la guerre de Cent Ans), des faides, de l'insécurité des chemins, brigands, péages et impôts excessifs et des risques économiques, etc. Ainsi, pour être en mesure d'organiser une défense efficace, la nécessité de s'allier avec d'autres villes ou partenaires s'imposa.

Le XIII^e siècle, et particulièrement le temps du Grand Interrègne (1250-1273), après la fin des Hohenstaufen, fut une époque clé pour le développement de la défense collective des intérêts urbains par ligues et autres formes corporatives. Dans l'Empire, elles connurent leur apogée entre cette époque et la fin du XV^e siècle (Distler, 2006 ; Buchholzer & Richard, 2012 ; Hardy, 2018 ; Kreutz, 2005). Au début du XVI^e siècle, dans différentes parties de l'Empire, l'importance politique des petites et moyennes villes et même des villes libres et villes d'Empire qui n'étaient pas des nœuds importants du grand commerce 'international' comme Augsbourg, Nuremberg ou Hambourg, commença à décliner au profit d'autres acteurs politiques et des grandes villes de résidence des principautés importantes. Ce phénomène toucha aussi la région des grandes ligues urbaines au Sud de l'Empire (où de nombreuses

²² En 2022, Seligenstadt avait 21.752 habitants (chiffre calculé sur la base de toute l'agglomération y compris les communes anciennement indépendantes sont incorporées à Seligenstadt). En 1829, la ville avait 2.897 habitants. (<https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/gsrec/id/14133/current/1/sn/ol?q=Seligenstadt> (consulté le 20 août 2024). Plan de la ville médiévale in *Geschichtlicher Atlas von Hessen*, Karte 35 A, librement accessible à la même adresse internet.

viles étaient souvent relativement petites). Pour les formes de la coopération au sein des *Landfriedensbünde* (ligues territoriales de paix), dans la région du Rhin, de la Meuse et ailleurs, à long terme, on peut constater qu'elles empruntent de plus en plus les institutions et le personnel des États princiers naissants (Stercken, 1989, p. 170). Dans cet autre type d'organisation, le rôle des villes devint souvent moins important. Finalement, à l'aube des Temps modernes, le grand temps des ligues urbaines en tant que telles était révolu.

Les régions allemandes qui connurent un développement particulièrement prononcé des ligues urbaines constituent souvent des ensembles territoriaux assez hétérogènes, caractérisés par l'absence d'un fort pouvoir central. Un tel morcellement territorial et surtout un certain *Machtvakuum* temporaire avaient compté parmi les facteurs décisifs qui avaient favorisé le développement d'une coopération urbaine dans le cadre de la ligue des villes rhénanes, le *Rheinischer Städtebund* de 1254-1257 (Diago Hernando, 2012, pp. 139-159) ; d'autres ligues urbaines et des *Landfriedensbünde* (Carl, 2000; 2012, pp. 121-138 ; Naegle, 2012, pp. 31-37). La Ligue des villes rhénanes fut l'une des ligues urbaines les plus importantes et célèbres. Cependant, l'historiographie récente souligne le fait que cette association avait une composition mixte et que, parmi ses participants, comptaient également de nombreux princes, dont les archevêques de Mayence, Cologne et Trèves. Avec plus de 60 membres urbains et plus de 30 seigneurs, il s'agissait d'une ligue particulièrement étendue, un facteur qui faisait à la fois sa force et sa faiblesse : d'un côté, elle regroupa de nombreux acteurs politiques puissants de l'époque et elle couvrit un grand espace géographique au centre des parties germanophones de l'Empire, mais, de l'autre côté, au sein d'un tel espace étendu, les intérêts des membres étaient nécessairement fort divergents (Bönnen, 2006, pp. 13-35). Cette ligue fut suivie par des ligues urbaines plus régionales dont, dans notre région, avec plusieurs renouvellements entre 1285 et 1364, le *Wetterauischer Städtebund* entre Francfort-sur-le-Main, Friedberg, Wetzlar, et Gelnhausen. Au début du règne de Charles IV (†1378), ces quatre villes d'Empire ne poursuivirent pas la même politique. Depuis 1348, Wetzlar se rangea du côté du roi des Romains et futur empereur tandis que Francfort, Friedberg et Gelnhausen appuyèrent son adversaire, l'antiroi Günther von Schwarzburg. En 1349, le prolongement de la ligue urbaine de la Wetterau se fit sans la participation de Wetzlar (peut-être aussi pour éviter une implication des trois autres villes dans les conflits de cette dernière avec ses voisins, les comtes de Solms). La durée d'activité de cette forme modifiée de la ligue est inconnue. Une dernière prolongation commune de la ligue par les quatre villes eut lieu en 1364 (Felschow, 1985, p. 27). Comme le vient de montrer cet exemple, du point de vue des empereurs, en fonction de la situation politique et de leurs intérêts dynastiques respectifs, les ligues urbaines pouvaient être dangereuses ou utiles.

Aussi, leur attitude à leur égard fut-elle très variable et, non seulement au temps de Charles IV et de l'antiroi Günter von Schwarzburg, elle pouvait changer au cours du règne d'un même empereur.

En 1226, la ligue des villes de Mayence, la petite ville de Bingen, Worms, Spire (Speyer) (vallée du Rhin), Francfort-sur-le-Main, Gelnhausen et Friedberg (Wetterau), fut interdite par l'empereur Henri (VII, reg. 1220-1235) et devait être dissoute (Kreutz, s.d.²³, 2005). Toutes ces villes comptent parmi les membres d'autres futures ligues urbaines. En 1381, Mayence, Worms Spire, Francfort-sur-le-Main, Strasbourg, Haguenau et Wissembourg conclurent une alliance qui, jusqu'en 1386, fut complétée par Wetzlar, Friedberg, Gelnhausen et Pfeddersheim²⁴ (Rhein-Main-Gebiet / Wetterau) ; Seltz, Obernai, Sélestat (Alsace) et huit seigneurs de la vallée du Rhin. En 1381, cette autre ligue rhénane s'unit avec la ligue des villes souabes (de 1376) en une ligue commune, le *Rheinisch-schwäbischer Städtebund*²⁵. Comme dans ce cas, les différentes ligues régionales cherchèrent souvent l'alliance avec leurs homologues d'autres régions, ce qui créa un enchevêtrement dense de ligues alliées²⁶ (Naegle, 2022, p. 40, à propos de la composition spatiale des ligues, voir les cartes citées dans les notes). Mais surtout, dans les ligues d'une grande extension géographique, de fait, en cas de danger, la solidarité des membres entre eux resta faible et peu fiable : en général, les villes n'étaient pas prêtes à assumer de lourdes charges financières ou militaires si elles ne se sentaient pas directement menacées ou concernées (Schmid, 2014, pp. 175-195).

4.2 Concurrence et domination

Les petites villes d'Empire, particulièrement, connurent souvent des périodes de crise économique et de graves problèmes financiers. Ces difficultés engendraient de menaces pour leur indépendance politique et leurs marges de manœuvre : contrairement aux petites villes, qui ne disposaient que de ressources économiques

²³ Carte: La Ligue rhénane de 1254. In *Historisches Lexikon Bayerns* (s.d.): [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dt%C3%BCnde_\(13./14._Jahrhundert\)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_2_rheinische-staedtebunde1.jpg](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dt%C3%BCnde_(13./14._Jahrhundert)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_2_rheinische-staedtebunde1.jpg) (consulté le 20 août 2024).

²⁴ Pfeddersheim est une ancienne ville d'Empire, qui, en 2019 avait 7.011 habitants. Aujourd'hui (depuis 1969), elle fait partie de la ville de Worms en Rhénanie-Palatinat. Au Moyen Âge, la ville fut plusieurs fois mis en gage à différents seigneurs. En 1446, elle passa à l'archevêque de Mayence, en 1465 au prince-électeur palatin. Anciennement, après avoir été française en 1797, depuis 1816, la ville fit partie du grand-duché de Hesse, ensuite, depuis 1946, du nouveau Land de Rhénanie Palatinat. En 1874, à cause du nombre trop réduit d'habitants, Pfeddersheim perdit le statut de ville. Redevenue ville en 1954, ce statut fut définitivement perdu par l'intégration à Worms (en 1969). (Bühner, 2019, n° 114, p. 483).

²⁵ Carte: La Ligue urbaine rhénane-souabe 1381-1389. In *Historisches Lexikon Bayerns* (s.d.): [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dt%C3%BCnde_\(13./14._Jahrhundert\)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_3_rheinische-staedtebunde2.jpg](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dt%C3%BCnde_(13./14._Jahrhundert)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_3_rheinische-staedtebunde2.jpg) (consulté le 20 août 2024).

²⁶ Carte: Ligues urbaines à la fin du Moyen Âge: https://www2.klett.de/sixcms/media.php/229/430035_k10_karte_staedte_ma.pdf (consulté le 20 août 2024).

relativement faibles, en général, de puissantes grandes villes n'étaient pas durablement mis en gage par les empereurs – ou elles disposaient de moyens financiers suffisants pour empêcher l'exécution de tels plans. Dans la longue durée, les foires de Friedberg ne pouvaient pas rivaliser avec celles de Francfort et la concurrence économique de la grande ville voisine, située seulement à une distance d'une trentaine de kilomètres, pouvait s'avérer écrasante. Du point de vue démographique (Friedberg était et est encore beaucoup plus petit que Francfort) et politique (Francfort comptait parmi les capitales de l'Empire et Friedberg devait continuellement craindre pour son indépendance à cause des désirs d'expansion de puissantes dynasties princières voisines et les mises en gage par les empereurs), il y avait un déséquilibre au profit de Francfort. En 1293, Friedberg avait environ 3.000 habitants, selon Thomas Schilp, et 4.000-5.000, selon Hektor Ammann. À la fin du XV^e siècle, ce chiffre avait fortement baissé et Reimer Stobbe pense que la ville n'avait plus que 1.300 habitants (Stobbe, 1992, pp. 8-9). En 1394, Friedberg avait réussi, au moins en théorie, à obtenir une certaine protection de la part du roi des Romains Venceslas contre cette concurrence : Francfort devait respecter les limitations temporelles de ses foires pour garantir le déroulement correct de celles de Friedberg qui avaient connu des difficultés économiques dans les années précédentes (Foltz, 1904, n° 731, p. 451 ; Schilp, pp. 197-198). Un privilège de l'empereur Louis IV de Bavière pour Francfort montre la concurrence avec Mayence : Francfort réussit à se faire garantir par l'empereur que lui-même et ses successeurs n'accorderaient pas de privilège de foire à Mayence ou une autre ville qui risquait de nuire aux siennes (Lau, 1905, n° 606, p. 458 ; Rothmann, 1998, p. 69). En 1384, Mayence interdisait à ses marchands de fréquenter les foires de Francfort. Au cours de la querelle des foires entre Nuremberg et Francfort, la cité organisa deux marchés et empêcha le transit de marchands vers Francfort. Cependant, depuis la deuxième moitié du XV^e siècle, Mayence, dont depuis le XIV^e siècle, l'activité économique initialement importante avait déjà commencé à perdre du terrain par rapport à celle de Francfort, connut encore un déclin plus fort. Les raisons de cette évolution font débat (pour la fin du XV^e siècle, il faut aussi penser aux destructions par la *Mainzer Stiftsfehde* et, à sa fin, les ravages du siège de 1462). Jusqu'alors, la recherche n'a pas encore trouvé d'explication entièrement satisfaisante (Matheus, 1999, p. 199). Cependant, la concurrence avec Francfort n'avait pas uniquement des effets néfastes, et Mayence pouvait également profiter de ces foires voisines. En 1337, l'année même de la promulgation du privilège qui favorisait celles de Francfort, Mayence avait déjà obtenu le droit d'en rapporter et d'y amener des marchandises sans taxes/péages (Fischer, 1958, pp. 5-6 ; sur le système fiscal de l'Empire, voir : Isenmann, 2018 ; Buchholzer, 2022).

La combinaison de facteurs économiques (manque de ressources financières) et des facteurs politiques compte parmi les explications du déclin relatif des petites et moyennes villes de la région étudiées dans cet article. Les éléments sont inséparablement liés.

Les frais d'ambassades aux diètes impériales furent importants et difficiles à assumer pour de petites communautés urbaines. Les petites villes immédiates se faisaient parfois représenter par les grandes et, pour agrandir leur poids, essayèrent de coordonner leur politique (Annas, 2019, pp. 35-60 ; sur le rôle des villes aux diètes, voir aussi Isenmann, 2002, pp. 547-577). Pour les petites et moyennes villes d'Empire, à cause des difficultés financières continuelles des empereurs, la mise en gage était une menace permanente (Landwehr, 1967) et les trois autres villes de la ligue de la Wetterau, Friedberg, Wetzlar et Gelnhausen, en devinrent plusieurs fois victimes : en 1347, l'empereur Charles IV mit en gage les deux villes de Gelnhausen et Friedberg à Kraft von Hohenlohe. Depuis 1349, toujours sous le règne de ce même empereur, Gelnhausen fut mise en gage aux comtes de Schwarzburg et de Hohnstein, ensuite au XV^e siècle, aux comtes palatins, puis aux comtes de Hanau. Un état qui dura continuellement jusqu'à la fin de l'Empire en 1806 (Schwind, 1999b, col. 1206-1207 ; Ackermann, 2006, pp. 12-17). Bien qu'elle fût une ville immédiate, Friedberg fut divisé en deux parties, le "château" sous l'autorité d'un *Burggraf* entouré d'environ 20 à 30 nobles (XIII^e siècle), un chiffre qui atteignit environ une centaine vers 1400 (Schilp, 1982, p. 56 avec discussion des chiffres plus bas avancés par Fred Schwind) et la "ville", gouvernée par un conseil urbain (*consules* depuis 1266). Ces deux parties de la ville furent séparées par des fortifications et exposées à des luttes de pouvoir constantes : en 1275, le château fut détruit par les citoyens, mais depuis 1306, par arbitrage du roi Albert I^{er}, la ville fut obligée d'accueillir six représentants du château dans son conseil. Depuis 1332, Friedberg possédait des foires de quatorze jours dont les dates durent être mises en accord avec celles de foires de Francfort, mais à la suite de la dégradation de sa situation économique, la "ville" fut mise en gage et après le milieu du XV^e siècle, tomba sous la domination du "château" (Schwind, 1999a, 4, col. 918). Le destin de la troisième ancienne ville d'Empire de la Wetterau, Wetzlar²⁷, qui, après la destruction de Spire (1689), devint le siège du *Reichskammergericht*, fut semblable : gouvernée par des *consules* depuis 1260, mais victime d'un grand incendie en 1334, la ville fut mise en gage au profit des comtes de Nassau. Elle mena de nombreuses faides avec des nobles, les comtes des Solms, et connut de graves problèmes financiers qui menèrent à la banqueroute en 1370 (Felschow, pp. 121-176, avec détails sur les crédits et les créanciers).

²⁷ Dans le cas de Wetzlar, la situation des sources pose de nombreux problèmes : jusqu'à 1450, il n'y pas de registres conservés sur l'accueil de nouveau bourgeois, ni registres d'impôt, ni registres du conseil urbain ou registres des corporations de métier – ce qui limite considérablement les possibilités de recherche (Felschow, 1985, p. 85).

Depuis 1350, les conflits continuels avec les comtes de Solms et des faides avaient considérablement fait monter les dépenses de la ville. Entre 1351 et 1359, presque la totalité des acheteurs des lettres de rentes de Wetzlar furent des citoyens de Mayence, remplacés depuis 1361 par ceux de Francfort, Siegen, Aix-la-Chapelle et Cologne. En 1368, Wetzlar cessa de vendre des rentes. Auparavant, le volume annuel des rentes était d'environ 8.000 *gulden*, avec un taux d'intérêt moyen de 12% ; la ville avait donc contracté des crédits pour 80.000 *gulden* entre 1350 et 1370 (Felschow, pp. 127-129). En 1370, Wetzlar ne pouvait plus assumer ses obligations financières et devait cesser les paiements. Les négociations avec ses créanciers durèrent jusqu'à la moitié du XV^e siècle et entraînèrent la prononciation de plusieurs condamnations (*Acht*, *Aberacht*, bannissements) qui nuisirent au commerce. Le transfert de la route de commerce entre Cologne et Francfort (qui passa désormais par Diez sur la Lahn) et des conflits internes à propos de la gestion des dettes et de la participation politique des différentes couches sociales contribuèrent au déclin. Depuis la fin du XIV^e siècle, il devint très visible : les faubourgs furent de plus en plus vidés de leurs habitants et des rues entières furent abandonnées. Néanmoins, en dépit des mises en gage, à long terme, Wetzlar réussit à sauvegarder son statut de ville d'Empire, même si c'était en large partie à cause des rivalités et conflits entre les seigneurs et territoires environnants (Felschow, pp. 215-216).

Ce type de problème des petites et moyennes villes entraîna une chute de la population et agrandit l'attractivité de la métropole régionale, Francfort, y compris pour des membres des élites urbaines. Entre 1351 et 1470, 109 personnes de Friedberg acquirent le statut de citoyen de Francfort. La plupart d'eux disposaient d'un certain patrimoine et, entre 1441 et 1446, plusieurs membres de la couche de la population la plus taxée en 1437 en firent partie (Stobbe, 1992, pp. 79-80). À titre d'exemple de familles patriciennes de Francfort venues de l'extérieur, on peut également citer la famille des Rohrbach, dont la première génération connue vint de Büdingen (Monnet, 1997, p. 355), ou encore le cas de Siegfried zum Paradies (†1386), fils d'un échevin de Marbourg, qui fut d'abord échevin, puis maire (*Älterer Bürgermeister*) de Francfort, et qui, tout en défendant très efficacement ses propres intérêts, contribua d'une façon décisive à l'acquisition de la prévôté royale (*Schultheißenamt*) par la ville (Jung, 1892, pp. 262-263). Cependant, des problèmes financiers ne furent pas uniquement l'apanage des petites villes. Même Mayence connut ce type de problèmes et, tout comme Friedberg, au XV^e siècle, fit plusieurs fois l'objet d'une banqueroute. En 1436, trois quarts des finances urbaines devaient être consacrés aux remboursements des dettes et, en 1437 et 1444, la ville ne put assumer ses obligations financières (Matheus, 1999, pp. 203-204). Les difficultés financières de Mayence furent discutées lors de *Städtetage* (des assemblées de villes). Pour les villes voisines, il était souhaitable que Mayence réussisse à garder son statut d'immédiateté

par rapport à l'Empire. Ainsi, en 1447, Francfort invita Cologne, Worms et Spire (Speyer) à une assemblée à Mayence, à laquelle Cologne ne participa pas et dont on ne connaît pas les résultats (Fischer, 1958, pp. 54-55). D'autres assemblées des villes à ce propos restèrent également sans succès. Après les deux banqueroutes de Mayence, les périodes de négociations avec les créanciers furent longues : de 1429 à 1435 après la première et de 1445 à 1456 pour la deuxième. Après la conquête militaire de la ville, le 28 octobre 1462, l'archevêque Adolphe de Nassau annula ses dettes (Fischer, 1958 pp. 49-58 (58) ; Gilomen, 1984, p. 172, note 406).

Les troubles avec l'archevêque étaient une constante de l'histoire de Mayence, et, en 1462, la ville fut conquise par l'un des deux prétendants à cette dignité, le comte Adolphe de Nassau, suivi sur le siège épiscopal par son rival Diether de Ysenburg, frère du seigneur de la petite ville de Büdingen. Selon Klaus-Peter Decker, en récompense pour son appui au cours de la *Mainzer Stiftsfehde* 1461-1462 contre Adolphe de Nassau, le seigneur de Büdingen aurait reçu de l'aide financière de son frère l'archevêque, ce qui aurait permis la construction des fortifications importantes et très coûteuses qui furent achevées en 1503 (Decker, 1998, pp. 122-123 ; Stein, p. 98). Ces fortifications paraissent surdimensionnées pour une si petite ville (estimation : 600 habitants, superficie de 3,51 ha y compris le château, vers 1500 d'après Fahlbusch, cité par Stein, 2011, p. 116 ; Decker, 1998, p. 127).



Fig. 3 – Fortifications de Büdingen/Hesse (© G. Naegle, 2021).

Elles n'ont jamais servi à leur objectif et n'ont jamais été sérieusement mises à l'épreuve. Le XVI^e siècle apporta une césure importante pour toute la région : en tant que l'une des capitales de l'Empire, la question de l'introduction de la Réforme religieuse posa de problèmes graves à Francfort, situé dans le diocèse de Mayence et lié traditionnellement à l'empereur resté catholique (Jahns, 1991, pp. 151-204). Les dispositions de la paix de religion d'Augsbourg (1555), qui prescrivait que, tout comme les princes, les villes impériales pouvaient décider de la religion de leurs habitants et rester protestantes si elles le souhaitaient et l'étaient déjà, avaient plusieurs conséquences importantes : elles renforcèrent la tendance à la hiérarchisation interne des villes. Ainsi, face à leurs bourgeois et habitants, les conseils urbains se transformèrent de plus en plus en autorités (*Obrigkeiten*) (Isenmann, 1997, pp. 74-126). Mais ces dispositions transformèrent également la géographie religieuse et politique de l'Empire : dans un espace où les territoires de l'archevêque de Mayence

furent très étendus, ces derniers restèrent catholiques, mais une partie des autres villes et seigneurs devinrent protestants. Ainsi une ville ou un village pouvait être protestant et le village voisin rester catholique.

Les exemples présentés au cours de cette étude montrent les relations étroites entre le destin des villes de taille très différente au sein de l'espace Rhein-Main. Pour les plus petites de ces villes, la situation des sources impose des limites importantes aux possibilités de recherche. La plupart des immeubles médiévaux des villes de l'espace étudié était en bois. Nombreux incendies et destructions comme les ravages de la guerre de Trente Ans (1610-1648), dont par exemple la ville d'Empire de Gelnhausen ne se remit jamais entièrement, détruisirent également les archives urbaines. Cette remarque vaut aussi pour plusieurs autres villes y compris les plus grandes : le centre historique de Francfort (et la plus grande partie de ses archives) fut détruit au cours de la Deuxième Guerre mondiale, de même que les centres d'Aschaffenburg, Hanau, Darmstadt, etc. Surtout pour des petites villes comme Steinheim, Stockstadt, Eltville, etc., il faut souvent également recourir à des témoignages archéologiques et des études des bâtiments en pierre (ou de leurs vestiges conservés) – comme les châteaux ou quelques-uns des postes de péage des archevêques de Mayence. L'appartenance commune de nombreuses villes étudiées au cours de cette étude au territoire temporel ou au diocèse de cet archevêque puissant compta parmi les facteurs qui exerçaient une influence décisive sur l'évolution de la région entière.

Parmi les différentes villes de l'espace Rhein-Main et de la Wetterau, des rapports politiques, tels que l'organisation de la défense collective en temps de crise (particulièrement sous forme de ligues urbaines), et la représentation politique des villes plus petites par Francfort à certaines diètes, créèrent des liens interurbains étroits. Dans le secteur économique, la situation était plus ambiguë : les foires de Francfort avaient un rayonnement important au niveau de l'Empire, et même au-delà. Un niveau que les foires et marchés des petites et moyennes villes de la région ne pouvaient pas atteindre. Dans ce secteur, la concurrence de la grande ville voisine pouvait parfois s'avérer écrasante. Depuis l'époque médiévale, comme l'une des capitales de l'Empire, Francfort savait consolider et valoriser sa position particulière. Les relations extérieures des autres moyennes et petites villes de la région étaient plus limitées : par exemple, à la fin du Moyen Âge, pour Wetzlar, on n'a que de rares indices sur des relations économiques avec d'autres villes plus éloignées que Francfort et Friedberg (Felschow, p. 118). À cette époque, les membres des élites des autres villes de la région au sens large quittèrent parfois leurs villes natales pour s'installer à Francfort. Le destin de Siegfried zum Paradis et de la famille des Rohrbach, qui viennent d'être cités, en sont des exemples célèbres. Les grandes villes offraient également de meilleures chances aux artisans.

La grande capacité d'attraction de Francfort est un facteur qui persiste jusqu'à l'époque actuelle. Aujourd'hui, lieu de travail d'une grande partie de la population des villes environnantes, l'expansion de la métropole de Francfort crée de nombreux emplois, mais aussi des problèmes d'infrastructure aux petites villes environnantes qui, à cause de loyers très élevés à Francfort, accueillent un nombre croissant d'habitants. En outre, le grand besoin de ressources naturelles d'une population agrandie et dense crée des problèmes nouveaux avec l'*Umland* : l'alimentation de Francfort en eau potable collectée dans la région de moyenne montagne du *Vogelsberg* pose des questions au regard de la protection de l'environnement, surtout en temps du changement climatique et d'étés secs. À travers les âges, la prépondérance de cette grande ville est restée stable. Au fond, elle repose toujours sur les mêmes éléments : la force économique, l'infrastructure routière, fluviale (et aujourd'hui aérienne), etc. À travers les siècles, la création des foires et marchés, le changement fréquent des délimitations territoriales et le transfert des routes de commerce illustrent l'aspect de l'espace produit/inventé. L'invention de la *Metropolregion FrankfurtRheinMain*, d'un espace issu à la fois des réflexions de la planification du XXI^e siècle et basée sur des structures anciennes, datant parfois de l'époque médiévale, ne constitue donc pas de vraie rupture. Examiner plus à fond l'évolution du réseau urbain de cet espace dans lequel la coopération, la concurrence et la domination entre ses villes furent toujours présentes, vaut encore la peine d'être entrepris.

BIBLIOGRAPHIE

Liens internet (cartes, données, images, descriptions de monuments, etc.):

Cartes: “Der Rheinisch-Schwäbische Städtebund 1381-1389” [La Ligue urbaine rhénane-souabe 1381-1389]. In: KREUTZ, B. (s.d.): “Rheinische Städtebünde (13./14. Jahrhundert).” In *Historisches Lexikon Bayerns*: [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dtebund%3%BCnde_\(13./14._Jahrhundert\)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_3_rheinische-staedtebunde2.jpg](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dtebund%3%BCnde_(13./14._Jahrhundert)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_3_rheinische-staedtebunde2.jpg); G. BAAKEN: “Der Rheinische Städtebund von 1254” [La Ligue urbaine rhénane de 1254]. In: *Großer Historischer Weltatlas. 2. Teil: Mittelalter*, Munich, 1979, 2009: Bayerischer Schulbuch Verlag, 70a: *ibid.*: [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dtebund%3%BCnde_\(13./14._Jahrhundert\)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_2_rheinische-staedtebunde1.jpg](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dtebund%3%BCnde_(13./14._Jahrhundert)#/media/Datei:Artikel_45449_bilder_value_2_rheinische-staedtebunde1.jpg). (consulté le 20 août 2024).

Données sur l’aéroport de Francfort-sur-le-Main: <https://www.fraport.com/de/konzern/ueber-uns/zahlen--daten-und-fakten1.html> (consultées le 2 mai 2023 et le 2 décembre 2023, entre temps, les données furent actualisées).

Épithaphe (image) de Frowin von Hutten (†1528) et de son épouse à Steinheim, église paroissiale catholique: “Frowin von Hutten 1528 und Kunigunde von Hattstein 1548, Steinheim”. In *Grabdenkmäler*: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/gdm/id/1515> (état du 15 février 2006), (consulté le 20 août 2024).

“Geschichtskarte Städtebünde im Spätmittelalter” [Carte: Ligues urbaines à la fin du Moyen Âge]: Source: matériel complémentaire en ligne au livre scolaire *Geschichte und Geschehen. Antike und Mittelalter (Oberstufe)*, Klett-Verlag, https://www2.klett.de/sixcms/media.php/229/430035_k10_karte_staedte_ma.pdf (consulté le 20 août 2024).

“Hessen 1247-1567”. In *Geschichtlicher Atlas von Hessen*: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ga/id/23> (consulté le 20 août 2024).

“Landstraßen 16.-18. Jahrhundert”. [Routes entre foires de commerce au XVI^e siècle], carte: In *Geschichtlicher Atlas von Hessen*: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ga/id/54>; <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/gsrec/current/1/sn/ga?q=Lange+Hessen> (consulté le 20 août 2024).

Metropolregion FrankfurtRheinMain: pages internet explicatives de cet organisme: <https://www.region-frankfurt.de/Unsere-Themen-Leistungen/Kooperation-Metropolregion/Die-Metropolregion-kurz-erkl%C3%A4rt/> et <https://deutsche-metropolregionen.org/metropolregion/frankfurtrheinmain/> avec carte (consulté le 20 août 2024).

- “Ministerkonferenz für Raumordnung” / “Raumentwicklungsministerkonferenz”:
<https://www.bmwsb.bund.de/Webs/BMWSB/DE/themen/raumentwicklung/raumordnung/ministerkonferenz-raumordnung/rmk-node.html> (consulté le 20 août 2024).
- Nidderau (ancienne ville indépendante de Windecken, intégrée à la commune de Nidderau):
<https://www.nidderau.de/erleben-entdecken/historisches/> (consulté le 20 août 2024);
<https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/rsrec/sn/ol/register/ort/entry/435021050:windecken> (consulté le 20 août 2024).
- Seligenstadt, ville en Hesse : <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/gsrec/id/14133/current/1/sn/ol?q=Seligenstadt> (consulté le 20 août 2024). Plan de la ville médiévale dans *Geschichtlicher Atlas von Hessen*, Karte 35 A, librement accessible à la même adresse internet.
- “Steinheim am Main, Main-Kinzig-Kreis”. In *Historisches Ortslexikon*: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ol/id/12857> (consulté le 20 août 2024)
- Steinheim, description du château de Steinheim: <http://denkxweb.denkmalpflege-hessen.de/107034> (consulté le 20 août 2024).

Études

- ACKERMANN, J. (2006): *Gelnhausen. Die verpfändete Reichsstadt. Bürgerfreiheit und Herrschermacht*. Marburg: Hessisches Landesamt für Geschichtliche Landeskunde.
- ANNAS, G. (2019): “Kein Reichstag ohne Reichsstadt? Des ‘Heiligen Reichs Stete’ und die Reichsversammlungen des späten Mittelalters.” In M. KÄLBLE & H. WITTMANN (dirs.): *Reichsstadt als Argument*. Petersberg: Imhof, pp. 35-60.
- BETTGENHAEUSER, R. (1896): *Die Mainz-Frankfurter Marktschiffahrt im Mittelalter*. Leipzig: Duncker & Humblot.
- BÖNNEN, G. (2006): “Der Rheinische Bund von 1254/56: Voraussetzungen, Wirkungsweise, Nachleben.” In F. J. FELTEN, (dir.): *Städtebünde – Städtetage im Wandel der Geschichte*. Stuttgart: Steiner, pp. 13-35.
- BUCHHOLZER, L. & RICHARD, O. (dirs.) (2012): *Ligues urbaines et espace à la fin du Moyen Âge / Städtebünde und Raum im Spätmittelalter*. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg.
- BUCHHOLZER, L. (2022): “Medieval German Holy Roman Empire.” In D. MENJOT, M. CAESAR et al. (dirs.): *The Routledge Handbook of Public Taxation in Medieval Europe*. Londres: Routledge.
- BÜHNER, P. (2019): *Die Freien und Reichsstädte des Heiligen Römischen Reiches. Kleines Repertorium*. Petersberg: Imhof, 2019.
- BÜNZ, E. (2009): *Residenzen der Mainzer Erzbischöfe im späten Mittelalter*. Mainz, Aschaffenburg, Steinheim, Eltville. Eltville: Langer.

- BUND, K. (1991): "Frankfurt am Main im Spätmittelalter". In FRANKFURTER HISTORISCHE KOMMISSION (dir.): *Frankfurt am Main. Die Geschichte der Stadt in neun Beiträgen*. Sigmaringen: Thorbecke, pp. 53-149.
- CARL H. (2000): *Der Schwäbische Bund 1488-1534*. Leinfelden-Echterdingen: DRW.
- CARL, H. (2012): "Landfrieden als Konzept und Realität kollektiver Sicherheit im Heiligen Römischen Reich." In G. NAEGLE (dir.): *Frieden schaffen und sich verteidigen im Spätmittelalter/Faire la paix et se défendre à la fin du Moyen Âge*. Munich: Oldenbourg, 2012, pp. 121-138. [Version en ligne: https://perspectivia.net/servlets/MCRFileNodeServlet/ploneimport_derivate_00011814/PHS%2098%20-%20carl_landfrieden.pdf (consulté le 20 août 2024)].
- [CHARLES IV]: *Die Goldene Bulle Kaiser Karls IV. vom Jahre 1356*. W. D. FRITZ (éd): (1972-1978), Weimar: Böhlau (MGH Constitutiones, vol. 11).
- CHRISTALLER, W. ([1933], 3^e éd. 1988): *Die zentralen Orte in Süddeutschland. Eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmäßigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980 ; *Central Places in Southern Germany*, trad. anglaise par C. W. CLIFFS BASKIN, Englewood: Prentice Hall, 1966.
- DECKER, K.-P. (1998): "Büdingen. Die Kleine Residenzstadt." *Mitteilungen des Oberhessischen Geschichtsvereins*, nouv. série, 83, pp. 111-132.
- DENDORFER, J. (2015): "Politische Räume des Früh- und Hochmittelalters am Oberrhein – Überlegungen zu Landesgeschichte und 'spatial turn'." In S. HIRBODIAN; C. JÖRG & S. KLAPP, (dirs.): *Methoden und Wege der Landesgeschichte*. Ostfildern: Thorbecke, pp. 127-148.
- DIAGO HERNANDO, M. (2012): "Die politische Rolle der Städtebünde im spätmittelalterlichen Kastilien (13.-16. Jahrhundert). Selbstverteidigung, Herrschaftsstabilisierung und Friedenssicherung." In G. NAEGLE (dir.): *Frieden schaffen und sich verteidigen im Spätmittelalter/Faire la paix et se défendre à la fin du Moyen Âge*, Munich: Oldenbourg, pp. 139-159. [Version en ligne: https://perspectivia.net/publikationen/phs/naegle_frieden/diago-hernando_rolle (consulté le 20 août 2024)].
- DISTLER, E.-M. (2006): *Städtebünde im deutschen Spätmittelalter: eine rechtshistorische Untersuchung zu Begriff, Verfassung und Funktion*. Francfort-sur-le-Main: Klostermann.
- ESCHER, M., HAVERKAMP, A. & HIRSCHMANN, F. G. (dirs.) (2000): *Städte-landschaft – Städtetz – zentralörtliches Gefüge*. Mayence: von Zabern.
- FELSCHOW, E.-M. (1985): *Wetzlar in der Krise des Spätmittelalters*. Darmstadt, Marburg: Hessische Historische Kommission Darmstadt & Historische Kommission für Hessen.

- FISCHER, J. (1958): *Frankfurt und die Bürgerunruhen in Mainz (1332-1462)*. Francfort-sur-le-Main: Kramer, 1958.
- FOLTZ, M. (1904): *Urkundenbuch der Stadt Friedberg*, vol. 1: 1216-1410. Marburg: Elwert'sche Verlagsbuchhandlung.
- FRAY, J.-L. (2006): *Villes et bourgs de Lorraine. Réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal.
- GATZ, E., coll. BORDKORB, C. & FLACHENECKER, H. (dirs.) (2004): *Die Bistümer des Heiligen Römischen Reiches von ihren Anfängen bis zur Säkularisation*. Fribourg-en-Brisgau: Herder, art. "Erzbistum und Kurfürstentum Mainz sowie Reichsabtei Fulda um 1500 [Archevêché et principauté ecclésiastique de Mayence et abbaye impériale de Fulda vers 1500]", p. 903 avec carte accessible in JÜRGENSMEIER, F. (2011): "Mainz, Erzbistum: Sprengel und Verwaltung." *Historisches Lexikon Bayerns*, URL: http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Mainz,_Erzbistum:_Sprengel_und_Verwaltung, publié le 15 avril 2011. (consulté le 20 août 2024).
- GILOMEN, H.-J. (1984), *Der Rentenkauf im Mittelalter*, thèse d'habilitation à diriger les recherches, université de Bâle, HISTORISCHES SEMINAR, UZH: https://www.hist.uzh.ch/de/fachbereiche/mittelalter/emeriti/gilomen/publikationen.html#pub_gilomen_ungedruckt (consulté le 20 août 2024).
- GRÄF, H. & KELLER, K. (dirs.) (2004): *Städte-landschaft, réseau urbain, urban network*. Cologne, Weimar: Böhlau.
- HARDY, D. (2018): *Associative Political Culture in the Holy Roman Empire, Upper Germany, 1346-1521*. Oxford: Oxford University Press.
- HOHENSEE, U., LAWOW, M., LINDNER, M. et al. (2009) (dirs.): *Die Goldene Bulle. Politik – Wahrnehmung – Rezeption*, 2 vol., Berlin: Akademie-Verlag.
- ISENMANN, E. (1997): "Obrigkeit und Stadtgemeinde in der frühen Neuzeit." In H. E. SPECKER (dir.): *Einwohner und Bürger auf dem Weg zur Demokratie*. Stuttgart: Kohlhammer, pp. 74-126.
- ISENMANN, E. (2002): "Die Städte auf den Reichstagen im ausgehenden Mittelalter." In P. MORAW (dir.): *Deutscher Königshof, Hoftag und Reichstag im späteren Mittelalter*. Thorbecke: Stuttgart, pp. 547-577.
- ISENMANN, E. (2014): *Die deutsche Stadt im Mittelalter 1150-1550*. Vienne, Cologne: Böhlau.
- ISENMANN, E. (2018): "Reichsstädte und Steuern im späten Mittelalter". In ROTHMANN & WITTMANN (dirs.): *Reichsstadt und Geld*. Petersberg: Imhof, pp. 15-43.

- JAHNS, S. (1991): "Frankfurt am Main im Zeitalter der Reformation (um 1500-1555)." In FRANKFURTER HISTORISCHE KOMMISSION (dir.): *Frankfurt am Main*. Sigmaringen: Thorbecke, pp. 151- 204.
- JUNG, R. (1892): "Sigfrid zum Paradies". *Allgemeine Deutsche Biographie*, 34, 1892, pp. 262-263 [Version en ligne: URL: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd138451222.html#adbcontent> (consulté le 20 août 2024)].
- KREUTZ, B. (s.d.): "Rheinische Städtebünde (13./14. Jahrhundert)". In *Historisches Lexikon Bayerns*: URL: [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_Städtebünde_\(13./14._Jahrhundert\)](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_Städtebünde_(13./14._Jahrhundert)) (consulté le 20 août 2024).
- KREUTZ, B. (2005): *Städtebünde und Städtenetz am Mittelrhein im 13. und 14. Jahrhundert*. Trèves: Kliomedia.
- KROLL, F.-L. (2017): *Geschichte Hessens*. 3^e éd. revue, Munich: Beck.
- LANDWEHR, G. (1967): *Die Verpfändung der deutschen Reichsstädte im Mittelalter*. Cologne: Böhlau.
- LANDWEHR, G., SCHNEIDER, S., "Freie Stadt". In A. CORDES, H. LÜCK *et al.* (dirs.), *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*. Berlin: Schmidt, 2008, vol. 1, col. 1733-1734.
- LAU, F. (1905) (éd.): *Codex diplomaticus Moenofrancofurtanus = Urkundenbuch der Reichsstadt Frankfurt*, t. 2 (1314-1340). Francfort-sur-le-Main: Baer.
- LEFEBVRE, H. (2000 [1974]): *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Anthropos.
- LÖW, M. (2023, [2001]): *Raumsoziologie*. Francfort-sur-le-Main: Suhrkamp.
- MATHEUS, M. (1999): "Vom Bistumsstreit bis zur Mainzer Stiftsfehde: Zur Geschichte der Stadt Mainz 1328-1459)." In F. DUMONT, F. SCHERF & F. SCHÜTZ (dirs.): *Mainz, die Geschichte der Stadt*. Mayence: von Zabern, 2^e éd., 1999, pp. 171-204.
- MATTHÄUS, M. (2016): "Von der Königsstadt zur Reichsstadt – Die Stadtentwicklung Frankfurts im hohen und späten Mittelalter." In E. BROCKHOFF (dir.): *Von der Steinzeit bis in die Gegenwart. 8.000 Jahre städtebauliche Entwicklung in Frankfurt am Main*. Francfort-sur-le-Main: Societäts-Verlag, pp. 36-62.
- MONNET, P. (1997): *Les Rohrbach de Francfort: pouvoirs, affaires et parenté à l'aube de la Renaissance allemande*. Genève: Droz.
- MONNET, P. (2004): *Villes d'Allemagne au Moyen Âge*. Paris: Picard, 2004.
- MONNET, P. (2016): "Raum – Land – Landesgeschichte." In H. GRÄF ; A. JENDORFF & P. MONNET (dirs.): *Land – Geschichte – Identität*. Darmstadt, Marburg: Hessische Historische Kommission Darmstadt & Historische Kommission für Hessen, pp. 31-35. [commentaire sur l'article de W. Speitkamp dans le même volume, voir la référence plus bas].

- NAEGLE, G. (2012): "Einleitung." In EAD. (dir.): *Frieden schaffen und sich verteidigen im Spätmittelalter/Faire la paix et se défendre à la fin du Moyen Âge*. Munich: Oldenbourg, 2012, pp. 9-48 [Version en ligne: https://perspectivia.net/publikationen/phs/naegle_frieden/naegle_einleitung (consulté le 20 août 2024)].
- NAEGLE, G. (2021): "À l'ombre des grands : petites villes et leurs grands voisins au centre du Saint-Empire médiéval. Landesgeschichte [...] et histoire urbaine." In A. COSTA & S. PRATA, (dirs.): *Pequenas cidades no tempo o ambiente e outros temas*. Lisbonne: Instituto de Estudos Medievais, pp. 479-501.
- NAEGLE, G. (2022): "Défendre la ville: négocier, s'allier, faire la guerre et faire la paix (villes allemandes XIII^e-XV^e siècles)." In F. COLLARD, (dir.): *Villes et construction étatique en Europe du Nord-Ouest du XIII^e au XV^e siècle*. Levallois-Perret: Bréal/Studyrama, pp. 33-54.
- OTT, M. (2015): "Raumkonzepte in der Landesgeschichte nach dem Spatial Turn." In S. HIRBODIAN ; C. JÖRG, & S. KLAPP (dirs.): *Methoden und Wege der Landesgeschichte*. Ostfildern: Thorbecke, pp. 111-125.
- PICARD, T. (2004): "Königspfalzen im Rhein-Main-Gebiet: Ingelheim – Frankfurt – Trebur – Gelnhausen – Seligenstadt." In H. MÜLLER (dir.): *Ihrer Bürger Freiheit. Frankfurt am Main im Mittelalter*. Francfort-sur-le-Main: Kramer, pp. 19-73.
- ROTHMANN, M. (1998): *Die Frankfurter Messen im Mittelalter*. Stuttgart: Steiner.
- RUTZ, A. (2015): "Doing territory. Politische Räume als Herausforderung für die Landesgeschichte nach dem 'spatial turn'." In S. HIRBODIAN ; C. JÖRG, & S. KLAPP (dirs.): *Methoden und Wege der Landesgeschichte*. Ostfildern: Thorbecke, pp. 95-110.
- SCHILP, T. (1982): *Die Reichsburg Friedberg im Mittelalter*. Friedberg: Verlag der Bindernagelschen Buchhandlung.
- SCHMID, R. (2014): "'Vorbehalt' und 'Hilfskreis'. Grenzsetzungen in kommunalen Bündnissen des Spätmittelalters." In K. HITZBLECK & K. HÜBNER (dirs.): *Die Grenzen des Netzwerks 1200-1600*. Ostfildern: Thorbecke, pp. 175-195.
- SCHWIND, F. (1999): "Friedberg." In *Lexikon des Mittelalters*, t. 4, col. 918.
- SCHWIND, F. (1999): "Gelnhausen". In *Lexikon des Mittelalters*, t. 4, col. 1206-1207.
- SPEITKAMP, W. (2016): "Erfindungen: Raum – Land – Landesgeschichte." In H. GRÄF; A. JENDORFF, & P. MONNET (dirs.): *Land – Geschichte – Identität*. Darmstadt, Marburg: Hessische Historische Kommission Darmstadt & Historische Kommission für Hessen, pp. 11-30.
- SPRENGER, K.-M. (1999): "Die Mainzer Stiftsfehde 1459-1463)." In F. DUMONT, F. SCHERF, & F. SCHÜTZ, (dirs.): *Mainz, die Geschichte der Stadt*. Mayence: von Zabern, 2^e éd., pp.205-225.

- STEIN, V. (2011): *Büdingen. Ein Versuch zur Geschichte der Stadt*. Büdingen: Geschichtswerkstatt Büdingen.
- STERCKEN, M. (1989): *Königtum und Territorialgewalten in den rhein-maasländischen Landfrieden des 14. Jahrhunderts*. Cologne: Böhlau.
- STOBBE, R. (1992): *Die Stadt Friedberg im Spätmittelalter*. Darmstadt, Marburg: Hessische Historische Kommission Darmstadt & Historische Kommission für Hessen, 1992.
- TEBRUCK, S. (2014): “Landgraf”. In A. CORDES *et al.* (dirs.): *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*, 2^e éd. remaniée, t. 3, Berlin: Schmidt, 2014, col. 527-532.
- WÜLFING, K. (s.d.): “Großherzogtum Frankfurt: Details (1810–1813)”. In HESSISCHES INSTITUT FÜR LANDESGESCHICHTE (dir.): *Hessische Parlamentarismusgeschichte*, <https://parlamente.hessen.de/geschichte/grossherzogtum-frankfurt/details> (consulté le 20 août 2024).

Consumo de productos textiles y redes de intercambio: Cáceres (c. 1340-c. 1525)¹

*Julián Clemente Ramos*²

Resumen

El consumo textil en Cáceres presenta dos modelos muy diferenciados. La oligarquía accede a productos de distinto precio y calidad, incluidos los paños importados, de los que hace un aprovechamiento continuado. Los grupos populares consumen productos de bajo precio como sayal, blanqueta, paño pardo/pardillo o lienzo, aunque algunos vecinos empiezan a acceder en fechas avanzadas a productos de más calidad. Los canales de abastecimiento son variados y van desde las ferias de Medina del Campo a la producción doméstica. La feria local debió ser importante. Los comerciantes locales también disponen de productos de origen y calidad muy diversificados.

Palabras clave

Consumo, Nivel de vida, Tejidos, Baja Edad Media, Extremadura

¹ Proyecto FRONTOWNS *Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII-XVI)* -PTDC/HAR-HIS/3024/2020-.

² Universidad de Extremadura. Email: clemente@unex.es

Consumption of textile products and exchange networks: Cáceres (c. 1340-c. 1525)

Abstract

Textile consumption in Cáceres presents two very different models. The oligarchy has access to products of different prices and quality, including imported cloths, of which it makes extreme use. Popular groups consume low-priced products such as sackcloth, *blanqueta*, *pardo/pardillo* cloth or canvas, although some sectors are beginning to access higher quality products. The fabric supply are varied channels and range from the fairs in Medina del Campo to domestic production. The local fair must have been important. Local merchants also have products of very diversified origin and quality.

Keywords

Consumption, Standard of living, Clothes, Later Middle Ages, Extremadura

1. Introducción³

La artesanía textil era el sector no agrario con mayor peso económico e incidencia en la fiscalidad medieval (Aparici Martí, 2017, pp. 250-251; Ferreira, 1983, pp. 95-97). La adquisición de sus productos, en una economía predominantemente autárquica, representaba el mayor gasto familiar. No sorprende por ello que los tejidos se hayan considerado “mercancías guía” para analizar el grado de integración y jerarquización de la red urbana y los espacios económicos” (Casado Alonso, 2008, p. 9).

El consumo de tejidos tiene una importante significación social. El vestido es un indicador de estatus. Los poderes medievales pensaban que debía haber una correspondencia entre grupo social y vestimenta. Esta relación era, de modo general, una realidad generalizada. Las leyes suntuarias, sin embargo, muestran los desajustes que se producen desde el siglo XIII por el enriquecimiento de sectores populares que intentarán imitar a las élites (*vid.* González Arce, 1998).

Los estudios sobre niveles de vida y en particular sobre consumo textil en la corona de Castilla se han centrado especialmente en los siglos XVII-XIX. Para la baja Edad Media y el siglo XVI son relativamente escasos. Casado Alonso (2008, p. 11) considera que la moda y el consumo textil en la corona de Castilla de los siglos XV y XVI son “muy poco conocidos” y que los estudios disponibles son más “descriptivos” que “puramente económicos”. Más abundantes son los trabajos sobre la industria textil, que reflejan su enorme diversidad en términos de calidad, organización y producción. Las fuentes para el consumo textil no son escasas en la corona de Castilla desde el siglo XV pese a la práctica inexistencia de protocolos notariales. Los testamentos e inventarios nobiliarios suministran una importante información que, sin embargo, no ha sido sistemáticamente estudiada. Ha habido más interés en analizar los ingresos que el consumo de la nobleza. El Registro General del Sello (Archivo de Simancas) también nos proporciona información de interés sobre la compra y el comercio de tejidos, sobre todo para los vinculados con el ámbito internacional. Estamos ante un tema que requiere una mayor atención.

La documentación nobiliaria de Cáceres nos permite abordar el consumo e intercambio de productos textiles desde mediados del siglo XIV. Los testamentos nos suministran una rica información para todo el periodo estudiado. Las pautas de consumo de este grupo pensamos que quedan suficientemente documentadas en sus líneas generales. La información sobre el colectivo popular es indirecta. Dependemos de las mandas testamentarias y los repartos de tejidos que realiza la oligarquía entre sus criados y pobres o vecinos en general. Pese a ello, las líneas generales del colectivo vecinal, aunque sin matices, pueden perfilarse con nitidez.

³ Abreviaturas: AFTPdGeB: Archivo de la Fundación Tatiana Pérez de Guzmán el Bueno (Cáceres); AHP = Archivo Histórico Provincial; AHM = Archivo Histórico Municipal; AHNob = Archivo Histórico de la Nobleza (Toledo).

Esta información no ilumina, sin embargo, el acceso de algunas élites no nobiliarias a productos de lujo. Por ello hemos recurrido, aunque sean del segundo cuarto del siglo XVI, a los protocolos notariales más antiguos. Creemos que muestran una realidad que podemos retrotraer sin dificultad algunas décadas. De este modo, el panorama del consumo popular queda más completo y matizado.

Los datos sobre el intercambio de bienes textiles son menos ricos. Los mismos testamentos precisan en pocas ocasiones el origen de los tejidos. Más frecuentemente, dependemos de informaciones dispersas, no muy abundantes, pero de gran interés, incluso cuantitativo. Las fuentes callan sobre el consumo de la producción local, que debió dominar la oferta y la demanda. Pese a todo, creemos que la información disponible nos permite ver las diferentes fuentes de abastecimiento y esbozar su importancia relativa. También situar a Cáceres adecuadamente en las redes de intercambio.

2. Consumo de productos textiles

2.1 La oligarquía

El consumo de productos textiles presenta una clara dicotomía entre la nobleza local y el sector popular. Sólo las élites, salvo quizás tardíamente, acceden a bienes de lujo. En Cáceres, este colectivo está formado de modo exclusivo por la oligarquía local. Su consolidación como nobleza media es una realidad claramente asentada a mediados del siglo XIV (Gerbet, 1986, pp. 557-570). A finales de este siglo, vemos a este colectivo acceder a bienes textiles de elevado precio. Los tejidos importados sólo se documentan desde la década de 1380⁴. Desde esta fecha, el consumo de paños de lujo de diversa procedencia es indudable.

Tabla 1. Cáceres: paños importados entre 1382 y 1525

Origen	Años	N.º menciones
Courtrai	1382-1525	13
Ypres	1382-1395	3
Chalons	1395	2
Ruan	1508-1525	3
Chester -Çestre-	1472-1478	2
Londres	1513	1
Holanda	1486-1524	16
Bretaña	1486-1519	5

⁴ El testamento de Juan Alfonso de la Cámara (a. 1340), miembro de la oligarquía trujillana, menciona como únicos bienes textiles “un manto y un pellote e una saya de blanqueta” destinados a su madre (Adámez, 2005, p. 317).

A lo largo del periodo dominan especialmente los paños de Courtrai (valle del Lys) que representan la nueva pañería flamenca, más económica que la de ciudades como Ypres o Gante. No están ausentes los productos ingleses o franceses. Aunque no se den detalles sobre el tipo de paños, con valores muy variables, y la demanda se ajuste a las pautas dominantes del periodo, el precio parece ser un factor importante⁵. Desde finales del XV, el lienzo holandés tendrá un peso creciente, por encima del más modesto en calidad y precio de Bretaña. El lienzo es un tejido considerablemente más económico que se utiliza normalmente para ropa de casa (sábanas, colchas, etc.; Iradiel, 1974, p. 123; Casado, 2007, p. 139), aunque del holandés se registran camisas y un paño de calidad⁶.

La oligarquía también consume productos peninsulares. La información es muy escasa. En pocas ocasiones se precisa el origen. Es llamativo que se mencionen sobre todo paños de Valencia (siete menciones, seis entre 1486-1519) para el periodo 1420-1519, aunque la primera referencia remite a Liria. Se trata de una industria pañera que empezó imitando productos extranjeros y que en el siglo XIV no deja de crecer en calidad y producción (Bordes, 2003, pp. 101-118)⁷. Al margen de esta zona, sólo aparece en una ocasión tejidos para uso doméstico de Buitrago (7,5 varas de manteles), pañería rural del entorno segoviano seguramente de precio modesto⁸.

El lujo se manifiesta más en el tipo que en el origen de los paños consumidos. En ocasiones se alude a su calidad⁹. Se menciona más habitualmente el uso de terciopelo, raso, carmesí, damascos, seda, cendal, velarte o chamelote (Martínez Meléndez, 1989). Se trata de productos de elevado precio que precisan una materia prima de gran calidad y tintes caros. El resultado son paños denotativos de estatus (Tabla 2)¹⁰. Vasco Porcallo (a. 1517) es un ejemplo ilustrativo. Los productos de lujo tienen una buena representación. Disponía de un “pedaço de sayuelo”, dos bolas y riendas de mulas de seda, dos “pedaços chicos” y un ropón de camelote, dos tercias (¿de vara?), un sayuelo, un jubón y un collar de carmesí, media vara de raso negro, y un bonete y una loba de paño de terciopelo¹¹.

⁵ Sobre la importancia de esta pañería desde finales del siglo XIV, Melis (1990, pp. 326-334); sobre el menor coste de estos paños: Verlinden (1937, p. 36); Diago (1997, p. 177 y notas 20-22); Puñal (2001, pp. 315-316).

⁶ “Un paño de Olanda labrado de oro e verde e pardo” (AHP Zaragoza – Híjar, ES/AHPZ – P/1-351-1, 3v). En el testamento de Pedro García Golfín (a. 1527) aparecen dos colchas, cuatro almohadas, dos sabanas y nueve camisas de Holanda (AFTPdGeB – Cáceres, leg. 38, n.º 13, fols. 40v-51r).

⁷ El comercio de los paños valencianos, a juzgar por el caso cacereño, rebasa las zonas castellanas más cercanas (Diago, 1997, pp. 192-193).

⁸ AFTPdGeB – Cáceres, leg. 31, n.º 36(02), fol. 2v. Sobre la calidad de estos paños: Iradiel, 1974, p. 112).

⁹ “Un manto de buen paño” (AHM Cáceres – c. 16/56 (Pereros), n.º 4, f. 2v, a. 1506).

¹⁰ El precio de los paños repartidos por los Reyes Católicos a algunos alfaquiles y alguaciles granadinos constituyen un claro ejemplo (Iradiel, 1974, p. 123).

¹¹ AHNob – Fernán Núñez, c. 599/2, n.º 42, fol. 4v.

La oligarquía también consume productos de calidad modesta. Se documentan, entre otros, tejidos de estopa, naval, o paño pardillo o pardo (Tabla 2). En ocasiones, simplemente se alude a su baja calidad. En el inventario de Pedro Carvajal y su mujer aparecen cinco almohadas de “lana grosera” y cuatro pares manteles “comunes”¹². El de Diego García de Ulloa el Rico (a. 1487) registra toallas “de lienço casero” o “paño pardillo grosero”¹³. Y el de Diego Gómez de Torres (a. 1488), “çiertas cosas de vestir de poco presçio que se dieron por Dios” y “paño grosero fecho en casa”¹⁴.

El color de los paños parece adaptarse a las modas vigentes. El negro, que pierde sus connotaciones negativas, adquiere un peso creciente a lo largo del siglo XV y se impondrá en el siglo XVI con el desarrollo de la moda borgoñana. El rojo, usado en algunos paños de gran calidad (carmesí, grana), se mantiene como un color atractivo (Nogales, 2006, pp. 230 y 241-242; Iradiel, 1974, p. 130; Casado, 2008, p. 30). En Cáceres, el negro (o el prieto) es el color predominante desde el último cuarto del siglo XV en la vestimenta noble aunque se aprecia una cierta dispersión (en algunos casos con telas baratas como el paño pardillo). En el primer cuarto del siglo XVI, se registra un claro predominio del negro (47,22 %; 50 % con el color prieto), especialmente, y los rojos —carmesí, grana o colorado— (25 %), mientras se reduce el resto de los colores.

Tabla 3. La vestimenta noble: el color (1472-1527)

▼ Periodo	Negro, prieto	%	Carmesí Rojos, etc.	%	Otros	%
1472-1500	6	33.33	2	11.11	10	55.55
1500-1527	18	50	9	25	9	25

Un aspecto a considerar es el aprovechamiento extremo que la oligarquía, pese a su poder económico, realiza de los bienes textiles. Es frecuente que se aluda a tejidos viejos o raídos (“traydos”), frente a la escasez de los nuevos. La proporción entre unos y otros es de seis a uno (Tabla 4). Sin duda, estamos ante una clara estrategia de consumo. La oligarquía local intenta simultáneamente acceder a productos de lujo y limitar su gasto. El uso de tejidos de calidad variable indica, sin duda, que está menos exigido socialmente que la alta nobleza¹⁵.

¹² AFTPdGeB – Cáceres, c. 18, n° 7, fols. 3v-4r.

¹³ AFTPdGeB – Cáceres, c. 31, n° 36(02), fols. 2r-3r.

¹⁴ AHNob – Fernán Núñez, leg. 599/2, n° 45, fols. 2r-2v.

¹⁵ La alta nobleza, por nivel económico y exigencias sociales, parece gastar grandes cantidades en vestimenta y otros productos de lujo frente a un consumo más moderado de las oligarquías urbanas (García Marsilla, 2014, p. 231; Martínez Martínez, 2003, pp. 50-51).

Tabla 4. La oligarquía: tejidos viejos y nuevos

▼ Propietario	Viejo	Raído	Nuevo
Diego García de Ulloa, el Rico (1487)	1	-	-
Diego Gómez de Torres (1488)	3	-	3
Vasco Porcallo (1517)	8	5	-
Alonso de Perero (1519)	2	-	2
Lic. Esteban Jiménez, viudo María de Valdivieso (1519)	8	3	2
Pedro de Saavedra (1525)	-	2	-
García Golfín (1527)	9	6	1
TOTAL	31	16	8
	47		

2.2 El consumo popular

El estudio del consumo popular lo conocemos indirectamente a través de las mandas testamentarias, que presentan una imagen sin matices. El grupo vecinal dispondría de escasos tejidos (García Marsilla, 2014, p. 230) que serían elaborados con paños de baja calidad (sayal, blanqueta, pardo/pardillo o lienzo) frecuentemente sin teñir, lo que suponía un ahorro importante. Todos los indicadores cualitativos indican la baja consideración de estos paños. El sayal era utilizado, por ejemplo, por los pastores (Bernis, 1978, p. 25; Puñal, 1998, p. 378). En 1594, la Universidad de la tierra de Soria contesta a una encuesta sobre el estado de la labranza que “la mayor parte de la Tierra se viste de paños pardos y blancos de muy poca suerte, de valor de cuatro o cinco reales una vara” (Díez, 1995, pp. 238-239). El color pardo se asocia en los siglos XV y XVI a la ropa de los pobres (Casado, 2008, p. 12). Lope de Vega vincula este color o el sayal a la ropa del villano (Bernis, 2001, p. 414). Quizás nada sintetice mejor el perfil cualitativo del consumo textil de los grupos no privilegiados que la descripción que se hace de la ropa que vestían en 1473 un pastor madrileño (“un sayo pardillo desmangado e traya unas mangas pardillas”) y su acompañante de escasa edad (“un sayo de sayal blanco”; Puñal, 1998, p. 379).

Las mandas testamentarias beneficiaban en ocasiones a sectores populares muy amplios. Algunos ejemplos son muy claros. García Blázquez mandó repartir

mil cuatrocientas varas de sayal en 1342 destinadas a los pobres (Lodo, 1985, pp. 145-147, doc. 4). Setecientas de ellas y otras cien varas de “panno de lino” se destinan a las alberguerías de Cáceres. Las restantes se usarán “para sayos e sayas e capas” de los casi ciento noventa “pobres” que indica. Este número tan elevado no nos permite entender este término en su sentido más estricto. Se incluyen entre los beneficiarios personas que tendrían un nivel equiparable al de otros artesanos o campesinos de nivel modesto. Aparecen hijas de clérigos, un carnicero o mujeres con distintos oficios (santera, hornera, candeleras, hortelana, alfayata). En algunos casos, se intuye una situación de pobreza, como las dos mujeres que viven en un corral o un lagar. Estas varas se reparten, por tanto, dentro de amplios sectores del colectivo popular.

Tabla 5. Consumo textil: grupo popular (1342-1525), en varas

▼ Periodo	Sayal	Blanqueta	Lino	Lienzo	Burel	Paño pardo	Bocarán
1342-1400	1.400	37 + x	100	130	-	-	-
1401-1450	-	120** 4 piezas	-	**	-	-	11,5
1451-1500	-	85*	-	*/**	15	*	9
1501-1525	-	-	-		-	40*	-
TOTAL	1.400	242 + x 4 piezas	100	130	15	40	20,5
* Se añaden prendas ** Soldada o concesión							

Los datos de precios disponibles muestran la gran diferencia existente entre estos paños de consumo popular y los de lujo.

Tabla 6. Precios de productos textiles de consumo popular

Año	Producto	Información	Mrs./vara
1382	Blanqueta		20
1420	Lienzo	posible error	¿6-45? ¹
	Lienzo		6
	Bocarán		> 9,75 ²
1486	Paño	valor repetido	70
1499	Paño		100
1512	Paño	pobres	70-60
	Lienzo		20
1517	Paño pardillo		50-60
1530	Paño	pobres	100
¹ La 2ª cifra podría tratarse de un error; el texto indica “rs.” quizás en vez de “mrs.”; en este caso, los dos valores de lienzos que aparecen en el documento coincidirían ² Se incluye, junto a 9 varas de bocarán, “un trançado [cofia] mio que me alla tiene”.			
Fuentes: AFTPdGeB – Cáceres, legs. 31, n.º 22 y 36, y 32, n.º 1(01); AHNob – Fernán Núñez, c. 592, n.º 25-1, y 592, n.º 49; AHM Cáceres – c. 16/49, n.º 359; AHP Cáceres – Hacienda (Clero), c. 191, n.º 4.			

Los paños de baja calidad, entre 1382 y 1420, cuestan entre 6 y 20 mrs./vara, frente a los 68 mrs./vara que alcanzan los de Ypres en 1395¹⁶. Entre 1486 y 1530, oscilan normalmente entre 70-100 mrs./vara, sin una clara tendencia alcista pese a la evolución de los precios. En contraste, la vara de terciopelo alcanza los mil maravedís en 1510¹⁷. Las diferencias de precio entre los productos de lujo y de consumo popular son muy marcadas a lo largo de todo el periodo indicado¹⁸.

El consumo popular empieza a presentar un perfil crecientemente diversificado que se puede documentar desde finales del siglo XIV y comienzos del XV a través de la legislación suntuaria, clara indicadora de una sociedad en la que el estatus estamental y el nivel económico presentan un creciente aunque limitado distanciamiento (González Arce, 1998, pp. 105-110)¹⁹. Sólo contamos en Cáceres con un testamento vecinal, por lo que hemos utilizado también, considerando que se mantienen con pocos cambios las pautas de consumo, los protocolos notariales más antiguos (años 1535-1540).

¹⁶ Pedro González, sastre, debe ocho doblas moriscas (70-80 mrs. hacia 1400) y cincuenta maravedís por “doze varas e media de Yple” (AFTPdGeB – Cáceres, c. 31, n.º 19. fol. 4r). Sobre el valor de las monedas: Ladero, 2000, pp. 156-157.

¹⁷ “Un sayo de terçipelo... de çinco varas... valdria a quinientos mrs. la vara” (AHNob – Fernán Núñez, leg. 592, n.º 43, fol. 6r).

¹⁸ El arancel de Cuenca de 1462 marca una clara diferencia de precios entre paños finos —165-90 mrs./vara; comunes 75-40 mrs./vara; e inferiores 35-24 mrs./vara— (Iradiel, 1974, pp. 211-212).

¹⁹ Hernando de Talavera se lamentaba en el último cuarto del XV de que “no hay pobre labrador ni oficial que no ha visto paño fino, y aún seda, ques mas de ponderar” (Bernis, 1978, p. 8).

El testamento de Gonzalo Gómez (a. 1513)²⁰ presenta un consumo estimable de textiles de calidad. Intenta emular claramente los usos de la aristocracia. Dispone que se alimenten a seis pobres durante tres días y un día a todos los que encontrasen, o que se celebren misas por las almas del purgatorio. Lamentablemente, su testamento no da información precisa sobre su patrimonio o sus actividades económicas. Su mujer, además de vestidos no precisados, recibe “un brial de Londres colorado, e unas faldillas de palmilla lechar e un sayuelo de Ruan, e una camisa”. Manda también que con “el mantillo de Contray” se haga una vestimenta para la iglesia de Santiago. Se han adquirido indistintamente paños ingleses, franceses y del valle de Lys (nueva pañería flamenca). Algunos o bastantes miembros de la oligarquía, fuera de las líneas mayorazgas, no tendrían un nivel de consumo equivalente.

Los testamentos que hemos consultado para el periodo 1535-1540 (algo menos de ochenta)²¹, nos permiten ver con claridad que el consumo de textiles de calidad en el sector vecinal era restringido (menos del 10 % de los casos) y moderado (pocos tejidos y sólo algunos de lujo en cada caso). Ninguno se acerca al modelo de consumo de Gonzalo Gómez. Pese a ello, permiten registrar el consumo de productos de calidad o importación entre algunos vecinos, lo que es un elemento a considerar.

Los sectores populares consumen productos de baja calidad y precio reducido a lo largo del periodo estudiado. En un momento que no podemos precisar, pero con seguridad no antes de finales del XIV y quizás ya entrado el siglo XV, algunos vecinos acomodados empezarían a adquirir paños de calidad. Se trataría de un colectivo limitado en numero y con un consumo modesto.

3. Redes de intercambio

El proceso de abastecimiento de los productos textiles se desarrolla en varios niveles entre las ferias de Medina del Campo y la producción doméstica. El desarrollo de una industria textil de cierta entidad en Cáceres, actividad que merecería un estudio detenido, nos hace pensar en un papel importante de la producción local. Debemos considerar igualmente a comerciantes y recueros. En conjunto, habría una oferta diversificada en calidad y precio.

Los tejidos de lujo, que sólo demanda un colectivo muy limitado, podrían adquirirse en ocasiones directamente en Medina del Campo, ferias que unían a su condición financiera la mercantil²². Desde principios del siglo XVI, está documentada la presencia en esta ciudad de miembros de la oligarquía cacereña.

²⁰ AHP Cáceres – Hacienda (Clero), carp. 64 bis, n.º 23, fol. 3v.

²¹ AHP Cáceres – libros 3712 (carps. 1, 2, 4 y 5), 3821 (carps. 2, y 5-10), 3922 y 4107 (carps. 2 y 4).

²² Abed al-Hussein (1986, p. 22) registra la venta de lana de Pedro de Savadía, vecino de Cáceres (¿mercader o apoderado de algún miembro de la oligarquía cacereña?) a un mercader de Medina en 1519.

En 1504, el camarero Sancho de Paredes se obliga en Medina del Campo a pagar a Pedro de Baeza, vecino de Toledo, cien mil maravedís en San Juan de 1505²³. García Golfín alude en su testamento (a. 1517) a “un moço mio que estando conmygo en Medyna del Canpo fallasçio syn confysson”²⁴. Jerónimo de Sande envía a su mayoral a Villalón para vender la lana²⁵. García de Vargas recibió de García de Paredes Perero “çiertos dineros” en Medina del Campo para la compra de una dehesa²⁶. La compañía de Sancho Gallo vendió tejidos en las ferias de 1527 a vecinos de Cáceres por una cantidad de entre veinte y cien mil maravedís, por encima de Plasencia o Trujillo y por debajo de Zafra (Casado, 2008, pp. 20-22, y mapa p. 22).

El abastecimiento textil dependería fundamentalmente de la industria y el comercio local, incluida la feria. La producción local debió tener un papel fundamental. Su nivel y especialización no se explicarían de otro modo. Los paños de Cáceres se vendían en las jurisdicciones más próximas. Se registra su venta en Medellín, junto a los de Plasencia²⁷. Extraordinaria importancia para fijar su difusión tiene el pleito que mantienen diversos recueros de Los Santos de Maimona y Fuente del Maestre (maestrazgo de Santiago) con los arrendadores de la veintena (García Oliva, 1988, doc. 210, a. 1502). Se alude a la venta y/o compra en Cáceres de paños (enteros o por menudo), cueros, zapatos y otros productos. No se registra en Cáceres la entrada de tejidos desde el sur. El maestrazgo santiaguista era una zona cerealera sin ninguna artesanía textil relevante. Todo nos hace pensar que estos recueros podrían traer cereal y adquirir junto a cueros y zapatos, sector claramente exportador (García Oliva, 1990, p. 194), paños que venderían especialmente en el maestrazgo santiaguista. Este comercio, seguramente bidireccional por la complementariedad económica de ambas zonas, supondría una reducción de los gastos de comercialización y transporte, componente muy importante en los productos textiles de calidad modesta o baja (Iradiel, 1974, p. 245).

Los comerciantes y recueros también introducen paños extranjeros y de otras zonas castellanas. Contamos con un documento de excepcional importancia. En 1478, Rodrigo Alonso, recuero de Cáceres, sufrió un robo cuando se encontraba en el Puerto de los Castaños (Vía de la Plata, junto a Cañaveral). Traía “dosientas e dies varas de sayal, e çient varas de lienço de naval de Bretaña, e una colcha, e ocho varas e media de Çestre, e quatro varas de blanqueta, e una sobremesa,... un tavardo de Contrae negro, e un sayon de Brujas, e un jubon de fustan con unas medias mangas e collar de seda, e çinco varas de lienço de Vitre”²⁸. La imagen que

²³ AFTPdGeB – Cáceres, c. 11, n.º 23.

²⁴ AFTPdGeB – Cáceres, c. 51, n.º 2, fol. 2v.

²⁵ AFTPdGeB – Cáceres, c. 20, n.º 9.

²⁶ AFTPdGeB – Cáceres, c. 29, n.º 20.

²⁷ Arch. Chancill. Granada – c. 880, n.º 1, f. 617v, a. 1546. Sin embargo, los tejidos de Cáceres no se venden en la feria Guadalupe en la segunda mitad del siglo XVI (Santillana, 1987, pp. 117-122).

²⁸ A. G. Simancas – R. G. Sello, 1478-septiembre, n.º 166.

transmite es clara. Traía tejidos extranjeros, de diversa calidad, y otros posiblemente castellanos de amplio consumo. Predominan los paños modestos, incluso entre los importados (naval de Bretaña), mientras los de mayor calidad (Brujas) son contados. Posiblemente, este documento muestre con relativa fidelidad el peso de los distintos paños consumidos en Cáceres.

Contamos con algunas informaciones sobre el comercio textil en Cáceres. La oligarquía local adquiere regularmente tejidos a los comerciantes locales, especialmente judíos hasta 1492 (Tabla 7). Es una realidad que se mantiene ininterrumpidamente entre el último cuarto del siglo XIV y el primero del siglo XVI. Hasta mediados del siglo XV, se registran sólo productos de baja calidad (blanqueta, lienzo, paño en general), pero a partir de esta fecha se incorporan productos de lujo como la seda. También se adquiere paño pardillo (a. 1517). Parece incluso detectarse una cierta especialización en el comercio local, lo que deducimos por la existencia de un “tendero de seda” en 1512²⁹. Es sintomático que se aluda a “un toledano que tiene tienda y en Caçeres”. Podría tratarse igualmente de un comerciante toledano con negocios en Cáceres o de un vecino de origen toledano. En todo caso, parece indicar la existencia de una importante relación con Toledo, ciudad que unía a su relevancia comercial una industria textil de cierta entidad³⁰. Quizás no sea casualidad el acuerdo, ya citado, del camarero Sancho de Paredes con un comerciante toledano en las ferias de Medina del Campo.

²⁹ AHM Cáceres – c. 16/49, n.º 359, fol. 11r.

³⁰ Toledo, importante centro productor y redistribuidor de tejidos, daba además nombre a una de las cuatro calles destinadas a la venta de paños en Medina del Campo (Casado, 2008, p. 142; Izquierdo, 2002, p. 25; Izquierdo, 1989). Su influencia en la zona oriental extremeña es clara (Clemente, 2007, pp. 284-286; Santillana, 1987, p. 118).

Tabla 7. Comercio de tejidos en Cáceres (1382-1525)

Año	Vendedor	Comprador	Producto
1382	Don Mose Aragonés	Juana Gil, mujer de Alfón	Blanqueta
	La judía “lençera”,	Durán de Mérida	Deuda (¿lienzo?)
1420	Abrahán Amigo	Mari Jiménez, hija de García de Paredes	Lienzo
1451	Abrahán Cohen	Fernán Pérez de Ulloa	“çierto paño e lienço e otras cosas”
	Mose, viudo “judío”		“çierto paño”
1458	Hija de Rabin “Teçurtas”, viuda	Luis Galindo, hijo de Pero Glez Galindo	Seda, “Ynpla romana”, gorguera
1486	García “mercader”, hijo de Fernando de Cáceres	Diego García de Ulloa, el Rico	Paños
1488	Diversos judíos (uno de Badajoz)	Gómez de Torres	Posible compra de textiles
1512	Mujer de Luis de Caxallajal	Alonso de Ribera, vasallo del Duque de Alba	“luto, paño y seda”
	“un toledano que tiene tienda y en Caçeres”		“paño y seda”
	Yerno de Fernán Bayz		Paño
	“tendero de seda”		Seda
1516	Un serrano	Rodrigo de Godoy	“çierto paño que me fio”
1517	Juan de Vida	Teresa Álvarez, mujer de Pedro de Godoy, el Viejo	Paño pardillo
1524	Feria	Isabel de Zapata, mujer de Diego Mejía de Ovando	Una colcha “de las bastas que traxeron de la feria”

Fuentes: AFTPdGeB – Cáceres, c. 12, n.º 98; 31, n.º 22, 25 y 36; 32, n.º 1(01); AHNob – Fernán Núñez, c. 592, n.º 17-1, 49 y 54; AHP Zaragoza – Híjar, ES/AHPZ – P/1-351-1; y AHM Cáceres – 16/49, n.º 359.

No podemos ponderar con precisión el papel, seguramente relevante, que tuvo la feria en el abastecimiento textil. Un indicador de su importancia es que la plaza mayor se denomine habitualmente como “plaza de la feria”. La relación entre ferias y comercio textil se ha podido documentar con claridad en otras villas extremeñas³¹. Debemos pensar por ello que la feria cacereña debió constituir un canal de cierta relevancia. Contamos con alguna información puntual. El testamento de Isabel de Zapata, mujer Diego Mejía de Obando, alude a una colcha “de las bastas que traxeron de la feria” (a. 1524)³². El tutor de los hijos de Gómez de la Rocha compró en ella paños veintenos negros por valor de 2.775 maravedís, además de lienzos de Bretaña, paños de Soria, cordelate y florete (García Oliva, 1990, pp. 196-197)³³.

³¹ Santos, 1986, p. 426 (Plasencia, a. 1469); Sánchez Rubio, 1994, doc. 180; Sánchez Rubio, 1993, p. 409, n. 196 (Deleitosa y Medellín, finales del siglo XV).

³² AHP Zaragoza – Híjar, ES/AHPZ – P/1-351-1, fol. 5r.

³³ No hemos podido consultar este documento por falta de accesibilidad.

Quizás los paños robados al recuero Rodrigo Alonso en septiembre de 1478 tuvieran relación con la feria de San Miguel, pero nada se dice al respecto. Estos paños y los vendidos en la feria presentan un perfil muy similar.

La producción doméstica sería otra fuente de abastecimiento. Por su propia naturaleza, sólo puede valorarse su importancia en términos cualitativos. Se constata su existencia entre la propia oligarquía³⁴. Es muy interesante el testamento de Isabel Cuello (a. 1546), mujer del camarero Sancho de Paredes, la persona con más poder y riqueza en Cáceres entre finales del XV y mediados del XVI. La producción textil debía tener cierta entidad en la casa. Se alude a “todas las telas de lino texido e por texer” que “la dicha mi mujer hilo e sus criadas y esclavas, y hizo hilar”. Todo se destina “a las dichas mis esclavas”³⁵. La elaboración de telas de lino debió ser algo habitual, participando en ello la propia Isabel Cuello y posiblemente todo el personal femenino de la casa. No debemos pensar que toda esta producción se destinara a las esclavas, simples beneficiarias en este caso de una manda testamentaria. También se documenta esta actividad y no sólo con el lino en otras casas nobiliarias. El inventario de bienes de Diego Gómez de Torres (a. 1488) registra “honse varas de paño grosero fecho en casa” y el de Diego García de Ulloa el Rico (1486), “açalejas [toallas] de lienço casero” y un “torno de hilar”³⁶. Tres décadas más tardes, en casa del licenciado Esteban Jiménez, viudo de María de Valdivieso, había “lana de que se an hecho çinco paños”³⁷. La elaboración de paños de lana y lino parece una actividad habitual en las casas nobiliarias cacereñas.

Esta labor también se registra en el colectivo vecinal. El testamento de Inés Martín, mujer de Juan Martín Rubio (a. 1539)³⁸ ofrece una rica información sobre el tema. Inés Martín realiza un trabajo textil relevante. Se menciona el hilado y diversas prendas realizadas con la tela resultante. Manda a diversas personas “el manto que yo traygo que hile por mis manos”, “un sayuelo negro çerrado, ques de paño del manto”, “una tela de lienço que tengo començado a hilar” con la que se harán “unos manteles para el cruçifico de Santiago”, “quatro varas destopa de las que yo tengo a curar en el Spiritu Santo” y “una pieça destopa de nueve varas de las tres pieças que yo tengo en el Spiritu Santo”³⁹. Trabaja con estopa, lienzo y paño. Asimismo, parece realizar todo el proceso textil, sin que en ningún momento aparezca integrada en esta actividad. Su testamento no denota una situación especial de pobreza, puesto que tiene otras prendas de diversos colores, si bien ninguna puede considerarse de lujo.

³⁴ Romano y Tenenti (1977, p. 25) e Iradiel (1974, p. 104), señalan la importancia del autoconsumo textil campesino, limitándolo implícitamente a este grupo.

³⁵ AFTPdGeB – Cáceres, c. 29, n.º 24, fol. 3r.

³⁶ AHNob – Fernán Núñez, leg. 599, n.º 45, fol. 2v; AFTPdGeB, Cáceres, c. 31, n.º 36(02), fol. 1v.

³⁷ AHNob – Fernán Núñez, c. 599, n.º 40, fol. 2v.

³⁸ AHP Cáceres – Protocolos notariales, lib. 3821, carp. 2, fols. 9r-10v

³⁹ AHP Cáceres – Protocolos notariales, lib. 3821, carp. 2, fol. 10r.

Cáceres se surte de tejidos por diversos medios. Los contactos con Medina del Campo y Toledo parecen claros. Sin embargo, los comerciantes locales están en condiciones de suministrar productos de distintas calidades, incluidos los de alto valor, razón por la que mantienen una importante relación con la oligarquía local. La feria, que permitiría la diversificación de la oferta, sería un complemento para el comercio local. La producción doméstica recorre todo el tejido social, estando bien representada en las familias privilegiadas. Las redes de intercambio y las fuentes de abastecimiento se caracterizan por su diversidad.

4. Conclusiones

El consumo e intercambio de productos textiles es un tema del mayor interés en el ámbito económico y social. La industria textil es el sector secundario más importante en el mundo medieval. Sus productos entran mayoritariamente en los circuitos comerciales por lo que su importancia en las redes de intercambio y la fiscalidad es muy superior a su peso económico. Por ello, es decisiva para establecer las relaciones comerciales y las jerarquías urbanas. El consumo textil constituye además un claro indicador de estatus en una sociedad que considera necesaria una correspondencia entre vestimenta y nivel social.

El consumo de paños y tejidos en Cáceres en la baja Edad Media y principios del siglo XVI presenta una clara dualidad. Una rica y poderosa oligarquía accede a tejidos de calidad procedentes del mercado internacional. Sin embargo, menos exigida socialmente que la alta nobleza, consume también paños más modestos, peninsulares y suponemos que locales, e incluso de producción doméstica. La limitación del gasto depende, sobre todo, del uso continuado de las prendas. Predominan con claridad las viejas o gastadas sobre las nuevas.

El sector vecinal consume preferentemente productos de modesta calidad y bajo precio (preferentemente, sayal, blanqueta o paño pardo). Debemos considerar, de todos modos, que la imagen que nos ofrece la documentación nobiliaria del consumo vecinal es un tanto estereotipada. Sólo para el siglo XVI podemos ver como algunos vecinos poseen tejidos de calidad e imitan, en algún caso con notoria claridad, las pautas de consumo de la oligarquía. Estamos con seguridad ante una reducida minoría y unos gastos moderados. El consumo de tejidos ya no ofrece, seguramente desde bastante antes a juzgar por las leyes suntuarias, una oposición tan rígida oligarquía/vecinos, aunque ésta siga plenamente vigente en términos cuantitativos.

La oferta de paños y tejidos presenta en Cáceres, una villa modesta y periférica, una estructura diversificada. La producción local, de nivel medio-bajo y con cierta

especialización e irradiación regional, debió jugar un papel importante. Una parte estimable de los productos, mayoritarios, en los que no se indica ningún origen debió producirse en la villa. El comercio local, seguramente con contactos estables con ciudades importantes como Toledo, permite la oferta cotidiana de bienes de calidad muy variada, incluidos los paños importados. La feria debió suponer un complemento necesario e importante. La oligarquía hizo uso habitual de esta infraestructura, lo que explica su proximidad a la minoría judía antes de su expulsión. La oferta de tejidos pensamos que se sustentaría fundamentalmente en estas dos fuentes. Debemos considerar otras dos de muy diversa naturaleza. El contacto de la oligarquía con Medina del Campo es claro. No podemos excluir la compra directa de paños de calidad alta y media en esta localidad con una frecuencia que no podemos precisar. La producción doméstica tiene un carácter transversal. El autoconsumo, que al menos puntualmente no parece tener una escasa importancia, está presente desde la oligarquía al grupo vecinal.

El consumo de paños en Cáceres podemos imaginárnoslo como una pirámide, con una cúspide reducida de productos caros destinados a una élite y una base mucho más amplia con paños de calidad media o más frecuentemente baja demandados por todos los grupos sociales. Los paños robados al recuero Rodrigo Alonso se ajustan estrictamente en términos cuantitativos, y pensamos que no por casualidad, a este perfil.

BIBLIOGRAFÍA

- ABED AL-HUSSEIN, F. H. (1986): “Las ferias de Medina y el comercio de la lana: 1514-1573”. In E. LORENZO (coord.): *Historia de Medina del Campo y su tierra. Vol. 2: Auge de las Ferias. Decadencia de Medina*. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo, pp. 13-42.
- ADÁMEZ DÍAZ, A. (2005): *Los señoríos de Orellana la Vieja y Orellana de la Sierra*. Brenes: Muñoz Moya Editores Extremeños.
- APARICI MARTÍ, J. (2017): “Acudir ante el justicia para formalizar contratos. Los mercados rurales del norte del reino de Valencia (siglo XV)”. In G. NAVARRO & C. VILLANUEVA (eds.): *Industrias y mercados rurales en los reinos hispánicos (siglos XIII-XV)*. Murcia: SEEM, pp. 242-257.
- BERNIS, C. (2001): *El traje y los tipos sociales en el Quijote*. Madrid: Eds. El Viso.
- BERNIS, C. (1978): *Trajes y modas en la España de los Reyes Católicos* (vol. 1). Madrid: Instituto Diego Velázquez / CSIC.
- BORDES GARCÍA, J. (2003): *Desarrollo industrial textil y artesanado en Valencia de la conquista a la crisis (1238-1350)*. [Tesis Doctoral inédita]. Universitat de València.
- CASADO ALONSO, H. (2008): “Cultura material y consumo textil en Castilla a fines de la Edad Media e inicios de la Edad Moderna”. In A. FURIÓ & F. GARCÍA-OLIVER (eds.): *Pautas de consum i nivells de vida al món rural medieval. Coloquio internacional*. Valencia, pp. 1-32.
- CASADO ALONSO, H. (2007): “Comercio textil, crédito al consumo y ventas al fiado en las ferias de Medina del Campo en la primera mitad del siglo XVI”. In S. de DIOS, J. INFANTE, R. ROBLEDO & E. TORIJANO (coords.): *Historia de la propiedad. Crédito y garantía. V Encuentro Interdisciplinar*. Madrid: Colegio de Registradores de España, pp. 127-159.
- CLEMENTE RAMOS, J. (2007): “La actividad comercial en la tierra de Medellín (siglos XV-XVI)”. In J. M.^a MORENO & J. C. RUBIO (coords.): *Ferias y mercados en España y América. A propósito de la 550 Feria de San Miguel de Zafra*. Zafra: Centro de Estudios del Estado de Feria, pp. 265-293.
- DIAGO HERNANDO, M. (1997): “El comercio de tejidos a través de la frontera terrestre entre las coronas de Castilla y Aragón en el siglo XIV”. *Studia Historica. Historia Medieval*, 15, pp. 171-207.
- DÍEZ SANZ, E. (1995): *La tierra de Soria. Un universo campesino en la Castilla oriental del siglo XVI*. Madrid: Siglo XXI.
- FERREIRA, A. M. P. (1983): *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV, 1385 a 1481*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- GARCÍA MARSILLA, J. V. (2014): "El lujo cambiante. El vestido y la difusión de las modas en la Corona de Aragón (siglos XIII-XV)". *Anales de Historia del Arte*, 24, pp. 227-244.
- GARCÍA OLIVA, M.^a D. (1988): *Documentación histórica del Archivo Municipal de Cáceres (1475-1504)*. Cáceres: Diputación de Cáceres.
- GARCÍA OLIVA, M.^a D. (1990): *Organización económica y social del concejo de Cáceres y su tierra en la Baja Edad Media*. Cáceres: Diputación de Cáceres.
- GERBERT, M.^a-Cl. (1986): "Essai sur l'apparition d'une moyenne noblesse dans l'Estrémadure de la fin de Moyen Age". *Anuario de Estudios Medievales*, 16, pp. 557-570.
- GONZÁLEZ ARCE, J. D. (1998): *Apariencia y poder. La legislación suntuaria castellana en los siglos XIII-XV*. Jaén, Universidad de Jaén
- IRADIEL MURUGARREN, P. (1974): *Evolución de la industria textil castellana en los siglos XIII-XVI. Factores de desarrollo, organización y costes de la producción manufacturera en Cuenca*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- IZQUIERDO BENITO, R. (1989): *La industria textil de Toledo en el siglo XV*. Toledo: Caja de Toledo.
- IZQUIERDO BENITO, R. (2002): *Abastecimiento y alimentación en Toledo en el siglo XV*. Cuenca: Diputación de Toledo; Universidad de Castilla-La Mancha.
- LADERO QUESADA, M. A. (2000): "Monedas y políticas monetarias en la corona de Castilla (siglos XIII a XV)". In *Moneda y monedas en la Europa medieval* (XXVI Semana de Estudios Medievales). Pamplona: Gobierno de Navarra, pp. 129-178.
- LODO de MAYORALGO, J. M. (1985): "Los Blázquez de Cáceres, las Mayoralgos y los Ovandos: estudio crítico sobre su origen y genealogía". *Estudios Genealógicos y Heráldicos*, 1, pp. 65-168.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, M.^a (2003): "Indumentaria y sociedad medievales (ss. XIII-XV)". *En la España Medieval*, 26, pp. 35-59.
- MARTÍNEZ MELÉNDEZ, M.^a C. (1989): *Los nombres de los tejidos en castellano medieval*. Granada: Universidad de Granada.
- MELIS, F. (1990): "La diffusione nel mediterraneo occidentale dei panni di Wervicq e delle altre città della Lys attorno al 1400". In L. FRANGIONI (ed.): *F. Melis – I mercanti italiani nell'Europa medievale e rinascimentale*. Florencia: Le Monnier, pp. 317-344.
- NOGALES RINCÓN, D. (2016): "El color negro: luto y magnificencia en la corona de Castilla (siglos XIII-XV)". *Medievalismo*, 26, pp. 221-245.
- PUÑAL FERNÁNDEZ, T. (1998): "La ganadería lanar en Madrid y su tierra durante la Edad Media". *Espacio, Tiempo y Forma. III. Historia Medieval*, 11, pp. 331-381.

- PUÑAL FERNÁNDEZ, T. (2001): "El ordenamiento de precios y salarios de Juan II en 1442. Estudio histórico-diplomático". *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia Medieval*, 14, pp. 241-356.
- ROMANO, R. y TENENTI, A. (1977): *Los fundamentos del mundo moderno*. Madrid: Siglo XXI.
- SANTOS CANALEJO, E. C. de (1986): *La historia medieval de Plasencia y su entorno geo-historico: la Sierra de Béjar y la Sierra de Gredos*. Cáceres: Diputación de Cáceres.
- SÁNCHEZ RUBIO, M.^a A. (1992, 1994 y 1995): *Documentación medieval. Archivo Municipal de Trujillo (1256-1516)*, 3 vols. Cáceres: Diputación de Cáceres.
- SÁNCHEZ RUBIO, M.^a A. (1993): *El concejo de Trujillo y su alfoz en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- SANTILLANA PÉREZ, M. (1987): "Aproximación al comercio de paños en Guadalupe durante la segunda mitad del siglo XVI". In *Hernán Cortés y su tiempo*, 2 vols. Mérida: Editora Regional de Extremadura, vol. 1, pp. 117-122.
- VERLINDEN, Ch. (1937): "Draps des Pays-Bas et du Nord de la France en Espagne au XIV^e siècle". *Le Moyen Âge*, 47, pp. 21-36.

Entre colaboración y conflicto: relaciones entre los concejos del alfoz sevillano a fines del medievo

Alejandro Ríos Conejero¹

Resumen

La ciudad de Sevilla, merced a las concesiones y privilegios de los sucesivos monarcas castellanos, se conformó como la cabeza de un distrito administrativo y territorial de gran envergadura. Esta demarcación estaba salpicada de medianos y pequeños núcleos poblacionales dependientes de la urbe, lo cual comportó el desarrollo de relaciones de colaboración y conflictividad entre la ciudad y los concejos bajo su dominio. Sin embargo, estas entidades también se relacionaban entre ellas, uniéndose para conseguir beneficios y fines comunes, o enfrentándose entre ellas. El objetivo de este estudio es analizar los vínculos que se establecían entre estas villas y ver las claves que marcaron las relaciones entre las poblaciones de la Tierra de Sevilla a finales del medievo.

Palabras clave

Andalucía, Sevilla, Edad Media, Colaboración, Conflicto

¹ Universidad Complutense de Madrid. Email: arios04@ucm.es

Between collaboration and conflict: relations between the councils of the Seville alfoz in the late Middle Ages**Abstract**

The city of Seville, due to the concessions and privileges granted by successive Castilian monarchs, became the head of a large administrative and territorial district. This demarcation was dotted with small and medium-sized towns dependent on the city, which led to the development of relations of collaboration and conflict between the city and the councils under its control. However, these entities also interacted with each other, joining forces to achieve common benefits and goals, or clashing with each other. The aim of this study is to analyse the links that were established between these towns and to see the key factors that marked the relations between the populations of the Land of Seville in the late Middle Ages.

Keywords

Andalusia, Seville, Middle Ages, Collaboration, Conflict

1. Introducción

Como indicó Antonio Collantes de Terán (2009-2010, p. 122), Andalucía ha sido considerada por la historiografía como un “país de ciudades”, por lo que no es de extrañar que esta región haya atraído la atención de investigadores interesados por la Historia Urbana. Así, han visto la luz estudios sobre las diferentes urbes andaluzas, sus instituciones, economía o las relaciones existentes entre ellas.

Relativo a este último punto, y centrándonos en el espacio y cronología referente a este capítulo, la región sevillana en el paso del medievo a la época moderna, se han realizado estudios sobre las relaciones de colaboración urbanas, atendiendo especialmente a las hermandades establecidas entre las ciudades y villas como epítome de cooperación entre ellas (González Jiménez, 1978; Martín Romera, 2018). Igualmente, se han analizado las discordias suscitadas entre la ciudad y tierra de Sevilla y otras entidades circundantes, caso de otras poblaciones de realengo o de señorío, tanto eclesiástico como laico; un ejemplo de ellos son las tensiones existentes entre Sevilla y Carmona en el siglo XV (Villalonga Serrano, 1998).

Sin embargo, muy pocos se han interesado por las relaciones entre las poblaciones pertenecientes a un mismo alfoz. El mejor ejemplo para el caso sevillano son las publicaciones que Mercedes Borrero dedicó a las comarcas del Aljarafe y la Ribera (Borrero Fernández, 1983) o el centrado en estudiar la vinculación entre la villa de Fregenal y otras poblaciones cercanas, todas ellas situadas en el extremo noroeste de la Sierra de Aroche (Borrero Fernández, 1977).

Posiblemente esta laguna historiográfica se deba a la escasez de fuentes emanadas directamente de estos concejos dependientes del de la ciudad de Sevilla. Por diversos avatares de la historia, la mayor parte de los archivos medievales de estas localidades se perdieron o fueron destruidos, por lo que únicamente contamos con una ínfima parte de la documentación que generaron. De ahí que la principal fuente de información sean los legajos del Archivo Municipal de Sevilla, especialmente los libros de Actas Capitulares del concejo hispalense. Al estar todas las poblaciones de su tierra bajo el paraguas del señorío colectivo ejercido por Sevilla, estos concejos informaban al concejo hispalense de los problemas que tenían, además de pedir permiso para poder llevar a cabo determinadas acciones. De ahí que en estos libros se encuentren noticias que informan de las relaciones entre las villas y lugares de la Tierra de Sevilla.

Con todo, la información contenida en esta documentación suele ser, en la mayoría de los casos, incompleta. En muchas ocasiones no se especifica el motivo de la disputa, se hace referencia a documentos perdidos o únicamente se indica la resolución tomada por la ciudad, la cual pasaba en gran parte de las ocasiones por

enviar a determinados oficiales para que solucionaran el problema, por lo que no conocemos la sentencia final.

Por otro lado, cuando alguna de las partes afectadas no estaba de acuerdo con las sentencias emitidas por los tribunales de la ciudad, apelaban a la monarquía, motivo por el que en el Archivo General de Simancas se conservan pleitos entre estas localidades.

1.1 La Tierra de Sevilla

Antes de atender a las relaciones, tanto amigables como conflictivas, de las poblaciones pertenecientes al dominio sevillano creo necesario hacer una breve explicación de la Tierra de Sevilla. El origen del alfoz sevillano lo encontramos, al igual que en sus homólogas del centro peninsular, en el momento de la conquista de este territorio por parte de los monarcas castellanos, a mediados del siglo XIII. Aun así, el caso sevillano se reviste de unas características especiales derivadas de la disponibilidad de territorio a colonizar, la circunstancia histórica de que las regiones circundantes a la urbe habían estado vinculadas a ella desde tiempos remotos, y su importancia estratégico-militar, dado su carácter de frontera. En ese sentido, el alfoz con el que se dotó a Sevilla era uno de los más extensos concedidos a una ciudad hasta el momento, unos 12.000 km² ocupados por más de medio centenar de villas y lugares, que se extendían desde el sur de la actual Extremadura y la Sierra de Huelva y Sevilla hasta casi la desembocadura del Guadalquivir, y desde el Guadiana hasta la parte occidental de la Campiña sevillana. Sin embargo, durante las décadas subsiguientes, este extenso territorio se fue reduciendo consecuencia de los conflictos fronterizos entre Castilla y los reinos de Portugal y Granada, así como por el establecimiento de numerosos y pequeños señoríos, que fueron enajenando diversas parcelas y poblaciones del control sevillano. Con todo, durante el siglo XV, Sevilla controlaba cerca de sesenta núcleos poblacionales repartidos entre los cuatro distritos en que se dividía su Tierra: La Sierra, el Aljarafe, la Ribera y la Campiña (Navarro Sainz, 2004, pp. 604-611).

De forma similar al régimen organizativo implantado años antes en la extremadura castellana, las localidades de menor entidad que la ciudad estaban supeditadas a ella. En este sentido, se hallaban bajo la jurisdicción del concejo de Sevilla, dependencia a la que además se unieron derechos de contenido comunal, de ahí que los vecinos de las poblaciones sevillanas podían aprovecharse de los bienes comunales de todo este territorio y gozaban de libertad de movimiento, por lo que quedaban exentos de tener que pagar los tributos que pagaban los no vecinos (Carmona Ruiz, 2022, p. 3). Fuera de esta “mancomunidad de pastos” quedaron ciertos recursos reservados por Sevilla, caso de los robledales de Constantina;

igualmente, cada una de estas villas y lugares tenía un término asignado del cual únicamente podían valerse los vecinos de cada municipio y los ciudadanos que tuvieran heredades ahí. Como veremos, estos espacios reservados y su uso fue el germen de relaciones de colaboración, pero en muchas más ocasiones, fueron el origen de conflictos entre concejos cercanos.

2. Relaciones de colaboración

No debemos pensar en las pequeñas y medianas poblaciones sitas en el alfoz sevillano como una galaxia de entes aislados que únicamente se relacionaban con la ciudad; estas se relacionaban constantemente entre ellas, y aun con las de otras jurisdicciones, si bien los contactos más estrechos se dieron entre aquellas colindantes y bajo dominio de Sevilla.

Las relaciones más comunes eran las comerciales, a través de las cuales buscaban proveerse de aquellos bienes de que eran deficitarias. Algunas incluso llegaron a crear pequeñas redes de comercio de cercanía, especialmente para el aprovisionamiento de grano. Tenemos conocimiento de ello gracias a las quejas que varias de las villas elevaron al concejo sevillano por la prohibición que este había impuesto sobre la venta de cereales entre los diferentes concejos del alfoz. Concretamente, Hinojos refiere la imposibilidad de abastecerse con el trigo y la cebada producidos en su término, por lo que debían comprarlo en Escacena, Paterna y Tejada; situación similar a la planteada por Sanlúcar la Mayor, que regularmente adquiría grano de Aznalcóllar, Gerena o Salteras. La necesaria complementariedad de las economías agrarias para el correcto abastecimiento de estas poblaciones, hizo que la ciudad levantara la prohibición y que permitiera la circulación del cereal, aunque dentro de unas cantidades estipuladas (Borrero Fernández, 1983, p. 430).

La colaboración entre estas pequeñas y medianas poblaciones también queda patente en los acuerdos existentes entre algunas de ellas para poder aprovechar sus recursos naturales. No obstante, tenemos poca información sobre estos acuerdos, pues conocemos la mayoría de ellos por las quejas que estos concejos elevaban a la ciudad sobre el incumplimiento de los mismos por una de las partes. No sabemos si la ausencia de noticias se debe a que los concejos de la tierra podían realizar estos pactos sin el permiso de Sevilla o si, en cambio, se debe a que, tal y como sugiere la documentación conservada, estos se realizaron durante el siglo XIV, momento para el cual carecemos de actas concejiles. Por otro lado, dado el hecho de que todas se encontraban bajo la jurisdicción de Sevilla, los acuerdos se circunscribían únicamente a propiedades comunales cerradas, es decir, aquellas a

las cuales únicamente podían acceder los vecinos del municipio al cual pertenecían, como las dehesas de cada lugar, ya que todas las localidades de la tierra hispalense podían hacer uso de los baldíos y sierras bravas². De ahí que no fuera necesario firmar acuerdos que regulasen su utilización conjunta, como sí lo fueron en otras zonas de Castilla (Oliva Herrer, 2002, pp. 93-98; Pérez Carrazo, 2010, pp. 456-463)

Los convenios más comunes eran los relacionados con la ganadería, concretamente aquellos que permitían a los ganados de estos concejos pastar y abreviar en los terrenos del otro. Ejemplo de ello es el pacto que existía entre Bodonal, La Higuera, Encinasola, Cumbres Mayores y Fregenal³. Igualmente la villa de Santa Olalla había acordado con el lugar de Cala que sus bueyes de labor podían ser apacentados en las dehesas del otro y viceversa⁴. Todavía más interesante es el caso de un donadío cuya posesión compartieron los concejos de Fregenal, Bodonal y La Higuera. Según informaron los testigos interrogados en el juicio celebrado en 1417 acerca del aprovechamiento de este terreno, su origen se encontraba en la compra que estos municipios habían hecho de ciertos derechos sobre el mismo a su propietario, Gómez González; adquisición que no había sido paritaria, ya que Fregenal había aportado el 90% del dinero necesario, mientras que cada uno de las otras localidades únicamente dieron el 5%. Por su parte, Sevilla había comprado la parcela de tierra, y la había entregado a los tres concejos. La sentencia dada en 1417 venía a cerrar el conflicto sobre su uso, estableciendo que los tres municipios implicados debían acordar el día y lugar donde se haría la subasta anual en la que se arrendaría el uso del donadío; los procuradores de los tres lugares debían estar presentes durante todo el proceso y el remate debía ser validado por un escribanos de cada localidad. En cuanto a los beneficios, estos debían ser repartidos en un porcentaje acorde al gasto inicial: La Higuera y Bodonal recibirían una veintea parte cada uno, mientras que el resto correspondería a Fregenal. Una situación muy parecida es la que parece que ocurrió con el encinar de Peñaflor, situado entre Fregenal y La Higuera (Borrero Fernández, 1977, pp. 144-146).

Tampoco es extraño encontrar que villas cercanas se prestaran apoyo en los pleitos en que se veían inmersas. Algo muy común, cuando una entidad foránea perjudicaba a varios de ellos, era que se querellaran de forma conjunta, con el fin de ejercer mayor presión y también compartir los cuantiosos gastos de estos procesos legales. Los casos más comunes, en este sentido, son los de las poblaciones de la serranía en la frontera con los territorios de la Orden de Santiago. Un ejemplo paradigmático son los conflictos entre las villas de Cazalla de la Sierra y Alanís, pertenecientes a Sevilla, con Guadalcanal y Llerena, situadas en el maestrazgo de

² En aquellas ocasiones en las que el uso requiriese de la construcción de cualquier tipo de infraestructura, caso de los molinos, batanes o majadas de colmenas, era obligatorio el permiso de la ciudad.

³ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 6, carpeta 32, f. 51v.

⁴ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 9, carpeta 39, ff. 29

Santiago, donde en muchas ocasiones el concejo de Cazalla de la Sierra se ocupaba de defender los intereses de ambas. Así, en 1452, representantes de Cazalla se presentaban ante el concejo de Sevilla para quejarse, tanto en su nombre como en el de Alanís, de que estaban siendo agraviados por gentes de Guadalcanal⁵. Parece que el conflicto no tuvo una rápida solución, puesto que trece años después ambas poblaciones hispalenses seguían enfrascadas en este u otro conflicto similar con las localidades santiaguistas⁶.

Otro ejemplo más tardío, y en este caso en el corazón del alfoz sevillano, es el protagonizado por las villas de El Pedroso y Villanueva del Camino y el municipio de Cantillana, perteneciente al arzobispo de Sevilla. El origen se encontraba en que los vecinos de Cantillana buscaban poder apacentar sus ganados en los términos de las primeras. La disputa llegó a los tribunales reales en 1503, momento en el que los Reyes Católicos decidieron enviar a Martín Alonso de Burgos para que entendiera en el caso⁷.

Paralelamente, este tipo de colaboraciones para presentar un frente conjunto en un pleito también se dieron en los conflictos que se gestaron entre las villas y lugares bajo la jurisdicción de Sevilla. Baste como muestra la asociación de Bodonal, La Higuera, Encinasola y Cumbres Mayores para defender sus intereses frente al concejo de Fregenal. A mediados del siglo XV, estas cuatro poblaciones serranas escribieron de forma conjunta al concejo de la ciudad para explicar que entre ellos había un acuerdo por el cual sus ganados podían pastar en tierras comunales de las otras, sin embargo, Fregenal demandaba que esas tierras se adehesasen y asociasen a su concejo. Desde Sevilla se ordenó detener estos adehesamientos hasta haber escuchado a las localidades afectadas, a fin de actuar con justicia⁸.

Por otro lado, sabemos que algunas de estas poblaciones, con la venia del cabildo municipal sevillano, realizaron hermandades con el fin de protegerse, mantener la paz, vigilar los caminos y cooperar en la persecución de bandidos y malhechores. Desgraciadamente, no se ha conservado ninguna de estas cartas de hermandad, únicamente la licencia entregada por Sevilla para que Paterna, Sanlúcar la Mayor, Escacena, Huévar, Aznalcázar y otros lugares que no menciona, se unieran contra “las malas gente ladrones, que hacían daños y hurtos en los caminos [...] pudiesen tomar los caminos y las traviesas de ellos, de manera que fuesen tomados los tales hombres” (Borrero Fernández, 1983, p. 431).

Con todo, las relaciones más estrechas solían estar marcadas por la desigualdad y a veces impuestas desde la propia ciudad. Esto se debía a que una de las localidades

⁵ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 7, carpeta 35, f. 94r.

⁶ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Papeles Mayordomazgo 1465-1466, caja 59, nº 19, ff. 236r.-237r y Papeles Mayordomazgo 1470-1471, caja 63, nº 51, ff. 91r.-v.

⁷ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Papeles Mayordomazgo 1503, caja 91, nº 154, ff. 91r.-93v.

⁸ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 6, carpeta 32, f. 51v.

carecía de la población o de los servicios necesarios para ser autónoma y debía recurrir a la otra o concurrir con ella en determinadas ocasiones, caso del pago de determinados impuestos. El mejor ejemplo es el de Las Cumbres de En Medio que, por mandato de la ciudad fechado en 1432 y por su escasa población, debía pagar el pedido junto al concejo de Las Cumbres de San Bartolomé; mientras que los encargados de recaudar el impuesto serían los contadores de las Cumbres Mayores, la más grande de estas tres poblaciones.⁹ Circunstancia que duró cincuenta años, pues en 1482 Sevilla se decidió que los vecinos de Las Cumbres de En Medio debían ser inscritos en el padrón de Cumbres Mayores, donde contribuirían desde ese momento¹⁰.

Mención especial merecen, sin embargo, aquellos concejos en los que, por su lejanía de la ciudad y la dificultad para llegar a ella, existía un oficial con capacidad para administrar justicia en materia criminal, el cual radicaba en la localidad más importante de la región. Tal y como indican las Ordenanzas del concejo de Sevilla de finales del siglo XV estos eran dos: el alcalde de la justicia de Fregenal y el de Constantina. El primero de ellos tenía jurisdicción sobre las villas de Fregenal, Bodonal y la Higuera, además del lugar de Marotera; el de Constantina, por su lado, ejercía su cargo en esta villa y en las de Villanueva, La Puebla de los Infantes y San Nicolás del Puerto (García Fitz & Kirschberg, 1991, pp. 197-198). Por los libramientos realizados a finales del siglo XV y principios del XVI, parece que el salario de estos oficiales debía ser pagado por todos los lugares bajo su jurisdicción. En el caso del alcalde de la justicia de Constantina sabemos que la villa cabecera pagaba el 80% de su sueldo, mientras que las otras poblaciones aportaban el 20% restante dividiendo el monto en partes iguales.¹¹ Sin embargo, esta institución fue usada por las villas principales para intentar someter a sus vecinos a su autoridad a través del ejercicio de la justicia criminal de forma arbitraria, además de entrometerse en la justicia de estos lugares y obstaculizar a los oficiales municipales (Borrero Fernández, 1977, pp. 63-65).

Como es lógico, las relaciones de cooperación entre los concejos del alfoz sevillano eran inversamente proporcionales a la distancia entre ellos; así la colaboración entre ellos disminuía conforme más alejados estaban, sin embargo no era inexistente. Sabemos que en épocas de carestía los productos agrícolas producidos en el Aljarafe o la Campiña se vendían en las poblaciones serranas; ejemplo de ello es que en 1479 desde el Campo de Tejada se enviaron 300 fanegas de trigo a Aroche (Borrero Fernández, 1983, pp. 430-432).

⁹ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Pedido 1432, caja 36, nº 44, ff. 66r.-67v.

¹⁰ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Papeles Mayordomazgo 1482-1483, caja 72, nº 99, ff. 211r.-v.

¹¹ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Papeles Mayordomazgo 1509, caja 100, nº 156, ff. 104r.-105r.

3. Conflictividad entre las poblaciones sevillanas

Al contrario de lo que se observa entre concejos pertenecientes a diferentes jurisdicciones, dentro del alfoz sevillano no encontramos conflictos relativos a los límites de los términos. Esto se explica porque si bien los términos concejiles existían, no constituían fronteras impermeables, y su único objetivo era el de separar y delimitar los términos donde ejercían las acciones del gobierno los oficiales concejiles de cada lugar¹². De ahí que las quejas que encontramos estén relacionadas con los ámbitos jurisdiccionales de los alcaldes, pues la falta de unas fronteras claras hacían que algunos de ellos actuaran en lo que otros consideraban su territorio. El ejemplo más claro de esta indefinición lo encontramos en la queja que a principios del siglo XV elevó Higuera la Real a Fregenal, pues según ellos el alcalde de Fregenal interfería en las funciones del suyo propio. La sentencia dada por la ciudad no ayudó a precisar sus áreas de poder, ya que únicamente indicó que los delitos debían ser juzgados por los magistrados del municipio más cercano al lugar donde se había cometido el crimen (Borrero Fernández, 1977, pp. 63-64).

Igualmente, tampoco encontramos roces por el uso de los terrenos comunales incultos, que eran gestionados desde la ciudad. En este sentido, la “tierra” sevillana funcionaba como una “mancomunidad de pastos y aprovechamientos”, una amplia zona donde personas y ganados se movían libremente, por lo que nunca se puso en duda la libre circulación los vecinos de estas poblaciones o sus animales, así como su derecho de pastura (Carmona Ruiz, 1995, pp. 52-53); fenómeno que también se observa en los territorios de otros concejos de realengo andaluces como Córdoba o Jaén durante el mismo periodo (Carpio Dueñas, 2000, p. 100; Carmona Ruiz, 2022, p. 3), o en otros concejos hispanos como Calahorra (Pérez Carazo, 2010). Solo a partir del siglo XV empezamos a ver conflictos por la obstrucción e impedimento de apacentar ganados, relacionados con cerramientos y enajenaciones de tierras baldías por parte de algunos concejos.

Estas usurpaciones de las tierras comunales estaban ligadas a los cambios poblacionales que transformaron la proporción entre recursos y efectivos humanos y, por tanto, su relación con el medio en todo el mundo rural castellano (Casado Alonso, 1987, pp. 143-147; Clemente Ramos, 2019, pp. 140-142; Díaz de Durana, 1998, pp. 177-178; Quesada Quesada, 1994, pp. 43-49). En el caso andaluz, las dificultades de poblamiento tras la conquista cristiana hicieron que quedaran amplias zonas despobladas, las cuales habían pasado a ser de propiedad comunal y aprovechadas por las cabañas sevillanas; sin embargo, el siglo XV vio un importante crecimiento demográfico. La base agropecuaria de la economía de este periodo hizo que el

¹² Sobre el concepto “término” y sus diferentes usos –espacio económico, circunscripción jurisdiccional, ámbito de actuación político o concepto geográfico– en relación a los concejos bajomedievales, Carpio Dueñas, 2000, pp. 97-102.

aumento poblacional fuera acompañado por la extensión del espacio de cultivo y del cierre de parcelas que, a pesar de haber sido de disfrute común, pasaban a ser de uso privativo del concejo que las hubiera adhesionado (Carmona Ruiz, 1995, pp. 81-115; García Oliva, 2017, pp. 158-160; Plaza De Agustín, 2021, pp. 29-32).

Esta actitud colisionó directamente contra la mancomunidad de pastos y los intereses de muchos concejos sevillanos, los cuales veían mermadas sus posibilidades de apacentar sus cabañas ganaderas, por lo que no dudaron en reclamar ante Sevilla, llegando a desatar lo que algunos autores han calificado como “fiebre del pleito” (Jiménez Alcázar, 1994, p. 171). Es el caso de Cortegana que, en 1477, denunció ante la ciudad que la villa de Aroche había adhesionado y se había apropiado de todo el terreno situado a una legua de la villa, e impedía que el ganado de otras localidades pudiera pastar allí, imponiendo sanciones y reaccionando de forma violenta a quienes no fueran arochenos o ciudadanos de Sevilla. Aroche justificó su actitud alegando que solo había imitado a los concejos de Aracena, Santa Olalla, Zufre y el Castillo de las Guardas, por lo que pedía a la ciudad que confirmaran su dehesa y el monopolio que tenían sobre ella. La respuesta del cabildo municipal sevillano fue enviar a varios diputados para que se informaran sobre el caso y dieran cuentas a la ciudad, a fin de poder tomar una decisión (Navarro Sainz, 2004, pp. 689-690). Otra queja similar fue la emitida por Utrera al año siguiente, protestando ante Sevilla que Lebrija impedía que sus vecinos pastasen en su territorio; parece que en este caso de Lebrija no se defendió, por lo que la ciudad les ordenó que cesaran en su postura¹³. Dos décadas más tarde, concretamente en abril de 1494, la villa de Fregenal se lamentaba ante el cabildo municipal de Sevilla de que muchas de las localidades de su entorno habían acotado y monopolizado tierras comunales, lo cual les perjudicaba dado el tamaño de la cabaña ganadera frexnense y pequeñez de su término¹⁴.

La escasez de territorio propio, especialmente de dehesas boyales en las que mantener a los bueyes de arado, fue común a otras poblaciones, quienes no dudaron en dirigirse a la ciudad para que lo remediara. Esta fue la situación de Pilas, a cuyo concejo Sevilla entregó una nueva dehesa, sin embargo, dado la falta de territorio cerca de su localidad, esta estaba situada muy cerca de Aznalcázar. La creación de este cercado, que únicamente podía ser explotado por los vecinos de Pilas y aquellos ciudadanos que tuviesen heredamientos en la localidad pileña, fue visto como una injusticia por parte de Aznalcázar, por lo que reclamaron que se permitiera su uso a todos los vecinos de la tierra sevillana. No obstante, la existencia de intereses privados por parte de algunos oficiales hispalenses que tenían propiedades en Pilas y podrían aprovecharse de ella, caso del alcalde de la tierra, el alcalde mayor y varios

¹³ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 21, carpeta 88, f. 45r.

¹⁴ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 26, carpeta 109, ff. 19r-21r.

regidores, hizo que se generaran intensos debates en el seno del cabildo municipal sevillano¹⁵. Las posturas enconadas de unos y otros oficiales, sumadas a acusaciones de que los jueces designados eran parciales, hizo que el pleito fuera elevado a la justicia real y atendido en la Audiencia y Chancillería de Ciudad Real¹⁶.

Desde mediados del siglo XV, coincidiendo con el aumento poblacional y la disminución de pastos comunales abiertos, se observa que muchos concejos comenzaron a incumplir los pactos que habían firmado con otros municipios. La vulneración de los acuerdos pasaba por impedir a los vecinos de las localidades hermanadas entrar con sus ganados en las dehesas o prados o, en casos más extremos, la imposición de multas o la toma de algunas de las reses en prenda. Incidentes similares a los que se han documentado en otros concejos de realengo castellanos (Plaza De Agustín, 2021, pp. 32-34) y aragoneses (Allué y Rodrigo, 2019, pp. 130-133), así como en municipios situados en los señoríos de las Órdenes Militares (Arias Sánchez, 2015, pp. 497-520; Royo, 2020, pp. 25-30).

Otra de las causas generadoras de conflictos fue la creación de nuevas poblaciones dentro del alfoz sevillano. Como señor de este extenso territorio, la ciudad de Sevilla tenía la potestad de crear nuevos asentamientos en él, así como dotarlos de territorio propio que administraban y del cual se abastecían. Parece que lo más común era que estas nuevas poblaciones, formadas por un pequeño número de colonos, quedaran incluidas en el término de alguno de los concejos preexistentes y, con el tiempo, una vez hubieron crecido y ganado en importancia, se les concedía jurisdicción y una circunscripción propios. Esta circunstancia se puede observar en Higuera de la Sierra, la cual probablemente surgiera en torno a una venta situada entre los términos de Aracena y Zufre a finales del siglo XIII o principios del XIV, y no sería hasta 1495 cuando Sevilla la convirtiera en un concejo autónomo. Para ello la dotó de un término propio, con tierras que hasta ese momento habían estado incluidas en las demarcaciones de los concejos de Aracena y Zufre¹⁷. A pesar de que la documentación conservada no nos permite saber cómo reaccionaron los concejos afectados, cabe esperar que la reducción de sus términos no fuera acogido con buenos ojos.

En vista de la posibilidad de que el establecimiento de un nuevo asentamiento con el tiempo conllevara la disminución del término propio, e incluso que ese nuevo lugar se convirtiera en un competidor por los recursos, no es de extrañar que el asentamiento de nuevos colonos no fuera bien recibido por los concejos preexistentes. Tal y como ocurrió con la malograda fundación del lugar llamado Puente de Viar. Se trataba de Royo un pequeño asentamiento surgido en torno a uno de los puentes sobre el río Viar, situado por encima del término de Cantillana y cerca de la actual

¹⁵ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 26, carpeta 109, ff. 2r-3r y 100r-v.

¹⁶ Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149505, 142.

¹⁷ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Papeles Mayordomazgo 1495, caja 80, n° 33, ff. 92r-95r.

carretera que une Castilblanco de los Arroyos con El Pedroso. Parece que la idea de la fundación no partió, en este caso, de la ciudad, si no de gentes venidas de fuera del alfoz hispalense, quienes pidieron permiso a Sevilla para asentarse en el lugar en 1471, a lo que la ciudad accedió. Desde un primer momento la aldea dependió de Castilblanco, donde debían tributar y donde eran emplazados ante la justicia.

Seis años después de su creación, Sevilla todavía no la había dotado de un término propio, eventualidad que Antonio Collantes de Terán (1973, pp. 120-121) asocia a las continuas presiones por parte de las villas de Castilblanco y El Pedroso, quienes no consentían en ver disminuidos sus términos. De ahí que las relaciones entre estas villas y el recién creado Puente de Viar fueran tensas, y hasta hostiles, ya que sus presentaron al cabildo municipal Sevillano una relación de agravios, entre los que figuraban: repartos de tributos, de los cuales decían estar exentos, que les tomaban prendas, que embarraban y ensuciaban el río aguas arriba, les negaban comprar pan cocido o cereal con el que hacer el suyo propio, y usurpaban las tierras de cultivo que la ciudad les había otorgado para autoabastecerse. A juzgar por la documentación, estas presiones hicieron que muchos de los colonos desistieran en su intento de establecerse en este lugar y migraran, una sangría poblacional que, en última instancia, hizo inviable el futuro de Puente de Viar y llevó a su completo abandono (Collantes de terán, 1973, pp. 118-123).

Diferente fue el caso de Villamartín (Villalonga Serrano, 2016), pues en esta ocasión fue el propio cabildo sevillano quién decidió fundar un nuevo asentamiento en la zona más meridional de su jurisdicción, a fin de poblar y asegurar esta región. Desde el mismo momento de su fundación, a principios del siglo XVI, la ciudad estableció los términos de esta nueva villa y entregó tierras a los nuevos colonos, disminuyendo con ello los pastos situados en el Campo de Matrera. Actuaciones que afectaron enormemente a las cercanas villas de Lebrija y Utrera, pues uno de sus motores económicos principales era la ganadería, que aprovechaba los amplios pastizales que ahora se iban a ver reducidos y sustituidos por cultivos pertenecientes a los vecinos de Villamartín. Motivo por el cual protestaron ante Sevilla por una decisión que les perjudicaba directamente, y que había sido tomada de forma unilateral por la ciudad como señor jurisdiccional de este territorio.

Ahora bien, no debemos pensar en la participación de los diferentes concejos en la defensa de sus derechos e intereses como una expresión de una comunidad homogénea que defiende un acceso igualitario a los recursos. Las poblaciones que se involucraron en estos enfrentamientos y pleitos se encontraban atravesados por un proceso de transformación y diferencia social, a través del cual ha surgido un grupo oligárquico, con intereses económicos y políticos propios, que ha monopolizado el gobierno urbano y ha vinculado sus intereses de grupo con los del propio concejo (Luchía, 2006-2008, pp. 221-223).

4. La complicada relación entre Cazalla de la Sierra y El Pedroso: un estudio de caso

Vistas las diferentes relaciones, tanto de cooperación como problemáticas, que se dieron entre los diferentes concejos del alfoz sevillano, pasaremos a comentar un caso concreto, el de las villas de Cazalla de la Sierra y El Pedroso. Ambas situadas en la serranía de Constantina, en la ruta que unía Sevilla y el mar con la meseta.

La coexistencia entre estas dos villas estuvo marcada por la conflictividad durante todo el siglo XV, especialmente a finales de esa centuria e inicios de la siguiente. La desavenencia más interesante, por la documentación generada y su larga duración, más de cien años, fue la que enfrentó a estas dos localidades acerca del recorrido concreto que debía tener el camino que cubría la ruta antedicha. Una discordia que se solapó con otras relacionadas con adehesamientos y las entradas de ganado en los cercados de uno y otro concejo.

Lo interesante en este caso no son las causas o la resolución de los conflictos, de hecho en muchas ocasiones desconocemos el desenlace, si no su desarrollo, pues algunos nos permiten ver las diferentes estrategias desplegadas por las gentes de estos lugares, tanto dentro de los tribunales como fuera de ellos, para conseguir sus propósitos.

El origen del conflicto por el camino lo encontramos en la ordenación dictada por Sevilla en 1391 según la cual se establecía que el lugar de cobro de la roda¹⁸ sería en El Pedroso, al mismo tiempo que se prohibía el uso de todos los trayectos a excepción de la vía que pasaba por esta localidad, so pena de ser descaminados: es decir, que se les requisaran todas las mercancías y animales que llevaran, además de imponérseles una multa de 600 maravedís (Fernández Gómez *et al.*, 1997, pp. 194-196). Esto afectaba directamente a Cazalla de la Sierra, pues desde este concejo se favorecía el camino que discurría por Montegil, sin atravesar El Pedroso. El uso de un itinerario u otro no era baladí, pues el tráfico de personas y mercancías era abundante, y de él vivían parte de los vecinos de estas poblaciones de forma directa o indirecta.

Parece que la prohibición no surtió mucho efecto puesto que, unos 40 años después, concretamente en 1433, las gentes de El Pedroso dirigieron una queja a Sevilla de que los caminantes usaban el camino de Montegil con la consiguiente disminución en la recaudación de la roda, por lo que desde la ciudad se reiteró la prohibición. No obstante, a juzgar por las continuas protestas por parte de El Pedroso,

¹⁸ La roda era uno de los diferentes derechos que gravaban el tránsito de bestias de carga, con o sin mercancías, las propias bestias cuando eran mercancías o el ganado; estaba estrechamente relacionado con el portazgo. Si bien estaba implantado en todos los concejos castellanos, este se hallaba inserto del almojarifazgo y únicamente en la Sierra norte de Sevilla aparece como un impuesto independiente, concretamente en los lugares de El Pedroso, Castil de las Guardas y Castilblanco (González Arce, 2020, p. 53).

las órdenes dadas por la ciudad pronto eran olvidadas e incumplidas. A ello se sumó la inestabilidad vivida en la Sierra de Constantina durante los años setenta del siglo XV, causada por el enfrentamiento armado entre el duque de Medina Sidonia y el marqués de Cádiz. La inseguridad derivada de las hostilidades entre los bandos de ambos nobles hizo que los transeúntes usasen indistintamente las diferentes rutas existentes. La imposibilidad de actuación por parte de Sevilla hizo que el cabildo municipal hispalense optara, en este caso, por cambiar el lugar de cobro de la roda, a fin de minimizar las pérdidas en la recaudación de este impuesto, estableciéndolo cerca del puente sobre el río Viar.

La llegada de la última década del siglo XV trajo consigo una nueva etapa en la relación entre estas localidades, marcada por el aumento de la conflictividad y la violencia. La documentación conservada nos habla, en este caso, de una serie de enfrentamientos entre ambas poblaciones por la posesión de diferentes términos. Así, en 1490 se reabrió el pleito entre estas dos villas sobre la posesión de la dehesa de El Campo¹⁹. Con fecha de ese mismo año, también se incoaron diferentes pleitos ante la justicia real sobre varios privilegios de una y otra villa que afectaban a la otra, amén de otros conflictos sobre territorios cuya posesión se disputaban²⁰. Sobre esto último, el rey Fernando mandó que fueran el asistente y los oficiales de la ciudad quienes se encargaran de darle solución²¹. Conjuntamente a las acusaciones realizadas, también encontramos otras realizadas por determinados vecinos de El Pedroso, caso de Pedro Velasco, escribano del lugar. Este denunció a mediados de ese mismo año que gentes de Cazalla de la Sierra destrozaban sus cultivos al meter en ellos deliberadamente sus ganados²².

A pesar de la intervención de la justicia real, las disputas por la posesión de las diferentes dehesas situadas entre los términos de ambas villas continuaron. De ahí que en enero de 1492, los monarcas accedieron a la petición de El Pedroso y mandaron a un juez pesquisidor para que estableciese los límites de algunas dehesas y la propiedad de algunos terrenos que la villa de Cazalla de la Sierra había usurpado²³. La demarcación de las lindes de estas zonas se hacía mediante el amojonamiento, método usado para poner fin a los problemas derivados de la imprecisa definición de los términos y la violencia desatada por los concejos en el proceso de controlar el territorio (Larrañaga Zulueta, 2005, p. 119). Sin embargo, este magistrado no pudo llevar a cabo la labor encomendada, pues varios cazallenses impidieron por la fuerza realizar el amojonamiento, lo que conllevó que los soberanos ordenaran su

¹⁹ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 25, carpeta 101, f. 4.

²⁰ Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149007, 417.

²¹ Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149008, 228.

²² Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149005, 310 y 149102, 325.

²³ Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149101, 118.

detención²⁴. Parece que desde ese momento las acciones de los vecinos de Cazalla de la Sierra aumentaron en violencia, a juzgar por la carta de seguro que se extendió a favor del concejo de El Pedroso y sus habitantes, quienes temían ataques y represalias por las querellas interpuestas²⁵.

Paralelamente a estas querellas, el concejo de El Pedroso intentó volver a hacer valer el privilegio que la ciudad le había concedido sobre el monopolio de tránsito por su camino, consiguiendo que en 1491 Sevilla reiterara las prerrogativas previas y el veto sobre el resto de caminos. Sin embargo, en esta ocasión su entrada en vigor estaba condicionada a que la villa cumpliera una serie de obligaciones destinadas a ensanchar y mantener el firme de la vía. Privilegio que fue confirmado un año después por los Reyes Católicos (Fernández Gómez *et al.*, 1997, pp. 193-201). No obstante, en esta ocasión los monarcas consultaron a las poblaciones afectadas, concretamente a Alanís y Cazalla de la Sierra, si esto les perjudicaba, y condicionaron la entrada en vigor del privilegio a que se solucionasen esos agravios²⁶.

Si bien desde Alanís se pidió la construcción de un puente sobre el río Parroso, Cazalla de la Sierra únicamente indicó el mal estado del camino y pidió su reparación. Una década después, acabadas las mejoras pedidas, el concejo de El Pedroso reclamó que se aplicase su privilegio. Esto desencadenó nuevas quejas por parte de los cazallenses, exigiendo la construcción de más infraestructuras, lo que, una vez más, los vecinos de El Pedroso debieron cumplir, tras lo cual se volvió a ratificar el monopolio del camino que cruzaba por esta población. Desde Sevilla se mandó pregonar por las poblaciones de la contornada la disposición, sin embargo los vecinos de Cazalla impidieron que se realizaran los pregones y expusieron nuevas quejas sobre el camino²⁷.

La concatenación de demandas y exigencias planteadas por los representantes de Cazalla de la Sierra fue interpretada por los de El Pedroso como un intento de estos de alargar el pleito, ya que el concejo de Cazalla no había indicado ningún agravio cuando, en 1492, los Reyes Católicos preguntaron por ello, y lo hacían ahora, fuera de tiempo. No cabe duda de que dilatar el pleito favorecía a Cazalla, pues mientras este durase no se podían aplicar las restricciones de paso. Con el fin de acabar con un pleito que se antojaba interminable los oficiales designados por el cabildo municipal hispalense para sentenciar en el conflicto optaron por una solución intermedia. La sentencia, dictada en abril de 1510, pasaba por mantener el monopolio sobre el citado camino, si bien el impuesto de la roda pasaría a cobrarse en Cazalla de la Sierra²⁸.

²⁴ Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149101, 46 y 149102, 32.

²⁵ Archivo General de Simancas – Registro General del Sello, legajos, 149102, 252.

²⁶ Archivo General de Simancas – Consejo Real de Castilla, legajo 36, doc. 1-1, ff. 23r-24r.

²⁷ Archivo Municipal de Sevilla – sección X, caja 31, carpeta 128, f. 35v-67r.

²⁸ Archivo Municipal de Sevilla – sección XV, Papeles Mayordomazgo 1510, caja 101, nº 18, ff. 150r-v.

Como a pesar de ello muchos transeúntes continuaban usando el camino vedado de Montegil, desde El Pedroso se decidió tomar una serie de medidas por su cuenta. En primer lugar aumentaron la vigilancia, resultado de lo cual fue la captura de varios comerciantes a quienes se dio por descaminados, se les requisaron las bestias de carga y las mercancías. Por otro lado, a finales de abril de 1511, varios de los oficiales municipales pedrosetes soliviantaron a sus convecinos y, con una cincuentena de hombres armados que habían conseguido reunir, se dirigieron al camino de Montegil. Allí procedieron a romper el firme de la calzada con azadas y otras herramientas de labranza, además de causar un desprendimiento que bloqueó el camino²⁹.

Al mismo tiempo, optaron por recurrir a medios legales; en esta ocasión decidieron acudir a instancias superiores de justicia, concretamente a la reina Juana, quien en un primer momento les dio la razón. Esta decisión fue contestada desde Cazalla de la Sierra al elevar una apelación que, al entrar a trámite, reabrió el pleito, para lo cual se pidió a ambas poblaciones que enviasen procuradores, testigos y aportasen pruebas que respaldasen sus respectivas posiciones.

La estrategia de Cazalla consistió en buscar el apoyo de otros concejos, con el fin de dotar de mayor peso a sus reivindicaciones. Consiguió que las poblaciones de Guillena y Castilblanco se sumaran a su causa y presentaran una demanda conjunta. La inclusión de estos nuevos agentes fue contestada por Fernando de Alvarado, procurador de El Pedroso, pues según él, el uso de uno u otro camino no afectaba a estas poblaciones y acusaba al concejo cazallense de haberlos sobornado para sumarse a la apelación³⁰.

Paralelamente, el letrado que defendía los intereses de Cazalla de la Sierra alegó que los pleitos previos, sentenciados en primera instancia por los tribunales, habían sido ganados por El Pedroso de forma fraudulenta. Por su lado, Fernando de Alvarado, pidió permiso para traer las probanzas y escrituras que los jueces sevillanos habían entregado a El Pedroso y que no se habían incluido en el proceso, los cuales contradecían la versión esgrimida por Cazalla de la Sierra. La reina aceptó la propuesta y permitió que se trajeran los documentos referenciados³¹. Ahora bien, esto se demoró en el tiempo, lo que fue aprovechado por Francisco Calvo, procurador de Cazalla, para alegar que era una forma de prolongar el pleito y hacer que el gasto en mantener al procurador y letrado en la corte les hiciera desistir en su apelación³². Vemos aquí un interesante cambio de estrategia pues, hasta el momento, había sido siempre Cazalla quien había sido acusada de intentar dilatar el pleito; esta

²⁹ Archivo General de Simancas – Consejo Real de Castilla, legajo 36, doc. 1, ff. 28v-29v y doc. 1-1, ff. 13r-15v.

³⁰ Archivo General de Simancas – Consejo Real de Castilla, legajo 36, doc. 1-1, f. 44.

³¹ Archivo General de Simancas – Cámara de Castilla, Pueblos, legajo 15-1, docs. 169 y 170.

³² Archivo General de Simancas – Cámara de Castilla, Pueblos, legajo 5-2, doc. 336.

variación y el interés en que se dictase sentencia seguramente estaba motivado por la certidumbre que tenían de que podían ganar el juicio en ese momento, y este se complicaría en caso de que aportasen los documentos que faltaban.

Entregadas las pruebas por parte de Fernando de Alvarado, los representantes de Cazalla de la Sierra dejaron de intentar agilizar el proceso, volviendo a pedir nuevas pruebas y realizar más acusaciones. Lo que motivó que el procurador pedroño les volviera a acusar de que buscaban prolongar el proceso hasta que su concejo no pudiera asumir los gastos que conllevaba³³. Una falta de fondos que parece ser real a juzgar por las peticiones realizadas a Sevilla y a la reina de poder disponer de los bienes de propios y de arrendar una serie de rentas, a fin de poder hacerse cargo de los gastos generados.

Por su lado, el cabildo de Sevilla, al ver el excesivo gasto que el pleito estaba acumulando, decidió intervenir. La ciudad explicaba a la reina que el litigio estaba empobreciendo a las poblaciones implicadas, cuando ya había sentencias previas; por ello pedían que se enviase un juez de comisión imparcial que viera los caminos y sentenciara definitivamente³⁴. La soberana accedió a ello y envió al licenciado Andrés de Ayvar para que entrevistara a los testigos y observase de primera mano ambos caminos. Este llegó a Cazalla de la Sierra en septiembre de 1513, realizó pesquisas de oficio e interrogó a los declarantes aportados por ambas villas. Acabadas las inquisiciones, Andrés de Ayvar y su escribano recorrieron y midieron ambos caminos, para lo cual se hicieron acompañar por varios representantes de cada parte, a fin de que su actuación no se pudiera poner en duda y no hubiera sospechas de soborno o parcialidad³⁵.

Lamentablemente el legajo que contiene la documentación relativa a este conflicto acaba aquí, por lo que no conocemos el dictamen del juez pesquisador. Con todo, a través de este conflicto enquistado a lo largo del tiempo se pueden observar las diferentes estrategias, tanto legales como ilegales, ante los tribunales o fuera de ellos, que los concejos de El Pedroso y Cazalla de la Sierra pusieron en práctica para obtener la victoria en los diversos conflictos que protagonizaron.

³³ Archivo General de Simancas – Consejo Real de Castilla, legajo 36, doc. 1-1, ff. 40v-41v.

³⁴ Archivo General de Simancas – Consejo Real de Castilla, legajo 36, doc. 1-1, ff. 20r-21v.

³⁵ Archivo General de Simancas – Consejo Real de Castilla, legajo 36, doc. 1-3.

5. Conclusiones

Como se ha podido observar a lo largo de estas páginas, la historia de las relaciones entre las villas sevillanas a finales del medievo y principios de la modernidad es una historia de encuentros y desencuentros, marcados por las necesidades e intereses de cada concejo.

Si bien son las que menos registros documentales han dejado, cabe imaginar que las relaciones más comunes eran de colaboración, encaminadas al aprovechamiento conjunto de los recursos naturales y a la defensa mutua. La otra cara de la moneda fueron los enfrentamientos, relacionados en gran número de ocasiones con la monopolización de los recursos comunes. La mayoría de estos conflictos se resolvieron en los tribunales, en donde los procuradores de estos concejos no dudaron en usar todas las estrategias a su alcance: prolongar los pleitos, buscar ayuda de otras poblaciones, pedir cambios de jueces y letrados por no ser imparciales, etc. Así mismo, cuando no estaban de acuerdo con las sentencias, o estas no se cumplían, no dudaron en recurrir a medidas violentas fuera de la legalidad, llegando incluso a impedir por la fuerza que se cumplieran las sentencias o tomando represalias contra el concejo contrario.

BIBLIOGRAFÍA

- ALLUÉ ANDRÉS, L. C. & RODRIGO ESTEVAN, M. L. (2019): “Dehesas antiguas, pastores foranos y jurisdicciones cuestionadas: conflictividad ganadera a fines de la Edad Media en la Comunidad de aldeas de Daroca”. *Aragón en la Edad Media*, 30, pp. 121-142.
- ARIAS SÁNCHEZ, B. (2015): *Pastos y rebaños en los dominios de las órdenes militares en la Mancha, siglos XIII al XV* [Tesis doctoral inédita]. Universidad de Castilla-la Mancha.
- BORRERO FERNÁNDEZ, M. M. (1977): “Un concejo de la “tierra” de Sevilla: Fregenal de la Sierra (siglos XIII-XV)”. *Archivo hispalense: Revista histórica, literaria y artística*, 60, pp. 1-70.
- BORRERO FERNÁNDEZ, M. M. (1983): *El mundo rural sevillano en el siglo XV: Aljarafe y Ribera*. Sevilla: Diputación provincial de Sevilla.
- CARMONA RUIZ, M. A. (1995): *Usurpaciones de tierras y derechos comunales en Sevilla y su “tierra” durante el siglo XV*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- CARMONA RUIZ, M. A. (2022): “Aproximación a los conflictos de términos y de aprovechamientos comunales entre el concejo de Baeza (Jaén) y los enclaves señoriales de su alfoz (siglos XIV-XVI)”. *Magallánica : revista de historia moderna*, 8, pp. 2-15.
- CARPIO DUEÑAS, J. B. (2000): *La tierra de Córdoba. El dominio jurisdiccional de la ciudad durante la Baja Edad Media*, Córdoba: Publicaciones de la Universidad de Córdoba y Obra social y cultural CajaSur.
- CASADO ALONSO, H. (1987): *Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*. Madrid: Junta de Castilla y León.
- CLEMENTE RAMOS, J. (2019): “Una dehesa por dentro. Castilrubio (1290-c. 1545). Paisaje, explotación y usurpación de términos”. *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, 32, pp. 133-160.
- COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, A. (1973): “Puente de Viar, ¿un empeño frustrado?”. *Archivo hispalense: Revista histórica, literaria y artística*, 56, pp. 117-124.
- COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, A. (2009-2010): “La Andalucía de las ciudades”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 16, pp. 111-132.
- DÍAZ DE DURANA, J. R. (1998): “El mundo rural guipuzcoano al final de la Edad Media. Progreso agrícola, gestión y explotación de la tierra”. *En la España Medieval*, 21, pp. 69-96.

- FERNÁNDEZ GÓMEZ, M., OSTOS SALCEDO, P. & PARDO RODRÍGUEZ, M. L. (1997): *El tumbo de los Reyes Católicos del concejo de Sevilla (1478-1494)*. vol. VI. Madrid: Fundación Manuel Areces.
- GARCÍA OLIVA, M. D. (2017): “Usurpaciones de tierras comunales en el término de Plasencia a fines de la Edad Media”. *Studia Historica: Historia Medieval*, 35, pp. 157-178.
- GARCÍA FITZ, F. & KIRSCHBERG SCHENK, D. (1991): “Las ordenanzas del concejo de Sevilla de 1492”. *Historia. Instituciones. Documentos*, 18, pp. 183-207.
- GONZÁLEZ ARCE, J. D. (2020): *Un patrimonio concejil ingente: el almojarifazgo de los pueblos de Sevilla (ss. XIII-XV)*. Murcia: edit.um.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (1978): “La hermandad entre Sevilla y Carmona (siglos XIII-XIV)”. In *Andalucía medieval: actas del I Congreso de Historia de Andalucía*. Córdoba, CajaSur: Obra Social y Cultural, pp. 3-20.
- JIMÉNEZ ALCÁZAR, J. F. (1994): *Lorca: ciudad y su término (siglos XIII-XVI)*, Murcia: Real Academia Alfonso X El Sabio.
- LARRAÑAGA ZULUETA, M. (2005): *Campeinado y conflictividad social en la Navarra bajomedieval*. Segovia: Universidad SEK.
- LUCHIA, C. (2006-2008): “Poderes locales, monarquía y propiedad comunal en los concejos de realengo castellanos, bajomedievales”. *Revista de Historia Medieval*, 15, pp. 215-237.
- MARTÍN ROMERA, M. Á. (2018): “Hermanas desiguales. Las jerarquías urbanas a través de las hermandades bajomedievales”. *Anuario de Estudios Medievales*, 48, pp. 81-115.
- NAVARRO SAINZ, J. M. (2004): *El Concejo de Sevilla en el reinado de Isabel I (1474-1504)* [Tesis doctoral inédita]. Universidad de Sevilla.
- OLIVA HERRER, H. R. (2002): “Relaciones de cooperación y conflictos en torno al agua en las villas terracampinas a fines de la Edad Media”. In DEL VAL VALDIVIESO, M. I. (coord.). *Usos sociales del agua en las ciudades hispánicas a fines de la edad media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 89-112.
- PÉREZ CARAZO, P. (2010): “Mancomunidad de pasto y monte entre el concejo de Calahorra y sus aldeas y el de la villa de Autol del año 1381”. *Kalakorikos*, 15, pp. 449-487.
- PLAZA DE AGUSTÍN, J. (2021): *Tierras comunales y lucha por el poder en la Guadalajara medieval*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- QUESADA QUESADA, T. (1994): *El paisaje de la campiña de Jaén en la Baja Edad Media según los libros de dehesas*. Jaén: Universidad de Jaén.
- ROYO PÉREZ, V. (2020): “Ganadería e integración del espacio regional: la organización y la gestión de las pasturas en las fronteras de la Corona de Aragón, siglos XII-XIV”. *Historia Agraria*, 80, pp. 7-36.

- VILLALONGA SERRANO, J. L. (1998): “Violencia y justicia en las relaciones entre Sevilla y Carmona en la segunda mitad del siglo XV”. In *Actas del I Congreso de Historia de Carmona*. Edad Media. Sevilla: Diputación de Sevilla: 667-684.
- VILLALONGA SERRANO, J. L. (2016): “*Haçer un muy buen pueblo*”. *Del campo de Matrera a Villamartín, análisis de un proceso repoblador en la banda morisca de Sevilla (1256-1503)*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

O couto de homiziados de Mértola: breves notas

Aires Gomes Fernandes¹

Resumo

A criação dos coutos de homiziados foi uma forma utilizada, com relativa eficácia, para o povoamento de alguns locais, acabando também por terem relevante papel militar e securitário nas zonas raianas tanto ao nível da persuasão, como na defesa e contenção efetivas de grupos de saqueadores, bandos hostis, ou mesmo pequenos contingentes militares castelhanos. O caso de estudo que aqui trazemos é o de Mértola, couto que foi criado por D. João I, ainda no primeiro quartel do séc. XV. Além das prerrogativas contidas na carta de couto, debruçar-nos-emos, tendo por base as cartas de perdão das diversas Chancelarias régias, sobre os degredados que para aí foram enviados, procurando, dentro daquilo que as fontes nos permitem, conhecer o perfil desses indivíduos, a tipologia dos seus crimes, a duração da pena e se esta foi, efetivamente, cumprida nesta localidade do Baixo Alentejo.

Palavras-chave

Mértola, Homiziados, Coutos, Idade Média, Degredados

¹ Email: airesgf@gmail.com

The Mértola medieval penal settlement: a short introduction

Abstract

The creation of *coutos de homiziados* was a relatively effective way of settling certain places. These *coutos* also ended up playing an important military and security role in the Portuguese border areas, both in terms of dissuasion and in the effective defence and restraint of marauding groups, hostile bands or even small Castilian military contingents. The case study presented here is that of Mértola, *a couto* that was created by D. João I, still in the first quarter of the 15th century. In addition to the prerogatives contained in the couto charter, we will analyse, through the letters of pardon from the various royal chancelleries, the convicts who were sent there, trying, within what the sources allow us, to find out the profile of these individuals, the type of their crimes, the length of their sentence and whether it was actually served in this town in the Baixo Alentejo.

Keywords

Mértola, Fugitives, “Coutos”, Middle Ages, Exiles

1. O couto de homiziados de Mértola: inserção na rede de coutos, criação e funcionamento

A criação dos coutos de homiziados obedece a dois pressupostos básicos: o povoamento de determinadas localidades e a preocupação com a defesa do reino, daí o facto de a generalidade dos coutos se localizarem na zona de fronteira, naquilo que o Professor Humberto Baquero Moreno considera “uma política de consolidação fronteiriça”, uma rede iniciada por D. Dinis, com a criação do couto de homiziados de Noudar, em 1308 (Moreno, 1996, p.197), embora descontinuada nos reinados seguintes e só retomada por D. Fernando (Monteiro & Martins, 2010, p. 24). Ora, Mértola insere-se entre as múltiplas localidades que cumpriam estes dois critérios, e apesar de não estar propriamente no extremo fronteiriço, encontrava-se na zona raiana e estava despovoada.

Apesar da sua localização estratégica na margem do Guadiana, e não obstante a sua antiguidade e o facto de ter sido um importante entreposto comercial ao longo de centenas de anos quer para fenícios, romanos, árabes, parece nunca ter conseguido fixar grandes contingentes populacionais, embora no início do séc. XVI, mais concretamente em 1515, tenha atingido os 800 habitantes (Pereira, 2003, I, p. 72), número esse que seria mesmo superado em 1532, contabilizando-se então um total de 994 moradores, dos quais somente 213 viviam na vila e os restantes 781 encontravam-se distribuídos pelo seu termo (Azevedo, 1908, pp. 204-205). Além de se situar na região de fronteira e estar relativamente exposta às incursões castelhanas é admissível que também fosse alvo de eventuais ataques dos piratas, que atacavam frequentemente a foz do Guadiana (Pessanha, 2018) sendo natural que algumas dessas embarcações subissem o rio Guadiana e atacassem as zonas ribeirinhas. Aliás, a posterior criação dos coutos de homiziados de Alcoutim e Castro Marim, sobretudo deste último, insere-se numa linha estratégica com evidente pendor militar (Pessanha, 2018). Não deixa também de ser curioso o facto de o couto de Castro Marim ser praticamente coevo do de Mértola, instituindo-se em 1421. Sendo o rio Guadiana uma estrada fluvial para o comércio, também o seria, seguramente, para o saque fácil. Mértola encontrava-se, de igual modo, servida por uma importante via terrestre que fazia a ligação para o Algarve, mas que também atraía salteadores e outros criminosos. A este propósito, uma carta de perdão, dada por D. Afonso V a Afonso Martins, morador na vila de Serpa, é exemplificativa, sendo que Afonso Martins era acusado de ter morto João Preto, na vila de Mértola, homem morador nessa mesma localidade, sendo ainda acusado de roubar um castelhano e uma mulher que iam “da dicta villa pera ho Algarve”². E se esta notória insegurança que a população sentiria, não seduzia potenciais habitantes e obstava,

² ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl.1.

certamente, à permanência daqueles que já aí viviam, também a aspereza do local e as condições climáticas adversas não contribuíam para atrair e fixar população. A solução encontrada para o povoamento de muitas das localidades nesta situação foi então a implantação dos coutos de homiziados.

A criação desses coutos era da competência do rei, definindo-se ou delimitando-se o território em causa, incluindo, por vezes, o termo da vila ou da cidade; o número de homiziados que deveria receber; bem como o período de tempo pelo qual se poderiam ausentar, e nalguns casos a tipologia dos crimes que poderia qualificar determinado indivíduo para poder ser colocado em determinado couto (Ventura, 1998, p. 618). Isso também se observa na carta de criação do couto de Mértola, dada por D. João I, a 21 de novembro de 1420³. A decisão régia de instalar um couto de homiziados nesta vila alentejana surge no seguimento da solicitação do infante D. João, que deu conhecimento ao monarca, e simultaneamente seu pai, que a vila de Mértola se encontrava muito despovoada por causa das guerras que aí tinham havido, sendo que, caso ocorresse uma nova guerra, os seus moradores eram insuficientes para defender a vila⁴. O rei institui então aí um couto para acolher, no máximo, cinquenta homens homiziados para morarem e povoarem esse lugar de Mértola e, deste modo, ajudarem a defendê-lo⁵. É indiscutível que a vila, além de estar facilmente exposta às investidas e escaramuças da zona de fronteira, extremamente recorrentes neste período (Leitão, 2013, p. 276), tinha sido palco de violentos confrontos entre as tropas que defendiam os interesses de D. Beatriz e os apoiantes do Mestre de Avis. É, por isso, natural que existissem também questões de estratégia política subjacentes, até porque estamos num período de centralização régia e não nos podemos esquecer que Mértola estava sob domínio da Ordem de Santiago, sendo admissível que o monarca não tivesse esquecido o episódio em que o alcaide mertolense tomou voz por Castela. Múltiplos eram os condenados elegíveis para serem enviados para o couto de Mértola, excluindo-se apenas os que fossem naturais da vila e do seu termo; os que tivessem sido presos nessa mesma vila e os acusados de terem cometido crime de aleive e traição⁶.

Os homiziados estavam sujeitos a um sistema de controlo por parte das autoridades, mormente do alcaide da localidade, havendo o chamado Livro de Homiziados, onde o tabelião registava os dados de identificação do homiziado bem como da pena que cumpria (Ventura, 1998, p. 618). Neste caso específico de Mértola, o alcaide mor era, à altura, D. Diogo Pereira, a quem o rei dá a indicação para que possa conceder a cada homiziado uma licença anual de três meses de modo que estes possam sair do couto para procurarem mantimentos e tratarem do que lhes

³ ANTT – Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl.28vº-29.

⁴ ANTT – Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl.28vº.

⁵ ANTT – Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl.28vº.

⁶ ANTT – Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl.28vº.

for necessário⁷. Munidos dessa carta de autorização poderiam circular livremente e não poderiam ser presos pelas justiças do reino. Além do Livro de Homiziados que estaria presente em cada couto, é provável que houvesse também um registo centralizado, de resto a existência do cargo de escrivão dos homiziados (Moreno, 1986, p. 102) faz pressupô-lo. Após a condenação os degredados beneficiavam de um salvo-conduto que lhes permitia, durante o prazo de um mês, circularem livremente, de modo a poderem apresentar-se, pelos seus próprios meios, no respetivo couto onde iriam cumprir a pena. Este prazo é referido, por exemplo, nos processos de João de Sequeira e Iria Gonçalves⁸, ou do escudeiro Rui Pais⁹.

2. A caraterização dos degredados de Mértola

2.1 Proveniência

A origem dos condenados, mesmo considerando a natureza parcellar dos dados disponíveis, era variável, embora se note alguma proximidade geográfica entre o couto e a proveniência dos homiziados de Mértola, sobretudo naturais do Alentejo. Assim surgem-nos indivíduos em Cabeço de Vide¹⁰ (c. Fronteira), Borba¹¹, Viana de Alvito¹², Nisa¹³, Monforte¹⁴, Veiros¹⁵ (c. Avis), Arronches¹⁶, Évora, Montemor-o-Novo¹⁷, Elvas¹⁸, Vila Viçosa¹⁹, Estremoz²⁰ e Portalegre²¹. Também do Algarve surgem alguns homiziados, nomeadamente de Tavira²² e Loulé²³. De geografias mais distantes são os degredados provenientes de Lisboa²⁴, Cadaval²⁵, Aldeia Galega²⁶,

⁷ ANTT – Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl.29.

⁸ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 34, fl.46.

⁹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.43.

¹⁰ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl.45; Livro 12, fl.67vº.

¹¹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.62; ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 40, fl.85vº;

¹² ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.65vº.

¹³ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 33, fl.17vº.

¹⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.33vº.

¹⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl.6vº; Livro 45, fl.113.

¹⁶ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl.60vº.

¹⁷ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl.106.

¹⁸ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 25, fl.174; Livro 26, fl.34.

¹⁹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.65vº.

²⁰ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl.109vº.

²¹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37, fl.31.

²² ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl.58; Livro 7, fl.63; Livro 12, fl.43; Livro 12, fl.96vº.

²³ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.94vº.

²⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl.4.

²⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.124vº.

²⁶ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.125vº.

Alcochete²⁷, Santarém²⁸, Atouguia²⁹, Arruda dos Vinhos³⁰, Quaiaios³¹, Anadia³², Lamego³³, Pinhel³⁴, Covilhã³⁵ e Castelo Branco³⁶.

2. 2. *Tipologia dos crimes*

Quanto à tipologia dos crimes esta é muito diversificada, abrangendo desde simples negligência, ofensas corporais, até homicídios. Entre os crimes que se poderão considerar mais brandos estão, justamente, alguns dos que envolvem descuido, negligência, ou falha no cumprimento de funções, sobretudo relacionados com a ineficaz guarda de prisioneiros. Assim sucede com Simão Vaz, morador na vila de Pinhel, condenado a degredo de um ano para Mértola por, na altura em que exercia o cargo de vereador de Pinhel, ter deixado fugir um preso³⁷. Também Fernão de Braga, escudeiro, morador em Estremoz e vereador nessa mesma vila foi condenado a pena idêntica face ao mesmo tipo de crime³⁸. Dizia o escudeiro que era costume, quando não havia carcereiro para guardar os presos, os vereadores elegerem um homem bom para guardar esses presos, e por isso, na qualidade de vereador, escolheu um carcereiro, mas o juiz não o quis nomear, e face à inexistência de carcereiro, fugiram dois presos de noite. Fernão de Braga ainda os conseguiu apanhar, mas só um foi condenado, tendo o outro voltado a fugir e, por isso, acabou ele próprio condenado a um ano de degredo no couto e vila de Mértola³⁹. D. Manuel I, à semelhança do que sucedera com o caso anterior, também aqui acabaria por relevar a pena, contanto que ele pagasse 2.000 reais para a Arca da Piedade.

Havia também crimes que, pela sua tipologia, não se enquadrariam numa moldura penal muito grave, como é o caso do que sucedeu com João Afonso Gato, cujos animais, durante uma noite, pernoitaram fora de sítio e destruíram umas medas de pão de João Anes, provocando-lhe grande prejuízo⁴⁰. Apesar de João Afonso Gato ter tentado ressarcir o ofendido, entregando-lhe os animais, este selou-lhe a casa e mandou prendê-lo, tendo então Afonso Gato fugido da cadeia e andando a monte

²⁷ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl.112.

²⁸ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 34, fl.46; Livro 37, fl.48vº; Livro 46, fl.109.

²⁹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.113; ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl.43vº; Livro 32, fl.107vº.

³⁰ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.91.

³¹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.23.

³² ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 17, fl.26vº.

³³ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.97.

³⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37, fl.22.

³⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.40vº.

³⁶ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.112.

³⁷ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37, fl.22.

³⁸ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl.109vº.

³⁹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl.109vº.

⁴⁰ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl.5.

desde essa altura, situação que contribuiu decisivamente para o agravamento da pena⁴¹. Tendo já obtido perdão por parte de João Anes, o fugitivo estendia o pedido de perdão à justiça régia, graça que lhe foi concedida por D. Manuel I, por carta de 15 de Setembro de 1498, com a condição de pagar 300 reais para a relação, 1000 reais para a Arca da Piedade e a obrigação de ir viver durante um ano para o couto de Mértola⁴². Também o lavrador Álvaro Gonçalves, morador na Torre de Além do Rio, na vila de Santarém, foi condenado ao cumprimento de um ano de pena no couto de Mértola por se ter apoderado de um poldro de Simão Afonso, juiz das sisas de Santarém⁴³. A mesma sentença foi aplicada a João Fernandes, lavrador, morador na vila de Veiros, por resistência à autoridade⁴⁴. João Fernandes tentou impedir que o juiz da vila prendesse Pedro Anes, seu cunhado, acabando ele detido na prisão dessa mesma vila⁴⁵. Note-se que quer os casos de resistência aos representantes da autoridade quer a ofensa a oficiais régios eram relativamente comuns (Duarte, 1999, pp. 321-336). Os crimes de sangue, envolvendo lesões corporais ou mesmo homicídio também se encontram entre o rol de crimes praticados por alguns dos homiziados de Mértola. Um desses casos ocorre com Pedro Fernandes, morador em Tavira, acusado de decepar uma mão a Pedro Gonçalves, que viu D. Afonso V perdoar-lhe o crime, em virtude da sua participação na batalha de Alfarrobeira, contanto que cumprisse ainda uma pena de quatro anos em Mértola⁴⁶. Também Josepe Castelão, filho de Samuel Castelão, morador em Viana, a par de Alvito, e Santo Pença, morador em Vila Viçosa, beneficiaram deste perdão geral concedido aos foragidos e homiziados que, incorporados nas hostes régias, combateram o infante D. Pedro em Alfarrobeira⁴⁷. Eram ambos acusados de terem morto um homem no termo da cidade de Évora, crime pelo qual foram condenados a três anos de degredo em Ceuta, sendo-lhes então comutada a pena para que cumprissem o dobro desse tempo no couto de Mértola⁴⁸. Já durante o reinado de D. Manuel I, João Francisco, homem solteiro, morador em Elvas, foi acusado de diversos crimes, incluindo o homicídio de um seu tio e o espancamento a Rui Fernandes, encontrando-se, entretanto, preso na cidade de Lisboa, foi, inicialmente, condenado a cinco anos de degredo para a ilha de São Tomé e a um ano para Mértola⁴⁹.

O tempo de degredo era, naturalmente, variável, de acordo com os crimes, embora existam diversas situações em que o rei autoriza a substituição do cumprimento

⁴¹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl.5.

⁴² ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl.5.

⁴³ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37, fl.48vº.

⁴⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.71.

⁴⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.71.

⁴⁶ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.96vº.

⁴⁷ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl. 65-65vº.

⁴⁸ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl. 65-65vº.

⁴⁹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 25, fl.74.

da pena no Ultramar pelo seu cumprimento no couto de Mértola, situação que, normalmente, pressupunha aplicação do dobro de anos da pena inicial. São disso exemplo João Gonçalves, morador no termo da cidade de Lamego⁵⁰, bem como João Pires, morador na Atouguia, que veem comutadas as suas penas de três anos de degredo em Ceuta por seis anos a cumprir no couto de homiziados de Mértola⁵¹. Também a pena de João Alfavaxio, natural de Tavira, é igualmente substituída, mas sem alteração na sua duração, com D. Afonso V a comutar-lhe a pena de degredo de três anos em Arzila pelo mesmo período de tempo no couto e fronteira da vila de Mértola⁵². Mesmo quando a condenação não envolve pena ultramarina assistimos a alguns pedidos para alteração do local de cumprimento do castigo dentro da rede interna dos coutos do reino. Exemplificativo disso é o caso de Rui Pais, escudeiro régio, que solicita e consegue autorização de D. Afonso V para cumprir a sua pena de degredo de um ano no couto de Mértola, quando, inicialmente lhe tinha sido destinado o couto de Marvão⁵³. Não sabemos os motivos concretos deste pedido, mas fosse por razões familiares, por questões de salvaguarda da segurança pessoal, ou porque, eventualmente, as condições em Mértola eram menos impiedosas que em Marvão, o certo é que a transferência foi pedida e concedida. Curiosamente, o inverso também ocorre, como é o caso de Afonso Lopes, morador em Monforte, que foi condenado a 6 meses de degredo no couto e vila de Mértola, tendo suplicado ao rei para que lhe mudasse o desterro para a couto e vila de Marvão, onde tinha algum amparo de parentes, pedido esse que foi atendido⁵⁴. Verificam-se também muitas situações em que apesar de terem sido, inicialmente, condenados a degredo na localidade de Mértola, acabaram por se eximir a tal pena como revelam algumas cartas de perdão. Um desses exemplos ocorre com o escudeiro Vasco Martins, residente em Elvas, condenado a dois anos de degredo em Mértola por agredir o escudeiro Pedro Anes, também morador em Elvas, obtendo perdão régio por carta de 24 de Fevereiro de 1496, a qual o desobrigava do cumprimento da pena, isto após ter ressarcido o ofendido em seis mil reais e ter pago 1000 reais para a Arca da Piedade⁵⁵.

2. 3. *Género e estado civil*

Quanto ao género dos homiziados, a generalidade são do sexo masculino, sendo que, de entre aqueles cujo estado civil é conhecido, são maioritariamente casados, no entanto também existem mulheres que são degredadas para Mértola. É o caso

⁵⁰ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.97.

⁵¹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.113.

⁵² ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 7, fl.63.

⁵³ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.43.

⁵⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.33vº.

⁵⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl.34.

de Filipa de Andrade, mulher solteira, acusada de ser manceba de Frei Duarte, da Ordem de São João, que foi condenada a cumprir um ano de degredo na cidade de Tânger, conseguindo que lhe comutassem a pena para Mértola, acabando por solicitar o livramento do degredo, argumentando que era moça de linhagem e indo sozinha para lugares estranhos poderia fazer perigar a sua honra e a sua pessoa, vendo, entretanto, o seu pedido sancionado e a pena de degredo relevada⁵⁶. Semelhante acusação recaía sobre Margarida Ferreira, também mulher solteira, moradora em Montemor-o-Novo, acusada e condenada por ter ligação carnal com João Afonso, prior da igreja de São João, tendo sido sentenciada a um ano de degredo para a vila de Mértola, no entanto acabaria também por conseguir carta de perdão, não cumprindo a pena⁵⁷. Já a filha e a mulher de Afonso Vaz, morador em Joane, termo da Covilhã, foram ambas condenadas ao cumprimento de um ano de degredo em Mértola, pena que foi consumada⁵⁸. Sob a filha pendia a acusação de envolvimento com o clérigo Martim Vaz, de quem teve duas crianças, enquanto que a mãe foi sentenciada por consentimento do malefício da filha com o religioso⁵⁹. Afonso Vaz foi condenado pelo mesmo crime da mulher, mas aquando da detenção ele encontrava-se numa outra quintã e, desde aí, “andava amorado”, mas como já era um homem muito velho e pobre queria regressar à sua terra, sendo que a sua filha já voltara e era agora mulher casada e honrada⁶⁰. Pedia, por isso, perdão à justiça régia, solicitação que lhe foi concedida em Agosto de 1501, após o pagamento de 500 reais para a Arca da Piedade⁶¹. Quanto à esposa de Afonso Vaz acabou por falecer em Mértola enquanto cumpria a sua pena⁶².

Curiosamente, este não foi o único casal condenado a degredo no couto de Mértola. Também João de Sequeira e Iria Gonçalves, sua mulher, moradores na vila de Santarém, foram condenados a irem viver para o couto e vila de Mértola, servindo aí dois anos de degredo⁶³. Eram acusados de perjúrio, por terem acusado o judeu rabi Jacob, também morador na vila de Santarém, de ter violado Iria Gonçalves, confirmando-se posteriormente que tal crime não tinha ocorrido⁶⁴. Em consequência dessa acusação maliciosa e de falso juramento o rabi tinha sido preso, acabando por ser depois liberto e os acusadores castigados⁶⁵.

⁵⁶ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl.65.

⁵⁷ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl.106.

⁵⁸ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.40vº-41.

⁵⁹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.40vº.

⁶⁰ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.41.

⁶¹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.41.

⁶² ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl.41.

⁶³ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 34, fl.46.

⁶⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 34, fl.46.

⁶⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 34, fl.46.

2.4. *Orientação religiosa, estatuto social e profissional*

E se aqui temos um judeu envolvido no processo que leva à condenação deste casal, importa dizer que quanto ao credo religioso dos homiziados são sobretudo cristãos, mas também parece haver judeus entre os condenados, como aparenta ser o caso de Josepe Castelão, filho de Samuel Castelão, morador em Viana de Alvito⁶⁶. E se nesta situação específica não é feita qualquer referência à orientação religiosa, apenas aventamos tal possibilidade a partir dos nomes, já no caso de Mestre Rodrigo há elementos precisos. Este Mestre Rodrigo era um cristão novo que tinha sido condenado a degredo, inicialmente, para Cabo Verde, depois para os Açores, acabando por ver a sua pena substituída para o couto de Mértola, tendo sido preso e acusado por ter em sua posse livros em hebraico⁶⁷. Mestre Rodrigo andava fugido à justiça, tendo, inclusivamente, fugido do Reino, solicitando carta de perdão para conseguir regressar a Portugal, uma vez que era pobre e necessitado e a sua mulher e filhos estavam a passar fome na sua ausência⁶⁸. D. Manuel I acaba, através de carta datada de 7 de Maio de 1501, por lhe relevar a pena⁶⁹.

No que respeita ao estatuto social, embora em muitos casos não seja mencionada a ocupação ou o estatuto social do homiziado, constata-se a existência de alguma heterogeneidade, verificando-se, no entanto, a prevalência de lavradores e escudeiros. Entre os indivíduos identificados como lavradores temos Álvaro Gonçalves⁷⁰, João Fernandes⁷¹, Afonso Martins⁷², Fernando Martins⁷³ e Gil Álvares⁷⁴. Já em relação ao grupo dos escudeiros surgem-nos Fernão de Braga⁷⁵, Jorge Fernandes⁷⁶, Fernando Afonso⁷⁷, Gonçalo Afonso⁷⁸, Rui de Horta⁷⁹ e Rui Pais⁸⁰, embora os dois primeiros acabassem por ver as penas comutadas e só os outros cumprissem degredo em Mértola, sendo que no caso de Rui de Horta só tenha aí servido 2 meses, tendo o rei ordenado que servisse os restantes 10 meses em Arzila, acabando por cumprir aí apenas 4 meses de pena efetiva, vendo os restantes seis serem-lhe perdoados⁸¹.

⁶⁶ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl. 65-65vº.

⁶⁷ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl. 123vº.

⁶⁸ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl. 123vº.

⁶⁹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl. 123vº.

⁷⁰ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 37, fl. 48vº.

⁷¹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl. 71.

⁷² ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 45, fl. 113.

⁷³ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl. 40vº.

⁷⁴ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 46, fl. 23.

⁷⁵ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl. 109vº.

⁷⁶ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 29, fl. 112.

⁷⁷ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl. 45.

⁷⁸ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl. 45.

⁷⁹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl. 43vº.

⁸⁰ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl. 43.

⁸¹ ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl. 43vº.

3. Entre dúvidas e conclusões

O couto de homiziados da vila de Mértola foi criado por D. João I para fazer face ao despovoamento da vila, determinando-se uma ocupação máxima de 50 homiziados. Os dados não nos permitem traçar com rigor o nível de ocupação do couto ao longo do século XV e princípio do século XVI, uma vez que as fontes utilizadas, mormente as cartas de perdão, transmitem-nos apenas elementos parcelares. Apesar dos muitos condenados a cumprir pena no couto de Mértola, é difícil quantificar aqueles que aí a consumaram. Sabemos que em muitos casos tal pena foi reduzida, comutada ou relevada. Apenas os registos do respetivo Livro de Homiziados nos permitiriam ter dados mais objetivos, mas, tanto quanto nos foi possível apurar, tais Livros não se conservaram, ou é desconhecido o seu paradeiro. Também não sabemos quantos daqueles que eram para aí enviados para cumprimento das respetivas penas acabaram por se estabelecer, definitivamente, nesse território e aí constituir família, contribuindo para a efetiva fixação de população na vila de Mértola. A partir das cartas de perdão é ainda, assim, possível obtermos diversos elementos de grande relevância sociológica para o conhecimento e funcionamento dos coutos de homiziado, desde a origem geográfica dos condenados, bem como o seu estatuto social, a tipologia de crimes e a sua moldura penal bem como aspetos específicos do funcionamento do couto de homiziados de Mértola, reforçando e complementado os dados que a própria carta de criação do couto insere.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. João I, Liv. 4

Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 3, 7, 11, 12

Chancelaria de D. Manuel, Liv. 25, 26, 29, 33, 34, 37, 40, 45, 46, 74

Estudos

AZEVEDO, P. (1901): “Mertola”. *O archeologo português: collecção illustrada de materiais e noticias*, 6, pp. 201-208.

DUARTE, L. (1999): *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Lisboa: FCG/ FCT.

LEITÃO, A. (2013): “Los cotos de “homiziados” en la frontera noroeste del Alentejo português como expresión del poder judicial real (siglos XIV y XV)”. *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, 2, 1-1 (Número Especial), pp. 273-289.) www.revistarodadafortuna.com

MONTEIRO, J. & MARTINS, M. (2010): *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português: (1250-1450)*. Coimbra: Palimage.

MORENO, H. (1986): “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa”. In *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 93-138.

MORENO, H. (1996): “Portugal e a fronteira com Castela no século XIV. In *III Jornadas de Estudo Norte de Portugal – Aquitânia*. Porto: Publicações da Universidade do Porto, pp.195-200.

PEREIRA, A. (2003): *Portugal, o Império urgente (1475-1525)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PESSANHA, F. (2018): “Ataques da pirataria à Foz do Guadiana e a acção de António Leite, Alcaide-Mor de Arenilha”. *Anais do Município de Faro*, 40, pp. 63-94.

VENTURA, M. (1998): “Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo”. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15-1 (2ª série), pp. 601-625.

De Ammaia a Marvão e de Marvão a Portalegre: Dinâmicas geoestratégicas na serra de S. Mamede (sécs. IX a XVIII)¹

*Ana Santos Leitão*²

Resumo

O presente texto tem como objetivo apresentar um estudo de caso, no tempo longo, a partir da escala regional e da regional para a local: referimo-nos à região da Serra de S. Mamede, no Alto Alentejo, que se apresenta ainda nos nossos dias como um território delimitado e de características singulares. Antes, como hoje, as redes urbanas funcionam como elos de sustentabilidade e desenvolvimento do território onde se inserem, quer a nível identitário, quer económico ou cultural, existindo dinâmicas de inversão de funções territoriais das vilas na região. Pretende-se estudar estes processos no tempo, como uma base de conhecimento que possa servir de plataforma no âmbito do turismo cultural sustentável.

Palavras-Chave

História Regional, Pequenas Cidades, Identidade Cultural, Alto Alentejo, Turismo

¹ Texto desenvolvido no âmbito do projeto FRONTOWNS *Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII-XVI)* – PTDC/HAR-HIS/3024/2020.

² Centro de História-Universidade de Lisboa, Câmara Municipal de Odivelas. Email: leitao.ana@netcabo.pt.

From *Ammaia* to Marvão and from Marvão to Portalegre: Geostrategic dynamics in the Serra de S. Mamede (9th to 18th centuries)**Abstract**

The aim of this text is to present a case study, over a long period of time, from the regional to the local scale: we are referring to the Serra de S. Mamede region, in Alto Alentejo, which still presents itself today as a delimited territory with unique characteristics. In the past, as today, urban networks function as links for the sustainability and development of the territory in which they are located, whether in terms of identity, economics or culture, and there are dynamics of inversion of the territorial functions of towns in the region. The aim is to study these processes over time as a knowledge base that can serve as a platform for sustainable cultural tourism.

Key Words

Regional History, Small Cities, Cultural Identity, Alto Alentejo, Tourism

1. Introdução

O aprofundamento dos estudos sobre as pequenas cidades e vilas é essencial para conhecer qualquer território nas suas múltiplas vertentes, quer sejam físicas, económicas, sociais ou culturais. Não se trata apenas da observação de uma localidade, por si só, mas do seu contexto territorial, daí a importância da observação dos próprios núcleos e das suas eventuais redes. Não se compreende a funcionalidade territorial de uma cidade ou vila, ao longo do tempo, sem análises aprofundadas sobre a sua origem, povoamento, complexidade política e religiosa; sobretudo quando algumas funcionam como eixos estruturantes para a formação de uma identidade social e cultural.

Um dos atuais desafios territoriais em Portugal é, sem dúvida, o da desertificação humana em algumas regiões, correspondendo o Alentejo a uma delas. Contudo, as características físicas e humanas entre os vários “Alentejo” são distintas, o que faz com que também o sejam os níveis económico, religioso, social e cultural. Com efeito, J. Mattoso, S. Daveau e D. Belo (1997) defenderam a existência de três grandes áreas estruturantes no Alentejo, sendo uma delas a zona do nordeste alentejano, a que circunda a serra de S. Mamede (Mattoso *et alii*, 1997, pp. 549-59).

A zona da serra de S. Mamede – que, pela existência desse mesmo elemento, se distingue da restante região – está hoje integrada no distrito de Portalegre. O recorte geográfico deste trabalho centra-se na sub-região da serra de S. Mamede, uma zona delimitada, inserida na antiga comarca Entre Tejo e Odiana. Esta sub-região representa um eixo estruturante com funções articuladoras entre o Alentejo e a Beira e corresponde a uma área de charneira entre os reinos de Portugal e Castela, tendo aí surgido um complexo urbano singular estruturado pela serra, marcado por oscilações de importância entre as vilas.

Face ao cenário descrito, compreende-se que esta abordagem se concentre nas repercussões da fronteira na organização de um território sobre uma base geográfica, retomando e continuando uma linha de investigação já desenvolvida (Leitão, 2022). O tema integra-se nos debates historiográficos acerca das Identidades Nacionais, dos Espaços de Fronteira e das Extremaduras Históricas pretendendo contribuir para uma melhor compreensão do território a um nível macro/micro de âmbito regional, nacional e internacional (Marshall, 1955, pp. 55-62; Fernandes, 2009, pp. 157-174; Picoito, 2002, pp. 7-29).

De forma mais específica, a análise desta região situa-se no âmbito das investigações que inserem a História Peninsular dos Espaços de Fronteira num contexto Ibérico e Europeu, nomeadamente os do Sul Ibérico, da História de Portugal e do Alentejo. A fronteira portuguesa tem vindo a ser abordada por alguns historiadores (Cavaco, 1973; Ventura, 1998; Fernandes, 2000; Marques,

2004). Contudo, o desenvolvimento desta temática no âmbito dos estudos regionais tem merecido pouca atenção, ainda que alguns trabalhos, tendencialmente monográficos e abrangendo períodos cronológicos diversificados, se revelem de grande importância (Nogueira, 1991; Coelho [1988])³.

Naturalmente, pelas características das vilas da zona em análise, este texto também se integra no campo historiográfico das pequenas cidades. O despertar do interesse por estas unidades urbanas não é mais uma novidade (Loupès & Poussou, 1987; Pauly, 1992; Clark, 1995). Também em Portugal, o tópico das hierarquias urbanas e a distribuição espacial dos pequenos núcleos dentro de uma região tem vindo a ser estudado (Andrade, 1995; Silva, 2021). De acordo com Jean-Luc Fray (2006, 2007), mantém-se a questão do vínculo estabelecido entre esses núcleos pequenos ou médios e os organismos urbanos de maior dimensão. Segundo este autor, os critérios de urbanidade das pequenas cidades/vilas foram investigados atendendo a diferentes variáveis, como peso demográfico, estrutura topográfica, natureza e extensão dos serviços para a região circundante, grau de centralidade, urbanidade das instalações e estruturas. No âmbito da historiografia portuguesa, a temática das pequenas vilas também tem sido impulsionada pela linha temática desenvolvida por Adelaide Costa (2013, 2017, 2021, 2023).

³ Os estudos mais atuais têm sido publicados em diversos artigos nas Revistas Culturais de Marvão e Portalegre, respetivamente *Ibn Marúan* e *A Cidade*, mas todos com incidência muito local. Alguns artigos pontuais sobre a região têm vindo a ser desenvolvidos sobre esta temática, para este período, por alguns investigadores do CIDEHUS, da Casa de Vélazquez e da Universidade da Estremadura. No entanto, nenhum deles apresenta uma abrangência regional de articulação macro/micro de importância geohistórica e geoestratégia sobre a região onde se insere a Serra de S. Mamede.

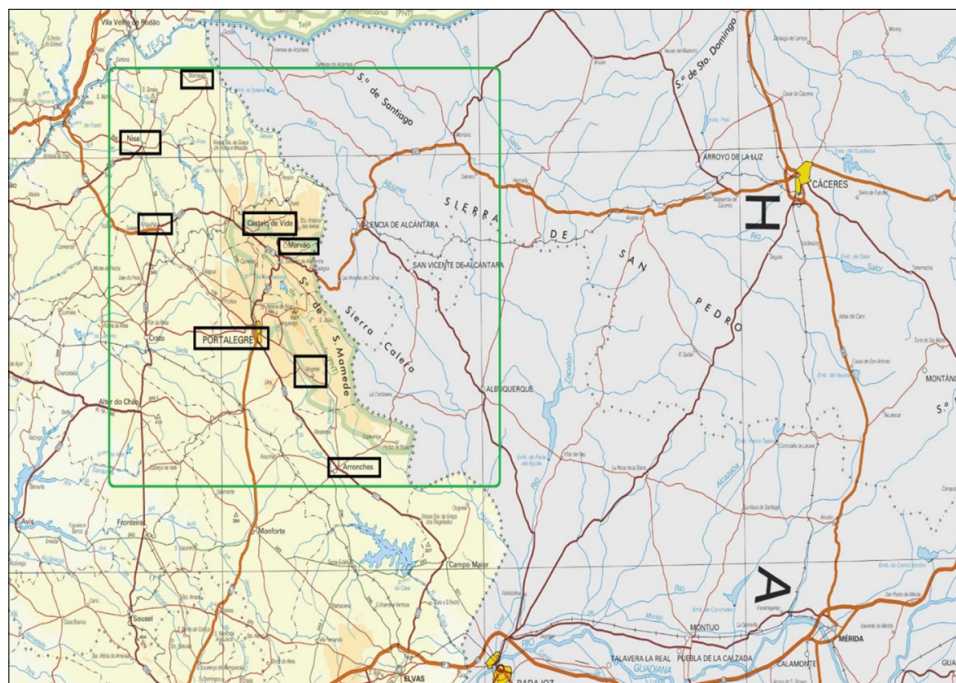


Fig. 1 – Vilas do Nordeste Alentejano (Google Maps, 2023).

2. Um espaço de Fronteira

O carácter fronteiriço de extensas áreas do Ocidente tem sido assinalado, pela investigação histórica das últimas décadas, como um fator determinante para a compreensão da identidade das comunidades que habitam essas zonas. Com efeito, os estudos das regiões de fronteira, nomeadamente durante a Idade Média portuguesa, não se limitam à apreensão dos sistemas de defesa e de povoamento, mas alargam-se à criação de identidades, numa lógica de integração e de exclusão.

No plano da construção da Nova Europa, a que desde há uns decénios temos vindo a assistir, a política de valorização das regiões transfronteiriças ocupa um lugar de relevo, com particular atenção para tudo o que possa contribuir para esbater e eliminar as barreiras (Fernandes, 2009).

A atualidade e a importância da discussão do conceito de *fronteira* podem ser facilmente constatadas pela multiplicidade de estudos sobre o tema, tendo em conta a diversidade de significados desse conceito, de acordo com as realidades históricas. Por exemplo, em parte do período medieval, a linha de fronteira não existia; era identificada como um espaço amplo, de contornos indefinidos, ora em

expansão, ora em situação de defesa ou contenção, dependendo apenas das decisões tomadas, das capacidades internas de cada um dos reinos. Tratando-se de um campo cuja investigação está longe de se encontrar esgotado, também em Portugal, nomeadamente para as épocas da Idade Média e Moderna, interessa averiguar a caracterização das povoações dos territórios de fronteira, em especial as das zonas altas. Importa, sobretudo, estudar o processo de aglutinação de comunidades de fronteira, seja entre reinos cristãos, seja entre estes e o mundo islâmico⁴.



Fig. 2 – Província do Alentejo, 1762 [Cartográfico] – Carpinetti, João Silvério, BNP <https://purl.pt/16668/5/P19.html>

⁴ O fenómeno do povoamento da fronteira e a migração têm vindo a ser analisados em diferentes espaços e cronologias. Por exemplo, ao longo da História da China o governo repetidamente utilizou a migração fronteiriça como o maior instrumento para seguir as suas políticas sociais de integração e de desenvolvimento económico (Lee, 1978). A Expansão para Oeste da população dos Estados Unidos fornece outro bom exemplo (Turner, 1920) e o povoamento de fronteira e migração ocorrem atualmente ainda em muitas partes da África, Ásia e América Latina (Abumere, 1981; Chambers, 1969; Kartzman, 1978; Oberai, 1983, 1988; Sewastynowicz, 1986; Shrestha, 1989).

3. Um território com intervenção política

O Alto Alentejo e a Estremadura espanhola e constituem, a nível da paisagem, a maior parte de um conjunto natural no sudoeste da Península Ibérica. A vasta região que na época islâmica se situava, *grosso modo*, entre Santarém, a oeste, o rio Tejo, a norte, Évora, a sul e Badajoz a leste, não era muito referenciada pelos geógrafos árabes. Apesar da não existência de grandes núcleos urbanos nesta área, atualmente alentejana, nem por isso ela terá deixado de ser uma zona de intercâmbios entre as zonas mais a ocidente e as mais a oriente do Gharb al-Andalus. Afirma-se, porém, que “no século XII, a zona onde se desenvolveu a vila de Portalegre, mais não seria do que uma região despovoada, aberta às incursões do norte do Tejo e às investidas da moirama e a sua reedificação e povoamento se solidifica a partir do século XIII” (Patrão, 1996, p. 87). Nesse sentido, é necessário recorrer aos antecedentes do território em questão, tendo como ponto de partida a referência ao mais importante vestígio existente na região do norte alentejano, a cidade romana de Ammaia. Localizada em pleno Parque Natural da Serra de São Mamede, em São Salvador de Aramenha, a meio caminho de Marvão e Castelo de Vide, a Ammaia possuía uma área de aproximadamente 25 ha. Situada na província romana da Lusitânia, a Ammaia detinha um território administrativo que englobava uma grande parte do atual distrito de Portalegre e que se estendia também para uma zona hoje espanhola (Pereira & Oliveira, 2008, pp. 171-178). A escassez de vestígios arqueológicos e a ausência de documentação parecem indicar que entre os séculos VIII e IX, no período de domínio islâmico na região, aquela área não terá sido muito habitada. No entanto, preservaram-se dados arqueológicos que indicam que em fases imediatamente pré-islâmicas houve uma ocupação (Prata, 2014, pp. 261-279). Durante o início do período do governo muçulmano na Península, a cidade de Ammaia parece ter sido então completamente abandonada em detrimento de Marvão, um *hisn* próximo, assentamento fortificado onde Ibn Maruan, um muladi, filho de um Wali influente, poderoso e governador de Mérida, se instalou no séc. IX⁵.

Não existem muitas fontes para o estudo desta zona, sendo um dos argumentos mais comuns as efetivas marcas destrutivas das diversas incursões na região, durante as Invasões Francesas, no início do séc. XVIII, o que terá feito desaparecer abundantes testemunhos arqueológicos, iconográficos e manuscritos da época. Referências credíveis dão-nos uma ideia de como era a zona durante a época da reconquista cristã. Segundo Rui de Azevedo, no que respeita à região do nordeste alentejano, “à vista de documentos, a nenhuma das povoações que aí subsistem (...) se pode fazer remontar a origem para além do século XIII” (Azevedo, 1968, pp. 7-64;

⁵ No cimo de uma alta escarpa a norte dos seus territórios, Ibn Maruan fundou a vila de Marvão entre os anos de 876 e 877 e atribuiu-lhe o seu nome. Ibn Marwan al-Illiqui criou um principado independente, sediado em Badajoz, cidade da qual é considerado fundador.

cf. Rei, 1998, pp. 247-250). De facto, nos documentos em que o primeiro monarca português doa os territórios de Guindintesta (1194) e de Açaфа (1199) às ordens militares, aquela zona era considerada “terra de ninguém”, o que se pode definir como um território desabitado, ermo, inculto, selvagem e abandonado, e as próprias doações dizem-nos isso mesmo, implicitamente, pois não referem povoações, mas apenas elementos de localização naturais, como os rios (Leitão, 2013, pp. 64-85).

A temática do povoamento é já clássica (Azevedo, 1968; Marques, 1988; Barbosa, 1992; Teixeira, 2006) e, nesta como noutras zona, insere-se na dupla vertente de defesa da fronteira do reino e dos núcleos de povoadores e dos seus bens. Nos séculos XIII e XIV, a intensificação de iniciativas de povoamento passa a ser decisiva para uma melhor ocupação, ordenação do território e conveniente integração administrativa das populações. Devido ao carácter ermo do território, foram inicialmente efetuadas doações a ordens militares, uma vez que a área se caracterizou na sua génese, sobretudo pela sua função militar; simultaneamente tiveram de ser estabelecidos colonos, de modo a garantir a subsistência dos senhórios laicos e eclesiásticos, tal como das suas gentes que ali se estabeleceram. E é neste âmbito que verificamos que, nesta região, o Tejo, mais do que representar um fator de divisão, foi, sobretudo, um elemento de união, uma vez que se comprovou existir uma linha de continuidade com a Beira Baixa, nomeadamente com os territórios de jurisdição templária. Tal como, ao nível do relevo e dos cursos de água, esta região delimita-se a partir das serras de Marvão e S. Mamede, prolongando os montes de Toledo, que limitam setentrionalmente a região transtagana esboçando claramente caracteres de articulação com a Beira Baixa (Vicente, 2016).

Após a *Reconquista Cristã*, grande parte das terras a sul do Tejo, nomeadamente no nordeste alentejano, foram doadas à Ordem do Templo, que tinha por missão povoá-las, explorá-las e defendê-las (Fernandes, 2007, Fernandes, 2009; Santos, 2012); Barrosa, 1996/97; Barroca & Costa, 2009, pp. 608-704, Leitão, 2011), nomeadamente nas comendas templárias que se estendiam na peneplanície norte alentejana, tal como Nisa, Montalvão, Alpalhão e Arez (Coelho, 1988). A análise urbanística destas vilas já foi alvo de estudo e também Stéphane Boisselier identifica, por exemplo, a estrutura do castelo de Montalvão como o aproveitamento e reocupação de um primitivo *albacar* (Boisselier, 1999, pp. 479-791). No caso de Nisa, segundo Luísa Trindade, não deve descartar-se a possibilidade de desde o primeiro momento ter existido uma estrutura militar, mais do que justificável no contexto de defesa do território, sobretudo tendo-se em conta a localização de Nisa no centro geográfico das terras doadas por D. Sancho I à Ordem, representando um ponto de interseção de vias de comunicação importantes (Trindade, 2016, pp. 91-95).

Em Marvão, também a ação resultou, tanto mais que, em 1188, D. Sancho I promove Marvão a sede de concelho, outorgando-lhe a administração de um amplo

território. Era assim o município de Marvão quase tão amplo quanto o atual distrito de Portalegre e incorporava ainda as terras castelhanas de Valência de Alcântara, Herrera e Santiago, até às imediações de Alcântara, numa provável memória do território romano de Ammaia (Oliveira, 2007, p. 35). Esse enorme município era então limitado a norte pelo rio Tejo, até à Amieira, descia até ao rio Sor, passava por Seda, incorporava Assumar e Campo Maior, subia por Xévora e quando chegava quase ao topo da Serra de S. Mamede, infletia para nascente, em território espanhol, era limitado pela Serra de S. Pedro e daí dirigia-se para norte, até ao Tejo, próximo de Alcântara.

No Entre Tejo e Odiana e no Algarve a rarefação dos concelhos é nítida; a sul do Tejo, de mais fraca densidade populacional, associada a uma longa tradição urbana, existiam grandes cidades, vilas e aldeias rodeadas por extensas áreas completamente ermas. Numa área tão vasta e tão pouco povoada, os concelhos eram em menor número do que no resto do país. Se a expansão se deu de norte para sul, ali a população pôde organizar-se durante um período mais longo, dando tempo a que se sedimentasse mesmo em áreas periféricas (Mattoso *et al.*, 1997).

Gradualmente, com o povoamento de outras terras e com a definição das fronteiras estabelecidas entre Castela e Portugal pelo Tratado de Alcanices (1297) (García Fernández, 1999) o concelho de Marvão foi sendo reduzido e foi assumindo ao longo do tempo os limites atuais. As restantes vilas, mais pequenas, e que se situavam numa zona mais plana, na peneplanície, estabeleciam a fronteira com o Tejo a norte e com as terras pertencentes ao Priorado do Crato.

Numa região de fronteira, as preocupações primordiais eram as defensivas e caberia aos novos centros urbanos reforçar aquela linha de defesa do nordeste alentejano. A constante ameaça de guerra, a necessidade de gente para acudir à defesa e o aliciamento de povoadores por meio de vastos privilégios conduziam a práticas de grande ambiguidade nos lugares dos extremos e foi na sequência da *Reconquista cristã* que os sistemas defensivos da fortaleza de Marvão terão sofrido obras de requalificação para a afirmação do domínio deste amplo território. Passada a época conturbada de reconquista, Marvão manter-se-á atalaia sobre a vizinha Castela, constituindo-se, acima de tudo, como um espaço militar.

As fortificações que D. Dinis mandou construir ou reedificar ao longo da linha fronteira e nos pontos-chave do controlo do Alentejo terão sido apenas um indício precoce da consciência de perigo, num período em que ela não estava ainda claramente definida ou acabava de o ser (Barroca, 1998; Martins, 2007). O cerco de Portalegre, em 1299, por exemplo, foi uma das mais extraordinárias operações militares do longo reinado de D. Dinis e terá envolvido cerca de 5000 efetivos, incluindo as mais influentes famílias nobres, os principais bispos e todas as Ordens Militares, desde os Templários, aos Hospitalários, Santiago e Avis, para além de

outras milícias concelhias (Monteiro, 1998). Não surpreenderá, assim, o peso do Alentejo nas guerras com Castela do século XIV, bem como o facto de o Condestável do reino, no século seguinte, passar a ser o fronteiro da antiga Comarca de Entre Tejo e Odiana.

Existiam outros testemunhos da preocupação régia com a região, para além da implementação das estruturas de defesa, nomeadamente, a sua funcionalidade económica. A emissão da carta de feira a favor de Arronches, em 1289⁶, confirmou a preocupação régia em promover um polo de troca regional, pela sua posição estratégica, e tornar essa vila um eixo comercial para onde deveriam convergir os excedentes da produção da região, bem como as mercadorias que a disponibilidade das vias fluviais e terrestres podiam trazer. A autorização para a criação daquela feira expressou, para além do desejo de propiciar o desenvolvimento mercantil, o fomento de uma maior diversidade das atividades artesanais, o que contribuiu também para o alargamento das funções urbanas. Por outro lado, na zona de passagem natural, na base do penhasco coroado pela fortaleza de Marvão, instalar-se-á a Portagem e a Alfândega: “Por ali passava quem vinha de Castela, ou para lá ia, e aí pagava os seus impostos. Nesta zona de passagem, ladeada pelos férteis terrenos do Prado, terras d’el rei, se explorava também a tão necessária cal. Nos finais da Idade Média, este vale seria já o grande centro económico do espaço que viria a formar o atual concelho de Marvão” (Oliveira *et al.*, 2007).

No mesmo sentido se deverá entender, naquele território, a criação dos coutos de homiziados de Marvão e Arronches. Estes gozavam dos mesmos privilégios e o problema do povoamento esteve sempre presente nas cartas de fundação dos coutos ao longo dos tempos, sem que, com esta medida, este tenha ficado resolvido. A intensificação do povoamento tornava-se necessária, pois a aspereza do lugar e a sua má serventia, sendo bons elementos defensivos, afastavam até os homiziados. No século XIV, D. Fernando I estabelece em Marvão o primeiro Couto de Homiziados na serra de S. Mamede⁷, no âmbito de uma política régia de defesa da raia portuguesa. D. João I, anos mais tarde, estabelece o segundo couto, a sul da serra, em Arronches, denotando nestas decisões existir necessidade de repovoar a zona. Assistimos então efetivamente a uma inversão de povoamento na região (Leitão, 2022, pp. 301-306)

A partir da dinastia de Avis parece desenhar-se uma nova organização e dinâmica económica e social para aquelas terras que foram ficando cada vez mais afastadas dos centros do poder político, económico e militar. Sem dúvida que a política de doação de terras, direitos e jurisdições, encetada por D. Fernando I, foi continuada e até ampliada. Grande parte da região deixou de estar debaixo da alçada direta do monarca, como se tratasse de uma espécie de intenção centralizadora, mas

⁶ ANTT – *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 1, fl. 258v.

⁷ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando I*, Liv. 29, fl. 75v.

territorialmente descentralizada, a qual aparenta ter obedecido a uma estratégia do rei D. João I. Mantiveram-se na alçada das ordens militares as terras adquiridas por doação régia durante o processo de *Reconquista* cristã e repovoamento, mas eram agora acrescidas de outras. A elas se juntaram o património da Ordem de Cristo, no que terá sido uma das grandes alterações políticas, mas também sociais e económicas, verificadas na região.

Entretanto, surgem no nordeste alentejano muitas das povoações e comendas, onde os campos tradicionalmente desolados e ermos se foram transformando em herdades e terras de lavradores, com almuinhas frescas e pomares. As vinhas, as hortas, os linhais e os olivais transformaram as paisagens agrestes, nos vales mais frescos, começaram a assumir-se como cultura extensa, representando uma importante matéria-prima para as primitivas indústrias caseiras da região. A pastorícia e a transumância revelaram uma importância cada vez maior, consolidando desde muito cedo, uma tradição que perdurou na região ao longo dos séculos e refletindo-se na posterior indústria queijeira e na prática do contrabando, mas também numa dinâmica indústria têxtil, que viria a prosperar naquelas localidades, tal como o artesanato atualmente ainda o testemunha. Terras e bens que foram sendo incorporados em propriedades de grandes senhores que por ali se iam instalando, num processo que traduz também as estratégias sociais e familiares que, paralelamente, ali se foram desenvolvendo (Leitão, 2022, pp. 325-404)

4. Uma rede urbana em transformação

O fenómeno urbano que ocorreu nesta região correspondeu a um claro processo de esmagamento de uma das vilas sobre outras que a rodeavam (Leitão, 2022). A pretensão régia promovida nesta zona transtagana, são os grandes centros urbanos, segundo uma tradição que remontava ao domínio romano e que se tinha prolongado pelo árabe, os núcleos ordenadores do território, integrada no próprio processo de ordenamento do espaço do reino português.

No final do século XV com a entrada e fixação de judeus expulsos do reino vizinho, nas urbes que circundam a serra, assiste-se a uma mudança que provocou alterações, nomeadamente comerciais e económicas na região (Tavares, 1989; 2014). Ao longo da Idade Média, Marvão e Arronches, os núcleos iniciais, foram perdendo o seu protagonismo, quer física, quer política, económica e socialmente, para a vila de Portalegre, sustentada numa rede urbana que se foi formando em torno desta, transformando-a indiscutivelmente em núcleo dominante.

A vila de Alegrete tinha integrado a Coroa Portuguesa em 1267, com a Convenção de Badajoz (Parente, 2003), através do tratado que estabeleceu também

a fronteira dos reinos pelo rio Guadiana, em que foram cedidas a Portugal as vilas de Arronches e Alegrete (Garcia, 1983, pp. 611-613). Em 1480, D. Afonso V doou ao príncipe D. João, seu filho, as vilas de Portalegre e Alegrete, com toda a sua jurisdição e padroados de igrejas⁸.

Castelo de Vide, após o conturbado período de guerra, recuperaria o dinamismo económico e social, a que não foi, obviamente, alheio o impulso fornecido pela imigração judaica. A prova disso encontra-se no arrolamento dos moradores do concelho, no cumprimento da carta régia de 17 de julho de 1527, em que a vila de Castelo de Vide já se afirmava, a seguir a Portalegre, como a segunda maior vila da região (Galego & Daveau, 1986).

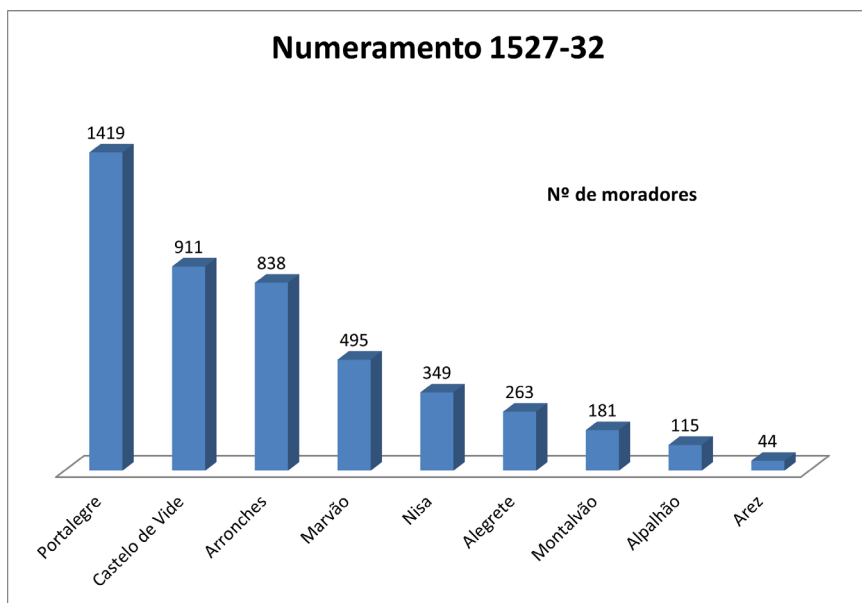


Fig. 3 – In LEITÃO, Ana Santos (2022): *O povoamento e fronteira na serra da S. Mamede (Sécs. XIII-XV)*, Tese de doutoramento apresentada à FLUL. p. 408

Portalegre, sendo uma vila fronteiriça, marcadamente rural, mas cuja urbanidade foi sendo construída durante os sucessivos períodos de guerra com o reino de Castela, é assim naturalmente caracterizada por uma malha social, numa primeira fase, marcadamente de índole militar. No início do séc. XVI, segundo o *Numeramento* do Reino, em consequência da inversão deste povoamento, Portalegre já conta com 1492 habitantes em detrimento de Marvão que conta com 495 habitantes

⁸ ANTT – *Gavetas*, mc. 11, n.º 7-11- 2032.

(Galego & Daveau, 1986). Portalegre já era o principal eixo económico e político da região. A partir de D. Manuel, com a instalação das saboarias reais⁹, assim como com a assistiu-se a um maior desenvolvimento populacional na vila.

Existiu, assim, efetivamente, uma mudança de centralidade geoestratégica na serra. A vila foi depois elevada a cidade, em 1550, tornando-se sede de bispado em 21 de agosto de 1549, com a criação da diocese de Portalegre, pela bula *Pro excellentes apostolicae sedis*, do papa Paulo III¹⁰, que a autonomizou da diocese da Guarda. A dinâmica regional acentua-se ainda mais com a fundação da Misericórdia de Portalegre e, entretanto, foi criada a Comarca de Portalegre. A cidade foi tornada sede de Bispado por D. João III, o qual mandou construir a Sé Catedral, em 1556 (Patrão, 1996) e a ação do novo bispado afirmou-se ainda na construção do Paço Episcopal e do Seminário Diocesano (Ventura, 2009). No início do século seguinte, em 1605, os jesuítas instalam na cidade o Colégio de São Sebastião.

No contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668) as defesas de Portalegre foram de novo modernizadas e abaluartadas e é sabido que os trabalhos se traduziram numa atualização estratégica do conjunto, não se restringindo ao castelo (Transmontano, 1997). No caso de Marvão, neste contexto de guerra, as suas defesas foram também remodeladas e adaptadas aos avanços da artilharia da época (Sousa, 2022). Ainda em obras, sofreu um assalto por forças espanholas (1641 e 1648), batendo-se ativamente com a praça vizinha de Valência de Alcântara, até à conquista desta pelas forças de D. António Luís de Meneses, em 1644 (Varanda, 2013). Um relato de Nicolau de Langres, à época, esclarece-nos que a guarnição de infantaria e de cavalaria portuguesa nesta fortificação era oriunda de Castelo de Vide, contando Marvão com cerca de 400 habitantes (Matos, 1941). No entanto, a vila contígua, a de Alegrete, resiste ao cerco de Filipe V. Assim como a vila de Arronches, em 1661, sofre a invasão de D. João de Áustria, para ser abandonada pelos espanhóis perante a aproximação do exército português (Coutinho, 2007). Portalegre é, neste contexto, uma das primeiras localidades do país a reconhecer a independência de Portugal (Monteiro, 1982).

No contexto da Guerra da Sucessão Espanhola no início do século XVIII (1701-1714), assistimos, em 1704, ao episódio do cerco e da queda da cidade de Portalegre (Pimenta, 1958)¹¹. Filipe V de Espanha conquista Portalegre, como se referiu, e no mesmo contexto, a fortaleza de Marvão foi conquistada pelo exército espanhol (1704) (Bebiano, 2003), para ser retomada em seguida pelas tropas portuguesas (1705), repetindo-se um novo assalto espanhol à vila décadas mais tarde, em 1772 (Lippe,

⁹ Cf. ANTT – *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 29, fl. 60-60v.

¹⁰ Cf. ANTT – *Bulas*, mc. 23, n. ° 26.

¹¹ Episódio também representado em *The siege of Portalegre (8 June 1704), part of the War of the Spanish Succession, in a print engraved c. 1715 in Paris by Nicolas de Fer (1646-1720), after a drawing by the Italian military engineer Filippo Pallota (? -1721).*

1770). A importância da posição estratégica da serra na defesa da fronteira do reino, até pleno século XVIII, comprovando-se desta forma que a sua organização espacial foi sempre, ao longo da sua história, marcada pelo seu valor militar.

Os séculos XVII e XVIII deixaram assim na cidade de Portalegre, nomeadamente na arquitetura e na decoração, um forte carácter barroco que ainda se conserva nalguns edifícios, como a Igreja de São Lourenço ou na própria Sé, assim como nas diversas casas apalaçadas, de que o Palácio Amarelo, o Palácio dos Falcões ou o Palácio Achaioli, entre outros, são exemplos notáveis, conservando os brasões das famílias, o que acentua o carácter aristocrático da cidade.

As Memórias Paroquiais de 1758 perpetuaram o registo de testemunhos da caracterização do *ager* e da produção agrícola da região nesses tempos. Sobre as terras de Portalegre, as quais “parece que as criou Deus de propósito só para produzir pão”, dizia o pároco no seu relato que “nelas está-se a criar culturas de vinha”. Referia ainda a castanha (de soutos bravos e mansos) para algumas terras, como Castelo de Vide, Marvão e Alegrete, dizendo-se, para esta última, que “a maior abundância de fruta é a castanha, de que se governam os moradores” (Ribeiro, 1970). Por estas terras da serra de S. Mamede, entenda-se, regista-se também a cereja, que tem uma certa importância, como a castanha, para cobrir os “interstícios” e fazer as soldaduras do tempo de falta de pão. Em Marvão, “desde que começam os cerejais, que é o primeiro fruto, até ao fim do ano em que se recolhem as castanhas, sempre Marvão está colhendo e recolhendo muitas frutas e muitos frutos, de que utilizam e surtem os povos vizinhos e ainda distantes” (Ribeiro, 1970). É o sublinhar do contraste do período de abundância ao da escassez, e da importância económica destes produtos que o provérbio popular local fixou: “do cerejo ao castanho bem me amanhã, do castanho ao cerejo mal me vejo”. Mas, verdadeiramente, a grande riqueza de muitas destas terras está na enorme extensão de gado, cavalar, bovino e suíno, que se alimenta nas ervagens, coutados e herdades, com a “vianda” de bolota e lande de sobreiros e azinheiros (Capela *et al.*, 2019).

Neste período conseguimos perceber a importância que estas vilas fortificadas continuavam a ter na defesa da fronteira portuguesa, sendo que, nesta fase, de uma forma diferente da inicial. Tratou-se ainda de um período que deixou marcas na região, pelo que assistimos de novo à necessidade de um repovoamento e incremento económico da mesma. Por iniciativa do Marquês de Pombal, em 1772, é fundada a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, popularmente conhecida como Fábrica Real, a qual é instalada no antigo Colégio jesuíta de São Sebastião (Matos, 1998), o que vem a dar outro incremento económico à região.

No final do século XVIII, a região volta a ser de novo repovoada por gentes oriundas de outras terras, o que faz com que o povoamento volte a funcionar como indicador de regressão ou alavanca, desenvolvimento ou decadência das várias

vilas. A zona, em consequência do declínio e das guerras, sofre mais um período de perda populacional, mas o processo de “transmigração” açoriana para as planícies do interior do Alentejo, que decorreu entre os meses de maio e outubro de 1787, foi superiormente conduzido pelo Intendente Geral da Polícia (Pina Manique) e alastrou-se a diversas localidades do Alto e Baixo Alentejo. Neste contexto, para a região em análise, seguiram 42 famílias da ilha Terceira com destino a Portalegre, em finais de junho, mais 52 homens solteiros, que foram destinados ao regimento de Castelo de Vide (Costa, 1996; 2000). Em 21 de julho surgia já confirmada a instalação dos mencionados casais e muitas destas pessoas acabariam por encontrar ocupação nas fábricas de fição de Portalegre (Macedo, 1982). Este fenómeno acabaria, aliás, por deixar marcas identitárias no território, que perduram, muitas delas, até à atualidade, como o sotaque, sobretudo em Castelo de Vide e Alpalhão, por exemplo. O que vem acentuar ainda mais as influências nas tradições etnográficas ou gastronómicas da região, visíveis em algumas destas vilas, as quais por si só, já detinham singularidades, algumas de inspiração anterior, islâmica e sobretudo judaica.

Portalegre volta a desenvolver-se, durante o século XIX, e ao tempo da realização do I Recenseamento Geral da População de Portugal, em 1864, a cidade contava já com 3665 mulheres, 3046 homens, ou seja, com um total de cerca de 6711 habitantes recenseados¹².

5. Considerações finais

É sobretudo a dinâmica de inversão de funções territoriais que essas vilas representaram na região, ao longo da sua História, até aos dias de hoje, que nos tem sido possível observar. A importância do estudo desses processos para o desenvolvimento destas vilas é basilar para a sua afirmação, presente e futura, na perspetiva de novas abordagens.

O exemplo das tradições, como a gastronomia, tem um cunho muito forte na região, sobretudo durante a Quaresma, a Semana Santa e a Páscoa, onde, nitidamente, neste campo, se percebe a forte influência judaica, que se fixou, por exemplo, na vila de Castelo de Vide, no século XV. Tal influência deixou marcas profundas e ainda hoje, tradicionalmente, por esses dias, os pratos regionais são confeccionados à base de borrego e são produzidos os tradicionais “bolos de festa”, nas suas variantes regionais. Sendo uma festa de família e de reconciliação, as tradições mantiveram-se, efetivamente, ao longo dos tempos, sofrendo algumas alterações, pontuais, em cada uma das vilas, não afetando, no entanto, a sua autenticidade (Machado, 2013). Tal

¹² INE (1868): *Estatística de Portugal. População. Censo no 1.º de janeiro 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.

como as tradições religiosas, pré-existentes, tal como o culto do Espírito Santo, por exemplo, que ficou enraizado na região.

É, por isso, fundamental a exploração de uma base de conhecimento científico que possa servir de plataforma no âmbito do turismo.

Em conclusão, e pela viagem espacial e temporal acima apresentada neste mesmo território, desde o período romano ao islâmico, do medieval ao barroco, torna-se, por isso, essencial a aposta no Turismo Histórico na região, sendo que o mesmo propicia as potencialidades do Turismo Cultural em conjunto com a sustentabilidade que o Turismo de Natureza oferece. É nessa vertente cultural que a identidade de cada uma das vilas se pode explorar, *per si* ou em rede, na integração quer no âmbito das rotas culturais, como aquelas já existentes, quer noutras que são possíveis (re)criar de raiz, tendo como base o Património Material e Imaterial, a rede museológica, a toponímia, a arqueologia, a arquitetura e a etnografia. Inúmeras poderão ser as propostas, tais como, e refiro apenas algumas, a “rota Megalítica”, a “rota Romana”, a “rota das Ordens Militares”, a “rota das vilas Medievais”, a “rota dos Alcaides”, a “rota das Fortalezas”, a “rota dos Mosteiros e Conventos”, a “rota Judaica”, a “rota do Barroco”, a “rota das Fontes e/ou da Água”, a “rota dos Lanifícios”, a “rota das Misericórdias”, a “rota do Espírito Santo”, a “rota da Transumância”, a “rota dos Palácios”, a “rota dos Açorianos”, etc., etc.

Como podemos constatar, o que não falta, seguramente, é potencialidade histórica à região e a cada uma das vilas, nas diversas épocas, para que também ela, numa lógica de fluxos e redes, possa alavancar o território em questão, que, tal como vimos, sempre se desenvolveu nessas dinâmicas e a diferentes ritmos. Numa altura em que começam a ser desenvolvidos mais trabalhos académicos sobre estes temas, a nível nacional, regional e local, o conhecimento alcançado pela investigação histórica, difundido através de várias plataformas e destinado a diversos públicos, irá com certeza contribuir para um futuro desenvolvimento regional, fornecendo conteúdos sólidos para um turismo cultural atrativo, sustentável e de qualidade. O objetivo final que deverá ser fomentado é o de desenvolver uma marca identitária da região, baseada nesta rede urbana que circunda a serra, sustentada numa base histórica e historiográfica de âmbito geográfico.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Chancelarias Régias:

Chancelaria de D. Dinis, Liv. 1.

Chancelaria de D. Fernando I, Liv. 29.

Gavetas:

Gaveta. 18, mç. 9.

Gaveta. 7, mç. 11.

Bulas:

Bula, mç. 23.

Arquivo Histórico Ultramarino: *Ministério do Reino*, Mç. 47.

Fontes impressas

INE (1868): *Estatística de Portugal. População*. Censo no 1.º de janeiro 1864. 314p., Lisboa: Imprensa Nacional.

Estudos

ABUMERE, S. I (1981): “Population Distribution Policies and Measures in Africa South of the Sahara”. *Population and Development Review*, 7-3, pp. 421-433.

ANDRADE, A. A. (1995): *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho na Idade Média*. [Tese de doutoramento não publicada]. NOVA FCSH.

AZEVEDO, R. (1968): “Período de Formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”. In A. BAIÃO, H. CIDADE & M. MÚRIAS (dir.): *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. vol. I. Lisboa: Editorial Ática, pp. 7-64

BARBOSA, P. G. (1992): *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica

BARROCA, M. J. (1996/97): “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII”. *Portugalia, Nova Série*, 17-18, pp. 171- 209.

BARROCA, M. J. (1998): “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras*, 15, pp. 801- 822.

BARROCA, M. J. & COSTA, P. P. (2009): “Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e Contextualização do Documento de 1194”. In I. C. FERNANDEZ: *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria Entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Edições Colibri, pp. 680-714.

- BEBIANO, R. (2003): “As mudanças na Guerra”. In M. BARATA & N. TEIXEIRA (dir.): *Nova História Militar de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BOISSELLIER, S. (1999). *Naissance d’une identité portugaise : la vie rurale entre Tage et Guadiana: de l’Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)* Lisboa : Imprensa nacional-Casa da Moeda, p. 707.
- CAPELA, J. V., MATOS, H. & CASTRO, S. (2019): “As Freguesias dos distritos de Castelo Branco, Portalegre e Olivença nas Memórias Paroquiais de 1758”. In *Memórias, História e Património*. Braga.
- CAVACO, C. (1973): *A região de fronteira do Rio Minho*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Alta Cultura.
- CLARK, Peter (ed.) (1995): *Small Towns in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COELHO, P. L. (1988). *Terras de Odiana: subsídios para a sua história documentada: Medobriga, Ammaia, Aramenha, Marvão*. Reedição. Câmaras municipais de Castelo de Vide e Marvão.
- COSTA, A. (ed.) (2013) : *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: perspectives de recherches*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais; ebook.
- COSTA, A. ANDRADE, A. & TENTE, C. (2017): *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. IEM/Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- COSTA, A. & PRATA, S. (2021): *As Pequenas cidades no tempo. O Ambiente e outros temas*. IEM/Câmara Municipal de Castelo de Vide
- COSTA, A. M., PRATA, S., CUESTA-GÓMEZ, F., CARDOSO, A. & SILVA H. (2023): *Pequenas Cidades no Tempo: A saúde*. IEM/CHAM/Câmara Municipal de Castelo de Vide
- COSTA, M. E. (1996): “Povoadores Açorianos em terras Transtaganas: achegas para uma história por contar.” *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, 11, Nova Série.
- COSTA, M. E. (2000), “A Planície Alentejana, um destino migratório de famílias açorianas em finais do séc. XVIII”. *Arquipélago, História*, 2ª série, 2, pp. 196-197.
- COUTINHO, A. S. (2007): *Imagens Cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. [Dissertação de Mestrado não publicada] Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/18491>.
- FERNANDES, H. (2000): *Entre mouros e cristãos: a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)* [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, H. (2009): “Dos limites às fronteiras. Problemas de escalas e funções.” In H. FERNANDES, I. HENRIQUES, J. HORTA & S. MATOS (eds.): *Nação e Identidades, Portugal, portugueses e os outros*. Lisboa: Caleidoscópio/ Centro de História, pp. 157-174.

- FERNANDES, M. C. (2007): “A Ordem do Templo em Portugal. Algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo”. *História, Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, 8, pp. 409-420.
- FRAY, J-L. (2006) : *Villes et bourgs de Lorraine. Réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand : Presses Universitaires Blaise Pascal.
- FRAY, J-L. (2007) : “Routes, flux et lieux centraux au Moyen Âge. Quelques réflexions”. *Siècles*, 25, pp. 83-92. DOI: <https://doi.org/10.4000/siecles.1445>
- GALEGO, J. & DAVEAU, S. (1986): *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos
- GARCIA, J. C. (1983): “O Baixo Guadiana: formação de uma fronteira”. In *Colóquio Ibérico de Geografia*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 1984, pp. 611-620.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, M. (1999): “La política internacional de Portugal y Castilla en el contexto peninsular del tratado de Alcañices (1267–1297). Relaciones diplomáticas y dinásticas”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 15-2, pp. 901-943.
- LEE, E. (1966): “A Theory of Migration”. *Demography*, 3, pp. 47-57
- LEITÃO, A. (2011): *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização: meados do século IX – início do século XIV*. [Dissertação de Mestrado não publicada], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LEITÃO, A. (2013): *Arez da Idade Média à Idade Moderna*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LEITÃO, A. (2022): *O povoamento e a fronteira na serra de S. Mamede (sécs. XIII-XV)*, [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LIPPE, Conde de (1770): *Mémoires de la Campagne en Portugal l’année 1762: sous le Comte Regnant de Schaumbourg y Lippe. Marechal General*.
- LOUPÈS, Ph. & POUSSOU J-P. (éds.) (1987) : *Les petites villes du Moyen-Âge à nos jours. Actes du colloque international de Bordeaux (25-26 octobre 1985) en hommage à Georges Dupeux*. Paris-Bordeaux: CNRS.
- MACEDO, J. B. (1982): *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Quercus.
- MACHADO, S. (2013): *A Páscoa em Castelo de Vide: do fenómeno sociocultural ao produto turístico*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de Évora.
- MARQUES, A. (2014): *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: Edições Afrontamento, CITCEM
- MARQUES, J. (1988): “Povoamento e Defesa na estruturação do Estado Medieval Português”. *Revista de História*, 8, pp. 9-34
- MARQUES, J. (2004): “A Fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota na Idade Média.” In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. vol. 2, pp. 697-712

- MARSHALL, P. (1955): "The Great Frontier." *Past & Present*, 7, pp. 55-62.
- MATOS, A. M. (1998): *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos Lanifícios do Alentejo*, Lisboa: Ed. Estampa.
- MATOS, A. M. (2001): "A Indústria dos Lanifícios no Alentejo (finais do século XVIII a finais do século XIX)." *Ler História*, 40, pp. 95-125.
- MATOS, G. (1941): *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: Comissão de História Militar.
- MATTOSO, J., DAVEAU, S. & BELO, D. (1997): *Portugal: o sabor da terra*. Lisboa: Círculo dos Leitores, pp. 545-591.
- MONTEIRO, Â. (1982): "A cidade e a serra." *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*. Portalegre. introd. de L. BACHAREL.
- MONTEIRO, J. (1998): *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.
- NOGUEIRA, B. (1991): "A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político". *A cidade – Revista Cultural de Portalegre*, 6, pp. 19-45.
- OBERAL, A. & SINGH, H. (1983): *Causes and Consequences of Internal Migration – A Study in the Indian Punjab*. Delhi: Oxford University Press
- OLIVEIRA, J. PEREIRA, S. & PARREIRA, S. (2007): *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*. Lisboa: Colibri.
- PAULY, M. (coord.) (1992) : *Les Petites villes en Lotharingie/ Die kleinen Städte in Lotharingien. Actes des 6e Journées lotharingiennes (Luxembourg, 25-7 octobre 1990)*. Luxembourg: Centre Luxembourgeois Universitaire de Documentation et d'Études Médiévales.
- PARENTE, J. M. (2003): *Alegrete, Histórico, Urbano e Rural*. Lisboa: Edições Colibri.
- PATRÃO, J. (1996): "Ereição da Sé de Portalegre." In *Actas do II Encontro de Portalegre*. Portalegre: Associação de Professores de História, pp. 86-87
- PEREIRA, S. & OLIVEIRA, J. (2008): "A pulverização da Ammaia na Alta Idade Média". In *Espaços e Paisagens Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Actas do VII Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos*. Évora, pp. 171-178.
- PICOITO, P. (2002): "Centro e Periferia – A percepção das regiões no Estado Medieval Português (1245-1416)". *Penélope*, 26, pp. 7-29.
- PIMENTA, B. (1958): *Portalegre e a Guerra da Sucessão*. Sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*.
- PRATA, S. (2014): "Espaço, rituais e morte na Alta Idade Média: o caso das necrópoles da Serra de São Mamede (Concelhos de Castelo de Vide e Marvão)". In *Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em Estudos Medievais – Arqueologia, História e Património*. Porto: CITCEM, pp. 43-60.

- SANTOS, F. (2012): *O médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: militarização e povoamento*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, A. (2022): *Os modelos defensivos da fronteira luso-castelhana e a Guerra da Restauração (1640-1668): fortificação, história e património*. [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade de Évora.
- SHRESTHA, N. (1989): "Frontier Settlement and Landlessness among Hill Migrants in Nepal Tarai." *Annals of Association of American Geographers*, 79- 3, pp. 370-389.
- TAVARES, M. (1989): "Judeus e cristãos-novos no distrito de Portalegre". *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre*, 3, pp. 37-54.
- TAVARES, M. (2014): "Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Média: onomástica familiar e mobilidade". *Sefarad*, 74-1, pp. 89-144.
- TEIXEIRA, R. (2006): "Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (sécs. IX-XIV)." In *Actas do III congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, da Idade Média à contemporaneidade ambientes e musealização*, 4. Figueira de Castelo Rodrigo: Câmara Municipal de Castelo Rodrigo, pp. 49-64.
- TRANSMONTANO, M. T. (1997): *Subsídios para uma Monografia de Portalegre*. Portalegre: Ed. Câmara Municipal de Portalegre
- TRINDADE, L. (2016): "Ordens urbanas ou Ordens do rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV". In *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Ed. Colibri. pp. 91-95.
- TURNER, F. (2005): "The Significance of History". In *The Frontier in American History*. New York: Dove
- REI, A. (1998): "O Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes". *Ibn Maruán*, 8, pp. 247-250.
- RIBEIRO, O. (1970): *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo segundo A. Silbert*. Chorografia, Série Histórica. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- SILVA, G. M. (2021): *As portas do Mar Oceano: Vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249-1521)* [Tese de doutoramento não publicada]. NOVA FCSH
- VARANDA, L. (2013): *D. António Luís de Meneses, 1º Marquês de Marialva. O Militar e o Político*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, A. (2009): *As origens da cidade de Portalegre*. Ed. Câmara Municipal de Portalegre.
- VENTURA, L. (1998): "A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média". *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 15, pp. 25-50.
- VICENTE, M. G. (2016): *Povoamento e propriedade – Entre o Tejo e o Zêzere (séc. XII-XIV)*. Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.

A influência das feiras e mercados na transformação urbana das cidades portuguesas: espaços, arquitetura, interesses e conflitos (séculos XV-XVII)

Daniela Nunes Pereira¹

Resumo

Até ao final do século XIV, as feiras e mercados em Portugal desenvolviam-se predominantemente no interior das muralhas das cidades, ocupando locais de grande importância estratégica, como castelos e igrejas. No entanto, ao longo dos séculos XV a XVII, assistiu-se a um notável incremento tanto na dimensão como na frequência destes eventos comerciais. Este fenómeno desencadeou uma progressiva transição para áreas mais espaçosas fora das muralhas, nomeadamente rossios, terreiros e campos, exigindo uma substancial reconfiguração destes espaços. Tal mudança implicou não só a adaptação dos espaços comerciais já existentes, mas também a edificação de novas estruturas, que evidenciam uma evolução significativa na organização, gestão e controlo destes novos cenários urbanos. Embora esta transformação tenha propiciado diversos benefícios, como o incremento do número de comerciantes, a diversificação dos produtos disponíveis e o aumento das receitas fiscais, não deixou de acarretar novos conflitos e interesses. Estas disputas relacionam-se principalmente com a gestão e propriedade dos espaços e edifícios comerciais reconfigurados.

Palavras-chave

Urbanismo, Arquitetura Comercial, História Económica, Períodos medieval e moderno

¹ Universidad Complutense de Madrid. Post Doctoral Research *Juan de la Cierva* (formación). Ref. FJC2021-046573-I; MCIN; AEI;10.13039/5011000110. E-mail: dani_sofia@hotmail.com

The influence of fairs and markets on the urban transformation of Portuguese cities: spaces, architecture, interests and conflicts (15th-17th centuries)**Abstract**

Up until the end of the 14th century, fairs and markets in Portugal predominantly took place within the city walls, occupying locations of great strategic importance, such as castles and churches. However, throughout the 15th to the 17th centuries, there was a notable increase in both the size and frequency of these commercial events. This phenomenon triggered a gradual transition to more spacious areas outside the walls, namely town squares, public open spaces, and fields, requiring a substantial reconfiguration of these spaces. Such change involved not only the adaptation of existing spaces but also the construction of new commercial structures, marking a significant evolution in the organisation, management, and control of these new urban settings. Although this transformation offered various benefits, such as an increase in the number of merchants, the diversification of available products, and the growth of fiscal revenues, it also gave rise to new conflicts and interests. These disputes mainly relate to the management and ownership of the reconfigured commercial spaces and buildings.

Keywords

Urbanism, Commercial Architecture, Economic History, Medieval and modern periods

1. Introdução²

As feiras medievais, ao se tornarem marcantes na definição dos mercados como entidades físicas e temporais dentro do tecido urbano, refletiram não apenas uma mudança na localização geográfica do comércio, mas também uma transformação na percepção do tempo e do espaço (Ferrarese, 1992, p. 294). Inicialmente realizadas dentro das muralhas das cidades, muitas vezes em proximidade com estruturas de grande importância como castelos e igrejas, essas feiras denotam a profunda integração das atividades comerciais no cotidiano e na morfologia das cidades medievais. Essa proximidade não era meramente uma questão de conveniência; representava uma manifestação do papel central que o comércio desempenhava na vida urbana e na estrutura social da época.

Não obstante, à medida que as feiras ganhavam importância, a transição gradual para espaços fora das muralhas, observada a partir dos séculos XV e XVI, assinala uma mudança significativa nas dinâmicas urbanas nesse período. Esse movimento pode ser interpretado como uma resposta às necessidades de uma sociedade em evolução, na qual o aumento populacional e o desenvolvimento económico impulsionavam a necessidade de mais espaço e infraestruturas apropriadas. Além disso, essa mudança não só indica uma transformação na relação entre o espaço urbano e as suas funções económicas, mas também uma reconfiguração do tecido urbano para acomodar um volume crescente de comércio e pessoas, expandindo-se para áreas mais amplas e polivalentes, em contraste com o carácter mais circunscrito e delimitado dos espaços urbanos situados dentro das muralhas.

A deslocação das feiras e mercados para fora das muralhas urbanas, como foi documentado por Roberto Greci em várias cidades padanas, foi impulsionada por diversos motivos, incluindo o excesso de lotação, preocupações com segurança e a necessidade crescente de espaço. Estas mudanças não só refletem a evolução das atividades comerciais, mas também a influência da ideologia do poder e a interação entre diferentes classes sociais e instituições urbanas. Os exemplos de Bolonha e Parma realçam as complexidades e os custos associados à gestão dos mercados urbanos. Em Bolonha, observamos a cidade a investir recursos significativos na compra de terrenos e na criação de infraestruturas para expandir e controlar o mercado, enquanto em Parma, a mudança na localização do mercado reflete as preocupações com o espaço, mas também considerações sobre saúde pública e acessibilidade. Estes exemplos ilustram a importância da administração municipal

² O presente artigo fundamenta-se nos estudos realizados para o meu livro *The Market Space of Portuguese Cities: Urbanism and Commercial Architecture, 15th-17th centuries*, cuja publicação pela editora inglesa Routledge está prevista para o primeiro semestre de 2025. Embora se baseie em conteúdos e análises do livro, o artigo oferece uma nova contextualização ampliando, assim, o escopo da discussão original.

na organização e regulação das atividades comerciais, assim como as estratégias utilizadas para manter o controlo sobre estes espaços em constante mudança (Greci, 1983, pp. 951-955).

O aparecimento de novos espaços comerciais suscita questões fundamentais sobre poder, controlo e organização desses locais. Judicaël Petrowiste incita-nos a questionar se esses novos pontos de comércio representam, em última análise, uma reorganização das atividades comerciais e de quem assume o seu domínio. A procura por espaços mais amplos e estruturados para o comércio pode ir além da funcionalidade, abrindo caminho para novas formas urbanas, de controlo e regulamentação. As questões sobre quem detém o domínio destes espaços e respetivos edifícios comerciais, quem deles se beneficia e o impacto resultante nas dinâmicas económicas revelam uma rede de interesses e disputas. Segundo este historiador, que recorre a exemplos da região de Toulouse para corroborar os seus argumentos, a mudança do local das feiras e mercados, sob o pretexto de expansão e modernização, com a edificação de novas estruturas comerciais, frequentemente ocorria devido a pressões de interesses particulares. Isso levanta a possibilidade de que a mudança tenha servido como uma maneira de retirar esses negócios do controlo das autoridades municipais. Petrowiste (2016, p. 223) também argumenta que a mudança no local das feiras frequentemente desencadeava uma série de conflitos, a maioria dos quais estava relacionada aos interesses económicos e benefícios associados ao uso desses espaços de comércio, especialmente os ganhos fiscais resultantes das taxas estabelecidas sobre as transações.

Além das razões práticas, emerge uma perspetiva estética interessante a partir do século XV, como destacado por Donatella Calabi e Paola Lanaro. Muitas cidades começaram a enfatizar a nobreza e o decoro do espaço público como parte da reorganização urbana, especialmente nos setores comerciais. Essa preocupação conduziu à restrição das atividades comerciais a áreas específicas das urbes e à imposição de uma coerência arquitetónica nos edifícios comerciais. Para estas historiadoras (2000, pp. 116-117), as feiras e mercados representavam momentos em que a ideia de ordem era temporariamente deixada de lado. A preferência por localizá-los fora das muralhas sugere a necessidade de liberdade e autonomia, permitindo uma certa espontaneidade e desordem durante esses eventos mercantis, contrastando com a ordem e a estética nas áreas urbanas dentro das muralhas.

2. Espaços comerciais em Portugal

A análise da institucionalização de feiras e mercados em Portugal oferece um ponto de partida valioso para compreender a influência desses eventos na transformação urbana das cidades portuguesas. A institucionalização de cerca de 140 feiras e mercados em Portugal, entre os séculos XII e meados do XVI, destaca-se como um testemunho extraordinário da importância desses eventos comerciais no fomento do comércio e no desenvolvimento urbano. Esta expansão, muitas vezes incentivada ou reestruturada por ordens régias, conforme documentado por Cunha (2019, p. 224), realça a necessidade de espaços amplos e bem equipados com infraestruturas adequadas para acolher os mercadores e as suas mercadorias. É relevante notar que em certos documentos de concessão dessas feiras, a localização precisa para a sua realização não era especificada. Neste contexto, Virgínia Rau sugere que a responsabilidade pela seleção e organização do espaço mais apropriado e vantajoso cabia ao concelho. Essa responsabilidade aponta para uma autonomia das autoridades concelhias, sugerindo que estavam numa posição privilegiada para determinar os locais mais adequados à realização das atividades comerciais. Por outro lado, nos casos em que as localizações eram definidas nas cartas de concessão, observa-se uma variedade de espaços para acomodar esses grandes comércios. Virgínia Rau fornece exemplos concretos: a feira de Guimarães, instituída em 1258, realizava-se dentro do castelo; a de Beja, em 1308, no chão da correioira; as feiras de Coimbra (1377), Miranda (1404) e Lamego (1459), ocorriam dentro de muralhas; a feira de Vouzela, em 1392, foi estabelecida no rossio da vila, a de Bragança, realizada no interior da vila (Rau, 1982, pp. 48-49).

Até ao final do século XIV, a organização das feiras e mercados em Portugal revela uma ligação com a estrutura das cidades e com as hierarquias de poder. Os antigos locais de feiras nas cidades podem ser rastreados identificando a presença de medidas-padrão, como a vara, o côvado ou a braça, gravadas nalguns edifícios, conforme catalogado por Mário Jorge Barroca. Essas medidas-padrão, que resistiram ao tempo, podem ser encontradas em paredes de igrejas, nas portas das muralhas, nos muros de castelos e em edifícios públicos. Por exemplo, podemos encontrar essas medidas gravadas em igrejas como a colegiada de Guimarães; sé do Porto, igreja de Telões; igreja de S. João, Lavandeira; igreja Paroquial de Resende; igreja Paroquial de S. Martinho de Mouros; igreja de S. Marinha, Moreira de Rei; igreja da Misericórdia, Sabugal; igreja de S. Miguel, Monsanto; igreja de St^a. Maria de Finisterra, Soure; igreja da Madalena, Monforte. Também são visíveis em muralhas de diversas cidades, como Vila Real, Marialva, Sortelha, Redondo e Monsaraz, e em castelos como a torre de Menagem de Braga, Penedono, Alandroal e Castro Marim (Barroca, 1992, pp. 62-79).

O surgimento de termos como *rossio*, *terreiro*, *campo* ou *chão* associados aos espaços onde têm lugar as feiras e mercados não só evoca a ideia de áreas amplas e polivalentes, mas também contrasta com a natureza mais reduzida dos espaços urbanos situados dentro das muralhas para a realização de grandes eventos comerciais. Porém, esses lugares não são simplesmente áreas vazias fora das muralhas da cidade. A escolha de tais palavras para descrever esses lugares sugere que eles não eram meramente espaços abertos e desorganizados, mas sim alvos de planeamento e controlo deliberado por parte das autoridades locais, sobretudo em dias de feiras e mercados.

A análise documental histórica revela alguns motivos subjacentes fundamentais. Muitas cidades, devido às suas necessidades prementes de aumentar as receitas, direcionaram os seus esforços na procura por espaços com maior capacidade. Um exemplo esclarecedor pode ser encontrado na cidade de Lamego. Durante as Cortes de 1456, realizadas em Lisboa, a cidade destacou a fragilidade das suas finanças. Consciente da importância de um espaço destinado ao comércio, para equilibrar o orçamento, o concelho solicitou ao rei D. Afonso V a concessão de um terreno apropriado para “aí se fazer uma boa feira”. O espaço escolhido localizava-se fora das muralhas, mas nas proximidades da barbacã da muralha, num ponto conhecido como “*rossio da cidade*”. Tratava-se de uma área notavelmente espaçosa, adequada tanto para a construção de lojas como para a realização das feiras (Rau, 1982, p. 122). O caso de Lamego, ao salientar a urgência de um espaço adicional para feiras e mercados, revela também um aspeto crucial do desenvolvimento desses novos espaços comerciais. Inicialmente sujeito à autorização régia e seguido por despesas significativas, desde a aquisição do terreno até à construção de infraestruturas adequadas, este empreendimento exigia recursos consideráveis que nem todos os concelhos possuíam.

À medida que o tempo avançava, os antigos espaços destinados às feiras e grandes mercados tornavam-se mais suscetíveis às transformações e expansões urbanas. Muitos desses locais acabavam por se transformar nas principais praças das cidades, onde, por questões de higiene e embelezamento desses espaços públicos, os grandes eventos comerciais deixavam de ter sentido ali. Assim, tornava-se necessário transferi-los para áreas periféricas mais adequadas. Este fenómeno é evidenciado em casos como o do Campo dos Touros, em Braga, o *Rossio do Toural* em Guimarães e o *Rossio* de Lisboa.

2.1 Campo do Touros, em Braga

O Campo dos Touros, em Braga, atualmente conhecido como praça do Município, teve sua origem como espaço destinado a jogos equestres. No entanto, por volta de 1588, o arcebispo Agostinho iniciou uma transformação, convertendo-o em um terreiro de feira para transações comerciais (Bandeira, 1993, p. 203). Esta mudança foi acompanhada pela possível construção de alpendres no lado norte do campo, como evidenciado pela representação de Georg Braun, datada aproximadamente de 1594. Esses alpendres provavelmente serviram como locais para os mercadores venderem suas mercadorias durante os dias de feira e festividades.

Durante o mandato de D. João de Sousa como arcebispo de Braga entre 1696 e 1703, o Campo dos Touros passou por uma reorganização, influenciada pelo projeto da praça Nova do Porto de 1687, que ele havia conhecido quando ainda era bispo na diocese portuense. Essa reorganização incluiu a adição de uma alpendrada na fachada norte, como mostrado no *Mapa das Ruas de Braga* (Oliveira, 2008, p. 274)



Fig. 1 – Detalhe dos alpendres do Campo dos Touros no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. André Ribeiro Soares da Silva, ca. 1756. BA – Col. Cartografia.

No entanto, em 1744, sob o arcebispado de D. José de Bragança, ocorreram mudanças significativas neste lugar. Alguns alpendres, incluindo uma casa de forno de pão e cavalariças, foram demolidos para dar lugar à construção de residências para abrigar os seus familiares (Milheiro, 1993, p. 156). Além disso, uma nova ala do Paço Arquiepiscopal foi expandida em direção ao Campo dos Touros. Poucos anos depois, o arquiteto André Soares projetou uma nova Casa da Câmara, erguida no topo oeste do Campo dos Touros em 1753. Essas mudanças implicaram uma redefinição funcional do campo, como evidenciado por registos em atas a partir de 1753, que proibiam a presença de “*estalagens e bodegas com comestíveis*” (Milheiro, 2003, apêndice documental n.º 4). Não obstante, em 1763, o arcebispo D. Gaspar de Bragança determinou que os mercados de hortaliças, frutas, pão e a feira franca semanal fossem realizados no Campo dos Touros (Feio, 1984, p. 47). Uma gravura do século XIX mostra como o campo, com parte da Casa da Câmara construída, era frequentado por vendedores e clientes, com um constante movimento de pessoas e animais transportando mercadorias para comercialização. Essa evolução ao longo dos séculos reflete a adaptação do espaço urbano de Braga às necessidades comerciais e administrativas da época.

2.2 *Rossio do Toural, em Guimarães*

Em Guimarães, o espaço conhecido como Toural tinha grande relevância devido a uma antiga feira de gado que ali ocorria. Tratava-se de um grande espaço aberto fora das antigas muralhas da cidade, situado entre a torre de São Domingos e a porta Nova. Era um local estratégico, servindo de cruzamento para as vias que conectavam Guimarães a outras cidades importantes, como Braga, Porto e Barcelos (Afonso, 2013, p. 16).

A partir de 1498, começou-se a notar uma mudança no Toural, com sinais de urbanização evidentes. Os documentos da época falam na construção de *casas novas* nesse espaço, mencionando também a transformação dos terrenos vazios em residências. Um contrato específico mencionado na documentação apontava para a urgência dessa construção, com um prazo de um ano estabelecido para a conclusão das casas (Sá, 2001, pp. 71-72). Essa necessidade de construção sugere um crescimento populacional e um aumento da prosperidade local. A área começou a ganhar um caráter mais comercial, com a presença de artesãos como ferreiros, oleiros e outros comerciantes, demonstrando a diversidade de atividades económicas que se estabeleceram no Toural durante aquele período. As descrições das casas revelam que muitas delas tinham um piso superior e davam para grandes áreas de vinhas, mostrando a transição de um espaço primeiramente agrícola para um ambiente cada vez mais urbano, mantendo, ainda assim, laços económicos com o campo,

fiscal mais eficiente, preparando o rossio do Toural para uma redefinição do papel deste espaço no contexto da vila. A subsequente edificação de alpendres contíguos à muralha medieval, em 1627, e a deslocalização da feira de gado em 1661, são indicativos de uma adaptação consciente do espaço urbano às necessidades e aspirações de uma sociedade em transformação: “uma alpendrada encostada a esta parede que se sustenta por colunas de pedra, sob a qual se estendem várias tendas” (Braga, 1959, p. 31).

A gradual eliminação dos alpendres no século XVIII assinalou um momento de mudança na forma como o espaço urbano do Toural era percebido e utilizado, com a privatização e uso individual começando a sobrepor-se ao comércio coletivo. Este processo, ilustrado pela demolição de uma alpendrada em 1737 e a transformação dos espaços dos alpendres em áreas privadas, destacou uma mudança nas relações sociais e na maneira como o espaço público e privado eram vistos (Braga, 1956, pp. 29-30).

2.3 *Rossio de Lisboa*

Em Lisboa, originalmente, o rossio era uma área na periferia, quase sem construções, marginal em relação ao tecido urbano principal, servindo sobretudo para atividades comerciais temporárias. Contudo, com o desenvolvimento urbano e a expansão das muralhas durante o reinado de D. Fernando, no final do século XIV, esta área foi integrada ao perímetro urbano, começando a incorporar características de um espaço urbano a partir do século XV (Araujo, 1990, pp. 62-63). Desde então, o rossio de Lisboa começou a adquirir características urbanas, revelando os primeiros sinais de uma praça em formação. Essa evolução arquitetónica está documentada em registos históricos que detalham a transformação do rossio, com a construção do edifício dos “Estaus” no reinado de D. Duarte, destinado a acolher nobres e visitantes notáveis, situado no norte do rossio, ao lado dos Paços do Conde de Ourém, sinalizando o início da transformação desta área num centro de maior importância urbana.³

Durante o reinado de D. Afonso V, o rossio de Lisboa passou por uma transformação que se destacou por um planeamento urbano propositado. Documentos de 1473 revelam que antigos edifícios com alpendres começaram a ser recuperados, marcando um avanço significativo para uma urbanização pensada e organizada. Nesse contexto, a coroa tomou a iniciativa de conceder aforamentos para a renovação dessas casas, com a condição de que fossem erguidas num prazo específico, mostrando uma preocupação não só com a estética da cidade, mas também com a funcionalidade e ordenação do espaço urbano: “mandamos ora dar

³ AML-AH – Livro II de D. Duarte, Doc. 10.

a certas pessoas as cassas de sobre o alpendere do ressoio da dicta çidade e porquanto nos os mandamos assy dar com tençom que aqueles que os tomassem os fizessem a certo tempo e as nam leixassem hjazer em mortoreo (...).⁴ Ainda que os documentos não detalhem explicitamente a organização comercial ou a dinâmica do mercado no rossio, a menção dos alpendres aponta para a função comercial do rossio, um especto reforçado por documentos da época.

Essa vocação ganhou ainda mais força nos séculos XVI e XVII, com o rossio transformando-se num centro de atividades comerciais regulares. Este ambiente de comércio ativo deve muito ao modelo arquitetónico introduzido por D. Afonso V. A partir da segunda metade do século XVI, a cidade começou a aforar propriedades no rossio, como evidencia o contrato de 1557 com Manuel Pires, que menciona explicitamente “Casas no Rossio com seu Alpendre”.⁵ Essas ações não só organizaram o espaço de forma eficaz, mas também promoveram o desenvolvimento do comércio sob os alpendres e arcos, inspirando outras cidades, como Beja, que, em 1518, adotou os arcos do rossio de Lisboa como modelo para a sua praça principal: “Fez os arcos à imitação dos arcos do rossio de Lisboa” (Páscoa, 2002, pp. 65-66).

A funcionalidade comercial estendeu-se igualmente ao Hospital de Todos os Santos, onde, sob os arcos, o comércio florescia. Uma passagem na *Estatística de 1552*, da autoria do cronista João Brandão, ressalta a importância arquitetónica do hospital, com uma fachada composta por 25 arcos, não apenas para assistência, mas também como parte da vida comercial da cidade (Brandão, 1917, p. 119). O controlo dos espaços comerciais sob a arcada do hospital era partilhado entre o concelho e a instituição, gerando receitas para ambos, como atesta um documento do período manuelino: “Nós, el rei, fazemos saber a vos mestre escola, provedor do nosso hospital de Todos os Santos desta cidade que a nos apraz que a cidade de Lisboa pague de foro em cada um ano [...] pelos foros do ar do alpendre do rossio”⁶.

⁴ AML-AH – Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 244. D. Afonso V envia ao concelho de Lisboa instruções relativamente aos aforamentos, fl. 296. [5 de setembro de 1473].

⁵ BNP – Escrituras de empraçamento da segunda metade do séc. XVI, entre outras, relativas a prédios na cidade de Lisboa, de que eram proprietários Baltasar Leitão e Lourenço Leitão [1551-1600].

⁶ AML-AH – Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I, doc. 46 (antigo 47). D. Manuel I ordena pagamento por utilização de espaço do hospital de Todos-os-Santos [7 de abril de 1500].



Fig. 3 – A Praça do Rossio (de frente para o Hospital Real de Todos os Santos) e o Castelo de São Jorge, antes do terramoto de 1755 em Lisboa.

No século XIX, Júlio de Castilho detalhou a variedade de mercadorias que outrora eram vendidas sob os arcos do Hospital, sob os quais inúmeros mercadores estabeleciam com armários e balcões fechados, alugados ao hospital. Ali, uma variedade de produtos têxteis era comercializada, incluindo “canequim” um tecido resistente de algodão, “cassa” um algodão com trama aberta, e “hollanda” um tecido de alta qualidade feito de linho ou algodão. Além desses produtos, linhas, rendas, tranças, franjas e uma variedade de outros produtos, como calçado e estopa, encontravam-se à disposição (Castillo, 1904, p. 197).

3. Arquitetura comercial

A transição das feiras e mercados para fora das muralhas das cidades, para começarem a ocupar campos, chãos, rossios e terreiros exigiu, simultaneamente, a construção de infraestruturas para abrigar o comércio. Nesta conjuntura, o alpendre, emergiu não só como infraestruturas necessárias para abrigar comerciantes e as suas mercadorias das intempéries, mas como elementos arquitetónicos que redefiniam os espaços das feiras e mercados, indica uma evolução no planeamento urbano e na organização do comércio. A presença dos alpendres, como elementos intrínsecos aos espaços de mercado, sugere uma consciência sobre a necessidade de organizar e regular os espaços comerciais para facilitar as transações e proteger tanto os vendedores como as mercadorias. Este movimento não apenas reflete uma expansão física das cidades, mas também uma transformação nas práticas comerciais, como sugere a instrução do rei D. Dinis em 1317, para que se armassem alpendres para a feira de Santarém (Reis, 2006, pp. 436-437). Esta ordem, para além de representar uma medida de incentivo ao comércio, era também um indício da crescente intervenção régia e concelhia na organização do espaço urbano, que visava estruturar e regulamentar os espaços das feiras emergentes.

Na cidade da Guarda, em 1364, um alpendre próximo à igreja de São Vicente era utilizado pelas regateiras, sob o qual eram obrigadas a vender os seus pescados, pagando um tributo ao rei D. Pedro I.⁷ Na aldeia de Nogueira, atual Vila Nogueira de Azeitão (Sesimbra) este mesmo monarca decretou que os carneiros, os padeiros e as peixeiras realizassem as suas vendas num “lugar certo dessa aldeia sob um alpendre que o dito provedor diz que para isso lhes dará”.⁸ Em Tavira, o rei D. João I autorizou o concelho a erguer um alpendre numa das paredes das tercenas para abrigar os açougues.⁹

Os alpendres, portanto, tornavam-se representações da governança urbana e da estruturação do comércio, refletindo um esforço para criar um ambiente comercial ordenado e protegido. Nos exemplos da cidade da Guarda e da aldeia de Nogueira¹⁰, percebe-se que os alpendres não eram apenas espaços de venda, mas locais onde se manifestavam as políticas económicas e do poder monárquico. Através da imposição de impostos e da determinação de locais específicos para o comércio sob alpendres, o rei exercia o seu controlo sobre as atividades económicas. A autorização para construção de um alpendre em Tavira por D. João I sublinha ainda mais a importância destas estruturas na organização dos espaços comerciais

⁷ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367), op. cit.*, pp. 436-437.

⁸ *Idem, ibidem*, pp. 470-471.

⁹ AMT – *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 85.

¹⁰ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367), op. cit.*, pp. 436-437.

urbanos. Ao abrigar os açougues, o alpendre proporcionava um local adequado para o comércio de carnes, mas também contribuía para a higiene e ordem públicas, refletindo preocupações com a saúde e o bem-estar da população.

A análise das referências históricas relativas à edificação de alpendres em locais como a cidade da Guarda, a aldeia de Nogueira e Tavira, todas do século XIV, revelam a prevalência dessas estruturas nas atividades comerciais da época, mas também um certo grau de ambiguidade quanto à sua configuração específica. Este fato, longe de ser uma mera lacuna na documentação histórica, aponta para uma tradição arquitetónica profundamente integrada na cultura construtiva portuguesa, onde a funcionalidade e a forma dos alpendres eram reconhecidas. A omissão de detalhes específicos sobre os alpendres nas descrições do século XIV contrasta com um exemplo mais detalhado do século XVII, especificamente o levantamento do mosteiro de Flor da Rosa, no Crato, feito por Pedro Nunes Tinoco, em 1620.

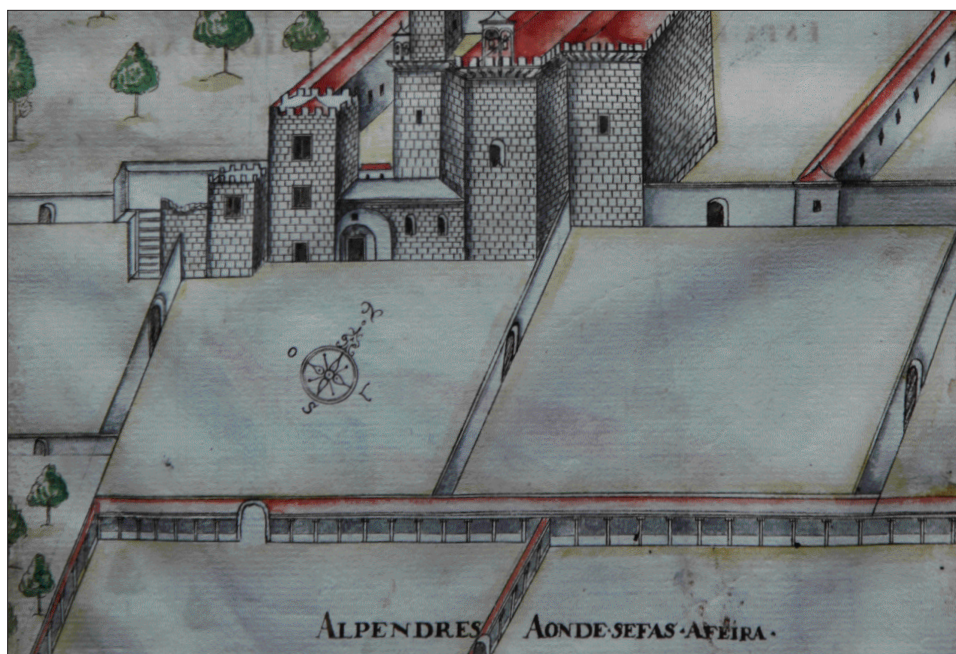


Fig. 4 – Mosteiro Flor da Rosa (Crato). “Alpendres aonde se fas a feira”, Pedro Nunes Tinoco: *Livro do Priorado do Crato*, 1620.

Este documento icnográfico ilustra os alpendres com pilastras de pedra e um telhado de uma água, oferecendo um vislumbre mais concreto sobre a forma física de tais estruturas.¹¹ Este desenho sugere que, embora os detalhes específicos sobre os alpendres possam não ser frequentes nas descrições documentais, eles existiam dentro de um entendimento comum sobre a sua estrutura e propósito.

A investigação de Joaquim de Sousa Viterbo sobre a etimologia do termo “alpendre”, detalhada no *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, revela não apenas a complexidade linguística e cultural deste elemento arquitetônico, mas também sublinha a sua importância e integração na malha urbana e comercial das cidades portuguesas ao longo dos séculos. A oscilação da origem etimológica entre influências gaulesas e árabes reflete o cruzamento de culturas que caracteriza a herança portuguesa, mostrando como o alpendre, mais do que um mero espaço e elemento arquitetônico, encarna um ponto de convergência cultural e funcional dentro do contexto urbano (Viterbo, 1983, vol. 2, pp. 429-430). Este entendimento da natureza multifacetada do alpendre como espaço comercial e culturalmente integrado é reforçado pela perspectiva de Enrico Guidoni sobre a tradição arquitetônica. Guidoni (1990, pp. 55-64) enfatiza a continuidade de uma tradição arquitetônica que valoriza a função e o significado dos espaços abertos e cobertos na vida urbana e comercial. Este entendimento, que se estende ao pórtico, considerado uma variante do alpendre, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento e planeamento das cidades medievais e renascentistas. Esta perspectiva sobre a continuidade das práticas arquitetônicas e urbanísticas ao longo do tempo fornece um pano de fundo necessário para explorar a multifacetada natureza dos alpendres e o seu significado no contexto económico das cidades.

Avançando na discussão, percebemos que o alpendre, longe de ser apenas um mero elemento arquitetônico, assume um papel crucial no cruzamento entre a forma arquitetônica e as dinâmicas comerciais. A investigação sobre a importância desta tipologia arquitetônica nos espaços comerciais, particularmente ilustrada pela reflexão de Derek Keene sobre o contexto inglês, amplia a compreensão sobre como estes elementos não só respondem a necessidades comerciais, mas também revelam uma gama de fatores subjacentes que acabaram por moldar as práticas comerciais. A interrogação sobre se os alpendres foram planeados ou se evoluíram naturalmente levaria a uma reflexão sobre a capacidade de adaptação das cidades às mudanças económicas e sociais, bem como às necessidades específicas dos comerciantes e consumidores. A consideração de Keene (2015, p. 200) sobre como os requisitos do comércio influenciaram o desenvolvimento dos alpendres coloca em destaque

¹¹ *Livro do Priorado do Crato*, que se encontra depositado na Biblioteca do Seminário das Missões, em Cernache do Bom Jardim.

o papel destas estruturas nas atividades comerciais, que atuam como pontos de atração, de fluxo de pessoas e bens.

A exploração dos direitos legais e consuetudinários associados à construção e utilização dos alpendres salienta a dimensão jurídica destes espaços, refletindo sobre como as normas e os direitos influenciaram a organização do comércio e o acesso ao espaço público. Esta perspetiva sobre os alpendres como entidades reguladas legalmente abre caminho para a uma série de conflitos e disputas de interesses entre diferentes grupos sociais e económicos.

4. Interesses e conflitos

As reflexões de Judicaël Petrowiste sobre os motivos subjacentes às mudanças dos lugares das feiras e mercados apontam para uma rede de estratégias e interesses que ultrapassam as necessidades económicas e demográficas. Esta perspetiva sugere que as decisões sobre a localização das atividades comerciais podem significar uma mudança no controlo e beneficiar interesses privados (Petrowiste, 2016, p. 223). Esta ideia é reforçada por casos documentados em Portugal, conforme explorado por Luísa Trindade (2009, p. 726), que evidenciam como tais mudanças podem, de facto, deslocar o controlo das atividades comerciais das autoridades locais para beneficiar grupos específicos.

Existem passagens de acusações movidas pelo concelho contra indivíduos que tentavam assumir o domínio dos espaços comerciais, conflitos sobre a localização das feiras e mercados, e o papel das instituições religiosas na administração destes espaços, revelando diversas relações de poder e as disputas que envolviam o comércio urbano. Na documentação portuguesa existem algumas acusações movidas pelo concelho contra cidadãos que ambicionavam controlar espaços e estruturas comerciais associados às feiras e grandes mercados. Paralelamente, surgem contendas entre vereadores, monarcas e a população que questiona a deslocalização das feiras e mercados, debatendo-se entre mantê-los dentro das muralhas da cidade ou nos arredores. Não se pode esquecer a presença de contrabando em áreas menos regulamentadas, como era a fronteira entre Portugal e Espanha, o que intensificava a necessidade de uma delimitação clara dos espaços destinados às vendas, para restringir o comércio ilegal (Melón Jimenez, 2001, pp. 59-61). Além disso, há casos em que instituições religiosas, como proprietárias ou foreiras de alpendres e lojas nas feiras, reivindicavam direitos de uso desses espaços. Em 1442, o infante D. Henrique concedeu autorização para realizar uma feira em Viseu, para a qual obteve licença para “fazer todas as boticas que a dita feira pertence e aja todos os alugueres delas as quais possa apropriar a

sua capela do Mosteiro da Vitória”. No seu testamento o infante D. Henrique deixou à sé de Viseu “a renda da dita feira que eu mandei fazer dentro na cerca que esta junto com a dita cidade”. Um cenário semelhante se desenha nas receitas da feira de Tomar, que este Infante legou aos frades do Convento de Cristo nomeadamente “a renda das “boticas” da feira”. Os *Estaus* da vila de Tomar, os únicos sobreviventes até aos dias atuais, foram erguidos após a obtenção do privilégio para a realização da feira franca anual, por diploma concedido pelo Infante D. Henrique, em 1422.¹² O edifício foi construído no início da rua da Judiaria e ajudava a libertar os moradores da obrigação com as aposentadorias (Conde, 1996, p. 135). Nas ombreias das portas destes *Estaus* ainda se conservam marcas judaicas. Os *estaus* eram compostos por dois edifícios paralelos com arcadas no piso inferior, onde ocorriam as vendas e a Feira da vila. As alas deste edifício continham 16 arcos cada uma. O edifício era composto por 3 pisos, sendo o primeiro para os cavaleiros e escudeiros fidalgos da Casa do Infante, o segundo para os criados e o piso inferior para os feirantes.¹³

No contexto das disputas entre a população e a elite concelhia relativamente à administração e controlo dos espaços da feira, pode-se tomar como exemplo o caso de Moncorvo. Em 1456, os representantes de Torre de Moncorvo opuseram-se à mudança da feira para uma localização fora das muralhas da cidade. A ideia de mudar o lugar da feira tinha sido promovida pelo principal arrendatário do almoxarifado, Juça Marcos. No cerne da disputa sobre a localização da feira —se no arrabalde ou na praça intramuros— ambas as partes procuravam assegurar o domínio sobre a feira. À medida que se exploram os argumentos apresentados, torna-se evidente a incapacidade do concelho de Moncorvo de fornecer um espaço adequado, mais concretamente em termos de infraestrutura essencial para o bom funcionamento das atividades comerciais. A comparação entre a praça intramuros, que era o local tradicional para o mercado diário, e os arrabaldes revela uma disparidade importante. Nos arrabaldes “estavam feitas muito boas cassas e alpendres e grande chafariz” que proporcionavam as condições ideais para acomodar os comerciantes e as suas mercadorias. Por outro lado, o espaço intramuros era caracterizado como um “lugar apertado e ruas estreitas e que pelas quenturas e chuvas se nom poderia fazer o dito mercado e feira” (Moreno, 1982, pp. 322-324). Para resolver este problema, o rei D. Afonso V instituiu, em 1463, uma rotatividade do lugar das feiras ao longo do ano, entre o interior e o exterior das muralhas, dividindo os lucros entre o concelho e Juça Marcos. Assim, durante cinco meses, de maio a setembro, as feiras deveriam ocorrer dentro das muralhas da cidade, enquanto nos meses restantes, elas seriam realizadas no arrabalde. No entanto, o monarca exercia pressão sobre o concelho para criar as condições necessárias para atender às necessidades da feira, quando esta

¹² *Anais do Município de Tomar* (1994). Tomar: Câmara Municipal, pp. 26-31

¹³ *Idem, ibidem.*

se realizasse na praça intramuros. A transferência da feira para dentro das muralhas só seria possível depois da ampliação da praça e após a existência de infraestruturas fundamentais. O rei insistia na necessidade de criar uma “praça regular” dentro dos limites da urbe, dotada de “alpendres” onde os comerciantes pudessem abrigar as suas mercadorias: “faça uma praça razoada dentro da dita cerca com alguns alpendres nos quais os ditos mercadores se possam acolher com suas mercadorias no tempo da necessidade” (Moreno, 1982, pp. 322-324). A necessidade de uma praça bem estruturada repercute-se noutras regiões, como na concessão da autorização para que Villanueva de la Serena, em Espanha, estabeleça um mercado. Tal concessão, carregada de implicações socioeconómicas, estava submetida a várias restrições rigorosas: além de ocorrer semanalmente, aos sábados, as trocas comerciais deveriam ser feitas unicamente na praça, evitando-se o comércio nas casas particulares e limitando os impostos às “alcabalas e cientos” (Melón Jimenez, 2016, p. 285). Esta obrigação, embora separada por diferentes cronologias, sublinha a importância da localização centralizada e da infraestrutura adequada para a realização do mercado.

Um tema recorrente na documentação relacionada com as feiras e mercados é a menção frequente aos alpendres e boticas, que eram elementos arquitetónicos que desempenharam um papel fundamental na configuração dos espaços de consumo. Quer fosse por considerações estéticas ou razões práticas, esse investimento muitas vezes recaía sobre mercadores abastados ou nobres de confiança do rei, como evidenciado nos casos de Vouzela e Évora.

Em Vouzela, em 1506, D. Manuel concedeu ao nobre João Pereira o monopólio da instalação de alpendres e boticas para a feira, o que equivalia, em grande parte, ao controlo das receitas fiscais provenientes dessas estruturas. Tendo em vista a volatilidade dos espaços comerciais, estipulou-se que a feira nunca poderia ser transferida para outra localidade: “e assim por fazermos graça e mercê a dom João Pereira, fidalgo de nossa casa a quem [...] queremos e nos praz que a dita feira se nom possa em nenhum tempo mudar da dita vila de Vouzela pera nenhuma outra parte do concelho de Lafões, nem se possa nela fazer per nenhuma pessoa alpendres nem boticas pera recolhimentos dos mercadores que a ela vierem com suas mercadorias senão aqueles que o dito João mandar fazer” (Rau, 1982, pp. 110). A obrigação de vender exclusivamente nos alpendres montados pelo nobre tinha múltiplos objetivos. Além de conferir ao nobre um monopólio comercial, procurava delimitar os espaços destinados às transações, organizar e concentrar as atividades comerciais. Essas intenções ficam evidentes no desfecho do privilégio concedido: “queremos que em nenhuma cassas nem alpendres se possam agasalhar nem recolher nenhuns mercadores nem mercadorias que a dita feira vierem senão naquelas que se fizerem pelo dito João durando o tempo da dita feira” (Rau, 1982, pp. 110). Este privilégio significa que a organização da feira e a disposição dos locais para mercadores e as suas

mercadorias eram estritamente controladas pelo fidalgo João Pereira, que parecia ter um papel de destaque na administração da feira. A proibição de alojar ou abrigar mercadores em qualquer outra casa ou abrigo indicava um controlo rigoroso sobre as operações da feira e talvez fosse uma maneira de garantir que todos os mercadores estivessem concentrados em áreas específicas, o que facilitaria a fiscalização.

Nestes dias, o sino de Vouzela, que era usado para marcar o tempo da feira, foi proibido de tocar. O silenciamento do sino representa uma mudança significativa nas práticas comerciais da época. Essa proibição sugere uma flexibilização nos horários de funcionamento da feira, permitindo que as transações comerciais se estendessem até à noite, sem restrições. Além disso, o sino, enquanto símbolo da autoridade local, representava o sistema de controlo estabelecido pelo concelho sobre as atividades comerciais durante a feira: “queremos que enquanto os dias de feira durarem se não corra o sino de correr e possam andar de noite as quais quer oras que quiserem sem por isso contra eles ver lugar nossa justiça se lhe fazer nenhum constrangimento” (Rau, 1982, p. 110). A proibição desse sino sugere que a autoridade concelhia estava a enfraquecer gradualmente à medida que o concelho perdia a capacidade de regulamentar o tempo e os horários da feira por meio do toque do sino. O documento menciona, também, que as autoridades locais não iriam interferir ou aplicar qualquer constrangimento aos que escolhessem participar nas atividades noturnas da feira.

No caso de Beja existem documentos que sugerem que foram os mercadores abastados que ergueram as casas em torno da praça nova, numa clara intenção de realçar o prestígio desse novo espaço urbano mandado construir pelo rei D. Manuel. Tal empreendimento exigiu um investimento considerável, não só financeiro, para a edificação das fachadas que definiriam o contorno da praça, mas também num esforço arquitetónico pensado para dinamizar a vida comercial da cidade, possibilitando o comércio sob os arcos das casas, à semelhança do que se observava nos arcos do *rossio* de Lisboa, conforme mencionado no *Livro 1 da Câmara* (Páscoa, 2002, Vol. II, pp. 65-66). O concelho de Beja, servindo-se do modelo arquitetónico dos arcos do *rossio* de Lisboa como inspiração para a sua praça principal em 1518, comprova a existência da disseminação de ideias e práticas urbanas entre as cidades portuguesas, contribuindo para uma certa uniformização e prestígio dos espaços urbanos públicos portugueses deste período.

Conforme expresso por um dos investidores, o mercador Pêro Soares, revela que edificou algumas casas na mencionada praça, cuja empreitada o fez gastar uma considerável parte dos seus recursos: “eu fiz umas casas na praça da dita vila nas quais gastei grande parte da minha fazenda por desejar servir Vossa Senhoria sabendo como Vossa Senhoria folgara de nobrecer esta praça”¹⁴.

¹⁴ ANTT – *Requerimento de Pêro Soares para ser isento de foro ao concelho de umas tendas defronte de umas casas que fizera na praça de Beja*. Fragmentos, cx. 6, mc. 2, n.º 38.



Fig. 5 – Gravura da Praça D. Manuel em Beja, destacando-se a antiga arcada, a localização do antigo açougue ao fundo, a câmara municipal e o pelourinho no centro da praça (século XIX). Câmara Municipal de Beja.

Para compensar os investimentos, o rei D. Manuel concedeu alguns privilégios a este mercador, nomeadamente poderia montar as tendas de madeira que se armavam para a feira anual de agosto, que tinha lugar nesta praça: “havendo respeito à grande despesa que tinham feito me fez mercê das tendas que coubessem defronte das minhas casas não declarando quanto havia de pagar disto ao concelho de cada uma tenda [...]. E sejam assim como as de Álvaro Fernandes com ambos os lados que no total podem ser nove ou dez tendas”.¹⁵

O acordo entre o mercador Pêro Soares e o concelho de Beja apresenta detalhes relevantes dignos de análise. A concessão das tendas por parte do monarca suscita reflexões sobre as dinâmicas entre a coroa e as esferas governamentais locais. Observa-se que a participação do concelho de Beja nesse acordo sugere uma colaboração entre o governo local e o poder central, o que indica que o comércio era percebido como um interesse mútuo. Inicialmente, o rei D. Manuel concedeu privilégios a Pêro Soares como forma de compensação pelos investimentos realizados. Esta concessão régia recompensava Pêro Soares pelo capital usado na construção das fachadas que embelezariam a praça, mas também lhe assegurava a plena fruição dos rendimentos futuros desses investimentos. A escolha deliberada

¹⁵ *Idem, ibidem.*

da localização das tendas, precisamente defronte às edificações erguidas por Soares e alongando-se até áreas adjacentes, sublinha a maximização do potencial comercial desse espaço privilegiado, traduzindo-se numa forma de recuperar os gastos investidos e de expandir os seus negócios. No entanto, esses privilégios não eram concedidos sem contrapartidas. O acordo estabelecia que Pêro Soares e os seus herdeiros deveriam pagar um foro anual ao concelho de Beja por cada uma das tendas, estipulando o valor em sessenta e cinco reis brancos. Este pagamento indica que, apesar da concessão régia, o concelho de Beja ainda exercia o controlo sobre as atividades comerciais nesta área, cobrando um tributo pelo uso da localização estratégica das tendas.

As cláusulas do acordo também revelam outros detalhes importantes. Enquanto a fileira de tendas estava restrita à fachada que dava para as casas de Pêro Soares, as fachadas das tendas voltadas para a praça estariam disponíveis para serem colocadas em aforamento pelo concelho a outros mercadores interessados. Um elemento crucial do acordo é a obrigação atribuída a Pêro Soares pela edificação das tendas, que implicava o uso de material próprio e o financiamento integral da montagem. A decisão de investir recursos próprios na construção de tendas, apesar dos custos envolvidos, sublinha os lucros futuros deste investimento e a capacidade de estas infraestruturas gerarem um retorno económico.¹⁶

Os exemplos aludidos sobre as questões dos conflitos e interesses relacionados aos espaços das feiras e mercados, bem como certos privilégios concedidos a particulares, revelam como em algumas vilas e cidades o poder local foi perdendo gradualmente a autoridade sobre a feira, tanto na organização como no ganho dos lucros relacionados. Contudo, não se pode afirmar categoricamente que esses privilégios concedidos a entidades particulares visavam despojar os concelhos dos seus lucros. Pode muito bem ser que, para contrabalançar o declínio de determinadas feiras, fosse imperativo que o monarca incumbisse instituições religiosas ou mercadores com alguma influência local que dispunham dos meios para atrair uma ampla variedade de produtos, bem como um número expressivo de comerciantes e consumidores. Além disso, a exigência de avultados recursos associados, como vimos, à montagem das infraestruturas necessárias para a realização das feiras excedia, frequentemente, a capacidade de investimento de alguns concelhos. Neste contexto, mercadores abastados ou instituições religiosas apareciam como entidades com recursos suficientes para investir na construção de alpendres, boticas, tabuleiros, barracas ou tendas, fundamentais para o bom funcionamento das feiras e mercados.

Neste contexto, a análise de Henri Dubois sobre as feiras na região da Borgonha, revela um aspeto importante. Dubois destaca que a atenção dispensada

¹⁶ ANTT – *Odiana*, Livro 7, fl. 62v.

por parte da coroa às feiras ultrapassava o mero apoio ao comércio: “a preocupação do rei por feiras tinha uma contrapartida financeira”. Esta perspetiva enfatiza que o cuidado estava fundamentalmente atrelado às expectativas de lucro (Dubois, 1993, pp. 166-167).

5. Considerações finais

Ao explorar as mudanças urbanas e arquitetónicas em várias cidades e vilas portuguesas, percebe-se como estas se encontram profundamente ligadas com o desenvolvimento e a reorganização do comércio. Neste contexto, o papel desempenhado pelas feiras e mercados emerge como fundamental, impulsionando a renovação urbana, a economia e a estrutura das cidades.

Braga, Guimarães e Lisboa destacam-se como exemplos desta transformação, onde locais de comércio ancestrais foram adaptados ao longo dos séculos para atender às novas exigências urbanas e comerciais. Estas transições de espaços comerciais, de áreas amplas e indefinidas para locais mais estruturados e regulamentados, responderam a imperativos demográficos, económicos e administrativos. Observa-se, particularmente, a construção de alpendres como uma resposta à necessidade de reorganizar e rentabilizar os espaços de troca, oferecendo infraestruturas adequadas às atividades comerciais.

Lisboa e Beja revelam estratégias semelhantes na edificação em torno dos espaços comerciais, refletindo os interesses económicos e sociais que sustentavam as estruturas alpendradas e destacando a relevância desses lugares no tecido económico das urbes. A importância conferida às estruturas envolventes dos espaços comerciais enfatizava a procura por lucro e a maximização do uso comercial dos espaços que, frequentemente, resultavam em conflitos de interesses e disputas. Contudo, Beja distingue-se por um caso singular, no qual mercadores abastados tiveram um papel crucial na construção das casas em torno da nova praça, com o apoio do rei D. Manuel, mostrando uma estreita relação entre a iniciativa privada e o poder régio para promover o desenvolvimento urbano e comercial.

A presença de alpendres, concebidos especificamente para o comércio, revela um investimento a longo prazo nos espaços económicos das cidades e evidencia um compromisso com o desenvolvimento e durabilidade das atividades comerciais. A intervenção das autoridades régias e concelhias foi crucial, não só na promoção, mas também na regulamentação desses centros de troca. As estratégias relativas à localização e à configuração desses espaços de mercado demonstram uma rede

complexa de interesses que foram sendo adaptadas e calculadas consoante as exigências económicas.

Esta análise destaca a importância de entender as feiras e mercados não apenas como sistemas económicos, mas como eventos comerciais que desempenharam um papel crucial na configuração e transformação do espaço urbano e na evolução da arquitetura ao longo do tempo. Todavia, como ilustrado pelos exemplos discutidos neste texto, é fundamental realizar uma investigação metódica e contextualizada de cada caso específico para compreender o impacto dessas práticas comerciais no tecido urbano. Através de uma análise detalhada das particularidades e variáveis envolvidas é possível revelar como as feiras e mercados interagem com as suas respectivas cidades e entender como esses eventos mercantis moldaram as dinâmicas espaciais, arquitetónicas e sociais ao longo dos séculos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

- AML-AH – *Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I*, doc. 46 (antigo 47). D. Manuel I ordena pagamento por utilização de espaço do hospital de Todos-os-Santos [7 de abril de 1500].
- AML-AH – *Chancelaria Régia, Livro dos Pregos*, doc. 244. D. Afonso V envia ao concelho de Lisboa instruções relativamente aos aforamentos, fl. 296. [5 de setembro de 1473].
- AML-AH – *Livro II de D. Duarte*, Doc. 10.
- AMT – *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 85.
- ANTT – *Odiana*, Livro 7, fl. 62v.
- ANTT – *Requerimento de Pêro Soares para ser isento de foro ao concelho de umas tendas defronte de umas casas que fizera na praça de Beja*. Fragmentos, cx. 6, mç. 2, n.º 38.
- BNP. *Escrituras de emprazamento da segunda metade do séc. XVI, entre outras, relativas a prédios na cidade de Lisboa, de que eram proprietários Baltasar Leitão e Lourenço Leitão* [1551-1600].
- Biblioteca do Seminário das Missões – *Livro do Priorado do Crato*. (Cernache do Bom Jardim).

Fontes impressas

- Anais do Município de Tomar* (1994): Tomar: Câmara Municipal.
- BRANDÃO, João (1917): “Majestade e grandezas de Lisboa em 1552”. *Archivo Histórico Português*, Vol. XI.
- MARQUES, A. H. O (coord.) (1984): *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Estudos

- AFONSO, J. F., OLIVEIRA, M. M. P. & RAMOS, S. (2013): “Guimarães ad radicem montis Latito”. *Monumentos*, 33, pp. 8-21.
- ARAÚJO, R. (1990): *Lisboa – a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BANDEIRA, M. S. (1993): “O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras. Geografia*, 9 (1ª série), pp. 101-223.
- BARROCA, M. J. (1992): “Medidas-Padrão medievais portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 9 (2ª série), pp. 62-79.

- BRAGA, A. V. (1959): “Curiosidades de Guimarães: Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais”. *Separata da Revista Guimarães*, 18. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- CALABI, D. & LANARO, P. (2000): “Lo spazio delle fiere e dei mercati nella città italiana di età moderna”. *Atti della “Trentaduesima Settimana di Studi*, 8 (12), pp. 109-141.
- CASTILHO, J. de (1904): *Lisboa Antiga*. 2ª Edição. Lisboa: Antiga Casa Bertrand-José Bastos.
- CONDE, M. S. A. (1996): *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*. Cascais: Patrimonia Historica.
- CUNHA, P. M. e (2019): *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação*. [Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais]. Faculdade de Letras, Universidade do Porto..
- DUBOIS, H. (1993): “Les ducs de Bourgogne et les foires”. *Publications du Centre Européen d’Etudes Bourguignonnes*, 33, pp. 163-176.
- FEIO, A. (1984): *Coisas Memoráveis de Braga*, Braga: Universidade do Minho; Biblioteca Pública de Braga.
- FERRARESE, M. R. (1992): “Immagini del mercato”. *Stato e Mercato*, 35 (2), pp. 291-323.
- GRECI, R. (1983): “Luoghi di fiera e di mercato nelle città medievali dell’Italia Padana”. *Studi in onore di Gino Barbieri. Problemi e metodi di Storia ed Economia*, Vol. II. Pisa: IPED Edizioni, pp. 943-966.
- GUIDONI, E. (1990): “I portici nella tradizione urbanistica europea”. In F. BOCCHI (coord.): *I Portici di Bologna e L’edilizia civile e medievale*. Bologna: Grafis Edizione, pp. 55-63.
- KEENE, D. (2015): “Portici in England”. In F. BOCCHI & R. SMURRA (coords.): *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: Ed. Luca Sossella, pp. 243-258.
- MELÓN JIMÉNEZ, M. A. (2001): “Hacienda, comercio y contrabando en la frontera de Portugal (siglos XV-XVIII)”. *Callipole*, 9, pp. 55-74.
- MELÓN JIMÉNEZ, M. A. (2016): “Datos para el estudio de las ferias y mercados de Extremadura en la Edad Moderna”. *Revista de Estudios Extremeños*, 72 (1), pp. 265-294.
- MILHEIRO, M. M. (1993): “Braga no século XVIII: a urbanização dos Campo dos Touros”. *Separata da Revista Museu*, 1 (4ª série), p. 156.
- MILHEIRO, M. M. de C. (2003): *Braga. A Cidade e a Festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade; Universidade do Minho.
- MONIZ, M. C. (1989): “As Feiras Medievais de Évora”. *Revista de Guimarães*, 99, pp. 200-245.

- MORENO, H. B. (1982): “O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)”. In *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Universitária; Editorial Estampa, pp. 309-325.
- OLIVEIRA, E. F. de (1885): *Elementos para a história de Lisboa*, Tomo 1. Lisboa: Typographia universal; Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, M. M., RAMOS, S., SILVA, A. C., CASTRO, M. de F., SOUSA, J. de & NUNES, P. (2008): “O Campo Novo de Braga. O Plano, a Praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe”. In M. F. de FARIA (coord.): *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 271-293.
- PÁSCOA, M. C. R. J. (2002): *Fr. Francisco de Oliveira – A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, (2 vols, policopiado). [Dissertação de Mestrado em História Regional e Local] Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, D. N. (2025): *The Market Space of Portuguese Cities: Urbanism and Commercial Architecture, 15th-17th centuries*. Londres: Routledge.
- PETROWISTE, J. (2016): “Infrastructures commerciales et dynamiques de l’habitat dans le Midi toulousain des XIII^e-XIV^e siècles”. *Archéologie du Midi medieval*, 34, pp. 217-233.
- RAU, V. (1982): *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Ed. Presença.
- REIS, A. M. (2006): *História dos Municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SÁ, A. (2001): *Sinais da Guimarães Urbana em 1498*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- TRINDADE, L. (2009): *O Urbanismo na Composição de Portugal*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Coimbra.
- VITERBO, J. de S. R. de (1983): *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. [Edição crítica por Mário Fiúza]. Porto: Livraria Civilização Editora.

Fluxos artísticos entre Viseu e a zona da Beira Interior durante os séculos XVII e XVIII

*Liliana Andrade de Matos e Castilho*¹

Resumo

A cidade de Viseu, núcleo de relativamente pequenas dimensões nos séculos XVII e XVIII, se considerarmos o panorama nacional, assumia-se, no entanto, como elemento central do território circundante, não só do ponto de vista político e económico, mas igualmente do ponto de vista cultural e artístico.

Exemplar dessa dinâmica centrífuga é a proliferação de modelos e artistas oriundos, ou sediados, em Viseu pela região da Beira interior. A manutenção de protagonistas (arquitetos, mestres pedreiros e mestres de obras) e linguagens, bem como de fiadores e outros intervenientes nos contratos, é reveladora da extensão e firmeza das redes criadas e da perenidade das relações estabelecidas.

Realidade mal conhecida, uma vez que a maior parte dos estudos são monográficos e parcelares, pretendemos com esta análise cruzar agentes e modelos estéticos e clarificar redes regionais de atuação.

Palavras-chave

Arquitetura, Viseu, Séculos XVII e XVIII, Beira interior

¹ Instituto Politécnico de Viseu – CITCEM – Universidade do Porto. Email: lcastilho@esev.ipv.pt

Artistic fluxes between Viseu and the Beira Interior region during the 17th and 18th centuries

Abstract

The city of Viseu, a relatively small nucleus in the 17th and 18th centuries, if we consider the national panorama, was, however, a central element of the surrounding territory, not only from a political and economic point of view, but also from a from a cultural and artistic point of view.

An example of this centrifugal dynamic is the proliferation of models and artists originating, or based, in Viseu throughout the Beira interior region. The maintenance of protagonists (architects, master bricklayers and master builders) and languages, as well as guarantors and other participants in the contracts, reveals the extent and firmness of the networks created and the longevity of the relationships established. A poorly known reality, since most studies are monographic and partial, with this analysis we intend to cross-reference agents and aesthetic models and clarify regional networks of activity.

Keywords

Architecture, Viseu, 17th and 18th centuries, Beira interior (Portugal)

A cidade de Viseu, núcleo de relativamente pequenas dimensões nos séculos XVII e XVIII, se considerarmos o panorama nacional, assumia-se, no entanto, como elemento central do território circundante, não só do ponto de vista político e económico, mas igualmente do ponto de vista cultural e artístico.

Pretendemos com esta análise cruzar diversos estudos parcelares e monográficas sobre a cidade e a região e procurar recuperar a trajetória, obra e circulação dos principais mestres pedreiros que aí laboraram entre os séculos XVII e XVIII.

O século XVII correspondeu, em todo o território nacional, a uma época de contenção construtiva, devido quer à união das duas coroas, quer aos subseqüentes gastos com a Guerra da Restauração.

A cidade de Viseu e seu entorno não constituem exceção.

Nesta centúria assistimos à renovação da Sé através construção de uma nova fachada, tornada necessária pela queda da anterior em 1635, e da nova capela-mor.

É construída de raiz a capela de Nossa Senhora da Vitória logo em 1605 e, um pouco mais tarde, mas em localização próxima, o convento franciscano de Santo António, ambos no Rossio de Massorim, começando a expansão das construções religiosas para a zona extramuros da cidade, e concluiu-se o convento beneditino de Jesus.

A construção da atual fachada da Sé de Viseu teve início em 1635 e, correspondeu não a uma vontade de renovação estética face à sua precedente manuelina, que contava pouco mais de um século, mas a uma necessidade pragmática causada pela derrocada da sua antecessora.

A 10 de Fevereiro de 1635, na sequência de um violento temporal que assolou a cidade durante dois dias, a medieval torre dos sinos, uma das duas que enquadravam a fachada da Sé, ruiu, destruindo na sua queda o frontispício da catedral.

Urgia iniciar as obras não só para evitar o risco de ruína das restantes estruturas da Sé, nomeadamente as abóbadas manuelinas fragilizadas pela perda de parte da sua estrutura de apoio, mas para se retomar quanto antes o uso da catedral (Castilho, 2009, p. 177).



Fig. 1 – Fachada da Sé de Viseu (fotografia da autora).

Estando o Bispado de Viseu em período de sede vacante, devido à morte de D. Miguel de Castro, a resolução do problema cabia ao cabido que, para maior celeridade e eficiência da obra, entendeu eleger dois capitulares para superintenderem à mesma alegando que “a obra da torre caída, e sinos quebrados desta See era de muita consideração em que seavião de gastar muitos mil contos?” (Castilho, 2009, p. 177).

No cabido de 28 de abril de 1635, pouco mais de dois meses após a derrocada, “se ordenou, e determinou que se chamassem architectos de Portugal e Castela pagando lhe seus caminhos e trabalho para melhor traçarem as obras que se ão de heedificar” (Castilho, 2009, p. 177).

A documentação dá conta de duas respostas ao apelo do cabido, uma de um arquiteto de Coimbra, cuja identidade desconhecemos, e outra de João Moreno, castelhano. Foi escolhido João Moreno, o arquiteto que veio de Salamanca, que recebeu a quantia de 14 tostões por dia “mais algum mimo enquanto estivesse nesta cidade” (Castilho, 2009, p. 179).

Juan Moreno pertence à escola maneirista de Salamanca e é apontado por alguns autores como o introdutor do protobarroco nessa cidade. De destacar, entre as suas obras, a sacristia da igreja dominicana de San Esteban de Salamanca cujas obras tiveram início em 1627. Embora na fachada da Sé de Viseu seja reconhecível a mesma linguagem classicizante, de influência italiana, na sacristia conventual Juan Moreno foi mais longe nas suas aventuras protobarrocas principalmente ao nível da decoração, apresentando-se bem mais retraído no desenho da fachada viseuense (Castilho, 2009, p. 179).

Este arquiteto veio a Viseu exclusivamente para a realização deste traçado pelo que não encontramos outras obras suas nos territórios circundantes, o que não excluiu, no entanto, a influência da sua marca estética.

Para a execução da obra foi escolhido Manuel Fernandes, mestre de obras de Viseu, que se obrigava a fazer o dito portal da Sé pela traça deixada pelo arquiteto João Moreno, castelhano, morador em Salamanca.

Na reunião do cabido de 30 de maio de 1635 é declarado que se tinha em outro cabido escolhido Manuel Fernandes para “mestre das obras de pedraria do portal caído da See com salário de duzentos e sinquo reis por dia” (Castilho, 2009, p. 180). Sendo necessário darem-se fiadores em como o “dito mestre das obras asseguraria da perfeição da dita obra e que fossem de dous mil reis e o dito Manuel Fernandes nomeo por fiadores a Bastião Cardoso de Ranhados e a Domingos Francisco e a Miguel Francisco de Travassós de Cima” (Castilho, 2009, p. 180).

Os contratos de arrematação de obras obrigavam os mestres pedreiros a dar garantias, em bens móveis ou imóveis, de que cumpririam o contrato a suas custas, se algo corresse mal durante a empreitada. A opção de constituir sociedades de dois ou três mestres para a arrematação das obras, procurava muitas vezes dar resposta a esta premissa, mas a solução de apresentar fiadores era igualmente comum.

Neste caso aparecem-nos como fiadores outros mestres pedreiros encarregues, no caso de Domingos Francisco, de algumas obras menores da Misericórdia de Viseu.

Estas alianças podiam ser mais ou menos perenes, mas a documentação dá-nos também conta de desentendimentos entre mestres pedreiros que anteriormente tinham trabalhado juntos ou, inclusive, constituído sociedades formais.

É esse o caso de Manuel Fernandes e David Álvares que, tendo sido próximos colaboradores durante os anos trinta e tendo-se inclusive obrigado, por escritura pública de 2 de fevereiro de 1644 a reciprocamente contratarem e fazerem sociedade, se vão desentender a propósito da arrematação das obras dos zimbórios da Sé de Viseu.

Continuando a seguir-se, na construção da fachada da Sé de Viseu, de modo geral a traça de João Moreno, no tocante aos zimbórios, terá vindo à cidade Pedro

Álvares, arquiteto de Coimbra, para “ver as torres e a traça dos zimbórios que sobre elas haviam de fazer” (Castilho, 2009, p. 180) tendo este arquiteto feito alguns acrescentos à traça original, de cujo desenho ficou encarregue David Álvares.

Segundo o mesmo documento “a dita obra andou em pregão muitos dias como consta dos termos dos lانسos que nela se fizerão que estão em poder de mim tabelião e o ultimo lانسos que na dita obra se fez ser de novecentos mil réis no qual andou muitos dias sem aver quem nela menos lانسasse” (Castilho, 2009, p. 180). Este lanço de 900.000 réis foi feito não por Manuel Fernandes, que haveria de continuar à frente da obra, mas por David Álvares. No entanto Manuel Fernandes alegou junto do cabido que o contrato celebrado aquando do início das obras o obrigava a concluí-las, bem como impedia o cabido de contratar outro mestre (Castilho, 2009, p. 181). A questão levou meses a ser resolvida, e Manuel Fernandes haveria de ganhar o pleito e continuar à frente das obras até à sua conclusão em 1648, mas os dois mestres pedreiros nunca mais voltaram a trabalhar juntos.

David Álvares esteve encarregado das obras levadas a cabo pelo bispo D. João Manuel na quinta do Fontelo, nomeadamente a reconstrução da Capela de Santa Marta. Insere-se na categoria de mestre pedreiro que associa, por vezes, à função de executante a de riscador, e vamos encontrar, na região da Beira interior, o seu labor, principalmente na construção ou reconstrução de pontes.

Arrematou, comprovadamente, duas pontes no rio Tedo, uma no termo da vila de Barcos, por baixo de Santo Adrião, e outra na vila de S. Cosmado e Granja do Tedo e Tedinho, ambas na Comarca de Lamego, a ponte de Vilelas que está na Ribeira de Covas, junto a Oliveirinha, na comarca da Guarda e os pilares da ponte sobre o rio Zêzere, junto ao lugar do Treixoso, do termo de Covilhã, comarca da Guarda.

Todas estas obras são anteriores a 1639, uma vez que nessa data faz a António Fernandes de Oliveira uma procuração para que arrecade o seu pagamento, e inserem-se na política de reforço e melhoria das vias de comunicação entre Portugal e Espanha levada a cabo por D. Filipe III (Alves, 1976, pp. 5245-526).

Em data próxima a 1624 esteve também encarregue da construção da ponte de Juguais, entre São Romão e Valezim, no concelho de Seia.

No ano de 1625, David Álvares fornece o projeto de uma ponte sobre o rio Massueime, no lugar se Santa Eufémia, em Pinhel. Orçada em quatro mil e quinhentos cruzados, a ele se haveria de arrematar a sua construção caso não houvesse quem o fizesse por menos cem mil réis e com a obrigação de a terminar em três anos.

No mesmo ano esteve igualmente encarregue da reconstrução da ponte do lugar de Valbom, no termo da vila de Pinhel, que as cheias passadas tinham arruinado (Viterbo, 1988, p. 495).

Em 1637 ganhou a adjudicação da traça da obra da “Ponte de Palhaes”, sobre o rio Mondego, no termo de Azurara da Beira (Mangualde), que tinha sido destruída pelas cheias.

Para a sua construção foram submetidas duas traças, uma de Pero Velho e outra de David Álvares. Consoante a diligência de mestres experimentados e pelo parecer de Pedro Nunes Tinoco, foi dada primazia à proposta de David Álvares.

Esta empreitada da foi arrematada pelo mestre de cantaria Manuel Fernandes, com quem, à data, trabalhava com frequência (Viterbo, 1988, pp. 172-173).

Manuel Fernandes vai igualmente trabalhar na construção de outras pontes nas Beiras, embora aparentemente sempre como executor e nunca como riscador.

Para além da já citada ponte de Palhaes, desenhada por David Álvares e construída por Manuel Fernandes, vamos encontrá-lo a arrematar a obra da Ponte de Antanhol que servia a estrada que ia de Coimbra para Lisboa e outras partes.

Diminutas em número, as obras de arquitetura do século XVII na cidade de Viseu, apresentam quase sempre mestres de obras oriundos da cidade, como Diogo Fernandes, irmão de Manuel Fernandes, mestre de obras de cantaria do convento de Santo António em 1644 (Castilho, 2012, p. 205) e responsável por outras obras menores na cidade. Encontramo-lo ainda, em 1645, como mestre de obras de algumas pontes no distrito de Viseu como a ponte sobre o rio Criz, concelho de Santa Comba Dão e duas pontes no concelho de Mortágua.

Os referidos mestres trabalhariam também em outras obras da região da beira interior, num registo em que a utilidade tinha primazia sobre o labor decorativo, perpetuando até finais do século XVII uma estética chã.

Os modelos planimétricos eram simples e a inspiração artística provinha muitas vezes das obras realizadas em centros urbanos de maiores dimensões, neste caso Viseu, como é visível na capela construída por Manuel Álvares na igreja de S. Pedro, em Santar, por encomenda de Manuel Araújo, onde se explicita que “porta (...) pelo mesmo feitio e forma que esta feita a capela de Santo António nos claustros da See desta cidade [de Viseu], e pela mesma maneira da traça, abobada e cornijamento” (Eusébio, 2016, p.57).

O século XVIII, correspondendo a um período de maior desafio económico e de penetração no país, senão de novas, de renovadas influências, sobretudo italianas, conheceu um elevado surto construtivo que não veio, no entanto, cortar com os modelos previamente estabelecidos, mas antes enriquecê-los do ponto de vista decorativo. Verificamos assim, mais do que dissonâncias, permanências de tipologias construtivas ao longo dos séculos em análise, sendo a diferença assinalada

sobretudo por elementos decorativos da fachada e não pela alteração da organização formal dos edifícios.

Os modelos foram sendo adaptados e simplificados de acordo com os recursos económicos existentes e a disponibilidade de mão de obra, mais ou menos especializada (Eusébio, 2016, p. 58).

Nesta centúria vamos assistir, na cidade de Viseu, a uma alteração de paradigma e a quase totalidade dos pedreiros a trabalhar na cidade vão ser oriundos no norte do país, mais frequentemente da província do Entre Douro e Minho, embora alguns acabem por se fixar na cidade e aqui constituir família, dando origem, como no caso dos Ribeiro Alves, a uma dinastia de mestres pedreiros com obra espalhada pela região.

No início do século XVIII, o arquiteto chamado pelo cabido, aquando da sede vacante de 1720-1741, para averiguar das obras necessárias à atualização da catedral é ainda Gaspar Ferreira, originário de Coimbra, mas os mestres pedreiros encarregados de as executar são já maioritariamente minhotos (Castilho, 2017, p. 83).

As obras terão começado com toda a brevidade uma vez que no rol do primeiro pagamento feito a Manuel Gonçalves, mestre pedreiro da obra da Sé, surge a referência à “obra da Sé que principiou a 18 de março de 1720” (Castilho, 2012, p. 84).

A 23 de dezembro de 1720 encontravam-se a trabalhar na obra cinquenta e três pedreiros, sendo de realçar que a maioria era proveniente do Arcebispado de Braga.

Tabela 1. Pedreiros a trabalhar na Sé de Viseu em 1720 (Liliana Castilho, 2007)

Nome	Proveniência	Pagamento (réis / dia)
António Álvares	Arcebispado de Braga	350
Pascoal Álvares	Arcebispado de Braga	240
Remígio Gonçalves	-	200
Pedro Rodrigues	-	200
Paulo Rodrigues	Arcebispado de Braga	200
Pascoal Fernandes	Arcebispado de Braga	200
Melchior Fernandes	Arcebispado de Braga	200
Marcos Rodrigues	Arcebispado de Braga	200
Manuel Rodrigues	Arcebispado de Braga	200
Manuel Mendes	Arcebispado de Braga	200
Manuel Gonçalves	Arcebispado de Braga	200
Manuel Fernandes	Arcebispado de Braga	200
Manuel Fernandes	Arcebispado de Braga	200
Manuel Álvares	Arcebispado de Braga	200

Manuel Álvares	Arcebispado de Braga	200
José Gomes	-	200
José Ferreira	Arcebispado de Braga	200
José Álvares	Arcebispado de Braga	200
José Álvares	Arcebispado de Braga	200
João Fernandes, o gago	Arcebispado de Braga	200
João Fernandes	Arcebispado de Braga	200
Jerónimo Fernandes	Arcebispado de Braga	200
Francisco Gomes	-	200
Francisco Álvares	Arcebispado de Braga	200
Francisco Álvares	Arcebispado de Braga	200
Fernando Rodrigues	Arcebispado de Braga	200
Domingos Rodrigues Teixeira	Arcebispado de Braga	200
Domingos Rodrigues	Arcebispado de Braga	200
Domingos Álvares	Arcebispado de Braga	200
Bernardo Gomes	Arcebispado de Braga	200
António Nogueira	Arcebispado de Braga	200
António de Carvalho	-	200
António Álvares	-	200
Ambrósio Álvares	Arcebispado de Braga	200
Aleixo Álvares	Arcebispado de Braga	200
Martinho Rodrigues	Arcebispado de Braga	180
Manuel Rodrigues	Arcebispado de Braga	180
Manuel Álvares	Arcebispado de Braga	180
José Coelho	-	180
João Ferreira	-	180
João Fernandes	Arcebispado de Braga	180
Gaspar Rodrigues	Arcebispado de Braga	180
Gabriel Álvares	Arcebispado de Braga	180
Frutuoso Álvares	Arcebispado de Braga	180
Francisco Fernandes	Arcebispado de Braga	180
Carlos do Amaral	-	180
Ventura Rodrigues	-	160
Simão Rodrigues	Arcebispado de Braga	160
Manuel da Cunha	Arcebispado de Braga	160
João Gonçalves	Arcebispado de Braga	160
Bento Gonçalves	Arcebispado de Braga	160
Bento Fernandes	Arcebispado de Braga	160
Manuel Martins, penitenciário	-	80

A explicação, fornecida pelo próprio cabido, para o recurso a mão de obra externa à urbe era a escassez de mestres capazes e com meios suficientes para garantir as arrematações necessárias:

“porque como esta cidade he pobre e nella nam havia mestres capazes e com cabedais para poderem faze-llas por rematações e se mandaram vir de Coimbra e Braga, e de outras mais partes, os quais e muitos serventuários trabalhavam por dias” (Castilho, 2017, p. 86).

Como já vimos, os contratos de arrematação de obras obrigavam os mestres pedreiros a dar garantias pecuniárias. Para além disso, a obra, depois de concluída era revista por louvados, para confirmarem que estava de acordo com as plantas e o contrato e, no caso de isso não suceder, o mestre de obras era obrigado a emendá-la à sua custa ou o contratante poderia encomendar o conserto a outros oficiais, mas a expensas do mestre de obras contratado, que para isso obrigava os seus bens e rendas, havidos e por haver. Daí a necessidade de os mestres de obras possuírem “cabedais” ou quem por si os empenhasse, para poderem concorrer à arrematação das obras.

As obras de arquitetura realizadas durante este período de sede vacante corresponderam a um vasto programa de renovação, estética por um lado, camuflando a catedral medieval numa aparência barroca, mas igualmente funcional resolvendo problemas práticos e otimizando o espaço. Consubstanciava ainda uma tentativa de afirmação dos capitulares, a quem a reforma pós-tridentida retirara algum protagonismo, a expensas das rendas da mitra, que geriam durante o período de sede vacante. Os gastos foram de tal forma avultados que em setembro de 1738 viram-se os cônegos obrigados a prestar contas à corte (Castilho, 2017, p. 91).

O processo de renovação iniciado na Sé de Viseu estende-se rapidamente a toda a cidade e o século XVIII vai assistir a uma profunda renovação do panorama arquitetónico visiense e à extensão plena da cidade para lá das muralhas medievais.

Os mestres pedreiros que vamos encontrar a trabalhar nestas novas edificações, religiosas e civis, são sensivelmente os mesmos, estabelecendo em alguns casos parcerias que vão durar vários anos.

Os modelos de parceria mantêm-se em moldes semelhantes aos analisados para o século XVII, podendo estas ter um carácter informal, estabelecendo-se acordos pontuais para arrematação conjunta de uma ou outra obra, ou formal, sendo lavrada escritura pública de obrigação de trabalhar em conjunto em todas as obras. Insere-se neste segundo conjunto, por exemplo, a sociedade, estabelecida por contrato público, entre António Mendes Coutinho, Manuel Monteiro e João

Lourenço, comprometendo-se os três artistas a trabalhar juntos em empreitadas de valor superior a 100.000 réis.

A arrematar as obras da Igreja de Nossa Senhora do Carmo vamos encontrar em 1734 António Ribeiro, mestre pedreiro natural do lugar do Souto, freguesia de Santiago de Poiares, termo de Barcelos e Pascoal Rodrigues, também mestre pedreiro, do lugar de Linhares, concelho de Coura, comarca de Viana, que dois anos volvidos arrematam, novamente em conjunto, a obra do claustro superior da Sé de Viseu (Castilho, 2012, p. 166).



Fig. 2 – Capela de Santo Cristo da Ponte do Dão.

Em 1737 o mesmo António Ribeiro vai arrematar em parceria com Alexandre Vaz a obra do convento do Oratório de São Filipe Néri e, em 1746, aparentemente sozinho, a obra a Igreja da Ordem terceira de São Francisco. Esta última empreitada teve um desfecho negativo, uma vez que a construção apresenta graves falhas estruturais e a obra já executada acaba por ter que ser demolida (Castilho, 2017, p. 123).

A 18 de Agosto de 1748, não sabemos se antes ou depois da falência da estrutura já construída, por escritura lavrada no Outeiro de Fagilde, Couto de Santa Maria de Maceira Dão, António Ribeiro, trespassou a mesma obra a Pascoal Rodrigues, Alexandre Vaz e André Pereira Pinto, naturais da província do Minho, com dois dos quais havia já trabalhado anteriormente.

O mestre pedreiro António Ribeiro era casado com Sebastiana Francisca e pai de António Ribeiro Alves, Manuel Ribeiro Alves e de José Ribeiro Alves, também eles mestres pedreiros com obra na cidade de Viseu e na região das Beiras.

António Ribeiro e seus filhos António Ribeiro Alves e Manuel Ribeiro Alves, foram os responsáveis pela construção da Igreja da Misericórdia de Santa Comba Dão, iniciada em 1737. No mesmo ano António Ribeiro arrematou igualmente a obra da Igreja de Santo Cristo da Ponte do Dão, também em Santa Comba Dão, e com o seu filho António Ribeiro Alves, em data desconhecida, arremata o ladrilho da Igreja da vila de Treixedo, bem como as obras Cadeia e da Fonte da mesma localidade. (Alves, 1976, pp. 545-546).

Em 1738 António Ribeiro e seu filho Manuel Ribeiro são pagos pelo acréscimo da Igreja de São Miguel do Fetal e em 1740 surge António Ribeiro (pai ou filho?) como encarregado da obra pedraria da capela-mor da igreja paroquial de São João de Lourosa, com risco de José de Sousa de Carvalho.

Manuel Ribeiro vai arrematar, ainda em 1738, com Manuel Lourenço, a obra da Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Viseu e em 1765 vai surgir como responsável pelo risco da casa do Monteiro-mor de Santa Comba Dão e Cavaleiro Professo, Luís Gomes Pires, do Couto do Mosteiro (Castilho, 2012, p. 216).

O terceiro filho, José Ribeiro Alves, vai ser o mestre de obras do Solar dos Condes de Prime, em Viseu, construído em 1747, sendo referido como “assistente há muitos annos nesta cidade de Viseu e na villa de Mangualde” (Castilho, 2012, p. 254).

Enquanto autor de riscos destaca-se, neste período, na cidade de Viseu o mestre de pedraria António Mendes Coutinho, natural de Valença do Minho. Responsável, quase certamente, pela traça da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, uma vez que um contrato de 10 de Junho de 1757 o refere como “Mestre de Obras de Pedraria da cidade de Lamego e assistente nesta dita cidade na obra da ordem Terceira de São Francisco” (Castilho, 2012, p. 250). A obra da atual Igreja teria tido início em 1748, sendo os arrematantes da mesma, por trespasso, como já vimos, Pascoal Rodrigues, Alexandre Vaz e André Pereira Pinto, pelo que a referência à sua “assistência” na obra se deveria prender com o desenho da mesma.



Fig. 3 – Igreja da Ordem Terceira de São Francisco
(fotografia da autora).

Documentalmente inequívoca é a autoria do risco da igreja do Oratório do convento de São Filipe Néri. A igreja atual foi construída em 1757, por vontade do bispo D. Júlio Francisco de Oliveira, em virtude da “necessidade que os congregados de Viseu tinham de igreja, pois se serviam com grande incómodo do seu oratório e portaria desde o ano de 1747 (...) para este seu projeto tratou [D. Júlio Francisco de Oliveira] de eger planta, e apresentando-se-lhe seis, muito capazes para a decência do culto divino e comodidade dos mesmos congregados, só uma que fes um pedreiro por nome António Mendes das partes de Lamego, lhe levou as atenções” (Castilho, 2017, p. 115).

A 8 de Setembro de 1757 foi lançada a primeira pedra estando a obra concluída menos de dois anos depois, celebrando-se aí a primeira missa a 27 de janeiro de 1759.

Estas obras vão introduzir na cidade uma estética barroca de inspiração nortenha que vamos encontrar replicada, com maior ou menor sucesso, em outras construções da cidade e seu entorno nas décadas seguintes.

Enquanto arrematante, mas provavelmente igualmente autor do risco, vamos ainda encontrar António Mendes Coutinho a laborar na Casa da Calçada, em Viseu, mandada reedificar por Cónego Francisco José de Sampaio e Melo em 1757 (Castilho, 2012, p. 160).

Apesar de não se tratar de uma construção de raiz a renovação foi profunda, sobretudo ao nível da fachada surgindo indicação no contrato de arrematação da obra ao preço pago por cada janela de peitoril, pela porta de entrada com suas armas, pela cornija, pelos dois óculos e pela escada do pátio interior, correspondendo assim, claramente, ao edifício existente.

Já a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, por vezes atribuída ao mesmo mestre pela historiografia local, embora sem provas documentais, não se nos afigura corresponder ao equilíbrio e delicadeza do seu traçado, quer ao nível das proporções, quer ao nível do labor decorativo. Obra arrematada pelos mestres pedreiros Manuel Álvares e Manuel Caetano, de Lageosa, Lordosa (únicos pedreiros comprovadamente locais a arrematar obra na cidade no século XVIII) e José Ferreira da Província do Minho, em 1757, resulta num edifício atarracado e desproporcional, mimetizando a estética do barroco nortenho praticado na cidade, mas deixando transparecer pouco conhecimento sobre teoria arquitetónica.

Fora de Viseu, António Mendes Coutinho trabalhou sobretudo na região de Lamego, onde fixou residência, tendo estado envolvido nas obras de renovação da Sé e na construção da Igreja do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Entre 1749 e 1760 foi mordomo zelador da Confraria de N^a S^a dos Remédios de Lamego e surge referido como “mestre de obras da Sé” (Pinto, 1997).

O seu estatuto social e económico seria superior ao dos mestres citados anteriormente, uma vez que no contrato da Casa da Calçada, surge a referência a que “de agora pera Antão o havia por abonado” (Castilho, 2012, p. 252) e deixa ainda explícito que pagará 200 reis por dia a quem tratar dos pagamentos e cobranças da obra.

Já na segunda metade do século XVIII, o mestre pedreiro mais profícuo na região, vai ser António Costa e Faro. Desconhece-se a sua origem, surgindo na documentação a morar em Muna, concelho de Tondela, S. Cosmado, concelho de Mangualde, no Lugar do Caregueiro, concelho de Besteiros e mais tarde na cidade de Viseu (Castilho, 2012, pp. 186-189). Na cidade de Viseu conhece-se-lhe apenas a arrematação da obra da fachada Igreja da Misericórdia em 1775, mas é provável que tivesse estado envolvido em outras anteriores.



Fig. 4 – Igreja da Misericórdia de Viseu (fotografia da autora).

Em 1757 trabalha na obra da torre dos sinos da Igreja de Molelos, concelho de Tondela, em 1763, com Domingos Francisco Cabral vai arrematar a obra da igreja de Papízios, concelho de Carregal do Sal, em 1769 a Igreja de S. Pedro de Lordosa, concelho de Viseu, em finais da década de 70, a Capela mor da Igreja Matriz de S. João de Areias, concelho de Santa Comba Dão, em 1778 a obra da Igreja de Ribafeita e a capela-mor da igreja de S. Pedro de France, concelho de Viseu em 1786 (Alves, 1979, p. 710).

Desconhecemos se António Costa e Faro seria o autor do risco destas igrejas ou apenas o seu executante, mas a verdade é que todas estas igrejas paroquiais apresentam uma linguagem comum. A fachada principal é ladeada por uma, ou por vezes, duas torres sineiras e é composta por um portal principal, ladeado num registo superior por dois vãos enquadrando, na maior parte dos casos um nicho devocional situado sobre o vão. A matriz de Papízios apresenta ainda um óculo quadrilobado sobre o nicho e a de Ribafeita apenas um óculo e não um nicho como elemento central superior, sendo em tudo inspirada, até pelas cartelas que ladeiam o portal, na Igreja dos Terceiros de São Francisco da cidade de Viseu, da autoria de António Mendes Coutinho.

Verificamos assim a circulação de artistas, e modelos arquitetónicos, entre a cidade de Viseu e a região da Beira Interior, perpetuando parcerias profissionais ou dinastias familiares e contribuindo para a difusão de novas correntes estéticas ao longo dos séculos XVII e XVIII.



Fig. 5 – Igreja de Ribafeita.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A. (1976): “Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu”. *Revista Beira Alta*, 35, pp. 215-254.
- ALVES, A. (1979): “Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu”. *Revista Beira Alta*, 38, pp. 683-693.
- ALVES, A. (1989): “Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu”. *Revista Beira Alta*, 48, pp. 253-269.
- CASTILHO, L. (2009): “A fachada maneirista da Sé de Viseu”. *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*, 6-7, pp. 175-184.
- CASTILHO, L. (2012): *A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: arquitetura e urbanismo*. [Tese de Doutoramento, inédita]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume II.
- CASTILHO, L. (2017): *Construindo a cidade: Viseu nos séculos XVII e XVIII*. Santa Maria da Feira: CITCEM/Edições Afrontamento.
- EUSÉBIO, F. (2016): “As marcas físicas do cristianismo: património e arte”. In J. PAIVA (coord): *A história da diocese de Viseu, 1505 – 1819*. Porto: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 51-78.
- PINTO, L. J. B. (1997): *Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego, contributo para o estudo da sua construção*. [Dissertação de Mestrado] Universidade do Porto.
- VITERBO, S. (1988): *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.

Entre o campo e a cidade: migrações de S. Vicente da Beira para núcleos urbanos na segunda metade do século XVIII

João Nunes¹

Resumo

O crescimento das cidades à custa das populações de núcleos rurais é um fenómeno estrutural em Portugal, particularmente visível no caso de Lisboa. Trata-se de um fenómeno que decorre de diferentes variáveis entre as quais a mobilidade geográfica, sendo os fatores económicos os seus principais potenciadores. Com este estudo pretende-se revelar aspetos relativos às migrações da população do interior, mormente da região de S. Vicente da Beira (Castelo Branco) para diversos espaços urbanos, que não Castelo Branco, na segunda metade do século XVIII. Quem eram os migrantes? Para que núcleos urbanos se dirigiam? Com que propósitos? Com este estudo, de cariz exploratório, almeja-se estudar o fenómeno migratório numa perspetiva que fuja aos pressupostos tradicionais da história local, através do enquadramento operativo da história global.

Palavras-chave

Cidades, Migrações, Espaços rurais, História moderna, Mobilidade geográfica

¹ Instituto Politécnico de Viseu; CHSC (Universidade de Coimbra). Email: jnunes@esev.ipv.pt

Between the countryside and the city: migrations from S. Vicente da Beira to urban centers in the second half of the 18th century**Abstract**

The growth of cities due to the migration of people from rural areas is a structural phenomenon in Portugal, particularly evident in the case of Lisbon. This is a phenomenon that arises from several variables, including geographic mobility, economic factors being the main drivers of this type of mobility. This communication aims to reveal aspects relating to the migration of the population from the interior of Portugal, mainly from the region of S. Vicente da Beira (Castelo Branco) to different urban spaces, other than Castelo Branco, in the second half of the 18th century. Who were the migrants? Which urban centers were they heading to? For what purposes? This is an exploratory study. Nevertheless, the aim is to study the migratory phenomenon from a perspective that escapes the traditional assumptions of local history, through the operative framework of global history.

Keywords

Cities, Migrations, Rural spaces, Modern history, Geographic mobility

1. Introdução

As dinâmicas das cidades resultam, por norma, de dimensões económicas, sociais, políticas e culturais que se consubstanciam num espaço territorial diversificado de abrangência regional, nacional ou internacional. A relação das urbes com uma região ou um espaço é comumente feita através de processos de integração em redes de dependência. O controlo exercido pela cidade é efetivo no seu entorno. Por sua vez, as dinâmicas reagem aos intercâmbios que resultam de interações e experiências entre pessoas ou grupos comunitários, sendo a comunidade entendida como um grupo que não se pode circunscrever a apenas pessoas com características linguísticas próprias. O conceito é mais abrangente: grupos que se distinguem em formas de vida, atividades económicas e práticas sociais e culturais (Ewen, 2016, pp. 1-3; Ringrose, 1997).

Considerando estes pressupostos, o fenómeno migratório em contexto de história urbana tem uma importância insofismável, entendido em função de três vetores principais: tempo, espaço e comunidade (Fitzgerald & Lambkin, 2008), num espectro constituído por pessoas que percorrem distâncias por motivos de trabalho, mudança de residência e/ou de viagem (Nail, 2015). Primeiramente pelo facto de as cidades, até ao século XIX, crescerem sobretudo à custa das migrações. Em segundo lugar, porque as migrações resultam, muitas vezes, das conexões estabelecidas entre os espaços urbanos e os espaços regionais, ou de redes ou sistemas urbanos de cariz nacional e internacional. A história da cidade é assim, e também, uma história de migrações, isto é, de conexões entre pontos culturais distintos com implicações no corpo social que podem ser determinadas por dinâmicas próprias ou por fenómenos globais. Contudo, apesar da relevância das migrações para a história das cidades a variável migração é menorizada, quando comparada com as determinantes ligadas à mortalidade e fertilidade, mormente nos estudos sobre sociedades pré-industriais, (Borsay, 2014; Lerch, 2021, pp. 433-460).

Com este estudo pretende-se descobrir aspetos relativos às migrações do interior de Portugal para espaços urbanos na segunda metade do século XVIII, com origem em S. Vicente da Beira (Castelo Branco): Quem eram os migrantes? Para que núcleos urbanos se dirigiam? Com que propósitos? Procurar-se-á discutir a migração na perspetiva da história conectada, na sua relação com fenómenos de natureza global, a exemplo das dinâmicas sociais e económicas subjacentes ao crescimento das cidades, questões de género e escravatura.

A escolha de S. Vicente da Beira obedeceu a três critérios principais. Primeiramente pelo facto de a localidade se situar geograficamente no interior de Portugal, distante das urbes de maior dimensão, sendo que os estudos sobre migrações no território português centram-se sobretudo nas regiões do litoral,

próximas de grandes centros urbanos (Lopes, 2009). A segunda razão da escolha prende-se com a tipologia da fonte. Os livros de registos de passaporte, porque abrangiam um universo de pessoas variado, permitem o estudo do fenómeno migratório de uma forma mais ampla e diversa, contrariamente ao que sucede com outro tipo de fontes utilizadas para observar a mobilidade geográfica e que se centram em instituições, caso por exemplo das instituições hospitalares (Lopes, 2009). Os passaportes internos foram criados no período pombalino sendo abolidos em 1863. Eram obrigatórios para todos os indivíduos que pretendiam sair em viagem da respetiva comarca (Oliveira, 1995), não sendo motivados por algo em particular ou condição do indivíduo, à exceção do propósito de saída, contrariamente ao que sucede com as fontes de natureza hospitalar que se focam em pessoas sujeitas, por norma, às condições de doença ou pobreza. Em terceiro lugar porque, no caso de S. Vicente da Beira, ao invés do que se evidencia noutras regiões do interior do país, se conservaram os livros de registo de passaporte a partir de meados do século XVIII; no que concerne à Época Moderna, as fontes para o estudo das migrações são parcas e fragmentadas (Lopes, 2009, pp. 93)

Para este estudo, foi utilizado o livro de registo de passaportes internos que abarca o arco cronológico de 1767 aos alvares do século XIX². Este tipo de fonte apresenta algumas particularidades que importa ressaltar. Cada registo remete para uma pessoa. Contudo, há registos referentes a várias pessoas, quando por exemplo se trata de famílias que foram contabilizados neste estudo de forma individual. Por sua vez, a referência a viagens de menores e de mulheres, pela natureza da respetiva condição social, aparece de forma indireta, geralmente com referência apenas ao acompanhante. Alguns registos não têm menção aos propósitos da mobilidade. Quer isto dizer que é possível que parte destes indivíduos se enquadrem em outras formas de mobilidade e não necessariamente em fenómenos migratórios *stricto sensu*, onde a fixação da residência ou semi-residência em outra localidade, que não a localidade de origem, é variável determinante. Acresce que a mobilidade de alguns grupos sociais, caso das mulheres e crianças, pelo facto de ser referido apenas o acompanhante, encontra-se seguramente subcontabilizada.

Importa, igualmente, clarificar o conceito de cidade utilizado neste trabalho, que perpassa questões demográficas ou jurídico-administrativas. A cidade é entendida em termos sociais, económicos, jurídicos, demográficos e culturais na sua relação com o espaço que a rodeia, bem como com outras cidades (Epstein, 2001; Santos, 2013). Nesta perspetiva, não é possível considerar apenas como cidades as localidades que detinham esse estatuto jurídico. Covilhã, pela existência de manufatura estabelecida no setor dos têxteis, Chaves por questões históricas que remontam ao período romano, Vila Real e Santarém pela relevância demográfica

² Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB) – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08.

e importância económica, social e política (Sousa, 1989) e Estremoz, que no século XVIII chegou a pedir elevação ao estatuto de cidade, foram igualmente consideradas neste estudo como núcleos urbanos.

O tema, pela sua complexidade, merece uma análise aprofundada através de estudos mais abrangentes ou que através do cruzamento dos registos de passaportes internos com outras fontes históricas —por exemplo com registos paroquiais— por forma a que se possa observar com mais clareza este tipo de fenómeno.

2. Os migrantes

Entre 1767 e 1801, num universo de referências a 481 indivíduos que saíram de S. Vicente da Beira, 237 destas referências respeitam a pessoas que se ausentaram da localidade com destino a cidades. Quer isto dizer que cerca de metade das pessoas que saíam da comunidade faziam-no com propósito de se dirigir para os núcleos urbanos (49 %, contra 51 % para outros locais). Os pedidos de deslocação eram feitos com referência a um período que, por norma, oscilava entre 15 dias e 6 meses (em média cerca de 2 meses, mais concretamente 63 dias, valor calculado para 199 registos). Lisboa, apesar da distância a que se situava de S. Vicente da Beira, cerca de 250 km, evidencia-se como a principal cidade de destino. Em 256 referências a cidades nos registos de viajantes —nalguns registos fazia-se menção a deslocação para mais do que uma localidade de destino— Lisboa aparece com 50 % de referências. As referências a outros núcleos urbanos são muito menos expressivas, sendo Coimbra, Olivença, Guarda, Elvas e Porto as cidades comumente referenciadas nos registos de passaporte. Verifica-se assim que o poder da atração das cidades, mormente de Lisboa, é inofismável para as gentes de S. Vicente da Beira, à semelhança do que sucedia noutros países europeus onde as grandes cidades se constituíam como polos de atração de população rural na segunda metade do século XVIII.

A dependência da região da capital, no plano económico, era grande. Vários produtos eram vendidos em Lisboa, como se terá possibilidade de ver. Por sua vez, havia gente de S. Vicente que dependia dos mercados de capital para a compra de matérias-primas, caso dos sapateiros. De S. Vicente partiam também pessoas com destino a Lisboa para ver a família. É crível que parte das pessoas que se deslocavam para Lisboa em contextos familiares ou laborais acabassem por ser fixar definitivamente na capital. Acresce que as deslocações eram facilitadas pela existência de vias de comunicação que ligavam Lisboa ao interior e que passavam por esta região, por via terrestre, mas igualmente através do rio Tejo. É comum a referência que a viagem para Lisboa se fazia por “mar e terra”. Por exemplo, em 1775,

Francisco de Matos fez um pedido de passaporte para “por mar e terra [...] ir pelo porto de Vila Velha com hua partida de castanha para Lisboa”³. Igualmente existia uma via terrestre que da capital ia em direção à Guarda por Abrantes, passando por Tinalhas, Caria e Belmonte até chegar à cidade da Guarda (Castro, 1814, p. 129).

Em todo o caso, as gentes de S. Vicente não contribuíam apenas para o crescimento urbano de Lisboa. Dos 7 principais destinos dos migrantes, 6 são cidades, a saber: Lisboa, Coimbra, Olivença, Guarda, Elvas e Porto. Nestes casos, a fixação de população em alguns destes núcleos urbanos não se pode circunscrever apenas a motivos laborais. Parte dos que foram para Coimbra, fizeram-no por força da prossecução de estudos superiores.

No que concerne ao género, a esmagadora maioria dos registos reporta-se a indivíduos do sexo masculino. Com efeito, no universo de 237 pessoas, 224 correspondem a pessoas do sexo masculino (95 %), sendo apenas 13, cerca de 5 %, referentes a mulheres. Não obstante, é crível que os valores referentes ao género feminino sejam superiores ao que transparece nas fontes, uma vez que as mulheres viajavam, por norma, acompanhadas. Curiosamente, em nenhum registo se refere que se deslocavam por motivos laborais. Os motivos invocados eram sobretudo de cariz familiar, ir em companhia do marido ou de irmãos. Por outro lado, enquanto nos registos masculinos se fazia referência ao nome completo do viajante, no caso das mulheres o seu nome, por norma, não aparece referenciado ou aparece apenas referência ao primeiro nome sem qualquer menção ao apelido. Por exemplo, no registo de passaporte de Tomé Fernandes revela-se que ia na companhia da “mulher”, sem referência ao nome da esposa. O mesmo sucedeu com Manuel Antunes, tendeiro, que foi para várias partes do reino com a mulher sem ser feita menção ao seu nome. Nicolau de Sarge levou a esposa e respetiva familiar para Lisboa, sendo que nos registos aparece apenas a referência que se chamavam Teresa e Joana⁴. Já o capitão Gaspar Proença obteve licença para se ausentar da localidade com o propósito de ir “buscar a mulher”. Transparece assim dos registos uma ideia de mulher que assenta nos pressupostos de um ser sem identidade, invisível, desmerecido, intencionalmente desconsiderado pelo universo masculino em particular neste contexto das migrações. A figura masculina, assumia-se, no século XVIII, como uma figura de poder e autoridade no universo familiar, sendo um dos deveres da esposa relativamente ao marido, o dever de obediência. Existiam, contudo, espaços, caso dos espaços domésticos ou momentos e práticas, a exemplo das práticas religiosas, onde a mulher gozava de algumas liberdades relativamente ao homem (Olival, 2011, pp. 249-273).

³ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08, fl. 25.

⁴ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08, fls. 16v; 23v; 35v.

Mesmo considerando que as cifras estão subcontabilizadas, o número de mulheres é consideravelmente diminuto quando comparado com as cifras de homens que migravam. O fenómeno migratório estava particularmente dependente de fatores económicos que se prendem com os mercados e as necessidades laborais; as atividades desempenhadas por mulheres circunscreviam-se sobretudo a atividades domésticas e têxteis, enquanto as dos homens eram muito mais diversificadas no que concerne aos ofícios desempenhados (Heijden, 2023). Com efeito, os viajantes de S. Vicente da Beira eram sobretudo trabalhadores e indivíduos que exercitavam determinados ofícios, num universo muito diverso, entre os quais se contavam sapateiros, barbeiros, jornaleiros, moleiros, almocreves, mercadores e pastores; ascendem a 86 %, num grupo de 75 indivíduos que solicitaram a atribuição de passaporte, com menção à profissão ou ao estatuto social. Os restantes 16 % eram padres, estudantes, mas também havia cirurgiões, pobres, ermitões, professores, bailarinos, escudeiros e alcaides.

Em várias regiões da Europa eram os mercados que ditavam as migrações das zonas rurais para as cidades, em particular as necessidades laborais (Heijden, 2023, pp. 326). S. Vicente não fugia à regra. Com efeito, em 89 % das justificações apresentadas para saída são alegados motivos de trabalho e familiares, com 57 % e 22 %, respetivamente (grupo constituído por 131 indivíduos, com 102 a invocarem razões de trabalho/familiares como motivos de saída). Nos registos de passaporte aparece comumente a referência genérica vai “em negócios”. Por negócios entendiam-se atividades diversificadas que passavam sobretudo por atividades comerciais. A venda de produtos da região em mercados exteriores obrigava a deslocações, caso por exemplo da castanha ou do leite vendidos em Lisboa, ou peles de raposa e coelho em Elvas. Por exemplo, José António Coxo e António Nunes foram em 1769 a Lisboa em “negócios” vender castanha⁵. Anos depois, em 1775, Francisco Pires Rouxinol e Manuel Gonçalves foram para a capital, por tempo de dois meses, com um rebanho de 50 cabras para vender leite. Sensivelmente no mesmo período, José Mesquita foi a Lisboa “buscar cabedal para o seu trabalho”⁶. Havia igualmente quem fosse para Lisboa para “aprender o ofício”, caso dos barbeiros António José Matos e João Patrício Leitão, em 1792⁷. Por sua vez, em 1793, Manuel Durão foi um mês “para Elvas com huma partida de pelles de coelho e algumas de raposa para a fabrica”⁸. A economia da região centrava-se na produção de centeio, azeite e castanha, sendo que a produção de outro tipo de bens era em menor quantidade, caso do milho, vinho, feijões, linho e mel. Havia igualmente a “criação de gados, ovelhas, bois e cabras” e

⁵ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fl. 8.

⁶ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fls. 25;31.

⁷ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fls. 37v-38.

⁸ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fl. 39v.

alguma caça⁹. Mas havia quem viajasse para comprar produtos que a região carecia, a exemplo de sapateiros que necessitavam de peles para sapatos, dos almocreves que se abasteciam em diversos mercados, levando e trazendo produtos de que a região estava carente, ou dos pedreiros que se deslocavam a sítios distantes, caso de Castelo de Vide, para comprar cal¹⁰. O comércio era muitas vezes realizado em feiras. Por isso, a participação neste tipo de mercados era um dos motivos apresentados para a emissão do passaporte, por exemplo a ida à feira da Golegã, Évora ou Viseu¹¹.

Os restantes motivos, como participação em romaria, estudos, doença, atividades militares, prática de esmolas ou questões judiciais têm expressão residual. Cerca de 10 % alegavam propósitos de acompanhamento de outras pessoas, a exemplo de mulheres, crianças, estudantes ou clérigos.

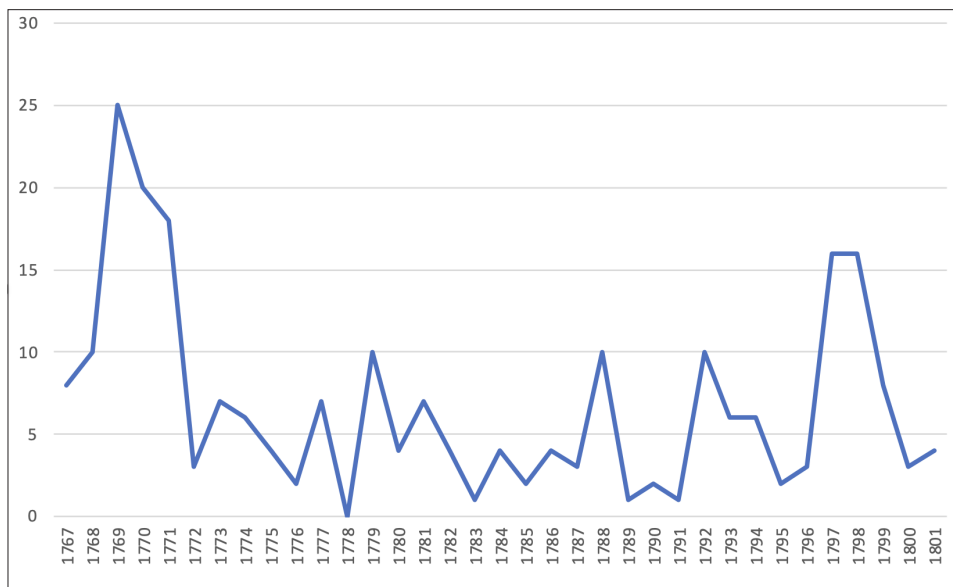


Fig. 1 – Deslocações para as cidades (número de registos por ano).

⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – Memórias paroquiais de Freixial do Campo, vol. 16, nº 174, p. 1053 a 1056; Lourçal, vol. 21, nº 143, p. 1261 a 1266; Sobral do Campo, vol. 35, nº 192, p. 1417 a 1420; Tinalhas, vol. 36, nº 54, p. 349 a 352; S. Vicente, vol. 39, nº 153, p. 923 a 958.

¹⁰ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, fls. 11; 28v; 31.

¹¹ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, fls. 13v; 26; 28v.

No que concerne à mobilidade para os espaços urbanos, os dados revelam a existência de dois picos principais entre 1769 e 1771 e entre 1797 e 1798, com valores claramente superiores à média que se cifrava em cerca de 6 registos anuais. Considerando que a população de S. Vicente se deslocava sobretudo para a cidade de Lisboa, é crível que o primeiro possa ter a ver com o crescimento da capital após o terramoto de 1755; Lisboa cresceu, em termos demográficos, ao ritmo de 1,2 % ao ano nas últimas duas décadas do século XVIII (Rodrigues, 2009). O segundo pico decorre de questões de mobilidade, sobretudo militar, resultantes da guerra com Espanha, nomeadamente a Guerra da Segunda Coligação (1798-1801). Vários exemplos se podem colher, ilustrativos do impacto da guerra na mobilidade geográfica. Por exemplo, em 1798, António de Bailão foi ao Alentejo “a ver de hum seu filho chamado Francisco o qual fizerao soldado pela ocasio da seifa do ano de 1797”. Manuel Espírito Santo foi em 1798 “a ver de seu filho Jacinto que assentou praça de soldado voluntariamente”¹². As dinâmicas sociais, as estruturas sociais, caso da família, eram profundamente alteradas em contextos de conflito.

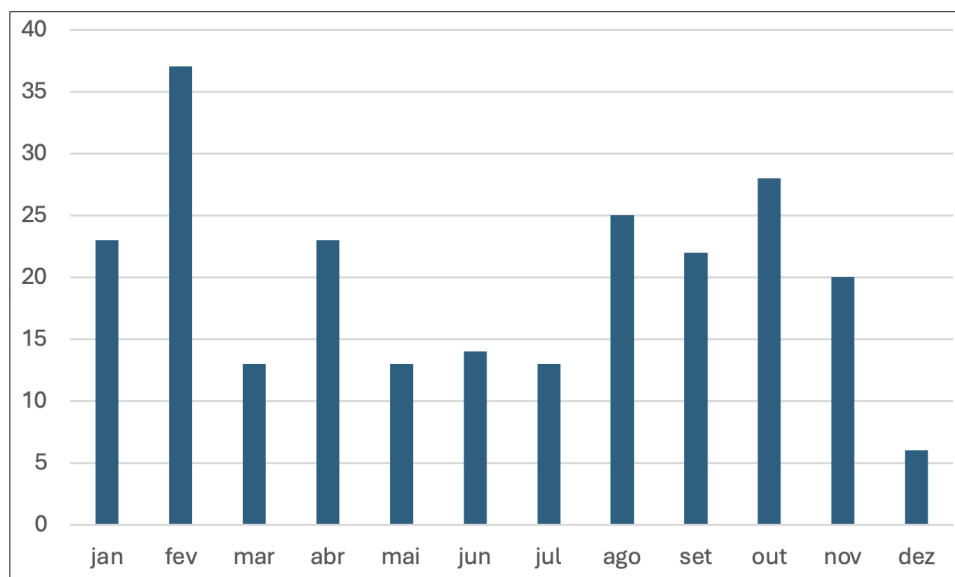


Fig. 2 – Deslocações para as cidades (número de registos por mês).

¹² ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fls. 46v; 47v.

No que concerne à distribuição mensal das deslocações para as cidades, verifica-se uma ocorrência mais frequente nos meses de janeiro, fevereiro e abril, bem como em agosto, setembro, outubro e novembro. É verosímil que a sazonalidade das migrações tenha a ver com questões que se prendem com a atividade agrícola, nomeadamente com a época das colheitas. Com efeito, parte considerável migrava por estes motivos. Vários trabalhadores abandonavam anualmente S. Vicente para o Alentejo, por forma a trabalharem nas ceifas. Manuel Antunes que em 1770 foi para Estremoz para “fazer as seifas”. No ano seguinte foi a vez de Tomás e Manuel, ambos da localidade de Lourical, que foram para Elvas, por tempo de dois meses, com o mesmo propósito¹³. Pese embora a sazonalidade do trabalho, é crível que alguns que foram para as ceifas acabassem por se fixar na região. As autoridades de S. Vicente tinham consciência de que havia quem se deslocava para outras regiões com o propósito lá ficar. Em 1770, no registo de passaporte de João Mendes, cujo destino era o Alentejo refere-se concretamente que o passaporte era atribuído por dois meses “com obrigação de findo elles de voltar”¹⁴. Tratava-se de trabalho que resultava da falta de mão de obra que existia em algumas regiões do país, nomeadamente no Alentejo. Não é possível perceber se este tipo de trabalho se enquadrava no trabalho contratualizado de cariz forçado. Nas Caraíbas e no Canadá, os trabalhadores que se deslocavam para estas regiões a partir de Inglaterra e França ficavam dependentes dos proprietários por um período de tempo, sendo a dependência uma forma de coerção (Stanziani, 2023). A sazonalidade de algumas deslocações pode ainda ter a ver com questões sociais, nomeadamente com o matrimónio. Em 1767 José de Mesquita foi para Lisboa “levar uma sua filha a casar” e Isabel Clara, em 1781, também se dirigiu a Lisboa para levar os netos “para companhia de sua mãe”. Em termos anuais, sabe-se que os casamentos ocorriam mais frequentemente nos meses de fevereiro e novembro (Barata, 2021, pp. 108).

A escravatura, enquanto realidade transcontinental, também se revela em contextos de mobilidade urbana. Francisco de Azevedo era escravo do desembargador João Carvalho de Azevedo. Foi a Lisboa no dia 25 de outubro de 1768 para tratar de negócios do desembargador. Em 9 de junho 1771 foi de novo a Lisboa na companhia do seu senhor¹⁵. Anos depois, em 1776, José Leitão dirigiu-se a Monsanto com a incumbência de vender Ana, escrava do capitão-mor de S. Vicente da Beira¹⁶. Na região de S. Vicente da Beira, os seres humanos escravizados, à semelhança do que sucedia noutras regiões do país (Rijo, 2012), eram utilizados em várias tarefas, entre as quais se contavam as tarefas domésticas, mas também havia quem fosse incumbido de tratar de negócios como se mostra através do caso

¹³ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08, fls. 17; 21.

¹⁴ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08, fl. 17v.

¹⁵ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08, fls. 7v; 21.

¹⁶ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08, fl. 25v.

de Francisco de Azevedo. A confiança que o desembargador João de Carvalho Azevedo depositava no seu escravo e a venda de Ana por parte do capitão-mor revelam formas diversas de percepção da escravidão, à semelhança do que sucedia noutros espaços geográficos da Europa e em particular da Ásia. A escravidão era composta por várias formas, ou seja, não havia uma escravidão mas diversas formas de escravidão ou “escravidões” (Van Rossum, 2021). Por outro lado, relevam que a mobilidade geográfica também se verificava no seio deste grupo de pessoas, tal como ocorria nas regiões do mediterrâneo onde a mobilidade era uma realidade motivada por deslocamentos de natureza variada, a exemplo de uma prisão para outro presídio, ou de um senhor para outro senhor, ou mesmo de uma residência para outra residência (Calafat & Grenet, 2023).

As referências a escravos são, todavia, parcas nos registos de passaporte (apenas se contabilizaram três referências). A escravatura sofreu um abalo com as medidas pombalinas que impediram a realização do tráfico de escravos com a metrópole, sendo que posteriormente foram considerados livres os filhos dos escravos nascidos no reino ou que fossem descendentes de cativos de 4.^a geração. Contudo, a legislação pombalina não determinou o imediato desaparecimento da escravatura do país (Fonseca, 2011). Os registos de passaporte de S. Vicente espelham, igualmente, marcas que resultam da forma como o escravo era considerado e menosprezado. Francisco António foi para Lisboa em 1799 “pera se acomodar”. Refere-se no registo que era o “mulato” do capitão-mor¹⁷. Anos antes, em 1793, João de Abreu foi para o Minho “para trabalhar e fazer a vindima”, com referência de que se tratava de “o mulato”¹⁸. As disposições legais relativas aos passaportes determinavam que se fizesse menção às características físicas dos requerentes de passaporte. Todavia, as referências à cor da pele aparecem apenas nos casos dos escravos.

Finalmente, importa considerar outros fatores determinantes da mobilidade que se prendem com questões culturais. Vários pedreiros trabalharam e fixaram-se em S. Vicente, maioritariamente oriundos de Vila Nova de Cerveira ou de Valença do Minho. Alguns deslocaram-se, em determinados momentos, para espaços urbanos. Em 1794 José Vicente requereu passaporte para ir a Lisboa “assistir ao casamento de hum seu cunhado”¹⁹. A presença sistemática de pedreiros do Minho em S. Vicente da Beira — e a sua mobilidade — é reveladora da forma como se afirmavam os padrões estéticos nortenhos em distintas regiões do país no decurso do século XVIII. A religião também podia ser variável determinante da mobilidade. Em 1790, José António Fernandes Ferreira e José Mendes foram a Santiago de Compostela. Fizeram-no por motivos religiosos, fazendo a peregrinação pelos caminhos de

¹⁷ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fl. 49.

¹⁸ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fl. 41v.

¹⁹ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fl. 43.

Santiago que passavam pela região²⁰. A rede urbana potenciava igualmente a mobilidade e os fluxos migratórios entre cidade e campo noutras dimensões de cariz cultural. Em 1793, o italiano Rudolfo Putti esteve em S. Vicente da Beira. Era bailarino. Depois de ter estado em S. Vicente foi “para a Covilhã ganhar para se governar”²¹.

3. Nota final

Os migrantes de S. Vicente da Beira na segunda metade do século XVIII eram sobretudo homens, maioritariamente gente do Terceiro Estado, que se deslocam para fora da respetiva comarca com propósitos laborais e familiares. Razões de natureza comercial, o exercício de determinado ofício, ou a prestação de serviços, a exemplo do trabalho à jorna ou cobrança de rendas eram os principais motivos que motivavam as deslocações. Deslocavam-se sobretudo para as regiões de Lisboa, Alentejo e Beira, constituindo-se a capital como principal polo de atração. Fatores económicos e geográficos foram determinantes para que estas regiões fossem privilegiadas em detrimento de outras zonas do país.

Certos fenómenos de cariz global espelham-se nas migrações de S. Vicente. Através da mobilidade é possível entrever a presença de escravos. Alguns foram vendidos, outros utilizados em tarefas que não passavam necessariamente pelos trabalhos manuais. É possível entrever o anátema que pesava sobre os escravos ou os seus descendentes, os únicos referenciados pelas características étnicas/raciais nos registos de passaporte. A menorização da mulher transparece igualmente nos registos de passaporte. Raramente se deslocavam para fora da comarca. Quando o faziam, eram por norma acompanhadas por homens. A liberdade das mulheres era restringida. É possível, igualmente, entrever outros fenómenos macro a partir dos registos de passaporte, caso do crescimento das cidades e da guerra que tiveram impacto efetivos na deslocação de pessoas desta região do interior do país. Realidades culturais de cariz transnacional encontram eco na mobilidade de S. Vicente. Os caminhos de Santiago levavam alguns a sair de S. Vicente em direção a Compostela. Por outro lado, a existência de uma comunidade de pedreiros do Minho, determinou a afirmação de padrões artísticos do barroco do Norte nas regiões do interior da Beira. A circulação de pessoas, os contactos com outras gentes contribuíam também se vislumbram noutro planos culturais, caso da dança.

²⁰ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fls. 36v.

²¹ ADCB – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mç. 08, fl. 41.

As dinâmicas da mobilidade geográfica de S. Vicente da Beira não se distinguem, em termos gerais, das dinâmicas que se verificam noutras regiões da Europa, evidenciando o enorme poder de atração das cidades sobre o mundo rural. Revelam-se, contudo, algumas particularidades que decorrem da dimensão extraordinária da cidade de Lisboa, cujo impacto em regiões distantes e periféricas era evidente, como o caso de S. Vicente da Beira testemunha. Por outras palavras, o impacto de Lisboa decorre da dimensão da capital, que em Portugal possuía uma dimensão em termos demográficos, sociais e económicos desmesuradamente superior às restantes cidades. Os fatores económicos e sociais, em particular o mercado de trabalho, estavam entre os principais fatores potenciadores da mobilidade que era na sua esmagadora maioria masculina. Contrariamente ao que se verifica noutras regiões da Europa, sobretudo na Holanda, em que a mulher já aparece a viajar sozinha, os registos de passaportes de S. Vicente espelham o condicionamento da mulher, obrigando-a a viajar na dependência da figura do homem. Revela-se igualmente, à semelhança do que sucedia noutros espaços geográficos, distintas dimensões da escravatura e a existência de mobilidade no seio de grupos onde a liberdade estava condicionada, caso dos escravos. Os registos de passaporte indiciam, para além da saída sistemática de pessoas do interior do país com destino aos centros urbanos, uma outra dimensão que se prende com a circulação de pessoas; indivíduos que passavam pelas comunidades com propósitos de viagem ou de atividades laborais oriundos de várias regiões do país.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB) – Livro de registo de passaportes-internos, liv. 1, mc. 08
- Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – Memórias paroquiais de Freixial do Campo, vol. 16, nº 174, p. 1053 a 1056; Louriçal, vol. 21, nº 143, p. 1261 a 1266; Sobral do Campo, vol. 35, nº 192, p. 1417 a 1420; Tinalhas, vol. 36, nº 54, p. 349 a 352; S. Vicente, vol. 39, nº 153, p. 923 a 958.

Bibliografia

- BARATA, A. M. F. (2021): “A Nupcialidade no Reinado de D. José I (1750-1777): O caso da vila de Serpins”. *Caderno Espaço Feminino*, 34 (1), pp. 103-116.
- BORSAY, P. (2014): *The Eighteenth-Century Town: A Reader in English Urban History 1688-1820*. Oxfordshire: Routledge.
- CALAFAT, G., & GRENET, M. (2023): “Slavery, Captivity, and Mobilities in the Early Modern Mediterranean”. Em C. ANTUNES & E. TAGLIACCOZZO (eds.): *The Cambridge History of Global Migrations: Volume 1: Migrations, 1400–1800*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 33–51.
- CASCÃO, R. (1996): “Mobilidade geográfica nos finais do Antigo Regime (1823-1834) – o caso do concelho de Penela”. *Revista Portuguesa de História*, 31 (2), pp. 383-410.
- CASTRO, J. B. (1814): *Roteiro terrestre de Portugal: em que se expõem, e ensinão por jornadas*. Lisboa: Na Offic. De Joaquim Rodrigues d’Andrade.
- EPSTEIN, S. R. (2001): *Town and Country in Europe, 1300-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EWEN, S. (2016): *What is Urban History?* New Jersey: Wiley.
- FITZGERALD, P. D., & LAMBKIN, B. D. (2008): *Migration in Irish History 1607-2007*. London: Palgrave Macmillan.
- FONSECA, J. (2011): “Repercussões no Alentejo da legislação pombalina sobre a escravatura”. In T. FONSECA & J. FONSECA (ed.): *O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração: Mudanças e permanências*. Évora: Publicações do Cidehus, pp. 179-192.
- HEIJDEN, M. van der. (2023): “Urban Migration and Gender Diversity in Eurasia, 1600–1800”. Em C. ANTUNES & E. TAGLIACCOZZO (eds.): *The Cambridge History of Global Migrations: Volume 1: Migrations, 1400–1800*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 319-335.
- LERCH, M. (2021): “International Migration and The Growth Of Zurich, 1836-1949”. *Population*, 76 (3), pp. 433-460. <https://doi.org/10.3917/popu.2103.0461>

- LOPES, M. A. (2009): “Dos campos para Coimbra: Os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime”. In J. HERNÁNDEZ BORGE & D. L. GONZÁLEZ LOPO (eds.): *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*. (Actas del Coloquio Internacional, Santiago de Compostela, 27-28 de noviembre de 2008). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 93–129.
- NAIL, T. (2015): *The Figure of the Migrant*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- OLIVAL, F. (2011): “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”. In J. MATTOSO (dir.) & N. G. MONTEIRO (coord.): *História da Vida Privada em Portugal. Vol. II – A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, pp. 244-275.
- OLIVEIRA, A. de (1995): “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”. *ARQUIPÉLAGO – Revista da Universidade dos Açores*, 1 (1), pp. 259-307.
- RIJO, D. (2012): “Os escravos na Lisboa joanina”. *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, 3, pp. 111-129.
- RINGROSE, D. R. (1997): “La ciudad y su entorno en la época moderna”. *Manuscripts: Revista d’història moderna*, 15, pp. 221–246.
- RODRIGUES, T. (2009): “Lisboa. Das longas permanências demográficas à diversidade social”. In: *Jornadas de Demografia Histórica de Lisboa, Abril-2008*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.
- SANTOS, C. (2013): “As cidades portuguesas na Idade Moderna. População”. In *I Congresso Internacional «As cidades na História: População», Atas*. (Vol. 1. Conferências das Sessões Plenárias). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 203-220.
- SOUSA, F. (1989): “Vila Real: A memória de uma cidade”. *Revista Da Faculdade De Letras. História*, 6 (1), pp. 271-286.
- STANZIANI, A. (2023): “Debt, Bondage, and Indentured Labor in Land and Maritime Empires”. In C. ANTUNES & E. TAGLIACCOZZO (eds.): *The Cambridge History of Global Migrations*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 71-88.
- Van ROSSUM, M. (2021): “Slavery and Its Transformations: Prolegomena for a Global and Comparative Research Agenda”. *Comparative Studies in Society and History*, 63 (3), pp. 566-598.

A vila do Barreiro no século XIX: uma nova porta para o Sul

Fernando da Motta¹

Resumo

Esta comunicação insere-se no trabalho de doutoramento, em fase de conclusão, intitulado “A Modernização da vila do Barreiro no século XIX”, a ser defendido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A vila do Barreiro acolheu a primeira grande estação ferroviária construída de raiz no nosso país, ainda antes da estação de Santa Apolónia, em Lisboa. À sua volta desenvolveram-se atividades industriais e ferroviárias que transformaram o Barreiro numa referência nacional da revolução industrial portuguesa. A barreira do rio Tejo, no acesso a Sul, acabou por tornar o Barreiro num ponto nevrálgico da rede ferroviária nacional, como porta de entrada na cidade de Lisboa, associado ao serviço fluvial. Contudo, a construção e abertura ao tráfego da linha em 1861 não representou para a localidade um crescimento imediato. Pretendemos assim, demonstrar que sem infraestruturas adequadas (como uma nova estação ferroviária fluvial, inaugurada em 1884) não se registou o pleno desenvolvimento económico esperado com a instalação do caminho de ferro na vila, iniciado com o Decreto de 24 de agosto de 1854.

Palavras-chave

Barreiro, Transportes, Caminho de ferro, Economia, Indústria

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Câmara Municipal do Barreiro. Email: fernandomcmotta@gmail.com

The village of Barreiro in the 19th century: a new gateway to the South**Abstract**

This communication is part of the doctoral work, nearing completion, entitled “The Modernization of Barreiro in the XIX century”, to be defended at the Faculty of Arts and Humanities of University of Porto.

The town of Barreiro hosted the first large railway station built from scratch in our country, even before Santa Apolónia station, in Lisbon. Industrial and railway activities developed around it, transforming Barreiro into a national reference point for the Portuguese industrial revolution. The Tagus River barrier, on access to the South, ended up making Barreiro a critical point on the national railway network, as a gateway to the city of Lisbon, associated with the river service. However, the construction and opening of the line to traffic in 1861 did not represent immediate growth for the locality. We thus intend to demonstrate that without adequate infrastructure (such as a new river railway station, opened in 1884) the full economic development expected with the installation of the railway in the town, initiated with the Decree of August 24, 1854, was not achieved.

Keywords

Barreiro, Transport, Railway, Economy, Industry

As ligações fluviais entre o Barreiro e Lisboa (assim como entre outras localidades ribeirinhas do Tejo e do rio Coina) eram remotas (Pais, 1963, p. 141). Estas ligações eram efetuadas por embarcações à vela, de pequena ou média tonelagem, que acostavam ao largo ou na antiga praia Norte e Poente do concelho para carregar ou descarregar passageiros e mercadorias.

Mas, foi a partir da década de 1850 que uma nova porta para o Sul se abriu com a construção do caminho de ferro.

Eram poucos os cidadãos do concelho do Barreiro que conheciam, no verão de 1854, o debate parlamentar que decorria na Câmara dos Deputados e de como as decisões aí tomadas alterariam o seu futuro. Discutia-se a construção de uma nova linha de caminho de ferro, que indo para sul e passando pela província do Alentejo, entroncasse com as linhas espanholas em Badajoz. A linha férrea seguiria o trajeto terrestre da mala-posta (ou serviço de correios) e teria o seu início na Aldeia Galega (atual Montijo) (Pereira, 2012, p. 178).

O Barreiro surge, pela primeira vez, como possibilidade de ponto de partida da linha de caminho de ferro no parecer do Conselho de Obras Públicas e Minas, datado de 19 de julho de 1854. Nesse parecer, o Conselho não deixou de referir que “tanto sob o ponto de vista das melhores condições para a construção de obras de arte, como económicas, seria muito mais conveniente ao país que o traçado do novo caminho de ferro partisse do Barreiro, seguindo pelo vale ao norte de Palmela e tocando num ponto do Sado antes de chegar a Vendas Novas”. Deste modo, “se atravessaria um país fértil e povoado, ligar-se-ia o Tejo com o Sado, dar-se-ia um melhor desembarque aos passageiros que fossem de Lisboa, encurtando-lhe ao mesmo tempo, a viagem do Tejo, e se economizaria finalmente, em parte, as estradas do Barreiro a Setúbal, a Alcácer e a Aldeia Galega”². Apesar de o Conselho Geral de Obras Públicas apontar ainda algumas falhas ao projeto, Fontes Pereira de Melo não o levou em conta e assinou um contrato provisório com os Pares do Reino, Marquês de Ficalho e José Maria Eugénio de Almeida, em 24 de julho de 1854. No mesmo dia, apresentou-o aos deputados. Apesar das críticas a alguns direitos chorudos obtidos pelos concessionários, o parlamento aprovou o contrato.

O projeto ferroviário Aldeia Galega a Vendas Novas não sofreu assim alterações significativas, tendo as Cortes encerrado no dia 4 de agosto, para serem reabertas apenas em janeiro do ano seguinte. A 7 de Agosto era aprovada a Carta de Lei confirmando o contrato para a construção deste caminho de ferro³, em tempo recorde para negócios desta natureza (Alegria, 1987, p. 260).

² *Diário do Governo*, n.º 172, de 25.07.1854, p. 950.

³ Arquivo Histórico Parlamentar – *Diário da Câmara dos Deputados*, 17.8.1854, p. 192.

Durante os debates parlamentares, o início do percurso (Aldeia Galega) nunca foi posto em causa, tendo o nome do Barreiro sido referido apenas uma única vez, no debate do dia 2 de agosto de 1854, em sessão noturna, quando o deputado Cunha Sottomayor questionou o conhecimento do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria e o seu Conselho sobre as características do terreno a atravessar pelo caminho de ferro:

“O ilustre relator da comissão disse – há o paul das Rilvas – o sr. ministro disse – há o paul da Marateca. Eu imagino que podia errar, quando tantos outros acertaram. Não tenho obrigação de estar mais adiantado do que os meus colegas. Eu dizia – o caminho de ferro partirá do Barreiro, correrá pelo vale norte de Palmela, etc. – nesta linha não há nem paul de Rilvas, nem subida da Atalaia, nem o paul da Marateca. E admira-me que o sr. ministro das Obras Públicas ignore, que partindo o caminho do Barreiro e correndo pelo vale norte de Palmela, podia ir entre uma espécie de istmo, que há entre o paul de Rilvas e Marateca (...)”⁴.

O deputado da oposição, o cartista António Cunha Sottomayor, já noutras situações, crítico em assuntos relacionados com o caminho de ferro (em particular, os contratos com as companhias privadas), tal como outros, nunca deixara, no entanto, de apoiar a construção de vias-férreas em Portugal (Pereira, 2008, p. 6).

Mas, mesmo com as Cortes encerradas e a classe política de férias, em menos de duas semanas tudo mudou a favor do Barreiro. A 26 de agosto, por decreto, foi aprovado um contrato adicional modificando a ligação até Vendas Novas, do Montijo para o Barreiro e prevendo a construção de um ramal para Setúbal⁵.

Um fator que, frequentemente, prevalecia sobre os argumentos técnicos era o “lobby” político dos caciques locais que, por diversas vezes, agiam como extensões mais ou menos confiáveis do governo central, nas áreas periféricas do país. Um exemplo foi o desvio na linha do Norte para Aveiro (Pereira, 2017, p. 67). O percurso não foi recomendado por nenhum dos engenheiros que pesquisaram a linha, mas a influência do deputado local, José Estevão, um dos parlamentares mais influentes dos anos 1850-60, convenceu o Governo a aceitá-lo. Outro exemplo, também conhecido e importante para a nossa investigação, foi a alteração do ponto de partida da linha do sul para o Barreiro, por conveniência de construção e por alegada influência do antigo primeiro-ministro, Joaquim António de Aguiar, Par do Reino, que detinha uma residência de veraneio no Lavradio e uma importante influência política (Pais, 1963, p. 184; Pereira, 2021, p. 73). Fazendo parte do partido Regenerador, que estava

⁴ Arquivo Histórico Parlamentar – *Diário da Câmara dos Deputados*, 2.8.1854, p. 56.

⁵ Arquivo Histórico Parlamentar – *Diário da Câmara dos Deputados*, 29.8.1854, p. 202.

no poder, usou da sua influência política junto do governo e dos dois principais acionistas da Companhia de Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo, os também Pares do Reino, marquês de Ficalho e José Maria Eugénio de Almeida, para modificar o início da linha do Sul. Esta alegada influência foi considerada, localmente pelos barreirenses, como estando certa. Os seus conterrâneos sempre a reconheceram, ao afirmarem que foi “ao grande estadista Joaquim António de Aguiar, que tanto se interessa pelo bem-estar d’esta terra, que o Barreiro deve, inquestionavelmente, o extraordinário benefício de ser a estação término do Caminho de Ferro do Sul e Sueste” (Pimenta, 1886, p. 75). Em reconhecimento dessa influência, a Câmara Municipal do Barreiro atribuiu, em 29 de novembro de 1885, à principal rua do Barreiro de então – rua de Palhais – o nome rua Conselheiro Joaquim Augusto de Aguiar, nome que ainda hoje apresenta.

Definido em linhas gerais o traçado da via-férrea, um ponto fundamental a considerar nos custos envolvidos na sua construção seria encontrar o caminho que tivesse o menor número de obstáculos, que não obrigasse a grandes deslocações de massas de terra, ou à construção de obras de arte para ultrapassar os obstáculos naturais ou outros. Neste sentido, depois de escolhido pelo Governo o ponto de partida do caminho de ferro na vila do Barreiro, foi necessário identificar os melhores terrenos para a implantação da gare e da linha férrea. Para isso, foi formada uma equipa de engenheiros, constituída por De Lenne⁶, engenheiro chefe, de origem belga e pelo engenheiro Bartolomeu Aquiles Dejante⁷, de origem portuguesa, mas formado na Bélgica. Em 30 de abril de 1855, os dois engenheiros partiram de Lisboa para o Barreiro, para levantarem o traçado da linha até Vendas Novas e Setúbal.

Depois deste primeiro levantamento, os sócios e os engenheiros, embarcaram para o Reino Unido para comprar o primeiro material e efetuar as primeiras contratações de pessoal especializado. No dia 26 de junho de 1855, chegavam a Lisboa a bordo do vapor inglês “Queen”, carris de ferro, madeira e 20 cavalos destinados à “Companhia Nacional dos Caminhos de ferro do Barreiro às Vendas Novas” e 10 passageiros: António Gomes Brandão, Tomás da Costa Ramos, diretores da Companhia, Luís José Dejante, José Mesquita da Rosa, empregados na mesma

⁶ Hugo Pereira (Pereira, 2018, p. 176) coloca a sua naturalidade na França. De origem belga, no espaço de quatro anos tinha sido incumbido da construção de uma parte do caminho de ferro do Luxemburgo, fizera igualmente os estudos do canal de junção do Sena com o Reno, bem como as plantas do caminho de ferro do Lovaine ao Sambre [*Jornal do Comércio*, 25 de abril e 2 de maio de 1855].

⁷ A família Dejante, de origem francesa, veio para Portugal em 1815. Parte da família instalou-se em Estremoz. Os Dejante foram responsáveis pela exploração e divulgação dos mármore de daquela região [*A Pedra*, n.º 87, outubro de 2003, pág. 47] e, mais tarde, em Lisboa, exercem, com patrocínio real, a arte da marcenaria. Bartolomeu Aquiles Dejante, filho de Luís Dejante e sobrinho de Pedro Bartolomeu Dejante, obtivera o diploma de engenheiro civil mecânico pela Escola Especial das Minas e das Artes e Manufaturas na Bélgica. Em 1860, participou nos estudos da marginal do Douro e, em 1864, trabalhou na fiscalização dos Caminhos-de-ferro do Leste e Norte. Em 1868, é o autor do Balneário Dodecágono, construído sobre a estrutura termal romana, nas Caldas das Taipas. Em 1870, trabalhava nas Obras Públicas do Distrito de Lisboa, sendo o autor do primeiro projeto da Avenida Central de Lisboa, a atual avenida da Liberdade. Faleceu em agosto de 1872 (Bastos, 2009).

Companhia, o engenheiro inglês J. Gregory, com quatro pessoas de família e o engenheiro francês C. Margeon⁸.

Entretanto, o projeto de traçado da linha e da estação ferroviária, da autoria dos engenheiros foi submetida pela companhia ferroviária, à apreciação do governo. Em julho de 1855, a Repartição Técnica da Direção Geral das Obras Públicas, no seu parecer, fazia alguns reparos sobre a localização da estação ferroviária, defendendo que deveriam ser efetuados novos estudos. Segundo eles, a estação ferroviária deveria “construir-se num ponto que fique próximo da povoação, aonde os barcos se achem ao abrigo dos vendavais e em que seja fácil o embarque e desembarque das mercadorias”⁹.

Não está ainda estabelecida definitivamente a autoria do projeto da primitiva estação ferroviária do Barreiro (na Recosta), mas terá sido muito provavelmente da responsabilidade do engenheiro belga De Lenne. Foi esta gare do Barreiro, a primeira estação ferroviária edificada em Portugal, antecedendo em alguns anos, a de Santa Apolónia – concluída apenas em 1865.

A inauguração dos trabalhos teve lugar a 10 setembro de 1855, de forma festiva, na praia da Recosta, no local onde se iria erigir a estação. Por volta do meio-dia, com a presença do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria Fontes Pereira de Melo, foi oferecido um lanche aos muitos populares que ali se encontravam e que gritavam vivas ao rei D. Pedro V e ao Regente¹⁰. Quatro anos depois, em 2 de fevereiro de 1859, realizava-se a primeira viagem oficial na Linha do Sul, ligando o Barreiro a Vendas Novas. Apesar de ser apenas uma visita real, com a presença do rei D. Pedro V e das mais altas figuras do Estado, a ocasião foi festivamente assinalada, tendo-se associado com grande regozijo a população do concelho, acompanhada pela sua Banda Filarmónica¹¹.

O primeiro edifício da estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste foi construído ao Sul da Vila do Barreiro e estava praticamente concluído em 1859. Nesta data, a reputada firma de construções ferroviárias P&W MacLellan, de Glasgow, dava por concluída a estrutura em ferro da cobertura da grande nave da estação, constituída pela gare, armazéns e oficinas.

Do ponto de vista arquitetónico, o atual edifício das oficinas ferroviárias, apresenta-se hoje ainda muito próximo do original, caracterizando-se pelas linhas imponentes da fachada, que se repetem interiormente nos vestíbulos e salas de passageiros, pela volumetria, sobriedade decorativa e funcionalidade, aspetos a ter em conta na sua categoria de Estação Principal da linha do Sul.

⁸ *Diário do Governo*, n.º 151, de 29.06.1855, p. 824

⁹ Coleção de Legislação Portuguesa, 26.7.1855.

¹⁰ *Revolução de Setembro*, 11.9.1855.

¹¹ *Revolução de Setembro*, 4.2.1859.



Fig. 1 – Edifício da primitiva estação ferroviária terminal do Barreiro, à data da foto a funcionar como oficinas ferroviárias. (c. 1880). Fonte: Arquivo fotográfico da CP.

A monumentalidade da estação do Barreiro, despertava a admiração e o orgulho de quem a visitava e dos próprios habitantes da vila, que a consideravam um “majestoso edifício que mede 68 metros de largura, por 95 de fundo, incluindo o grande terraço que lhe fica na frente e para o qual se sobe por duas amplas escadas laterais de cantaria; este edifício ocupa uma área de 6.460 metros quadrados, tendo só a gare 32 metros de largo por 67 de comprido” (Pimenta, 1886, p. 77).

A abertura oficial da linha ao tráfego deu-se apenas em 1861. Timidamente, o Barreiro transforma-se numa via de escoamento de um dos principais produtos de exportação do sul de Portugal: a cortiça. A passagem da linha de caminho de ferro nas proximidades de localidades como Estremoz, Portalegre e Azaruja (Painha, 2016, p. 78), contribuíram para a instalação no Barreiro, das primeiras fábricas de rolhas. A primeira existia já em 1865, pois Augusto Gomes de Araújo, autor de uma das primeiras monografias do Barreiro, afirmava que “embora surja mais tarde que no Alentejo ou no Algarve, está, pois, instalado no Barreiro (...) um fabrico de cortiça” (Araújo, 1865, p. 3). Sabemos hoje, em resultado desta investigação, que este fabrico de rolhas estava localizado no centro urbano, numa casa na rua

de Palhais (mais tarde, rua Joaquim António de Aguiar) com o número 33. Era seu proprietário o cidadão francês Gerard Lagard¹². Em 1872 já estava no Barreiro a família de Henrique José Lobo, natural de Sines, que tinha uma pequena fábrica de produção rolhas (através de processos manuais) na rua Miguel Pais¹³, em frente do moinho pequeno (Pais, 1963, p. 249). No mesmo ano, Carlos Garrelon adquiria um armazém na mesma rua, junto ao rio, com 100 metros de comprimento e trinta de largura, para aí instalar uma fábrica de cortiça¹⁴, tendo como gerentes a família Camps (Tomás, natural da Catalunha e o seu filho André, natural da Azaruja). A chegada de cortiça à vila do Barreiro neste período estava diretamente relacionada com a chegada da linha a Évora, em 1863 (Bernardo, 2017, p. 5) e posteriormente a Estremoz, em 1873.

A população do Barreiro teve sempre consciência das vantagens comerciais que podiam advir da proximidade com a capital do reino, mas faltava-lhe um porto comercial, algo pelo qual que se baterá até ao primeiro quartel do século XX.

Contudo, a localização da estação ferroviária do Barreiro, apresentava um verdadeiro obstáculo para atrair a instalação de novas indústrias no concelho. Construída, como vimos, na praia da Recosta, a cerca de um quilómetro da área urbana de vila do Barreiro, estava também longe do rio Coina, que está defronte. Assim, era preciso efetuar-se o transbordo de mercadorias da estação para o rio, por meio de transitários que levariam as mercadorias até à Ponta do Mexilhoeiro por carroça e daí por barco para Lisboa, ou pelo frágil cais de madeira construído pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul em frente da gare, com 340 metros de comprimento (ver figura 2).

Na altura da construção da estação era afirmado:

“O local escolhido para a sua edificação foi péssimo; primeiramente, os passageiros que de Lisboa se dirigiam para este caminho, desembarcavam na ponta do Mexilhoeiro e tinham de percorrer um extenso areal de cerca de dois quilómetros, antes de chegarem ao local onde deviam meter-se no comboio; mais tarde, começou o vapor a ir lançar os passageiros mesmo defronte da estação, mas ainda assim o incomodo não era muito menor, pois que passavam do vapor para pequenos barcos que os vinham lançar em terra, tendo ainda de percorrer, a pé, uma certa distância até à estação ” (Pimenta, 1886, p. 78).

¹² Arquivo da Sociedade Democrática União Barreirense – Livro de registo de sócios da Sociedade Humanitária do Barreiro, 1865.

¹³ Arquivo Distrital de Setúbal, Notariais do Barreiro, 28.8.1880.

¹⁴ DGLAB/TT – Cartório Notarial de Lisboa, Escrituras, 13.12.1872.



Fig. 2 – Pormenor da carta das margens do Barreiro, onde é observável a ponte-cais em madeira da Companhia de Caminhos de Ferro do Sul, defronte da primitiva estação terminal. Fonte: Direção Geral do Território, Carta das margens do Barreiro (1867), por César Augusto da Costa; cota: cartografia, Extr 10Ep10.

Em 1855, durante as sondagens efetuadas pelo engenheiro De Lenne para a localização da estação ferroviária, verificou-se que os lodos na margem do Coina eram profundos. As tentativas para construir aqui uma ponte do mesmo tipo, que permitisse a ligação com navios, foram goradas. A companhia ferroviária tentou então construir uns pegões de alvenaria para assentar tabuleiros de madeira por volta de 1858 ou 1859. Porém, o leito da ribeira tudo absorvera e, quinze anos depois, nem vestígios restavam dessa obra. Para resolver este problema, o engenheiro-chefe da companhia ferroviária sugeriu que se fizesse uma derivação da linha para a Ponte do Mexilhoeiro. No entanto, o proprietário da quinta Braamcamp, Abraham Wheelhouse, opôs-se a este projeto por não querer a sua quinta atravessada pela ferrovia. A influência de Joaquim António de Aguiar foi fundamental para que a decisão de fazer do Barreiro o término da linha ferroviária não fosse alterada, apesar da estação ter de ficar por isso no local menos próprio que se poderia escolher (Valadas, 1878, p. 85).

Com o início da construção do Caminho de Ferro do Sul e posterior abertura à exploração em 1861, o exclusivo da ligação fluvial entre o Barreiro e Lisboa coube à mesma Companhia de Vapores do Tejo, que inicialmente continuava a deixar os passageiros e mercadorias na ponte do Mexilhoeiro, fazendo depois estes uma caminhada de cerca de dois quilómetros a pé até à estação ferroviária (Pimenta, 1886, p. 77). Ainda no mesmo ano, os barcos passaram a acostar numa boia no rio Coina defronte da estação, sendo depois feita a ligação com terra por catraios.

Sendo a Ponte do Mexilhoeiro um cais municipal (cuja construção fora, como vimos, financiada com verbas privadas), com cobrança de portagem para passageiros e mercadorias, não podia ser solução para o transbordo ferroviário da estação na Recosta. Para resolver esse problema, a Companhia de Caminhos de Ferro do Sul,



Fig. 3 – Catraios para transporte de passageiros junto da estação fluvial do Barreiro. Fonte: Coleção particular. Fotografia de autor anónimo (vista estereoscópica, c. 1890).

com o apoio da edilidade, construiu em 1860 uma ponte, que partindo da estação, permitia a acostagem de navios para recolha de passageiros e de algumas mercadorias de menores dimensões. Para custear a sua construção e manutenção era pago um imposto de 40 réis sobre cada bilhete vendido no Barreiro ou para o Barreiro.

Esta ponte em madeira tinha de extensão uns impressionantes trezentos e sessenta metros de comprimento e três metros e meio de largura, unindo a estação com o local onde o barco devia acostar (figura 4)¹⁵. Apesar da abertura à exploração pelo público só ter começado oficialmente a 1 de fevereiro de 1861, já antes chegavam mercadorias e passageiros ao Barreiro, oriundos de Vendas Novas¹⁶. De facto, desde 15 de junho de 1858 que estava autorizada a circulação de passageiros e mercadorias até Bombel¹⁷.

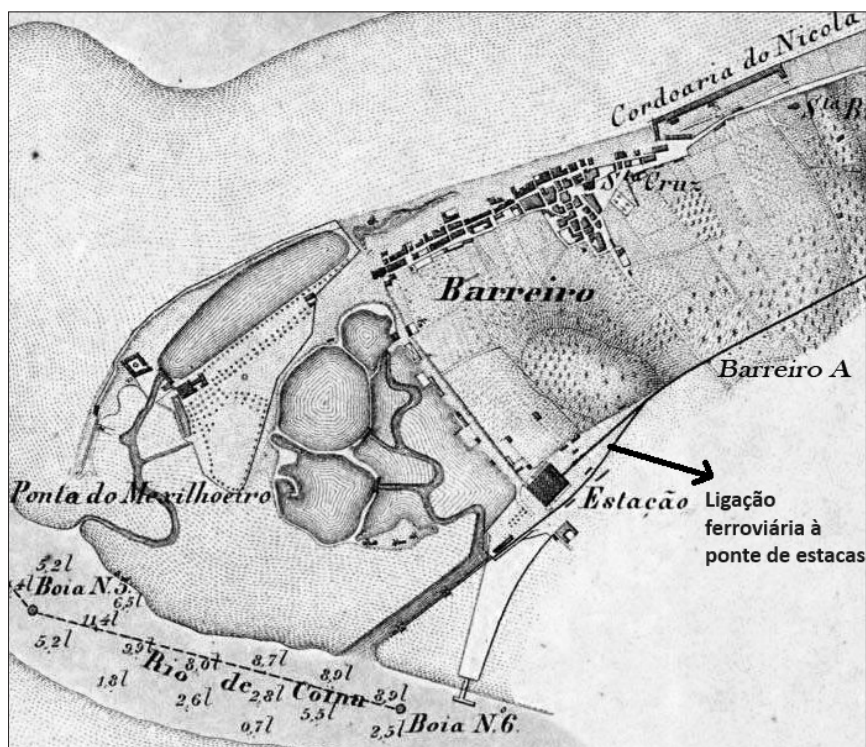


Fig. 4 – Pormenor da Carta de 1878 do Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, com a representação das linhas férreas que ligavam a estação e ponte de estacaria dos caminhos de ferro. Fonte: Arquivo do Porto de Lisboa, Setúbal e Sesimbra. Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, levantado pelos engenheiros hidrógrafos F. M. P. da Silva, C. M. Batalha e C. B. de Vasconcelos, entre 1845 e 1847. (PT/APLSS/PL/11-02/02/00261).

¹⁵ *Diário de Lisboa*, de 28.1.1861, p. 199.

¹⁶ *Diário de Lisboa*, de 8.10.1860, p. 1108.

¹⁷ *Diário do Governo*, n.º 127, de 1.6.1858, p. 675.

Como os passageiros ainda tinham de percorrer até à ponte do caminho de ferro, uns adicionais cento e setenta metros de área descoberta e desabrigada, em 1862, a companhia ferroviária mandou construir nas suas oficinas uma carruagem semelhante às de 3.^a classe para conduzir todos os dias os passageiros transportados pelo vapor. Esta carruagem, que ia receber e conduzir os passageiros à testa da ponte, era impelida a braços em todo o comprimento da ponte e no resto da distância, até à embarcadora da estação do Barreiro, era movida pela ação da locomotiva de serviço¹⁸.

Os volumes que acompanham os passageiros transportados nos barcos a vapor eram recebidos no vagão, que os espera na testa da ponte, sendo a baldeação feita gratuitamente pelos carregadores da estação do Barreiro. Depois, estes volumes eram depostos na sala em que se despachavam, e aí os passageiros tinham de reconhecer e fazer agrupar os bens que lhes pertenciam na entrega de uma guia. É evidente que esta escolha inquietava o passageiro e deu origem a diversas queixas, por num primeiro momento não encontrar todos os seus volumes e de algumas vezes ter de esperar por um segundo vagão, quando toda a bagagem não cabia no primeiro¹⁹.

Na figura 5, podemos observar, por uma carta topográfica de 1867, as pontes do Mexilhoeiro e do Caminho de Ferro do Sul e as respetivas distâncias para a estação ferroviária.

As oito carreiras diárias de Lisboa para o Barreiro passaram a ser feitas maioritariamente na ponte da estação de caminhos de ferro, sendo apenas uma de ida e volta feita na ponte do Mexilhoeiro (às 7 horas da manhã). A 4 de Fevereiro de 1860, a Câmara Municipal do Barreiro após ter tentado convencer a Companhia de Vapores do Tejo a reforçar as ligações à Ponte do Mexilhoeiro, por estarem em risco as receitas que permitiam a sua conservação, pediu depois ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria para que fossem tomadas medidas no reforço das carreiras²⁰. A representação foi parcialmente atendida, passando as oito carreiras diárias de ida e volta a serem feitas, para o cais dos caminhos de ferro (quatro por dia) e ponte do Mexilhoeiro (outras quatro). Os rendimentos que advinham da ligação entre o Caminho de Ferro do Sul e Sueste e Lisboa eram uma das principais fontes de rendimento da Companhia de Vapores do Tejo, pelo que a ligação ao Mexilhoeiro passou a ser cada vez mais esporádica. Em 1870 a Companhia de Vapores, a única que acostava na Ponte do Mexilhoeiro com regularidade, faliu.

Contudo, as dificuldades nos acessos às estações não eram os únicos obstáculos que existiam ao movimento de pessoas e mercadorias em trânsito pelo município. O transbordo das mercadorias de terra para o rio e vice-versa apresentavam-se

¹⁸ *Diário de Lisboa*, de 24.1.1862, p. 225.

¹⁹ *Diário de Lisboa*, de 21.2.1863, p. 477.

²⁰ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas – Secretaria-Geral da Economia, Companhia de Vapores do Tejo. DGCI-RCI, 1-S, Sociedades Anónimas Portuguesas. 1847-1868.

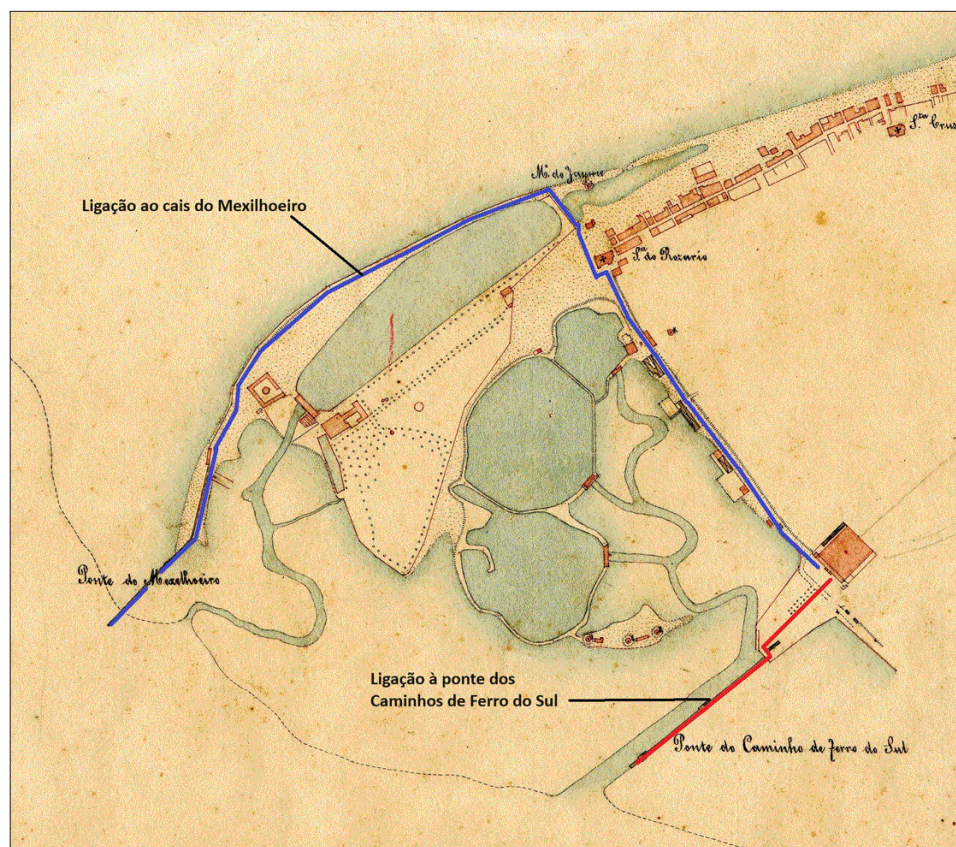


Fig. 5 – Percursos a efetuar pelos passageiros do caminho de ferro para o transbordo fluvial. A vermelho, para a ponte do Caminho de Ferro do Sul; a azul, para a Ponte do Mexilhoeiro (1867). Fonte: Direção Geral do Território – Instituto Geográfico Português.

como um grave problema. Logo no segundo ano de exploração (1862), o número de passageiros transportados foi superior a 81 mil (cerca de 225 por dia) e o peso de mercadorias transportadas ultrapassou as 32,6 mil toneladas que renderam 54 mil réis. A receita chegou aos 102 contos de réis (Pais, 1963, p. 186). A Companhia, no seu primeiro relatório apresentado aos deputados, reconhecia que era o transporte de mercadorias a principal fonte de receita²¹. Por essa razão, tinha instalado meses antes um guindaste junto do cais da estação do Barreiro, para facilitar e diminuir os custos do embarque e desembarque de volumes, “mesmo d’aqueles que pelo seu peso davam anteriormente grande trabalho e perda de muito tempo e dificuldades bem custosas de superar”²². No entanto, o mesmo relatório fornece uma informação

²¹ *Diário de Lisboa*, de 24.1.1862, p. 225.

²² *Diário de Lisboa*, de 24.1.1862, p. 225.

importante, ao referir a existência junto deste guindaste, de um armazém e de uma linha privativa para transporte de mercadorias, que “parte do guindaste e vai entroncar, a distância, na linha direta que nasce da ponte”²³. A indústria moageira do concelho é a primeira a beneficiar desta nova via de comunicação, com a fábrica de moagens de Polleri e Piombino, que um ano depois da abertura à exploração da linha, pagaram cerca de 78 mil réis em taxas para o Caminho de Ferro do Sul, o que revela um elevado transporte de cereal e farinha de e para as suas moagens²⁴.

A exploração mineira do Alentejo veio provocar uma maior pressão nas deficientes infraestruturas portuárias da estação ferroviária do Barreiro, quando inicialmente eram muitos que não acreditam nesse tráfego, como o deputado Carlos Bento, em dezembro de 1865:

“(…) poderemos nós nunca nos lisonjear de que os produtos da mina de S. Domingos venham ao porto de Lisboa, não digo bem, venham ao porto do Barreiro, o que é muito diferente? Poderemos nunca supor que esses produtos, que andando 20 quilómetros, podem embarcar a tonelada por 600 réis num excelente porto do Pomarão, onde os navios tomam a mercadoria diretamente, preferirão andar 200 quilómetros e pagar na razão de 12 réis por quilómetro, quatro vezes o custo do transporte, para pagar 28.400 réis, para terem o prazer de embarcar num mau porto, como é o Barreiro?”²⁵

As mesmas dúvidas se colocavam um mês depois no parlamento, quando se afirmava que logo que começasse a ser explorada a mina de Aljustrel, seria-lhes preferível fazer o embarque no porto de Odemira (Vila Nova de Milfontes), uma distância de 34 quilómetros, “posto que este não admita a entrada senão de iates, contudo desse meio se há de servir, como mais conveniente do que virem trazê-lo a Lisboa pelo Barreiro”²⁶.

Prevendo a chegada de um cada vez maior volume de minério à estação do Barreiro e lucrar com o transbordo da mercadoria, em 1873, John Douthat pedia autorização, que foi concedida, para a construção de um ramal ferroviário até ao Mexilhoeiro e construir nesse local uma ponte destinada exclusivamente para o transporte de minério²⁷. Contudo, para impedir problemas como já havia sucedido com um projeto semelhante em 1855, por De Lenne, em que o proprietário da quinta tinha impedido o atravessamento da quinta pela linha férrea, propunha agora que a linha acompanhasse a praia norte da vila e entroncasse entre as estações do

²³ *Diário de Lisboa*, de 24.1.1862, p. 225.

²⁴ *Diário de Lisboa*, de 28.10.1862, p. 2600.

²⁵ *Diário de Lisboa*, de 12.12.1865, p. 2821.

²⁶ *Diário de Lisboa*, n.º 21, de 27.1.1866, p. 251.

²⁷ *Diário do Governo*, de 24.2.1872, p. 301.

Lavradio e Barreiro. Douthat jogava igualmente com a possibilidade do transporte de minério não ser efetuado pelo Barreiro, mas por Vila Nova de Milfontes, pelo que no mesmo ano pedia semelhante autorização para essa localidade (Silva & Brandão, 2019, p. 283). No entanto, este último requerimento recebeu um parecer negativo da Junta Consultiva das Obras Públicas, com os argumentos de que não deveria haver situações de exclusividade para qualquer dos concessionários de minas e de que quaisquer obras deveriam ser administradas pelo Estado (Quaresma, 2012, p. 327). Apesar do projeto do Mexilhoeiro ter sido aprovado, a ponte e linha férrea não foram construídas.

A partir de 1872 começam a chegar regularmente ao Barreiro minérios provenientes da Mina dos Monges. Para tal, registaram-se dois momentos decisivos. O primeiro registou-se com a alta dos preços do ferro nos mercados internacionais e o segundo com a redução das tarifas do transporte ferroviário, com a redução da taxa para 7,35 réis por tonelada e quilómetro, na condição de não transportar menos de 25 mil toneladas de minério de ferro anualmente²⁸. A Cartaxo Street & C^o. procedeu à instalação de uma pequena linha que, partindo da mina, entroncava na rede geral do Caminho de Ferro do Sueste. No Barreiro, para gerir os depósitos de minério e o seu transporte, a companhia alugava o cais da estação e dispunha de um terreno alugado à companhia ferroviária, a sul da estação²⁹. Apesar da Companhia Transtagana também utilizar o Barreiro para transportar o seu minério, a partir da mesma década, não se conhece qualquer infraestrutura própria na vila.

Os vários constrangimentos no transbordo originavam perdas de rendimentos para a companhia ferroviária, tanto no transporte de passageiros, como no de mercadorias, com o desvio de cargas para o transporte fluvial em embarcações típicas, como o engenheiro Miguel Pais notava:

“(...) a maior parte dos passageiros da Moita e de Alhos Vedros vão a Lisboa em faluas e voltam n'ellas, poupando assim a despesa do caminho de ferro, o imposto da ponte e a diferença do preço do vapor; e os do Lavradio, Barreiro, Seixal, Arrentela, Amora, etc. preferem da mesma sorte ir e vir nas faluas e não no vapor, porque neste gastam mais 50 réis. Só no Inverno, ou quando o rio está muito agitado, o receio os obriga a utilizarem-se dele” (M. Pais, 1878).

A vila do Barreiro, apesar de ter nela instalada uma estação ferroviária de grande dimensão, não conseguia destacar-se como um grande centro económico da margem sul do Tejo. A falta de vias de acesso à primitiva estação foi de imediato um motivo de queixas. O acesso de mercadorias e passageiros foi efetuado por estrada,

²⁸ *Diário do Governo*, de 17.2.1872, pág. 248.

²⁹ *Diário do Governo*, de 5.10.1877, pág. 2020.

de forma deficiente, a partir da vila, até à abertura da rua Nova do Rosário. Contudo, para Sul, na direção de Coima, Palhais e Santo António da Charneca, existiam apenas alguns caminhos de terra batida e demasiado estreitos para o cruzamento de duas carroças. De facto, a maioria dos agricultores que pretendiam escoar os seus produtos para os mercados lisboetas, por barco, ou alentejanos através do caminho de ferro tinham de se dirigir à Moita ou à estação de Alhos Vedros (pagamento mais pelo transbordo ferroviário) ou pela estrada Real que ligava a Moita ao Lavradio e, por sua vez, ao Barreiro.

A estrada de ligação da estação ferroviária para Sul em direção a Coima, nasceu de um projeto conjunto entre as Câmaras Municipais do Barreiro e da Moita, em 1873. Aprovado pela Repartição de Obras Públicas do Distrito a 5 de fevereiro de 1876, dependia inicialmente do financiamento das duas edilidades para a sua construção³⁰. Esta situação foi alterada com a aprovação pela Comissão de Viação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria do orçamento de 28.900 mil réis e do compromisso de o Estado financiar a sua construção. A empreitada da obra foi arrematada em maio de 1876³¹, mas o compromisso de financiamento total do Estado não se verificou e a Câmara Municipal do Barreiro foi forçada a contrair um empréstimo de 10 mil réis para financiar o primeiro lanço da estrada, junto do Crédito Predial Português³². Foi também no mesmo período que foi deliberado, no seguimento da construção desta via de ligação entre a estação ferroviária e Coima que, no ponto de interseção a estrada que vinha do Barreiro, no denominado largo da Macedo (junto dos moinhos de maré da Verderena) deveria ser alinhada e alargada a parte da estrada que seguia para o Barreiro (até ao largo de S. Francisco)³³. Comprovava-se, desta forma, a falta de acessos viários, tanto para a estação ferroviária, como para a vila, dezassete anos depois da sua abertura à exploração. A superação dessa falha foi reconhecida dezanove anos depois quando, em resposta a uma Circular do Governo Civil de Lisboa, a edilidade reconhecia que estas estradas tinham feito convergir para o Barreiro os passageiros que de Lisboa se dirigiam para Azeitão ou Sesimbra, e vice-versa, através de Cacilhas e que, em particular, os vinhos daquela região tinham passado a ser embarcados no Barreiro³⁴.

Também a falta de um porto de águas profundas e o conhecimento de vários projetos de linha férrea para esta continuar até Cacilhas poderão ter contribuído para esse atraso. Este projeto de linha férrea, passando pelo Seixal, foi apresentado, inicialmente, em 1860 por James Larcher. As razões por detrás deste projeto estavam na colocação do início/fim da linha no ponto mais próximo de Lisboa, diminuindo

³⁰ Câmara Municipal do Barreiro-Arquivo Municipal, *Livro de Atas da CMB*, 9.2.1876, fl. 175.

³¹ *Diário do Governo*, 2.5.1876, p. 808.

³² Câmara Municipal do Barreiro-Arquivo Municipal, *Livro de Atas da CMB*, 5.7.1876, fl. 197.

³³ Câmara Municipal do Barreiro-Arquivo Municipal, *Livro de Atas da CMB*, 10.11.1878, fl. 84v.

³⁴ Câmara Municipal do Barreiro-Arquivo Municipal, *Livro de Atas da CMB*, 10.5.1895, fl. 34.

os custos relacionados com uma viagem mais demorada a partir do Barreiro e o facto de os navios de maior calado terem de ficar ao largo na maré vazia. O primeiro projeto apresentado à associação dos engenheiros civis portugueses, datava de 1876 e era da autoria do capitão de engenheiros Miguel Carlos Correia Pais, chefe de exploração dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, prevendo inclusivamente que se construísse uma ponte sobre o Tejo com prioridade ao tráfego ferroviário.

Foi inserido neste projeto que Miguel Pais defende a construção de uma nova estação ferro-fluvial para a vila do Barreiro, permitindo que esta estivesse preparada a receber a linha para o Seixal. Um dos principais opositores deste projeto foi precisamente John Douthat que, encomendou a três engenheiros ingleses um estudo em que tentava demonstrar que a ideia de Miguel Pais não era viável, numa altura em que Douthat ainda tentava executar o seu projeto de uma ponte para minérios no Mexilhoeiro (Pimenta, 1886, p. 86).

Do grande projeto defendido por Miguel Pais apenas a estação e o seu aterro avançam. Teríamos de esperar pelo século XX, em concreto 1923, para assistir à chegada do caminho de ferro ao Seixal, por meio de um percurso mais a Sul da estação do Barreiro, mas as obras param em 1925 e a linha nunca chegaria a Cacilhas. De facto, a decisão política de instalar o arsenal da Marinha no Alfeite minara esse projeto³⁵.

Para a construção do cais foi necessário conquistar ao rio Coina uma área de 30.790 m², num aterro suportado por fortes muralhas. Assim, o cais partia do lado sul, do muro de suporte que sustentava a estrada para Palhais, na Recosta, tendo 448 metros de extensão, o da testa 70 metros e o do lado norte 340 metros. Para aterrar o espaço cercado por estas muralhas, com uma altura média de 4.5 metros, foram utilizados aproximadamente de 139 mil metros cúbicos de terras.

O Estado despendeu para a obra um orçamento inicial de 260 contos de réis, sendo que grande parte dos gastos foi destinado a este aterro. Basta pensar que o edifício da nova gare custou 60 contos de réis. Do projeto inicial do engenheiro Miguel Pais (que demorou nove anos a ser concluído), apenas uma parte foi construído já no século XX (1905): a ponte-cais em T destinada à exportação dos minérios alentejanos.

A construção da nova gare marítima do Barreiro, localizada no leito do rio, a mais de 500 metros das margens do Coina foi uma obra de grande complexidade hidráulica, apresentando grandes dificuldades técnicas de execução. Foi uma batalha difícil de travar em que, além de Miguel Pais, poucos haviam acreditado ser bem-sucedidas (Pais, 1963, p. 192). Concluída em 1884, na sua graciosidade, oferecia abrigo e comodidade aos passageiros.

³⁵ *O Seixalense*, 6.11.1932.



Fig. 6 – Cais da estação ferro-fluvial dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste (c. 1910).
Fonte: CMB-Espaço Memória.

A gare marítima, única no país como estação ferroviária e fluvial, seria inaugurada no dia 4 de outubro de 1884, no meio de “luzida e pomposa festa” a que não faltou o Ministro de Estado, António Augusto de Aguiar, a Câmara Municipal, todos os empregados e “os operários das oficinas e os seus respectivos mestres, duas filarmónicas, mais de duas mil pessoas de todas as classes sociais, habitantes de Lisboa, do Barreiro e povoações vizinhas” (Pimenta, 1886, p. 86).

Na memória descritiva do projeto que elaborou para a gare marítima, o engenheiro Miguel Pais explicava a intenção de realizá-lo com a maior economia de meios, procurando, no entanto, “reunir à maior simplicidade uma certa elegância no risco obtida mais pela harmonia dos traços da fachada e anexos, que pela riqueza

da pedra, do seu talhe e d'ornamentos sempre caros e de pouca duração, num sítio tão exposto”³⁶.

Com efeito, a gare marítima impõe-se, ainda hoje, pela presença notável da sua composição arquitetónica onde se destacam as influências românticas, concepções culturais dominantes no tempo do autor do projeto.

A sua icónica frontaria, virada a norte, é rasgada por uma sucessão de portas e janelões que embelezam o edifício, onde se podem contar vinte e um vãos que aproveitam plenamente a luz e a exposição solares. No interior do edifício situavam-se os vários serviços e dependências, os vestíbulos e salão. Este, reservado apenas para ocasiões especiais, era especialmente ornamentado para receções e visitas oficiais. Da sua antiga sumptuosidade restam os dois jarrões em porcelana japonesa, utilizados para receber o rei, quando se dirigia para o Alentejo. Nos vestíbulos e salas de passageiros, não deixava de ser patente a estratificação social, bem vincada, de resto, nas salas de 3.ª, 2.ª e 1.ª classe.

Do ponto de vista estrutural, a gare marítima do Barreiro apresenta dois corpos integrados, o edifício de passageiros e plataformas com a sua competente gare coberta em ferro de arrebites e o cais de embarque e amarração dos navios das carreiras fluviais.

A abertura da nova gare fluvial acentuou o desenvolvimento económico e populacional do Barreiro, que estava já em crescimento, mas de forma tímida (Motta, 2024, p. 165). Foi a indústria corticeira, que localmente, mais beneficiou com a construção da nova estação. No último quartel do século XIX, aos pequenos fabricos de rolha que já existiam desde 1865, vieram somar-se as grandes empresas de cortiça em redor da estação e na Recosta, como os Reynolds (que transferem a fábrica de Estremoz), a alemã O. Herold & Co. (que adquire os terrenos a sul da estação, ao filho de António Gomes Brandão e a Luís da Costa ocupando as instalações da antiga fábrica de moagens a vapor do Barreiro) ou a Lane & Santos, que se fixa nas antigas instalações da cordoaria de Nicola Covacich (que, entretanto, mudara a sua cordoaria mecânica para perto do apeadeiro do Barreiro-A).

Estavam agora criadas as condições para fixação de novas gentes e máquinas, tendo os novos empreendimentos que adaptar-se à reconfiguração do espaço agora definido pelo complexo ferroviário e portuário do Barreiro.

Apesar do concelho do Barreiro não fazer parte das principais rotas comerciais que ligavam a Península de Setúbal ou o *hinterland* alentejano a Lisboa, as ligações com a capital tinham paulatinamente reforçadas ao longo da primeira metade do

³⁶ Processos, Cx. 2209 “Memória Descritiva. Alargamento da estação do Barreiro, 11 agosto, 1879, Miguel Carlos Correia Paes” – Centro Nacional de Documentação Ferroviária – Fundação Museu Ferroviário Nacional.

século XIX, graças às ligações dos “Barcos da Carreira”, da navegação à vela e a vapor, à vila do Barreiro.

Ainda antes da decisão governamental de alterar o início da Linha do Sul de Aldeia Galega para o Barreiro em agosto de 1854, a edilidade local e as suas elites já tinham efetuado tentativas de colocar o Barreiro nas rotas de passageiros e mercadorias com a capital. Essa vontade foi expressa em 1852, em sessão de Câmara e concretizada dois anos depois com a construção, financiamento e manutenção da ponte do Mexilhoeiro, a noroeste da vila.

A entrada em funcionamento de uma nova estrutura portuária financiada pela elite económica e política local poderá ter contribuído decisivamente para a alteração do trajeto ferroviário, visto que uma figura política de relevo residente na vila surge ligada aos dois projetos: Joaquim António de Aguiar.

Depois foi dada a vez aos engenheiros da companhia ferroviária para escolherem o local da estação e das linhas férreas.

Quanto à localização da primeira estação, várias questões se colocam. Quando o engenheiro chefe De Lenne efetuou o levantamento topográfico para a linha, depressa deve ter percebido que o local ideal para a estação era a nascente do Barreiro, entre as marinhas de sal do Lavradio e o Largo das Obras, zona que apesar de pantanosa, era plana e em esplanada para o Tejo e Lisboa. Mas, o local já estava ocupado pela cordoaria de Nicola Covacich, que aí tinha construído uma muralha em pedra e um cais acostável para mercadorias. Acabou por ser Alfredo da Silva, 50 anos depois e já após a propriedade ter mudado de proprietário duas vezes, que compreendeu o potencial do local, instalando aí a Companhia União Fabril. Mas, com esta hipótese colocada de lado (não podemos comprovar se existiram conversações para a compra desses terrenos, mas é bastante provável) o cais na Ponta do Mexilhoeiro ganhava extraordinária importância. Só assim é possível explicar a construção de uma estação ferroviária junto a um rio, que nunca foi pensada para ser um cais fluvial (apesar do desenho enganador da sua fachada). De facto, a estação foi construída em sítio onde as areias e lodos da Recosta e Alburrica nunca permitiriam acostagens, mas o mais próximo possível da ponte-cais do Mexilhoeiro. Por isso, em frente desta estação o transbordo era feito unicamente por pequenos barcos de pescadores do Barreiro ou, mais tarde, por uma ponte em madeira, que nunca foi solução.

Foi apenas o eng. Miguel País com um projeto de engenharia extraordinário que conseguiu o impensável na época: a primeira estação ferroviária fluvial de Portugal, inaugurada a 4 de outubro de 1884 e que desbloquearia, finalmente, o crescimento económico do Barreiro, abrindo as portas do Sul de Portugal, a Lisboa e para o mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, M. F. (1987): *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego* [Tese de Doutoramento]. Centro de Estudos Geográficos, Universidade Portucalense.
- ARAÚJO, A. G. (1865): *Duas palavras sobre o estado agrícola do Concelho do Barreiro no ano de 1865 (manuscrito)* [Trabalho final de Curso]. Universidade de Agronomia de Lisboa.
- BASTOS, C. (2009): “A família Dejanete : a marcenaria e a indústria dos mármore no Portugal de Oitocentos”. *Revista de Artes Decorativas*, 3, pp. 157–191.
- BERNARDO, M. A. & MATOS, A. C. (2017): “Caminho de ferro, cidades e indústria no Sul de Portugal (1856-1945)”. In *Atas VII Congreso de Historia Ferroviaria, Asociación Ibérica de Historia Ferroviaria. Valencia, 2017*, pp. 1–14.
- MOTTA, F. (2024): *A modernização do Barreiro ao longo do século XIX*. [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto.
- PAINHA, J. M. (2016): “A Casa Reynolds 1838-1890 um caso de pioneiro na indústria corticeira no Alentejo e na Estremadura”. In F. RANGEL *et al.* (coords.): *O montado de sobre e o sector corticeiro: uma perspectiva histórica e transdisciplinar*. Badajoz: Diputación de Badajoz, pp. 67-90.
- PAIS, A. da S. (1963): *O Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho*. Câmara Municipal do Barreiro.
- PAIS, M. (1878): “Memória apresentada à associação dos engenheiros civis portugueses, em sessão de 5 de agosto de 1876, pelo sócio Miguel Carlos Correia Paes, sobre o local da estação terminus dos caminhos de ferro ao sul do Tejo”. *Revista de Obras Públicas e Minas*, 9 (98), pp. 61–148.
- PEREIRA, H. S. (2008): *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, H. S. (2012): “Factores estruturantes da rede ferroviária portuguesa (1845-1892)”. In M. F. ROLLO (coord.): *Actas do 1º Congresso Anual de História Contemporânea*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea / UNL, pp. 224-233.
- PEREIRA, H. S. (2017): “Tecnologia, periferia, caciquismo: Abílio Beça e o caminho-de-ferro de Bragança”. *Análise Social*, 52 (222), pp. 40–71.
- PEREIRA, H. S. (2018): “Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892), mestre dos mestres de traçados ferroviários”. *TST (Transportes, Servicios y Telecomunicaciones)*, janeiro (35), pp. 162–194.
- PEREIRA, H. S. (2021): “Expertise and policy-making: Main actors, debates and outcomes in the making of the Portuguese railway network (1850–90)”. *Journal of Transport History*, 42, pp. 58–60. <https://doi.org/10.1177/0022526620908585>

- PIMENTA, J. A. (1886): *Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*. Typ. do Dicionario Universal Portuguez.
- QUARESMA, A. M. (2012): *O rio Mira no sistema portuário do Litoral Alentejano (1851-1918)*. [Tese de doutoramento]. Universidade de Évora.
- SILVA, J. M. L. & BRANDÃO, J. M. (2019): “Ferro e manganês do Cercal – Odemira: entre especulação e (des)ilusão (1870s-1912)”. *Revista de História Da Sociedade e Da Cultura*, 19, pp. 273–295.
- VALADAS, M. R. (1878): “Memória apresentada à associação dos engenheiros portugueses, refutando a opinião do eng. Miguel Carlos Correia Paes, relativamente à posição que deve occupar a estação terminus d’aquellas linhas”. *Revista de Obras Públicas e Minas*, 9 (98), pp 81–105.

Imitação e Elogio.

A influência de pequenas, médias e grandes cidades europeias no desenho do sistema de esgotos de Lisboa, no final do século XIX

João Paulo da Costa Amado¹

Resumo

Comparada com outras cidades da Europa, a Lisboa do século XIX surge numa posição de charneira. A maior cidade do país, com dimensões algo desproporcionadas perante as restantes, era apenas uma pequena ou média cidade face às suas congéneres europeias. No entanto, alguns dos problemas que a afectavam, como o funcionamento da rede de esgotos, eram idênticos aos que podiam ser identificados um pouco por todo o continente.

Datado de 1884, o “*Projecto dos esgotos da capital*”, da autoria do Eng.º Francisco Ressano Garcia, constituiu a abordagem mais bem elaborada até então proposta para a reformulação da rede de esgotos da cidade. Uma das etapas preparatórias foi uma visita de estudo realizada pelo Eng.º José Emílio Castel-Branco, entre 1877 e 1878, a várias cidades europeias de dimensões variadas.

Este capítulo dá conta dessa viagem, das informações nela obtidas e da sua influência na elaboração do referido projecto.

Palavras-chave

Lisboa, Séc. XIX, Esgotos, Redes técnicas, Saneamento urbano

¹ Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: jpamado@gmail.com

Imitation and Praise. The influence of small, medium and large European cities on the design of Lisbon's sewage system at the end of the 19th century**Abstract**

Compared to other European cities, 19th-century Lisbon comes across as a delicate balancing act. It was the largest city in Portugal, but it was only a small or medium-sized city when compared with other European capitals. However, some of its problems, namely those concerning urban sewage, were similar to others that happened elsewhere on the continent.

In 1884, the Portuguese engineer Frederico Ressano Garcia presented what was then the most complete proposal regarding a complete rehash of Lisbon's sewers. In doing so, he used information collected a few years before by another Portuguese engineer, José Emílio Castel-Branco, who made a European tour, visiting several cities to learn about the most up-to-date practices regarding sewerage infrastructure. This chapter focuses on this voyage and the way it influenced the aforementioned project.

Keywords

Lisbon, 19th century, Sewers, Urban technical networks, Urban sanitation

1. Introdução

No século XIX, uma conjugação de circunstâncias, reunindo a abertura de possibilidades em termos tecnológicos, políticos e sociais, tornaram as cidades em locais aparentemente mais atractivos para se viver. A revolução industrial colocou as indústrias no espaço urbano, desenvolvendo um sistema que se autoalimentou: levar mais habitantes para a cidade viabilizou a implantação de mais indústrias, potenciando um maior crescimento urbano, abrindo assim novas possibilidades para a criação de novas formas de chamar mais pessoas, renovando o circuito.

As cidades do século XIX cresceram influenciadas pelas redes técnicas urbanas². Tal crescimento permitiu acomodar mais habitantes, integrando novas estruturas urbanas e novos equipamentos. No entanto, a forma como algumas destas cidades cresceram não teve correspondência imediata nas infraestruturas urbanas que deveriam sustentar esse crescimento, como por exemplo, o abastecimento de água e o saneamento básico, entre outras.

Esta inadequação afectou as condições de vida das populações urbanas, tornando o habitar na cidade numa experiência mais ou menos agradável, consoante as épocas, os locais ou as classes sociais envolvidas. A avaliar pela quantidade de testemunhos disponível, a vida urbana na generalidade das cidades do século XIX (e durante boa parte deste século), esteve longe de constituir uma experiência satisfatória. Não é por acaso que em múltiplos escritos desta época, quer as cidades, quer o impacto da revolução industrial tenham sido caracterizados de formas pouco lisonjeiras³.

As grandes crises de saúde pública de meados do século XIX tiveram um forte impacto negativo nas cidades. No entanto, tiveram igualmente a virtude de despertar a atenção, de uma forma eficaz, para múltiplos problemas que afectavam os espaços urbanos. As abordagens mais objectivas aos problemas dos esgotos das cidades europeias no século XIX saíram destas crises, como aconteceu em Londres e Paris. O caso de Lisboa surge como um exemplo, não de falta de boas intenções, mas sim de demora na sua concretização.

² Nenhuma cidade consegue subsistir sem um certo número de actividades e estruturas, nomeadamente os transportes e redes viárias, o abastecimento de água e alimentos, as comunicações, o saneamento e a segurança, todas enquadráveis dentro da classificação alargada de redes técnicas urbanas. De uma forma mais ou menos visível, elas assumem um lugar perversivo em qualquer ambiente urbano. O seu papel enquanto elementos tecnológicos chave das cidades é evidente (Graham & Marvin, 2001, p.13).

³ Veja-se, por exemplo, a lista apresentada por Raymond Williams, ao falar das chamadas “Novelas Industriais” (Williams, 1975, p. 99-119).

2. A evolução da estrutura urbana de Lisboa

Se ao chegar ao século XVII Lisboa podia ser colocada a par de cidades europeias como Veneza ou Amsterdão em termos urbanos e populacionais (Rodrigues, 1994, p. 722), o século XVIII trouxe aquele que foi, provavelmente, o maior ponto de quebra da sua evolução em termos populacionais. O terramoto de 1755 teve fortes consequências quanto à redução do número de habitantes (por morte, fuga ou afastamento da cidade) e quanto à redução da área da estrutura urbana útil.

As primeiras décadas do século XIX revelaram-se particularmente problemáticas para Lisboa: entre 1807 e 1834 passou por ocupações estrangeiras, por uma guerra civil e por epidemias variadas (designadamente tifo e cólera). Entre os censos populacionais de 1801 e de 1849 notou-se um decréscimo quantitativo de quase 10.000 habitantes, modificações bem documentadas por Luís Silveira (2001). O crescimento populacional de Lisboa durante o século XIX fez-se a uma velocidade diferente em relação a outras cidades europeias, mantendo-se estagnado durante boa parte do tempo: oscilando entre 193.000 e 227.000 habitantes no período entre 1801 e 1878, aproximando-se dos 298.000 em 1890 e chegando aos 435.000 em 1911 (Silva & Sousa, 2019, pp. 69-70). Por comparação, outras capitais europeias viram a quantidade de habitantes crescer o dobro, ou mais, num intervalo de tempo bastante mais curto: entre 1830 e 1890, Londres passou de dois para quatro milhões de habitantes, Paris passou de um para mais de dois milhões, Berlim passou de 150.000 para 1.300.000 (Choay, 1989, p. 8). Tais ritmos de crescimento levantaram necessidades crescentes quanto ao tipo de resposta exigida às redes técnicas urbanas.

3. Abastecimento de água e saneamento urbano

O abastecimento de água é vital para a boa saúde pública urbana, algo que se tornou muito evidente em todas as cidades do século XIX onde houve problemas de higiene. No entanto, a relação entre estas duas redes técnicas nem sempre se revelou pacífica. Por exemplo, a introdução de sistemas centralizados de fornecimento de água em cidades como Paris (1802), Londres (1808) e Berlim (1856), constituiu um desenvolvimento positivo por um lado, mas por outro obrigou a melhorar os meios de escoar essa água, através do reforço das redes de esgotos, dando origem a processos complexos de desenvolvimento de infraestruturas, que levaram décadas a resolver (Gandy, 2004, p. 366).

No caso de Lisboa, o ponto fulcral de mudança para o abastecimento de água foi a construção do aqueduto das Águas Livres, iniciado em 1736 e concluído em

1748, mas com alguns ramais a serem apenas efectivamente terminados em 1835 (Pinheiro, 2011, p. 130). Destinar-se-ia a resolver definitivamente os problemas do abastecimento de água a Lisboa, mas foi-se revelando progressivamente insuficiente enquanto solução definitiva – por exemplo, na primeira metade do século XIX começou a ser necessário ir buscar água à margem sul do Tejo (Mendonça, 2018, p. 24). Só na segunda metade do século XIX é que foram dados passos significativos para resolver estes problemas de abastecimento, desta vez através da captação de água nas nascentes do rio Alviela. A inauguração em 1880 da obra do Canal do Alviela, bem como da cisterna de armazenamento e estação elevatória dos Barbadinhos, permitiu à cidade encarar de outra forma a utilização da água. No entanto, a lenta expansão da rede de abastecimento doméstico de água, chegando apenas a cerca de 50 % das casas em 1890 e a 60 % em 1900 (Saraiva *et al.*, 2014, p. 68), tornou difícil atingir a abundância de água necessária para fazer funcionar bem uma rede de esgotos baseada no modelo de circulação contínua de água⁴, como foi oficialmente assumido para Lisboa a partir da década de 1880. Foi necessário esperar mais algumas décadas para que, através de novas infraestruturas de captação, Lisboa visse o seu fornecimento de água melhorado (Saraiva *et al.*, 2014, p. 71).

4. Os esgotos como uma das redes técnicas urbanas

Há notícia de encanamentos de águas residuais em Lisboa desde uma altura entre finais do século XIII e o início do século XIV: “[...] *duas linhas de água que, juntando-se num só córrego junto ao Rossio, atravessavam a baixa e desaguvavam no Tejo [...]*” (Trindade, 2014, p. 374), encaminhando as águas provenientes dos dois vales correspondentes às actuais Av. da Liberdade e Av. Almirante Reis. Pelo menos desde meados do século XV, esse encanamento foi feito por aquilo que se considerava uma grande conduta (Bugalhão & Teixeira, 2015, p. 94), a qual recebia igualmente dejectos de habitações nos locais por onde passava. Na segunda metade do mesmo século aumentaram as preocupações com as águas residuais, sabendo-se da existência do ofício de “limpador dos canos”⁵.

Preunciando um tipo de reação que se repetiria nos séculos seguintes, D. João II promoveu a realização de operações de limpeza nos canos da cidade, como meio

⁴ Circulação contínua de água: designação em português do sistema de esgotos aplicado pela primeira vez em larga escala nos esgotos de Londres e depois copiado um pouco por todo o planeta. Trata-se de uma solução para afastar os dejectos de uma forma rápida para o mais longe possível do seu ponto de origem, utilizando água corrente como o meio de transporte. Esta solução pressupõe que não haja aproveitamento do effluente em larga escala (para fins agrícolas, por exemplo) e que haja abastecimento de água abundante na zona abrangida.

⁵ Este ofício é referido no *Regimento sobre os ordenados e mantimentos dos officiaes da cidade* dado no reinado de D. Afonso V em 1471-02-12, e tinha um ordenado de 200 reais (Oliveira, 1882, p. 548).

profiláctico para combater a peste, ficando estabelecida a obrigatoriedade de limpar e cuidar dos canos privados a todos os proprietários de casas ligadas aos canos da cidade (Trindade, 2014, p. 374).

A partir do final do século XV, houve um esforço coerente para incluir canos de escoamento de dejectos no tecido urbano, encaminhando detritos e lixos para o rio Tejo (Gonçalves, 2017, p. 46). O século XVI assistiu à definição de condutas de vários tipos, ampliando os esforços anteriormente levados a cabo por D. João II (Bugalhão & Teixeira, 2015, p. 108). Um assento da vereação de Lisboa, datado de 1619-09-13 dá conta das preocupações da altura com a limpeza da cidade: a necessidade de transportar imundices para o mar antes do amanhecer; a manutenção da limpeza das bocas dos canos de esgoto que iam até ao mar; e a especificação dos locais onde se podiam despejar imundices (Castilho, 1904, pp. 159-160).

No início do século XVIII, a preocupação com a limpeza da cidade ficou expressa em indicações enviadas pelo rei D. Pedro II ao Senado da Câmara de Lisboa, através das quais se procurou evitar o lançamento de lixo e dejectos nas praias, como era habitual até então. A descrição do estado de limpeza da cidade que foi feita em 1730, não foi lisonjeira: casas sem escoamento, referências ao lixo e dejectos deitados pelas janelas e a necessidade de fazer transportar as imundices para o rio, trabalho que ficava a cargo de uma quantidade de negras que efectuavam tal trabalho por baixo preço (Anónimo, 1730, pp. 12-13).

O terramoto de 1755 quebrou e reconfigurou a malha urbana de Lisboa. A cidade daí resultante tentou integrar desde o início, ainda que parcialmente, as funcionalidades básicas de uma rede de esgotos. Em certas ruas foram implantados canos de escoamento, “[...] colectores unitários dispostos em malha, com ligação ao estuário do Tejo.” (Matos, 2008, p. 5) que seriam utilizadas para evacuar águas pluviais e também “[...] as imundícies das casas dos habitantes dos dois lados das Ruas, que assim conseguem a limpeza contínua das suas casas [...]”⁶. No entanto, apesar da planificação e da obrigatoriedade de inclusão de tais soluções nas edificações, problemas de construção variados impediram o seu funcionamento da forma prevista. O facto de os colectores encaminharem os despejos para o Tejo, sem preverem adequadamente o refluxo das águas provocado pelas subidas de maré, levou rapidamente à formulação de opiniões francamente negativas sobre a qualidade dos esgotos de Lisboa (Cardoso, 2000, p. 505).

O transporte de recipientes com dejectos para despejar no rio continuou a fazer-se, estando ainda documentado no século XIX (Bastos, 1947, pp. 17-18). Data do início do mesmo século uma tentativa de regular o horário de lançamento de águas, lixos e dejectos das janelas para a rua, forma de despejos comum em várias partes

⁶ Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – Legislação Régia, Livro 1750-1760, *Plano que Sua magestade mandou remetter ao Duque Regedor para se regular o alinhamento das ruas da Cidade da Baixa de Lisboa*, 1758-06-12, fl. 311v.

da cidade, perante a inexistência de canos de esgoto. A expressão “Água vai” ficou assim indelevelmente associada a uma vertente de escoamento de resíduos urbanos que marcou a cidade durante décadas, sendo particularmente notada e criticada por visitantes estrangeiros. Não se tratou, no entanto, de uma prática especificamente portuguesa, ou lisboeta, como o mostram as imagens seguintes (Figura 1).



Fig. 1 – Imagens que ilustram variantes do acto de despejar águas sujas por uma janela, entre o século XV e o século XIX, provenientes de quatro zonas diferentes da Europa: a variante cômica nas imagens A (Suécia) e C (Escócia), a variante penal na imagem B (Flandres) e a variante prosaica na imagem D (Portugal).

Imagem A: Vazamento de dejectos pela janela, século XV (Museu da cidade de Estocolmo). Imagem B: *De dommage par ictement dehors* (De Damhouder, 1555, p. 333). Imagem C: *The Flowers of Edinburgh* (J. Langham pub., 1781). Imagem D: *Agoa vai* (*Gare l'eau*) (L'Évêque, 1814).

As invasões francesas trouxeram algumas melhorias ao estado de limpeza da cidade, com incidência na remoção de entulho das ruas (Castilho, 1904, pp. 170-171). Os comentários dos visitantes de épocas posteriores deixam entender que tendo saído os franceses, os «maus hábitos» anteriores tinham regressado⁷. Depois das invasões, já durante a década de 1830, as atribuições da limpeza da cidade voltaram para a CML. Por essa altura notaram-se maiores esforços quanto à limpeza e ao saneamento da cidade, com implementação de serviço de remoção diária de lixo. Progressivamente foi-se fazendo a canalização da cidade de uma forma mais metódica. Uma postura municipal de 1848-02-17⁸ proibiu que se lançassem à rua águas ou outros detritos, excepto pelos moradores que ainda não tivessem canos parciais nas suas casas.

5. Os esgotos de Lisboa no século XIX: um diálogo difícil com a cidade

As crises de saúde pública da década de 1850 potenciaram o início de discussões profundas sobre o estado de salubridade de Lisboa, com incidência no estado dos esgotos e do saneamento da cidade em geral. Lisboa não escapou a estas crises de saúde pública. Tifo, cólera e febre amarela deixaram as suas marcas na cidade. Outras crises de intensidade variável já se vinham a manifestar desde o início do século e assim continuaram até ao início do século XX.

A partir do final da década de 1850, começaram a ser levadas a cabo melhorias na rede de esgotos, com a construção de novos canos na cidade baixa, de forma oval e de boa cantaria, alvenaria e cimento hidráulico. Até ao início do século XX a CML não só desenvolveu uma actividade regular em termos de construção e manutenção de canos de esgoto, como também recebeu um conjunto diversificado de propostas e projectos relacionados com os esgotos da cidade, resultantes da iniciativa dos proponentes, ou como resposta a iniciativas da Câmara.

Na verdade, os problemas pelos quais a cidade passava por causa dos esgotos eram sobejamente conhecidos, estando alguns deles identificados desde há várias décadas. Para os resolver havia já exemplos práticos, concretizados noutros locais, de implantação de redes de esgoto urbanas, tal como havia acumulação de conhecimento técnico e uma relativa facilidade em lhe aceder⁹. Considerando as circunstâncias que rodearam a acumulação de conhecimento, não só sobre a

⁷ Visitantes estrangeiros como Adam Neale (1809, pp. 126-127) e Robert Semple (1812, p. 31), não deixaram de comentar estas circunstâncias.

⁸ Edital da Câmara Municipal De Lisboa (CML), *Diário do Governo* nº 82 de 5 de Abril de 1848, p. 412.

⁹ O relatório que é abordado neste texto (Castel-Branco, 1880) constitui um excelente exemplo de uma recolha de informação abundante.

realidade dos esgotos de Lisboa, mas também sobre o que era feito noutros lugares em termos práticos, assim como a quantidade de informação técnica já disponível e a qualidade do pessoal que esteve envolvido, não admira que os projectos mais elaborados para os esgotos de Lisboa durante o século XIX – Gotto¹⁰ e Ressano Garcia¹¹ – o tenham sido com notáveis graus de detalhe, tentando transpôr para a nossa realidade o que já se praticava noutras cidades.

Intitulei esta secção “um diálogo difícil com a cidade”. Essa é, infelizmente, a principal conclusão a estabelecer, fazendo uma avaliação de cerca de 60 anos de propostas, projectos e problemas, compreendendo o período entre 1850 e 1910. Durante todo esse arco temporal houve, de facto, um elemento constante: a recorrência dos defeitos do sistema de esgotos e os consequentes incómodos que tal situação provocou à cidade. No entanto, dada a quantidade de participantes e as várias facetas que esse diálogo assumiu, também se pode falar em graus variáveis de sucesso. Por exemplo, algumas das conclusões apresentadas sobre Lisboa pelo *Inquerito de Salubridade das Povoações mais importantes de Portugal*, levado a cabo em 1903, permitem constatar que houve melhorias em áreas como o abastecimento de água, a canalização dos esgotos e a recolha do lixo. Não se pode dizer que os problemas tenham desaparecido, até porque para cada uma destas áreas as melhorias foram atenuadas pela permanência de insuficiências, sobretudo nas zonas mais periféricas da cidade. Mas houve alguma evolução e melhoria.

No dia 12 de Abril de 1876, foi emitida uma Carta de Lei pelo Ministério do Reino, a qual se tornou num importante instrumento para enquadrar a planificação dos esgotos de Lisboa, durante as três décadas seguintes. Através dela, a CML ficou autorizada a “[...] contratar as obras precisas para o completo esgoto e limpeza da capital, e a levantar para esse fim, por meio de empréstimo, as sommas necessarias, recebendo do governo uma subvenção das quantias e nos prazos descriptos na mesma lei”¹². Durante 34 anos, o mesmo diploma foi utilizado para enquadrar e justificar necessidades e planos, sem um efeito prático coerente. No entanto, teve a virtude de sustentar alguns dos planos mais elaborados para o desenvolvimento dos esgotos de Lisboa.

¹⁰ O chamado “Plano Gotto”, foi apresentado à CML pelo engenheiro inglês Edward Gotto, em 1876. Foi o primeiro projecto a prever uma cobertura quase integral da área urbana da época, com transporte mecânico dos dejectos a longa distância, para a zona da actual Praia de Carcavelos, onde seriam lançados ao mar. (Oliveira, 2004 (1941)).

¹¹ O “Projecto dos esgotos da capital” apresentado pelo Engº Frederico Ressano Garcia em 1884 constituiu, durante décadas, o projecto mais completo para a implantação de uma rede de esgotos em Lisboa. Também contemplava uma cobertura integral da área urbana e o transporte dos dejectos para o mesmo local do projecto anterior, embora na extremidade oeste da mesma praia (Arquivo Municipal de Lisboa (AML) – *Projeto de esgotos da capital – Memória descriptiva*, 1884-04-01, cód. ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/ GOMU/008/00001/22).

¹² AHP – *Legislação Régia*, Livro 1876, Carta de Lei de 1876-04-12, p. 95.

6. A necessidade de saber o que se passava noutros locais e a visita de estudo do Eng.º Castel-Branco

A partir do século XVIII, tornou-se comum em certos estratos sociais viajar como forma de reforço de um processo educativo. O chamado *Grand Tour*¹³ começou como algo associado a uma busca de prazer e exotismo nos espaços mais periféricos da Europa, evoluindo de forma progressiva para um formato de “viagem de aprendizagem” (Simões *et al.*, 2003, p. 2). O crescente desenvolvimento da ciência e das práticas profissionais com elevada carga tecnológica durante o século XIX, tornaram necessária uma abordagem mais formal às viagens de cariz profissional. Obter conhecimento no estrangeiro, em cidades específicas, constituiu uma estratégia para responder a necessidades e expectativas locais (Matos & Diogo, 2009, p. 77).

A visita de estudo aqui abordada deve ser entendida neste contexto. Foi levada a cabo e enquadrada não só pelos objectivos da lei de 1876-04-12, mas também pelas chamadas de atenção da CML, que a partir do mesmo ano considerou útil a realização de estudos em cidades europeias onde tivessem sido estabelecidos sistemas modernos de esgotos. Para o efeito foi nomeado o Eng.º José Emídio Castel-Branco (1849-1920), formado em Engenharia Militar pela Escola do Exército e que mais tarde integrou a comissão que definiu os princípios orientadores de uma futura rede de esgotos de Lisboa.

A visita decorreu entre Setembro de 1877 e Junho de 1878 e abrangeu uma série de cidades da Europa com sistemas de esgotos recentemente implantados (Castel-Branco, 1880a, p. 1). Esta missão de estudo foi estabelecida na sequência das dúvidas levantadas com a apresentação do projecto Gotto, cumprindo de alguma forma o que a CML vinha a defender desde 1876: “[...] *que se pedisse ao governo, que ouvidas as estações e pessoas competentes, mandasse depois proceder aos referidos estudos.*”¹⁴

A viagem deste engenheiro contemplou as seguintes cidades: Paris, Madrid, Viena, Bruxelas, Londres, Oxford, Brighton, Hastings, St. Leonard-on-sea, Torquay, Bristol, Edimburgo, Croydon, Warwick, Bomford, Hendal, Abingdon, Birmingham, Manchester, Leeds, Coventry, Danzig, Berlim, Hamburgo, Altona, Francforte, Sachsenhausen e Amsterdão. A lista incluiu não só cidades de referência, como Paris e Londres, mas também uma quantidade de locais de segunda importância, cuja visita foi justificada “[...] *por acontecer actualmente que nem sempre os mais interessantes, completos ou característicos trabalhos de esgoto se encontram exemplificados nas cidades mais populosas ou importantes.*” (Castel-Branco, 1880a, p. 1).

¹³ “A *Grand Tour* is not a *Grand Tour* unless it includes the following; first a young British male patrician (that is, a member of the aristocracy or the gentry); second, a tutor who accompanies his charge throughout the journey; third, a fixed itinerary that makes Rome its principal destination; fourth, a lengthy period of absence, averaging two or three years.” (Bruce Redford, *Venice and the Grand Tour*, cit. por Sweet *et al.*, 2017, p. 1).

¹⁴ Archivo Municipal de Lisboa (AML) – *Anno de 1877*, Sessão de 1877-12-26, p. 641.

A semelhança de condições geográficas e orográficas com Lisboa também foi um dos motivos que orientou as escolhas. O mapa da figura 2 mostra a distribuição destas cidades. As descrições circunstanciadas que o Eng. Castel-Branco fez das soluções de saneamento de cada cidade por onde passou, oferecem um valioso retrato do estado da tecnologia sanitária à escala europeia. Aplicando o mesmo cuidado descritivo quer a povoações grandes, quer a povoações pequenas, não deixou de detalhar com mais pormenor os sistemas de esgoto mais complexos de cidades maiores, como Paris e Londres.

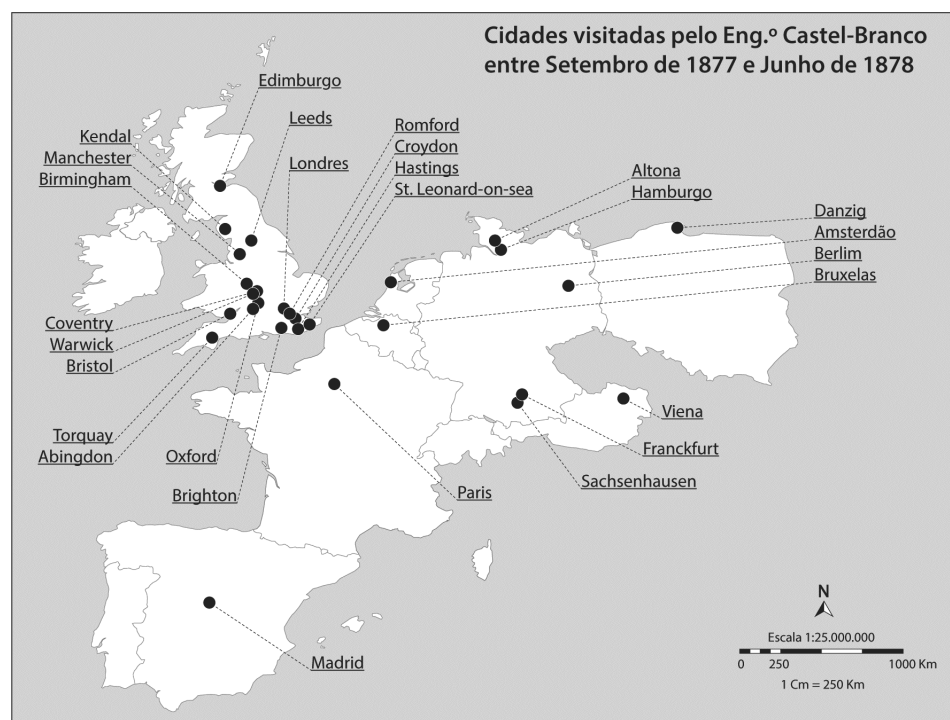


Fig. 2 – Localização das cidades visitadas pelo Eng.º Castel-Branco no continente europeu. A prevalência de cidades no Reino Unido é evidente (desenho do mapa: João Paulo Amado, 2024).

Enquanto instrumento de obtenção de conhecimento, estas visitas de estudo revelavam-se como uma forma prática de obter informação sobre o que mais recente se fazia na área do saneamento urbano, algo tanto mais notório quanto a sua aparente normalização. O próprio Castel-Branco deu conta de várias dentro da Europa, realizadas por pessoal técnico de outras cidades, numa série de visitas cruzadas de partilha de dados e experiências¹⁵.

¹⁵ Identificou deslocações de estudo, com objectivos idênticos à que ele próprio estava a levar a cabo, realizadas por técnicos das cidades de Bruxelas (Castel-Branco, 1880a, p. 77), Berlim, Londres e do *State Board of Health* do estado norte-americano do Massachussets a várias cidades europeias (*Ibidem*, p. 264).

A informação recolhida neste périplo, traduzida num extenso relatório ilustrado, constitui um testemunho extraordinário quanto ao que estava a ser feito por toda a Europa, em termos de implantação de esgotos urbanos. Como tal, serviu igualmente como uma base técnica para futuros trabalhos da CML: uma portaria do MOP de 1880-08-04 confirmou a autoridade da Câmara para planificar a canalização de esgotos da cidade, declarando ainda que “[...] a remessa feita á camara [...] dos trabalhos apresentados pelo engenheiro Gotto e dos estudos feitos pelo engenheiro Castello Branco sobre assumpto d’esta natureza teve por fim apenas ministrar á camara municipal elementos de estudo, não significando este facto preferencia ou indicação alguma sobre o projecto ou systema de trabalhos que tenha de ser adoptado [...]”¹⁶. A tabela seguinte mostra um pequeno resumo da caracterização das cidades que foram visitadas.

Tabela 1. Contabilização de características dos locais visitados pelo Eng.º Castel-Branco

Caracterização da visita de estudo do Eng.º Castel-Branco	
Quantidade de cidades visitadas:	28
Com sistema de esgoto de circulação contínua:	20
Com sistema de esgoto de circulação contínua e envio de sólidos para fossas fixas ou móveis:	6
Com envio de líquidos para esgotos e sólidos para fossas fixas ou móveis:	2
Com partilha de galerias de esgoto por outras redes técnicas:	2
Com aproveitamento de esgotos líquidos para irrigação de terrenos agrícolas:	13
Com aproveitamento de esgotos sólidos para adubo:	2
Com efeitos secundários sobre a natureza:	5
Esgotos lançados a um rio:	24
Esgotos lançados ao mar:	4
Com utilização de pequenos cursos de água dentro da cidade:	4
Com tratamento químico de esgotos:	3
Com uso de meios mecânicos:	1

¹⁶ AHP – *Legislação Régia*, Livro 1880, Portaria de 1880-08-04, p. 188.

Tratou-se de uma visita orientada para cidades específicas, em função de necessidades de obtenção de informação para problemas definidos. Não espanta por isso a quantidade de cidades com sistema de esgoto de circulação contínua, por ser considerado o mais indicado pelo autor (Castel-Branco, 1880a, p. 292) e do qual fez, aliás, uma descrição circunstanciada (Castel-Branco, 1880a, p. 125), muito centrada na sua abundante adoção por cidades em Inglaterra. A maior parte das cidades lançavam os esgotos em rios, mas algumas estavam suficientemente perto do mar para permitir estabelecer algumas comparações com Lisboa. A quantidade e variedade de informação recolhida neste périplo pela Europa é notória, sendo de destacar vistas em corte de equipamento sanitário e maquinaria diversa, bem como várias plantas de redes de esgoto. As duas figuras seguintes exemplificam o que foi recolhido.

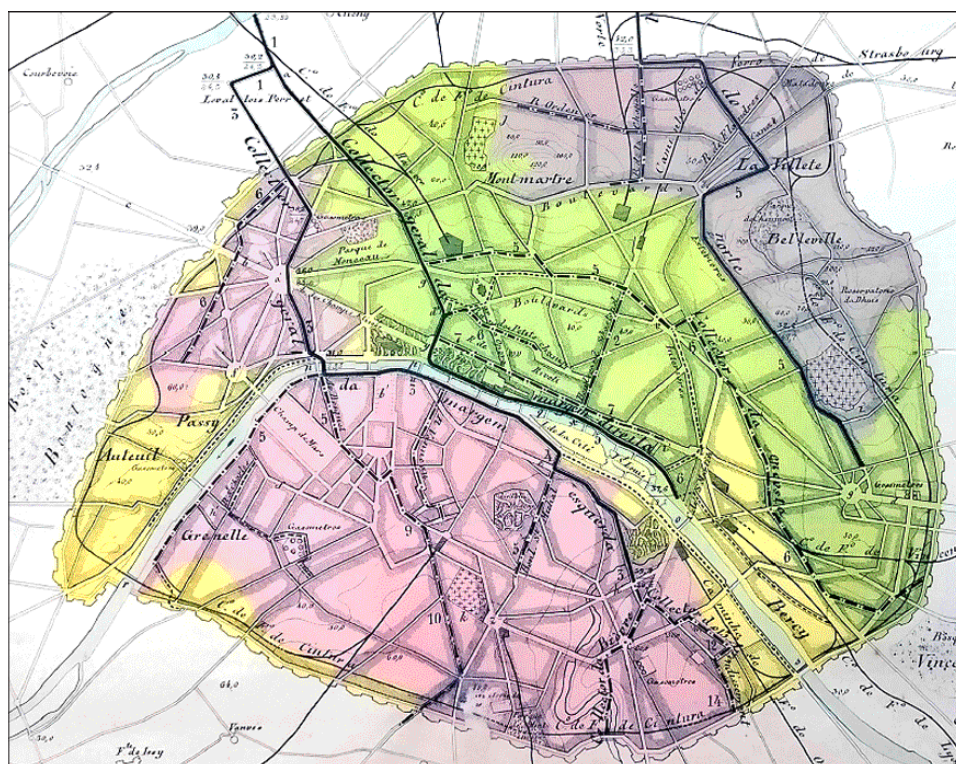


Fig. 3 – Planta de Paris mostrando as principais condutas de esgotos que atravessavam a cidade (Castel-Branco, 1880b, Estampa 2ª).

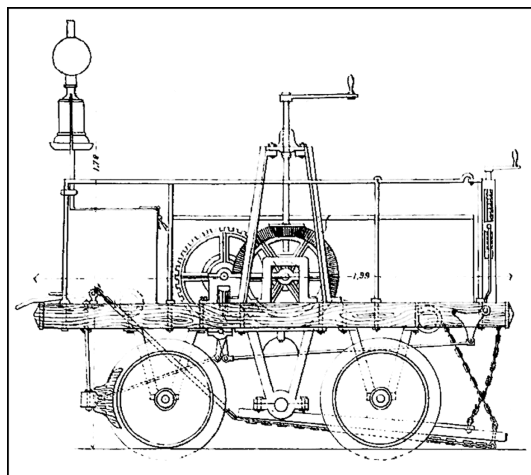


Fig. 4 – Vista em corte de um *wagon-vanne*, carro utilizado nos esgotos de Paris para transporte de detritos sólidos (Castel-Branco, 1880b, Estampa 5ª).

No relatório foi frisado que o autor não pretendia estabelecer um programa para um futuro sistema de esgotos de Lisboa, embora na prática acabasse por exercer influência nesse sentido¹⁷. Para além da riqueza informativa que providenciou sobre cidades europeias, elaborou uma série de considerações sobre o que viu, em termos das técnicas, tecnologias e materiais, estabelecendo contrapontos com a realidade de Lisboa. Não se coibiu de apresentar defeitos, nem de criticar certas soluções que encontrou¹⁸. Acabou por sugerir a adopção de várias soluções, em função das necessidades específicas a contemplar, ou em função dos locais de implantação dentro do perímetro urbano, indicando exemplos que encontrou em várias cidades europeias (Castel-Branco, 1880a, pp. 312-313).

A natureza dos contactos estabelecidos numa deslocação ao estrangeiro e o tipo de documentação ao qual se tinha acesso, também eram muito relevantes para o sucesso dessa deslocação. No caso vertente, o Eng.º Castel-Branco providenciou listas no final do primeiro volume do seu relatório, onde identificou o pessoal técnico que contactou, bem como fontes de informação variadas (Castel-Branco, 1880a, *Appendice 1º*, p. 317 e *Appendice 2º*, p. 320).

¹⁷ Pela dupla circunstância de o relatório desta viagem constituir uma das fontes de informação para a elaboração do futuro plano de esgotos de Lisboa e pela presença do Eng.º Castel-Branco na comissão nomeada posteriormente para esse efeito.

¹⁸ Como o fez, por exemplo, em relação à cidade de Viena (Castel-Branco, 1880a, p. 74).

7. A comissão de 4 de Agosto de 1880

Em 1880-07-05, a CML nomeou uma comissão para tratar de assuntos relativos ao saneamento da capital: “[...] *uma comissão para colligir todos os estudos já feitos para o saneamento da cidade, todos os elementos que podessem ser uteis para o estudo d’esses trabalhos, e dar parecer sobre o assumpto.*”¹⁹ Essa comissão sugeriu a nomeação de outra, composta por médicos, engenheiros e químicos, “[...] *para estudar e dar parecer sobre o melhor systema de saneamento que se deve adoptar para a cidade de Lisboa.*”²⁰, a qual acabou por ser nomeada em 1880-08-04. Composta por especialistas de diversas áreas²¹, esta segunda comissão foi assim confrontada com uma série de pontos de estudo²², que deveria ter em conta para emitir parecer sobre o melhor sistema de esgoto para Lisboa, contemplando aspectos como o programa de execução, os materiais de construção e a integração entre o sistema antigo e o novo a construir, entre outros.

A comissão nomeada em 4 de Agosto publicitou o resultado dos seus trabalhos sob a forma de livro (CML, 1881). Ao longo de 28 sessões discutiu longamente a melhor resposta a dar às questões em estudo. As conclusões que apresentou apontaram para uma preferência declarada pelo modelo de esgoto de circulação contínua, por um uso misto de gravidade e meios mecânicos para conduzir os resíduos, especificando ainda uma série de detalhes quanto aos materiais e à forma de estruturar uma futura rede de esgotos (CML, 1881, pp. 8-17).

8. O “Projecto dos esgotos da capital”

A comissão nomeada em 1880-08-04 acabou por desempenhar um papel muito relevante para o desenvolvimento daquele que foi, durante várias décadas, o projecto mais completo para a implantação de uma rede de esgotos em Lisboa. O assim chamado “*Projecto dos esgotos da capital*”, da autoria do Eng.º Frederico Ressano Garcia, foi feito na conformidade do parecer final dessa comissão²³. O seu nível de detalhe é notável, fornecendo uma quantidade apreciável de informação, não só sobre o que se propunha ser feito, mas também sobre a situação da cidade

¹⁹ AML., – 1880, 40ª sessão, 1880-08-04, p. 457.

²⁰ *Ibidem.*

²¹ Veja-se a lista completa dos membros desta Comissão e as respectivas especialidades em Amado (2020, p. 172).

²² AML – *Acta da sessão de instalação da Comissão de Saneamento da Capital*, 1880-08-11, p. 3, cód. ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/001/01/001.

²³ AML – *Projecto de esgotos da capital – Memória descriptiva*, 1884-04-01, p. 5, cód. ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/GOMU/008/00001/22.

naquele momento. Seria necessário esperar até ao início da década de 1940 para ser apresentado um projecto com um nível de detalhe equivalente²⁴.

Tal como foi apresentado, o projecto de Ressano Garcia respondeu às exigências dos trabalhos da comissão de 1880-08-04, actualizando e desenvolvendo detalhadamente os estudos associados ao plano Gotto (CML, 2015, p. 9). Apesar da sua qualidade, do enquadramento institucional (sob a égide da CML) e da cobertura justificativa proporcionada pela já referida Lei de 1876-04-12, este projecto também acabou por não se concretizar, circunstância para a qual contribuíram diversos factores. Financeiramente, não foi viável disponibilizar capitais nos anos que se seguiram imediatamente à sua apresentação. Embora já houvesse uma rede abastecimento de água em Lisboa e de haver, pelo menos em teoria, caudais de abastecimento suficientes, na realidade essa infraestrutura não chegava a todo o lado²⁵, tornando difícil a sua integração com uma rede de esgotos. Logo, a ideia de poder sustentar um sistema de esgoto de circulação contínua, como era o da proposta de 1884, com uma abundância de água corrente a partir de habitações particulares, caiu por terra. O início de outra obra estruturante da cidade, a do porto de Lisboa em 1887, obrigou a escolhas, não apenas financeiras, mas também técnicas: a obra dos esgotos poderia interagir negativamente com as obras do porto. Optou-se então por uma solução de recurso, integrada nas obras do porto: um grande colector entre o Cais do Sodré e a Ribeira de Alcântara, para interceptar os canos de esgoto que desaguavam no Tejo e os levar a despejar a jusante (leia-se na Ribeira de Alcântara). Este colector acabou apenas por interceptar as descargas de canos de esgotos que interferiam com as obras do porto de Lisboa (Silva, 2007, p. 395). Funcionou durante vários anos de uma forma pouco integrada com os restantes esgotos da cidade, constituindo uma fonte de incómodos²⁶ com uma construção considerada defeituosa²⁷ e com manifesta incapacidade em receber águas pluviais quando estas eram abundantes²⁸.

Da mesma maneira que aconteceu noutros casos, o projecto apresentado por Ressano Garcia não teve, portanto, consequências de natureza prática, mas tornou-se numa referência para as décadas seguintes de discussão sobre os esgotos de Lisboa.

Na proposta não foi incluído qualquer mapa da rede de tubagens prevista. É possível desenhar um mapa a partir da estrutura pré-existente, ao ano de 1882,

²⁴ Um “[...] estudo do projecto geral de remodelação e ampliação do sistema de esgotos de Lisboa”, da autoria do Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira (Oliveira, 2004 [1941]).

²⁵ A rede de abastecimento de água chegava a cerca de 6% das casas durante a década de 1870, número que subiu para cerca de 47% durante a década de 1880 (graças à chegada das águas do Alviela que suportaram a expansão), atingindo cerca de 57% na década de 1890 e 63% na década de 1900 (Silva, 2006, p. 404).

²⁶ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1900*, Sessão de 1900-04-19, p. 175; *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1909*, Sessão de 1909-01-21, p. 49.

²⁷ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1902*, Sessão de 1902-03-26, p. 100.

²⁸ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1910*, Sessão de 1910-09-22, p. 620.

o qual mostra uma rede densa, abrangendo boa parte da área delimitada pela circunvalação da cidade de 1852. O destino final dos esgotos era o rio Tejo, existindo 35 canos de despejo na frente ribeirinha, mais a ribeira de Alcântara. Ao todo, cerca de 145 Km de canos de esgoto. Pode-se postular que a estrutura de canalizações a criar não seria muito diferente da existente, prevendo uma renovação global de tubagens em muitas ruas, para adequar os perfis, as dimensões e os declives dos canos às necessidades de um bom escoamento. A planta de Lisboa na figura 5 mostra a rede de esgotos de 1882.

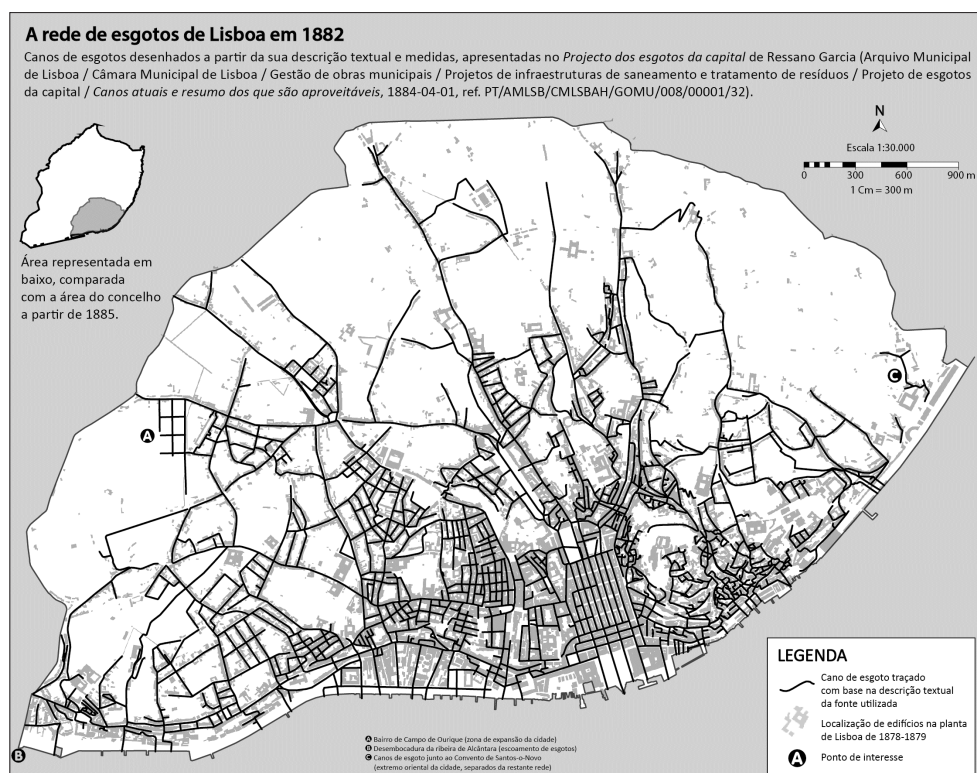


Fig. 5 – Planta de Lisboa com a rede de esgotos existente em 1882, a partir da descrição que acompanhou o “*Projecto dos esgotos da capital*” (Amado, 2020, p. 189).

9. Imitação e elogio – Considerações finais

O título deste trabalho pega no espírito de um provérbio conhecido: a imitação é a mais sincera forma de elogio. A visita de estudo levada a cabo pelo Eng.º Castel-Branco teve a virtude de lhe proporcionar múltiplas razões para elogiar o que viu. Teve também a virtude de estabelecer uma linha base para a escolha de tecnologias e aplicação das mesmas a um problema urbano, por imitação do que estava a ser feito um pouco por toda a Europa.

É lícito considerar que a visita foi levada a cabo praticamente com um caderno de encargos pré-definido: validar a aplicabilidade de um sistema de esgoto de circulação contínua. A verdade é que esse é o sistema mais comumente utilizado um pouco por todo o mundo, de uma maneira tão válida no século XIX como hoje.

Esta visita de estudo deixou-nos um trabalho brilhante, em termos de documentar o que de mais moderno existia quanto aos sistemas de esgoto urbano nas cidades europeias. Influenciou também a definição dos princípios pelos quais se deveria reger uma rede de esgotos a implantar em Lisboa, substituindo e melhorando as canalizações até aí existentes. No entanto, acabou por se revelar um artefacto estéril, pela dificuldade sistemática em implantar em Lisboa esta rede técnica urbana, pelo menos até às primeiras décadas do século XX.

A implantação de uma rede de esgotos eficaz em Lisboa foi um processo que se prolongou no tempo, que quando é visto à distância aparece como lento e que se caracteriza pelo arrastamento na tomada de decisões. Houve uma boa identificação de problemas aos quais era possível dar respostas fundamentadas, mas que por uma razão ou por outra não foram resolvidos. Assim foi com os esgotos, a limpeza, o saneamento de Lisboa em geral. Esta consideração não significa que não se tenha feito nada – simplesmente o que se fez quase nunca foi suficiente, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, numa perspectiva consentânea com o desenvolvimento e o crescimento da cidade.

Enquanto exemplo de destino de visita e formando uma estranha simetria no que respeita à lógica das visitas a infraestruturas técnicas, os esgotos de Paris assumiram um lugar especial. As grandes modificações que estas instalações sofreram no século XIX tornaram-nas num ponto de atração incontornável para visitas técnicas. Por sua vez, a obra *Les Misérables* de Victor Hugo, que teve a sua primeira edição em 1862, fez decorrer um momento fulcral da acção nesses esgotos e revelou-se um sucesso junto do público (Reid, 1993, pp. 42-49). Poucos anos depois, os mesmos esgotos foram popularizados através de uma das primeiras reportagens fotográficas da história da fotografia, levada a cabo por Félix Nadar, com imagens captadas entre 1864 e 1865 (Tseng, 2014, p. 233). A consequência desta divulgação revelou-se na realização das primeiras visitas organizadas a um sistema de esgotos

urbanos, o parisiense, a partir de 1867, as quais se prolongaram pelas décadas seguintes, passando a constar dos guias turísticos da cidade²⁹. E aqui houve como que o encerramento de um círculo. Se as viagens no contexto de um *Grand Tour* deram muitas vezes origem a narrativas literárias dos eventos que nelas decorriam, a já referida crescente profissionalização das viagens substituiu essas narrativas por relatórios técnicos e científicos (Simões *et al.*, 2003, p. 3). Ora, o refinamento de uma tecnologia específica, a do saneamento, potenciou em Paris uma nova abordagem (na época): a da apreciação lúdica da tecnologia e a sua disponibilização como destino de visita. As duas formas de viajar reencontraram-se.

²⁹ Veja-se, por exemplo, um guia turístico da Exposição Universal de Paris de 1900, com indicações relativas à visita aos esgotos (Constant de Tours, 1900, p. 356).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – *Fundo Legislação Régia* (Livros 1750-1760, 1876 e 1880).

Arquivo Municipal de Lisboa (AML) – (1860-1885).

Arquivo Municipal de Lisboa (AML) – *Acta da sessão de instalação da Comissão de Saneamento da Capital*, 1880-08-11, cód. ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/PS/001/01/001.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML) – *Projeto de esgotos da capital – Memória descritiva*, 1884-04-01, cód. ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/ GOMU/008/00001/22.

Fontes impressas

Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa (1900, 1902, 1909, 1910).

ANÓNIMO (1730): *Description de la ville de Lisbonne , où l'on traite de la Cour, de Portugal, de la Langue Portugaise, & des Moeurs des Habitans; du Gouvernement, des Revenus du Roi, & de ses Forces par Mer & par Terre; des Colonies Portugaises, & du Commerce de cette Capitale*. Paris: Pierre Perrault.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1881): *Esgotos de Lisboa. Parecer e Actas da comissão nomeada pela Camara Municipal de Lisboa em 4 de agosto de 1880*. Lisboa: Typographia Universal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2015): *Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030*. Lisboa.

CASTEL-BRANCO, J. E. S. C. (1880a): *Relatorio ácerca dos systemas modernos de canalização empregados na Europa para esgoto das cidades : apresentado ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 29 de Janeiro de 1879*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTEL-BRANCO, J. E. S. C. (1880b): *Relatorio ácerca dos systemas modernos de canalisação empregados na Europa para esgoto das cidades : apresentado ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 29 de Janeiro de 1879 – Atlas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTILHO, J. (1904): *Lisboa Antiga. O Bairro Alto de Lisboa – Volume II*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos.

CONSTANT DE TOURS (Chmielenski) (1900) : *Vingt jours à Paris, pendant l'Exposition universelle de 1900 : guide-album du touriste*. Paris : Société Française d'Éditions d'Art / L. Henry May.

DE DAMHOUDER, J. (1555): *La pratique et enchiridion des causes criminelles, illustrée par plusieurs elegantes figures, redigée en escript par Josse de Damhoudere, docteur es droictz, conseiller & commis des demaine & finances de l'Empereur Charles le V. fort utile & necessaire à tous souverains, baillifz, escoutestes, mayeurs, & aultres justiciers & officiers*. Louvain: Estienne Wauters & Jehan Bathen Imprimeurs.

- L'ÉVÊQUE, H. (1814): *Costume of Portugal. Illustrated by Fifty Coloured Engravings With a Description of the Manners and Usage of the Country*. London: s.e..
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1903): *Inquérito de salubridade das povoações mais importantes de Portugal: anno de 1903*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- NEALE, A. (1809): *Letters from Portugal and Spain; comprising an account of the operations of the armies under their Excellencies Sir Arthur Wellesley and Sir John Moore, from the landing of the troops in Mondego Bay to the battle at Corunna*. London: Richard Phillips.
- OLIVEIRA, E. F. (1882): *Elementos para a história do município de Lisboa. Tomo I*. Lisboa: Typographia Universal.
- SEMPLE, R. (1812): *A second journey in Spain, in the spring of 1809*. London: Robert Baldwin.

Estudos

- AMADO, J. P. C. (2020): *O Saneamento em Lisboa entre 1852 e 1910: Espaço, Tecnologia, Vivência e Poderes*. [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.
- BASTOS, A. S. (1947): *Lisboa Velha: Sessenta anos de recordações, 1850 a 1910*. Lisboa: Câmara Municipal.
- BUGALHÃO, J. & TEIXEIRA, A. (2015): "The sewers of downtown Lisbon in the 16th century: an archaeological approach." *Cadernos do Arquivo Municipal*, 4 (2^a série), pp. 89-122.
- CARDOSO, J. L. (2000): "Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII." *Análise Social*, 35 (156), pp. 495-509.
- CHOAY, F. (1989): *The Modern City: Planning in the 19th Century*. New York: George Braziller.
- GANDY, M. (2004): "Rethinking urban metabolism: water, space and the modern city." *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 8 (3), pp. 363-379.
- GRAHAM, S., MARVIN, S. (2001): *Splintering Urbanism*. London: Routledge, 2001.
- GONÇALVES, L. R. (2017): "Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval – séculos XIV a XVI." *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2^a Série N.º 8, pp. 37-54.
- MATOS, A. C. & DIOGO, M. P. (2009): "From the École des Ponts et Chaussées to Portuguese Railways: the transfer of Technological knowledge and practices in the second half of the 19th century". In M. PINHEIRO (org.) (2009): *Railways Modernization. An Historical Perspective (19th and 20th centuries)*. Lisboa AIHC/CEHCP-ISCT-IUL, 2009, pp. 77-90.
- MATOS, J. S. de, FERREIRA, F., MONTEIRO, A., OLIVEIRA, R., MATIAS, N., MARQUES, R. & PÓVOA, P. (2008): "Perspectiva Histórica e Evolução do

- Saneamento de Águas Residuais na Cidade de Lisboa.” In H. M. RAMOS *et al.* (eds.): *SEREA 2008 – VIII Seminário Ibero-Americano sobre Sistemas de Abastecimento e Drenagem*, Atas. Lisboa: Instituto Superior Técnico. CD-ROM. [16 pp.]
- MENDONÇA, J. L. (2018): *As Águas Subterrâneas e o Abastecimento de Água a Lisboa – As Captações da EPAL*. Lisboa: EPAL.
- OLIVEIRA, E. A. (1941): *Esgotos de Lisboa: Estudos de Anteprojecto*. Lisboa: Câmara Municipal, 2004.
- PINHEIRO, M. (2011): *Biografia de Lisboa*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- REID, D. (1993): *Paris Sewers and Sewermen: Realities and Representations*. Harvard: Harvard University Press.
- RODRIGUES, T. (1994): “População.” In *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., pp. 721-723.
- SARAIVA, T., SCHMIDT, L., PATO, J. (2014): “Lisbon Water Regimes: Politics, Environment, Technology, and Capital (1850-2010).” *Flux*, 97/98, pp. 1-21.
- SILVA, Á. F. (2006): “Sanitary revolution and technology in the nineteenth century Lisbon.” In M. MERGER (dir.): *Transferts de technologies en Méditerranée*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, pp. 391-414.
- SILVA, Á. F. (2007): “Una máquina imperfecta: tecnología sanitaria en Lisboa en la segunda mitad del siglo XIX.” In A. LAFUENTE, A. C. MATOS, T. SARAIVA (eds.): *Maquinismo Ibérico*. Madrid: Ediciones Doce Calles, pp. 371-400.
- SILVA, Á. F., SOUSA, M. L. (2019): “The “script” of a new urban layout: mobility, environment and embellishment in Lisbon’s streets (1850-1910).” *Technology and Culture*, January, pp. 65-97.
- SILVEIRA, L. N. E. (coord.) (2001): *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- SIMÕES, A., CARNEIRO, A. & DIOGO, M. P. (eds.) (2003): *Travels of Learning – A Geography of Science in Europe*. Dordrecht: Springer Science+Business Media
- SWEET, R., VERHOEVEN, G., GOLDSMITH, S. (eds.) (2017): *Beyond the Grand Tour. Northern Metropolises and Early Modern Travel Behaviour*. London/New York: Routledge.
- TRINDADE, L. (2014): “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma.” In M. M. LOZANO & V. MÉNDEZ (coords.): *Patrimonio cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, pp. 363-376.
- TSENG, S.-C. (2014): “Nadar’s Photography of Subterranean Paris: Mapping the Urban Body”. *History of Photography*, 38 (3), pp. 233-254.
- WILLIAMS, R. (1975): *Culture and Society 1780-1950*. Harmondsworth: Penguin Books.

Castelo de Vide, 1521.

Potencialidades e usos das ferramentas digitais para a análise e divulgação do património histórico urbano no âmbito do projeto FRONTOWNS*

Gonçalo Melo da Silva¹

Demetrius Lacet Silva²

Fabián Cuesta-Gómez³

Luísa Trindade⁴

Sara Prata⁵

Adelaide Millán Costa⁶

Resumo

Nas últimas décadas, o estudo dos núcleos urbanos medievais avançou significativamente graças a abordagens multidisciplinares e novas tecnologias. Este contexto permitiu formular propostas inovadoras de estudar e divulgar a cidade, com destaque para as reconstruções e animações digitais dos centros urbanos. Parte do projeto FRONTOWNS foi especialmente dedicado à reconstrução 3D da vila Castelo de Vide (Alentejo, Portugal) na Idade Média, combinando dados documentais, cartográficos, arqueológicos e arquitetónicos. A criação deste modelo

* Trabalho elaborado no âmbito do projeto Frontowns – *Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII-XVI)* – PTDC/HAR-HIS/3024/2020.

¹ NOVA FCSH, IEM – NOVA FCSH. Email: gmsilva@fcsh.unl.pt

² INESC TEC. Email: demetrius.l.silva@inesctec.pt

³ IEM – NOVA FCSH. Email: fabiancuesta@fcsh.unl.pt

⁴ UC; CHSC. Email: Luisa.trindade@fl.uc.pt

⁵ IEM – NOVA FCSH. Email: saraprata@fcsh.unl.pt

⁶ UAb; IEM – NOVA FCSH. Email: Adelaide.Costa@uab.pt

digital tem permitido estudar e divulgar a cidade medieval de forma inovadora, mostrando o potencial destas ferramentas para compreender as interações e fluxos entre centros urbanos medievais. Estes resultados preliminares também abordam uma reflexão sobre as metodologias e boas práticas no desenvolvimento de reconstruções digitais e sobre os desafios encontrados.

Palavras-chave

História Urbana, Reconstrução digital, Animação 3D, Património medieval, Transferência de conhecimento

Castelo de Vide, 1521. Possibilities and uses of digital tools for analysing and urban historical heritage within the framework of the FRONTOWNS project

Abstract

Over the last few decades, the study of medieval urban centres has made significant progress thanks to multidisciplinary approaches and new technologies. This context allowed for innovative proposals to study and disseminate the cities, especially digital reconstructions and animations of urban centres. A specific focus of the FRONTOWNS project was the 3D reconstruction of the town of Castelo de Vide (Alentejo, Portugal) in the Middle Ages, combining documentary, cartographic, archaeological and architectural data. The creation of this digital model is making it possible to study and disseminate the medieval town in an innovative way, showing the potential of these tools to understand the interactions and fluxes between medieval urban centres. The preliminary results also provide a reflection on methodologies and good practices in the development of digital reconstructions and the challenges faced.

Keywords

Urban History, Digital reconstruction, 3D Animation, Medieval cultural heritage. Knowledge transfer

1. Introdução

Nas últimas três décadas, os investigadores que se dedicam ao estudo de núcleos urbanos, edifícios e artefactos históricos, têm articulado as abordagens multidisciplinares com os avanços e potencialidades trazidos pelas tecnologias digitais. Desde logo, a investigação realizada promoveu uma reflexão conceptual e terminológica, procurando identificar e distinguir *recreação virtual*, *restauração virtual* de *reconstrução virtual* (Pietroni & Ferdani, 2021). De acordo com os princípios da Carta de Sevilha, esta última consiste no recurso a um modelo virtual para recuperar visualmente um edifício ou objeto construído pelo homem num determinado período, a partir de fontes materiais disponíveis, de inferências comparativas válidas e do conhecimento científico gerado por outros investigadores ligados à Arqueologia, História e História de Arte⁷.

Simultaneamente, os investigadores desenvolveram várias metodologias e métodos para reconstituir digitalmente os seus objetos de estudo e analisar e comunicar os resultados obtidos, procurando refletir sobre as suas potencialidades, desafios e a forma como os utilizadores percecionam e interagem com o produto final. Neste contexto, vários espaços, construções e objetos relacionados com diferentes sociedades e cronologias foram já alvo de reconstrução, ainda que nem todos os projetos apresentem o mesmo nível de investimento no sentido de garantir a representação mais verosímil. Entre as cidades europeias medievais contam-se, por exemplo, os casos de Constantinopla⁸, na atual Turquia; Cherven na Bulgária (Kostadinov & Vassilev 2013); Senlis (Lejeune *et al.*, 2017), em França; Segóvia, em Espanha⁹, e Leiria¹⁰, Montemor-o-Novo (Carpetudo & Lopes, 2016), Évora (Barros *et al.*, 2019; Val-Flores, 2020) e Mértola (Antunes *et al.*, 2017), em Portugal.

A multiplicação destes trabalhos tem sido acompanhada por um debate intenso, e ainda em construção, sobre as boas práticas a adotar, os perigos, ameaças e incoerências das reconstruções e animações digitais, tanto promovido pelos investigadores, como por centros de investigação e organismos internacionais, como o ICOMOS (Denard, 2012; Hermon *et al.*, 2007). Neste contexto, surgiu o projeto *FRONTOWNS. Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII – XVI)* (PTDC/HAR-HIS/3024/2020), financiado pela FCT e em curso entre 2021 e 2025. Sediado no Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o projeto desenvolve-se em colaboração com o Laboratório de Humanidades

⁷ <https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/06/Seville-Principles-IN-ES-FR.pdf> [Consultado a 06/05/2023].

⁸ <https://www.byzantium1200.com/> [Consultado a 06/05/2023].

⁹ Disponível em: <https://azoguejo1520.com/en/home/> [Consultado a 06/05/2023].

¹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1m_gtJZckjY&ab_channel=Munic%C3%ADpiodeLeiria [Consultado a 06/05/2023].

Digitais da NOVA FCSH, o CHAM – Centro de Humanidades da NOVA FCSH, o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o INESC TEC, a Universidad de Extremadura e a Casa de Velázquez.

O projeto escolheu como área de estudo um conjunto de núcleos urbanos localizados na fronteira entre o atual Alto Alentejo Português e a Alta Extremadura Leonesa nos séculos XIII a XVI, a fim de responder a dois objetivos centrais:

- 1) identificar o papel desempenhado pelas pequenas vilas na articulação de um território de fronteira entre Portugal e Castela, e na relação com espaços mais distantes, explorando os vínculos (ligações institucionais, como acordos e parcerias entre as vilas) e fluxos (circulação e mobilidade) que entre essas povoações se estabeleceram, viabilizados ou obstruídos pelas condições geográficas, materiais, políticas ou mentais;
- 2) reconstituir e estudar a evolução do espaço urbano de Castelo de Vide e Cáceres, recorrendo à modelação e animação em 3D por forma a observar como os fluxos e vínculos se refletiram na sua paisagem urbana. Este objetivo acabou por ser circunscrito apenas à primeira localidade, devido ao financiamento atribuído ter sido inferior ao solicitado em sede de candidatura.

A equipa apresenta uma natureza multidisciplinar, contando com 26 investigadores provenientes de diferentes áreas científicas, como a Arqueologia, a História, a História da Arte, História do Urbanismo, as Humanidades Digitais, a Modelação Matemática e a Animação. Com o objetivo de reforçar a coesão e formação multidisciplinar da equipa, foram organizados vários encontros científicos, nomeadamente o *Seminário aberto Ferramentas para uma investigação multidisciplinar sobre pequenas cidades na Idade Média*¹¹. Estes encontros permitiram a discussão e definição dos conceitos, metodologias e métodos das áreas ligadas ao projeto, bem como uma reflexão conjunta sobre os processos de análise e transferência de informação histórica para ferramentas digitais, tais como os SIG e os programas utilizados na reconstituição virtual e animação digitais: Blender, Unity, UnrealEngine.

Neste capítulo, apresentam-se os primeiros resultados do trabalho em torno do modelo de reconstituição 3D de Castelo de Vide para a investigação e docência, que estamos a desenvolver, refletindo sobre as potencialidades e desafios encontrados. Nesse sentido, o texto organiza-se em três partes distintas, mas complementares.

¹¹ Programa disponível em: <https://frontowns.fcsh.unl.pt/2022/03/01/seminario-ferramentas-investigacao/> [Consultado a 06/05/2023].

2. Ponto de partida: o vínculo estabelecido entre o *corpus* documental e a concretização dos objetivos

Os membros da equipa portuguesa do projeto nas áreas da História, História da Arte, História do Urbanismo e Arqueologia procederam ao levantamento sistemático e exaustivo dos estudos de Castelo de Vide e das fontes de informação histórica relativas ao período medieval, recolhendo a documentação escrita conservada nos arquivos municipal, distrital e central, como a Torre do Tombo. Os documentos recenseados, tal como para outras vilas da região¹², datam, sobretudo, dos séculos XV e XVI, sendo a sua maioria de origem régia. Embora existissem várias instituições com bens imóveis na urbe, como as igrejas paroquiais e a Albergaria de S. Domingos, o número de contratos de exploração que chegou à atualidade é residual, não se conservando tombos de propriedade. Estas circunstâncias dificultam e, muitas vezes, impossibilitam, reconstituir, por exemplo, a toponímia (a Rua de Santa Maria é a única via especificada nos documentos recolhidos (Oliveira, 2011, pp. 65, 69)¹³, a tipologia de casas, o(s) ritmo(s) de urbanização e a sociotopografia da urbe. Em nítido contraste, a documentação reunida presta-se mais ao estudo dos vínculos e fluxos que a localidade manteve com as vizinhas, caso, por exemplo, dos oficiais nomeados para a vila, das trocas comerciais, dos crimes cometidos, como o contrabando, e, em menor grau, das rotas de peregrinação e milagres alegadamente ocorridos na urbe.

À semelhança de outros estudos anteriores (Arízaga Bolumburu, 2002; Rossa & Trindade, 2005; Beltramo, 2014; Lichtert *et al.*, 2014), foram reunidas fontes iconográficas, cartográficas e fotográficas disponíveis sobre Castelo de Vide, produzidas até à década de 60 do século XX, pelo potencial que aportam na recuperação e reconstituição da paisagem urbana. Entre estas, deu-se especial importância à cartografia elaborada com fins militares entre os séculos XVI-XIX (Arízaga Bolumburu, 2002, pp. 56-61), por constituírem as primeiras representações do espaço urbano, fornecendo informações sobre a área ocupada, a toponímia, determinados edifícios, como as fortificações, e as várias alterações, em planta, que ocorreram ao longo do tempo (e que os engenheiros militares julgaram conveniente registar). Incluem-se, neste âmbito, os desenhos de Duarte de Armas do castelo e da vila no século XVI¹⁴, e os mapas de Miguel Luiz Jacob (1755) e Pedro Folque (1818).

¹² O levantamento documental efetuado para as vilas de Montalvão, Nisa, Alpalhão, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Alegrete, Assumar, Arronches, Monforte, Ouguela e Campo Maior e uma reflexão sobre as suas potencialidade e limitações para o estudo das temáticas do projeto serão publicados brevemente em: (Silva, no prelo) O estudo de José Augusto Oliveira sobre Castelo de Vide no período medieval já colocava em evidência alguns dos aspetos referidos. (Oliveira, 2011).

¹³ Biblioteca Laranjo Coelho (Castelo de Vide) – *Tombo de Castelo de Vide*, fols. 4, 11-12; *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (2006): J. DIAS (ed.). Lisboa: CEH/UNL, 2006, Vol. 3, Tomo 3, p. 138 (1413).

¹⁴ O resultado encontra-se em: TT – *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 159. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> [Consultado a 30/04/2023]. O caderno de esboço conserva-se

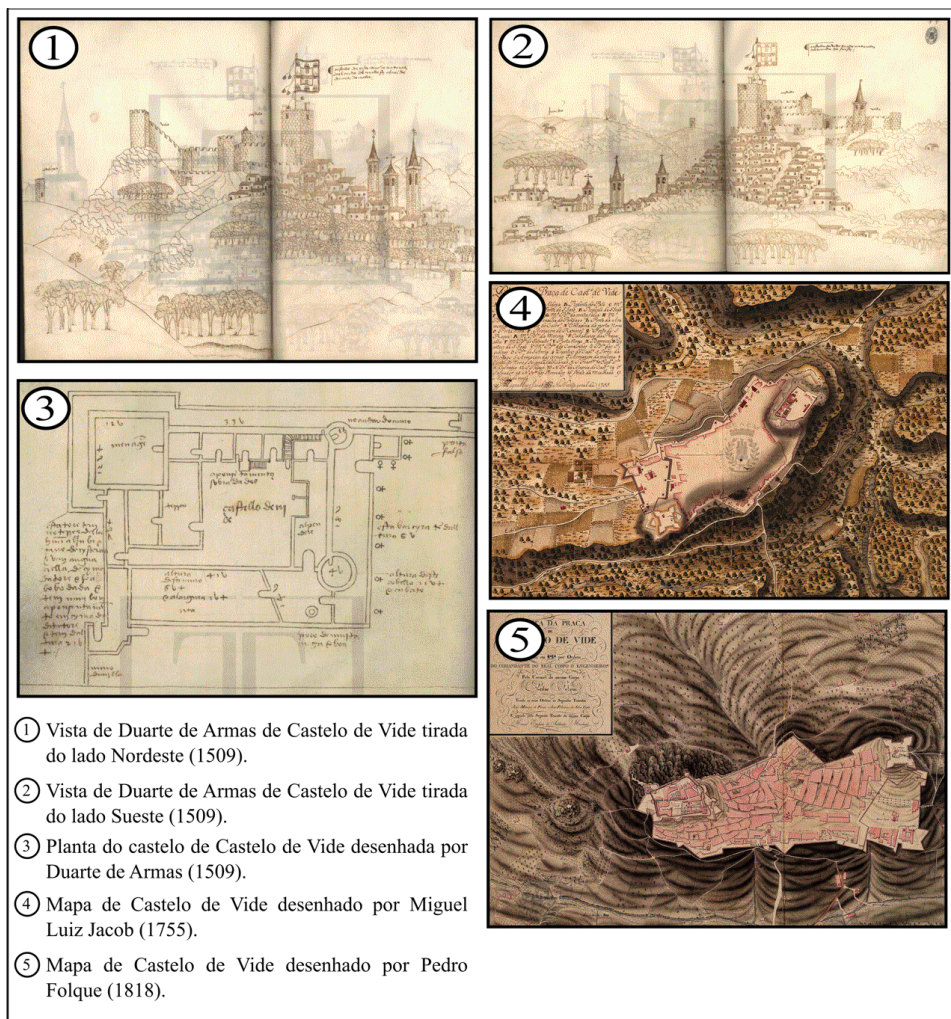


Fig. 1 – Fontes iconográficas para o estudo de Castelo de Vide 1509-1818.

Os primeiros, pela data (c. 1509) e detalhe da representação, constituíram a base de trabalho sendo, todavia, a sua utilização precedida de uma análise detalhada do seu grau de fiabilidade, cotejando-se formas e medidas desenhadas e registadas pelo escudeiro régio com a materialidade subsistente.

De igual modo, procedeu-se à consulta da informação dispersa nos cadernos de encargos, relatórios, fotografias e documentos das várias campanhas de restauro promovidas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), fundamentalmente desde os anos de 1930 até finais dos de 1980. Esta análise, ainda em curso, tem permitido caracterizar e individualizar as várias fases de restauro e reconstrução que incidiram, no essencial, no recinto do castelo e nas cercas (medievais e modernas) que envolvem a vila. Estes trabalhos promovidos pela DGEMN, nem sempre contínuos e, por vezes, pouco cuidadosos com os aspetos técnicos e históricos, permitiram, no entanto, a preservação geral da arquitetura militar que hoje se pode observar. Exemplo disso são as obras efetuadas na torre de menagem, cujo quadrante nordeste e sala abobadada foram reconstruídos sobretudo nas décadas de 1940 e 1960.

Foram também consultados os relatórios e publicações existentes resultantes das intervenções arqueológicas efetuadas desde meados dos anos 80 no castelo e na sua área envolvente. Estes trabalhos, a partir da estratigrafia, da cultura material e das estruturas comprovadas durante o seu decurso, permitiram interpretar as transformações ocorridas nas áreas em que se efetuaram as intervenções. Em alguns casos, foram identificados processos inéditos de reconstrução e abandono de diferentes espaços ou edifícios, enquanto noutras ocasiões documentaram-se evidências refletidas nas representações gráficas existentes, por vezes com alterações na sua implantação, na sua morfologia ou nas diferentes fases construtivas conhecidas. De particular interesse para este projeto são os casos do limite norte dos aposentos sobradados, a entrada sudoeste do castelo e o muro que separava o pátio da horta no castelo, desenhados no início do século XVI. A sua localização e as dimensões exatas (um pouco diferentes da representação feita por Duarte de Armas) vieram a ser (re)conhecidas através de trabalhos arqueológicos realizados nos séculos XX e XXI.

A este leque de fontes juntamos a observação da vila, quer percorrendo o espaço, quer a partir da fotografia aérea. Com efeito, a localidade mantém ainda grande parte do traçado urbano e alguns dos edifícios mais importantes do período medieval. Entre estes, figuram o castelo, a barbacã, a muralha, as igrejas de São Salvador, São João e Santiago e, já com alterações mais profundas, a ermida de Santo Amaro. O espaço intramuros e o arrabalde, situado entre este e a atual igreja matriz (localizada aproximadamente no mesmo espaço que a primitiva igreja medieval de Santa Maria), apresenta vários exemplos de construção corrente que

ainda conservam elementos, como portais, e/ou testemunham o uso de técnicas e elementos ornamentais de origem tardo-medieval. Devemos, porém, salientar que o trabalho de campo, realizado em parceria com os técnicos de arqueologia do município, possibilitou identificar e separar exemplos de reutilizações de elementos medievais, como portais e pedras de armas, na contemporaneidade e, assim, evitar anacronismos. Com efeito, no século XX, aquando da construção de algumas habitações, os portais foram criados com uma configuração semelhante aos medievais (Ricardo & Magusto, 2018). No caso do nº 19 da Rua Direita, os proprietários colocaram uma pedra com as armas régias encontrada no decurso das escavações arqueológicas, na fachada, acima do portal, replicando, sem saber, uma prática definida nos contratos de exploração de bens régios, pelo menos, desde os finais do século XV e princípios do XVI (Duarte, 1998, p. 125).

Assim, o trabalho de levantamento, tratamento e análise da informação permitiu concretizar um conjunto de objetivos importantes:

- 1) Definir o momento de reconstituição da vila (1521), optando-se pelo período em que o somatório dos dados permite uma hipótese com maior nível de autenticidade;
- 2) Reconstituir a paisagem urbana medieval de Castelo de Vide sobre ortofotomapa retirado do Google Maps, incorporando as informações fornecidas pelas diversas fontes recolhidas;
- 3) Identificar os espaços e edifícios em que a reconstrução do exterior pode ser feita com maior precisão: castelo, barbacã, muralha, igrejas de São João e Santiago.
- 4) Reconhecer as construções e elementos arquitetónicos onde é necessário o recurso a paralelos históricos;
- 5) Escolher os indivíduos animais e objetos a introduzir no cenário reconstruído.

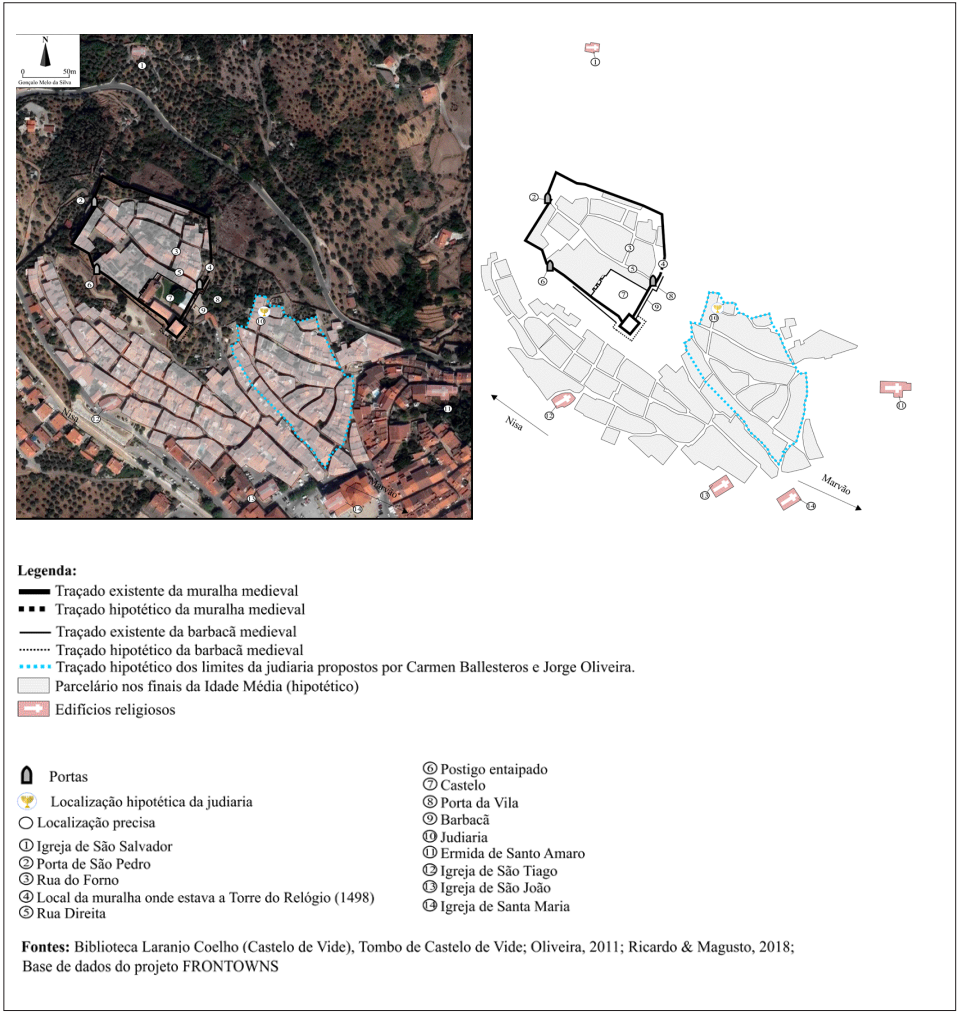


Fig. 2 – Reconstituição hipotética do espaço urbano de Castelo de Vide nos finais da Idade Média.

3. A reconstrução 3D de Castelo de Vide

A equipa portuguesa de historiadores, historiadores da arte e arqueólogos, agora em parceria com os investigadores de modelação e animação 3D, procedeu à recolha, consulta e análise da produção científica, de projetos, finalizados e em curso, das recomendações de instituições e organismos nacionais e internacionais ligados ao património cultural, como o ICOMOS, e de documentos sobre boas práticas a adotar nas reconstituições digitais de núcleos urbanos históricos, como a Carta de Londres (2009) (Denard, 2012; Hermon *et al.*, 2007) e de Sevilha (2017). Os investigadores debateram entre si experiências de reconstrução e animação de cidades medievais já concretizadas, identificando e refletindo sobre os aspetos bem e menos bem conseguidos. Esta etapa permitiu definir e adotar um conjunto de boas práticas, tais como:

- 1) definir um sistema de organização e objetivos precisos para a equipa, baseado em reuniões regulares, presenciais e *online*, das quais resultaram a produção de memorandos, documentando textual e visualmente as decisões tomadas;
- 2) assegurar que os dados, os métodos e os resultados obtidos são compreendidos e avaliados com rapidez e facilidade por qualquer utilizador e podem ser reproduzidos no futuro por outros investigadores, garantindo a máxima transparência e democratização do conhecimento produzido;
- 3) garantir a sustentabilidade do modelo de reconstituição no futuro, através de estratégias que assegurem sua acessibilidade, funcionalidade e relevância ao longo do tempo; tal inclui a adoção de tecnologias atualizáveis e interoperáveis, utilizando formatos e padrões abertos, além de assegurar a compatibilidade com diversas plataformas e softwares.

Além disso, foram definidas as seguintes premissas que garantem a coerência às opções a tomar quanto aos dados transmitidos pelas fontes, com especial ênfase para os desenhos de Duarte de Armas.

- a) Se apenas existirem os dados de Duarte de Armas, desde que verosímeis, são adotados;
- b) Se não existir coincidência entre as informações colhidas em Duarte de Armas e os vestígios arqueológicos, opta-se sempre por estes últimos;

Entre a não existência de dados arqueológicos e a dúvida (devidamente sustentada em cada caso) quanto à verosimilhança da representação de Duarte de Armas, escolhe-se não representar.

3.1. O espaço e o sistema defensivo

Embora, com base em experiências semelhantes, o ideal fosse poder produzir um modelo fotogramétrico (Okeil & El Araby, 2013; Remondino *et al.*, 2009; Carpetudo & Lopes, 2016, pp. 160-161; Barreau *et al.*, 2020, pp. 41-55), a partir da captação sistemática de imagens por voo de drone da área a reconstituir, no nosso projeto não foi possível implementar esta opção, devido a três condicionantes: a redução do financiamento atribuído pela FCT; o levantamento fotogramétrico tinha de ser realizado numa área com uma extensão superior e com maior densidade de edifícios do que em outros projetos semelhantes, o que encarecia o orçamento da eventual contratação deste serviço; ainda que os erros registados nos levantamentos fotogramétricos pudessem ser corrigidos, o processo de aquisição do modelo rigoroso e a sua comparação com o levantamento topográfico e a imagem de satélite seria um processo demorado, sobretudo na correções e ajustes.

A alternativa passou por imprimir a planta cadastral fornecida pela Câmara Municipal de Castelo de Vide, com uma escala de 1:10 000 e curvas de nível com equidistância de 5 metros, para construir uma maquete física da vila, uma vez que o registo camarário fornece a localização precisa dos espaços e edificado e medidas rigorosas. A equipa começou pelos espaços e edifícios possíveis de reconstruir com maior precisão no espaço intramuros e no seu entorno: o castelo e as construções que o compunham, a muralha, a barbacã, as portas e as vias de circulação, inserindo-os na maquete. Foi colocado junto de cada construção um conjunto de informação adicional, como, por exemplo, a sua altimetria, aferida pelos arqueólogos do projeto e técnicos de arqueologia da Câmara Municipal através da confirmação das medidas e retificação sobre o terreno. Foram igualmente sinalizados os locais reservados para a construção corrente. Assim, esta etapa permitiu sintetizar e validar toda a informação recolhida, possibilitando uma comunicação mais precisa entre os investigadores das diversas áreas e entre os dados e os programas a utilizar na modelação e animação.

No processo de reconstituição 3D em curso, foram selecionados diversos programas para atender às várias fases do projeto, com base nas suas funcionalidades e vantagens. Para tratar os modelos em bruto provenientes da fotogrametria, escolheu-se o Blender como ferramenta principal, não apenas para a modelação, mas também para o processo de texturização dos modelos. Essa opção deveu-se à sua versatilidade, interface intuitiva, ampla compatibilidade com formatos utilizados em softwares de modelação e motores de renderização, além de ser software livre e de código aberto. O Blender já havia demonstrado eficácia em projetos semelhantes, como o Azoguejo 1520¹⁵, e permite a exportação direta para

¹⁵ Azoguejo 1520. [Online]. Available: <https://azoguejo1520.com/en/home/> [Accessed: 17-Jan-2025].

plataformas de criação de sistemas interativos, como o Unity, assegurando uma integração eficiente no fluxo de trabalho. Inicialmente, o Unity foi utilizado para explorar as possibilidades de criação de um produto interativo. Contudo, devido à necessidade de personagens humanos realistas, optou-se por migrar para o Unreal Engine, que oferece ferramentas avançadas, como o MetaHumans e suporte à plataforma Mixamo, possibilitando a criação de avatares de alta qualidade. Apesar das vantagens das ferramentas escolhidas, verificou-se que o elevado nível de detalhe das texturas e modelos gerados exigiria recursos computacionais significativos, com alta capacidade de armazenamento e processamento gráfico.

A migração dos dados da maquete física para ambiente digital seguiu a mesma ordem referida anteriormente. Em primeiro lugar, o trabalho centrou-se na modelação das principais estruturas e edifícios, como a cerca, em plano, sem considerar, nesse momento, a topografia. A análise da documentação compulsada permitiu identificar alguns elementos arquitetónicos que já não existem, como por exemplo, no castelo, as janelas e frestas na Torre de Menagem, as troneiras situadas no lado oeste da fortificação e a cobertura do cubelo da torre circular, todos desenhados por Duarte de Armas. Nesse sentido, foram selecionados e adaptados paralelos coevos de outros locais, tais como as janelas e frestas do castelo de Bragança (desenhadas também por Duarte de Armas), as troneiras do castelo de Santa Maria, e os cubelos conservados em Viana do Alentejo, Sempre Noiva, Cordovil, Camoeira, do Palácio dos Condes de Soure, em Évora, e do Paço da Giesteira. Por sua vez, o passadiço de madeira que garante o acesso à Torre de Menagem baseia-se no que existe, na atualidade, em Marvão. Na falta de uma referência gráfica que nos possibilite aferir como era na época medieval, assumimos conscientemente esta opção.

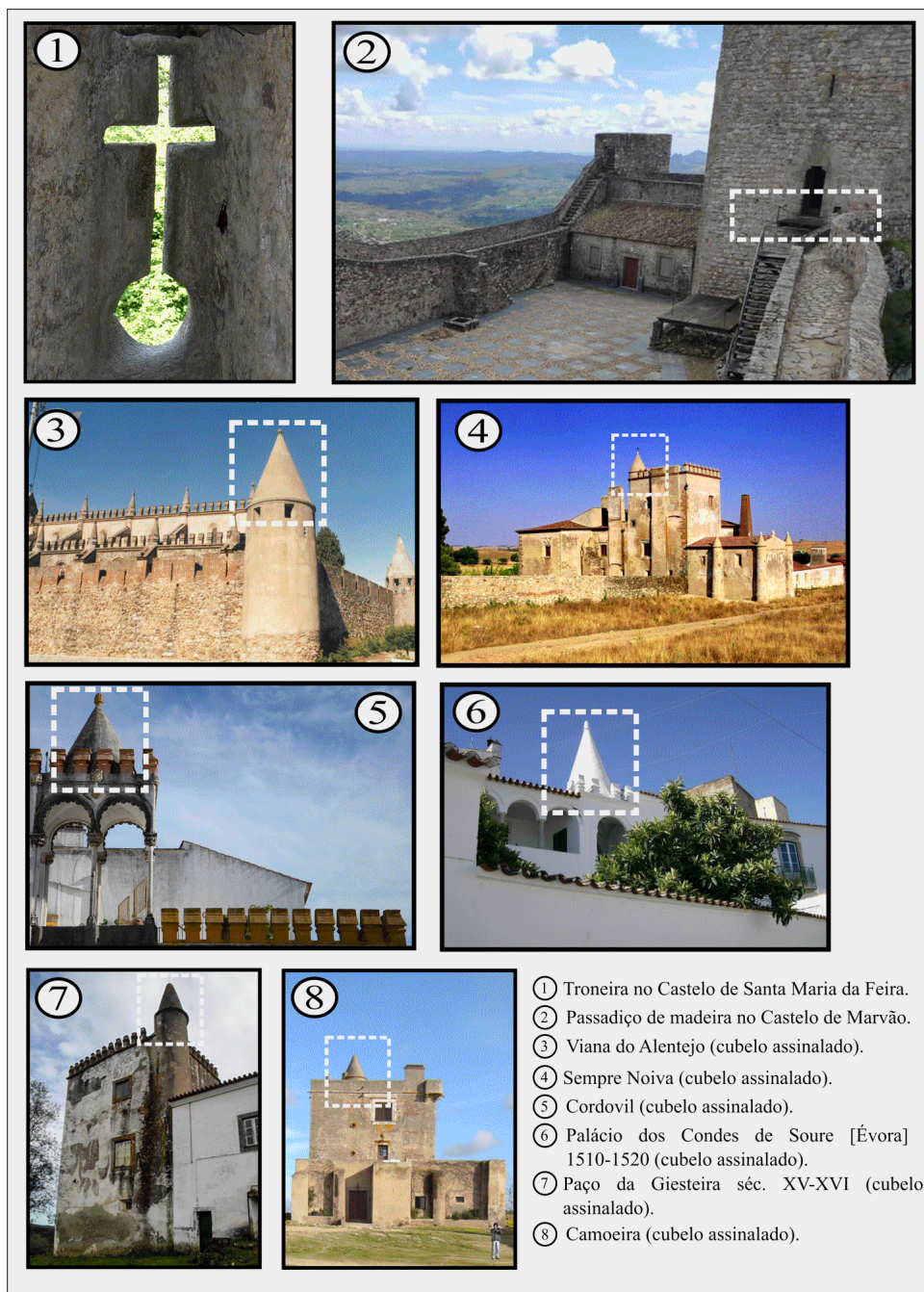


Fig. 3 – Fotografias de elementos dos sistemas defensivos com características semelhantes.

Uma vez modelados, o castelo, a muralha, a barbacã e os espaços reservados para receber as habitações começaram a ser inseridos e adaptados à morfologia do terreno, identificando-se três áreas particularmente problemáticas: o espaço localizado entre a Torre de Menagem e a Porta da Barbacã; o lanço norte da muralha e a área entre a barbacã medieval e a Rua de Santa Maria. No primeiro caso, a escala das curvas de nível da planta oferece uma visão mais simplificada do forte declive existente, tendo sido necessário realizar medições *in situ* da barbacã utilizando um medidor a laser a fim de representar com maior precisão a topografia do terreno.

Por sua vez, na segunda área, o escaneamento digital de todo o caminho de ronda foi necessário não só para recolher a altimetria da muralha, mas também para ajudar a reconstruir com maior detalhe a sua inclinação. Para isso foi utilizado um iPhone 11 e o software Scaniverse¹⁶. O processo foi concretizado em partes separadas, levando em consideração a geolocalização para gerar malhas tridimensionais com alturas precisas em relação à altitude real. Esse procedimento viabilizou a captura de elementos estruturais essenciais, resultando na criação de uma biblioteca de elementos 3D representativos das partes fundamentais do castelo. A partir desses dados, foi desenvolvida uma malha-guia geolocalizada, que foi posteriormente processada e refinada em software de modelação. Para assegurar o rigor na elaboração do modelo tridimensional do castelo, conforme a sua configuração atual, foram realizadas medições *in situ* utilizando um medidor a laser. Essas medições foram especialmente relevantes para corrigir variações de altura na parte externa, causadas pela sinuosidade do terreno e pelas encostas sobre as quais as paredes assentavam.

O espaço entre a barbacã medieval e a Rua de Santa Maria foi alterado com a introdução da nova cintura de muralhas abaluartadas. Embora tenha consumido mais tempo, procedeu-se à modelação da barbacã para aferir melhor os espaços que ocupava e, através da sua subtração, moldar o terreno, com vista a aproximá-lo do que podia ter sido no período medieval.

¹⁶ <https://scaniverse.com>

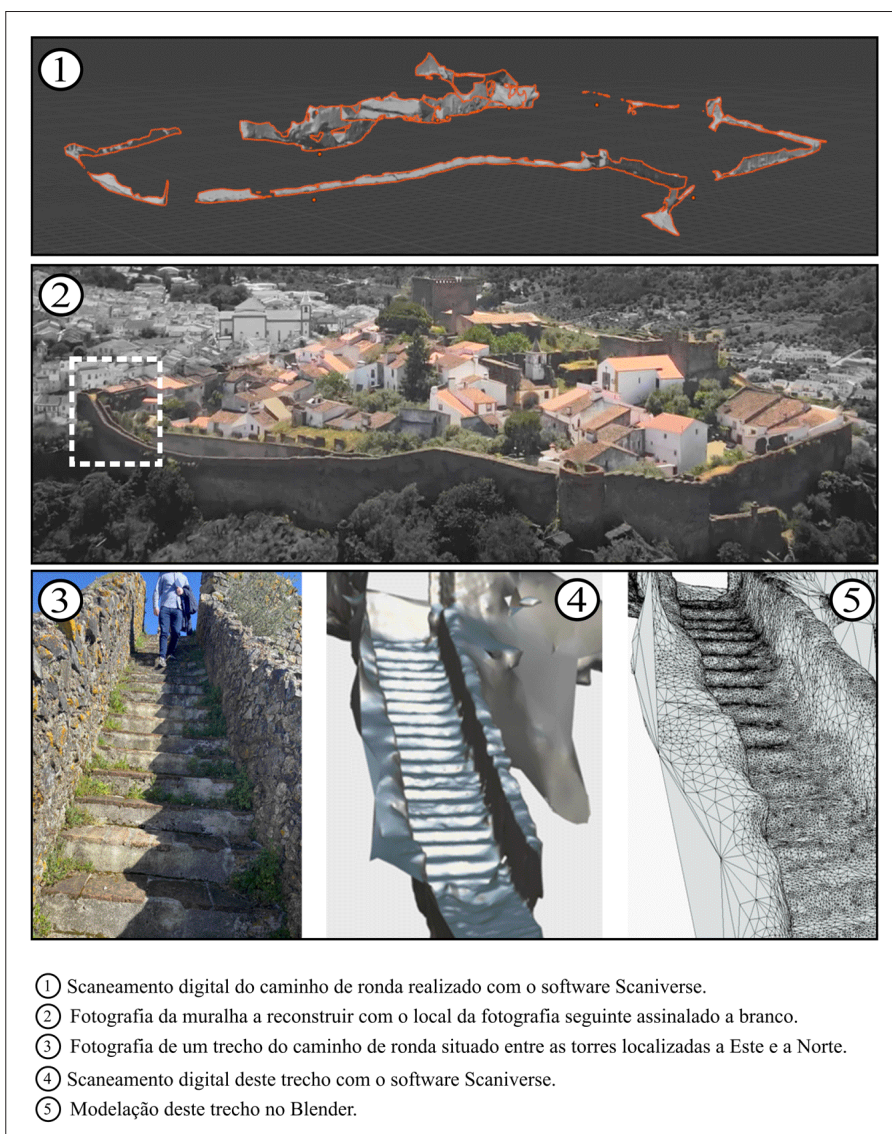


Fig. 4 – Escaneamento e modelação virtual do sistema defensivo.

3.2. Os edifícios religiosos e a construção corrente

A execução da etapa anterior foi mais demorada do que previsto, o que, associado à necessidade de garantir o tempo reservado para a modelação dos indivíduos, animais e objetos obrigou a limitar a restante área a reconstituir. A opção passou por não modelar, por enquanto, as áreas ocupadas e os edifícios e equipamentos urbanos mais afastados do espaço intramuros, como são as igrejas de Santiago, São João e a ermida de Santo Amaro, ou a Fonte da Vila. Pela sua complexidade e extensão, exigiram grande investimento de tempo.

Centramos, assim, o nosso trabalho nas Ruas Direita e, sobretudo, de Santa Maria¹⁷ e no seu casario, decisão que facilmente se explica. Desde logo, as duas artérias foram elementos estruturantes do espaço urbano e as principais vias de circulação e de acesso à urbe e, em particular, à área amuralhada. Estas ruas, ainda mais do que as restantes, não eram apenas pontos de passagem, mas também lugares de convívio, de trabalho e de difusão de ordens. Para ilustrar estas duas últimas funções, adiantamos dois exemplos: em 1465, é na rua de Santa Maria que um tabelião faz um traslado de um importante privilégio da vila, sendo na mesma via que, em 1498, é publicada uma carta régia pelo escrivão do concelho¹⁸. Acresce que estas duas vias ainda conservam edifícios com alguns elementos característicos do período medieval, como, por exemplo, os portais de pedra ogivais (Rua de Santa Maria de Cima, n.º 27) e chanfrados (Rua de Santa Maria de Cima, n.º 19). A conjugação destes elementos fez com que a modelação das duas ruas, sobretudo a de Santa Maria, fosse prioritária a fim de, tal como o projeto pretendia, recuperar alguns dos principais momentos e dinâmicas do quotidiano urbano, como a mobilidade de indivíduos, mercadorias e bens e a interação da comunidade.

Se a utilização das medidas dos lotes atuais não levanta grandes problemas, pelo facto de o loteamento ser, por regra, um dos elementos da malha urbana mais estáveis e persistentes e, por isso, retroprojetáveis para o passado, o mesmo não se verifica quanto ao edificado. Com efeito, aqui, houve a necessidade de adaptar a volumetria e altura atuais, uma vez que os poucos dados disponíveis apontam para que, nesta cronologia, as habitações destas duas ruas não deverem ultrapassar os dois pisos. No que toca à reconstrução digital da habitação corrente, e face às limitações da documentação escrita e dos testemunhos materiais preservados nas Ruas Direita e de Santa Maria, ou em outras artérias da vila, tornou-se necessário recorrer a outros elementos para colmatar as lacunas: por um lado, ao conhecimento já produzido sobre as habitações comuns no Portugal medieval e casos ainda preservados

¹⁷ Na atualidade, a Rua de Santa Maria mencionada no período medieval divide-se em duas: Santa Maria de Cima e Santa Maria de Baixo, tendo o nosso trabalho incidido sobre a primeira, devido ao tempo disponível não permitir a reconstituição das habitações ao longo de toda a via.

¹⁸ Biblioteca Laranjo Coelho (Castelo de Vide) – *Tombo de Castelo de Vide*, fols. 4, 11-12.

(consulte-se entre outros: Conde, 2011; Ferreira, 1997, 2005; Trindade, 2002, 2024), especialmente nas vilas vizinhas e mais bem documentadas, como Nisa e Portalegre (Cumbre, 1999; Conde & Vieira, 2004); por outro lado, a vestígios materiais coevos de materiais de construção utilizados, como, por exemplo, traves de madeira e telhas e elementos externos, como portas, postigos, janelas e beirais. Assim, no processo de modelação foram consideradas características regionais específicas, como os beirados mais curtos, adaptados ao clima seco da área de estudo, em contraste com as construções do norte do país.

Embora o foco da equipa tenha recaído sobre a modelação dos elementos externos dos edifícios, as fachadas, essencialmente, os interiores poderão vir a ser modelados no futuro, já que os programas de modelação (Blender) e interação (Unity, UnrealEngine) utilizados oferecem essa possibilidade.

Os edifícios, tal como acontece em outros projetos, correspondem a formas geométricas neutras, sendo a texturização o elemento que permite reforçar o realismo, a singularidade e, em parte, a vivência do espaço reconstruído. Nesse sentido, a equipa fotografou diversos materiais e partes das construções, tanto dos chamados edifícios de prestígio, como do casario corrente. As fotografias das amostras recolhidas foram processadas utilizando a técnica de *tiling*, de forma a criar texturas contínuas, garantindo que o efeito de repetição da imagem não fosse perceptível. As texturas aplicadas tornaram mais verosímeis e evidentes dois aspetos da reconstituição: a) alguns dos materiais de construção utilizados, como, por exemplo, as pedras da edificação do castelo, da muralha e da barbacã, o granito nos portais da habitação corrente, e o caiado das fachadas; b) os efeitos de desgaste que as construções podiam apresentar já na cronologia em estudo, fruto tanto da passagem do tempo e das condições climáticas, como da ação antrópica.

Nesse sentido, foram introduzidos sinais de humidade e/ou desgaste da cal em alguns dos sítios dos edifícios onde os danos seriam mais rápidos, como, por exemplo, nas áreas situadas próximo do solo, nas esquinas do edifício e locais de escorrência de águas das coberturas.

3.3. O mercado

Definido o limite das edificações, procurou-se reconstituir o que podia ser o espaço de mercado na área situada entre a barbacã e a Rua de Santa Maria, onde se localizava, desenhada por Duarte de Armas, a picota (pelourinho). Embora desaparecido, a sua reconstrução foi feita a partir de outros exemplos que se conservam com uma feição similar e que, tal como em Castelo de Vide, correspondem ao que podemos denominar como pelourinho “de tipo de gaiola”. São disso exemplo os casos de Castelo Mendo, Sabugal, Castelo Rodrigo, Aguiar da Beira ou Pinhel. O reforço

do realismo do espaço reservado para o mercado passou também por demarcar na textura do solo não só esta área, mas também o caminho que ligava o recinto intramuros à Rua de Santa Maria com diferentes tonalidades e as marcas das rodas das carroças no chão, a colocação de algumas pedras e a inclusão de espécies vegetais autóctones, como sobreiros e azinheiras.

A inserção e distribuição das figuras, das carroças, tendas e mercadorias neste espaço procurou recriar o dinamismo que se conhece já para outras vilas e cidades portuguesas, mais bem documentadas para a cronologia em estudo (Gonçalves, 1996a, 1996b, 2010, 2017; Feio, 2017; Pereira, 2020; Andrade & Silva, 2020). Nesse sentido, optou-se pelo afastamento entre a venda dos produtos alimentares, e as zonas de venda de gado e descanso de montadas. De igual modo, próximo do pelourinho, colocamos as figuras dos oficiais concelhios e do tabelião, apoiados por um mesa e bancos.

O último passo da modelação de Castelo de Vide, passou pela definição e aplicação de uma escala cromática de evidência histórico-arqueológica. O objetivo desta escala, uma proposta desenvolvida por Aparicio e Figueiredo (2016) a partir do projeto *Byzantium 1200*, é ter uma referência visual clara e imediata da rastreabilidade científica de cada elemento gerado na reconstrução virtual. Para tal, estes autores selecionaram uma série de dez cores standardizadas que, aplicadas como textura sobre os diferentes elementos (ou Unidades Reconstitutivas) representados no modelo virtual, ajudam a interpretar a informação existente, utilizada pelos investigadores para sustentar as decisões tomadas. Os tons mais quentes (gradiente vermelho-amarelo) são utilizados para realçar os elementos com mais evidências histórico-arqueológicas para a sua representação, enquanto os tons mais frios (gama azul-verde) indicam aqueles com menos evidências diretas. No caso da reconstrução de Castelo de Vide, adaptou-se a escala, simplificando-a ligeiramente, reduzindo para sete o número de cores atribuídas para representar as evidências existentes¹⁹.

¹⁹ Não entraremos em mais pormenores sobre a aplicação da escala nem sobre a identificação das Unidades Reconstitutivas (UR), uma vez que tal será desenvolvido em um artigo próprio.

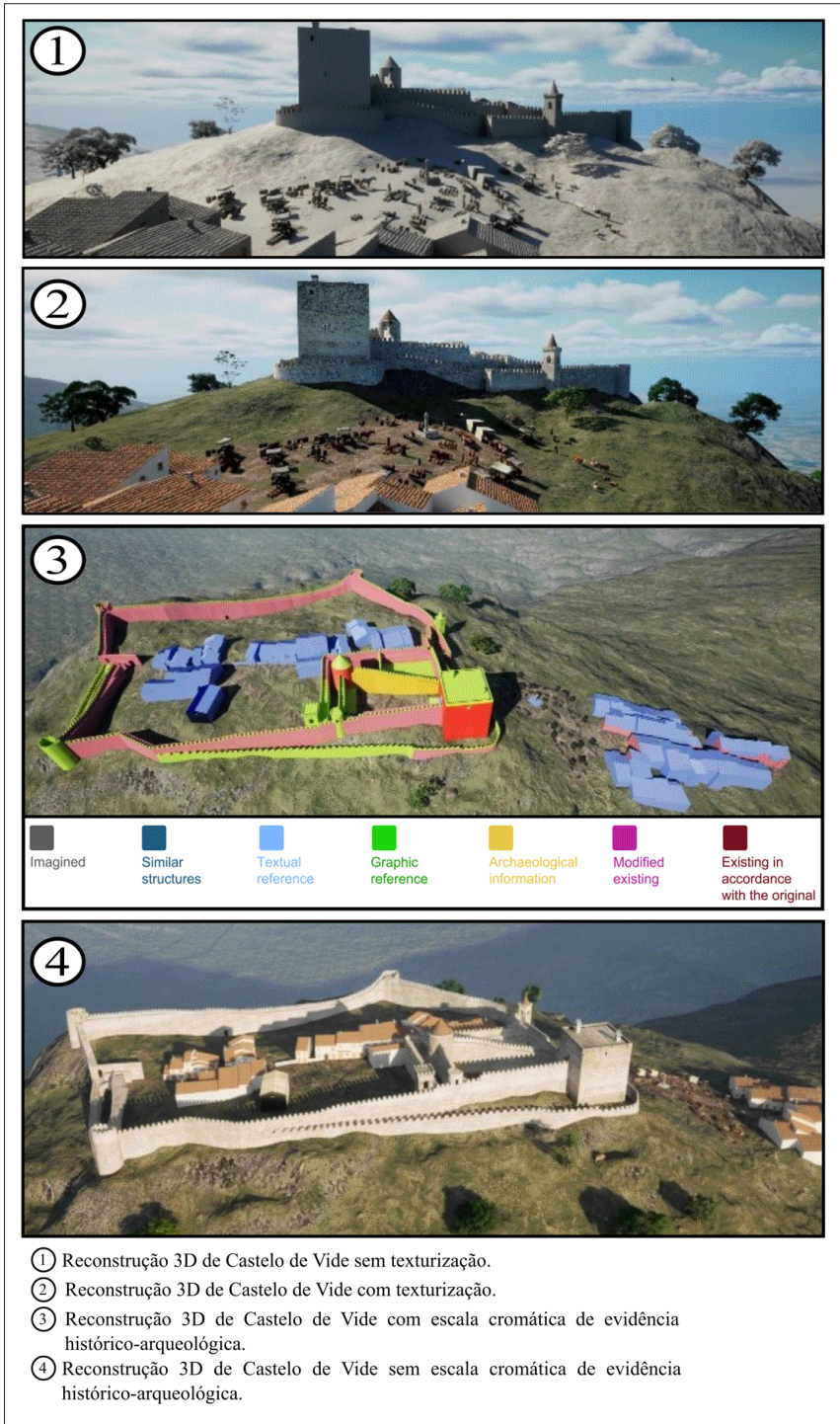


Fig. 5 – Reconstrução 3D da área do castelo de Castelo de Vide.

4. A animação 3D de Castelo de Vide: os indivíduos, os animais e os objetos

A animação do modelo, tal como foi demonstrado para outros casos (Aparicio, 2021, p. 137) implicou um acréscimo de trabalho e tempo. A equipa procedeu à consulta de coleções e bases de dados *online* de indivíduos, animais e objetos em 3D²⁰ a fim de identificar conjuntos de personagens e animais que pudessem ser adquiridos e, assim, otimizar o esforço despendido. Desde cedo a pesquisa nestes repositórios revelou várias figuras que apresentavam vestuário e/ou escolhas de cabelos, barbas e bigodes (no caso das figuras masculinas) que refletiam não só modelos e práticas mais característicos do Norte da Europa do que do Sul, como de outras cronologias, ou, inclusivamente, ligados a representações fantasiosas do período medieval, invalidando a sua utilização. Apesar disso, a busca permitiu selecionar um conjunto de modelos de indivíduos que puderam ser aproveitados, quase na íntegra, com ligeiras alterações, como ocorreu com o ferreiro, o carneiro, o camponês, o homem e a mulher comuns (de diferentes faixas etárias). Quanto ao tabelião, aos nobres, à criança e ao franciscano, realizaram-se modificações mais importantes, em alguns casos substituindo totalmente a vestimenta. Assim, por exemplo, foi necessário ajustar o saio e as bragas ao corpo do modelo da criança, bem como modelar o cordão e adicionar três nós na veste do franciscano, para que respeitasse o estipulado na Regra da Ordem. Em nítido contraste, revelou-se bem mais difícil encontrar modelos que representassem com alguma fidelidade as figuras ligadas à elite urbana, tais como os oficiais concelhios, o alcaide e a mulher nobre, o que obrigou a que tivessem de ser produzidos de propósito.

Simultaneamente, a equipa de historiadores, historiadores de arte e arqueólogos preparou para os modeladores vários materiais infográficos com representações medievais e adaptações realizadas por designers dos indivíduos a modelar. A par disso, foram incluídos desenhos²¹ e fotografias de originais e reconstituições de peças de vestuário, como o saio, adereços, como coifas e toucas, e instrumentos ligados às ocupações socioprofissionais, como martelos, ou ao cargo que desempenhavam, como a vara do juiz e o livro de notas do tabelião. Considerando as texturas, a informação enviada continha exemplos dos tecidos, em fases de processamento e com acabamento distintos, e das cores utilizadas com frequência por cada grupo social nos séculos XIV e XV.

²⁰ <https://assetstore.unity.com/> [Consultado a 06/05/2023]; <https://www.fab.com/> [Consultado a 06/05/2023]; <https://www.cgtrader.com/> [Consultado a 06/05/2023]; <https://www.turbosquid.com/> [Consultado a 06/05/2023]; <https://sketchfab.com/> [Consultado a 06/05/2023].

²¹ Neste contexto, o trabalho em paralelo num folheto informativo sobre Castelo de Vide no período medieval, permitiu alimentar os dois projetos e fornecer informações mais detalhadas aos informáticos. O folheto pode ser consultado em: <https://medieval.fcsh.unl.pt/portfolio/timeline-castelo-de-vide/> [Consultado a 31.07.2024].

Entre todas as figuras, a leitura da normativa coeva permitiu caracterizar apenas com maior precisão a figura do tabelião e, sobretudo, do franciscano. Enquanto os primeiros deviam vestir peças de roupa *farpadas*, de várias cores e com divisas para que fossem mais facilmente distinguidos na comunidade (Coelho, 2001, p. 100), aos franciscanos cabia trajar uma túnica – com ou sem capelo – confeccionada com tecidos de qualidade e preço mais baixos, como o burel (sobre este pano grosseiro de lã de cor parda, castanha ou preta (Sequeira, 2014b, pp. 201-207) atada acima da cintura com uma corda com três nós, simbolizando os votos de pobreza, castidade e obediência²². Os frades menores podiam utilizar sandálias ou caminhar descalços. Quanto aos restantes, carreando os dados dos estudos efetuados (Martins, 1959; Oliveira, 1993; Palla, 1999, 2006; Marques, 2010; Sequeira, 2014a, 2014b; Pinto, 2020; Pinto *et al.*, 2023; Sequeira, 2023), sabemos que os membros da elite urbana, como os nobres e os oficiais, trajavam roupas mais elaboradas e com cores mais prestigiantes e caras, como o vermelho, o azul, o verde, o dourado e, sobretudo, o preto. Para as gentes comuns e menos endinheiradas ficavam reservado as vestes mais simples, confeccionadas com tecidos menos acabados que apresentavam tonalidades acastanhadas, pardas e branco-sujo. A conjugação de tecidos, cores e acessórios, tal como o recurso a figuras representativas de diferentes faixas etárias e de ambos os sexos, contribuiu para reforçar a individualidade de cada modelo e, assim, aproximar mais a proposta de reconstituição da realidade medieval.

²² Bula do papa Honório II sobre a Regra dos Frades Menores, capítulo II: <https://ofm.org.pt/franciscanos/regras/> [Consultado a 6/05/2023].

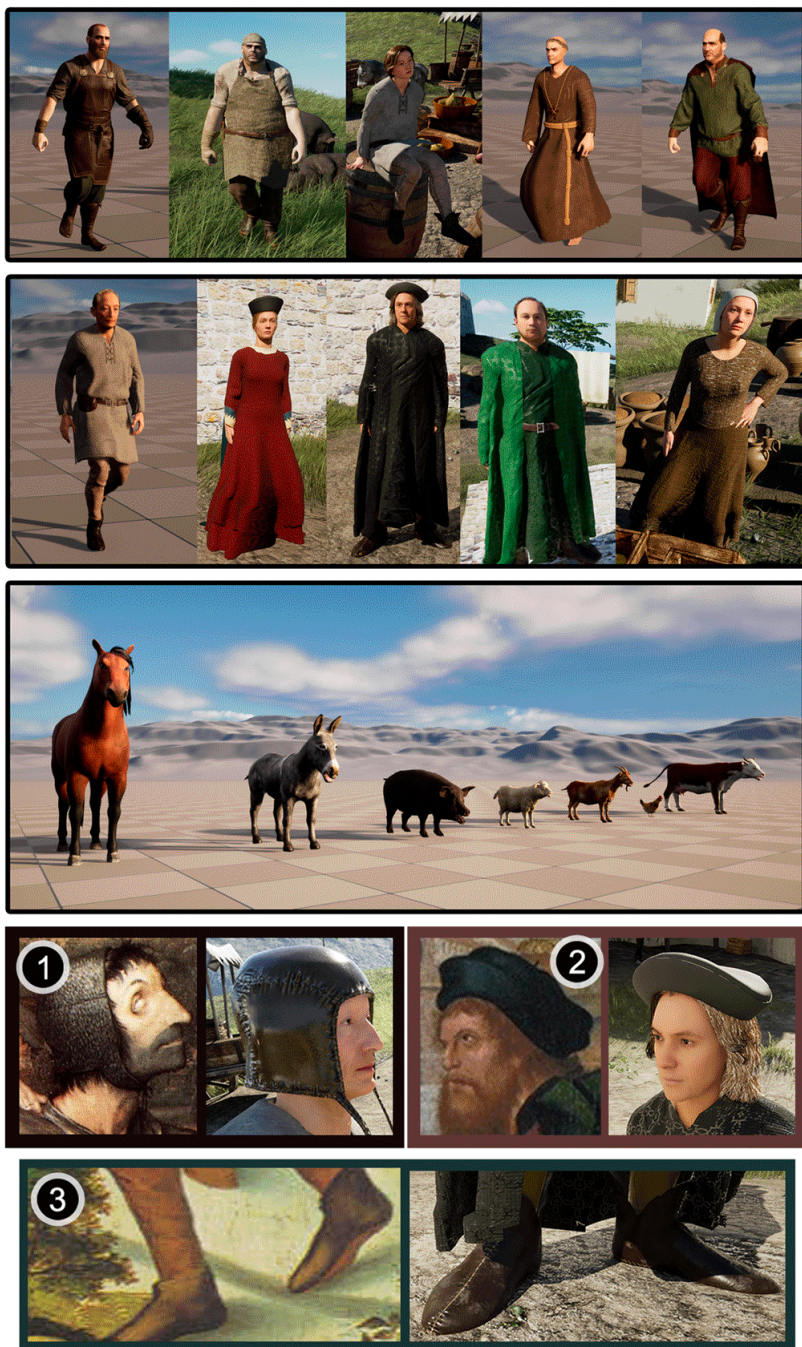


Fig. 6 – Indivíduos e animais utilizados na animação da reconstrução 3D de Castelo de Vide e Modelação em 3D de exemplos de peças de vestuário, como coifas, chapéus e calçado [1 a 3: Representação iconográfica (esq.) e respetiva modelação (dir.): 1) *De parabel der blinden*, Pieter Bruegel (1568). Museu de Capodimonte, Nápoles. Detalhe de coifa; 2) *Apresentação no Templo*, Vasco Fernandes (1501-1506). Museu Nacional Grão Vasco, Viseu. Pormenor de chapéu; 3) *Fuga para o Egipto*, Vasco Fernandes (1501-1506). Museu Nacional Grão Vasco, Viseu. Detalhe do calçado].

Em nítido contraste, a consulta dos repositórios digitais permitiu obter modelos de animais utilizáveis com maior facilidade, sendo a única exceção o porco, uma vez que os exemplares disponíveis apresentam o animal após os processos de apuramento registados já na era industrial de que os atuais são herdeiros diretos. Com efeito, ao contrário de hoje, na época medievla, o porco apresentava uma dimensão mais reduzida e uma tonalidade escura. Detinha ainda uma pelagem maior nas costas e ligeiras presas na boca. De acordo com Peter Alexander Kerkhof²³, o modelo do porco utilizado no jogo *Kingdom Come: Deliverance* (Warhorse Studios, 2018) parece ser o que se aproxima mais do animal no período medieval. A solução passou por colocar o porco com uma coloração negra, reduzir a sua dimensão e posicioná-lo um pouco mais afastado do percurso definido para o vídeo, tornando praticamente invisíveis alguns aspetos menos bem conseguidos, caso das presas e da pelagem.

De igual modo, as coleções *online* inquiridas permitiram obter modelos viáveis de carroças, carrinhos-de-mão, tendas, mesas de cavalete, bancos, objetos de armazenamento (caixas, sacos, vasos, jarras, bilhas, cântaros, toneis, cestos de verga, tecidos) e produtos alimentares, tais como o pão, fruta (maças vermelhas, pêssegos, peras, limões, laranjas) e leguminosas (couves, beringelas, cenouras, cebolas) possíveis de utilizar. As alterações realizadas foram reduzidas. Na cobertura da carroça e das tendas procurou-se uma tonalidade que se aproximasse mais da serapilheira ou que ilustrasse tecidos mais gastos. Por sua vez, atendendo aos alimentos, foi necessário alertar à equipa informática para que retirassem alguns dos que integravam os packs adquiridos, como tomates, abóboras e batatas, uma vez que a sua introdução e consumo na Europa foi posterior ao período medieval.

5. Considerações finais

A proposta de um projeto de investigação para a prossecução do qual concorriam várias áreas científicas constituiu um desafio, estamos agora em condições de o garantir, largamente superado. O processo de criação de uma equipa multidisciplinar integrando historiadores, historiadores de arte e do urbanismo, arqueólogos, especialistas em humanidades digitais, modelação matemática e animação foi moroso, contou com obstáculos a ultrapassar —tão diversos eram os conceitos, os métodos e os instrumentos utilizados— iniciou-se com linguagens distintas e quase incompreensíveis, para culminar numa comunicação fluída.

Esta síntese sobre o trabalho concretizado até ao momento é elucidativa desse processo; desde o esforço de adaptar os objetivos de reconstituição digital às fontes

²³ <https://www.leidenmedievalistsblog.nl/articles/whats-wrong-with-medieval-pigs-in-videogames>
[Consultado a 6/05/2023].

existentes —ainda entre investigadores que falam a mesma língua, se bem que com “regionalismos disciplinares”— até ao labor continuado, desenvolvido entre especialistas de áreas muito diferentes, conduzido pelo rigor e pela explicação acerca dos condicionalismos que se levantavam de parte a parte.

O resultado traduziu-se (até ao momento) na reconstrução 3D parcial de Castelo de Vide, focalizada na sua arquitetura militar medieval nas ruas Direita e de Santa Maria e no espaço de mercado. Cada pormenor da maquete foi largamente discutido, reformulado até todos os elementos da equipa se reverem na solução encontrada (ainda que não respondesse, na íntegra, à solução ideal acalentada por cada um).

O modelo produzido permitiu já a recriação em vídeo do percurso que liga a Rua de Santa Maria, o Mercado e o Castelo, dando simultaneamente a conhecer a metodologia seguida na reconstrução e animação 3D da vila. O vídeo, que ficará disponível num dos novos espaços museológicos criados pelo município, tornará possível, de forma ágil e apelativa, transmitir aos diferentes públicos uma perspetiva cientificamente informada de Castelo de Vide no período medieval.

No futuro, a edição do modelo virtual poderá dar origem a novas utilizações e, inclusive, ser impressa. Assim, o cenário e as personagens desenvolvidas poderão ser utilizados para a criação de documentários sobre aspetos específicos da vila (como o quotidiano e o reflexo dos fluxos, como por exemplo o contrabando e peregrinações) e servir para *gamificação* do conhecimento, diversificando assim as técnicas de aprendizagem.

Em suma, a representação em 3D de Castelo de Vide só agora começou.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Tombo de Castelo de Vide. Biblioteca Laranjo Coelho (Castelo de Vide).

Fontes publicadas

DIAS, J. (ed.) (2006): *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Vol. 3, Tomo 3. Lisboa: CEH/UNL, p. 138.

DIAS, J. (2015): *Duarte de Armas: Livro das Fortalezas; apresentação e leituras [transcrição]*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Estudos

ANDRADE, A. & SILVA, G. (coords.) (2020): *Abastecer a Cidade na Europa Medieval | Provisioning Medieval European Towns*. Lisboa: IEM, CMCV.

ANTUNES, R., CLÁUDIO, A., CARMO, M. & CORREIA, L. (2017): “Animating with a self-organizing population the reconstruction of medieval Mértola.” In T. SCHRECK, T. WEYRICH, R. SABLATNIG & B. STULAR (eds.): *GCH 2017 – Eurographics Workshop on Graphics and Cultural Heritage*. Eurographics Association, pp. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.2312/gch.20171286>

APARICIO RESCO, P. (2021): “Guía para la documentación de reconstrucciones virtuales de bienes patrimoniales / Guide for documentation of virtual reconstructions on heritage assets.” *Revista Schema*, 2, pp. 129-147.

APARICIO RESCO, P. & FIGUEIREDO, C. (2016): “El grado de evidencia histórico-arqueológica de las reconstrucciones virtuales: hacia una escala de representación gráfica”, *Revista Otarq*, 1, pp. 235-247.

ARÍZAGA BOLUMBURU, B. (2002): *La imagen de la ciudad medieval: la recuperación del paisaje urbano*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, pp. 23-76.

BARREAU, J-B, ESNAULT, E., FOUCHER, J. SIX & M. LE FAOU, C. (2020): “3D modelling of a 15th century city gate of Rennes: Portes Mordelaises”. *Virtual Archaeology Review*, 11 (22), pp. 41-55.

BARROS, F., VAL-FLORES, G., SCHIAVOTELLO, N. & SILVA, A. (2019): “Project Évora 3D: research, methodology, reconstruction and visualization.” In A. CÂMARA. *et al.* (coord.): *Cities in the Digital Age: Exploring Past, Present and Future*. Porto: CITCEM, pp. 11-28.

BELTRAMO, S. (2014): “Describing and «Mapping the Town». Using Iconographic and Literary Sources. Cities in the Late Middle Ages in Italy.” In K. LICHTERT *et al.*

- (eds.): *Portraits of the city: representing urban space in later medieval and early modern Europe*. Turnhout: Brepols, pp. 143-158;
- CARPETUDO, C. & LOPES G. (2016): “Paço dos Alcaides – Uma proposta de reconstrução virtual.” *Almansor | Revista de Cultura*, 2, pp. 155-186.
- COELHO, M-H. (2001): “Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócioeconómico (sécs. XIV-XV).” In M-H. COELHO et al. (eds.): *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Colibri, pp. 173-211.
- CONDE, M. (2011): *Construir, habitar: a casa medieval*. Porto: CITCEM.
- CONDE, M. & VIEIRA, M. (2004): “A Paisagem urbana do Nordeste Alentejano Entre a Idade Média e os tempos modernos. Elementos para o seu estudo.” In N. AMORIM, I. PINHO & C. PASSOS (eds.): *D. Manuel e a sua Época, Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 3. *População, Sociedade e Economia*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 265-286.
- CUMBRE, J. (1999): “A Comenda da Ordem de Cristo de Santa Maria-a-Grande de Portalegre.” In I. FERNANDES (coord.): *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura: actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 22 a 25 de janeiro de 1998*. Lisboa: Edições Colibri, C. M. de Palmela, pp. 73-103.
- DENARD, H. (2012): “A New Introduction to the London Charter.” In A. BENTKOWSKA-KAFEL, D. BAKER & H. DENARD (eds.): *Paradata and Transparency in Virtual Heritage Digital Research in the Arts and Humanities Series*. London | NY: Routledge, pp. 57-71.
- DUARTE, L. (1998): “A Propriedade Urbana.” In J. DIAS (coord.); J. SERRÃO & A. H. MARQUES (dirs.): *Portugal do Renascimento a crise dinástica*. Vol. 5 da *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 114-160.
- FEIO, R. (2017): “*Por prol e bom regimento*”: a cidade e o trabalho nas Posturas Antigas de Évora. [Dissertação de Mestrado policopiada]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, M. (1997): “Roupas de cama e roupas de corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300).” *Revista da Faculdade de Letras*, 14 (1), pp. 33-63;
- FERREIRA, M. (2005) : “La construction courante au Portugal à la fin du Moyen Âge et au début de l’Époque Moderne.” In *L’edilizia prima della rivoluzione industriale sec. XIII-XVIII*. Atti. Prato: Istituto Internazionale di Storia Economica F. Datini, pp. 587-624.
- GONÇALVES, I. (1996a): “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa.” In: *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimónia, pp. 77-95.
- GONÇALVES, I. (1996b): “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV e XV).” In: *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimónia, pp. 97-116.

- GONÇALVES, I. (2010): “A alimentação.” In B. SOUSA (coord.); J. MATTOSO (dir.): *Idade Média*, vol. II da *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 226-259.
- GONÇALVES, I. (2017): *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*. Alcobaça: Direção Regional do Património Cultural, Mosteiro de Alcobaça, Cooperativa Agrícola de Alcobaça.
- HERMON, S., SUGIMOTO, G. & MARA, H. (2007): “The London Charter and its Applicability.” In D. ARNOLD, F. NICCOLUCCI & A. CHALMERS (eds.): *The 8th International Symposium on Virtual Reality, Archaeology and Cultural Heritage VAST*, pp. 11-14.
- KOSTADINOV, S. & VASSILEV, T. (2013): “Modelling the Medieval Town of Cherven.” In *Proceedings of the International Conference on Information Technologies (InfoTech-2013) 19-20 September 2013*, Bulgaria, pp. 98-104.
- LEJEUNE, M., ANTALUCA, E., LAMARQUE, F. & BATOZ, J-L. (2017): “The 3D reconstruction of a medieval city: the example of Senlis (Northern France).” In A. COSTA, A. ANDRADE & C. TENTE (coords.): *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: IEM, pp. 271-283.
- LICHTERT, K. *et al.*. (2014) : “Images, Maps, Texts. Reading the Meanings of the Later Medieval and Early Modern City.” In K. LICHTERT *et al.* (eds.): *Portraits of the city: representing urban space in later medieval and early modern Europe*. Turnhout: Brepols, pp. 1-8
- MARQUES, A-H (2010): *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa: A Esfera dos Livros
- MARTINS, M. (1959): *Elementos para o estudo do vestuário nos séculos XII-XIV*. Lisboa: Faculdade de Letras
- OKEIL, A. & EL ARABY, M. (2003): “Realism vs. Reality in Digital Reconstruction of Cities.” In M. SCHRENK (ed.): *CORP-2003, Computer aided spatial planing. Proceedings of 8th symposion on Information technology & Urban and Spatial planning. Wien, 25 February- 1 March*. Wien: Vienna University of Technology, pp. 191-197.
- OLIVEIRA, F. (1993): *O vestuário português ao tempo da expansão: séculos XV e XVI*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- OLIVEIRA, J. (2011): *Castelo de Vide na Idade Média*. Lisboa/ Castelo de Vide: Colibri, C. M. de Castelo de Vide.
- PALLA, M. (1999): *Traje e pintura. Grão Vasco e o retábulo da Sé de Viseu*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PALLA, M. (2006): *Trilogia Vicentina. Léxico do Traje e Adornos no Teatro de Gil Vicente*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais

- PEREIRA, M. (2020): *A mulher e o trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)*. [Dissertação de Mestrado policopiada]. NOVA FCSH.
- PIETRONI, E. & FERDANI, D. (2021): “Virtual Restoration and Virtual Reconstruction in Cultural Heritage: Terminology, Methodologies, Visual Representation Techniques and Cognitive Models”. *Information*, 12 (4), 167, pp. 1-30.
- PINTO, C. (2020): “Vestuário, género e doença no Regimento de 1504.” In J. CARVALHO (ed.); A. TEIXEIRA, E. ALBERTO & R. SILVA (coord.): *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp. 529-535.
- PINTO, C., GARCIA, A. & FRAGOSO, I. (2023): “From the Sea to the Land: An Archaeological Study of Iberian Footwear during the Early Modern Period.” *Heritage*, 6 (2), pp. 867-890.
- REMONDINO, F., EL-HAKIM, S., GIRARDI, S., RIZZI, A., BENEDETTI, S. & GONZO, L. (2009): “3D virtual reconstruction and visualization of complex Architectures – the “3d-ARCH” project.” In *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, XXXVIII (5/W1) [9 pp.].
- RICARDO, S. & MAGUSTO, J. (2018): “Símbolos e marcas rupestres nas ombreiras e lintéis de portais do Centro Histórico de Castelo de Vide: Contributos para a sua interpretação.” In A. ANDRADE, C. TENTE, G. SILVA & S. PRATA (coords.): *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 599-615.
- ROSSA, W. & TRINDADE, L. (2005): “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português.” In: B. ARÍZAGA BOLUMBURU & J. SOLÓRZANO TELECHEA (coords.): *El espácio urbano en la Europa Medieval*. Logroño: IER, pp. 191-205.
- SEQUEIRA, J. (2014a): “O fim da linha: legados têxteis nos testamentos do clero catedralício português (1280-1325).” In A. SARAIVA & MORUJÃO, M. (coords.): *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas*. Lisboa: CEHR, pp. 337-368.
- SEQUEIRA, J. (2014b): *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: UP.
- SEQUEIRA, J. (2023): “Roupa para dormir? A camisa em Portugal entre os finais da Idade Média e inícios da Época Moderna.” *Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, 23 (2), pp. 703-719.
- SILVA, G. (no prelo): “Sources for the study of Alto Alentejo small frontier towns in the medieval period: challenges and potentialities.” In A. COSTA & G. SILVA (coords.): *Small Frontier Towns in Late Medieval Iberia: Sources and Methodologies for the Study of Urban Landscape*. London: Routledge.

- TRINDADE, L. (2002): *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: CMC.
- TRINDADE, L. (2024): “«Que se erga “parede direita de pedra e call”». A mudança de paradigma na construção corrente em finais da Idade Média portuguesa”. In M. ROCHA & N. RESENDE (eds.): *História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III). A rua na estrutura urbana*. Porto: CITCEM, pp. 45-82.
- VAL-FLORES, G. (2020): “FIRMITAS vs VENUSTAS. A reconstituição digital enquanto ferramenta de reflexão entre forma e função: o exemplo do Projecto Évora 3D.” *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, 3, pp. 218-238.

Trazas portuguesas en la definición del paisaje moderno transfronterizo: apuntes sobre las ruinas del castillo medieval de Villanueva del Fresno (Badajoz)

Alejandro Bocanegra Cayero¹

Resumen

La investigación se centra en el estudio del castillo de Villanueva del Fresno, Badajoz, debido a su importancia patrimonial y narrativa en la definición de la frontera entre España y Portugal. El objetivo principal es descubrir las claves formales y constructivas para una reconstrucción digital del monumento, dadas las incógnitas que generan sus ruinas.

La metodología se basa en el análisis morfológico y urbano del lugar, respaldado por un marco teórico-conceptual que aborda los eventos locales, la evolución urbana en la frontera, la organización del territorio y el paisaje, considerando elementos como la defensa y la movilidad en tiempos de guerra.

La aportación de este estudio reside en el enfoque e identificación de las marcas y trazas portuguesas encontrados en época moderna, particularmente durante la Guerra de la Restauración, y cómo estos elementos han influido en la evolución y percepción del elemento patrimonial hasta nuestros días.

Palabras clave

Guerra de la Restauración portuguesa, Movilidad fronteriza, Patrimonio Cultural, Arquitectura Medieval, Paisaje Moderno

¹ Doctorando em Património. Universidad de Extremadura. Email: alejandro.bocanegra.cayero@gmail.com

**Portuguese traces in the definition of the modern cross-border landscape:
Notes on the ruins of the medieval castle of Villanueva del Fresno (Badajoz)**

Abstract

The research focuses on the study of Villanueva del Fresno's castle, Badajoz, due to its heritage and narrative importance in the boundary definition between Spain and Portugal. The main objective is to discover the formal and constructive keys for a monument digital reconstruction, given the unknowns generated by its ruins. The methodology is based on the place morphological and urban analysis, supported by a theoretical-conceptual framework that addresses local events, urban evolution on the border, the territory organization, and the landscape, considering elements such as defense and mobility in times of war.

The contribution of this study lies in the Portuguese marks and traces found in modern times, focus and identification, particularly during the Restoration War, and how these elements have influenced the heritage element evolution and perception to the present day.

Keywords

Portuguese Restoration War, Border Mobility, Cultural Heritage, Medieval Architecture, Modern Landscape

1. El valor de las ruinas

La región de Villanueva del Fresno, ubicada en el suroeste de la provincia de Badajoz, define una parte significativa de la frontera entre España y Portugal. Esta delimitación territorial ha sido testigo de innumerables eventos históricos y culturales a lo largo de los siglos, y especialmente durante la Baja Edad Media y Edad Moderna, presentando alteraciones, y moldeando el carácter e identidad de la zona.

Con la firma del Tratado de Badajoz (1267) y del Tratado de Alcañices (1297), se estableció la línea fronteriza conocida como “La Raya” (Medina García, 2006, pp. 713-723), hasta la actualidad. La región ha sido escenario de disputas territoriales, intercambios culturales y marcadas influencias entre ambos países. La hispano-lusa más que una mera línea geográfica, es un símbolo de la historia y la cultura compartida entre dos naciones vecinas. A lo largo de los años, esta frontera ha sido testigo de la gestación y consolidación del Reino de Portugal y Castilla, así como de los avatares de la Reconquista en la península ibérica.

La presencia de la Raya ha condicionado las relaciones sociales, económicas y políticas, afectando a la vida cotidiana de sus habitantes. Los cambios en la soberanía a uno y otro lado de la frontera, y la demarcación de esta, han dejado huellas imborrables en el paisaje y la identidad de este municipio. Esta doble influencia se manifiesta en la arquitectura, la cultura y las propias tradiciones de la villa, que reflejan la interacción y el mestizaje entre las comunidades de ambos lados.

El castillo de Villanueva del Fresno, con su imponente ruina, representa un valioso patrimonio histórico y arquitectónico en la región. Su morfología, marcada por anchos muros derruidos en la Guerra de la Restauración y desgastados por el paso del tiempo, cuentan la historia de siglos de conflictos y transformaciones.

Las características morfológicas y arquitectónicas del castillo, como el uso de la técnica del tapial y la presencia de torres defensivas, reflejan su función primordial como fortaleza militar. Aunque su origen apunta a época medieval, vinculado posiblemente a pequeñas comunidades rurales islámicas (Sánchez González, 2014, p. 150), se pueden observar también indicios que sugieren influencias culturales y estilísticas de ambos lados de la frontera en época bajo medieval y moderna, lo que pone de manifiesto la interacción y el intercambio entre las dos naciones, así como la inestabilidad de la frontera en este tramo geográfico, evidenciado a través de la evolución y desenlace del propio objeto de estudio.

Las ruinas del castillo de Villanueva del Fresno están impregnadas de historia documentada a través de la narración de una serie de hechos locales de gran relevancia, ya que, desde su construcción hasta su destrucción, el castillo ha sido

testigo de numerosos acontecimientos que han marcado la historia y el devenir de la región.

Entre los hechos más importantes se encuentran varias incursiones portuguesas en la villa, destacando: en 1388 cuando el condestable portugués Nuno Alvares Pereira dirigió un ataque contra Villanueva del Fresno (Teixeira, 1723, pp. 562-565), y la de 1643 que culmina con el asedio, voladura y abandono posterior de la plaza (Salgado de Araujo, 1644, p. 215). Esta última tuvo un impacto significativo en la configuración y desarrollo del núcleo urbano de Villanueva del Fresno, marcando el fin de una era —intramuros—, y el comienzo de otra —extramuros— (Barreto y López, 1990).

El problema de la investigación reside en las lagunas sobre el origen exacto y evolución del objeto de estudio. Aunque existen, como hemos mencionado, apuntes sobre la realidad histórica local, es necesario adoptar una visión acotada y sintética que nos permita comprender la complejidad de estas interacciones, y la veracidad e intencionalidad de las narraciones historiográficas. Analizando de manera crítica, por un lado, los hechos históricos documentados y los elementos existentes en el lugar, y por otro, situando estos hallazgos en un marco global, interrelacionando elementos y personajes históricos coetáneos, para entender mejor su impacto y relevancia desde un contexto más amplio.

Por ello, la metodología utilizada para el análisis urbano y arquitectónico de la fortaleza de Villanueva del Fresno se basa en un enfoque multidisciplinar que combina técnicas de investigación arquitectónica, arqueológica e histórica, con aplicación de nuevas tecnologías y recursos digitales, lo cual permite el acercamiento al objeto de estudio, desde perspectivas científicas más amplias, aportando nuevos datos técnicos, estéticos y morfológicos a través del análisis estratigráfico, termográfico, fotogramétrico, etc. aportando nuevos datos sobre la estructura y materiales empleados para su construcción, así como generar hipótesis sobre la evolución y fases del mismo.

La investigación se centra en el estudio y configuración morfológica del castillo de Villanueva del Fresno, con el propósito de comprender su evolución histórica y su importancia en el desarrollo del núcleo urbano, así como en la configuración de la frontera entre España y Portugal. Específicamente, se analizan las marcas y trazas portuguesas en época moderna, durante el contexto de la Guerra de la Restauración, y cómo estas han condicionado la percepción del elemento patrimonial hasta nuestros días.

Estas ruinas, que parecen detenidas en el tiempo, ofrecen una fuente invaluable de conocimiento sobre la historia local fronteriza. Su estudio, refuerza el valor de la fortaleza como fuente histórica y narrativa.

El marco teórico-conceptual utilizado en la investigación del castillo de Villanueva del Fresno se basa en una serie de principios fundamentales que guían el análisis y la interpretación del objeto de estudio. Estos principios incluyen la importancia del contexto histórico y cultural y la necesidad de una aproximación holística al patrimonio arquitectónico.

El objetivo principal de la investigación es analizar las claves formales y constructivas de la evolución del castillo para su posterior reconstrucción digital. Sin embargo, se presta especial atención a las influencias portuguesas en el contexto de la guerra de la restauración y su impacto en el patrimonio cultural y paisajístico de la región.

2. Frontera: movilidad, encuentros y divisiones en tiempos de guerra

Villanueva del Fresno está localizada en el entorno del Guadiana, una zona de paso histórica, bastante permeable y llana, en la que están documentados numerosos yacimientos arqueológicos desde época prehistórica.

Este lugar también fue escogido para la situación de asentamientos en periodo islámico, caracterizándose por ser una geografía densamente poblada y fortificada en el siglo XII, tras el avance de la frontera cristiana hacia el Tajo, cuando el territorio se convirtió en un enclave importante a reforzar como barrera defensiva del núcleo principal de Al-Ándalus (Gibello Bravo, 2008, pp. 56-72). Al parecer, en este contexto discurría un ramal de la vía principal que comunicaba Córdoba con el reino de taifa de Badajoz (Sánchez González, 2005, p. 247). Dicha vía partía desde Zafra hasta Burguillos, y desde aquí hasta Jerez, pasando por el término municipal de Villanueva del Fresno en dirección hacia Beja.

Existen registros de dos asentamientos islámicos en Villanueva del Fresno. El más importante, situado en término municipal, está localizado en las antiguas orillas del río Guadiana, y específicamente en el arroyo de Cuncos (hoy sumergido por el Gran Lago de Alqueva). La documentación escrita que hace referencia al castillo de Cuncos, con tal nombre, se remonta a un momento posterior a la incorporación de toda la región al Reino de León (Valdés, 2002, p. 213).

Este yacimiento islámico, situado en el arroyo homónimo, ha sido datado entre los siglos IX y XIII. El asentamiento constaba de una cerca urbana y una alcazaba en la parte más elevada. La cerca cobijaba una pequeña población en la que fueron identificadas casas, calles, una posible mezquita y una necrópolis extramuros. A su vez, en este enclave se registraron restos visigodos reutilizados en construcción de la propia puerta de la alcazaba islámica (Valdés, 2002, p. 215), lo que nos hace pensar en la ocupación más temprana de esta zona, o en la transferencia cultural gracias

a la movilidad y el intercambio que ya existía entonces. Este asentamiento debió de abandonarse tras la incorporación del territorio al reino castellanoleonés, y la fijación de la frontera con Portugal, que lo situaba en una zona altamente conflictiva. Aunque algunos textos apuntan de manera confusa a la posible ocupación de Cuncos por la Orden del Temple en el primer tercio del siglo XIII (Barreto & López, 1991b).

Por otro lado, el asentamiento localizado en torno a la fortificación de la actual Villanueva. Ya que la reforma bajomedieval del castillo consistió en ampliar el recinto del antiguo castillo islámico, conservándolo en su integridad (Sánchez González, 2015, p. 54). Lo que denominamos castillo, posiblemente se tratase de una torre de alquería de origen almohade que logró prosperar bajo el dominio templario (*idem*, p. 247). Aunque el nombre y heráldica² de la población parecen indicar que fue el fruto de una refundación tras la conquista a los musulmanes (*idem*, p. 247). Estas tierras pertenecieron al bayliato³ templario de Jerez de los Caballeros hasta la disolución de la Orden.

Las guerras luso-castellanas a lo largo de las primeras décadas del siglo XIV asolaron la frontera, generando en la zona un grave problema de despoblamiento cuya consecuencia más grave era la desprotección de la raya. Esto motivaría a que Alfonso XI incentivara la señorialización de la frontera con el objetivo de resolver ambos problemas (De la Montaña, 2003, pp. 278-301).

Hay que pensar que el entorno de Villanueva del Fresno ofrece una variedad de recursos naturales que han sido fundamentales para su desarrollo urbano: filones de hierro, canteras de piedra caliza, terrenos arcillosos y dehesas con abundantes encinas y alcornoques para la obtención de corcho y madera, que han proporcionado materiales, y que, junto con el agua, han sido elementos cruciales en la elección del emplazamiento y construcción de la fortaleza y otras edificaciones. Todos estos recursos han sido explotados por las comunidades locales a lo largo de la historia, contribuyendo a su subsistencia y desarrollo económico.

El privilegio de Alfonso XI⁴ ya mencionaba la donación de tierras en 1332 a Martín Fernández Portocarrero, primer señor de Villanueva, la importancia de estos recursos, destacando los montes, pastos, prados, fuentes, arroyos y charcas. Entre estas fuentes destacan la Fuente del Marqués, la Fuente de los Caballos, la Fuente del Concejo y la Fuente de la Mora, cada una con su propia historia, reflejando a

² Escudo Heráldico Villanueva del Fresno. DOE núm. 65 JUEVES, 3 DE JUNIO DE 1993 “Escudo en campo de oro un Fresno todo sinople, acompañado de un pastor en su color en actitud de arrojar una piedra, cayendo del Fresno con el mástil roto bandera de gules con creciente de plata y perro de sable encadenado al árbol. Al timbre, Corona marquesal.”

³ La palabra baylío o bayle hace referencia a la autoridad que rige una circunscripción de carácter local que comprende una villa o lugar y su término que estaría regido por el Fuero del Baylío: régimen de sociedad de gananciales como régimen económico matrimonial.

⁴ Privilegio de Villanueva del Fresno a favor de Martín Fernández Portocarrero. 1332-07-23, Burgos. (Copia Certificada de 1777). Archivo Histórico de la Nobleza – ES.45168.AHNOB/ FRIAS,C.1528,D.5.

través de la toponimia la proximidad, uso e importancia de los propios moradores. Por otro lado, estas fuentes y manantiales, junto con los arroyos que alimentan, han sido vitales para la vida y la agricultura en Villanueva del Fresno a lo largo de su evolución urbana, permitiendo la creación de charcas y huertas en los alrededores, e influyendo en su desarrollo y elección como lugar estratégico, atrayendo a nuevos pobladores y colonos a lo largo de los siglos.

Durante el siglo XIV, la población de Villanueva sufrió continuos ataques. En la crónica biográfica del condestable portugués Nuno Alvares Pereira (Teixeira, 1723, pp. 560 -563) se describe en 1388 una de estas incursiones violentas, liderada por él mismo, y con graves consecuencias para la población. Los castellanos, al parecer, defendieron la villa, pero esto no impidió que fuera tomada y saqueada por los portugueses.

Según la crónica, Villanueva era una pequeña población situada en un llano, contaba con arrabal y con defensas muy precarias pese a encontrarse en un lugar fronterizo vulnerable. La población se protegía perimetralmente por medio de una estacada, y de *tranqueiras* (Teixeira, 1723, pp. 562 -563) en la embocadura en las entradas a las calles con sus transversales. La torre, dice el texto, servía más como adorno que como defensa. Villanueva del Fresno fue atacada y saqueada, de nuevo, diez años después, en 1398. En ese momento, junto con Jerez de los Caballeros, la población fue asaltada, pero esta vez por mercenarios gascones ⁵, que hicieron un importante botín. Es de suponer que, tras estos graves sucesos, la población se viera bastante mermada, dejando la plaza abandonada por algún tiempo, hasta que volviese la calma.

Las crónicas reflejan los continuos ataques entre ambas partes: “*Los moradores de Villanueva del Fresno, donde los castellanos tenían poder de caballería, hacían entradas por los términos de Mourão, robaban el campo y como señores de él se paseaban*” (Varela, 1643, p. 86).

A finales de la Edad Media, coincidiendo con la crisis generalizada de Europa⁶, los reinos de Castilla y Portugal se vieron inmersos en una espiral violenta, con episodios destacados como la batalla de Villanueva de Barcarrota (1336) o el cerco de la ciudad de Badajoz (1396). El grueso de las hostilidades hay que situarlo en el último tercio de siglo, cuando se sucedieron una serie de campañas militares casi

⁵ El término gascón refiere la naturalidad de Gascuña, en Francia, por eso también es usado como sinónimo de francés. No obstante, en la Edad media se conocía como Gascones a aquellos extranjeros más allá de los Pirineos. El término se aplica en este caso a Compañías Libres, ejércitos mercenarios de la Baja Edad Media que actuaban con independencia de cualquier gobierno o señorío. Vendían sus servicios al mejor postor, reyes y nobles, y cambiaban de bando con facilidad. En tiempos de guerra eran contratados como soldados. En tiempos de paz saqueaban pueblos, ciudades y castillos donde a veces se atrincheraban, extorsionando a los habitantes y robando sus cosechas. El término se aplica sobre todo a compañías mercenarias que se formaron después de la Paz de Brétigny en 1360, durante la Guerra de los Cien Años.

⁶ La Gran Hambruna de 1315-1317 y la Peste Negra de 1347-1351 redujeron potencialmente la población europea menos de la mitad.

continuadas, justificadas por el convulso contexto político derivado de la Guerra de los Cien Años y el abrupto ascenso al poder de las casas Trastámara y Avís (Oliveira, 2005, p. 41).

El relato del asedio de Villanueva del Fresno en el otoño de 1643, por parte de los portugueses ofrece una imagen bastante diferente sobre las defensas de la plaza de 1398, lo cual hace pensar que los castellanos, en ese periodo, convirtieron a Villanueva del Fresno en un bastión defensivo ante las continuas incursiones y la amenaza fronteriza, coincidiendo con el inicio de la Guerra de Restauración portuguesa (1640-1680).



Fig. 1 – Toma de Villanueva del Fresno (Fuente: VARELA [1643]: *Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Mayor, e Ouguela...*, p. 91).

La reforma del castillo emprendida en esos más de doscientos años trataba de convertir la fortaleza preexistente de origen islámico, conformada por una torre exenta rodeada por una cerca, en una fortaleza con las características propias del momento, dotando a la cerca de torres esquineras, y quizás abriendo algunas troneras⁷ en la muralla. Por otro lado, la deficiente calidad de la cerca se compensó mediante la construcción de una barrera y un foso envolvente, que, además, contaba con una estructura para defensa de la puerta: *“Arruinaron las casas del Marques, desde donde se recibía muchos daños, y una media luna, que cubría la puerta del castillo”* (De Meneses, 1679, p. 392), *que* puede interpretarse como un baluarte o barbacana de sección en D, lo que nos situaría en la segunda mitad del siglo XV (Sánchez González, 2015, p. 252).

Edward Cooper reconoció la entidad regional propia de los castillos señoriales de la Baja Extremadura, cuyos rasgos esenciales son “el contraste entre lo castellano y lo indígena” (Cooper, 1991, p. 46), resaltando la escasez de castillos construidos conforme a los modelos tipológicos castellanos, y el carácter más humilde del mudéjar local en comparación con el desarrollado en la Meseta norte, así como la traducción formal e hibridación de técnicas constructivas locales para la realización de elementos característicos del centro del reino castellano.

La forma cuadrangular del castillo nos remite a la tipología más común de las fortificaciones bajomedievales, a través de la ubicación de torres *flanqueantes* en las esquinas de la cerca, de las cuales se tiene constancia⁸ gracias al resultado de las excavaciones arqueológicas realizadas, que, junto con la propia torre del homenaje central, ofrecen una planta ajustada a las características de los castillos del entorno pacense.

La torre central muestra en su exterior un tipo de tapial encadenado con sillares, algunos de ellos todavía existentes. En el interior, sin embargo, se pueden apreciar marcas de una edificación previa, construida en mampostería y reforzada en las esquinas. Es decir, que la torre de tapial existente parece haber sido construida a encofrado perdido sobre una construcción anterior, motivo por el que no se encuentran mechinales de forjado y agujas en el intradós de la fábrica que ha llegado a nuestros días.

⁷ Una tronera o buhedera, en arquitectura militar, es un tipo de aspillera, una abertura practicada en una muralla desde donde se disparan con protección piezas de artillería ligera o armas de fuego, en general.

⁸ Al menos se tiene constancia de la torre circular a sureste, de la cual aparecieron restos de cimentación en las excavaciones arqueológicas de Márquez Gallardo (2010, sin publicar).



Fig. 2 – Biombo del vizconde de Fonte Arcada. Toma de Villanueva del Fresno. (Fuente: Museu de Arte Antiga, Lisboa. Fotografia Pedro Sousa. Direção Geral do Património Cultural, DGPC ©. Esta imagen está sujeta a derechos de reproducción y fue adquirida en el “Processo 365/20”, noviembre de 2020, por el autor).

3. Trazas portuguesas: la adaptación a una fortaleza moderna

El biombo de los vizcondes de Fonte Arcada, expuesto en el *Museu Nacional de Arte Antiga*, de Lisboa, recoge de manera visual las victorias de Portugal en la frontera, específicamente la toma de Alconchel, Villanueva del Fresno y Montijo. La peculiaridad de este elemento no reside en la representación más o menos acertada e idealizada de los sucesos ocurridos en la frontera, que ya hemos visto y que habían sido descritos por los cronistas en los denominados “años de recuperación de Portugal”, y que incluso el propio Aires Varela había ilustrado anteriormente en una de sus publicaciones (ver Figura 1). Lo que caracteriza esta obra es que posee un estilo con influencias claramente orientales, con trazos coloridos y vibrantes, así como el uso de líneas finas y curvas en la representación, que se pueden apreciar en otros elementos decorativos importados de origen japones.

Este biombo, a modo de tríptico, está compuesto por seis paneles, parece ser un encargo del propio vizconde de Fonte Arcada, Pedro Jacques de Magalhães (1620-1688), que apoyó la Revolución de diciembre de 1640⁹ y era firme opositor de la dinastía de los Habsburgo.

Por lo que es fácil pensar que este elemento decorativo representaba, en cierto modo, y para una persona que tuvo una vasta carrera militar en la defensa de las fronteras portuguesas, el orgullo de la independencia.

Recordemos también que Pedro Jaques de Magalhães intervino en las luchas contra la ocupación del nordeste brasileño por parte de los holandeses y la defensa de los derechos de las aguas ante la Compañía Holandesa de las Indias Occidentales (WIC), y aunque no sabemos a ciencia cierta las conexiones personales con el resto del ejército, podemos afirmar que existió algún contacto a lo largo de su vida con Mathias de Albuquerque y con André de Albuquerque Ribafria, teniendo en cuenta la coincidencia local, en la toma de varias plazas de frontera, entre ellas, la de Villanueva del Fresno.

Mathias de Albuquerque, conde de Alegrete (1580-1647) y André de Albuquerque, 4º *alcaide-mor* de Sintra (1621-1659)¹⁰, aunque procedentes de geografías bien distintas, parecen estar emparentados (Vianna, 1948, pp. 197-252) a través de Lopo de Albuquerque (1452- ?), padre de Jerônimo de Albuquerque (1510-1584; considerado el “Adán” de Brasil por su extensa descendencia, dejando a la mayoría de sus hijos como donatarios de las Capitanías Hereditarias de Brasil), y suegro de

⁹ Entre los cuarenta conjurados que dirigieron el golpe de estado revolucionario, conocido como *Restauração da Independência* o *Restauração de Portugal*, el 1 de diciembre de 1640 se encontraba Pedro Jacques de Magalhães. (França, 1997)

¹⁰ Junto con el vizconde de Fonte Arcada, sus retratos forman parte de una colección de quince lienzos de generales portugueses encargadas a Feliciano de Almeida (1635-1694) por el duque de la Toscana, Cosme de Medici para la galería de los Uffizi, Florencia.

Duarte Coelho (1485-1554; primer donatario de Nova Lusitania —Pernambuco—, con una biografía rica en andaduras por Asia y África). Y a su vez, conectados estos, por una segunda rama genealógica, a través del tío de Lopo de Albuquerque, Gonçalo de Albuquerque (1421-1462) con Afonso Albuquerque, “El Grande” duque de Goa (1453-1515).

Por otro lado, Pedro Jaques de Magalhães, sustituyó como 1º maestro de campo en la Batalla de las Líneas de Elvas, a André de Albuquerque Ribafria, tras morir en combate. Este último, aunque nacido en Sintra, también estuvo en calidad de soldado arcabucero en Brasil, para intentar parar la expansión holandesa en Pernambuco, regresando a Portugal en 1640, y participando, quizás por influencia de su tutor D. Antão de Almada, en la conjura contra el rey Felipe IV.

Tras la conquista portuguesa de Villanueva del Fresno, el lugar experimentó cambios importantes en su ocupación y desarrollo urbano. La barrera del castillo de Villanueva debía servir como medio de protección para la débil cerca de tapia del recinto principal. En 1643, fue Mathias de Albuquerque quien dio las órdenes para bombardear la barrera del castillo, y así poder alcanzar la muralla principal: “*Se fabricaron luego tres minas contra la muralla de aquella parte: atacada la principal, se le dio fuego, y cayó un gran paño, costando la vida a muchos soldados castellanos. Con este daño, comenzó a entrar temor en los sitiados, que aumentó con otra ruina, que la artillería cambiada, por orden de Mathías de Albuquerque, hizo en la muralla, que dividía el castillo del Arrabal, desplomándose en la tierra por ser más débil la mayor parte de ella.*” (De Meneses, 1679, p. 393)

A su vez, André de Albuquerque Ribafria, por orden del rey, fue el encargado de cuidar la plaza una vez ocupada: “*Brevemente lo rindió el Mestre de Campo André de Alburquerque con su tercio, mandándolo el rey para aquel presidio¹¹, y a Ioannes Pascasius Cosmader, con orden para que redujese¹² el sitio del castillo a fortificación moderna: lo que ejecutó con gran brevedad.*” (De Meneses, 1679, pp. 393-394).

¹¹ Ciudad o fortaleza que se podía guarnecer de soldados para su custodia y defensa.

¹² Del lat. *reducere*. Volver algo al lugar donde antes estaba o al estado que tenía; Disminuir o aminorar; Estrechar o ceñir; Mudar algo en otra cosa equivalente. Diccionario de la Real Academia Española, 2024.



Fig. 3 – Vista aérea del castillo de Villanueva del Fresno (Imagen © del autor, 2018).

Las crónicas del asalto también describen zonas del castillo que hasta ahora no se han estudiado en profundidad, relacionadas en su mayoría con los elementos acrescentados a la torre central, como pueden ser la barbacana, el foso y el refuerzo de las puertas de acceso al castillo:

“Llegados al puesto, se encontraron con la primera dificultad a respecto del foso, que era ancho y llegaba hasta la barbacana, donde mal cabían entre ella y el muro dos personas, a par. Por dentro de la misma, había dos rastrillos¹³ fuertes y altos, con cuyas defensas tenía el enemigo asegurado el paso de la entrada” (Salgado, 1644, p. 219).

Estos relatos nos describen con bastante detalle las tácticas y cargas empleadas para el asalto, así como el número de explosivos, el recorrido y tiempos que siguieron hasta llegar a Villanueva, así como la descripción de las casas anexas a la muralla, conformando el arrabal al este del castillo, por las que consiguieron adentrarse para sorprender al enemigo.

Al mismo tiempo, los hechos narran el nombre y procedencia del gobernador y maestro de campo del lado castellano, en Villanueva del Fresno, que nos conectan

¹³ Los rastrillos hacen referencia a la puerta principal, junto al foso y la barbacana, siendo una de las últimas líneas de defensa ante ataques y asedios. Es una celosía de rejilla de madera, metal o una combinación de los dos, que se monta sobre ranuras verticales en las paredes del castillo y que puede ser levantada o bajada rápidamente por medio de cadenas o cuerdas unidas a cabrestantes e incluso sistemas de contrapesos. (Kaufmann y Kaufmann, 2001).

con un contexto geográfico y dinámicas bélicas en un contexto global: “*Gobernaba la plaza de Villanueva del Fresno el Maestre de Campo D.Francisco Geldres con un tercio de infantería y dos tropas de caballos, de los que eran capitanes D.João Gracez e D.Diogo de Lara, soldados de Flandes*”. (Varela, 1643, p. 63)

En Portugal, hay dos ingenieros de altas capacidades que serán los enviados y principales responsables para la realización de proyectos de fortificación y refuerzo de las plazas, así como de la planificación de asedios: el primero, el jesuita oriundo de los Países Bajos Ioannes Pascasius Cosmander ¹⁴, que hemos mencionado anteriormente, y a su muerte, en el cerco de Olivença de 1648, el francés Nicolau de Langres, que fallecerá en la ofensiva española contra Vila Viçosa (1665): aunque ambos se acabarían pasando al bando castellano, los dos, a lo largo de su vida, proyectan, diseñan, y perfeccionan sucesivamente, las fortalezas abaluartadas de lugares clave defensivos en la defensa de Portugal. (Cayetano Rosado, 2014, p. 17).

“*Llegó en este tiempo el Padre Cosmander de Évora, aprobó lo que Gilot había ordenado. Acrecentó que se hiciese otra batería junto al foso, y se comenzó a labrar una galería, para desembocar. Era una obra muy arriesgada: trabajarían en ella dieciséis soldados, y dos sargentos, no constreñidos, pero necesitados de sueldo, que, con mano ancha, el gobernador les daba. Murieron cinco, en los que entró el sargento, y en cuanto se trabajaba se llenaba el foso de haces, que por tres días le arrojarán, en cuyas labores trabajarán tanto los hidalgos, como cualquier humilde soldado, hasta que lo arrasaran; pero no se logró la obra, porque el enemigo, con fuego artificial, lo quemó todo en una noche.*” (Salgado, 1644, pp. 216-217).

Vemos como la importancia de la arquitectura militar en la geografía y la historia de la Baja Extremadura queda reflejada en la complejidad morfológica de los elementos, y la diversidad de lecturas de los estratos culturales que los componen, ya que estos lugares no solo tenían funciones defensivas, sino también estratégicas y simbólicas.

Los hechos bélicos y la movilidad en época de guerra nos ofrecen una visión más amplia sobre la historia y la arquitectura de la región, en un contexto de relaciones humanas, con conexiones a diferentes escalas territoriales. Las ruinas del castillo, como objeto de estudio, nos muestran la combinación de estilos, y empleo de diferentes materiales y técnicas constructivas, que reflejan notablemente la evolución histórica e influencia de varias culturas en el entorno. En un contexto de guerras, y con la Guerra de Flandes (1568-1648) como fondo geopolítico, hay que pensar en la procedencia de los apoyos recibidos por Portugal en ese momento, y la transposición del conflicto en la obtención de las independencias.

¹⁴ Jan Ciermans, conocido como Ioannes Pascasius Cosmander, o Padre Cosmander en Portugal. (’s-Hertogenbosch 1602, Olivença 1648). Su retrato se expone en el Museu Militar do Forte de Santa Luzia em Elvas.

No queda claro si tras el asedio y toma de Villanueva del Fresno la plaza se reforzó de algún modo —para adaptarla a fortificación moderna— ya que la crónica narra el desplome importante de varias fábricas, sin determinar si se refiere a la falsabraga o a la propia torre: *“Pareció reducir aquella plaza a la forma más deseable. El padre Ioannes Pascasius Cosmander la trazó, y se va obrando con la asistencia del maestro de Campo André de Alburquerque y el trabajo de los soldados que la tienen casi inexpugnable.”* (Varela, 1643, p. 147)

Sin embargo, otras fuentes inciden en que el castillo no se modificó tras el asedio, sino que se voló dejando la plaza inservible para que nunca más supusiese una amenaza: *“El castillo se voló con cuatro minas de pólvora, y la torre grande con doce barriles, las tres más pequeñas con cinco cada una, todo dado fuego al mismo tiempo, al final de una trompeta después de que el ejército se hubiera marchado y se hubiera desviado toda la gente”.* (Salgado, 1644, p. 223)

La repoblación de la villa se llevó a cabo en 1669. Según testigos de la localidad vecina de Valencia del Mombuey, los textos describen que los pobladores al volver encontraron únicamente ruinas. Por todo ello, hay que suponer, que aparte de las inclemencias del tiempo y el mal estado en el que se quedaron las estructuras intramuros, una vez volada la fortaleza, la plaza fue objeto de expolios en esos más de veinticinco años que se encontró a su suerte.

Actualmente, el castillo de Villanueva del Fresno se localiza al suroeste del casco urbano, pero como vemos, no siempre fue así, ya que la población antigua se situaba al oeste. Un asentamiento intramuros con pequeñas casas formando un arrabal, donde el terreno era más llano. Y, como en la mayoría de los asentamientos medievales, una vez cesada la amenaza, la población se fue expandiendo extramuros, a lo largo de caminos, centros y lugares de interés, intercambio y comercio.

Cabe preguntarnos entonces: *¿No hay mayor signo de ocupación portuguesa que la propia voladura del castillo, que se ha mantenido estática y prácticamente inalterada hasta la fecha, a pesar del paso del tiempo? ¿Acaso, la propia anulación de la plaza como lugar habitable no es, en sí misma, la primera traza o marca “portuguesa” condicionando la repoblación, y evolución urbana de la villa?*



Fig. 4 – Vista aérea del castillo de Villanueva del Fresno (Imagen © del autor, 2018).



Fig. 5 – Vista aérea del castillo de Villanueva del Fresno (Imagen © del autor, 2018).

4. Conclusiones

Villanueva del Fresno representa un caso excepcional de la arquitectura defensiva bajo medieval. (Sánchez González, 2015, p. 37). De un modo general vemos, como desde su fundación, a través de la heráldica local, como el carácter defensivo fronterizo ha marcado su inicio y desarrollo urbano.

A través de una aproximación general, el texto busca sentar unas bases sólidas que ayuden a comprender e interpretar mejor la historia y la identidad de esta región en la frontera entre España y Portugal. Y específicamente esclarecer las etapas constructivas y realidad histórica del propio objeto de estudio (*longue durée*). Para ello, el proyecto de investigación que se está llevando a cabo —y al cual pertenece este documento—, pretende a través de una lectura crítica de la literatura (cartas, diarios de guerra en tiempos de la Restauración portuguesa, así como las descripciones morfológicas en periodos de asalto, ocupación y abandono de la fortaleza en época medieval y moderna), junto con técnicas y herramientas digitales como el uso de LIDAR, fotogrametría, colorimetría, análisis morfológico, material, estructural o termográfico, ofrecer la posibilidad de reconstrucción virtual del castillo, brindando nuevas interpretaciones e hipótesis reconstitutivas, y en definitiva, material y contenido científico/didáctico para poner en valor el bien patrimonial.

El análisis de las técnicas y fases constructivas del castillo de Villanueva del Fresno, a través de las fuentes locales y los restos arqueológicos hallados presentan bastantes incógnitas y lagunas evolutivas, que sólo pueden ser resueltas a través de una mirada interdisciplinar, atendiendo sobre todo a la relación del patrimonio con el territorio y el paisaje, entendido este como elemento transversal de la evolución y la identidad histórico-cultural del lugar y sus gentes.

La relectura de los hechos y crónicas históricas, el acceso a los informes arqueológicos de las diferentes excavaciones que se han llevado a cabo en el lugar, y el empleo de nuevas técnicas y materiales basado en TIC, como la fotografía aérea VLOS, nos ayudan a apreciar elementos que hasta ahora eran menos evidentes o inconexos. Se intuyen: aterrazamientos o zonas abaluartadas, barbacanas, barreras y cercas urbanas —de piedra o empalizadas— en el entorno de Villanueva del Fresno, elementos defensivos documentados, que de algún modo emergen, y nos ayudan a completar las lagunas evolutivas de esta construcción.



Fig. 6 – Recorte del plano de Nicolas de Fer: *Les frontieres d'Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divisé en ses cinq provinces* grabado por P. Starckmar en París, en 1703. (Fuente: Biblioteca Nacional de Portugal – BND, Cota do exemplar digitalizado: C.C. 652 A, <https://purl.pt/3552>).

La creación de un marco teórico conceptual sólido y el análisis de varios casos alrededor del objeto de estudio ha permitido comparar la fortaleza con otras próximas. Para ello, se ha establecido un radio aproximado de 50 km. El estudio más amplio en que este documento se inserta pretende esclarecer mejor estas referencias formales con el análisis morfológico-funcional de los casos de estudio (Alandroal, Terena, Redondo, Valongo, Portel, Monsaraz, Mourão, Moura, Noudar, Olivenza, Alconchel, Nogales, Barcarrota, Higuera de Vargas, Salvatierra, Burguillos del Cerro o Jerez de los Caballeros), para poder montar una matriz comparativa con el objeto de estudio (Villanueva del Fresno).

Llegando a la hipótesis preliminar de que en las inmediaciones del castillo de Villanueva del Fresno, a uno y otro lado de la raya, las diferencias morfológicas que se producen, además de por la pertenencia objetiva una cultura específica —como puede ser un país, un reino—, se deben también —y sobre todo— a referencias y decisiones a escala regional o local, dependiente de familias y personas concretas (mayorazgos, marquesados); y su propia relación con el entorno más o menos hostil, en cada momento.

Al mismo tiempo vemos como los informes y sondeos realizados en los últimos años detallan el seguimiento arqueológico de las ruinas del castillo de Villanueva del Fresno, y revelan detalles importantes sobre la estructura y su historia. La identificación de elementos arquitectónicos y la datación de materiales proporcionan información valiosa sobre la evolución de la construcción en un contexto histórico más amplio.

Los resultados preliminares muestran la necesidad de nuevas intervenciones arqueológicas para despejar dudas y confirmar hipótesis planteadas, lo que subraya la importancia de la investigación continua en la preservación del patrimonio histórico y cultural de la región. Por otro lado, es evidente la necesidad de un nuevo proyecto de restauración y consolidación del castillo de Villanueva del Fresno. Este hecho representa un esfuerzo colaborativo entre instituciones locales, regionales y nacionales para salvaguardar este importante monumento histórico y promover su valorización como recurso turístico y cultural. Teniendo en cuenta que el conocimiento y la puesta en valor de las ruinas del castillo no solo contribuirá a la conservación del patrimonio arquitectónico de la región, sino que también generará oportunidades de desarrollo económico y social para la comunidad local.

En definitiva, el estudio insiste en la importancia de la memoria y la identidad en la preservación y valoración del patrimonio cultural, así como en la necesidad de adoptar enfoques innovadores, sostenibles y participativos en la gestión y conservación de los bienes patrimoniales en el tiempo. Aunque las fuentes o marco teórico-conceptual, ya se encuentran bastante consolidadas y ofrecen unas bases sólidas para el desarrollo de la investigación, la originalidad del tema reside en la contribución y divulgación de conocimiento a través de nuevas interpretaciones sobre los datos existentes, gracias al empleo de técnicas y herramientas innovadoras, pudiendo contribuir, a través del conocimiento, la divulgación activa y la docencia a la conservación y revitalización del patrimonio cultural y paisajístico (general y específico) , así como al desarrollo de estrategias de conservación y gestión del turismo cultural de la zona en el futuro.

BIBLIOGRAFÍA

- BARRETO HERNÁNDEZ, C. & LÓPEZ MONROY, H. (1991): *Los señores de Villanueva del Fresno. 1332-1703*. Badajoz: Diputación Provincial.
- BARRETO HERNÁNDEZ, C. & LÓPEZ MONROY, H. (1991b): *Buscadores de Tesoros en el castillo de Cuncos*. Badajoz: Diputación Provincial.
- BARRETO HERNÁNDEZ, C. & LÓPEZ MONROY, H. (2008): *Villanueva del Fresno 1669-1704*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- BARRETO HERNÁNDEZ, C. & LÓPEZ MONROY, H. (2012): *Obras completas*. Badajoz: Gráficas Diputación de Badajoz.
- CAYETANO ROSADO, M. (2014): “Fortificaciones abaluartadas en la Raya. Conformación, evolución y valoración actual”. *O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas*, 18 (2ª época), pp. 13-54.
- COOPER, E. (1991): *Castillos Señoriales en la Corona de Castilla*. Salamanca: Consejería de Cultura y Turismo, Junta de Castilla y León.
- DE AZEVEDO, L. M. (1644): *Comentarios dos valerosos feitos, que os portugueses obraram em defesa de seu Rey, e patria na guerra de Alentejo que continuava o Capitaõ Luis Marinho d’Azevedo*. Lisboa: Oficina de Lourenço de Anveres.
- DE LA MONTAÑA CONCHIÑA, J. L. (2003): *La Extremadura cristiana (1142-1350): poblamiento, poder y sociedad*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- DE LA MONTAÑA CONCHIÑA, J. L. (2005): “Señorialización y fortificación de las tierras del concejo de Badajoz en la Baja Edad Media”. In A. RUIBAL (coord.): *Actas del II Congreso de Castellología Ibérica. Alcalá de la Selva (Teruel), 2001*. Madrid: Asociación Española Amigos de los castillos, pp. 243-258.
- DE MENESES, L. (1679-1698): *História de Portugal Restaurado*. 2 volúmenes. Lisboa: Oficina de João Galvão y Oficina de Miguel Deslandes.
- FRANÇA, E. D’O. (1997): *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec.
- GIBELLO BRAVO, V. M. (2008): *El poblamiento islámico en Extremadura. Territorio, asentamientos e itinerarios*. Mérida: Junta de Extremadura.
- KAUFMANN, J. E. & KAUFMANN, H. W. (2001): *The Medieval Fortress: Castles, Forts and Walled Cities of the Middle Ages*. Londres: Greenhill Books.
- MÁRQUEZ GALLARDO, J. M. (2010): *Informe preliminar del seguimiento y sondeos arqueológicos del proyecto: Consolidación y Restauración del castillo de Villanueva del Fresno, Badajoz*. TERA S. L. [Informe inédito].
- MEDINA GARCÍA, E. (2006): “Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)”. *Revista de Estudios Extremeños*, 62 (2), pp. 713-724.
- OLIVERA SERRANO, C. (2005): *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*. A Coruña: CSIC-XUGA.

- SALGADO de ARAUJO, I. (1644): *Sucessos Militares das Armas Portuguesas em suas fronteiras depois da Real Acclamação contra Castella*. [Cap. XVIII: *Combates del castillo de Villanueva del Fresno*]. Lisboa: Imprensa de Paulo Craesbeeck.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, J. J. (2015): *La arquitectura fortificada y la imagen de poder en la nobleza bajoextremeña del siglo XV*. [Tesis Doctoral inédita]. Departamento de Historia del Arte, Facultad de Geografía e Historia, UNED.
- TEIXEIRA, D. (1723): *Vida de D. Nuno Alvares Pereyra, segundo condestável de Portugal, conde de Ourem, Arrayolos, e Barcellos (...)*. Lisboa: Oficina da Música.
- VALDÉS, F. y DÍAZ, S. (2002): “El castillo de Cuncos, una ciudad islámica desconocida en la raya hispano-portuguesa”. *Al-Madan*, 11 (2ª serie), pp. 213-218.
- VARELA, A. (1643): *Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior Ouguella e outros lugares do Alentejo, o terceiro anno da Recuperação de Portugal, que começou em 1 de Dezembro de 1643*. Lisboa: Oficina de Domingo Lopes Rosa.
- VIANNA, H. (1948): *Estudos de História Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde): os desafios de gestão de um Sítio Património da Humanidade

José Filipe Silva¹

Resumo

Este texto apresenta um panorama concreto sobre o processo de gestão da Ribeira Grande de Santiago, Património da Humanidade. Feita uma breve contextualização histórica, imperiosa para entendermos as ressonâncias que vão desde o esplendor ao ocaso deste secular Lugar de Memória, e com manifestas consequências na manutenção da sua autenticidade e integridade, abordaremos, utilizando uma perspetiva diacrónica dos factos, a problemática central desta investigação. Se por um lado, elencaremos as medidas propostas, suportados em legislação ou em textos de cariz institucional ou científico publicados, por outro, faremos a sua análise e interpretação, veiculando o nosso parecer sobre o apreciado, aportando ao tema novos contributos até à data ainda pouco aclarados e que merecem ser explanados para melhor aferirmos os desafios pelos quais passam os sítios culturais vivos.

Palavras-chave

Ribeira Grande de Santiago, Lugar de Memória, Património da Humanidade, Plano de Gestão

¹ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora. Email: jfsilva@uevora.pt/ jfilipesilva1974@gmail.com

Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde): the challenges of managing a World Heritage Site**Abstract**

This text presents a concrete overview of the management process in Ribeira Grande de Santiago, World Heritage Site. Having made a brief historical contextualization, imperative to understand the process since the peak until the decline of this Heritage Site, and with aftereffects to keep its authenticity and integrability, we will approach, using a diachronic perspective of the facts, the central issue of this research. If, first, we will list the proposed measures, supported by laws, institutional and scientific texts, after, we will interpret them, bringing new contributions until today still little in depth, as such deserve to be properly clarified to try to understand the challenges of living the cultural heritage sites.

Keywords

Ribeira Grande de Santiago, Sense of the Place, World Heritage, Management Plan

1. A Ribeira Grande de Santiago

Fundado em 1462, este Sítio Patrimonial teve um crescimento similar a muitas outras urbes marítimas portuguesas, passando por vários estágios evolutivos, advindo dessas mutações oscilações com repercussões a nível arquitetónico, económico, urbanístico e social, bem vinculadas na conformação da sua paisagem.

Até ao final do século XVI, a sua evolução foi no sentido de lhe conferir uma acentuada notoriedade, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de cidade e de sede de bispado, em 1533. Porém, os ataques de pirataria, sendo o mais devastador de todos o perpetrado por Jacques Cassard em 1712², o desvio das rotas comerciais de escravos e a abertura dos portos da Guiné, bem a insalubridade deste assentamento urbano³, deram início ao seu lento e agonizante declínio, entre a década de 1750 e a de 1850, correspondente à sua «fase involutiva» (Pires, 2004, p.14) e à sua ruralização (Silva, 2001, p. 27).

Até à década de 1920, foi o contínuo definhamento de um agora pequeno lugar, não se sabendo se chegou a existir um abandono total habitado sobretudo por gente ligada ao setor primário. À opulenta Ribeira Grande de Santiago sucedeu-lhe, em menos de três séculos, a Cidade Velha, epíteto resultante dessa metamorfose, «correspondendo esta adjetivação à sua total perda de urbanidade» (Mariz, 2012, p. 225).

2. Salvaguarda do Património Arquitetónico Ultramarino da Ribeira Grande de Santiago na I República e no Estado Novo

As autoridades portuguesas, cientes da importância histórica Cidade Velha para a propagação do ideário nacionalista da I República, decidiram tomar parte na sua salvaguarda para inverter a situação. Em 1922, o governador da Província de Cabo Verde —Filipe Dias de Carvalho— assinou uma Portaria⁴ que pelo seu teor poderia ter sido, caso tivesse sido aplicada conforme o preconizado, de extrema importância para salvaguarda patrimonial no arquipélago. Nesse ano, foi também publicado um trabalho que reforçou o estado de ruína e risco de desaparecimento em que estavam alguns monumentos (cf. Gracias, 1922, p. 21).

² Podendo esta data ser vista como a do seu irreversível afundamento (Barcellos, 2003, pp.378-382; Pereira, 2009, p.152).

³ Se analisarmos essa escolha mediante os princípios defendidos por Vitruvius, não foi certamente a melhor para a fixação populacional (Santos, 2015, p. 32).

⁴ Cf. Portaria n.º 40, de 8 de abril de 1922.

Contrariamente ao que acontecia noutros territórios ultramarinos portugueses, para Cabo Verde, não eram consignadas verbas para a sua proteção, refletindo-se esta ausência sobretudo na Cidade Velha, em São Nicolau e no Fogo, onde era bem visível o estado de abandono dos seus testemunhos, e na inoperância de funcionalidade dos arquivos públicos e privados, que poderiam dar um enorme contributo para o conhecimento da História desse arquipélago⁵.

Assim, considerou-se premente gizarem-se políticas de salvaguarda e valorização patrimonial nessas ilhas, muito direcionadas para a Ribeira Grande de Santiago⁶, com o objetivo de evitar a depilação dos vestígios subsistentes⁷. Nesse sentido, este diploma legal, não obstante a sua residual aplicabilidade, teve o condão de espoletar um sentimento de consciencialização patrimonial.

A este epílogo não foi indiferente o conturbado momento por que passavam as políticas patrimoniais em Portugal e nas suas colónias, concorrendo para essa situação fatores externos, evoquem-se as destruições dos monumentos causadas na I Guerra Mundial, mas sobretudo os internos, por via da ambiguidade legislativa e institucional para o domínio em apreço, a dispersão da responsabilidade tutelar dos monumentos repartidas por mais do que um ministério, bem como dificuldades financeiras, técnicas financeiras e operativas (cf. Custódio, 2008, pp. 1071-1116).

Essas entropias foram castradoras para a prossecução de uma política patrimonial mais consistente no período em análise, apesar da legislação promulgada no início da década de 1930, já no período de vigência da Ditadura Militar e na antecâmara do Estado Novo, com vista a regular, guardar e proteger as obras de arte e peças arqueológicas⁸.

A partir de 1926, personalidades da cultura cabo-verdiana realizam passeios à Cidade Velha, constatando o seu depauperado estado de conservação. Em 1929, constituíram-se numa comissão denominada *Os Amigos da Cidade Velha*, ao qual se foram juntando outros vultos da intelectualidade daquele arquipélago e que, mais tarde, em 1933 editaram o folheto *Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago* (Fundação João Lopes, 2015, p. 37).

Esta comissão, sustentando-se na Portaria de 1922, deveria proceder à descoberta de reminiscências escondidas dos olhares da população e de quem a visitava. Examinando-se que após a promulgação daquele diploma-legal pouco ou nada mais fora feito, conseguimos descortinar uma crítica implícita ao facto de não

⁵ Cf. *ibidem*.

⁶ Nesse diploma legal, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, datada de finais do século XV, foi classificada Monumento Nacional.

⁷ De salientar a atribuição, no orçamento de 1923, de uma verba de 2.000\$00, direcionada para esse fim. Porém, não temos informação que possa sustentar a aplicação dessa verba.

⁸ Cf. Decreto n.º 20:985, 7 de março de 1932.

ter sido criado qualquer organismo cuja missão assumisse a defesa do património cultural de Cabo Verde⁹.

A partir de 1950, publicaram-se textos que exprimiam a amargura pelo declínio da Ribeira Grande de Santiago, evidentes em alguns dos títulos escolhidos (Monteiro, 1950, p. 7; Sousa, 1957, p. 3). Esses artigos refletiam sobre as intervenções efetuadas em alguns monumentos e no aglomerado populacional, bem como a inconsciência patrimonial dos seus habitantes que, sobretudo, no século XIX, subtraíam pedras aos seus vetustos edifícios para as reutilizarem nas suas habitações. Os seus autores apelaram para que os poderes públicos enveredassem esforços para evitar o desaparecimento deste ancestral lugar e enalteceram-se aqueles que, desde a década de 1920, trabalharam em prol da sua valorização, observando-se a necessidade de ser produzida legislação tendente a promover a sua salvaguarda (Monteiro, 1950, pp. 7-8; Sousa, 1957, p. 3; Grupo dos Amigos da Cidade Velha, 1957, pp. 11-13; Figueiredo, 1959, pp. 13-17; Brásio, 1960, pp. 28-31).

Durante o Estado Novo, a defesa do património arquitetónico português ultramarino foi, principalmente após o surgimento da Questão Colonial, o *leitmotiv* para a formulação de um conjunto de medidas conducentes a esse fim. Nesse sentido, o decreto do ano de 1958 foi promulgado com o objetivo de inventariar, classificar, conservar e restaurar os monumentos de interesse nacional do ultramar¹⁰.

Contrariamente ao que havia acontecido com a Portaria publicada em 1922, este documento teria ressonância no processo de salvaguarda dos testemunhos validadores da presença portuguesa noutros continentes. Tão ou mais importante do que os procedimentos a executar, foi o alcance desta medida, que permitiu suprir pela primeira vez um vazio legal relativo a este âmbito e demonstrar uma manifesta vontade de se tentar centralizar a salvaguarda do património edificado das províncias ultramarinas (cf. Mariz, 2017, p. 67).

Em 1959, foi publicado um despacho que, tendo consciência de que a Portaria remontante a 1922 não havia surtido o efeito desejado em relação à Ribeira Grande de Santiago, procurou colmatar essa lacuna, sendo intenção do governo promover a conservação das suas ruínas, fazer pontuais ações de restauro monumental quando necessárias e devendo a fisionomia do Sítio estar em sintonia com o Lugar de Memória em que estava inserido¹¹.

Ao interpretá-lo inferimos uma perspetiva para o paradigma anti intervencionista sobre o testemunho, sendo somente permitida uma intervenção residual,

⁹ Neste enquadramento cronológico salientar o surgimento, em 1936, de *A Claridade*, uma revista literária e cultural, que não devotou atenção à importância histórica e patrimonial da Cidade Velha. Esta ausência evocativa é de estranhar, tanto mais que João Lopes e Jaime Figueiredo, dois dos fundadores de *Os Amigos da Cidade Velha*, foram igualmente figuras proeminentes daquela publicação.

¹⁰ Cf. Decreto n.º 41 787, 7 de agosto de 1958.

¹¹ Cf. Despacho n.º 16, de 5 de setembro de 1959.

por forma a evitar o seu desmoronamento. Neste contexto, é possível deduzimos preocupações próprias de quem sabe quais os condicionalismos inerentes aos sítios culturais vivos e da relação que tem de existir entre a população e os valores histórico-artísticos aí existentes, integrando-se essa conduta numa perspetiva de valorização global, tal como consignado na Carta Internacional para a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios¹², datada de 1964.

Entretanto, foi dado um importante passo para a efetiva preservação do património histórico do arquipélago de Cabo Verde com a consagração, em 1959, 1962, 1962 e 1963, de verbas para a sua beneficiação. Nesse sentido enfoque-se a dotação de 30.000 \$00 para o restauro da Fortaleza Real de São Filipe¹³.

Outro momento importante para a rememoração da importância da antiga capital deste arquipélago, o *Grupo dos Amigos da Cidade Velha* promoveu, em 1960, uma exposição fotográfica¹⁴ apresentada no Salão Nobre da Rádio Clube de Cabo Verde, posteriormente vertida para catálogo, sobre as ruínas das principais reminiscências patrimoniais e de algumas imagens existentes na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, capazes de nos elucidar visualmente¹⁵ o que havia sido esta urbe (Figueiredo, 1960)¹⁶. Esta iniciativa demonstra, mais uma vez, a importância da sociedade civil para a consciencialização da salvaguarda deste legado ancestral, competindo a todos, e não apenas ao Estado, esse desígnio (Figuras 1 e 2).

Tudo o que foi elencado, contribuiu para um cada vez maior empenho na recuperação de bens atestadores da presença portuguesa em Cabo Verde, culminando esse propósito com a missão que o arquiteto Luís Benavente¹⁷ realizou nesse arquipélago, entre 1962 e 1973. Todavia, o seu desempenho tem de ser analisado numa perspetiva mais abrangente, em virtude de ter também efetuado trabalhos na Guiné-Bissau, na Fortaleza de São José de Amura, e em São Tomé e Príncipe, no Forte de São Sebastião, no Forte de São Jerónimo¹⁸, na Igreja da Madre de Deus e na Capela do Bom Despacho (cf. Fernandes, 2017, pp 94-98). Em Angola e Moçambique a sua colaboração não foi tão efetiva, pois aí estavam arquitetos destacados ao serviço

¹² Doravante Carta de Veneza.

¹³ Cf. Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, de 31 de dezembro de 1958.

¹⁴ «Esta evocação é assim mais um acto de presença rememorativa, através do qual se reencontra no sortilégio das imagens, o elo vivo da continuidade no tempo, sem o que não há entre os povos, sentido de sedimentação histórica válida, nem na marcha das gerações, autêntico processamento da cultura própria.» (Silva et al., 1960, s.p. p. 1).

¹⁵ Vera Mariz teve a perspicácia para correlacionar esta exposição fotográfica com o emanado na Carta de Veneza, no seu Art.º 17.º, relativamente a ações a executar a montante e a jusante dos trabalhos de conservação, restauro e prospeção arqueológica (cf. Mariz, 2016, pp. 287-288).

¹⁶ Cf. Silva et al., 1960).

¹⁷ Um dos redatores da Carta de Veneza.

¹⁸ A atenção dada por Luís Benavente às estruturas defensivas pode ser considerada, por um lado, relacionada com as questões estratégicas e de defesa militar em África, isto porque, em 1961, havia ocorrido a perda do Estado da Índia e surgido o movimento de guerrilha em Angola; por outro, numa conceção de abordagem estética e patrimonial, alinhando-se na linha da visão reintegradora dos monumentos da escola tradicionalista de Raul Lino (cf. Fernandes, 2017, p. 95).



Fig. 1 – Vista do Sítio (Ruínas da Sé Catedral) na primeira metade do século XX. Foto cedida pelo Instituto do Arquivo Nacional de Cabo Verde, em 2019.



Fig. 2 – Pelourinho na primeira metade do século XX. Foto cedida pelo Instituto do Arquivo Nacional de Cabo Verde, 2019.

dos Monumentos Nacionais e haviam sido criadas comissões com competências para inventariar, classificar, executar intervenções de conservação e restauro, e divulgação dos monumentos nacionais.

Luís Benavente, verificando não ser possível aplicar naqueles territórios a legislação metropolitana, propôs-se a elaboração de um conjunto de preceitos passíveis de transmitir às autoridades das províncias ultramarinas as orientações necessárias sobre como encaminhar todo esse processo. Nesse sentido, redigiu um documento estruturante, datado de 1960, denominado *Classificação de Monumentos Nacionais do Ultramar*¹⁹. Porém, como podemos aferir da leitura do seu conteúdo, não foi fácil de elaborar, porque esses territórios não enviaram informações sobre os seus patrimónios.

Os inúmeros textos por ele produzidos, permitem-nos ter uma percepção do que queria antiga cidade da Ribeira Grande, como gostava de a denominar. Conforme o explicitado na *Descrição Rápida da Missão do Arquitecto Luís Benavente*, as intervenções centrar-se-iam em todos os domínios do património cultural material²⁰. Porém, as mesmas incidiram apenas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Capela de São Roque, na Fortaleza Real de São Filipe e no Pelourinho, através da sua reabilitação exterior e interior, procurando-se devolver-lhes a sua fisionomia original (cf. Silva, 2021, pp. 189-189; 204-205; 217-218; 223-224)²¹.

O *Relatório sobre a Salvaguarda e Proteção do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde*²² permite-nos perceber as propostas que se pretendiam implementar no arquipélago. Nesse documento, acentuou-se a necessidade de se recompor a primeira capital de Cabo Verde, similarmente aos séculos precedentes²³, pelo que era impreterível o arrasamento das casas que não fossem representativas desse tempo, sendo reconstruídas segundo o modelo original²⁴. Da mesma maneira, considerava-se premente recolocar noutras residências fora desta zona protegida os criadores de gado e pastores, cujas atividades não se enquadravam com este espaço histórico²⁵. Atendendo a essas necessidades, propuseram-se medidas para proteger, restaurar e valorizar o seu Património Histórico-Artístico e outras direcionadas para aspetos relacionados com o quotidiano dos seus residentes e melhoria das suas condições de vida²⁶.

Luís Benavente avançou também com um “*Projeto de legislação para a proteção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde*”²⁷ e realçou

¹⁹ Cf. ANTT – FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 2, 25 de março de 1960.

²⁰ Cf. ANTT – FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 1, [n.d.] [c. 1962].

²¹ O autor compilou todos dos documentos do Fundo Luís Benavente nessa bibliografia.

²² Cf. ANTT – FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969.

²³ Cf. *ibidem*, fl. 31.

²⁴ Cf. *ibidem*, fl. 29.

²⁵ Cf. *ibidem*, fls. 28-29

²⁶ Cf. *ibidem*, fls. 5-17.

²⁷ Cf. ANTT – FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [n.d.] [c. 1971].

a necessidade de se produzir um inventário, com o objetivo de salvaguardar os bens imóveis e móveis. da Província de Cabo Verde²⁸, competindo ao governador da Província proceder à sua classificação como monumento nacional ou móvel arrolado²⁹. Neste contexto, note-se que é considerado constituir-se o “Processo Coletivo”, abrangendo estruturas militares e conjuntos humanos “vivos”³⁰ ou em ruínas³¹. Dava também ênfase à relação entre o monumento e a área envolvente, propondo legislar-se nesse sentido, e sempre respaldado na criação de “Zonas de Proteção”³². Apesar desta tentativa de emancipação legislativa relativamente à Metrópole, e em certos parâmetros inovadora, esta proposta legislativa nunca se concretizou.

3. Contributos e medidas para a formulação de uma política patrimonial no novo País

Obtida a independência, as questões de índole político, económico e social sobrepuseram-se às de cariz cultural. Não obstante, entre 1975 e 1991, foram elaborados documentos, veiculados por organismos supranacionais³³, nacionais e municipais, ou resultantes de trabalhos, pareceres e relatórios formulados por investigadores³⁴.

Entre a legislação produzida nesse período de tempo, e elencando-a por ordem cronológica, sobressair o despacho atinente à classificação, conservação, defesa e inventariação dos monumentos nacionais³⁵; o decreto que aprovou a Convenção relativa à proteção do Património Cultural e Natural³⁶; o decreto que declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado³⁷; o decreto que aprovou o Protocolo de Recuperação da Cidade Velha, o decreto que atribuiu à Cidade Velha o estatuto de Sítio Histórico³⁸ e a Lei que estabeleceu as bases do património cultural³⁹.

²⁸ Cf. *ibidem*, fl. 4, Art.º 10.º.

²⁹ Cf. *ibidem*, fls. 2-3, Art.º 6, 7, 8, 9; fl. 8, Art.º 18; fls. 12-13, Art.º 23, 24.

³⁰ Pensamos que estaria a referir-se à Ribeira Grande de Santiago,

³¹ Cf. *ibidem*, fls. 5-6, Art.º 14,15.

³² Cf. *ibidem*, fls. 23-24, Art.º 43.º

³³ Peritos da UNESCO (Orlando Garcia, Paulo Ormino de Azevedo, Mester de Parajd, Jean-Pierre Wiczorek e Paul-Emile Simon) elaboraram diversos textos, todos eles dando enfoque à Ribeira Grande de Santiago (cf. Silva, 2021, pp. 136-141).

³⁴ No caso específico da Ribeira Grande de Santiago, António Jorge Delgado, João Lopes Filho e Manuel Spencer dos Santos (cf. *ibidem*, pp. 97-98).

³⁵ Cf. Despacho do Gabinete do Primeiro-Ministro, de 23 de dezembro de 1978.

³⁶ Cf. Decreto n.º 146/87, de 26 de dezembro.

³⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 48/II/84, de 31 de dezembro.

³⁸ Cf. Decreto n.º 121/90, de 8 de dezembro.

³⁹ Cf. Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro. Substituída pela Lei n.º 85/IX/2020, de 20 de abril.

Todavia, não nos parece que tenha surtido o efeito desejado, isto porque nem tudo foi feito para acelerar a valorização desses ancestrais testemunhos, muito por falta de recursos financeiros e humanos. Outrossim, a população ainda não estava educada patrimonialmente, no sentido de absorver o sentido de pertença e consequente proteção desses bens. Como exemplo, cite-se o da destruição da esfera armilar do Pelourinho da Ribeira Grande de Santiago, por ser considerado uma lembrança colonial.

A década de 1980, como consequência dos acordos estabelecidos entre Cabo Verde e Portugal⁴⁰, marca o início dos trabalhos arqueológicos na Ribeira Grande de Santiago, executados por Clementino Amaro na Sé Catedral, continuando as intervenções nesse testemunho, sob a orientação de Alexandre Braz Mimoso e de Ana Carvalho. Estas ações, bem como as desenvolvidas posteriormente até aos dias de hoje, são a evidência da dimensão que esta disciplina tem para entendermos o passado deste vetusto assentamento urbano⁴¹ (Figura 3).



Fig. 3 – Ruínas da Sé Catedral. Foto José Filipe Silva, 2019.

⁴⁰ Consubstanciados em protocolos de cooperação na década de 1990 (cf. Decreto n.º 31/90, de 5 de maio; Decreto n.º 11/97, de 21 de abril).

⁴¹ A bibliografia sobre o tema, compactada numa dissertação académica, permite-nos inferir das ações realizadas neste Sítio ao longo do tempo (cf. Rodrigues, 2017, pp. 94-97).

Importante impulso para a consolidação do paradigma patrimonial em Cabo Verde foi o interesse na inscrição deste Lugar de Memória como Património da Humanidade, elaborando-se um documento com esse objetivo (Wieczorek, 1990). Em 1992, a primeira proposta a Património Mundial, não obstante ser reconhecida a importância da Cidade Velha, foi indeferida:

«First, the historic monuments had either been excessively restored or were in a state of advanced disrepair. Secondly, the historic monuments are in scattered locations in a modern town of mediocre architectural quality. Finally, there was no management plan for the site.» (UNESCO, 2009, p. 29).

Os técnicos e investigadores cabo-verdianos, que participaram nesse momento, têm consciência de que essa candidatura não foi suficientemente sustentada para ser aceite pelo Comité do Património Mundial, concorrendo para tal o pouco tempo de preparação e maturação devotado a esta proposta; o depauperamento – Autenticidade e Integridade – do que restava do seu conjunto monumental; e a falta de rigor técnico/investigacional com que a mesma foi conduzida, ao dar uma excessiva importância ao legado material, em detrimento do imaterial.

Este foi o momento de viragem para a mudança de paradigma relativamente à política do património cultural de Cabo Verde, com manifesto enfoque para a Ribeira Grande de Santiago e as medidas tomadas tenderam nesse sentido. A consignação de mais verbas e a alocação de mais recursos humanos foram importantes para esta inflexão. Neste sentido, devem ser destacados os protocolos de cooperação estabelecidos com outros países e com renomadas instituições de ensino e investigação.

Os Programas do Governo, a partir da década de 1990, apresentam medidas consistentes para a salvaguarda e valorização da Ribeira Grande de Santiago. Todos eles consagram-lhe a devida ênfase, destacando-se a intensificação dos esforços para evitar a sua degradação; a reabilitação dos seus monumentos farol; a intenção de o classificar como Património da Humanidade, e dotá-la de instrumentos conducentes à sua proficiente gestão,

No dealbar dessa década formulou-se o protocolo de cooperação entre o Estado de Cabo Verde e a AECID⁴², daí decorrendo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade Velha, do qual advieram projetos arqueológicos na Fortaleza Real de São Filipe e no Convento de São Francisco, superintendidos por Juan Silva Ares e Yasmina Cáceres, com resultados evidentes no conhecimento da História da Cidade Velha. O início do século XXI alargou o espectro investigativo a outros testemunhos, por via da mão de Konstantin Richter que recuperou o Colégio e

⁴² Agencia Española de Cooperación Internacional y Desarrollo.

Convento dos Jesuítas e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, estendendo-se pouco tempo depois à Igreja e Hospital da Misericórdia. Mais tarde, Chris Evans e Marie Louise Sørensen, investigadores da Universidade de Cambridge, coordenaram também prospeções desta índole nesses e noutros testemunhos, mas também nas ruas mais antigas do Sítio (Figura 4).



Fig. 4 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Foto José Filipe Silva, 2016.

Desde o início da década de 1990, até à sua proclamação como património da Humanidade, foi publicada legislação adequada, delimitar a sua zona histórica e zona tampão⁴³, para disciplinar a reorganização urbanística desse Lugar de Memória⁴⁴; e, muito próximo da sua proclamação como Património da Humanidade, publicou-se um resolução que alterava a delimitação da zona histórica e a zona tampão⁴⁵; outra que declarou Património Nacional Cultural de Cabo Verde vários dos seus

⁴³ Cf. Decreto n.º 121/90, de 8 de dezembro.

⁴⁴ Cf. Edital n.º 4/93, de 27 de abril.

⁴⁵ Cf. Resolução n.º 5/2009, de 16 de março.

monumentos religiosos, militares e civis/espços públicos⁴⁶, e uma terceira que instituiu um Comité de Gestão deste Sítio Patrimonial⁴⁷ e a que alarga a sua zona protegida subaquática⁴⁸

A população sentia-se cada vez mais impelida para intervir ativamente neste processo, demonstrando entusiasmo e um cada vez maior interesse em participar nas decisões ligadas à administração deste Lugar de Memória, facto comprovado pela inclusão de três dos seus habitantes no Comité de Gestão e por já ter alguma formação em educação patrimonial, resultante de ações formação e esclarecimentos realizados. O facto de nesse período de tempo ter sido o estatuto de cidade e município, potenciou certamente esse compromisso.

Igualmente relacionado com este sentimento de apropriação, está o descontentamento da população contra a assinatura de um contrato de exploração do circuito integrado da Cidade Velha⁴⁹, incidente em alguns dos seus monumentos⁵⁰, entre o Estado de Cabo Verde e a PROIMTUR⁵¹. Os habitantes sentiam que os seus interesses não estavam a ser acautelados, em particular no que respeita à concessão da exploração dos estabelecimentos comerciais na área abrangida por esse acordo. Por outro lado, esta empresa espanhola também não cumpriu com o estipulado, nomeadamente no que respeita à conservação dos bens patrimoniais, e por não devolver o dinheiro resultante da renda e dos dividendos acordados acerca da gestão do Sítio ao Estado de Cabo Verde, que a retomou, em 2021, findo o tempo de concessão desse contrato.

⁴⁶ Cf. Resolução n.º 6/2009, de 16 de março. Desta forma, para além de se proteger este vetusto assentamento populacional como um todo, foi dada atenção a elementos singulares que compõem esse conjunto patrimonial classificado.

⁴⁷ Cf. Resolução n.º 7/2009, de 16 de março. Do qual faziam parte o Instituto da Investigação e do Património Culturais (atual Instituto do Património Cultural), a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, a Comissão de Candidatura do Sítio Histórico da Cidade Velha a Património Mundial e três habitantes da Cidade Velha de reconhecido mérito, prestígio e idoneidade. Algum tempo depois, julgou-se importante substituir este Comité de Gestão por outro organismo que pudesse ter um espectro de atuação e decisório mais lato, sendo criada a Alta Curadoria para a Cidade Velha, com competências políticas e de gestão, e o Gabinete Técnico Conjunto, com competências técnicas (cf. Resolução n.º 4/2012, de 25 de janeiro).

⁴⁸ Cf. Resolução n.º 14/2009, de 2 de junho.

⁴⁹ Cf. Decreto-Lei n.º 22/2005, de 21 de março.

⁵⁰ Fortaleza Real de São Filipe, do Convento de São Francisco, da Pousada de São Pedro e da zona do Pelourinho.

⁵¹ Projeto Imobiliário de Desenvolvimento Turístico.

4. Ribeira Grande de Santiago Património da Humanidade

A segunda proposição de inscrição remetida para a UNESCO foi muito melhor elaborada científica e tecnicamente, desenvolveu-se numa perspetiva transdisciplinar e com uma abordagem patrimonial holística (material, imaterial e ambiental). O documento produzido sustentou convenientemente cada um dos itens solicitados, indo ao encontro da realidade existente, como o comprova o relatório emitido por aquele organismo supranacional, aquando da deliberação final sobre a pretensão deste Estado-parte, na 33.^a Sessão do Comité do Património Mundial, realizada em Sevilha, no dia 26 de junho de 2009.

O Valor Universal Excecional do Sítio foi considerado válido pelo Comité do Património Mundial, e os atributos Autenticidade e Integridade, em razão das intervenções efetuadas, foram avaliados como aceitáveis, não obstante a fragilidade de ambos, sendo por isso essencial dar continuidade às políticas de reabilitação até então executadas (UNESCO, 2009, p. 32)

Na proposta de inscrição apresentada por Cabo Verde à UNESCO, os critérios nomeados, devidamente suportados em textos explicativos, foram o II, III, IV e VI (Carvalho & Akibodé, 2008, pp. 54-57) tendo o Comité do Património Mundial aceite o II⁵², III⁵³ e VI⁵⁴ e recusado o IV⁵⁵. No entanto, pensamos que aquele que verdadeiramente sustentou a pretensão dessa classificação foi o critério vi, umbilicalmente ligado ao Espírito do Lugar, predicado tão próprio dos Lugares de Memória, tendo a ele alocado, no caso concreto da Ribeira Grande de Santiago, os bens de génese intangível (Figura 5).

Durante o processo de candidatura da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade foi executado o primeiro Plano de Gestão para este Sítio Patrimonial, para 2008-2012. Para todos os Bens classificados, é um documento estratégico e estruturante, solicitado pela quadrienalmente pela UNESCO,

⁵² «ICOMOS considers that, despite the incomplete urban and architectural heritage, the monuments, the remains that survive, and the maritime and agri-urban landscapes of Ribeira Grande bear witness to its considerable role in the development of European colonial domination in Africa and America, the development of the black slave trade, the genesis and organisation of the first intercontinental maritime interchanges, and the acclimatisation and dissemination of many plant species between the various continents via maritime trade.» (Advisory Body Evaluation. Cidade Velha (Cape Verde) n.º 1310, p. 33).

⁵³ «ICOMOS considers that Ribeira Grande provides an important testimony to the history of slavery during the modern era, notably in its maritime organisation and the experiments with slave management for agricultural development. The intermingling of human races and the meeting between African and European cultures gave rise to the first developed Creole society.» (ibidem, p. 34).

⁵⁴ «ICOMOS considers that, in association with criteria (ii) and (iii), this criterion has been justified.» (ibidem, p. 34).

⁵⁵ «ICOMOS considers that the points raised concerning urban planning and the town's monuments are more closely related to the previous criteria than to criterion (iv). Furthermore, although the urban planning and the monuments of Ribeira Grande are at an early stage of the timeline of European colonisation, and although they have some notable architectural aspects, they are not sufficiently unique or in an appropriate state of conservation and authenticity/integrity to justify outstanding universal architectural and urban value.» (ibidem, p. 34).



Fig. 5 – Vista do Sítio desde o Forte de São Veríssimo. Foto José Filipe Silva, 2016.

sendo, concomitantemente, genérico e detalhado, e abordando também aspetos fundamentais associados aos seus valores constituintes⁵⁶.

O Plano de Ação⁵⁷ é a sua parte mais importante, estando explicitadas as soluções para os problemas detetados, intentando-se com as medidas descritas garantir a manutenção dos atributos intrínsecos do Sítio, a sua sustentabilidade e potenciar a sua notoriedade. Porém, em determinados parâmetros, os resultados não foram satisfatoriamente alcançados sobretudo no que tange à valorização do Património Imaterial, porque muito do preconizado não foi executado no tempo previsto, nomeadamente a inventariação de manifestações dessa tipologia. Outros pressupostos, embora de um modo não tão saliente, recuperar um certo número de casas, melhorar o estado de conservação dos edifícios e formar jovens em distintas áreas – Empreendedorismo, Património Cultural e Turismo – não foram totalmente conseguidos.

⁵⁶ Urbanismo, arquitetura, construção, valor universal excecional, integridade, autenticidade e usos

⁵⁷ Assente em quatro pressupostos: a) conservar os testemunhos arquitetónicos; b) reforçar a gestão (Câmara Municipal e Gabinete Técnico), e a valorização (IIPC e os agentes ligados ao turismo); c) melhoria das condições de vida; d) valorizar o Património Cultural Imaterial.

Esse texto deveria ter ido ao encontro das aspirações da população, num processo *bottom-up*, centrando-se igualmente no desenvolvimento económico deste concelho, o que não aconteceu. Neste domínio, denote-se o fraco envolvimento e participação dos habitantes no processo de candidatura a Património da Humanidade, devendo-se essa abstinência ao facto de nem todos terem sido convidados a participar nas sessões de esclarecimento, e de os que lá estiveram nem sempre terem obtido respostas às questões suscitadas (cf. Santos, 2012, p. 47).

Entre 2013 e até 2019, a Ribeira Grande de Santiago não dispôs de nenhum Plano de Gestão, apesar das constantes advertências por parte da UNESCO, que disponibilizou verba para esse efeito. Não obstante, tomaram-se medidas paliativas, nomeadamente melhoria da residência dos seus habitantes e requalificação de espaços públicos, que não foram suficientes para colmatar essa lacuna, apesar de essas e outras recomendações estarem explicitadas em relatórios elaborados com esse fim (cf. Silva, 2021, pp. 130-134). Entre eles, destaque-se o *Cidade Velha – Guia das Normas Urbanísticas* que apresenta as diretrizes das normas construtivas em vigor na Cidade Velha⁵⁸, estando aí explicitadas o tipo de intervenções a efetuar nas zonas declaradas Património Nacional e da Humanidade⁵⁹ (cf. Pato, 2018, pp. 7-38) (Figura 6).



Fig. 6 – Dissonância urbanística (edifícios em segundo plano) e cromática. Foto José Filipe Silva, 2016.

⁵⁸ Deliberação n.º 20/AM/2018, de 13 de julho.

⁵⁹ Incidente sobre a área declarada Património Nacional e da Humanidade, por via da Resolução 5/2009.

Apesar da astenia normativa, a atividade arqueológica continuou. Em 2015, sob a orientação de Virgílio Lopes, e com a participação de alunos da Escola Profissional de Mértola (ALSUD) de habitantes locais e de técnicos cabo-verdianos, em parceria com o Instituto do Património Cultural de Cabo Verde e a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, foi a vez do forte e da ermida de Santo António serem intervencionados, com vista à consolidação das suas ruínas. Entre 2018 e 2019, no âmbito do *Projeto Concha*, executaram-se trabalhos de prospeção subaquática, daí advindo o conhecimento de muitos vestígios fundeados no fundo do mar, que confirmam o seu potencial científico e patrimonial. Paralelamente, foram efetuadas pesquisas no Bairro de São Pedro, nomeadamente na Rua Banana, posteriormente alargadas à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, daí resultando a descoberta de uma capela lateral que se encontrava emparedada.

O Plano de Gestão 2019-2022 foi, em parte, a continuação melhorada do anterior⁶⁰. A adição de um novo critério, assente no binómio turismo e desenvolvimento local, esteve correlacionado com os restantes, conferindo-lhe uma latitude mais abrangente e incidente sobre vetores essenciais na administração de um espaço com estas características. Comparativamente ao seu antecessor, sobressai uma maior amplitude das ações a desenvolver, sendo dado ênfase à participação da população em todo esse processo. Todavia, este documento patenteia debilidades concetuais e imprecisões terminológicas, bastando para isso examinar o proposto em cada um dos eixos estruturantes que o compõem.

Sumariamente podemos apontar algumas delas: no Eixo 2, Programa A, Projeto 1, para além da paisagem urbana histórica deveria também abranger património ambiental; o Programa B, Projeto 1, faz somente alusão à inventariação do património imóvel; o Programa D, Projeto 2, no nosso entendimento, o conceito Cidade-Museu é abstrato, e propõe-se a reconversão museológica dos principais monumentos e ruínas, não fazendo menção a outros bens ambientais e culturais; o Programa D, Projeto 1, não cita o património subaquático (*cf.* Tavares *et al.*, 2018, pp. 97-103).

Conforme o disposto no Eixo V – Investigação, Promoção e Divulgação – do Plano de Gestão 2019-2022, e como corolário dos trabalhos arqueológicos citados, a elaboração da *Carta Arqueológica da Cidade Velha, Património Mundial*⁶¹ transformou-se numa ferramenta primacial para esse fim, isto porque o controlo dessa área classificada «*prefigura-se com o um aspecto particularmente frágil*» (Gouveia, 2015, p.79). potenciador de colocar em causa a exequibilidade de uma política patrimonial coerente e adequada para este Lugar de Memória,

⁶⁰ Estruturado em quatro partes: a) apresentação do Sítio; b) dimensão normativa e legal relativa à proteção internacional, nacional e local; c) dimensão estratégico operacional; d) processo de gestão.

⁶¹<https://ipc.cv/monumento-e-sitio/sitio-historico-cidade-velha-patrimonio-mundial/>

É um inventário permite georreferenciar, identificar e caracterizar os vestígios subaquáticos e terrestres jazentes, quer sítios arqueológicos, nomeadamente estruturas militares e religiosas, quer reminiscências descobertas no subsolo de algumas ruas e áreas do primitivo assentamento⁶², remontantes sobretudo ao século XVI, localizados na Zona Protegida do Sítio Património Mundial (Monteiro *et.al.*, 2020, pp. 300-302).

Num passado recente, salientar a elaboração do Plano Detalhado de Salvaguarda da Cidade Velha⁶³, documento que foi dado a conhecer à população e que ainda está em fase de consulta. A sua aplicabilidade futura será certamente uma ferramenta de gestão abrangente, capaz de assegurar a salvaguarda e valorização do seu património edificado, bem como dos desenhos urbanos e paisagísticos.

5. Considerações finais

Este secular assentamento urbano passou por diversas fases de conformação da sua paisagem, advenientes da importância que teve a primeira cidade erigida pelos portugueses a sul do Trópico de Câncer, e que funcionou como uma placa giratória para a circulação de pessoas e bens e como um laboratório de aclimação/experimentação de seres humanos, fauna e espécimes botânicos provenientes de distintas latitudes.

O estado de morbidez urbanística e populacional a que chegou a determinado momento da sua história, potenciada pela falta de consciência patrimonial, teve consequências evidentes para a sua salvaguarda e valorização ao longo de grande parte do século XX. As medidas legisladas adotadas na I República e no Estado Novo, não foram tendentes a prover os objetivos acima referenciados. Pelo seu dinamismo, a ação desenvolvida pela comissão *Os Amigos da Cidade Velha* merece ser enfatizada. Outrossim, a missão do arquiteto Luís Benavente em Cabo Verde e em particular na Ribeira Grande de Santiago, embora não tão lata como inicialmente prevista, foi importante para a reabilitação de alguns dos seus monumentos farol e pela quantidade de textos produzidos que nos permitem perceber o que fez e o que preconizava fazer.

Os primeiros anos após a independência trouxeram novos desafios à gestão do Sítio. A política patrimonial, apesar de não negligenciada, foi secundarizada, em muito potenciada pela falta de recursos humanos e financeiros. Por essa razão, o estabelecimento de protocolos de cooperação foi fulcral para a prossecução do

⁶² Esta prospeção revelou a existência de várias áreas de risco e de sensibilidade arqueológica que têm de ser acautelados, sob o risco de vermos essas reminiscências desaparecerem e, com elas, parte da história desta secular urbe.

⁶³ Ao qual ainda não tivemos acesso.

desígnio investigacional na Cidade Velha. Os trabalhos desenvolvidos, primeiramente, por arqueólogos portugueses na Sé Catedral é a evidência do explicitado. No entanto, a Autenticidade e a Integridade desse Lugar de Memória estavam seriamente afetadas, pelo que a primeira proposta de candidatura a Património da Humanidade foi recusada pela UNESCO.

Esse foi o momento de viragem na conceção de instrumento de gestão e valorização deste Lugar de Memória, com a intensificação de produção legislativa e dos trabalhos prospeção arqueológica, consequência do reforço do protocolo de cooperação estabelecido com Portugal, de um outro assinado com Espanha e com renomadas instituições de ensino, culminando todo esse trabalho, em 2009, com a classificação Ribeira Grande de Santiago a Património Mundial.

Porém, e se os primeiros anos após esse momento foram de uma efetiva proatividade no que respeita ao cumprimento do estipulado, posteriormente, esse labor não tem tido a cadência desejada, em razão, da não existência de uma estratégia plenamente definida, sendo a evidência mais flagrante a falta de um Plano de Gestão, o que neste momento acontece em muitos sítios culturais vivos e com evidentes dissonâncias na sua gestão, urbanísticas, de manutenção da sua pureza arquitetural, apropriação indevida dos bens patrimoniais, de vivência quotidiana ou de índole interpretativo patrimonial, sem ser concebida numa perspetiva holística, incidente tanto sobre os bens naturais como culturais.

Nesse sentido, a ideia de deslocar população residente para novas áreas urbanas próximas, como já foi pensado, é coartar essa envolvência mágica e afastar os portadores da memória do seu *habitat* natural, é potenciar a especulação fundiária e a gentrificação, o que só favorece a existência de um Património sem Humanidade, e o seu duplo estatuto – Património Nacional e Património da Humanidade – não merece esse êxodo.

Para finalizar, podemos questionar: que Património da Humanidade queremos para a Ribeira Grande de Santiago? Esperemos que a ação edaz do tempo e, principalmente, a incúria do Homem não se sobreponham ao seu Valor Universal Excecional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT – FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 2, 25 de março de 1960.

ANTT – FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 1, [n.d.] [c. 1962].

ANTT – FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969.

ANTT – FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [n.d.] [c. 1971].

Fontes Publicadas

Portaria n.º 40, de 8 de abril de 1922, Boletim Oficial da Província de Cabo Verde, n.º 14.

Decreto n.º 20:985, 7 de março de 1932, Diário de Governo, I Série, n.º 56.

Decreto n.º 41 787, 7 de agosto de 1958, Diário do Governo, I Série, n.º 172.

Despacho n.º 16, de 5 de setembro de 1959, Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 36.

“Orçamento da receita ordinária e extraordinária da província de Cabo Verde para o ano económico de 1959”, de 31 de dezembro de 1958, Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, suplemento, I Série.

Despacho do Gabinete do Primeiro-Ministro, Boletim Oficial de Cabo Verde, 4.º Suplemento, n.º 51, I Série, de 23 de dezembro de 1978.

Decreto-Lei n.º 48/II/84, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 52, de 31 de dezembro.

Decreto n.º 146/87, de 26 de dezembro, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 52.

Decreto n.º 31/90, de 5 de maio, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 18.

Decreto n.º 121/90, de 8 de dezembro, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 49.

Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série – n.º 52.

Edital n.º 4/93, de 27 de abril, Câmara Municipal da Praia.

Decreto n.º 11/97, de 21 de abril, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série – n.º 15.

Decreto-Lei n.º 22/2005, de 21 de março, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série – n.º 12.

Resolução n.º 5/2009, de 16 de março, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série – n.º 11.

Resolução n.º 6/2009, de 16 de março, Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série, de 16 de março – n.º 11.

Resolução n.º 7/2009, de 16 de março, Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série – n.º 11.

Resolução n.º 14/2009, de 2 de junho, Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série – n.º 22.

Resolução n.º 4/2012, de 25 de janeiro, Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série – n.º 4.
 Deliberação n.º 20/AM/2018, de 13 de julho, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, II Série – n.º 47.
 Resolução 65/2018, de 10 de julho, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série – n.º 46.
 Lei n.º 85/IX/2020, de 20 de abril, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série – n.º 49.

Cartas Patrimoniais e Relatórios

GRACIAS, J. B. (1922): *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional.
 CARVALHO, C. & AKIBODÉ, C. S. (2008): *Plano de Gestão 2008-2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande*. Praia, Ministério da Cultura.
 TAVARES, A. (et.al.) (2018): *Cidade Velha, Património Mundial. Plano de Gestão 2019-2022*. Praia: Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas.
 UNESCO (2009): *Advisory Body Evaluation. Cidade Velha (Cape Verde) n.º 1310*. Paris, UNESCO.

Estudos

BARCELLOS, C. J. S. (2003): *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, partes I e II, 2.ª edição. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
 BRÁSIO, A. (1960): “Monumentos Sacros de Santiago”. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano XI, 130, pp. 28-31.
 CUSTÓDIO, J. M. R. (2008): “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*. [Tese de Doutoramento, inédita]. Universidade de Évora.
 FERNANDES, J. M. (2017): “Luís Benavente, Arquitecto. Trabalhos em África nos anos 1950-1960”. In J. R. dos SANTOS (coord.): *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património português no mundo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 89-108.
 FIGUEIREDO, J. de (1959): “A Fortaleza Real de S. Filipe e o seu restauro”. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano X, 113, pp. 13-17.
 FIGUEIREDO, J. de (1960): *Catálogo da Exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago*. Lisboa: Edições Henriquinas.
 FUNDAÇÃO JOÃO LOPES (2015): *Cidade Velha. Ribeira Grande de Santiago*. Praia: Publicom [71 pp.].
 GOUVEIA, H. C. (2015): “Museologia e Arte Contemporânea em Cabo Verde. Valorização do Sítio Cultural da “Cidade Velha”. *Sumara – Revista da Fundação João Lopes*, 1 (1), pp. 63-101.

- GRUPO DOS AMIGOS DA CIDADE VELHA (1957): “O último Governador na Ribeira Grande”. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano IX, 98, pp.11-13.
- MARIZ, V. F. (2012): “O restauro do pelourinho da Cidade Velha – Cabo Verde (1962-1970). Um processo de legitimação e consagração da memória”. *Africana Studia (Revista Internacional de Estudos Africanos)*, 18, pp. 225-248.
- MARIZ, V. F. (2016): A “Memória do Império” ou o “Império da Memória”. *A Salvaguarda do Património Arquitectónico Português Ultramarino (1930-1974)*. [Tese de Doutoramento, inédita]. Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras.
- MARIZ, V. F. (2017): “Inventário, classificação, conservação, restauro e divulgação de monumentos nacionais em Angola e Moçambique (1922-1974)”. In J. R. dos SANTOS (coord.): *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, pp. 67-87.
- MONTEIRO, J. (1950): “Ribeira Grande, a cidade que desapareceu”. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano I, 4, pp. 7-8.
- MONTEIRO, J., TAVARES, N. P., VEIGA, S. de, RAMOS, C., BRITO, E., CARVALHO, C., MOREIRA, F. & TAVARES, A. (2020): “Carta Arqueológica da Cidade Velha. Uma primeira abordagem”. In J. M. ARNAULD, C. NEVES & A. MARTINS (eds.): *Arqueologia em Portugal – 2020 Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses / CITCEM, pp. 297-310.
- PATO, A. (2018): *Cidade Velha: Guia de Normas Urbanísticas*. Villefontaine: CRAterre Editions.
- PEREIRA, D. A. (2009): *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, 2.^a Edição. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- PIRES, F. de J. M. dos R. (2004): *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-formal do espaço urbano séc. XV-XVIII*. Praia: Universidade de Cabo Verde.
- RODRIGUES, N. P. (2017): *Inventário arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural*. [Dissertação de Mestrado, inédita]. Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras.
- SANTOS, C. E. de S. da C. dos (2015): *A Cidade da Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*. [Tese de Doutoramento, inédita]. Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, F. L. G. M. dos (2012): “Cidade Velha, Património Mundial e Medidas Arquitectónicas”. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, 4, pp. 41-57.
- SILVA, A. L. C. (2001): “Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades”. In M. E. M. SANTOS (coord.): *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, pp. 1-66.

- SILVA, J. F. P. N. da (2021): *Ribeira Grande de Santiago. Estratégia patrimonial e museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas*. [Tese de Doutoramento, inédita]. Universidade de Évora.
- SOUSA, H. T. de (1957): “Cidade Velha, cidade esquecida”. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano VIII, 90, p. 3.
- WIECZOREK, J. P. (1990): *Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha*. Paris: UNESCO.

A cidade-adega como recurso patrimonial e turístico. Um estudo comparativo entre a Andaluzia e o Alentejo

Sheila Palomares-Alarcón¹

Resumo

Durante o século XIX e início do século XX na Andaluzia e no Alentejo existiram povoações onde as adegas e outras instalações complementares viriam a ocupar uma elevada percentagem do espaço urbano: são denominadas como cidade-adega. No entanto, a crise vitivinícola provocada pela filoxera no final do século XIX, que se prolongou durante os primeiros anos do século XX, obrigou muitas adegas e fábricas de destilação de fruta a cessar a sua atividade no sul de Espanha e de Portugal. Outras sobreviveram ao longo do tempo e chegaram mesmo até aos nossos dias. O objetivo deste artigo é, por um lado, analisar como são arquitetonicamente as adegas históricas nas cidades-adega na Andaluzia e no Alentejo, se existem semelhanças entre os dois países, e, por outro lado, mostrar como são um recurso patrimonial e turístico na atualidade.

Palavras-chave

História da arquitetura, Adegas, Vinho, Andaluzia, Alentejo

¹ Investigadora postdoctoral Margarita Salas. Universidad de Jaén (Espanha). Email: sheila@uevora.pt.

The town-wineries as a Heritage and Tourism Resource. A Comparative Study between Alentejo and Andalusia

Abstract

During the 19th and early 20th centuries in Andalusia and the Alentejo there were towns where wineries and other complementary facilities came to occupy a high percentage of the urban space: they are known as town-wineries.

However, the wine crisis caused by phylloxera at the end of the 19th century, which extended into the early 20th century, led to the closure of many wineries and fruit distilleries in southern Spain and Portugal. However, some managed to survive and continue operating to this day.

The main aim of this paper is twofold: first, to analyse the architectural characteristics of the historical wine cellar in some town-wineries in Andalusia and Alentejo, whether there are similarities between the two countries, and second, to assess their current state and potential as heritage and tourism resources.

Keywords

History of architecture, Wineries, Wine, Andalusia, Alentejo

1. Introdução. *La ciudad bodega*. A cidade-adega

José María Aladro introduziu pela primeira vez o termo “ciudad bodega” (em português cidade-adega) num artigo intitulado «La colmatación del Ejido, siglos XVIII-XIX: hacia la transformación de Jerez en ciudad-bodega», publicado em 2007. O autor salienta que, na cidade de Jerez (Cádiz, Espanha) em cem anos, os edifícios das adegas se tornaram os únicos actores da nova cidade e o caminho de ferro, o meio de transporte principal, sendo figurativamente o proprietário do espaço público e, portanto, da cidade.

A cidade conventual que surgiu em meados do século XVIII foi abruptamente substituída. Jerez, a sua economia, a sua população e a sua estrutura urbana, giravam agora em torno de uma nova realidade sócio-económica ao serviço da qual se encontravam equipamentos, infra-estruturas e o próprio espaço urbano, uma cidade vinícola, cujo futuro estava indissociavelmente ligado ao da própria indústria vinícola (Aladro, 2007, p. 273).

O autor volta a explorar o termo cidade-adega na sua tese de doutoramento de 2012, na qual especifica que na cidade-adega, as adegas e outras instalações complementares (tanoarias, alambiques, balcões,...) viriam a ocupar uma elevada percentagem do espaço urbano; definindo também, ao longo do tempo, grandes complexos semi-urbanos, com amplos espaços interiores, que constituiriam fragmentos relevantes da estrutura da cidade [...]. Jerez ao longo da segunda metade do século XIX tornar-se-ia uma cidade-adega, uma estrutura urbana ao serviço da indústria vinícola (Aladro, 2012, p. 8).

A cidade-adega não é um termo que analisa a cidade do ponto de vista do património, mas do ponto de vista da caracterização do espaço urbano. De acordo com Françoise Choay, entre 1850 e 1950, três termos caracterizavam o ambiente urbano: a cidade, o planeamento urbano e a tecnologia. Dos dois primeiros, amplamente estudados, a autora recorda o seu significado original. Para o terceiro, a autora adopta “uma abordagem mais factual do que semântica, com o objetivo de realçar a ligação insuficientemente reconhecida entre a tecnologia e a cidade e fazer do termo uma palavra-chave na esfera urbana” (Choay, 2004, p. 62).

Destaca, em particular, três elementos no citado período: 1. A construção, através da qual foram explorados novos materiais que contribuíram para transformar os edifícios em objectos técnicos; os equipamentos mecânicos e eléctricos, como os elevadores e os aparelhos de ar condicionado, que permitiram um tipo de construção em altura; e a industrialização dos edifícios, normalizada, que facilitou o crescimento das periferias das cidades. 2. Os transportes. A partir de 1850, o

comboio permitiu a mobilidade de massas e, mais tarde, o elétrico e o metro permitiram o desenvolvimento da densificação das cidades. A partir de 1930, o automóvel aumentou ainda mais a mobilidade, utilizando redes rodoviárias mais extensas, e a aeronáutica contribuiu para fixar os grandes nós urbanos. 3. As telecomunicações. O telégrafo, a rádio e o telefone permitiram alargar o campo de ação dos habitantes e a estrutura do seu comportamento (Choay, 2004, p. 64).

Françoise Choay dizia que a arquitetura que operava à escala local desapareceu (2004, p. 72). No entanto, no caso das cidades-adega, estas arquiteturas que funcionavam a uma escala local ainda existem. Poderíamos dizer que o termo cidade-adega descreve uma cidade que funciona como uma grande adega na qual a tecnologia desempenha um papel fundamental seja na própria construção seja nos sistemas de transporte. É necessário acrescentar que as diferentes técnicas de produção de vinho são imprescindíveis nesta arquitetura uma vez que estas condicionam a localização e a caracterização dos espaços arquitectónicos.

É de notar que o termo cidade-adega não é sinónimo de cidade do vinho, embora existam cidades-adega que também são conhecidas como cidades do vinho. As cidades do vinho são dominadas pela indústria e pela cultura do vinho na sua economia, o que não significa que as adegas estejam localizadas no centro da cidade ou que sejam históricas.

As cidades do vinho são representadas em Espanha pela Asociación Española de Ciudades del Vino, ACEVIN, constituída em 1994, e da qual fazem parte 50 municípios, tem entre as suas principais linhas estratégicas de trabalho a promoção da cultura e do turismo do vinho como estratégia de desenvolvimento local e de criação de riqueza e emprego (Sánchez, 2007, p. 6).

No caso de Portugal, a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) é, desde 2007, o porta-voz dos municípios com tradição vitivinícola. Um dos projectos que estão a desenvolver é o projeto “Cidade do Vinho”, que “tem como objetivo valorizar a riqueza, a diversidade e as características comuns dos territórios associados à cultura do vinho e de todas as suas influências na sociedade, na paisagem, na economia, na gastronomia e no património” (AMPV, n.d.). No âmbito deste projeto, desde 2009, várias cidades têm recebido anualmente o título de Cidade Portuguesa do Vinho, promovendo uma série de actividades culturais ligadas ao vinho com o objetivo de sensibilizar a população.

Os estudos realizados por José María Aladro permitiram-nos saber que Jerez pode ser considerada uma cidade adega, tal como El Puerto de Santa María, ambos os municípios situados na província de Cádiz. Para além disso, a investigação levada a cabo pela autora deste artigo no Arquivo da Direcção Regional do Ministério da Economia (ADRME) onde pôde consultar numerosos processos de estabelecimentos industriais do Alentejo, constatou que Reguengos de Monsaraz se tornou uma

cidade-adega na década de 1930. Além disso, na Andaluzia, depois de assistir e consultar os fundos documentais da *Fundación Biblioteca Manuel Luque*, outra das cidades-adega que pode ser mencionada é Montilla, situada na província de Córdoba.

Neste contexto algumas das questões que motivaram a presente investigação e às quais este artigo pretende dar resposta são: como eram arquitetonicamente as adegas nas cidades-adega na Andaluzia e no Alentejo? Existem semelhanças entre os dois países?

Partindo da hipótese de que já no século XIX e no início do século XX existiam cidades-adega nestes territórios, procedeu-se a um levantamento bibliográfico exaustivo da arquitetura vinícola no sul de Espanha e Portugal para identificar possíveis casos de estudo, bem como a uma importante pesquisa em inventários e bases de dados *online*.

Uma vez compilada e analisada a informação bibliográfica, foi efectuada uma pesquisa de fontes documentais em várias bibliotecas municipais: Reguengos de Monsaraz, Montilla, Jerez e El Puerto de Santa María. Também foi importante a pesquisa de mapas históricos como no *Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya* e de os processos (cancelados) de indústrias no Arquivo da Direção Regional do Ministério da Economia (ADRME).

Os critérios para a seleção dos casos de estudo foram os seguintes: a) tratar-se de adegas históricas construídas no século XIX ou no início do século XX; b) estarem situadas em cidades-adega na Andaluzia e no Alentejo; c) as obras de manutenção e de reabilitação realizadas ao longo dos anos não terem alterado a sua configuração original; d) produzirem vinho e poderem ser visitadas atualmente para serem estudadas em primeira mão no trabalho de campo.

2. A produção de vinho na Andaluzia e a arquitetura das suas adegas

A crise vitivinícola provocada por diferentes pragas que afectaram as vinhas no final do século XIX, entre as quais a filoxera, levou a uma diminuição da produção de vinho e, conseqüentemente, muitas adegas que produziam vinho ou destilavam fruta cessaram a sua atividade no sul de Espanha e também em Portugal. No entanto, algumas adegas resistiram ao tempo e a tradição vitivinícola manteve-se nas cidades-adega de Jerez de la Frontera ou o El Puerto de Santa María, em Cádiz.

Os vinhos produzidos nestas cidades são principalmente vinhos fortificados, secos e doces², cujo processo de produção³ é diferente da produção de vinhos tintos, brancos e rosés. Para obter vinhos fortificados, as uvas, depois da vendimia, são levadas para os lagares⁴, situados na própria vinha ou nos arredores das cidades, onde são esmagadas e o mosto é extraído por pressão⁵.

O mosto obtido é transferido para grandes cubas cilíndricas de aço inoxidável (embora o seu material e forma dependem da localização)⁶, onde tem lugar a fermentação alcoólica, que se divide em duas: a fermentação tumultuosa e a fermentação lenta. Uma vez terminada a fermentação, o mosto é transferido para pipas de madeira, no interior das quais é deixado um espaço vazio correspondente a 1/6 da sua capacidade, onde se gera o véu floral que cobre a superfície do vinho⁷.

As características arquitectónicas que as adegas devem ter para que a flor se desenvolva são muito importantes. Entre outras coisas, devem ter em conta a estabilidade da temperatura e da humidade, bem como o volume de ar.

O envelhecimento em pipas para o envelhecimento do vinho fino é efectuado num sistema denominado *soleras* e *criaderas*, que consiste em colocar as pipas umas sobre as outras em níveis. As que estão em contacto com o solo são denominadas *soleras*, e as que estão em cima são denominadas 1.^o *criaderas*, 2.^o *criaderas*, etc. O vinho é colocado no interior, classificado por idade, de modo a que o vinho mais velho seja colocado na solera e o mais novo na última *criadera* (a que está no topo).

Todos os anos é extraída uma quantidade de vinho da *solera* a engarrafar e a *solera* é reabastecida com a mesma quantidade de vinho extraída do barril imediatamente superior (1.^a *criadera*); o mesmo é feito para a 2.^a *criadera* e para a 3.^a *criadera*, sendo esta última reabastecida com o vinho do ano. Este processo dura, no mínimo, três anos (Yravedra, 2003, pp. 52-56).

² Não é objetivo deste estudo analisar o processo de produção destes vinhos. Trata-se apenas de uma síntese do processo para melhor compreender a sua arquitetura.

³ Não é objeto desta investigação estudar as fases de produção do vinho, embora se tenha considerado necessário descrevê-las brevemente, uma vez que a conceção da arquitetura dependerá delas. Para mais informações sobre a produção de vinho, ver, por exemplo: Almeida (1870), Manoel (1900) o Costa (1900).

⁴ Note-se que o termo *lagar* é utilizado para designar o local onde as uvas são esmagadas, ao passo que, em português, um *lagar* é um *lagar* de azeite. Em Montilla-Moriles, chama-se normalmente *lagar*; na região de Jerez, chama-se *casa de viña* ou *viña* (Aladro, 2019, p. 15).

⁵ Sobre as máquinas e as diferentes prensas, ver: Silva & Montes (2013).

⁶ Em Portugal, por exemplo, a fermentação do vinho pode ser efectuada em cubas de betão, em bombas ou em ânforas argelinas. Nas adegas DOP Montilla-Moriles, a fermentação é igualmente efectuada em cubas cilíndricas de betão.

⁷ Em Jerez de la Frontera, a flor não está disponível durante todo o ano de forma permanente, e o vinho generoso obtido é denominado *fino* (Yravedra 2003, pp. 55-56).

Que elementos arquitectónicos caracterizam estas adegas? Muito simplesmente, as bodegas de criação são aéreas⁸, térreas e muito altas, muito esguias, com uma única nave ou várias naves ligadas entre si por pórticos com arcadas. De acordo com Murillo (2023, p. 194) existem três modelos tipológicos de adega: adega-habitação, basilical e claustral. Estes podem-se combinar e formar adegas duplas ou grandes complexos. Algumas destas adegas, que foram construídas durante o século XIX e início do século XX, são chamadas catedrais do vinho⁹.

Conviene precisar que as adegas, entendidas como edifícios autónomos, são construções de raiz vernacular que teriam evoluído a partir de um tronco comum em paralelo com outras referências arquitectónicas como as cillas ou os lagares de azeite (Aladro, 2019, p. 14). São construções que utilizam os materiais do lugar para a sua construção e normalmente os mestres são desconhecidos.

A sua escala, o tratamento tridimensional do edifício, a disposição dos vãos exteriores, os materiais e a cor do revestimento exterior são os mesmos que os utilizados noutras tipologias arquitectónicas, nomeadamente semelhantes às habitações, o que faz com que estas adegas se integrem na paisagem urbana e passem por vezes despercebidas.

Um dos recursos nos que se pode observar a importante presença das adegas nestas cidades são os mapas turísticos. Por exemplo, no mapa de Jerez publicado em 1884 (Figura 1) ou em El Puerto de Santa María, que em 1889 foi publicado um mapa no qual se destacavam e publicitavam numerosas adegas (Murillo & Aladro, 2020). Estes mapas de cidades turísticas pouco diferem (em termos de conteúdo) dos que hoje podemos consultar em ambas as cidades ou noutras menos conhecidas internacionalmente, mas com grande tradição vitivinícola, como Montilla, na província de Córdoba (Espanha).

⁸ No entanto, há excepções, como a Bodega Cruz Conde de Montilla (1902) que possui uma cave de envelhecimento subterrânea espaço abobadado.

⁹ Existem numerosas adegas localizadas em Jerez de la Frontera, El Puerto de Santa María e Sanlúcar de Barrameda («Triângulo de criação» (Murillo & Aladro, 2017, p.49) que foram objeto de análise e investigação por diferentes autores, tais como: Yravedra (2003), Aladro (2010, 2011, 2019) ou Murillo (2018). Mantendo a mesma tipologia, embora em menor escala, temos as adegas de Montilla-Moriles, Cruz (2001).

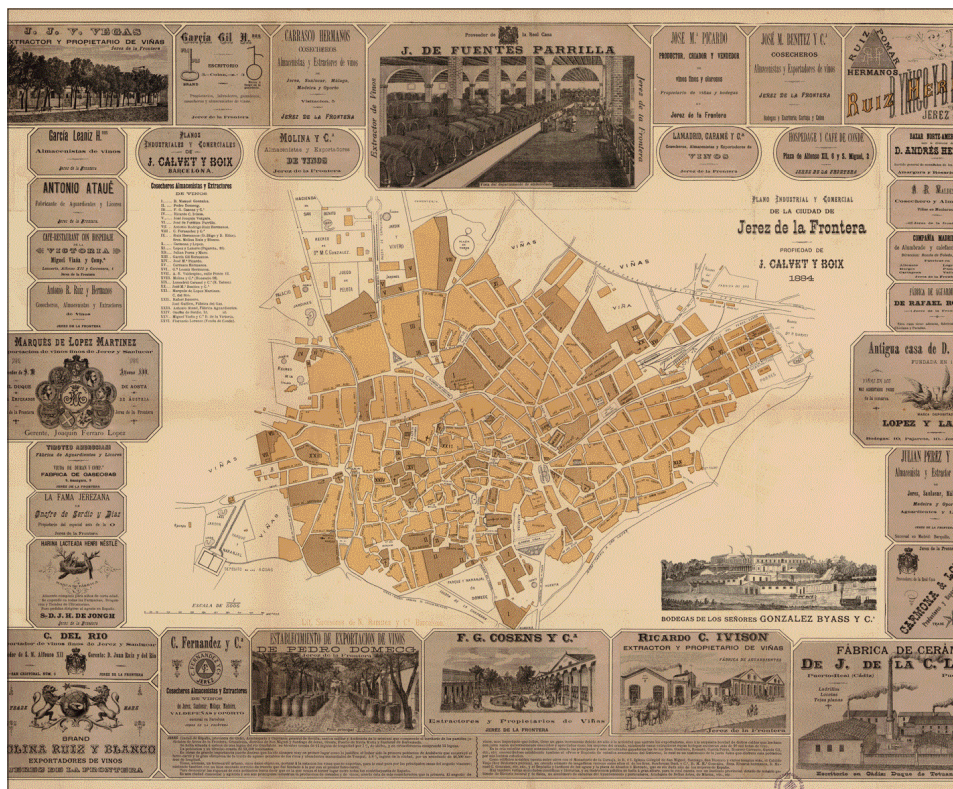


Fig. 1 – Plano industrial y comercial de la ciudad de Jerez de la Frontera / propiedad de J. Calvet y Boix. 1884 (Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya, Registro: RM.73679. <https://cartotecadigital.icgc.cat/digital/collection/espanya/id/2377/>)

Atualmente, muitas destas adegas emblemáticas diversificaram a sua atividade industrial e podem ser visitadas. Algumas delas apresentam as adegas de envelhecimento como um museu, noutras é possível ver também parte do processo de vinificação. A isto chama-se enoturismo¹⁰ e mostram-se alguns exemplos a continuação.

2.1 Bodegas Osbone, El Puerto de Santa Maria (Cádiz)

A Bodega Osborne (adega Osborne) (Figura 2) é uma das duas empresas que ainda mantêm a atividade de envelhecimento do vinho (Murillo, 2018, p. 170) naquela que foi a primeira expansão industrial em Espanha destinada à indústria vinícola: Campo de Guía¹¹ (Murillo & Aladro, 2017, p. 49). Foi o primeiro complexo vinícola construído nesta extensão por Manuel Moreno de Mora. É composto por duas zonas distintas e várias adegas construídas entre 1829 e 1860.

¹⁰ Ver, por exemplo: Acha (2016).

¹¹ Para mais informações sobre o Campo de Guía, ver: Murillo (2023; 2018).

A Bodega de Mora (1830) é um dos edifícios de proteção integral (nível 4) do Plano Geral de Urbanização de El Puerto de Santa María (Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 2015) e o seu jardim está inscrito no Catálogo Geral do Património Histórico Andaluz (IAPH, n.d.). De acordo com o Plan Especial de Protección y Reforma Interior del Conjunto Histórico y su Entorno (PEPRICHEYE), a Bodega de Mora destaca-se pelo seu grande interesse histórico devido à sua utilização original. Qualidade espacial do seu interior, típica da tipologia vinícola (Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 2021).

Parte das suas instalações foi renovada para as adaptar à experiência turística. Assim, existe uma área para degustações, uma loja, um restaurante e uma área de exposições, que em 2016 acolheu, por exemplo, a exposição: «Hispania Nostra. 40º aniversário. Reconhecer o Património Espanhol na Europa». Para além disso, num dos alpendres existe uma exposição de maquinaria, provavelmente do início do século XX, com prensas, filtros, etc., devidamente sinalizada.

Uma área da adega Maria Manuela (1841) foi restaurada e a Fundação Osborne transformou-a num espaço cultural chamado “Galeria Toro”, onde estão expostos os elementos mais representativos da marca: os relacionados com a sua fundação em 1772, bem como os do touro Osborne¹² criado em 1956.



Fig. 2 – Bodegas Gonzalez Byass, Jerez de la Frontera. Exterior
(Fotografia: © S. Palomares-Alarcón, 2016).

¹² Os touros de Osborne de Santa Elena (Jaén), Córdoba e Benahadux (Almería) estão inscritos no Catálogo Geral do Património Histórico como Monumentos desde 2011. Ver: Decreto 149/2011; Decreto 150/2011 e Decreto 151/2011.

De referir que o trabalho de divulgação da fundação passa também pela disponibilização ao público, através do seu sítio web, de documentação histórica sobre a empresa, como documentos históricos, fotografias, anúncios, rótulos e vídeos (Fundación Osborne, n.d.).

2.2 Bodegas Alvear, Montilla (Córdoba)

Outra das muitas adegas onde se pode fazer uma visita guiada numa cidade-adega da Andaluzia para mergulhar no mundo da cultura do vinho é a Bodegas Alvear (adega Alvear) na cidade-adega de Montilla (Córdoba), onde também se pode ver parte do processo de vinificação.

Já na primeira metade do século XVIII existem referências às adegas de Alvear e no resumo do património da família Alvear-Ward em 1861, aparece uma bodega anexa à sua casa no centro de Montilla (Fuentes, 1995, p. 95), um lugar diferente daquele que esta adega ocupa atualmente.

Não se sabe quando foi construída exatamente a adega Alvear. Dadas as características arquitectónicas que definem a adega *La Monumental* (AA.VV., 1993, p. 306) (Figura 3), construída com interessantes pórticos de secção retangular de tijolo maciço e coberturas de madeira reforçadas com esteios, ou metálicas, é provável que tenham sido construídas no início do século XX¹³. Num dos clássicos portões de entrada, talvez construído como parte de uma ampliação posterior, lê-se 1943.

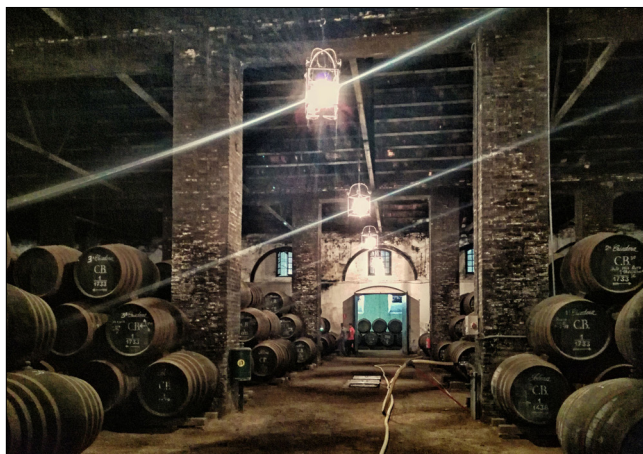


Fig. 3 – Bodegas Alvear, Montilla. Interior de la bodega La Monumental (Fotografia: © S. Palomares-Alarcón, 2018).

¹³ Para saber mais sobre a arquitetura de ferro deste período ver: Palomares (2024).

A adega Alvear trata-se de um complexo industrial constituído por vários armazéns muito compridos, de planta retangular, com um piso de altura, muito delgados no interior e com telhados de duas águas. Alguns deles são caiados de branco no exterior e têm coberturas metálicas com mísulas decorativas, muito utilizadas nas estações de caminho de ferro e noutros edifícios industriais construídos no início do século XX.

Deste período julga-se ser de particular interesse o edifício onde se encontram os tanques de fermentação em betão (Figura 4). Trata-se de um espaço aberto, com cobertura de duas águas com uma estrutura metálica muito leve, com vigas metálicas e abóbadas cerâmicas, caiadas de branco, com várias janelas rectangulares protegidas por estores para controlar a luz. Este espaço está dividido em dois pisos com pavimento em madeira, mas apenas o primeiro piso é acessível, para que se possa visitar a parte superior dos tanques.

Durante a visita, podem também ser vistas no exterior, num alpendre, prensas hidráulicas, prensas de gaiola de madeira, motores e outras máquinas provavelmente utilizadas durante as primeiras décadas do século XX.

Parte das suas instalações foram remodeladas e adaptadas para receber turistas, existe uma loja e uma sala de provas de vinhos. Para além disso, tal como nas Bodegas Osborne, aqui podem realizar-se eventos.



Fig. 4 – Bodegas Alvear, Montilla. Bodega de fermentación (Fotografia: © S. Palomares-Alarcón, 2018).

3. A produção de vinho no Alentejo e a arquitetura das suas adegas

Em 1900, o engenheiro Bernardino Costa já destacava a cultura da vinha e os importantes progressos da indústria vinícola no Alentejo em todas as suas províncias: Portalegre, Évora e Beja. Reconhecia também os diferentes tipos de vinho produzidos, «muitos são excelentemente constituídos e de óptimo fabrico, rivalizando com os melhores vinhos genuínos de outras regiões de Portugal» (Costa, 1900, p. 382).

Nesta região se produzem sobretudo vinhos tintos, brancos e rosés. Depois de as uvas serem levadas para o lagar, a operação seguinte a efetuar é a piza, ou seja, o esmagamento das uvas para a saída do mosto. Esta operação, que tradicionalmente era efectuada com os pés, podia também ser feita com esmagadores manuais ou mecânicos, sendo comuns para o vinho as prensas mecânicas e as prensas hidráulicas (*Indústria Portuguesa*, julho de 1928, p. 33). A piza era feita nos tanques, que podiam ser de mármore, alvenaria ou ferro esmaltado, de forma retangular e com 50-60 centímetros de altura.

O mosto obtido era deixado no tanque ou levado para os balseiros (barris) para fermentar (a piza também podia ser feita nos balseiros). Por fim, era armazenado na adega.

No Alentejo, a fermentação também se fazia, e ainda se faz, por vezes, em talhas de barro, que são também utilizadas para posterior armazenamento. Estas peças, de várias formas e tamanhos que podem atingir os dois metros de altura, são feitas de barro poroso e impermeabilizadas com pez louro, um pigmento feito de resina de pinheiro (Carvalho, 2015, p. 47). São características das adegas alentejanas.

Para além disso, estas peças de cerâmica feitas à mão dão o nome ao Vinho de Talha, cujo processo de produção se mantém praticamente inalterado há mais de 2000 anos. Embora existam diferentes variantes sobre a forma de produzir este vinho, muito resumidamente consiste em: depois de esmagadas as uvas numa mesa de ripanço, são colocadas nas talhas onde iniciam a sua fermentação. Nesta altura, as películas das uvas sobem à superfície do recipiente, criando uma massa sólida chamada manta. Com uma vara de madeira, uma pessoa mexe-as várias vezes ao dia, forçando a massa a misturar-se com o vinho até que a fermentação termine e a massa fique no fundo da talha. Junto à base, é colocada uma torneira por onde escorre o vinho, que é depois reintroduzido na talha para ser novamente filtrado (através da massa de uvas) tantas vezes quantas forem necessárias até estar pronto¹⁴. Este vinho, esta técnica, deixou de ser produzido para consumo próprio para ser objeto de uma candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO (Baiôa e Santos, 2018, pp. 58-60).

¹⁴ O vinho pode ser tinto ou branco (Baiôa e Santos, 2018, pp. 59-60).

As talhas encontram-se tanto nas tabernas como nas adegas. As tabernas, consoante a zona, são também designadas por tascas ou adegas, e estão associadas à produção de vinho, ou pelo menos ao seu armazenamento. Originalmente, vendiam apenas vinho ou aguardente, mas com o tempo evoluíram, tornando-se cafés e vendendo também petiscos¹⁵ (Ramos, 2010, p. 40). Nas adegas as talhas podem ser utilizadas para produzir ou para armazenar o vinho, fazendo parte do processo industrial. Caso contrário, o vinho era também armazenado durante este período em depósitos metálicos ou de betão.

Embora nos últimos anos várias publicações tenham se debruçado sobre as adegas no Alentejo e a promoção do enoturismo¹⁶, nos registos consultados no Registo do Trabalho Nacional (RTN) da 4ª Circunscrição Industrial (CI) elas não aparecem como tal. As destilarias sim, que normalmente se localizavam no interior das adegas, pois a aguardente era utilizada para fortificar os vinhos tintos (Maduro, 2019, p. 16).

A análise destes registos permitiu por um lado, conhecer que dão o elevado número de destilarias instaladas em Reguengos de Monsaraz nos anos 30 do século XX, esta poderia ser considerada uma cidade-adega, e, por outro lado, reconstituir os tipos de adegas mais comuns no Alentejo. De um modo geral, estamos perante arquiteturas de grandes proporções, adegas urbanas, com acesso direto a partir da rua, quer de uma o diferentes portas.

Por um lado, vemos uma típica adega térrea, de planta retangular, com uma fachada de cerca de 11 m e uma profundidade de 22 m; com um pátio nas traseiras onde se situava a destilaria. Tratando-se de uma construção entre paredes, a única luz e ventilação que recebia era a da fachada principal ou a das traseiras do pátio. O telhado de duas águas era de metal ou madeira, coberto de telhas cerâmicas. Existem adegas de um só piso sem pilares intermédios, e outras de dois pisos com pilares intermédios e coberturas apoiadas em pórticos com arcos segmentares, geralmente de tijolo maciço.

Por outro lado, podemos ver adegas com uma ampla fachada de cerca de 31 m de comprimento, com vários edifícios rectangulares no mesmo terreno em torno de um ou mais pátios e vários acessos à rua. Este tipo de adega permite o acesso de veículos diretamente do exterior, pelo que se trata de uma adega com maior capacidade de produção. Destaca-se a simetria na sua composição e a destilaria situa-se na parte posterior do edifício, junto ao pátio. Isto pode dever-se a vários factores: a) A utilização do pátio como espaço de expulsão das águas residuais do processo de destilação; b) A proximidade do pátio foi utilizada para ventilar diretamente o espaço. Recorde-se que na destilação são atingidas temperaturas elevadas para

¹⁵ As tabernas não são objeto da presente investigação. Sobre elas, ver: Ramos (2010).

¹⁶ Ver, por exemplo: Vale e Madeira (1991), Almeida (2014), Coelho (2014) o Carvalho (2015).

aquecer o bagaço, pelo que, estando perto do pátio e longe da adega, a temperatura no interior da adega não era alterada; c) A água era necessária para a destilação e o tanque podia ser colocado no pátio. Este podia ser facilmente enchido se houvesse, por exemplo, um poço.

Salvo raras exceções, as adegas construídas até aos anos 50 do século XX foram realizadas por construtores e mestres-de-obras¹⁷ ao gosto e iniciativa do promotor.

As adegas de um só edifício albergam normalmente as cubas e as pipas onde se efectua a fermentação na primeira sala, e as cubas onde o vinho é armazenado na segunda sala. No caso das adegas que têm vários módulos, um deles seria utilizado para o esmagamento e fermentação e o outro para o armazenamento. Ambas têm poucas janelas, e as que existem são pequenas, para garantir que a temperatura interior seja a mais constante possível, de modo a não danificar o vinho.

As adegas encontram-se quer no interior das localidades, em edifícios isolados ou entre muros (não estão necessariamente na periferia das localidades, pois por vezes foram absorvidas pelo crescimento da cidade), quer integradas nos diferentes espaços existentes nas quintas, herdades e montes.

Especialmente durante as primeiras décadas do século XX, as adegas eram arquitecturas que tomavam elementos da arquitetura popular, passando por vezes mesmo por uma casa ou pela sua garagem, escondendo atrás de um portão um espaço de grande qualidade arquitetónica e espacial. São construções de raiz vernacular que utilizam os materiais e as cores do lugar para a sua construção o que faz com que estas adegas se integrem na paisagem urbana.

Pouco se sabe sobre as fundações ou a estrutura de suporte de carga das adegas. Foram observados edifícios com 10-11 metros de largura, sem apoios intermédios, cobertos por treliças de madeira ou metálicas e outros com pórticos de pilares e arcos de tijolo sobre os quais assentam as coberturas inclinadas. Outras vezes, são espaços abobadados com abóbadas de berço ou de aresta, de material cerâmico, e pilares intermédios.

3.1 Adega José de Sousa, Reguengos de Monsaraz

No Alentejo existiam muitas adegas urbanas e nas quintas, no entanto, não são muitas as que se mantiveram ao longo do tempo, preservando todo o processo histórico de produção e ao mesmo tempo adaptando-se às novas tecnologias. Neste contexto, é de referir a adega urbana Adega José de Sousa, na cidade-adega de Reguengos de Monsaraz, adquirida em 1986 pela José Maria da Fonseca¹⁸.

¹⁷ As adegas cooperativas são excluídas desta análise.

¹⁸ Em Azeitão, na península de Setúbal, pode visitar-se a Casa Museu e várias caves históricas que também lhe pertenceram (José Maria da Fonseca, n.d.a).

Esta adega, que produz vinho desde, pelo menos, 1878 (José Maria da Fonseca, n.d.a. e n.d.b.), produz atualmente vinhos brancos e tintos, podendo as suas instalações serem visitadas. Na década de 1940, quando era propriedade de José de Sousa Rosado Fernandes¹⁹, foi instalada uma destilaria de aguardente que se manteve ativa até à década de 1980.

No interior do grande terreno existem vários edifícios: os utilizados para a produção de vinho, a adega antiga e a adega moderna; e os dedicados ao enoturismo, uma loja, onde se situava a antiga destilaria, que ainda conserva a caldeira com o alambique, e uma sala de provas com um telhado visto do interior feito de troncos de madeira e estrado de madeira, onde se podem ver diferentes objectos utilizados na produção de vinho.

Existem várias entradas a partir da rua: uma para mercadorias, que tem acesso direto à adega moderna; uma que tinha acesso direto à adega antiga e outra para pessoas (loja e enoturismo) que conduz ao pátio que distribui as diferentes actividades.

Na adega primitiva conservaram-se 114 ânforas de barro utilizadas para o fabrico de vinho de talha (Figura 5). Trata-se de um espaço semi-enterrado com três vãos e pilares intermédios, coberto por um espaço abobadado com abóbadas de arestas sob o teto. Conservam-se também neste edifício dois tanques para a pisa das uvas.



Fig. 5 – Bodega antigua de la Adega José de Sousa en Reguengos de Monsaraz (Fotografia: © S. Palomares-Alarcón, 2017).

¹⁹ ADRME – Processo nº 9117 da 4ª CI.

É de salientar a harmonia arquitetónica e o sentido de integração que se gera no pátio entre a vegetação e os edifícios, que, construídos em épocas diferentes e com materiais de construção distintos, partilham a cor do revestimento exterior, o branco, combinado com rodapés, caixilharias, beirais e cornijas em azul, uma das cores que caracterizam a paleta cromática dos pormenores da arquitetura alentejana.

Os diferentes edifícios têm telhados de duas águas cobertos com telhas cerâmicas, as mais antigas. A diferença de declive do terreno é aproveitada na adega moderna, construída em 1994, com uma planta retangular, que tem uma escala menor quando entra em contacto com o pátio de distribuição. Possui numerosas aberturas, sem carpintaria, nas suas duas fachadas longitudinais, o que permite a ventilação do espaço. Alberga uma tecnologia moderna e 44 depósitos em aço inoxidável. Um outro edifício, também coberto de treliças metálicas, mas mais antigo, alberga os reservatórios de aço inoxidável e os reservatórios de betão armado.

No interior, os diferentes espaços são revestidos a branco. Há pormenores no interior da adega moderna, tanto na sua construção como na maquinaria, que são pintados de azul, dando harmonia ao conjunto.

Esta adega, que partilha o cheiro característico do vinho entre os seus diferentes espaços, conseguiu integrar na sua arquitetura a inovação e a tradição; utilizar os diferentes processos de produção de vinho, os mais antigos e os mais modernos; conservar elementos da destilaria; manter a sua atividade industrial; evoluir face a novos desafios, como o enoturismo; e integrar-se perfeitamente na paisagem urbana de Reguengos de Monsaraz.

4. Conclusões

Algumas das questões que motivaram este artigo eram conhecer as semelhanças entre las adegas construídas em algumas cidades-adega da Andaluzia e o Alentejo, assim como mostrar se são um recurso patrimonial e turístico na atualidade.

Partindo do princípio que os vinhos produzidos no Alentejo são muito diferentes dos produzidos na Andaluzia e a forma como são produzidos também, e que, as adegas dam resposta mediante a arquitetura a um proceso de produção do vinho particular, podemos dizer a principal diferença tem a ver com a dimensão tridimensional das adegas, pois as que produzem vinhos fortificados em Andaluzia são mais esbeltas.

As semelhanças são bastantes: são adegas térreas, aéreas, com uma nave ou várias unidades com pórticos, com patios (distribuídos de forma diferente), utilizam

elementos da arquitetura popular e integram-se nas suas paisagens urbanas, com a sua escala, materialidade, fisionomia e cores utilizadas.

Embora tenha passado mais de um século desde a construção destas adegas nas diferentes cidades, a transformação económica, urbanística destas cidades e a aplicação das leis vigentes fizeram com que a proporção de adegas que ainda mantêm a sua atividade nos centros urbanos tenha diminuído. Algumas adegas foram abandonadas e permanecem como testemunho do que foi este território. Muitas desapareceram, enquanto outras, como as mencionadas neste artigo, permanecem em bom estado de conservação. Destas, a maioria, diversificaram a sua atividade industrial, apostando pelo enoturismo como forma de promoção dos seus vinhos e das suas instalações.

Apresentam a arquitetura das adegas de envelhecimento como um museu e realçam os seus valores patrimoniais. Conseguem combinar a atividade vitivinícola com o turismo cultural, promovidos, como acima referido, tanto pelas associações nacionais Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) e Asociación Española de Ciudades del Vino (ACEVIN) bem como por outras redes com um alcance mais alargado tais como European Network of Wine Cities (RECEVIN).

Mais de 600 cidades na Europa são membros da rede RECEVIN. Entre as atividades que organizam para promover as cidades nas que o vinho é importante na sua cultura é economia. Desde 2012 organizam um concurso anual no qual cada ano têm nomeado uma Cidade Europeia do Vinho. Em 2014 foi Jerez de la Frontera e em 2015 Reguengos de Monsaraz.

Para finalizar, salientar, que embora este artigo apenas tenha referido as adegas de algumas cidades-adega como El Puerto de Santa María em Cádiz; Montilla em Córdoba ou Reguengos de Monsaraz no Alentejo, havia mais cidades em que as adegas ocupavam uma elevada percentagem do espaço urbano no século XIX. Espera-se que esta investigação possa servir de base para o estudo de outras cidades-adega no futuro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ADRME – Arquivo da Direcção Regional do Ministério da Economia. – RTN (1922-1966)
– Livros de Registo do Trabalho Nacional: Estabelecimentos industriais (livros 1 a 14).

ADRME – *Processo* nº 6001 da 4ª CI. Cancelados.

Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya. RM.73679. Plano industrial y comercial de la ciudad de Jerez de la Frontera / propiedad de J. Calvet y Boix. 1884. <https://cartotecadigital.icgc.cat/digital/collection/espanya/id/2377/>

Junta de Andalucía, Consejería de Cultura (2011): *Decreto 149/2011, de 3 de mayo, por el que se inscribe en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz como Bien de Interés Cultural, con la tipología de Monumento, la estructura publicitaria denominada Toro de Osborne, en el término municipal de Córdoba*. Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (BOJA, n.º 94 de 16/05/2011).

Junta de Andalucía, Consejería de Cultura (2011): *Decreto 150/2011, de 3 de mayo, por el que se inscribe en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz como Bien de Interés Cultural, con la tipología de Monumento, la estructura publicitaria denominada Toro de Osborne, en el término municipal de Benahadux (Almería)*. Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (BOJA, n.º 94 de 16/05/2011).

Junta de Andalucía, Consejería de Cultura (2011): *Decreto 151/2011, de 3 de mayo, por el que se inscribe en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz, como Bien de Interés Cultural, con la tipología de Monumento, la estructura publicitaria denominada Toro de Osborne, en el término municipal de Santa Elena (Jaén)*. Boletín Oficial de la Junta de Andalucía (BOJA, n.º 94 de 16/05/2011).

Estudos

AA.VV. (1993): *Catálogo artístico y monumental de la provincia de Córdoba*. Tomo VI. Córdoba: Convenio de Colaboración Cultural. Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Diputación provincial de Córdoba. Caja Provincial de Ahorros de Córdoba.

ACHA BARRAL, M. R. (2016): *Los museos y la cultura del ocio. Los Museos del Vino en España*. [Tesis Doctoral inédita]. UNED.

ALADRO PRIETO, J. M. (2007): “La colmatación del Ejido, siglos XVIII-XIX: hacia la transformación de Jerez en ciudad-bodega”. *Revista de Historia de Jerez*, 13, pp. 255-274.

ALADRO PRIETO, J. M. (2012): *La construcción de la «Ciudad Bodega»: arquitectura del vino y transformación urbana en Jerez de la Frontera en el Siglo XIX*. [Tesis Doctoral inédita]. Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas, Universidad de Sevilla.

- ALADRO PRIETO, J. M. (2019): “Bodegas, lagares y casas de viña. Arquitectura, ciudad y paisaje del vino en Andalucía”. *Andalucía en la historia*, 66 (Dossier: La cultura del vino), pp. 14-17.
- ALMEIDA, C. E. de (1870): *A viticultura no Alemtejo*. Tese. Instituto Superior de Agronomia (ISA).
- ALMEIDA, M. J. de (2014): *Guia de enoturismo. Portugal. O que provar. O que visitar*. Lisboa: Zest Books.
- Ayuntamiento de El Puerto de Santa María (2015): *Programa de Protección y Gestión del Patrimonio Histórico y en concreto en lo referente a número de bienes culturales protegidos y número de empleados municipales en plantilla adscritos a ambos servicios*.
- Ayuntamiento de El Puerto de Santa María (2021): *Plan Especial de Protección y reforma interior del conjunto histórico y entorno (PEPRICHEYE)*.
- Asociación Española de Ciudades del Vino (ACEVIN) (n.d.): <https://www.acevin.es/>
- Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV). (n.d.): <https://ampv.pt/projetos/cidade-do-vinho/>
- BAIÃO, M. e SANTOS, J. P. (2018): “Vinhos de Talha. A renovação de uma tradição milenar”. *Paixão pelo Vinho*, 71, pp. 58-61.
- CARVALHO, G. (2015): *Reguengos de Monsaraz. A vinha e o vinho*. Lisboa: Althum.
- CHOAY, F. (2004): “El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad”. In A. MARTÍN RAMOS (coord.): *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, pp. 61-72.
- COELHO, J. H. (2014): *Adegas do Alentejo*. (s.l.): Greca Artes Gráficas.
- COSTA, B. C. C. (1900): *Portugal vinícola*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CRUZ MARQUÊS, M. (2001): “Evolución de las instalaciones de elaboración de vinos en la provincia de Córdoba a lo largo de la historia”. In F. M. ESPINO JIMÉNEZ (coord.): *Actas sobre las III Jornadas de Historia de Montilla*. Montilla: Excmo. Ayuntamiento de Montilla, pp. 165-180.
- European Network of Wine Cities (RECEVIN) (n.d.): <https://recevineurope.eu/>
- FONSECA, J. M. da (n.d.): *Casa Museu*. <https://www.jmf.pt/index.php?id=95>
- FONSECA, J. M. da (n.d.): *Adega José de Sousa*. <https://www.jmf.pt/index.php?id=96>
- FUENTES GARCÍA, F. J. (1995): “Viñedo y comercio de vinos de Córdoba: Las bodegas Alvear en el siglo XIX». *Estudios regionales*, 42, pp. 87-129.
- Fundación Osborne (n.d.): <https://www.fundacionosborne.org/es>
- Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IAPH) (n.d.): *Jardines de la bodega Moreno de Mora*. <https://guiadigital.iaph.es/bien/inmueble/17034/cadiz/puerto-de-santa-maria-el/jardines-de-la-bodega-moreno-de-mora>
- Indústria Portuguesa*, 5 (julho de 1928).
- MADURO, A. V. (2019): “A Paisagem Vinhateira e o Fabrico do Vinho nos Coutos Cistercienses de Alcobaça (séc. XVIII)”. In A. GUERREIRO, A. MADURO, E.

- GONÇALVES & J. CUSTÓDIO (eds.): *Enomemórias e Enoturismo. Os territórios culturais do vinho (Paisagem, Museus, Comunidade)*. Maia: Edições ISMAI – Centro de Publicações do Instituto Universitário da Maia, pp. 7-24.
- MANOEL, J. E. C. e P. C. (1900): *Considerações acerca do vinho e do seu fabrico*. Évora: Empreza Typographica Eborensis.
- MURILLO ROMERO, M. (2018): “Estrategias y oportunidades del patrimonio industrial bodeguero. Una aproximación al estudio del Campo de Guía (El Puerto de Santa María)”. In *Ciudad Industrial: Actas del V Seminario del Aula G+I_PAII*. Madrid: UPM / Aula de Formación: Gestión e Intervención en el Patrimonio Arquitectónico e Industrial, pp. 161-176.
- MURILLO ROMERO, M. (2023): *Ciudad y vino. El paisaje urbano del jerez en El Puerto de Santa María*. [Tesis doctoral inédita]. Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibertsitatea.
- MURILLO ROMERO, M. & ALADRO PRIETO, J. M. (2017): “El paisaje industrial del jerez como paisaje histórico. Una aproximación al caso del Puerto de Santa María”. In M. A. Álvarez, S. Blanco y A. S. Río (eds.): *El Patrimonio Industrial en el Contexto de la Sostenibilidad. Repercusiones Medioambientales, Paisajes de la Industrialización, Estrategias de Regeneración y Turismo Industrial*. As Pontes: TICCIH-España, Concello de As Pontes de García Rodríguez, pp. 48-54.
- MURILLO ROMERO, M. & ALADRO PRIETO, J. M. (2020): “El tranvía hacia los Baños de la Puntilla. Una aproximación al paisaje industrial urbano de El Puerto de Santa María”. In S. PALOMARES, A. QUINTAS, F. de LIMA & P. VISCONTI (eds.): *Património Industrial Ibero-americano: recentes abordagens*. Évora: Publicações do Cidehus, doi: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.14853>
- PALOMARES ALARCÓN, S. (2024): “Relocation and reuse of iron architecture in the contemporary period. Case studies in Seville and Badajoz (Spain)”. *Conservar Património*, 46, pp. 93-105, doi: <https://doi.org/10.14568/cp26313>
- RAMOS, F. M. (2010): *Vinho do Alentejo. Temas culturais*. Lisboa: Ediciones Colibrí.
- SILVA SUÁREZ, M. & MONTES TUBÍO, F. de P. (2013): “Agroindustria de la triada mediterránea. Apuntes sobre su renovación técnica”. En M. SILVA (coord.): *Técnica e ingeniería en España*. Vol. 7, Tomo 1: *El Ochocientos: de las profundidades a las alturas*. Zaragoza: Real Academia de Ingeniería; Institución «Fernando el Católico»; Prensas Universitarias de Zaragoza, pp. 479-558.
- SÁNCHEZ BÓDALO, J. F. (2007): “Entrevista”. *Actualidad LEADER*, 36, pp. 6-7.
- VALE, M. C. R. do e MADEIRA, J. (1991): *Enciclopédia dos Vinhos de Portugal. Os vinhos do Alentejo*. Lisboa / Évora: Chaves Ferreira.
- YRAVEDRA SORIANO, M. J. (2003): *Arquitectura y cultura del vino. Andalucía, Cataluña, La Rioja y otras regiones*. Madrid: Editorial Munilla-Lería.

Le tourisme nostalgique à Moknine d'après un circuit minoritaire juif

Souad Toumi Ep Gdouda¹

Résumé

Moknine est une petite agglomération du Sahel tunisien, elle est située dans une zone touristique tout près de la ville de Sousse, Mahdia et Monastir, cependant, elle est éludée dans le circuit touristique de la région. Elle avait accueilli une minorité juive depuis les vagues de l'émigration des andalous vers la Tunisie en 1535. Mais, la majorité des familles juives installées dans ce grand bourg étaient venues de Mahdia, de l'île de Djerba et de Gabès.

Notre article s'inscrive à présenter une approche historique, archéologique, économique et sociale de cette communauté juive et à dévoiler les différentes facettes de sa présence dans cette petite ville depuis des siècles. Cette approche visera également à exposer son patrimoine religieux, culturel et de clarifier ses lieux de mémoires et son empreinte afin d'établir un nouveau regard sur les lieux de pèlerinage juif. Ensuite, nous aborderons la nécessité de la restauration et la sauvegarde de ces lieux de mémoire (synagogue, souk des bijoutiers, cimetière ...), étant donné que le but de notre présentation est de préciser et démontrer que les juifs mokninois avaient un rôle primordial dans le développement de cette ville. Longtemps considérée comme une ville plurielle que révèle la grande nostalgie encore gravée dans la mémoire collective.

Mots clés

Moknine-communauté juive, Circuit touristique, Moknine petite ville, Patrimoine et héritage pluriel

¹ Musée National du Bardo. Email: Tunisie.toumi.souad@gmail.com

Nostalgic tourism in Moknine (Tunisia) following a Jewish minority tour**Abstract**

Moknine is a small city, located in the East of Tunisia (Sahel) near the cities of Sousse, Mahdia and Monastir, however, it is often forgotten as a touristic destination. The city became host to a Jewish minority since the first arrival of Andalous refugees towards Tunisia in 1535. Most of these families came from Mahdia, the Island of Djerba and Gabès. Our goal is to highlight, the historical, archaeological, economical, and social importance of this community who influenced this city for centuries. Our approach aims not only to study the Jewish community but also to bring to life their religious and cultural heritage. Furthermore, to recognise their memorial places of pilgrimage and the influence of this diaspora. In addition, to point out the necessity to restore and safeguard these crucial monuments (the synagogue, the jewellery markets, graveyards, etc...). Finally, to unveil the main point of our presentation, that the Moknines Jews played the main role in the development of their city. A culturally rich city engraved itself into the minds of the populace.

Keywords

Moknine-Jewish community, Tourist circuit, Small town, Heritage and plural heritage

1. Introduction

Terre d'accueil la Tunisie a gardé de nombreuses traces archéologiques dénotant la longue de la présence juive depuis l'antiquité (Parot, 1956, p. 10 ; Danon, 1956, p. 102)². Des demeures, des cimetières et des synagogues et leurs mobiliers ont survécu et réussi à traverser les siècles. Etant donné que la majorité des Juifs tunisiens avait quitté le pays, leurs empreintes archéologiques et monumentales, mobilières et immobilières sont restées jusqu'à aujourd'hui.

Ainsi, plusieurs régions, des villes et même des bourgades témoignent d'un passé culturel riche et étendu de cette communauté juive, résultant d'ailleurs de diverses origines puisque certains juifs, sont des autochtones depuis des millénaires et d'autres sont issus d'immigration d'Andalousie, de Livourne..., mais, tous laissent des traces indéniables et des œuvres écrites, peintes ou sculptées par des auteurs juifs. Cet article concerne un exemple de ces villes, qui avait reçu une communauté livournaise depuis le XV^e siècle (Slouschy, 1927, pp. 249-250).

La ville de Moknine est une ville importante à l'instar de Monastir et Ksar Hellel comparée aux autres agglomérations voisines (Landolsi, 2018, p. 145.) du Sahel tunisien. Elle dépend administrativement du gouvernorat de Monastir se trouvant à proximité de trois grandes villes³ : Monastir, Sousse et Mahdia, malgré, son emplacement sur la voie de circulation principale reliant ces trois gouvernorats et son organisation urbaine polycentrique, elle est escamotée du circuit touristique du Sahel.

² Nombreux sont les historiens qui s'intéressent à l'histoire des Juifs tunisiens. Certaines sources indiquent que la communauté juive s'est installée en Tunisie avec l'arrivée des Carthaginois. D'autres voient que les Juifs étaient installés en Afrique du Nord depuis 2000 ans, après leur diaspora et la destruction de leur Temple à Jérusalem par Nabuchodonosor. Malgré leur dispersion, les Juifs ont essayé de garder leur religion et leurs coutumes extraites essentiellement de la Torah et du Talmud.

³ Le gouvernorat de Monastir est limité au Nord et au Nord-ouest par le gouvernorat de Sousse, au Sud par celui de Mahdia, elle couvre une superficie de 1024 km².

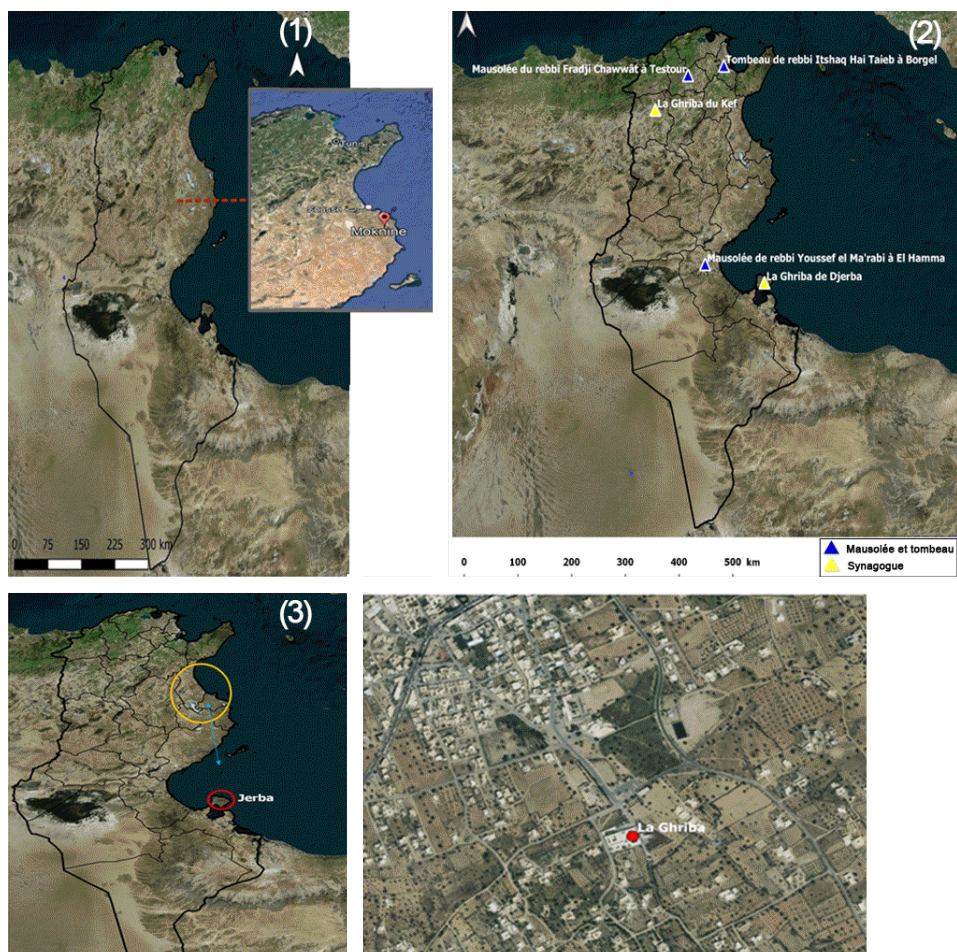


Fig. 1 – (1) Localisation de la ville de Moknine ; (2) Principal circuit des pèlerins juifs en Tunisie ; (3) Localisation forcée sur la Ghriba de Djerba.

Nous estimons que cette ville multifonctionnelle, qui avait accueilli une minorité juive depuis les vagues successives de l'émigration des andalous vers la Tunisie au XVI^{ème} siècle (Lumbroso, 1951) mérite d'être intégrée et ce dans le circuit touristique et dans ce le cadre d'une contribution visant à créer un modèle de tourisme religieux.

De part, la multitude des empreintes judaïques de cette ville qui se prévaut de posséder sa propre synagogue, comment pourrions-nous guider les acteurs locaux vers ces lieux de mémoire (synagogue, maisons juives, souk, cimetière ...) et d'orienter vers une nouvelle voie d'un circuit touristique mokninois, et de contribuer ainsi à créer un modèle du tourisme religieux multidimensionnel ?

2. Quelques éclairages sur les juifs à Moknine et leur rôle dans l'évolution de la ville

Jusqu'à l'époque moderne, les juifs de Moknine étaient considérés parmi les communautés essentielles de la société locale. Leur condition d'existence était régie par la charte des non-musulmans, qui étaient soumis au statut des gens de livres sous l'autorité de l'Islam : ce sont des *dhimmi* où protégés astreint au paiement de la *Jezya*⁴.

La particularité de la présence pendant la période ottomane se révélait à Moknine, notamment dans le domaine du commerce, de l'artisanat et dans les échanges monétaires comme ce fut le cas de la majorité des juifs tunisiens. Cette situation commerciale s'était bien développée notamment durant le règne de Hamuda Pacha (1782-1814) où ils avaient acquis le droit à la propriété immobilière⁵. C'est au cours de cette longue période, qui va à la fin du XIII^{ème} au début de XIX^{ème} siècle, que nous allons essayer d'esquisser l'histoire des juifs de Moknine, en mettant en valeur les empreintes de cette communauté qui ont consacré cette existence.

Dans ce contexte, les documents d'archives prouvent que la plus ancienne indication relatant la présence juive à Moknine remonte à 1761. C'est précisément lorsqu'un juif nommé *Diya alyahoudi Hanoun* était tué par deux personnes⁶. Cette information indique clairement que les juifs avaient bien habité dans le village de Moknine depuis l'arrivée des andalous expulsés d'Espagne, et leur installation à Mahdia en 1535 (Cazès, 1889, p.120.). Au XIX^{ème} siècle, les juifs jouaient un grand rôle dans la vie économique du pays en exerçant de nombreuses activités commerciales et artisanales, et, leurs empreintes sont manifestement notables dans les souks d'artisanat et d'orfèvrerie.

Aussi, cette communauté mokninoise qui avait des origines diverses (de Djerba, de Gabès et de Mahdia), et bien que plusieurs juifs d'entre-eux aient quitté Moknine vers Sousse (Despois, 1955, p. 313), représentaient en 1860 : 4% de toute la population de la ville. Ils avaient leur propre rabbin Pinhas Uzan Cohen (Larguèche, 1993, p. 41), le plus célèbre rabbin de Moknine.

Après 1857 et la promulgation du pacte de Sécurité (*Aāhd el Amen*), l'emprise économique des juifs et leur situation s'accrut dans la société locale, notamment après l'annulation des signes vestimentaires pour les non musulmans, ce qui a renforcé la vitalité de leur entreprise. La présence juive devint florissante surtout

⁴ Au XII^{ème} siècle, les Juifs comme les Chrétiens sont nommés « *Ahel Edhimma* » ou « *Ahel El Kiteb* » (les gens du livre)⁰. Ils doivent s'acquitter de l'impôt la *jezya* leur permettant la libre pratique de leur religion dans une société à majorité musulmane. Ce statut reste le même durant toute la période ottomane : de 1574 jusqu'au 12 mai 1881, date de la mise en place du Protectorat français en Tunisie.

⁵ ANT – RNRJ, n° 0179, 1958-1963.

⁶ ANT – Série B, Dossier 120, Carton 149.

avec l'occupation française en Tunisie en 1881. Les juifs établirent de bonnes relations avec l'administration française ce qui amena à l'éclatement de conflits avec les musulmans. La bonne relation et la coexistence avec la majorité musulmane se transforma en atmosphère de tension depuis les années vingt et les années trente du XX^{ème} siècle, plusieurs facteurs politiques et sociaux accélérèrent ce changement notamment l'éclatement des crises économiques et leur corolaire de troubles anti-juifs. Ces conflits confortèrent les Juifs à s'ouvrir aux influences nouvelles et plusieurs d'entre-eux adhèrent à la naturalisation française comme la majorité des juifs tunisiens. (Toledano, 1988, p. 39) ⁷.

Il est difficile de déterminer exactement le nombre des Juifs à Moknine, d'après la statistique de Paul Sebag, les juifs commencent à acquérir la nationalité française dès le début du XX^{ème} siècle. Mais ce phénomène s'accélère de plus en plus notamment dans la période entre 1926 et 1933 (Sebag, 1991, p. 182.). Cette recherche nous confirme que les juifs qui n'étaient pas assez nombreux dans la période coloniale, toutefois ils avaient des activités commerciales florissantes aux différents types de commerce et précisément celles des bijoutiers et des gros commerçants. Leurs services s'établirent dans la *Hâra* et surtout dans les souks ce qui leur confère une dynamique économique indéniable.

Mais, après l'indépendance de la Tunisie en 1956, leurs aires d'attraction se rétrécissent dans la majorité des régions voisines et leurs activités commerciales deviennent de plus en plus aléatoires. Ainsi, périclitèrent les souks de Moknine qui étaient un centre régional plurifonctionnel à caractère commercial et au tissu économique varié. En outre, Moknine est un centre administratif et abrite un ensemble d'équipements d'encadrement de haut niveau qui dépasse largement les villes voisines comme Ksar Hellal et Jammel.

Notons aujourd'hui, après l'émigration juive que certains métiers artisanaux ainsi que le commerce de gros sont transférés des juifs aux musulmans.

⁷ Dans la période entre 1957 et 1965 plus que 20 5000 juifs tunisiens arrivaient en France et 10 000 prennent le chemin vers Jérusalem

3. Le patrimoine religieux, les lieux de mémoires et l'empreinte de la diaspora juive à Moknine

3.1 La synagogue ou *el'bayaa de Moknine* מִסְבֵּד מִכְנִינָה

Elle se situe dans le quartier juif, nommé *Hâra el Yahûd*, tout près du souk des bijoutiers au fond d'une impasse. Elle n'est accessible que par cette impasse entourée de petites maisons juives. Elle se caractérise par un type monumental local particulier. Sa richesse monumentale et architecturale est basée essentiellement sur la salle de prière, ensuite la cour et l'école talmudique au premier étage.



Fig. 2 – (1) L'entrée principale de la synagogue ; (2) Les maisons juives devant la synagogue.

Ce monument est nommé par les habitants locaux musulmans par *Jama'a el Yahûd* et *slât* par les Juifs. Il était aussi un lieu de pèlerinage pendant la même période du pèlerinage des juifs à la synagogue de Djerba chaque année nommé la *hilloula* de Rabbi Chimon bar Yohai, au 33^e jour de l'Omer (Udorich & Valensi, 1984, p. 9)

Ce type de synagogue dispose d'une son architecture qui rappelle " Ghriba « de Djerba plus loin vers le sud-est de pays et qui représente l'archétype de plusieurs synagogues tunisiennes, telle celle de Matmata à Gabès (Fellous, 2003, pp. 372-386). Malgré son mauvais état de conservation, elle constitue aujourd'hui une source d'informations exceptionnelle : c'est un édifice consacré à la prière et aux cérémonies religieuses. D'après Dominique Jarrassé, cette synagogue fut fondée dans la période mouradite au 16^e siècle et précisément en 1535 lorsque ce petit village accueillait les juifs expulsés de la ville de Mahdia (Bismuth Jarrassé & Jarrassé, 2010, p. 94). L'idée de la pérennité de cette ambiance, de cette aura moyenâgeuse de la présence juive mokninoise est par ailleurs mentionnée par Nahum Slouschy lorsqu'il écrivait au début du siècle dernier : « quoique sous l'influence française, ils vivent encore au Moyen Âge » (Slouschy, 1927, p. 249-250).



Fig. 3 – (1 et 2) La salle de prière ; (3) La tîba au centre de la salle de prière ; (4 et 5) Vues du mikvé ou le bain rituel.

La synagogue se compose d'une salle de prière, Dominique Jarrassé note que cette maison de culte comporte un portail cintré et surmontée d'un édicule qui contient une petite salle dévolue à l'étude des textes ésotériques. Il donne aussi une description de son architecture en ajoutant que la salle de culte se divise en deux parties qui sont assurées par deux piliers massifs couverts des mêmes céramiques que les murs ; entre eux et au milieu a été placé une *tiba* en bois⁸ et un *hekhal*⁹ qui occupe tout le mur est de la salle (Fellous, 2003, p. 398).

Au dehors de la salle de prière, il s'agit d'un *mikvé* qui signifie rassemblement des eaux de pluie et surtout les eaux de sources. Il sert aussi pour la cérémonie de mariage et l'ablation mensuelle de la femme juive et pour l'homme pour se préparer aux fêtes religieuses. (Figure 3.4 et 3.5).

À cette époque, le bain rituel sert aussi aux rites de purification à certains moments de la vie juive notamment pour la femme avant le mariage¹⁰. En effet, les documents mentionnent l'existence de ce genre de *mikvé* depuis le XVII^{ème} siècle à la synagogue de Testour, la plus célèbre des villes andalouses du pays (Toumi, 2021, p. 120).

Bien que tout le mobilier de la synagogue ait disparu seul un petit carnet des dons qui transcrivait les noms des donateurs à la synagogue et deux livres d'éducation en hébreu qui sont conservés à l'Institut National du Patrimoine tunisien¹¹. Ce délabrement du monument annonce une disparition certaine de ce bien patrimonial précieux au déterminent d'une communauté existante durant des siècles.

3.2. Les maisons juives מִיִּדּוּהִיָּה מִיתְבָּה

De par la nature minoritaire de leur groupement, l'habitat qui devait les rassembler, la *Hâra* ou le quartier juif, comme tous les quartiers juifs des villes tunisiennes, est habitée surtout par les Juifs en premier lieu, ensuite par les musulmans. Ces maisons juives édifiées tout autour de la synagogue par un notable de la famille *Ichaï* étaient destinées à regrouper des familles juives pauvres de la communauté. Ce paysage reflète le symbole emblématique de la communauté juive et également de son existence. Actuellement après le départ et l'émigration des juifs de la ville, ces monuments sont aux mains de propriétaires privés musulmans et deviennent plus modernes. (Figure 2.2).

⁸ *tiba* ou *Bimah* : *Al memor* : estrade surélevée pour la lecture de la Tora, à laquelle on accède par des marches. Elle doit être placée au centre de la salle de prière et orientée vers Jérusalem.

⁹ *hekhal* : le lieu le plus saint dans la synagogue et vers lequel se dirigent les regards et les prières des fidèles : Ce sont les armoires de Torah ou l'arche sainte et nommé *Aron Kodesh* chez les ashkénazes.

¹⁰ Les règles qui régissent le *mikvé* sont compliquées et sont mentionnées dans la *Michnah* (qui est la première et la plus importante des sources rabbiniques et le premier ouvrage de littérature rabbinique).

¹¹ Expertise et inventaire effectués par Souad Toumi, INP, 2018.

3.3. Les souks juifs מיידודיה מיקוושה

Cet espace est considéré la cellule économique constituée par les musulmans et les juifs. Le commerce *soukier* est très ancien à Moknine. D'ailleurs le souk du bijoutier juif, connu sous le nom de *soûk el yahûd*, représente un des éléments importants qui ont marqué le panorama de la médina, celui-ci se trouve tout près de la synagogue. Il témoigne du dynamisme d'activités commerciales et économiques de la région. Zouhair Naser signale aussi qu'avec l'essor de leurs activités commerciales et artisanales, leurs souks célèbres restent d'un niveau supérieur par la qualité et la variété de ces produits. Nous trouvons ce type de souks dans d'autres villes comme ceux de Djerba, de Zarsis au sud-est de pays (Naser, 2016, p. 295), du Kef au nord-ouest de la Tunisie (Allali, 2005, pp. 53-54) et de Mahdia. Nous rencontrons l'exemple le plus célèbre et le mieux conservé de ce type de *souk* à Tunis ; la capitale¹².



Fig. 4 – Vues de Souk de Moknine.

¹² *Souk el grāna* : Dès le XIV^{ème} siècle, suite à la Reconquista catholique en Espagne, une communauté juive livournaise est arrivée d'Italie et d'Espagne et du Portugal pour s'installer à Tunis et d'autres villes jusqu'au XIX^{ème} siècle.

3.4. Le cimetière תרבות תיב

Ce cimetière (*bit ha haim* ou *bit kaburot*) se trouve dans les environs de la ville, situé à l'extérieur du côté est, tout près des grottes des juifs *guirān el yahūd*. À l'époque, ce cimetière était entouré par une clôture. Actuellement, il est en péril, mais, garde encore aujourd'hui quelques inscriptions hébraïques qui remontent au XVIII^{ème} siècle¹³, d'autres sont disparues, ou ont laissé peu de traces.



Fig. 5 – 1, 2 et 3) Pierres tombales situées au cimetière ; (4) Pierre tombale à inscription hébraïque incomplète et ornée par une palmette (cyprés) sculptée entre deux grandes cuves dentelées ; (5 et 6) Vues du lieu de mausolée à Moknine.

Ces empreintes recèlent un précieux témoignage épigraphique et archéologique sur l'histoire et la présence juive dans cette ville. Les inscriptions existantes cristallisent des valeurs identitaires, identifient les origines sociales et fournissent des refuges cachés méritant la conservation et la mise en valeur. Cependant, ce lieu de repos montre actuellement des signes de dégradation et de délaissement croissant. (Figure 5.1-5.4).

¹³ Prospection Souad Toumi, 2020.

3.5. *Le mausolée du rabbin Benhas Uzan* מואילוזאמה נב ברה לש נזוא נסחנב

Il nous faut signaler également, l'existence d'un mausolée, celui du rabbin Benhas Uzan נזוא נסחנב, qui se trouve au milieu du cimetière. Ce rabbin est considéré parmi les personnages sages et religieux les plus célèbres de la communauté juive de Moknine au XVIII^{ème} siècle et il était enterré dans ce cimetière. En effet, Habib Kazdaghli, indique que ce lieu de mémoire était un lieu de pèlerinage comme celui du rabbin Isak el Ma'rabi à el Hamma יברמלא קחצי de Gabès (Kazdaghli, 2003, p. 267)¹⁴ et le rabbin Ya'aqub Slama המלס בקעי de Nabeul¹⁵. De son côté, Victor Nataf signale que le mausolée de ce rabbin devient un lieu de pèlerinage annuel (1948-1949, p. 89). En fait, une grande partie de ces lieux de mémoire disparaissaient à cause des mouvements de spéculation immobilière qui affectaient de manière progressive la ville de Moknine. Aussi, ce lieu devient un dépôt des pièces en poterie. (Figure 5.5 et 5.6).

À présent, Moknine, avec ces empreintes liées à toute la diaspora tunisienne qui nous a laissé en héritage un riche patrimoine, à savoir la synagogue et le cimetière nécessite toutefois une reconstruction et une restauration, afin de redonner vie à cet héritage. Cette ville possède une richesse patrimoniale, ainsi elle est plus au moins éludée, escamotée et risquant de tomber dans l'oubli et en désuétude. À ce niveau, une question se pose, comment ces lieux de mémoire pourraient-ils jouer un rôle essentiel dans la dynamique des territoires et quelle est la meilleure manière d'assurer leur encadrement pour s'incruster dans le circuit touristique ?

Tableau 1. Les principaux lieux de mémoires juifs et leur état de conservation à Moknine

NOM DE LIEU	FONCTION	ÉTAT DE CONSERVATION
Synagogue	Religieuse et rituelle	Mauvais
Maisons	Sociale, familiale	Bon
Souk	Commerciale, sociale	Bon
Cimetière	Rituelle	Mauvais
Mausolée	Rituelle	Mauvais

¹⁴ C'était un rabbin ayant vécu entre XVI^{ème} et XVII^{ème} siècles et qui a marqué le domaine de l'étude de la Kabbale.

¹⁵ C'était un talmudiste et un grand érudit. En premier lieu, il avait vécu à Tunis et il était le contemporain du grand rabbin Raphael El Fessi. Ensuite, et en 1773, il s'est installé à Nabeul où il mourut en 1774.

4. Le tourisme religieux à Moknine et son rôle dans le développement local

En s'appuyant sur la création d'un circuit touristique dans la ville, nous valorisons les principaux monuments et les lieux de mémoire juifs à Moknine afin de les intégrer dans le circuit global du tourisme religieux en Tunisie.

Nous estimons que l'intégration de cette promenade ou de ce circuit touristique est justement une des pierres d'achoppement de ce travail.

Notre initiative doit s'inscrire dans le cadre général d'un projet de visite des lieux de mémoire ; le programme retenu comporte la visite des sanctuaires, des cimetières et même des tombes isolées. Ce circuit est rattaché à un savoir structuré, religieux et touristique. Commenant par la synagogue de la *Ghriba* à la *Hara Sghira* (le petit quartier) de Djerba qui est un édifice ouvert pour les pèlerins pendant le mois de mai, et passant par Moknine et il se termine à Tunis, la capitale du pays (Grimaud, 1970, p. 286.). Dans ce cadre, et dans une nouvelle approche, nous sommes arrivés à élaborer et à proposer un circuit religieux minoritaire en Tunisie et dont la *Ghriba* de Djerba constitue le point de départ (Toumi, 2021, pp. 491-493) (Figure 1.3).

Nous considérons que l'étude de ce genre de pèlerinage est une invitation à renouveler et à rehausser notre vision autour de ce type de tourisme religieux. Sur ce plan, nous essayons de prôner aujourd'hui une nouvelle approche du tourisme religieux qui exige un nouveau regard sur l'exemple du pèlerinage des juifs en relation avec le tourisme. Tout le circuit étudié des pèlerins est rattaché, officiellement ou non, au haut lieu la *Ghriba* de Djerba qui accueille chaque année l'un des rares pèlerinages juifs dans le monde islamique. (Figure 1.2).

En rapport avec cette idée, nous signalons que la petite ville de Moknine est capable de retracer le circuit touristique afin de mieux revivre les endroits de vie, les parages de l'activité ancestrale des juifs et leurs monuments religieux. Le pèlerinage ou les visites à la synagogue et aux autres endroits, pour le développement d'un grand nombre de secteurs de l'économie régionale. Nous estimons qu'il est tôt de parler de l'avenir des juifs en Tunisie et de tirer des conclusions définitives, mais, ceci n'altère pas notre ambition à voir se réaliser ce nouveau cadre ou canevas du tourisme religieux judaïque en Tunisie.

Nous estimons que les flots des pèlerins des juifs chaque année à la *Ghriba* de Djerba démontrent que les juifs d'origine tunisienne gardent une grande nostalgie de leur pays natal. Il est possible donc d'assister à un retour partagé de ce tourisme religieux. D'autre part, les autres synagogues et les lieux de mémoire deviennent ainsi un repère d'identité particulière et offrent de surcroît un argument solide pour valoriser la pertinence du choix de son installation en Tunisie. Ces lieux de mémoire sont donc une ressource touristique durable et une occasion nécessaire

au développement du produit «tourisme culturel». Il s'agit de faire en sorte que les visites de la synagogue et du cimetière d'une part, et le passage guidé vers les souks et les boutiques des artisans d'autre part, constituent une complémentarité du spirituel et du culturel donnant ainsi une interaction valorisante pour le pèlerin-touriste. De ce fait réaliser un parcours vers les différents lieux sacrés peut les transformer en centres religieux et touristiques. De ce fait réaliser un parcours vers différents lieux sacrés peut les transformer en centres religieux et touristiques ce qui encourage de plus en plus l'entrelacs économique et sécuritaire car il est impératif d'assurer la sécurité des pèlerins accueillis et leur permettre de vivre leur pèlerinage en toute sécurité. Cela dit nous considérons que le tourisme religieux, qui est une des plus vieilles formes de migration touristique encourageant les croyants à effectuer des déplacements vers leurs lieux de dévotion, agit fortement sur son entourage tant par la réactivation des différents monuments en présence. Qu'il faut bien rénover et entretenir-nous également par les bénéfices économiques et la manne financière qu'il peut engendrer. Ce qui corrobore le lien entre le tourisme et le pèlerinage dans chaque lieu visité et préfigurera le territoire de demain.

5. Conclusion

Pour conclure, la communauté juive de Moknine partage des similarités notables avec celles des autres communautés juives tunisiennes, notamment en termes d'autonomie économique et commerciale très spécifique. Cette communauté a su maintenir sa présence dans la ville pendant des siècles, résistant aux changements jusqu'à l'indépendance de la Tunisie. Avec le départ de la majorité des juifs tunisiens vers la Palestine et l'Europe, la communauté de Moknine a connu des transformations profondes. Grâce à notre contribution, nous avons pu énoncer et proposer certaines solutions encore peu étudiées à travers un projet de restauration de conservation et de réhabilitation des lieux de mémoire, avec un accent particulier mis sur la synagogue en péril. Bien que cette synagogue soit connue et visitable, les efforts pour préserver ce patrimoine sont cruciaux.

Les vestiges de ce développement historique témoignent des efforts continus des habitants pour s'adapter aux exigences et défis changeants, tout en construisant leurs propres identités régionales. Ces efforts reflètent un patrimoine riche qu'il est impératif de préserver. Il est essentiel de noter que, bien que la communauté juive de Moknine soit spécifique, elle n'a jamais été isolée des autres communautés du Sahel tunisien. Leur emplacement géographique favorisait un dynamisme économique, social et de tourisme religieux (les pèlerinages...) qui a contribué à la prospérité de la région. Cependant, après l'indépendance, cette minorité a progressivement quitté

la ville, principalement pour l'Europe, tout en conservant une profonde nostalgie pour leur terre d'origine.

En somme, bien que la communauté juive de Moknine ait évolué au fil des années, son histoire et son patrimoine restent un témoignage précieux des interactions culturelles et économiques au sein du Sahel tunisien. Leur histoire continue d'enrichir la compréhension de la diversité et de la résilience des communautés juives en Tunisie.

SOURCES ET BIBLIOGRAPHIE

Sources

Archives nationale de Tunisie :

ANT – Série B, Dossier 120, Carton 149.

ANT – Une série de dossiers de notaires de Juifs et de rabbins (RNRJ), n° 0183, 1958-1963.

Bibliographie

ALLALI B. (2005) : «Communauté juive du Kef». In *Revoir el Kef*. Tunis: view Design, International.

BISMUTH-JARRASSE, C. & JARRASSE, D. (2010): *Synagogues de Tunisie: Monuments d'une histoire et d'une identité*. Editions Esthétiques du Divers.

CAZÈS D. (1888) : *Essai sur l'histoire des israélites de Tunisie : depuis les temps les plus reculés jusqu'à l'établissement du protectorat de la France en Tunisie*. Paris. Harvard. A. Durlacher.

DESPOIS, J. (1955) : *La Tunisie orientale : sahel et basses steppes, Etude géographique*. Paris : PUF, 1955,

FELLOUS, S. (2003) : «Architecture des synagogues de Tunisie essai de typologie». In S. FELLOUS, (dir.) : *Juifs et musulmans en Tunisie, fraternité et déchirement, architecture des synagogues de Tunisie, Essai de typologie. Acte du colloque international de Paris* : Somogy éditions d'art-Société d'Histoire des juifs de Tunisie, pp. 371-390.

- GRIMAUD, N. (1970) : *Les Juifs d'Afrique du Nord*, Edité par [sn]. Aix-en-Provence.
- KAZDAGHLI H. (2003) : «Les pèlerinages juifs vus par les musulmans : le cas de Sayed Youssef El Maârabi d'El Hamma». In S. FELLOUS, (dir.) : *Juifs et musulmans en Tunisie, fraternité et déchirement, architecture des synagogues de Tunisie, Essai de typologie. Acte du colloque international de Paris* : Somogy éditions d'art-Société d'Histoire des juifs de Tunisie, pp. 265- 474.
- LANDOLSI, S. (2018): «Typologie des dynamiques urbaines : Monastir, de la ville a la région urbaine». *International Journal of Spaces and Urban Territory*, pp. 143-171.
- LARGUECHE, D. (1993) : *Watan al Monastir ; Fiscalité et société (1676-1856)*, Publication de la faculté des lettres, des Arts et des Humanités de la Manouba
- LUMBROSO, L. (1951) : «Les Granas de Tunisie de 1490 à nos jours». In *La gazette d'Israël* du 14-6.
- NAHUM, S. (1927) : *Voyages en Afrique du Nord*. Viking Press, pp. 249-250.
- NASER, Z (2016) : *Moknine : Etude historique et archéologique d'une ville côtière à l'époque ottomane*. Tunis.
- NATAF, V. (1948-1949) : *Annuaire israélite en Tunisie*, Tunis : imprimerie Rossi Jaoui & Cie.
- PAROT, A. (1956) : «Babylone et l'Ancien Testament». *Cahiers d'archéologie biblique*, 8.
- SAADAOU, A (1996) : *Testour du XVII au XIX^e siècle, histoire architecturale d'une ville morisque de Tunisie*, Tunis.
- SEBAG, P (1991) : *Histoire des juifs de Tunisie, Des origines à nos jours*. Paris : L'Harmattan.
- TOLEDANO, J. (1988) : *Les Juifs maghrébins*. Brepols, I.C.P. Coll Fils Abraham 111, 1988,
- TOUMI, S. (2021) : «Les Juifs de Testour : D'une communauté diasporique à une mémoire collective partagée». *Revue d'histoire méditerranéenne*, 3-1, pp. 113-131.
- TOUMI, S. (2021) : «Le tourisme religieux à travers le pèlerinage juif en Tunisie». In *Le tourisme religieux : approches multidisciplinaires, colloque à Sidi Dhrif, Tunis, 14-16 décembre 2021*. Centre d'études islamiques Kairouan, pp. 479-490.

Estrategias de coordinación para el desarrollo turístico y patrimonial de localidades amuralladas de Irlanda: el caso de la *Irish Walled Towns Network*

Maria Gilda Martino¹

Resumen

La distribución urbana de Irlanda está compuesta principalmente por pequeños núcleos urbanos (*towns*). Entre ellos, las localidades amuralladas representan un capítulo significativo de su historia. La *Irish Walled Towns Network* se formó en 2005, y reúne pequeñas, medianas y grandes localidades amuralladas en la isla atlántica. Fue fundada por el *Heritage Council*, una entidad instituida por el gobierno irlandés en 1995. Su principal objetivo es apoyar la gestión, conservación y desarrollo de localidades históricas que reconocen su tejido fortificado como lugar catalizador de la vida urbana. En 2013, la red recibió los premios *Europa Nostra* y *Best in heritage* por sus esfuerzos de conservación y educación sobre el patrimonio. Este capítulo pretende analizar los objetivos y acciones perseguidos por la red, destacando la temática del tratamiento de espacios públicos patrimoniales en tres casos de estudio, además de llevar a cabo una comparativa con ciudades amuralladas españolas e italianas.

Palabras clave

Ciudades amuralladas, Irlanda, Espacio público, Red urbana, Patrimonio

¹ Universidad de Alcalá. Email: gilda.martino@uah.es

Coordination strategies for the tourism and heritage development of walled towns in Ireland: the case of the *Irish Walled Towns Network*

Abstract

Ireland's urban distribution is mainly composed of small towns, and among these, walled towns represent a significant chapter of its history. The Irish Walled Towns Network was formed in 2005 and brings together small, medium and large walled towns on the Atlantic Island. It was founded by the Heritage Council, a body set up by the Irish government in 1995. Its main objective is to support the management, conservation and development of historic towns that recognise their fortified fabric as a catalyst for urban life. In 2013, the network received the Europa Nostra and Best in Heritage awards for its conservation and education efforts. This chapter aims to analyse the objectives and actions pursued by the network, highlighting the theme of the treatment of public spaces in three case studies, as well as a comparison with Spanish and Italian walled cities.

Keywords

Walled cities, Ireland, Public realm, Urban network, Built heritage

1. Las murallas en el paisaje urbano histórico irlandés

Los sistemas amurallados posibilitan la interconexión de diversos significados y disciplinas: técnico, militar, económico, social, político, simbólico e ideológico (Le Goff, 1991, p. 11), así como un límite espacial entre el centro y la periferia y una marca del inicio de la fundación de una ciudad. No obstante, al igual que se construyen, las murallas también se destruyen, y este acto está íntimamente relacionado con la confrontación e intercambio entre el *interior y el exterior, la ciudad y el campo, el orden y el caos* (De Seta, 2002, p. 108). A partir del siglo XIX, los sistemas de defensa urbana dejaron de cumplir gradualmente su función: lo que una vez fue símbolo de seguridad e identidad se convirtió en un obstáculo para el crecimiento y la expansión urbana, un límite físico frente a la circulación de los nuevos medios de transporte. A pesar de la eliminación de las murallas en su primigenia continuidad, sus vestigios persisten en numerosas ciudades, conservándose y adaptándose como representaciones simbólicas de sus valores patrimoniales, históricos y culturales (Le Goff, 1991). Además, las murallas no se limitan a existir en forma de elementos aislados, sino que es posible seguir interpretando su relación con el entorno urbano actual y hasta convertirse en una temática central y multidisciplinar para la configuración de redes de gestión y cooperación urbana nacionales e internacionales.

Las ciudades amuralladas en la actualidad representan un sistema en red de gran valor, especialmente en el contexto irlandés. Su distribución urbana se compone principalmente por pequeños núcleos (*towns*), y se relaciona directamente con la historia de conflictos entre colonizadores y poblaciones autóctonas. De hecho, la historiografía urbana está prestando cada vez más atención a las ciudades pequeñas como elemento esencial del paisaje urbano en toda Europa, así como a su relación en red con los otros asentamientos urbanos (Clark, 2017). En el contexto irlandés, este debate va cobrando cada vez más relevancia, reflejando su naturaleza interdisciplinar (Simms, 2012), conectando finalmente ciudades de diferente tamaño en redes de coordinación y desarrollo. Este fenómeno se ilustra claramente a través de los sistemas de defensa urbana, los cuales poseen un inmenso valor patrimonial tanto en el sur como en el norte de la isla (Department of Environment, Heritage and Local Government of Ireland, 2008). A pesar de su destrucción, al igual que en muchas ciudades europeas continentales, estos sistemas todavía tienen el potencial para seguir manteniendo una estrecha relación con su entorno urbano.

La ratificación por parte del estado irlandés de la Convención Europea del Paisaje en 2002 (Council of Europe, 2000) permite la recepción de conceptos como la importancia de considerar los paisajes como representaciones de la cultura, la relación entre las personas y los lugares y el papel activo de las comunidades en la preservación de los valores patrimoniales. Además, también la *Recomendación sobre*

Paisaje Urbano Histórico, que considera el patrimonio como catalizador en términos holísticos (UNESCO, 2011), se está intentando integrar en la política de planificación urbana irlandesa de los últimos años, con el objetivo de regenerar y revitalizar las áreas históricas centrales (Heritage Council, 2015b). Tras la crisis financiera de 2008 de hecho, se han desarrollado varios estudios con respecto a la planificación, conservación y la gestión del patrimonio como herramienta de regeneración de núcleos urbanos históricos, examinando los impactos y las respuestas a las políticas gubernamentales de austeridad (Nadin *et al.*, 2015; Pendlebury *et al.*, 2020; Scott *et al.*, 2020). Al mismo tiempo, en este contexto se inserta la labor de la *Irish Walled Towns Network* (IWTN), red urbana que reúne pequeñas, medianas y grandes localidades amuralladas, fundada en 2005 por el *Heritage Council*.

En este capítulo se pretende examinar la operatividad de esta interesante experiencia de coordinación para el desarrollo turístico y patrimonial de las ciudades amuralladas de la isla atlántica, en base a su repuesta a este nuevo contexto de austeridad. Su principal objetivo es apoyar la gestión, conservación y desarrollo de localidades históricas que reconocen su tejido fortificado como lugar catalizador de la vida urbana². En la primera parte, se llevará a cabo un breve análisis sobre la distribución y origen de los asentamientos urbanos en Irlanda, así como del marco legislativo de protección del patrimonio dentro del cual se inscribe la IWTN. Luego, se examinarán los objetivos y los resultados clave que se mencionan en los cuatro planes de acción de esta red. En la tercera sección, se examinarán las repercusiones de esta labor en tres casos de estudio: Limerick, Drogheda y Waterford³. Se pondrá especial énfasis en las acciones que implican los espacios públicos patrimoniales, entendidos como un sistema sujeto a una doble interpretación: por un lado, como catalizador de identidad comunitaria y, por el otro, como un “factor de localización blando” que favorece el desarrollo turístico y patrimonial (Scott *et al.*, 2020, p. 6). Este sistema ha adquirido paulatinamente relevancia a la vez que las murallas se convertían en un límite para el crecimiento urbano (Miani Uluhogian, 1991, p. 366), lo que ha generado tensiones en torno los procesos de obsolescencia, conservación y mercantilización del patrimonio. Finalmente, se realizarán consideraciones y paralelismos con las experiencias de otras ciudades amuralladas europeas.

² En 2013, la red recibió los premios *Europa Nostra* y *Best in Heritage* por su programa educativo en respuesta a la crisis de financiación en el sector patrimonial irlandés, que incluía iniciativas relativas a la conservación, planificación y desarrollo patrimonial y turístico de las localidades amuralladas.

³ Estas ciudades también han sido objeto de análisis en los estudios previamente mencionados, debido a que, además de destacar por su valor histórico y arquitectónico, se han enfrentado desafíos significativos derivados por la crisis económica del 2008. La elección de estas ciudades de tamaño grande y mediano para el análisis de este capítulo, se justifica por ser testimonio de diferentes tipos de tratamientos de los espacios públicos con directa relación con las estructura urbanas defensivas.

2. Ciudades amuralladas irlandesas: origen, crisis y marco de protección patrimonial

El origen y distribución de los asentamientos urbanos ha experimentado cambios significativos a lo largo de la historia de la isla irlandesa. Es de primaria importancia establecer una cronología de las luchas que se han sucedido entre la población nativa y colonizadora desde épocas antiguas hasta la contemporaneidad, ya que representan un factor determinante de desarrollo del carácter defensivo de los tejidos antiguos de las ciudades.

Irlanda es internacionalmente reconocida por sus huellas arqueológicas de épocas prehistóricas y antiguas⁴. En estas etapas la población se concentraba en asentamientos circulares llamados *ringforts*, relacionados con los guerreros celtas y la primera llegada del cristianismo (Mulvin, 2021). Muchos de estos, en la costa como en el interior de la isla, cuentan con un origen cristiano y se desarrollaron a raíz de funciones religiosas y monásticas. Como han indicado Prunty y Clarke (2011) existen evidencias que en los siglos VII y VIII, los lugares más poblados de Irlanda fueran estas grandes primitivas instituciones monásticas. Estos representaban centros de poder religioso y de función socioeconómica primaria, lugares seguros en casos de necesidad de la población, gracias a sus primitivos sistemas defensivos (Prunty y Clarke, 2011).

A partir del siglo VIII, poblados vikingos procedentes del oeste de Noruega, empezaron a invadir y asentarse en la isla, conquistando las instituciones monásticas y fundando nuevas ciudades en la costa con función principal de puertos —los denominados *longphorts*— con salida a mar abierto, de fácil acceso para el comercio y con posibilidades de ágil respuesta defensiva. Por otro lado, a la invasión anglonormanda de Irlanda desde el continente europeo (1169 d. C.) se atribuye la fundación de la mayoría de las ciudades, además de haber tenido un notable impacto en otros asentamientos existentes en el siglo XII y XV (Givens, 2008). Estas poblaciones se organizaban según un sistema feudal de ciudades comerciales y administrativamente independientes. En esta etapa prosperó la construcción de castillos de piedras y sistema de murallas defensivas (Simms & Simms, 1971).

A continuación, con la llegada de Gran Bretaña en el siglo XVI, la principal herramienta a disposición del nuevo colonizador fue el asentamiento urbano

⁴ El país cuenta con dos bienes culturales inscritos a la lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO: Brú na Bóinne y Sceilg Mhichíl, declarados respectivamente en 1993 y 1996. Brú na Bóinne constituye el ejemplo más importante de conjunto prehistórico megalítico de Europa, dotado de un gran número de monumentos con funciones sociales, económicas, religiosas y funerarias (UNESCO, 1993). Skellig Michael es un conjunto de edificios monásticos cuyo origen se remonta probablemente al siglo VII, (...) testigo de fe religiosa de los primeros cristianos irlandeses (UNESCO, 1996).

(Hughes, 1961). Se produjo un importante impulso en la fundación de ciudades y pueblos de nueva planta, principalmente en el Norte de la isla. Por otro lado, el siglo XVIII se puede considerar el período culminante en la evolución de las urbes en Irlanda, mientras que en los siglos XIX y XX, que coinciden con el desarrollo de infraestructura de transporte, surgieron nuevas ciudades satélites y localidades costeras.

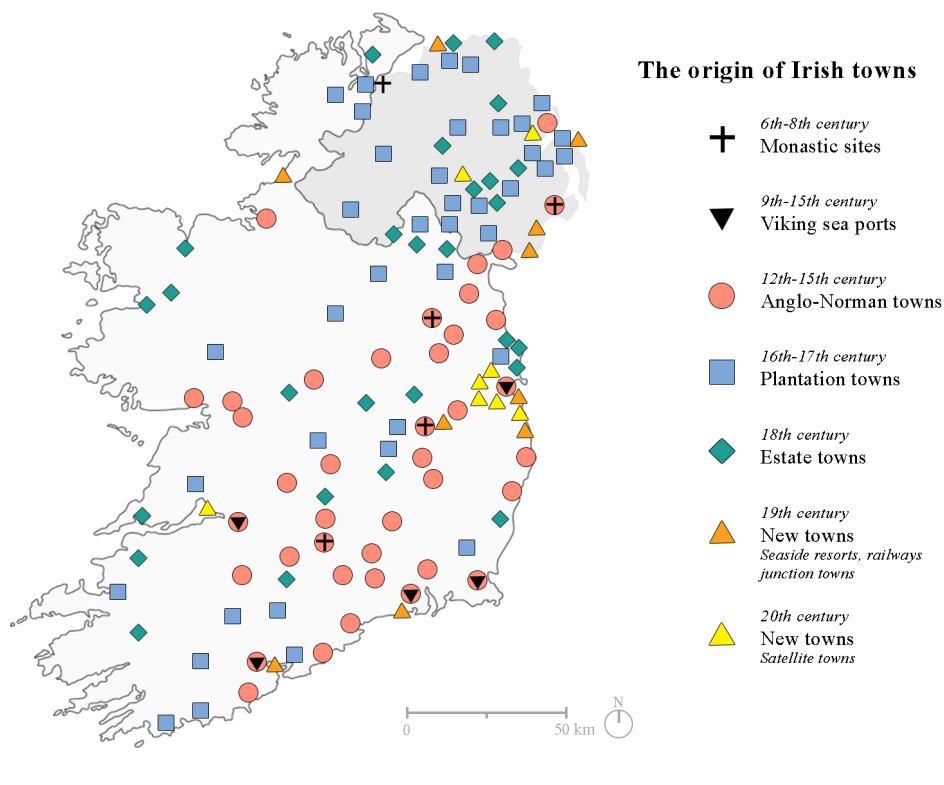


Fig. 1 – Origen de las principales ciudades irlandesas con más de 3000 habitantes.

[Fuente: Elaborado por la autora (2023), a partir de los datos de Simms y Simms (1971)].

En la década de 1990, la economía irlandesa experimentó un periodo de gran crecimiento denominado *Celtic Tiger*, lo que llevó al aumento de una quinta parte de su población (Williams, 2012). Hoy en día, la mayoría de esta se distribuye en los cinco asentamientos urbanos que la ley irlandesa define como ciudades (*city*) y sus áreas urbanas, siendo Dublín la más grande del país⁵ (Central Statistics Office, 2019).

Por otro lado, para entender el marco normativo de protección patrimonial de los asentamientos urbanos irlandeses es importante comprender que estos se desarrollan a raíz de un sistema de planificación discrecional (Walsh, 2000) en el cual, a raíz de directrices nacionales y regionales, cada autoridad local debía elaborar y aprobar formalmente un plan de desarrollo (*Development plan*) cada seis años (Planning and Development Act, 2000). La protección patrimonial se encuentra estrictamente dividida entre patrimonio arqueológico de competencia nacional (*National Monuments*), y patrimonio arquitectónico (*Built heritage*) de competencia local, que comprende todo lo datado posteriormente al año 1700 (Lennon y Waldron, 2019; Parkinson *et al.*, 2020). Existe un inventario nacional⁶ que representa una recomendación por parte del gobierno central, mientras lo que determina formalmente la protección legal patrimonial es la autoridad local a través de sus planes de desarrollo, que estipulan un registro de las estructuras protegidas (RPS) así como zonas de conservación arquitectónica (ACA) (O'Rourke, 2017). A la vez, la financiación del patrimonio procede en casi en su totalidad del gobierno central, y el porcentaje el gasto nacional se considera muy bajo en comparación con otros países europeos: en 2010 fue el 0.11% con respecto al PIB del mismo país (Klamer *et al.*, 2013).

En todo esto, el país cuanta aproximadamente con 550 zonas de conservación arquitectónica y 44 mil estructuras protegidas, la gran mayoría de propiedad privada (Rynne *et al.*, 2000). A la vez, existen otros órganos que podrían considerarse como mediadores entre gobierno central, administraciones locales y ciudadanos como el *Heritage Council*⁷.

⁵ El *Central Statistics Office of Ireland* (2019) define "*city*" los cinco asentamientos urbanos irlandeses que superan los 50.000 habitantes (Dublín, Cork, Limerick, Galway y Waterford). Por otro lado, todas las demás se definen "*town*", que se refiere a asentamientos urbanos que desempeñan un papel significativo en la economía regional y poseen una historia y una herencia cultural distintivas. Por último, "*village*" se refiere a pequeñas comunidades en unas zonas rurales.

⁶ Los ocho criterios que la Ley irlandés exige para que una estructura protegida sea de interés especial de protección se definen a raíz de la ratificación de la Convención de Granada (Council of Europe, 1985): Arquitectónico; Histórico; Arqueológico; Artístico; Cultural; Científicos; Técnico; Social (Department of Arts, Heritage and the Gaeltacht, 2004).

⁷ Este órgano se creó en virtud de la Ley de Patrimonio de 1995 y es financiado directamente por el gobierno central.

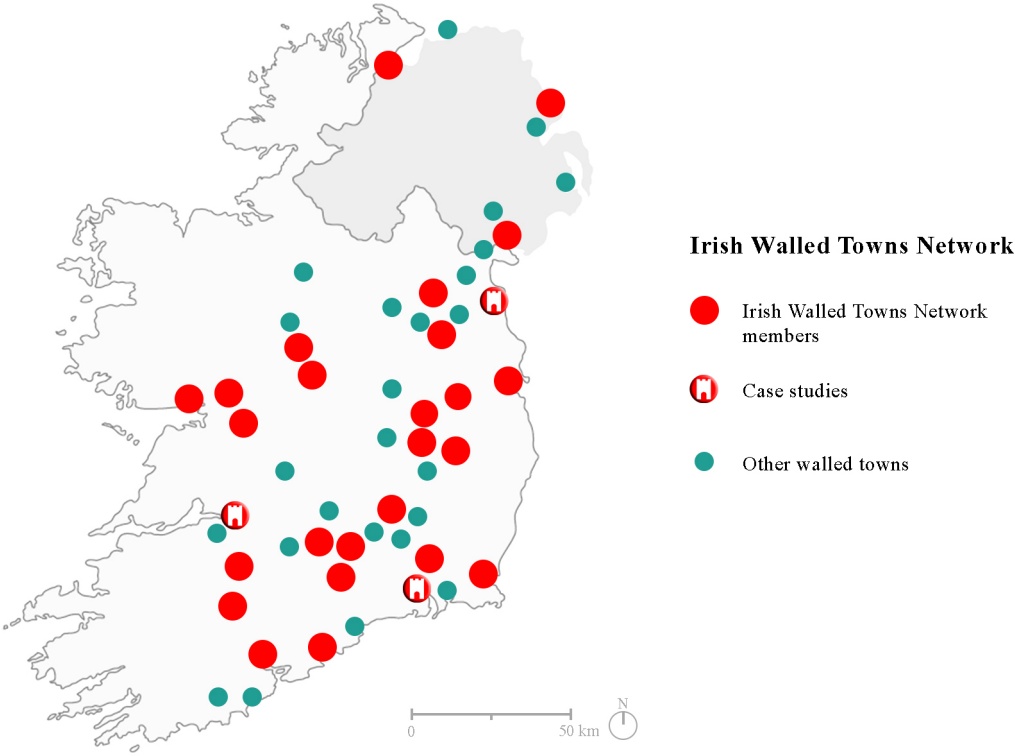


Fig. 2 – Localización de las ciudades amuralladas irlandesas que pertenecen a la IWTN.
[Fuente: Elaborado por la autora (2023), a partir de los datos de Givens (2008, p. 6)]

3. *Irish walled town Network*: una red urbana para el desarrollo turístico y patrimonial

La red nacional *Irish Walled Towns Network* nace con el objetivo de promover, proteger y desarrollar los asentamientos amurallados de Irlanda como lugares para vivir, trabajar, visitar y como destinos turísticos y culturales. El enfoque de la red no se considera *top-down*, sino más bien lo contrario, como una ocasión para la cooperación y transferencia de conocimientos entre sus miembros. Actualmente, la red cuenta con treinta⁸ miembros entre ciudades y *towns*, tanto en el sur como en el norte de la isla. Como identificado por Givens (2008, p. 6), además de los miembros oficiales existen otros veinticinco asentamientos que poseen evidencias físicas y documentales de sistemas de defensa, y que podrían ser elegibles para unirse a la red. En cuanto a la labor de ésta, a continuación se analizan los objetivos y acciones descritas en sus cuatro planes de acción publicados desde 2005 hasta la actualidad (Heritage Council, 2005, 2013, 2013 y 2019).

Podríamos decir que, en los primeros años de su existencia, la red se enfocó en la investigación y conocimiento, además de otorgar subvenciones para la redacción de planes de conservación para los sistemas amurallados de sus 12 miembros fundadores. En esta primera fase, destacan acciones de colaboración con el gobierno central irlandés como la redacción del documento de “Políticas nacionales sobre sistemas de Defensas urbanas” (Department of Environment, Heritage and Local Government of Ireland, 2008). En éste, las murallas se consideran como un único monumento nacional, que necesitarían continuidad entre ellas, pero a la vez se sostiene que los asentamientos urbanos deberán seguir creciendo y desarrollándose. Cada año además, se fueron organizando conferencias, seminarios y talleres donde los miembros se reunían y confrontaban.

Un punto de inflexión de la trayectoria de la red fue la crisis financiera del 2008, que llevó al colapso de las finanzas nacionales. Cabe destacar que la asociación en este periodo de austeridad, vio un recorte de su financiación desde el gobierno central de un 80% en dos años. En este momento fue importante el replanteamiento de sus estrategias de acción, que ya no eran económicamente sostenibles. Todos los asentamientos miembros sufrieron en mayor o menor medida las consecuencias del cierre de empresas, el abandono y degradación de sus tejidos históricos. A pesar de esto, la asociación siguió insistiendo en el patrimonio defensivo como una parte vital de la identidad de estos lugares. La nueva visión se basaba en un modelo de cooperación, formación y educación holístico y basado en las personas que llevó la asociación a ser galardonada con los premios *Best in Heritage* y *Europa Nostra*

⁸ Cabe destacar que más de la mitad de estos son pequeños asentamientos con una población de hasta 10 mil habitantes.

para programa educativos en 2013⁹ (European Heritage Association, 2013). Esta estrategia se basaba en que la financiación de cada acción de conservación estaría vinculada a la organización de ocasiones de formación, participación y transferencia, promoviendo la comprensión y el interés hacia el patrimonio mediante la interacción entre comunidades y administraciones, a través de eventos y proyectos estratégicos que tuvieron incluso mejores resultados de los periodos anteriores de la crisis¹⁰. No obstante esta considerable disminución de la financiación, los miembros de la asociación siguieron aumentando hasta veinticinco.

Desde 2017, la asociación sigue trabajando para la optimización de una estrategia de coordinación. En particular, el último plan de acción publicado insiste en el refuerzo de la cooperación entre los miembros actuales. En 2018 además, el Comité Europeo de las Regiones de la UE reconoció la red como buena práctica en el uso de la cultura para mejorar la competitividad local (Heritage Council, 2023). En su estrategia hacia el futuro se reitera la importancia de participación conjunta de administraciones y ciudadanos, destacando además temáticas innovadoras como el llamamiento a la concienciación hacia el cambio climático y la promoción de la idea de rehabilitación del patrimonio basada en espacio público que *tiene que ser de alta calidad y que anime a la gente a visitar, permanecer y vivir en los centros urbanos* (Heritage Council, 2019, p. 15).

⁹ La presentación del programa educativo IWTN en la conferencia del Premio Europa Nostra en Dubrovnik en 2014 está disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=6zeFc9CAjos>

¹⁰ Entre las actividades de educación, participación y transferencia financiadas, encontramos experiencias de diferente tipología, como paneles de interpretación, cursos de formación, conferencias, *open days*, tours etc. Entre estos proyectos, destaca por su éxito en 2014 la experiencia del museo temporal *Kilkenny pop up museum* (European Heritage Association, 2013). Durante una serie de eventos, se logró una gran afluencia en la promoción patrimonio cultural medieval de la ciudad. Su enfoque novedoso se basó en la elección de ubicaciones estratégicas de especial relevancia y accesibilidad en el espacio público, trascendiendo así las limitaciones convencionales de un museo estático. Se llevaron a cabo una serie de eventos interactivos sobre el patrimonio de la ciudad amurallada, como talleres de arqueología y arte y actuaciones teatrales.

Tabla 1. Asentamientos que pertenecen a la IWTN según tipo, población y año de inscripción a la red

IWTN members			
Name	Type	Population	Enrolment Period
Dublín	City	1.110.627	2006-2008
Cork	City	198.582	2011-2013
Limerick	City	91.454	2011-2013
Derry/Londonderry*	City	83.652	2006-2008
Galway	City	76.778	2006-2008
Waterford	City	51.519	2006-2008
Drogheda	Town	38.578	2006-2008
Carrickfergus*	Town	28.135	2006-2008
Kilkenny	Town	24.423	2006-2008
Naas	Town	20.713	2020-2023
Athlone	Town	20.153	2006-2008
Clonmel	Town	17.908	2011-2013
Athy	Town	9.926	2014-2016
Wexford	Town	9.114	2006-2008
Kildare	Town	8.634	2014-2016
Trim	Town	8.268	2011-2013
New Ross	Town	8.151	2011-2013
Youghal	Town	7.794	2006-2008
Bandon	Town	6.640	2011-2013
Kells	Town	6.135	2020-2023
Carrick-on-Suir	Town	5.771	2014-2016
Loughrea	Town	5.556	2020-2023
Athenry	Town	4.445	2006-2008
Cashel	Town	4.051	2011-2013
Kilmallock	Town	1.688	2006-2008
Fethard	Town	1.545	2011-2013
Castledermot	Town	1.475	2014-2016
Caligford	Town	1045	2011-2013
Buttevant	Town	970	2011-2013
Rindoon	Site	0	2011-2013

NB: Las ciudades de Irlanda del Norte se indican con *, los casos de estudio en negrita.
[Fuente: Elaborado por la autora (2023), a partir de los datos del Heritage Council (2023) y del Central Statistics Office (2016)]

4. Tres casos de interpretación de las murallas urbanas

Se considera interesante aprovechar la oportunidad de entender la labor de la red a través del análisis de casos de estudio específicos. A pesar de que esta se compone en su mayoría de pequeños asentamientos amurallados, podemos comprender de manera más pragmática cómo ha evolucionado el tratamiento de las huellas de los sistemas defensivos urbanos, a través de ejemplos concretos de ciudades que han experimentado transformaciones significativas debido a políticas de austeridad, como Limerick, Waterford y Drogheda. Al explorar estos casos, podremos apreciar y reflexionar además la evolución de los planteamientos de la red, como la rehabilitación del patrimonio basada en el espacio público de calidad.

4.1 Limerick: un ejemplo de privación del carácter de ciudad amurallada

Limerick es la tercera ciudad de Irlanda, situada en la costa oeste de la isla en el enclave entre del río Shannon y Abbey. De origen vikingo, ha experimentado una evolución urbana ampliamente influida por la población normanda, asumiendo a lo largo de los siglos un carácter extremadamente definido por el conflicto y la resistencia¹¹. Su núcleo urbano histórico se divide en tres zonas de carácter distinto: dos ciudades gemelas en forma de reloj de arena a los dos lados del río y pensadas para defenderse recíprocamente – la más antigua *Englishtown* en la cual se habían establecido los colonos ingleses, la *Irishtown* –; y la tercera y más conocida *Newtown*, un desarrollo el siglo XVIII al sur del centro de la ciudad, una nuevo paisaje y forma urbana más allá de las murallas originales (Kelly & Moloney, 2023), planificada en cuadrícula con un diseño de calles anchas y regulares con edificios que se inspiraban al estilo del Dublín georgiano (O'Connor, 1987).

El impulso de expansión de este último desarrollo empezó un lento proceso de desmantelamiento de las murallas, negando el carácter de ciudad fortificada casi como como una liberación positiva de un patrimonio antiguo y malsano (Bruce & Creighton, 2006, p. 4), con el explícito propósito de negar su imagen de ciudad amurallada (Hill, 1991, p. 58). Hoy en día, el trazado urbano todavía refleja las huellas del antiguo sistema defensivo de la ciudad y, a pesar de esta demolición organizada, existen algunos tramos que han permanecido en pie.

En 2008, le red de asentamientos amurallados financió un plan de conservación y gestión de las murallas, consideradas como un único monumento urbano, reflejando la necesidad urgente de conservación y mantenimiento de los tramos existentes (Heritage Council & Limerick City Council, 2008). Además, se comenzaron a

¹¹ Limerick fue uno de los principales escenarios de las guerras Cromwelliana y Guillermita a lo largo del siglo XVII, lo que conllevó al mapeo y representación de la ciudad por parte de ingenieros franceses, con el propósito de ilustrar la mejor manera de defender la ciudad (Heritage Council & Limerick City Council, 2008).

4.2 Drogheda: nuevos planteamientos para los espacios relacionados con las murallas

Drogheda, ubicada en el corredor Dublín-Belfast, es la *town* más grande de Irlanda. Su origen se remonta a un asentamiento anglonormando que se estableció en dos áreas divididas por el río Boyne, convirtiéndose en uno de los principales centros urbanos y puertos comerciales de la Irlanda medieval. El núcleo de la ciudad mantiene en gran parte de su trazado de calles e hitos históricos¹³ que destacan por su intervisibilidad gracias a su conformación urbana en las dos vaguadas del río. Aunque la muralla se conserve en fragmentos, esta no solo representaba un símbolo de prestigio y seguridad para la ciudad, sino también cumplía una función fiscal. Se preserva uno de los ejemplos más notables¹⁴ de puertas de acceso y recaudación de peajes: *St. Lawrence gate* (Bruce & Creighton, 2006). La pérdida de la integridad física de la muralla medieval comenzó en el siglo XVIII, cuando las fortificaciones se consideraron obsoletas, así que muchas secciones fueron demolidas u utilizadas como canteras para la construcción de edificios en un período de crecimiento económico y comercial. Más tarde, la muralla sufrió grandes pérdidas también en la segunda mitad del siglo XX, a raíz de las exigencias de circulación y acceso de vehículos que requirieron la ampliación de las calles y la creación de nuevas vías de tráfico (Reilly, 2015).

Se financió en 2006 un plan de conservación de sus murallas (Heritage Council & Drogheda Borough Council, 2006): un documento que, además de recomendaciones sobre conservación y gestión de los tramos existentes, proporcionaba interesantes directrices de mejora de integración urbana de la muralla con el paisaje urbano. Entre los eventos de transferencia y participación comunitaria, destaca el evento “*I am Wall*”, asociado a la celebración del *Walled Towns’ Day* de 2011. En esta ocasión, más de 2.000 personas formaron un “muro humano”, reivindicando y reconstruyendo simbólicamente el trazado perdido de la muralla urbana (Heritage Council, 2011). Además, la administración continúa destacando la importancia de crear un espacio público accesible e inclusivo, en el cual la muralla se integre mediante estrategias como la mitigación de tráfico, el tratamiento de materiales de pavimentación y la instalación de paneles interpretativos (Heritage Council & Drogheda Borough Council, 2006, pp. 45-48).

¹³ Drogheda ocupa un lugar de gran relevancia en la historia del conflicto cromwelliano en Irlanda. La ciudad fue un símbolo de resistencia frente al bando inglés que desembarcó para reconquistar la isla a raíz de la rebelión irlandesa de 1641. En 1649, en la zona meridional de la ciudad cerca del *Millmount Fort*, finalmente fue abierta una brecha en las fortificaciones, desencadenando la masacre que aún persiste en la memoria colectiva irlandesa como una de las más trágicas atrocidades en su historia (Bruce y Creighton, 2006; Moody *et al.*, 2012).

¹⁴ En el contexto irlandés, se conservan menos de treinta ejemplares de puertas de ciudades amuralladas (Johnston, 2006). La mayoría de estas se hallan aisladas de los fragmentos de las murallas y su preservación y estudio es de primaria importancia dado su significativo valor histórico y cultural.

Sin embargo, no todos estos planteamientos se llegaron a realizar, y actualmente muchos tramos de la muralla permanecen en un estado fragmentario, a menudo descuidados y estructuralmente vulnerables.

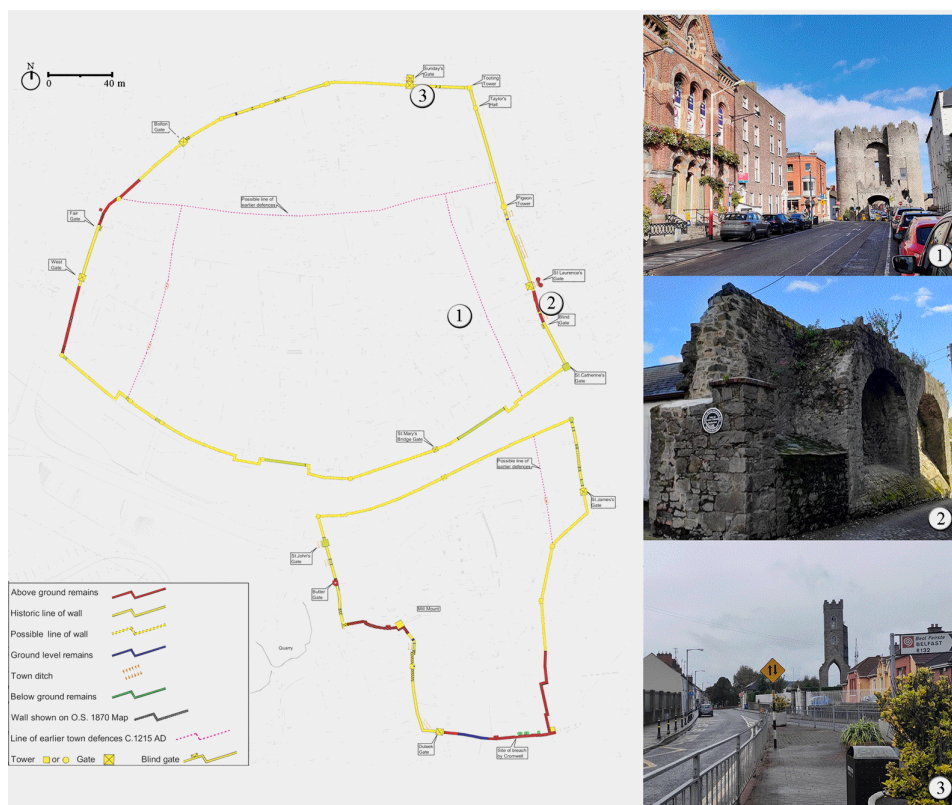


Fig. 4 – Estado actual de conservación la muralla de Drogheda.

Fuente: Heritage Council & Drogheda Borough Council (2006, pp. 8-10) y fotografías © de la autora.

4.3 Waterford: un modelo de pionero de desarrollo patrimonial

La ciudad de Waterford, situada en el sureste del país, es un extraordinario ejemplo de centro urbano de origen vikingo¹⁵ y desarrollo anglonormando. Históricamente, esta ciudad destacó como puerto de gran importancia en Irlanda para las rutas comerciales hacia Europa. Su sistema defensivo contó con varias fases de ampliación y refuerzos, debido a ser un foco de actividad militar en el siglo XV y por su lealtad a la corona inglesa, llegando a contar finalmente con dos cercas, veintitrés torres y quince puertas de acceso (Johnston, 2006). Sin embargo, a lo largo de los siglos XVII y XVIII, gran parte de la muralla que rodeaba la ciudad fue demolida, así que solo seis torres han llegado hasta nuestros días.

En 2005 se implementó un plan de conservación que estableció las directrices básicas para preservar y mantener el patrimonio defensivo de Waterford (Heritage Council & Waterford City & County Council, 2005). Por otro lado, a lo largo de los años, se llevaron a cabo diversas intervenciones con el fin de evocar la visión interpretativa de la muralla perdida, como es el caso de la pavimentación de la principal calle comercial. Además, el centro de la ciudad alberga una iniciativa pionera en Irlanda: el barrio patrimonial denominado *Viking Triangle*. Este proyecto multidisciplinario se enfoca en la interpretación y gestión holística del patrimonio, abarcando tanto la huella de la muralla como una nueva red de museos (Scott *et al.*, 2023), creando un sistema de espacios públicos de alta calidad que fomente la dinamización económica y promueva el orgullo cívico entre la población local (Heritage Council, 2013, p. 16). Sin embargo, el plan de interpretación vinculado a esta iniciativa está orientado exclusivamente en atraer el mercado turístico (Waterford City & County Council, 2012). En cambio, entre las ocasiones de transferencia y participación ciudadana financiadas por la red, se incluyen eventos, seminarios y exposiciones¹⁶, así como la elaboración de un plan de interpretación de las murallas. A diferencia del documento previamente mencionado, este último integra la participación tanto de la ciudadanía como de los visitantes, orientando y guiando las directrices de diseño del espacio urbano vinculado a la muralla, con el fin de garantizar su adecuada comprensión y disfrute (Waterford City & County Council & Heritage Council, 2021).

¹⁵ La fundación de la ciudad de Waterford, al igual que en el caso de Limerick, se vincula a una ubicación notablemente estratégica desde el punto de vista defensivo (Thomas, 1992, p. 58).

¹⁶ Entre estas experiencias, destacan *The Siege of Waterford by the Normans and the Marriage of Strongbow & Aoife Exhibition*, *Christ Church Cathedral Heritage Talks and Exhibition* y *Heritage and Biodiversity Week Events* (Heritage Council, 2012).



Fig. 5 – Estado actual de conservación de la muralla de Waterford.

Fuente: Waterford City & County Council & Heritage Council (2021, p. 6) y fotografías © de la autora.

5. Consideraciones y paralelismos con el patrimonio amurallado europeo

En la actualidad, las ciudades amuralladas se consideran piezas emblemáticas del sistema del patrimonio europeo. Estas estructuras no sólo han influido de manera perdurable en los tejidos urbanos, sino que también han ejercido un papel trascendental en la configuración de la identidad de las ciudades que abrazan. Sin embargo, lamentablemente, la eliminación selectiva de este patrimonio es un tema recurrente en estas urbes antiguas. Por todo esto, cabe destacar que, en pleno siglo XXI, la existencia de ciudades que aún se definen por sus sistemas defensivos constituye una excepción, en un contexto donde la modernidad y la expansión urbana ha generado nuevos tipos de murallas contemporáneas como las grandes infraestructuras viarias (Le Goff, 1991), transformado la mayoría de estos paisajes urbanos.

En el siglo XIX, la destrucción de las murallas se consideraba una liberación positiva de un patrimonio antiguo insalubre y relacionado la memoria de los conflictos coloniales. Así como en Irlanda, también en Europa, muchas comunidades veían la eliminación de estos sistemas como un beneficio, frente al desarrollo de nuevos modelos urbanos y de facilitación de la circulación rodada. En el Estado italiano de reciente fundación por ejemplo, a finales del siglo XIX, las murallas de las ciudades sin ninguna función militar directas, podían ser demolidas. Como en Florencia, con el plan Poggi en 1864, que incluiría la demolición siguiendo propósitos higienistas (Fanelli, 1997), y conservando finalmente solo elementos que encabezan el sistema defensivo como *Fortezza dal Basso* (De Seta, 2002). En otros casos, como en el *Veneto*, la región del norte de Italia con más concentración de sistemas defensivos conservados (Dal Borgo, 2012), también encontramos ejemplos como la ciudad de Crema donde la muralla se fragmenta paulatinamente hasta épocas modernas del siglo XX por exigencias de movilidad. Estos elementos, privados de toda funcionalidad, se funden finalmente con espacios, jardines y casas privadas, quedando inaccesibles y ocultos a la vista (Knobloch, 2015). También en España, como consecuencia directa de la política de los planes de ensanche, que defendían la expansión de la ciudad como símbolo de modernidad, progreso e higiene, en Ciudad Real, se llevó a cabo en 1931 la orden de demolición de la muralla. De los 5 kilómetros de longitud original, hoy en día se conserva solamente un tramo de 40 metros y una sola puerta de las 8 originales (Espinosa Laguna, 2016). De manera similar, en Alcalá de Henares, se conservan dos puertas de acceso, aproximadamente de 700 metros de muralla y 19 torreones debido en gran medida a las destrucciones causadas por la desamortización y los intereses de expansión urbana. Estos elementos sobreviven principalmente porque delimitaban una propiedad del Estado, y el Ayuntamiento no tenía jurisdicción sobre ellos (Peñalba, 2006).

En todos los casos, las murallas son monumentos complejos y sujetos a la reinención en el presente, también en los casos singulares de “ciudades joya” (Bruce & Creighton, 2006), en donde se ha podido, por diferentes razones, redescubrir, conservar y, finalmente, declarar Patrimonio Mundial sus sistemas defensivos. Este modelo suele aplicarse a ciudades amuralladas de tamaño mediano y pequeño, como Ávila en España y Sabbioneta en Italia. En el caso español, la ciudad de Ávila queda encerrada por su muralla que se conserva integralmente. Esta además *se concibe casi como un anillo que rodea la ciudad sin tocarla ni mancharla* (Hernández Díaz, 1996), hasta convertir finalmente la misma en un espacio recurrible y accesible (Rivera Blanco, 2021, p. 1348). Además, en el caso de Ávila, la preservación visual hacia los lienzos del sistema de defensa, que en el siglo pasado se mantuvo intacto, no tanto debido a explícitas decisiones políticas, sino más bien a *limitaciones económicas frente a una tarea de demolición tan costosa* (Navascués Palacio, 2000), ha generado

controversias en torno a la destrucción de destacados ejemplos de patrimonio industrial¹⁷. Con respecto al caso italiano de la pequeña ciudad amurallada de Sabbioneta, se trata de un ejemplo único de ciudad ideal del Renacimiento tardío, construida *ex novo* por Vespasiano Gonzaga en el siglo XVI (Gazzola, 1967). En este contexto, las murallas nunca tuvieron un papel específico en la defensa militar, más bien, simbolizaban la imagen de una ciudad-estado, diferenciándola del paisaje agrícola circundante. La muralla ha sobrevivido casi intacta hasta nuestros días. A este propósito en el siglo XX, se planteó un proyecto de demolición completa de ésta, argumentando que nunca había cumplido una función de defensa y que se consideraba un obstáculo para el desarrollo de la ciudad (Del Curto, 2017). Finalmente, solo se llegó a destruir una décima parte, que hoy en día se conserva como un elemento esencial de su valor universal excepcional, además de convertirse en un mirador hacia el paisaje urbano y el entorno rural circundante¹⁸. Pero al mismo tiempo, el casco histórico tan preservado se está lentamente despoblando, debido a los estrictos patrones de conservación y los costes ingentes de las obras de rehabilitación, tanto que el 90% de la población vive fuera de la muralla¹⁹.

6. Hacia un desarrollo sostenible de la red de ciudades amuralladas irlandesas

Los sistemas defensivos representan un valioso componente de importancia arquitectónica, histórica y arqueológica de los asentamientos urbanos irlandeses. Para que estos representen un sistema vital para la constitución de una red de ciudades, resulta imperativo que las comunidades locales, mediante ocasiones de formación, participación y cooperación, sigan interpretando los valores identitarios sobre los cuales construir nuevos significados (Smith, 2006), más allá de que estas estructuras se asocien con símbolos de un pasado de opresión y represión colonial (Creighton & Higham, 2005, p. 249). En este contexto, el *Heritage Council* y su programa IWTN desempeñan un papel fundamental de apoyo y coordinación

¹⁷ Se hace referencia a la controvertida demolición del edificio de la Fábrica de Harina de Ávila, llevada a cabo entre 1994 y 1996 (Cátedra, 1998). La proximidad de esta estructura a las murallas de la ciudad no contribuyó a la preservación del único ejemplo destacado de la breve y fallida etapa de industrialización de la ciudad, que había quedado en estado de deterioro tras un incendio. La demolición se llevó a cabo con el propósito de mejorar la vista panorámica de las murallas y facilitar la circulación de vehículos, lo que generó un debate significativo en el ámbito académico.

¹⁸ Se están ejecutando proyectos de acondicionamiento de la muralla de Sabbioneta con el objetivo de hacerla transitable y accesible al público. En este contexto, el patrón de crecimiento urbano a lo largo del siglo XX ha hecho posible que en el área perimetral del sistema defensivo se conforme espontáneamente un cinturón verde, brindando una oportunidad interesante para la creación de espacios públicos de paseo y disfrute para residentes y turistas (Castagnoli, 2020; Ebejer *et al.*, 2023)

¹⁹ Ayuntamiento de Sabbioneta: *Piano di Governo del Territorio: Relazione illustrativa*, 2016.

para un desarrollo patrimonial y turístico sostenible. Este rol ha demostrado ser esencial para la cohesión y diálogo entre las regiones del sur y del norte de la isla, incluso en contextos de políticas gubernamentales de austeridad. El papel mediador y coordinador de la red es clave para facilitar las relaciones y el diálogo entre el gobierno central, local y los ciudadanos. Aunque una parte considerable de estos sistemas defensivos se ha perdido debido al desarrollo urbano de los últimos siglos, como ha ocurrido en otros contextos europeos, se ha observado una transición desde una conservación estática hacia un enfoque más interpretativo y dinámico. Esta nueva visión, basada en la educación y la formación tanto de las administraciones como de los ciudadanos, tiene el potencial de restaurar la continuidad material e inmaterial perdida de estos sistemas. Un ejemplo ilustrativo de esta dinamización es la ciudad de Waterford, que ha logrado integrar los elementos de interés turístico y patrimonial de su núcleo urbano y su sistema defensivo a través de intervenciones en el espacio público de calidad. Sin embargo, es crucial que la interpretación no se centre exclusivamente en los intereses económicos y turísticos, sino que se oriente de manera más significativa hacia la implicación de la comunidad local, considerando el patrimonio como una herencia del pasado que debe ser preservada y transmitida a las generaciones futuras.

FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA

Fuentes Institucionales

- CENTRAL STATISTICS OFFICE (2016): *Population Distribution and Movements*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cp2tc/cp2pdm/pd/>]
- CENTRAL STATISTICS OFFICE (2019): *Urban and rural classification rules*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-urli/urbanandrurallifeinireland2019/introduction/>]
- COUNCIL OF EUROPE (1985): *Granada Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://rm.coe.int/168007a087>]
- COUNCIL OF EUROPE (2000): *European landscape convention*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://rm.coe.int/16807b6bc7>]
- DEPARTMENT OF ARTS, HERITAGE AND THE GAELTACHT (2004): *Architectural heritage protection. Guidelines for planning authorities*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.buildingsofireland.ie/app/uploads/2019/10/Architectural-Heritage-Protection-Guidelines-for-Planning-Authorities-2011.pdf>]
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENT, HERITAGE AND LOCAL GOVERNMENT OF IRELAND (2008): *National Policy on Town Defences*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.archaeology.ie/sites/default/files/media/publications/national-policy-on-town-defences.pdf>]
- EUROPEAN HERITAGE ASSOCIATION (2013): *Irish Walled Towns Network Educational Programme. EU Prize for Cultural Heritage / Europa Nostra Award 2013 winner*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://presentations.thebestinheritage.com/2014/Irish%20Walled%20Towns%20Network%20Educational%20Programme>]
- HERITAGE COUNCIL (2005): *Irish Walled Towns Network Action Plan 2006-2008*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/irish_walled_towns_network_action_plan_2006_2008_2mb.pdf]
- HERITAGE COUNCIL (2011): *Annual Report 2011*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/2011_annual_report.pdf]
- HERITAGE COUNCIL (2012): *Annual Report 2012*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/2012_annual_report.pdf]
- HERITAGE COUNCIL (2013): *Irish Walled Towns Network Action Plan 2014-2016*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/irish_walled_towns_network_action_plan_2014_2016_14mb.pdf]
- HERITAGE COUNCIL (2014): *Annual Report 2014*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/annual_report_2014_7mb.pdf]

- HERITAGE COUNCIL (2015a): *Annual Report 2015*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/Annual_report_2015_HC.pdf]
- HERITAGE COUNCIL (2015b): *Policy Proposals for Ireland's Towns*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.heritagecouncil.ie/content/files/policy_proposals_irelands_towns_2015_5mb.pdf]
- HERITAGE COUNCIL (2019): *Irish Walled Towns Network Action Plan 2020-2023*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.heritagecouncil.ie/content/files/Irish-Walled-Towns-Network-Action-Plan-2020-2023.pdf>]
- HERITAGE COUNCIL (2023): *Irish Walled Towns Network*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.heritagecouncil.ie/projects/irish-walled-towns-network>]
- HERITAGE COUNCIL, & DROGHEDA BOROUGH COUNCIL (2006): *Conservation Plan. Town walls and other defences of Drogheda*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.heritagecouncil.ie/content/files/Drogheda-Town-Walls-Conservation-Plan.pdf>]
- HERITAGE COUNCIL, & LIMERICK CITY COUNCIL (2008): *Limerick City Walls Conservation & Management Plan*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.limerick.ie/sites/default/files/limerick_city_walls_conservation_management_plan_may_2008_0.pdf]
- HERITAGE COUNCIL, & WATERFORD CITY & COUNTY COUNCIL (2005): *Waterford City Walls Conservation and Management Plan*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.heritagecouncil.ie/content/files/Waterford-City-Walls-Conservation-Management-plan-pdf.pdf>]
- PLANNING AND DEVELOPMENT ACT, 2000 (2000). [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://www.irishstatutebook.ie/eli/2000/act/30/enacted/en/html>]
- UNESCO (1993): *Brú na Bóinne—Archaeological Ensemble of the Bend of the Boyne*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://whc.unesco.org/en/list/659/>]
- UNESCO (1996): *Sceilg Mhichíl*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://whc.unesco.org/en/list/757/>]
- UNESCO (2011): *Recomendación sobre el paisaje urbano histórico*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html]
- WATERFORD CITY & COUNTY COUNCIL (2012): *Waterford Viking Triangle Interpretation Plan*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de https://www.failteireland.ie/FailteIreland/media/WebsiteStructure/Documents/2_Develop_Your_Business/6_Funding/Interpretation-Framework-for-Waterford.pdf]
- WATERFORD CITY & COUNTY COUNCIL, & HERITAGE COUNCIL (2021): *Interpretation Plan for Waterford's Medieval City Walls*. [Recuperado el 2 de diciembre de 2023 de <https://waterfordcouncil.ie/media/culture-heritage/WaterfordMedievalWallsInterpretationFinal.pdf>]

Estudios

- BRUCE, D. & CREIGHTON, O. (2006): "Contested identities: The dissonant heritage of European town walls and walled towns". *International journal of heritage studies*, 12 (3), pp. 234-254.
- CASTAGNOLI, D. (2021): "Green belt, parchi delle mura: Aree verdi funzionali per abitati di media ampiezza." In B. CASTIGLIONI, M. PUTTILLI & M. TANCA (coords.): *Oltre la convenzione. Pensare, studiare, costruire il paesaggio vent'anni dopo*, Firenze: Società di Studi Geografici di Firenze, pp. 354-365.
- CÁTEDRA, M. (1998): "La manipulación del patrimonio cultural: La Fábrica de Harinas de Ávila." *Política y sociedad*, 27, pp. 89-116.
- CLARK, P. (2017): "Pre-Modern Small Towns: Problems and Perspectives." In A. COSTA, A. ANDRADE & C. TENTE (eds.): *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: IEM/Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 119-140.
- CREIGHTON, O. H., & HIGHAM, R. (2005): *Medieval Town Walls: An Archaeology and Social History of Urban Defence*. Tempus.
- DAL BORGO, M. (2012): "Strutture Militari Veneziane: Le città murate dello Stato da Terra e le città fortificate dello Stato da Mar". *Mediterranean World*, 21, pp. 149-163.
- DE SETA, C. (2002): "La ciudad y las murallas". In C. DE SETA (coord.): *La Ciudad Europea Del Siglo XV Al XX: Orígenes, Desarrollo y Crisis de la Civilización Urbana en la Edad Moderna y Contemporánea*. Madrid: Istmo.
- DEL CURTO, D. (2017): "Il valore di una città fortificata sito Unesco. Conservazione, gestione e valorizzazione attraverso il XX secolo / Assessing the values of a Unesco fortified town. Preservation, management, valorization through the twentieth century". In A. AVETA, B. GIOIA MARINO & R. AMORE (coords.): *La Baia di Napoli. Strategie integrate per la conservazione e la fruizione del paesaggio culturale*. Napoli: Ed. Paparo, pp. 337-340.
- EBEJER, J., STANIEWSKA, A., ŚRODULSKA-WIELGUS, J., & WIELGUS, K. (2023): "Values as a base for the viable adaptive reuse of fortified heritage in urban contexts." *Muzeológia a kultúrne dedičstvo*, 11 (2), pp. 41-72.
- ESPINOSA LAGUNA, C. (2016): "Las murallas de Ciudad Real: Historia de una destrucción." En I. GONZÁLEZ-VARAS (Ed.): *Ciudad, paisaje y territorio: Conceptos, métodos y experiencias*. Madrid: Munilla-Lería Ed., pp. 453-464.
- FANELLI, G. (1997): *Firenze*. Bari: Laterza.
- GAZZOLA, P. (1967): "Sabbioneta. Proposte per la rinascita della città." *Civiltà Mantovana*, 2 (7), pp. 1-39.
- GIVENS, J. (2008): *Irish walled towns*. Dublin: Liffey Press; The Heritage Council.
- HERNÁNDEZ DÍAZ, Á. (1996): "La conservación de las murallas de Ávila." In F. J. GALLEGO ROCA (ed.): *La ciudad y sus murallas. Conservación y restauración*. Granada: Universidad de Granada, pp. 161-179.

- HILL, J. (1991): *The Building of Limerick*. Cork: Mercier Press.
- HUGHES, T. J. (1961): "The Origin and Growth of Towns in Ireland." *University Review*, 2 (7), pp. 8-15.
- JOHNSTON, I. (2006): "New Approaches to the study of Medieval Town Walls: The Waterford City Case Study." In Association of Young Irish Archaeologists (eds): *Proceedings of the Association of Young Irish Archaeologists annual conference*, pp. 53-64.
- KELLY, M. G., & MOLONEY, A. R. (2023): "Limerick. Extra Muros: Urbanity from the Outside." *Writingplace*, 8-9, doi: <https://doi.org/10.7480/writingplace.8-9.7253>
- KLAMER, A., MIGNOSA, A., & PETROVA, L. (2013): "Cultural heritage policies: A comparative perspective." In I. RIZZLO & A. MIGNOSA (eds.): *Handbook on the economics of cultural heritage*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Ltd, pp. 37-86.
- KNOBLOCH, R. (2015): "Città senza mura, città non-luogo: Le mura nella costruzione dell'identità urbana dal Medioevo a oggi." En Gruppo Antropologico Cremasco (eds.): *Tradizione e Modernità. Da Crema Al Mondo*. Crema: Cremasca Libreria, pp. 93-107.
- LE GOFF, J. (1991): "Construcción y destrucción de la ciudad amurallada. Una aproximación a la reflexión y la investigación." In J. LE GOFF & C. DE SETA (coords.): *La ciudad y las murallas*. Ediciones Cátedra, pp. 11-20.
- LENNON, M., & WALDRON, R. (2019): "De-democratising the Irish planning system." *European Planning Studies*, 27 (8), pp. 1607-1625.
- MIANI ULUHOGLIAN, F. (1991): "De la ciudad «amurallada» a la ciudad «funcional». Demolición de las murallas y expansión urbana." In J. LE GOFF & C. DE SETA (coords.): *La ciudad y las murallas*. Madrid: Cátedra, pp. 363-376.
- MULVIN, V. (2021): *Approximate formality: Morphology of Irish towns*. [Dublin]: Anne Street Press.
- NADIN, V., VAN DER TOORN VRIJTHOFF, W., MASHAYEKHI, A., ARJOMAND KERMANI, A., ZHOU, J., PENDLEBURY, J., MICIUKIEWICZ, K., COWIE, P., SCOTT, M., REDMOND, D., WALDRON, R., & PARKINSON, A. (2015): *A Sustainable Future for the Historic Urban Core. SHUC Final Report*. Technische Universiteit Delft (Netherlands) Newcastle University (UK) University College of Dublin (Ireland).
- NAVASCUÉS PALACIO, P. (2000): "Abajo las murallas." *Descubrir el arte*, 16, pp. 116-118.
- O'CONNOR, P. J. (1987): *Exploring Limerick's Past: An Historical Geography of Urban Development in County and City*. Oireacht na Mumhan Books.
- O'ROURKE, M. (2017): "The Evolution of a Legislative Framework for Protection of Cultural Heritage in Ireland." In R. ALATALU *et al.* (eds.): *Historical perspective of heritage legislation: balance between laws and values: international conference*

- October 12-13, 2016 Niguliste Museum Tallinn, Estonia: conference proceedings. Tallinn: ICOMOS Estonia, pp. 22-29.
- PARKINSON, A., SCOTT, M., & REDMOND, D. (2020): "Contesting conservation-planning: Insights from Ireland since independence." *Planning Perspectives*, 35 (1), pp. 61-90.
- PENDLEBURY, J., SCOTT, M., VELDPAUS, L., VAN DER TOORN VRIJTHOFF, W., & REDMOND, D. (2020): "After the Crash: The conservation-planning assemblage in an era of austerity." *European Planning Studies*, 28 (4), pp. 672-690.
- PEÑALBA, J. L. (2006): "El derribo de la muralla de Alcalá de Henares en el siglo XIX." *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, 46, pp. 395-418.
- PRUNTY, J., & CLARKE, H. B. (2011): *Reading the Maps: A Guide to the Irish Historic Towns Atlas*. Dublin: Royal Irish Academy.
- REILLY, T. (2015): *Drogheda's Forgotten Walls*. Drogheda Civic Trust.
- RIVERA BLANCO, J. (2021): "Ciudades Patrimonio Mundial de España: Declaración por la UNESCO, estado de conservación y problemática." In Comité Español de Historia del Arte (CEHA) (ed.): *Universitas. Las artes ante el tiempoXXIII Congreso Nacional de historia del arte Universidad de Salamanca 17 al 20 de Mayo, 2021*. Salamanca: Publicaciones Universidad de Salamanca, pp. 1341-1374.
- RYNNE, C., BUTTIMER, N., & GUERIN, H. (2000): *The heritage of Ireland*. Collins Press.
- SCOTT, M., PARKINSON, A., WALDRON, R., & REDMOND, D. (2020): "Planning for historic urban environments under austerity conditions: Insights from post-crash Ireland." *Cities*, 103, doi: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102788>
- SCOTT, M., PARKINSON, A., REDMOND, D., & WALDRON, R. (2023): "Placing heritage in entrepreneurial urbanism: Planning, conservation and crisis in Ireland." *Planning Practice & Research*, 38 (3), pp. 340-357.
- SIMMS, A. (2012): "Perspectives on irish settlement studies." In T. BARRY (ed.): *A History of Settlement in Ireland*. London: Taylor & Francis, pp. 228-282
- SIMMS, A., & SIMMS, K. (1971): "Origins of principal towns." In J. P. HAUGHTON (ed.): *Atlas of Ireland*. Dublin: Royal Irish Academy.
- SMITH, L. (2006): *Uses of heritage*. Oxford/NY: Routledge.
- THOMAS, A. (1992): *The Walled Towns of Ireland (v. 1)*. Irish Academic Press.
- WALSH, J. (2000): *The Irish urban system and its dynamics*. Department of the Environment and Local Government.
- WILLIAMS, M. (2012): "Suburbia: Social and Spatial Trends That Emerged in Celtic Tiger Ireland." *Chimera*, 26, pp. 52-63.

Les relations spatiales et fonctionnelles des villes de l'Agglomération Constantinoise : la mobilité des populations dans un contexte de développement urbain polycentrique

*Sami Debbabi*¹

Résumé

La croissance démographique et l'urbanisation rapides de la ville de Constantine avaient généré dans le temps des dysfonctionnements brutaux liés à la forte densité (congestion routière, besoin en foncier urbanisable, crise de logement...Etc.). Les pouvoirs publics locaux se sont rendu compte, dès la fin des années quatre-vingt, de la nécessité de transférer une partie de sa croissance démographique vers les villes petites et moyennes de sa couronne périurbaine. Cet article tente d'illustrer l'effet de cette politique urbaine sur l'organisation et le fonctionnement global de l'agglomération Constantinoise, en se focalisant sur la distribution spatiale et la mobilité des populations. Ce travail de recherche est fondé sur des relevés de comptage des flux de véhicules à l'intérieur de l'agglomération, et sur une enquête par questionnaire sur les pratiques habitantes générant des mobilités. Un changement organisationnel et fonctionnel est constaté, affirmant l'implication positive des villes de la couronne périurbaine dans le fonctionnement urbain de l'agglomération, et par l'instauration de liens d'interactions multidirectionnelles de mobilités des habitants, entre les villes de l'agglomération Constantinoise.

Mots clés

Villes petites et moyennes, Centralité, Attractivité, Mobilité, Flux de déplacement

¹ Centre de Recherche en Aménagement du Territoire (CRAT), Algérie. Email: debbabi.sami@yahoo.com

Spatial and functional relations of the cities of the Constantine agglomeration (Algeria): the mobility of populations in a context of polycentric urban development

Abstract

The rapid population growth and urbanization of the city of Constantine had generated brutal dysfunctions over time linked to the high density (road congestion, need for urbanizable land, housing crisis, etc.). The public authorities realized at the end of the 1980s the need to transfer part of its demographic growth to the small and medium-sized towns of its peri-urban ring. This article attempts to illustrate the effect of this urban policy on the organization and overall functioning of the Constantine agglomeration, by focusing on the spatial distribution and mobility of populations. This research work is based on vehicle flow count readings within the agglomeration, and on a questionnaire survey on resident practices generating mobility. An organizational and functional change is noted, affirming the positive involvement of the cities of the peri-urban crown in the urban functioning of the agglomeration, and by the establishment of links of multidirectional interactions of mobility of the inhabitants, between the cities of the Constantine agglomeration.

Keywords

Small and medium-sized towns, Centrality, Attractiveness, Mobility, Movement flow

1. Introduction

Durant le siècle dernier le rôle des villes et particulièrement celui des centres-villes dans l'organisation de l'espace s'est amenuisé, en conséquence du changement dans l'ordre urbain. La grande agglomération est devenue le socle de la vie quotidienne des habitants. Du fait de ce changement d'échelles et des systèmes urbains, tenter de définir une ville deviennent une tâche délicate.

La ville est devenue illimitée, elle n'est plus un objet simple, accessible, unifié, lisible, on ne sait où elle est, on ne sait quand on y encore, quand on en sort, elle s'est étendue dans la campagne, les modes de vie urbains sont pratiqués par tous [...] (Dubois-Taine & Chalas, 1997, cité dans Hadeef, 2011, p. 10).

Les transformations morphologiques irréversibles des sociétés urbaines d'aujourd'hui, et l'émergence de nouvelles formes d'organisation et de fonctionnement de l'urbain ont conduit certains chercheurs à repenser les concepts de l'unité urbaine et de la ville. L'ouvrage de référence *Urbanisation sans urbanisme : Une histoire de la ville diffuse* de Bénédicte Grosjean, revient en détail sur cette question de la forme urbaine et de la diffusion de l'urbain, en développant une réflexion méthodologique sur les territoires habités sans densité, et sur les éléments de différenciation entre les territoires urbains et ruraux, en revenant sur l'histoire de l'urbain du territoire Belge dont ses formes d'urbanisation obligent de sortir des modèles déjà établis (Grosjean, 2010).

Pour Grosjean cette "ville-diffuse" et plus proche de la notion anglaise de suburbanisation qui regroupe toutes les formes d'étalement urbain, s'effectuant en juxtaposition progressive de l'urbain, c'est-à-dire une urbanisation dispersée qui propose un seul des deux critères de la ville, la diversité sans la densité (Grosjean, 2010, p. 19). Assurément, cette ville n'est pas celle d'autrefois, caractérisée par une uniformité architecturale, une forte densité et une vie de quartier bien définie, où il est aisé de différencier le centre de sa périphérie. Il s'agit plutôt d'une nouvelle forme de ville, marquée par l'emprise de l'urbain, l'agrégation de villes, les déplacements longue distance et de nouvelles configurations de centralité (Chalas, 2010, pp. 25-26).

En Algérie, selon la loi 06-06 du 20 février 2006 sur la ville, l'article 3 définit la ville comme une « agglomération urbaine ayant une taille de population et disposant de fonctions administratives, économiques, sociales et culturelles ». Le classement des villes (petites, moyennes, grandes, arrivant à la métropole) dépend directement de la taille de la population et du rôle joué par cette ville sur la scène locale et internationale (Mebirouk, 2011, p. 29).

1.1. Contexte d'évolution structurelle de l'agglomération Constantinoise

L'urbanisation croissante et la mobilité accrue des acteurs de la ville (populations, institutions, professionnels) ont conduit à un étalement massif des attributs de la centralité (population, commerces, activités économiques, administrations publiques, services publics) vers les villes petites et moyennes avoisinantes, modifiant ainsi le schéma traditionnel de centralité monocentrique et renforçant le rôle des villes périurbaines dans l'agglomération Constantinoise (Debbabi, 2021, p. 211). Ce basculement structurel était jugé nécessaire par les collectivités territoriales locales chargées de l'aménagement du territoire. Il a été concrétisé à travers les directives du plan directeur intercommunal du groupement urbain de Constantine (PDAU) de l'année 1998 (Benidir, 2003, p. 321). Au cours de cette période, les débats sur la ville et les configurations urbaines se sont orientés, à l'échelle mondiale, vers la question du passage d'une configuration urbaine monocentrique à une configuration polycentrique (Baumont & Bourdon, 2002, p. 3).

Les racines de cette politique urbaine remontent aux années quatre-vingt, à travers la mise en œuvre de la politique des villes-satellites. Elle a été initiée par le plan d'urbanisme directeur PUD, entamé en 1969 et repris par la CADAT² en 1973, ce qui a fixé largement le cadre général de l'organisation et de l'extension urbaine future de l'agglomération (Marouk, 2010, p. 228). L'objectif était d'apaiser les pressions urbaines sur le centre historique et la ville de Constantine, atteignant une densité critique estimée en 1998 à 2355 habitants/Km³.

Les villes-satellites étaient créés à partir d'anciens noyaux villageois datant de l'époque coloniale, dans le principe était de réaliser des zones résidentielles, de type "grands ensemble"³, qui sont restées longtemps dépendantes fonctionnellement de la ville de Constantine et de son centre. En 1975, les pouvoirs publics ont réagi à l'échec urbanistique en adoptant les zones d'habitat urbain nouvelles (ZHUN)⁴. Cette approche visait à intégrer les infrastructures et équipements des nouveaux programmes d'habitat aux quartiers existants, incluant de l'habitat individuel et des programmes d'amélioration des quartiers.

La politique urbaine a évolué dans le temps pour adopter de nouvelles stratégies plus réfléchies et plus fines, basées sur le polycentrisme qui favoriserait l'équité et la

² Caisse algérienne d'aménagement et du territoire.

³ Office National des Statistiques [ONS], Recensement Général de la Population et de l'Habitat [RGPH], 1998.

⁴ C'est une forme d'urbanisation basée sur l'industrialisation, et la production en masse du logement collectif stéréotypé. L'Algérie a eu recours à ce type de production urbaine, pendant les premières années de son indépendance, pour combler le besoin en logement en peu de temps.

⁵ Pour des considérations liées aux aspects financiers et techniques, la procédure ZHUN n'a pas répondu aux aspirations et aux objectifs tracés. Elle n'a pas réussi à couvrir quantitativement la demande en logement, ni qualitativement les exigences architecturales et urbanistiques.

lutte contre les disparités territoriales (Bouzouina, 2008, p. 4). Ce type de structures territoriales participe fortement à la réduction des distances de déplacement, en rapprochant services et équipements des populations, et à un moindre recours à la voiture (Aguiléra & Proulhac, 2006, p. 2). Celui-là passe par le renforcement des attributs de la centralité des villes de la couronne périurbaine, pour les intégrer pleinement dans le fonctionnement urbain de l'agglomération. Ce genre d'action d'aménagement influence souvent le modèle spatial de la mobilité, qui devient de plus en plus dominé par les déplacements interurbains des populations (Lao *et al.*, 2022, p. 24).

1.2. La migration résidentielle, un déterminant de la mobilité

Les études du développement urbain dans le monde, montrent que les migrations résidentielles des ménages conduisent souvent à la recomposition des territoires urbains (Cabantous, 2002, p. 32). Dans le cas des pays maghrébins, la localisation des activités oriente largement les choix résidentiels, ce qui conduit souvent à la constitution de nouvelles polarités urbaines dans la périphérie des grandes agglomérations (Semmoud, 2010, p. 18). C'est un premier pas vers la recomposition des systèmes de mobilités, devenant de plus en plus dépendantes de la voiture particulière, du fait de l'allongement des distances parcourue quotidiennement, par une population qui ne cesse d'occuper et de fabriquer matériellement et socialement les périphéries des grandes villes maghrébines.

Pour le cas de Constantine, les dynamiques de migration résidentielle ont défini largement la nouvelle configuration territoriale métropolitaine de l'agglomération Constantinoise. L'émergence de nouvelles centralités émergentes ou confirmées, issues du glissement massif de la masse démographique, en est la caractéristique la plus visible de la périphérie Constantinoise (Lakehal, 2008, p. 10).

Progressivement dans le temps, un développement remarquable des activités économiques et des services y est enregistré, traduit par le développement et la prolifération de micro-centralités commerciales, et par l'implantation d'équipements publics d'envergure tel que les banques, les hôpitaux, et administrations publiques. Les résultats du recensement économique RE 2012, affirment bien cette tendance dans l'évolution urbaine du territoire Constantinois, conduisant à de nouveaux rapports fonctionnels entre les villes de l'agglomération. C'est une nouvelle ère dans l'évolution urbaine de Constantine, qui a pris cette fois-ci de nouvelles dimensions et échelles.

2. Matériels et méthode

Tenant compte de l'objectif principal de ce travail de recherche, consistant à illustrer la nature et l'intensité des relations que les villes petites et moyennes de l'agglomération Constantinoise entretiennent entre elles, et avec le centre principal. L'article tente de comprendre le schéma de déplacement des personnes, c'est-à-dire, la mobilité au sens large du terme, cause et conséquence de la reconfiguration structurelle du système de concentration de la population et des activités. Il s'intéresse principalement aux flux de déplacement des personnes (taille des flux émis et captivés par les villes) en voiture particulière et en transport public, pour des considérations fonctionnelles diverses.

La mobilité spatiale correspond à un " mouvement " des réalités sociales dans l'espace (Richer & Palmier, 2012, p. 5), La mobilité ou le déplacement qui caractérise des pratiques ou comportements avérés, individuels ou collectifs, est marquée par un changement de position spatiale. C'est un système de déplacement en relation avec les programmes d'activité, les positions géographiques et la diversité des modes de déplacements (Bavoux *et al.*, 2005). Cette définition de la mobilité comme un transfert d'un lieu à un autre, est l'acception utilisée dans cet article pour mesurer l'intensité des relations fonctionnelles et spatiales reliant les villes de l'agglomération Constantinoise.

2.1. Zone d'étude

L'agglomération Constantinoise, appelée " groupement urbain de Constantine " dans les documents d'urbanisme, se compose de la ville principale Constantine (438000 habitants) (ONS 2008), de quatre villes-satellites historiques, Khroub, Ain Smara, Hamma Bouziane, et Didouche Mourad, avec une population de 38000 à 110000 habitants (ONS 2008), ainsi que de la ville nouvelle Ali Mendjeli, construite à partir des années 2000, qui vise à accueillir 300 000 habitants à son achèvement.

Cet ensemble urbain constitue le noyau principal de la wilaya de Constantine, se situant à l'Est Algérien. C'est le bassin de vie quotidien d'une population qui dépasse le million d'habitants couvrant la partie Nord-Est du pays. L'essor de Constantine est largement dû à la croissance démographique et à l'urbanisation rapide de la ville, qui a absorbé les territoires des villes voisines dans sa stratégie d'expansion et a transféré une partie de sa croissance excédentaire vers celles-ci.

Ce territoire est actuellement en plein essor urbain, encouragé par une politique d'aménagement et un plan d'urbanisme intercommunal, favorisant un développement polycentrique de l'agglomération pour faire face à la crise du logement, à la congestion du centre historique et à la raréfaction des terrains constructibles.

2.2. Démarche empirique et source de données

Pour effectuer les analyses nécessaires, on a eu recours à plusieurs outils de lectures et sources de données, il s'agit essentiellement :

- Des recensements de la population et de l'habitat RGPH établis jusqu'au 2008.
- Du recensement économique RE 2012, établis pour la première fois en Algérie.
- Des relevés de terrain de comptage des flux de véhicules et de mesure d'accessibilité.
- De la matrice du nombre de voyageurs à l'émission et à l'attraction en transport en commun de l'agglomération Constantinoise.
- D'une enquête par questionnaire sur les pratiques habitantes, pour saisir la nature des interactions qui relient les villes de l'agglomération.

Pour le comptage des flux de déplacement en véhicules, la démarche consiste à mesurer le nombre de véhicules particuliers à l'attraction pour chaque ville de l'agglomération, durant la période matinale qui s'étale entre 7h15 et 8h30, où le trafic routier atteint son maximum. On a commencé par rétrécir le champ d'étude, passant de l'échelle des communes jugée trop vaste, à l'échelle des centres-villes, ce qui permet de s'assurer au maximum de la destination finale des flux de voitures. C'est par rapport à cet aspect que nous avons défini préalablement les points de comptages (entrées de villes), illustrés dans la figure 1.

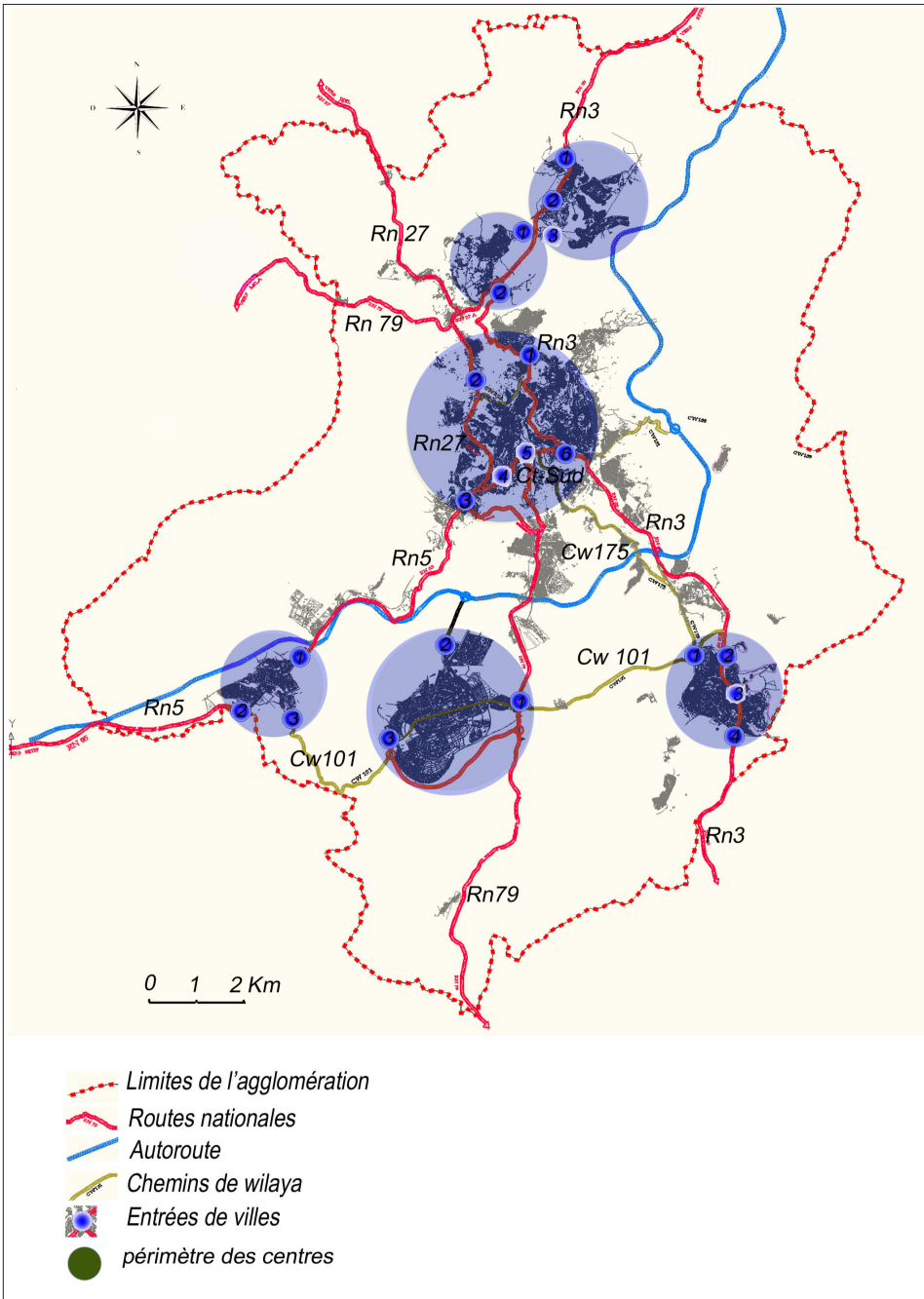


Fig. 1 – Positionnement géographique des villes de l'agglomération Constantinoise incluant les points de comptage des flux (Fond de carte URBACO 2008).

L'entretien par questionnaire a fait l'objet de passation directe auprès de 384 personnes réparties équitablement sur l'ensemble des six villes de l'agglomération, en prenant en considération la taille et la répartition spatiale des populations. L'objectif était de comprendre les pratiques habitantes des populations de l'agglomération, générant des déplacements quotidiens ou occasionnels, liés aux pratiques d'achat, de loisir, de travail ou autres.

3. Résultats et discussions

3.1 Croissance démographique et migration résidentielle, générateurs de flux

La répartition spatiale de la population est l'un des paramètres qui influence la direction et l'intensité des flux, et qui doit être prise en considération lors de l'explication de la configuration des flux. Les résultats des quatre derniers RGPH⁶ montrent une croissance démographique permanente des villes périphériques et une stabilisation de la population de la ville principale, sur une période de dix ans.

	Population				Taux d'accroissement			Densité 2008 Hab/km ²
	1977	1987	1998	2008	77-87	87-98	98-08	
Constantine	350384	449602	478837	438164	2,52	0,67	- 0,95	2356
Khroub	25 782	50 786	90 222	111245	7,01	5,56	2,11	701
Hamma. B	23 384	38 222	58 397	84250	5,03	4,31	3,75	1150
Didouche. M	10 782	16 547	33 213	48500	4,37	6,55	2,95	292
Ain Smara	5760	13 595	24 036	37945	8,96	5,43	4,48	332
Ali Mendjeli	-	-	-	66315	-	-	-	4575
Villes périphériques	65708	119150	205868	384005	6,37	5,32	5,35	588
Agglomération	416092	568752	684705	822169	3,17	1,7	1,84	1056

Fig. 2 – Evolution de la masse démographique des villes de l'agglomération Constantinoise (Données démographiques ONS).

⁶ Recensement Général de la Population et de l'Habitat.

La périphérie a presque atteint la taille démographique du centre (384005 habitants contre 438164 habitants). Contrairement au centre de l'agglomération qui affiche une courbe descendante atteignant des seuils négatifs en matière de croissance démographique ($-0,95\%$ entre 1998 et 2008), la périphérie de l'agglomération a pu garder une forte croissance pendant une trentaine d'années, avec un taux d'accroissement moyen de $5,68\%$.

L'évolution démographique de la périphérie avait engendré un développement économique, traduit par une dynamique commerciale lancée en grande partie par des acteurs privés, concrétisée par un épanouissement remarquable de l'activité commerciale. De même les programmes de rattrapage en matière d'équipements, de services urbains, et d'aménagement, lancés par l'Etat, qui s'est rendu compte de l'importance fonctionnelle des villes de la couronne périurbaine.

Ces changements conséquents dans la redistribution des masses démographiques, et celles des activités économiques et commerciales, ont eu des effets immédiats sur le système de flux à l'intérieur de l'agglomération. La répartition à caractère polycentrique des populations et des activités, va certainement bouleverser les tendances classiques des déplacements (centre/périphérie) qui ont caractérisé longtemps le fonctionnement urbain monocentrique de l'agglomération, en adoptant un nouveau schéma de flux de plus en plus polycentrique.

Villes	Population Naturelle		Taux d'accroissement %		Solde migratoire %		Apport de populations	
	1998	2008	87-98	98-08	87-98	98-08	1998	2008
Constantine	564237	573517	0,67	-0,95	-1,48	-2,67	-82290	-135353
El Khroub	62472	107005	5,56	7,04	3,41	5,32	27448	70555
Hamma. B	46187	69385	4,31	3,75	2,16	2,03	12120	14865
Didouche. M	20849	39587	6,55	2,95	4,4	1,23	12417	8913
Ain Smara	17205	29067	5,43	4,48	3,28	2,76	7221	8878
Agglomération	146713	245044	5,32	5,35	3,17	3,63	59206	103211

Fig. 3 – Dynamiques de migration résidentielle de l'agglomération Constantinoise (Données démographiques ONS).

En parallèle de la croissance démographique de l'agglomération, les dynamiques de migration résidentielle ont participé pleinement dans la reconfiguration du système urbain. C'est le résultat des processus de relocalisation des populations, dans le cadre du transfert des habitants des bidonvilles et des quartiers d'habitats précaires de la ville principale Constantine vers des logements décentes dans les villes de la couronne périurbaine. De même que les mouvements de changement volontaires de domicile des populations ayant choisi de quitter la ville "centre", à la recherche d'une vie décente et d'un logement meilleur.

Entre 1998 et 2008 le centre de l'agglomération avait affiché un solde migratoire de - 2, 67%, ce qui signifie une perte de 23% de sa population en faveur de la périphérie. Cette dernière avait affiché pour sa part, durant la même période, un solde migratoire de 3,63%, ce qui signifie que 42 % de sa population est venue de l'extérieur.

Essentiellement, les villes de la première couronne ont absorbé cette population, en particulier la ville d'El Khroub, qui a accueilli 70 555 habitants pendant cette période avec un solde migratoire de 5,32%. Puis à Hamma, avec l'arrivée de 14 865 habitants, principalement orientés vers l'agglomération secondaire de BKIRA, et dans une moindre mesure vers les villes de Didouche et Ain Smara.

Durant la première décennie (77-87) ce sont les villes d'El Khroub, Hamma et Smara qui ont affiché les taux les plus élevés de croissance, 7%, 5%, 8% avec un apport de 25 000, 15 000, et 8 000 habitants respectivement, à la population existante. Durant la deuxième décennie (87-98) la ville de Didouche a aussi enregistré un rythme élevé de croissance de 6%, avec un apport de 17 000 habitants à sa population initiale. La dernière décennie (98-2008) et avec la création ex nihilo de la ville nouvelle Ali Mendjeli, le taux de croissance des villes-satellites a connu une légère stabilisation à cause d'une saturation du portefeuille foncier, surtout pour les villes d'El Khroub et Didouche. M qui ont enregistré un taux moyen de 2,5%.

Cette forme de migration résidentielle ou «mouvements migratoires interurbains» est l'expression de nouvelles formes de mobilité caractéristiques de sociétés et de constructions territoriales complexes (Signoles, 2010, p. 14). Ainsi le fonctionnement des systèmes de mobilité est devenu de plus en plus complexe, composé de migrations internes et externes, et de mouvements ordinaires et répétitifs se combinant les uns aux autres.

3.2. Direction et intensité des flux de personnes à l'intérieur de l'agglomération

L'analyse de la matrice des déplacements en transport public le soir, réalisée par la direction des transports, révèle que le nombre de personnes quittant les villes de l'agglomération et celui des personnes les rejoignant pendant cette période est presque équivalent.

Commune		Nombre de passagers en Destination							Emission	%
		Constantine	Hamma	Didouche	Khroub	Smara	Hors périmètre	Hors wilaya		
Nbr de passagers en Départ	Constantine	48105	2142	1264	10457	1204	480	884	16432	45,6
	Hamma	2858	588	62	251	31	3	25	3229	9,0
	Didouche	1050	177	29	157	3	28	12	1427	4,0
	Khroub	7377	554	172	2648	357	337	347	9145	25,4
	Smara	1924	54	49	857	203	28	26	2938	8,2
	Hors périmètre	557	30	21	179	0	0	47	833	2,3
	Hors wilaya	1429	45	22	486	7	10	40	1999	5,6
Attraction		15194	3001	1591	12388	1603	886	1341	-	-
%		42,2	8,3	4,4	34,4	4,5	2,5	3,7	-	-
Entrées de villes		Nombre de voitures particulières								
		Constantine	Hamma. B	Didouche. M	Ali. Mendjeli	Khroub	Ain. Smara			
Entrée 1		210	78	104	504	243	98			
Entrée 2		230	164	56	403	72	75			
Entrée 3		158	-	96	173	212	64			
Entrée 4		330	-	-	-	199	-			
Entrée 5		160	-	-	-	-	-			
Entrée 6		146	-	-	-	-	-			
Total des attractions		1234	242	256	1080	726	237			

Fig. 4 – Flux de population en transport public et en voiture particulière à l'échelle de l'agglomération (direction des transports et enquête personnelle 2016).

Ces chiffres prouvent que les villes de l'agglomération Constantinoise offrent à la fois un lieu de résidence, et de travail, avec des opportunités proportionnelles à leur taille et à leur statut dans la hiérarchie. On ne parle plus de villes-dortoirs, où les déplacements de population sont uniquement du centre vers la périphérie le matin et le soir.

Les résultats du comptage du trafic routier affichent la suprématie des villes de Constantine, Ali Mendjeli, el Khroub qui accaparent la majeure partie des

déplacements effectués à l'échelle de l'agglomération (80% de flux captivés). Les flux du matin à Ali Mendjeli indiquent une augmentation des activités des travailleurs et des étudiants. Cela laisse penser que la ville est en train de devenir rapidement une zone concurrentielle au centre principal, grâce aux opportunités d'emploi, d'enseignement supérieur et de services qu'elle offre. Selon les mêmes critères, la ville El Khroub est également considérée comme une centralité puissante, attirant 20% des déplacements du matin, loin devant les villes de Hamma, A. Smara et Didouche, qui n'attirent que 6% des déplacements pour chacune d'elles, en raison de leur petite taille et de leur proximité géographique avec de grands centres urbains.

Au regard des résultats de l'enquête par questionnaires, chaque ville de l'agglomération Constantinoise connaît une fréquentation élevée par ses propres habitants (habitants de la commune), elle dépasse pour la plupart des cas les 90%, sauf pour Hamma Bouziane qui affiche un pourcentage de 75%. 25% des habitants de la commune ne fréquentent la ville de Hamma que quelquefois dans le mois voire rarement.

Lieu de Résidence	Indice de Fréquentation des villes						
	Constantine	Khroub	Ali Mendjeli	Hamma	Didouche	Ain Smara	Total
Constantine	92,21	24,68	40,26	11,69	2,60	15,58	187
Khroub	79,63	90,74	38,89	0,00	0,00	5,56	214,8
A. Mendjeli	64,71	25,00	95,59	4,41	4,41	16,18	210,3
Hamma	75,51	6,12	12,24	75,51	30,61	4,08	204
Didouche	57,58	6,06	12,12	45,45	90,91	6,06	218,2
Ain Smara	51,85	24,07	38,89	5,56	1,85	96,30	218,5
Total	421	177	238	143	130	144	1252
Fréquentation extérieur (%)	78,1	48,6	59,9	47	30,3	33	56,8

Fig. 5 – Origine, intensité et destination des flux à l'intérieur de l'agglomération (Enquête auteur 2016).

L'interdépendance entre les villes de l'agglomération est nettement affichée, au total 56,8% des déplacements s'y effectuent, contre 43,2% de déplacements locaux. Là on distingue trois catégories de villes :

Constantine et Ali Mendjeli : dont les déplacements venant de l'extérieur sont nettement plus importants que les déplacements locaux avec respectivement 78,1%, 59,9%.

Hamma et Khroub : Les déplacements venant de l'extérieur et locaux sont presque équilibrés, 48,6 pour Khroub, et 47% pour Hamma.

Ain Smara et Didouche : Ces deux villes sont faiblement fréquentées par les autres habitants de l'agglomération, seulement un tiers des déplacements effectués à l'échelle de ces deux villes vient de l'extérieur. Rappelons qu'en matière de centralité géographique (traité dans le chapitre précédent), ces deux villes occupent aussi la dernière place en matière d'accessibilité, car elles sont les plus excentrées. Cela pourrait être une des causes de cette faible fréquentation.

3.3. La fréquentation des villes de l'agglomération pour des considérations fonctionnelles diverses

La lecture du nombre et de l'origine des usagers pour les différentes motivations fonctionnelles révèle que la ville de Constantine n'est plus la seule à attirer les flux d'usagers pour différentes motivations fonctionnelles ; les villes de taille moyenne de l'agglomération attirent également une large clientèle extérieure, démontrant ainsi des taux d'attractivité significatifs.

Branches d'activités	Fréquentation des villes (en pourcentage)							
	Hamma	A. Smara	Ali Mendjeli	Khroub	Constantine	Didouche	Autres	Total
Finances	8,72	11,45	17,27	13,92	39,21	6,96	2,47	100
Administration	8,43	9,88	13,06	17,50	43,25	5,71	2,18	100
Alimentaires	9,48	11,29	23,45	14,66	31,64	7,07	2,41	100
Vestimentaire	8,89	10,89	18,01	15,33	37,93	6,59	2,35	100
Quincaillerie	11,14	13,05	18,90	19,57	27,78	6,41	3,15	100
Terroir	8,84	12,61	21,17	14,96	32,83	6,68	2,92	100
Electroménagers	15,65	6,17	17,22	17,86	29,93	5,06	8,10	100
Ameublement	11,84	4,98	15,60	20,96	33,93	4,89	7,80	100
Bijouterie	4,79	6,76	16,96	10,72	50,16	6,14	4,47	100
Construction	17,10	9,31	14,29	30,52	17,53	8,23	3,03	100
Santé	7,00	10,51	15,08	13,52	45,53	6,81	1,56	100
Fonction libérales	4,57	6,16	12,56	16,67	52,97	5,37	1,71	100
Restauration	4,47	5,53	18,95	25,00	36,49	4,30	5,26	100
Culture	3,20	4,32	7,38	9,75	66,02	2,51	6,82	100
Entretien	9,17	9,60	12,62	21,47	31,93	5,29	9,92	100
Loisir	2,87	4,54	15,48	15,76	33,55	3,24	24,56	100
Total	8,27	8,73	16,44	17,12	37,16	5,70	6,58	100

Fig. 6 – Fréquentation des villes pour des motivations diverses (Enquête auteur 2016).

L'analyse des réponses obtenues sur la fréquentation des villes montre qu'en moyenne un tiers de la population enquêtée fréquente la ville historique Constantine, c'est valable pour l'ensemble des branches d'activités sauf pour les branches (services culturels, fonctions libérales, produits de luxe, services de santé, services administratifs, et achat de vêtements) où on constate une fréquentation élevée du centre historique avec respectivement (66%, 52%, 50%, 45%, 43%, 43%).

Par exemple : lorsqu'il s'agit des prestations de services administratifs ou financiers, la population de l'agglomération Constantinoise satisfait une bonne partie de ses besoins au niveau de sa ville de résidence. En moyenne 45% des besoins des villes de la périphérie sont satisfaits localement, contre 38% satisfaits au niveau du centre traditionnel de Constantine qui abrite un nombre important d'administrations publiques et d'institutions financières.

Pour la ville de Constantine bien qu'elle dispose d'un centre puissant, on trouve que 30% des besoins de ses habitants sont satisfaits au niveau des villes de la périphérie. Donc ce n'est pas totalement une question de concentration d'activités mais c'est beaucoup plus le mode de vie des habitants qui rentre en jeu et qui définit la forme de mobilité des populations.

Cette conclusion est renforcée par l'exemple du commerce, montrant que la plupart des achats d'équipements pour la maison sont effectués dans plusieurs centres à la fois. En moyenne, 60% des personnes interrogées achètent ces produits en dehors de leur ville de résidence, malgré la bonne accessibilité de cette dernière, avec 40% à Constantine, 18% à Khroub, 14% à Ali Mendjeli et 15% à Hamma.

Les villes de Khroub et Ali Mendjeli, ensemble elles ont pu réaliser le contrepoids avec le centre de Constantine, en attirant un tiers de la population enquêtée. Ils ont même dominé l'attraction des flux dans quelques branches d'activité tel que " les matériaux de construction " affichant ensemble un taux d'attraction de 44% contre 17 % pour le Centre de Constantine, Cela est dû essentiellement à l'implantation massive de grandes surfaces commerciales de vente de ce type de produit à proximité des grands axes routiers.

Les petites villes de Hamma, Ain Smara, et Didouche, ont aussi accumulé des taux d'attractivité de population significatifs. En moyenne chaque ville arrive à capter 9% des flux de fréquentation, avec une légère domination des centres d'Ain Smara et Hamma. Malgré sa petite taille, cette dernière a pu se distinguer dans les branches d'activités relatives aux produits électroménagers et aux matériaux de construction, avec respectivement des taux de fréquentation de 16% et 17%. Cela s'explique par l'existence de pôles de commerces spécialisés implantés à l'entrée de la ville sur les routes nationales Rn 27 et la Rn3.

4. Conclusion

Les recompositions socio spatiales de l'agglomération Constantinoise ont engendré deux types de changements urbains. Un premier changement de nature organisationnelle, traduit par une redistribution de la masse démographique, en faveur des villes petites et moyennes de la périphérie de l'agglomération, suivi par un développement remarquable de l'activité commerciale. Un deuxième type de changement de nature fonctionnelle, traduit par l'instauration d'une dynamique urbaine emboîtée, entre les villes de l'agglomération sur des principes de complémentarité et de fusion, traduite par une forte mobilité interurbaine multidirectionnelles.

En fait, les migrations résidentielles vers les petites et moyennes villes en périphérie ont entraîné des déplacements de longue distance dans la vie quotidienne des habitants de l'agglomération. Ces déplacements se traduisent par des déplacements pendulaires interurbains pour le travail, les études, les achats et les loisirs. Le développement de l'infrastructure routière, l'accès à la voiture, ainsi que la relance d'importants programmes de logement et d'équipements publics dans les villes de la périphérie, avait favorisé et repoussé davantage cette nouvelle forme de mobilité.

La lecture approfondie qu'on a réalisée à partir des résultats de l'enquête par questionnaire auprès des habitants, sur les déplacements à l'intérieur de l'agglomération montre que la vie quotidienne des habitants de l'agglomération s'organise autour de plusieurs villes à la fois. Sur l'ensemble des déplacements effectués à l'intérieur de l'agglomération. Presque 57% sont des mobilités inter-villes, contre 43% de mobilités locales propres à chaque ville. Celui-là nous donne déjà un premier indicateur sur la forme, l'intensité, et le volume de déplacement entre les villes. Le mouvement pendulaire des populations devient de plus en plus complexe et implique l'ensemble des villes de l'agglomération.

Le rôle des petites et moyennes villes de l'agglomération Constantinoise est devenu de plus en plus apparent dans le quotidien de la population Constantinoise. Elles offrent un mode vie pareil et parfois meilleur à celui du centre principal. Malgré son décongestionnement partiel, le recours au centre principal pour les habitants de la périphérie de l'agglomération est devenu facultatif. De ce fait, toute décision ou intervention urbaine future doit envisager la logique d'organisation et de fonctionnement polycentrique que l'agglomération Constantinoise est en train d'acquérir progressivement. Une attention particulière doit être apportée à la politique des transports, sans laquelle le polycentrisme et la mise en réseau des villes de l'agglomération rencontreront des difficultés à s'établir. La construction d'un réseau de villes qui regroupe l'ensemble des villes de l'agglomération sur des

principes de solidarité et de coopération s'avère nécessaire, pour répondre aux nouvelles exigences du bon fonctionnement de la métropole Constantinoise. L'enjeu principal qui doit être relevé dans ce projet de développement territorial est de mobiliser une volonté politique commune et partagée entre les différents décideurs et acteurs concernés.

BIBLIOGRAPHIE

- AGUILÉRA, A. & PROULHAC, L. (2006) : «Le polycentrisme en Île-de-France : quels impacts sur la mobilité ?». *Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement. Territory in movement Journal of geography and planning*, 2, pp. 15-25.
- BAUMONT, C. & BOURDON, F. (2002) : *Centres secondaires et recomposition économique des espaces urbains. Le cas de la Communauté de l'Agglomération Dijonnaise (1990; 1999)* (No. 2002-04). LATEC, Laboratoire d'Analyse et des Techniques Économiques, CNRS UMR 5118, Université de Bourgogne.
- BAVOUX, J.-J., BEAUCIRE, F., CHAPELON, L. & ZEMBRI, P. (2005) : *Géographie des transports*. Paris : Armand Colin.
- BENIDIR, F. (2003) : «Constantine : ville fragmentée, ville perturbée». *Villes en Parallèle* 36-1, pp. 288-315.
- BOUZOUINA, L. (2008) : «Polycentrisme et ségrégation intra-urbaine : résultats exploratoires à partir d'une comparaison entre Lyon, Lille et Marseille». In *ASRDLF, CRDT. Territoires et action publique territoriale : nouvelles ressources pour le développement régional-45e colloque de l'ASRDLF, 25, 26 et 27 août 2008, Rimouski (UQAR)*, pp. 1-17).
- CABANTOUS, I. (2002) : *Les structures territoriales polycentriques à différents niveaux d'organisation géographiques* [thèse de doctorat].

- CHALAS, Y. (2010) : «Centre, centralité et polycentrisme dans l'urbanisation contemporaine». *Urbia. Les Cahiers du développement urbain durable*, 11, pp. 7-20.
- DEBBABI, S. (2021) : *La polycentralité urbaine : pour la restructuration d'un territoire fragmenté, le cas du groupement urbain de Constantine* Saleh Boubnider, [thèse de doctorat]. Université Constantine 3 Salah Boubnider, Faculté d'architecture et d'urbanisme.
- GROSJEAN, B. (2010) : *Urbanisation sans urbanisme : une histoire de la « ville diffuse »*. Editions Mardaga.
- HADEF, H. (2011): «Aux marges du système urbain : le périurbain et la consommation du foncier agricole-cas de Skikda-Algérie». *Sciences & Technologie. D, Sciences de la terre*, pp. 9-17.
- LAKEHAL, A. (2008) : «La périphérie de Constantine : émergence de nouvelles centralités et évolution des modes de vie». In *Penser la ville—approches comparatives*. Khenchela, Algérie. pp. 95.
- LAO, X. *et al.* (2022): «Comparing intercity mobility patterns among different holidays in China: a big data analysis». *Applied spatial analysis and policy*, 15-4, pp. 1-28.
- MAROUK, M. (2010) : *Recherches pour un atlas de Constantine, approche statistique et thématique* [Thèse de doctorat]. Université Mentouri de Constantine.
- MEBIROUK, H. (2011): *La ville fragmentée : acteurs et modalités d'une régulation socio-spatiale. Cas de Annaba* [Thèse de doctorat]. Université Mentouri de Constantine.
- RICHER, C., & PALMIER, P. (2012) : «Mesurer l'accessibilité territoriale par les transports collectifs : proposition méthodologique appliquée aux pôles d'excellence de Lille Métropole». *Cahiers de Géographie du Québec*, 56-158, pp. 427-461.
- SEMMOUD, N. (2010) : «Mobilités résidentielles, pratiques de mobilités et constructions territoriales en périphérie (s) des grandes villes». *Les Cahiers d'EMAM. Études sur le Monde Arabe et la Méditerranée*, 19, pp. 15-31.
- SIGNOLES, P. (2010) : «Faire la ville en périphérie (s)? Territoires et territorialités dans les grandes villes du Maghreb. Introduction». *Les Cahiers d'EMAM*, 19, pp. 9-14. <https://doi.org/10.4000/emam.99>

Cova entre montes: o espaço da aldeia em *O coro dos defuntos*, de António Tavares

Paulo Ricardo Kralik Angelini¹

Resumo

A literatura portuguesa tem destinado incontáveis páginas de seus romances à ambientação em aldeias e pequenas cidades, não raro construindo espaços míticos e transformadores para um sujeito *doente* de civilização. Contudo, também é terreno fértil para o literário as agruras dessas pequenas aldeias, perdidas no tempo. Este artigo foca-se na obra hipercontemporânea *O coro dos defuntos*, de António Tavares, na qual as personagens transitam por um espaço pedregoso, que poderia ser cenário medieval, mas que reporta um período repleto de transformações políticas e sociais no século XX. Enquanto o mundo assiste a protestos, guerras e avanços tecnológicos, e Portugal transforma-se politicamente, com os últimos suspiros de sua ditadura, naquela terra é o banal que interfere no dia-a-dia. Apoiado em teóricos como Brandão, Augé, Bollnow, Arnaut, entre outros, pretende-se mostrar como a obra *O coro dos defuntos* ressignifica o espaço e constrói um mundo de opressão e de desmantelamento das pequenas aldeias.

Palavras-chave

Espaço literário, Aldeia; Isolamento, Literatura portuguesa hipercontemporânea, *O coro dos defuntos*

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil). Email: paulokralik@gmail.com

Grave among hills: the space of the village in *O coro dos defuntos*, by António Tavares**Abstract**

Portuguese literature has dedicated countless pages of its novels to the setting of villages and small towns, often constructing mythical and transformative spaces for individuals *weary* of civilization. However, it is also fertile for literary exploration of the hardships faced by these small villages, lost in time. This article focuses on the hyper-contemporary book *O coro dos defuntos* by António Tavares, in which characters navigate a rocky terrain that could resemble a medieval setting but reflects a period marked by political and social transformations in the 20th century. While the world witnesses protests, wars, and technological advances, and Portugal undergoes political transformation with the final throes of its dictatorship, in that land, it is the mundane that interferes in daily life. Drawing on theorists such as Brandão, Augé, Bollnow, Arnaut, among others, the aim is to demonstrate how the book “*O coro dos defuntos*” redefines space and constructs a world of oppression and dismantling of small villages.

Keywords

Literary space, Village, Isolation, Hyper-contemporary Portuguese literature, *O coro dos defuntos*

1. Introdução: “o altar do diabo”²

Nos estudos narrativos, há uma certa tendência analítica direcionada a categorias como personagem e narrador. Há quase um consenso na percepção de que não existe um bom romance sem uma boa personagem. Anatol Rosenfeld (1985) sublinha a fundamental importância do *elemento humano* para que uma narração não seja apenas um *relato* ou uma *mera descrição*. Ou seja, é com a entrada de uma personagem que uma história ganha força literária. O professor e escritor Luiz Antonio de Assis Brasil (2019, p. 35) concorda: “é o personagem quando *bem construído* que dá sentido a tudo que acontece na história”. Essa personagem pode ser também narradora da obra – no caso de um narrador autodiegético ou homodiegético, por exemplo, para ficarmos nas categorizações já clássicas de Gérard Genette (2017) – ou é focalizada a partir de uma outra entidade, um narrador heterodiegético, que se encontra fora da história.

Este artigo traz uma simplificação e uma esquematização que levam em consideração uma narrativa tradicional, que respeita os limites tênues destas categorias. Contudo, basta um olhar atento aos textos literários produzidos nos últimos anos, para perceber como essas categorias clássicas já não dão conta da inventividade das novas obras, a literatura hipercontemporânea. Brian Richardson, na obra *Unnatural voices: extreme narration in modern and contemporary fiction*, afirma existir toda uma nova linhagem de textos ficcionais que transbordam as bacias metodicamente criadas por teóricos do século XX. Narrativas não-miméticas ou antimiméticas desafiam não apenas os leitores, mas também os críticos de teoria da literatura. Diz Richardson (2006, p. 3): “It should be readily apparent that a model centered on storytelling situations in real life cannot begin to do justice to these narrators who become ever more extravagantly anti-realistic every decade”.

Uma vez que “livros e cidades significam uma espécie de ápice das possibilidades de organização material e simbólica da humanidade”, que livros e cidades são “representativos signos da modernidade ocidental”, de acordo com Luís Alberto Brandão (2013, p. 37), esse artigo foca-se justamente no estudo do espaço narrativo, correspondente a uma aldeia perdida no meio do mapa, do tempo e da história. Um lugar onde ocorrem eventos estranhos, onde o catolicismo e a crença no diabo convivem na mesma medida. Trata-se de uma reflexão a partir da obra *O coro dos defuntos*, de António Tavares, vencedora do Prémio Leya em 2015.

² Todos os títulos e subtítulos marcados com aspas são referências a trechos retirados da obra literária em estudo.

2. “A pedra e o lume”

O espaço da aldeia é matéria que rende interessante investigação. Há uma série de obras muito relevantes na história da literatura portuguesa que têm como cenário pequenas povoações rurais. *Terras do demo*, de Aquilino Ribeiro, *Contos da Montanha*, de Miguel Torga, *O Delfim*, de José Cardoso Pires, *O dia dos prodígios*, de Lúcia Jorge, *A caverna*, de José Saramago, são alguns exemplos de livros muito estudados que não apenas possuem a aldeia como cenário, mas como elemento catalisador de muitas das ações da história. O espaço, nessas obras, assume um protagonismo e quase se solidifica como uma personagem da narrativa.

Nesse sentido, cabe resgatar alguns conceitos básicos sobre o espaço narrativo, porque muitas vezes tem-se a tendência de se reduzir conceitualmente o aproveitamento analítico do espaço literário e associar os seus estudos apenas à concretude física por onde as personagens circulam, o cenário de uma história, a sua paisagem. Entretanto, essa perspectiva é por demais limitadora, até por conta da amplitude que o estudo do espaço possui.

2.1 “Uma marca na rocha”: a literatura hipercontemporânea e o espaço literário

É a partir do estruturalismo, nos anos de 1960, que o estudo do espaço ganha mais força na academia. De acordo com Luís Alberto Brandão (2013, p. 25), “o espaço passa a ser tratado não apenas como categoria identificável em obras, mas como sistema interpretativo, modelo de leitura, orientação epistemológica”. Oziris Borges Filho (2009, p. 4) igualmente sublinha o avanço nos estudos do espaço a partir deste período: “Tal como ocorreu com a Arquitetura, com a Geografia e com outras áreas do saber, a Teoria da Literatura não ficou à parte nesse ressurgimento do interesse pelo espaço (...), categoria que considera fundamental para a criação e a estética literárias”.

De modo bastante amplo, Luís Brandão e Silvana de Oliveira em *Sujeito, tempo e espaço ficcionais*, definem o espaço como um “conjunto de indicações – concretas ou abstratas – que constitui um sistema variável de relações” (Brandão & Oliveira, 2020, p. 67). Portanto, é o espaço uma categoria flutuante, trabalhada nas mais diversas áreas do saber: história, geografia, literatura, sociologia, entre tantas outras. Para Marion Segaud, na obra *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*, o espaço pode ser visto de diferentes maneiras: profissionais (para quem trabalha com mapeamentos, arquitetura) ou mesmo simbólicas, quando envolverem o estudo das artes. O que essas representações trazem em comum é a possibilidade de leitura de mundo. Ou seja:

“(...) essas representações formais dizem muito sobre as sociedades, as épocas e os indivíduos que as produzem. Não somente constituem visões do mundo pelo que elas significam (seu conteúdo), mas também são ferramentas técnicas e ideológicas de comunicação” (Segaud, 2016, p. 256-257).

Corroborar com esse pensamento Michel Collot (2013, p. 15), na obra *Poética e filosofia da paisagem*. Para o teórico, é o espaço – ou a paisagem, “uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, da interdependência do tempo e do espaço e da interação da natureza e da cultura, do econômico e do simbólico, do indivíduo e da sociedade”.

Brandão (2013, p. 18) igualmente ressalta o caráter transdisciplinar do espaço, na exploração possível de questões “de natureza semiótica, política, filosófica e antropológica concernentes à relação entre literatura e espaço”. Portanto, uma perspectiva que contemple espaços subjetivos, imaginários, abstratos, psicológicos, simbólicos acaba por desconstruir as certezas que cercam esse espaço concreto. Dizem Brandão e Oliveira (2020, p. 69) que é preciso: “chamar atenção para o fato de que é impossível dissociar, do espaço físico, o modo como ele é percebido”. Portanto, “o espaço seria, em primeiro lugar, aquilo que podemos perceber através de nosso corpo. O espaço que ocupo seria, especialmente, aquele que vejo” (Brandão & Oliveira, 2020, p. 68). Da mesma forma, Collot partilha que a experiência da paisagem revela-se a partir das relações entre natureza e cultura, aquela “secreta continuidade que une o mundo ao corpo e o corpo ao espírito” (Collot, 2013, p. 40). Dessa forma, “essa experiência resulta de uma interação entre o corpo, o espírito e o mundo, e se inscreve no prolongamento das trocas que nosso organismo mantém com o meio natural (Collot, 2013, p. 40).

Oziris Borgea Filho (2009, p. 170), no texto “Espaço, percepção e literatura”, relaciona a percepção espacial com os sentidos. Para o pesquisador, ainda mais variada que a infinidade de espaços a que estamos expostos na nossa vida é a “percepção que cada um tem do espaço em que se localiza. Cada ser percebe diferentemente o mesmo espaço”. Também Collot (2013, p. 17) entende que “a paisagem é um espaço percebido, ligado a um ponto de vista”. Por isso, o ambiente só é paisagem, só é espaço, “a partir do momento em que é percebido por um sujeito” (Collot, 2013, p. 19).

Nos casos das obras literárias previamente citadas, o espaço literário interfere no comportamento das personagens, é quase um prolongamento da concretude física de seus corpos. Nos contos de Torga, por exemplo, há o clássico “A Maria Lionça”, em que a protagonista confunde-se com o próprio espaço. Relegada a uma vida de esperas, tanto do marido que parte quanto do filho que toma o mesmo caminho, Maria Lionça permanece enraizada na pequena aldeia de Galafura. Parada

no tempo, exatamente como aquele lugar, ela é “o sol de Galafura” (Torga, 1996, p. 17), ela carrega “um halo de pureza que simbolizava a própria pureza de Galafura” (Torga, 1996, p. 18). Já no texto de Saramago, a dinâmica entre a pequena aldeia e o gigantismo de um Centro Comercial vizinho potencializa a crítica do autor contra as mazelas do capitalismo e o aniquilamento da humanidade.

Contudo, não são apenas esses textos de autores mais canônicos que se desenvolvem a partir do espaço, no caso o espaço de uma pequena povoação. Há uma tendência na literatura portuguesa produzida nos nossos dias para retratar esses pequenos povoados como elemento propulsor de várias questões de urgente debate. Trata-se, portanto, da literatura portuguesa hipercontemporânea, a literatura do século XXI, prefixo *híper* que carrega o extravasamento, a potencialização desse contemporâneo. Carlos Reis (2018, p. 9) afirma que é importante não pensarmos no hipercontemporâneo apenas como “uma postulação simplesmente cronológica”, e isso significa “incutir densidade axiológica e histórico-cultural a um conceito que, não constituindo designação consolidada para um tempo periodológico preciso [...], solicita aprofundamentos para que eventualmente lá se chegue” (Reis, 2018, p. 9).

Há uma série de recorrências nessas obras que acabam por consolidar tendências, que não invalidam outras possibilidades, mas que com elas coexistem. Ana Paula Arnaut considera o hipercontemporâneo fruto do seu tempo. Arnaut (2018, p. 19) postula que são novos textos que exigem novos olhares dos leitores e da crítica, uma vez que manifestam “um imperativo de inscrever novos temas e novos cenários que espelhem as inflexões comportamentais, (inter)individuais e (inter) sociais, decorrentes de um novo mundo”.

Surgem assim títulos que incorporam as mais diferentes temáticas relacionadas às demandas mais improrrogáveis dos nossos tempos, como a crise climática, o esgotamento do sistema econômico, o trabalho 24/7, as migrações, o hiperconsumo da tecnologia, a afirmação das vozes minorizadas, a derrocada das democracias. No caso da temática do espaço da pequena aldeia, há o aprofundamento da crítica já trabalhada desde sempre, especialmente nas obras do século XX, como a relação óbvia de isolamento e imobilidade, mas que escapa de um pitoresco ou de uma idealização mais romântica ou ufanista, que pode ser encontrada nos textos do início do século XX. Em geral, os textos do século XXI trazem a aldeia como alegoria maior de um mundo em descompasso, no qual as grandes cidades, o empreendedorismo, o capital, o mundo tecnológico esmagam e aniquilam as povoações pequenas³.

E essa é uma realidade, reportada nos jornais portugueses. O cronista Carlos Ferreira, por exemplo, do *Diário de Trás-os-Montes* (região escolhida, aliás, por Torga na ambientação de tantos de seus contos), debate a “trágica realidade da grave

³ Como exemplos, além do livro em análise, de António Tavares, há outras obras recentes que trazem o campo, o mato, a aldeia em contraposição ao aniquilamento da cidade, do urbano: *Terrinhas*, de Catarina Gomes; *A charca*, de Manuel Bivar; *Baiôa sem data para morrer*, de Rui Couceiro.

doença demográfica que fustiga o mundo rural” e “a problemática do despovoamento do nosso interior (português): sobretudo o desaparecimento e morte da rede de aldeias”⁴.

O *coro dos defuntos* passa-se numa minúscula aldeia não nominada, na Beira Interior, entre 1968 e 1974. Por lá, transitam personagens variadas, a maior parte delas, diz o narrador, gente bruta, analfabeta, “bárbaras e agrestes (...) à margem da civilização”, como afirma Aquilino Ribeiro, em *Terras do demo*. O romance de António Tavares⁵ é parasitário desse mundo rural composto por Aquilino Ribeiro e traz um diálogo com a obra aquiliniana *Aldeia*: terra, gente e bichos, publicada em 1946, à qual paga o devido tributo já na epígrafe, que inclusive anuncia o tom de seu próprio romance: “Aldeia negra, espelho perfeito da Idade Média rural, essa ignorância, essa rudeza são bem escusáveis! Não desonram sequer. Mas, sim, magoa essa alma dura, desumana, impiedosa que te vão inoculando” (Aquilino, 1983, como citado em Tavares, 2015, p. 7).

Aliás, também no paratexto da obra, António Tavares deixa clara essa intertextualidade: “Sendo este romance evocativo da obra de Aquilino Ribeiro, existem várias palavras usadas pelo mestre. Se não conhecer estes termos, o leitor interessado poderá consultar o glossário no final do livro” (Tavares, 2015, p. 9). De modo bastante didático, portanto, há uma espécie de léxico aquiliniano trazido por Tavares na composição da homenagem, mas também no reforço crítico de um texto que, quase setenta anos depois, constrói um mundo ainda muito similar ao retratado por Ribeiro na primeira metade do século XX.

2.2 “O mundo é feito de gente que ainda não é bem gente ou então já está muito para além dela”

O *coro dos defuntos* traz algumas personagens protagonistas, como Manuel Rato. Contudo, há uma certa unicidade na construção de várias vozes das personagens secundárias que, como sugere o título, compõem uma espécie de coro, um coro de defuntos, de “cadáveres adiados”, para trazermos Fernando Pessoa, numa voz uníssona a ressaltar a pequenez daquele lugar. Entretanto, a maior personagem do texto é a própria aldeia, espaço onipotente e onipresente do início ao fim da narrativa. Outra curiosidade da obra é o sabor da literatura em sua oralidade: a marcação *Diz ela*, reiterando que a história narrada foi contada por outra pessoa. A título de exemplo, leia-se:

⁴ Ferreira, C. (2022): “Aldeias: nascimento, vida e morte!”. Diário de Trás-os-Montes: Opinião.

⁵ António Tavares nasceu em 1960, na cidade de Lobito, na então província ultramarina portuguesa de Angola. Em 1975, na sequência do processo de descolonização de África, mudou-se para Portugal. Talvez por isso, os espaços nas narrativas de António Tavares são sempre intrigantes, como por exemplo em *Homens de pó*, em que as personagens deambulam por um Portugal em ebulição.

“Diz ela que naquela terra da Beira, onde faunos havia tal como o Aquilino os tinha predito, as pessoas eram feias e duras. E dizia que o mundo é feito de gente que ainda não é bem gente ou então já está muito para além dela. Os da cidade e de outras paragens não conheciam o que isso era. Não adivinhavam que havia espíritos em todas as coisas, fosse nas águas do rio, nas árvores ou até nas cinzas de uma fogueira, e que os antigos permaneciam entre os vivos, apesar de os enterrarem num cerro a duas léguas dali.” (Tavares, 2015, pp. 12-13).

A marca narrativa “diz ela” carrega essa característica da boa prosa trocada pelos habitantes dos lugares mínimos, gente que se conhece pelo nome, que conta e reconta histórias passadas, vividas, inventadas, gente que se identifica pela pertença àquele lugar. Retome-se a passagem apresentada da obra para sublinhar que, desde o princípio da narrativa, tem-se, pois, a dicotomia entre os moradores daquela terra e *os da cidade*. O mundo da aldeia é muito diferente do mundo real, do mundo lá fora, porque a constituição do enredo da obra prevê um universo quase paralelo para aquele lugar onde nunca “Cristo rompeu as sandálias”, expressão emprestada de Aquilino Ribeiro para resumir essas *terras do demo*. A constituição desse espaço narrativo, aliás, traz elementos interessantes para análise: aquele é um lugar parado no tempo, e os ares de aldeia medieval quase enganam o leitor quanto à contextualização histórico-espacial do romance. “A aldeia era uma forma de estar fora do mundo” (*idem*, p. 137).

Fora do mundo e fora do tempo. Além do pouco desenvolvimento econômico desse lugarejo, há personagens que conferem ao texto igualmente um outro tempo que não o tempo histórico de fato trabalhado na narrativa: existe, por exemplo, uma rainha e uma bruxa: “essa avó, bruxa e parteira, mulher teimosa e altiva, era amada como nenhuma outra e mimada com requintes de rainha, isso sem desmerecer o título à Rainha, uma urca sucessivamente enviuvada que morava três casas adiante” (*idem*, p. 15). Já a rainha carrega histórias sobrenaturais, pois três vezes levada ao morgue da aldeia, três vezes de lá retornara, numa delas inclusive “tinha chegado a ser encaixada num esquife”, quando “se levantara, com a boca a espumar, o rosto envolto em pó de talco e, envergando um vestido negro que havia muito não lhe servia e lhe caiu aos pés (...) saiu de seu torpor *mortis* e caminhou” (*idem*, p. 16).

As personagens anacrônicas e os eventos bizarros, pois, acentuam essa atmosfera estranha, que conferem o recheio necessário para aquele cenário desolador. A aldeia é uma ‘pedregulhenta terra’, espaço árido, de onde muitos pretendem escapar:

“A aldeia e arredores tinham pedra cabonde para encher o mundo. Parecia que o criador tinha depositado no local tanta rocha quanta tinha”⁶ (*idem*, p. 66).

Uma personagem fundamental na composição desse contraste entre o mundo externo e aquele lugar, entre a cidade grande e a aldeia, é Manuel Rato, homem que vivia nos Estados Unidos, mas que curiosamente faz a viagem contrária, retornando para seu lugar de nascimento. No exterior, “corria todos os espaços da grande cidade, mas sentia sempre uma sensação de sufoco, um mal-estar claustrofóbico que o mantinha taquicárdico e incapaz de falar” (*idem*, p. 31). Por isso, o homem queria “voltar às estreitas ruelas e aos lameiros de sua aldeia. E voltou” (*idem*, p. 32).

Essa passagem é relevante porque, como afirma o teórico alemão Otto Bollnow (2008, p. 61), “o homem vai embora em busca de alguma coisa no mundo, para atingir alguma meta (...) Contudo, quando ele a realizou (ou também quando fracassou), regressa a sua habitação como um local de repouso”. É exatamente o caso de Manuel Rato. Esse espaço do retorno, nos diz Bollnow, é o *centro organizador*. Quando a personagem sente saudades das estreitas “ruelas e aos lameiros de sua aldeia”, consoante Bollnow (2008, p. 62), sente falta desse ponto organizador: “não somente as definições de proximidade e distância que mudam, mas ao mesmo tempo a estrutura interna das ruas pelas quais eu costume vir e que têm para mim o caráter da familiaridade”. É isso que ele reencontra na pequena aldeia, aquele mapa íntimo de percurso em que geografia e afeto estão enlaçadas. E Rousseau já escrevia que o afeto é um potencializador de recordações⁷.

A emigração, temática constante em obras que se ambientam nas pequenas cidades, é exercitada no texto de Tavares não somente na figura de Rato, aliás, mas de outras personagens que sonhavam com uma vida melhor longe dali, como sua irmã, Quinha, que parte para a Suíça, e a irmã da Rainha, que também morara nos Estados Unidos. O movimento migratório entre aquela pouca gente é grande, reflexo, aliás, do que no próprio país se vivia, de acordo com o narrador: “As notícias garantiam que cada vez emigrava mais gente e, desta, muita era clandestina. As pessoas tinham razão para sair, como sustentava o Galénia, o raio do mundo estava complicado” (Tavares, 2015, p. 128). A própria Rainha, tempos depois, também irá para a América. Há uma percepção fantasiosa do *lá-fora*, da América – “Ficava claro em todas as cabeças que aquela terra maravilhosa era o centro do mundo”⁸ (*idem*, p. 94).

⁶ Muitas vezes, a aridez desses espaços diminutos é comparada com as pedras, como o faz Aquilino Ribeiro (1983, p. 9), “As Terras do Demo são isso, o estudo do mundo pitoresco e primário da pedra de lameira”

⁷ “Em Rousseau, vamos do afeto como amplificador instrumental de recordações na mnemotécnica da Antiguidade até o afeto como núcleo duro das recordações” (Assmann, 2011, p. 271).

⁸ Um dos moradores, Albano, chega a afirmar que os campos de milho nos Estados Unidos eram tão extensos e produtivos que chegavam a sair para fora da terra. “E alguém rebatia que não existem campos assim, a não ser noutro planeta, o que explicava a demanda dos americanos pelo espaço” (Tavares, 2015, p. 95).

A aldeia envelhece, perde seus jovens. Os dois filhos de Glória e Albano, personagens com importância no texto, também tinham emigrado e estavam na França. O autor faz, portanto, da aldeia um microcosmo de Portugal naquele contexto. O que ocorre na aldeia, de fato, não é muito diferente da situação vivida em todo o país, já desgastado por um regime ditatorial, por um isolamento e pelo agravado estado de pobreza: “A aldeia, tal como o país, estava tolhida a viver assim, sem descendência” (*idem*, p. 194). Ainda assim, por óbvio, aquele pequeno espaço encontrava-se ainda mais isolado, pois distante das grandes cidades e abandonado pelo poder público.

Contudo, na contramão do fluxo migratório, Manuel Rato retorna. E no seu retorno à pequena aldeia, aproxima-se de Chichona, prostituta passada dos setenta anos, também ela exemplo de um movimento contrário, pois vinda da capital, onde nos tempos áureos cantava fado na Alfama. Rato e Chichona, dessa forma, tornam-se bons amigos, dividem uma irmandade *antropófoba*. A ela, contrariando a voz daquele coro de habitantes, Manuel Rato confia os encantos que sente pela aldeia em contrapartida ao vivido no exterior: “As ruas (da América) são muito largas”. Dissertava então sobre as “vantagens das estreitas e magricelas veredas que eram um aconchego à pele”, porque “Na aldeia, cada passo era sentido, avulso, marcado. Na cidade, os passos perdem-se por serem todos iguais. Ali, entre as ruelinhas de pedra rugosa, vive-se e observa-se o mundo em cada passada e percebe-se que a vida é feita deste gesto de andarilho que todos nascemos a saber fazer” (*idem*, p. 34). Fica claro que Rato sente as pequenas ruelas da aldeia como um organismo vivo, como um afago. Neste sentido, a personagem tateia o espaço da aldeia, suas ranhuras, as pedras rugosas, porque *sente* os passos, porque: “pele e músculos também nos proporcionam a vivência cinestésica do espaço, isto é, relacionam-se com as ideias de amplo e restrito, distante e próximo”, alerta Borges Filho (2009, p. 180). Portanto, a ideia de espaço vivenciado relaciona-se com a forma pela qual o sujeito existe em relação ao espaço físico, objetivo, materialmente definido. Quer dizer, “a percepção e a maneira pela qual o indivíduo age e vive no espaço, como ele realiza-se e existe com e no espaço e, assim, experiencia uma realidade” (Barros, 2019, p. 40).

Luís Brandão (2013, p. 19) retoma David Harvey para discutir “o conflito entre, por um lado, a tentativa de constituir e preservar lugares de identificação, e, por outro, a progressiva abstratização e virtualização dos espaços, sobretudo os de natureza pública”. É exatamente essa a oposição que faz Manuel Rato ao abrir seu coração à prostituta e estabelecer pontos de sinalização naquilo que odiava na América (ser engolido pela multidão nas amplas avenidas) e amava na sua aldeia (ter essas ruas desenhadas no seu próprio corpo). O discurso de Rato, em contrapartida, conforta o velho coração de Chichona, também ela apegada àquela terra para onde

veio depois de adulta: “Ela era como as árvores – um ser de raízes presas ao chão e a precisar dele para se acomodar” (Tavares, 2015, p. 34).

Retome-se a questão perceptiva do espaço levantada por Luís Brandão (2013, p. 57), que vê a simbiose entre o corpo e o espaço. Resgatando os mais diversos teóricos desta linha, entre eles Félix Guattari⁹, discorre ele sobre “a vertente que vincula o espaço à percepção, à esfera do sensível. Aqui se costuma defender a impossibilidade de dissociar espaço e corpo”. Talvez por essa razão Manuel Rato tenha precisado voltar para a aldeia, por essa razão as personagens do conto “Maria Lionça”, de Miguel Torga, referido anteriormente, precisam voltar à aldeia mesmo que moribundos para lá serem enterrados, para um “derradeiro sono em Galafura, que era ao mesmo tempo a terra onde nascera e o regaço eterno de sua mãe” (Torga, 1996, p. 23), numa polissemia de mãe também como mãe terra.

Manuel Rato prefere a aldeia porque a cidade grande carrega uma série de não lugares, naquela caracterização que fez Marc Augé (2010) em sua antropologia da supermodernidade, esses lugares de trânsito, de passagem, *provisórios, efêmeros*, por onde circulam centenas de pessoas. Na voz de Rato, vê-se a apropriação da pequena cidade, sua marcação identitária, a personagem *sente-se* na aldeia, *vive* a aldeia, *observa* o mundo que essa pequena vila carrega. E desse mundo é figura central e não apenas um figurante: “O mundo era a sua aldeia, onde se segava a palha, se retirava a madeira, se fazia fogo, farinha e pão, e se perdia o passo entre o cruzeiro e a capela” (Tavares, 2015, p. 46). Sublinhe-se que nessa passagem há uma forte sensorialidade, estimulando sinesteticamente o leitor da obra: na visão e no tato da palha, da madeira, no fogo; no olfato e no paladar do pão que sai do forno.

As duas personagens precisam de um lugar *vestido de sentido*, conforme Augé (2010, p. 51): “Cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e confirma sua necessidade”. Rato e Chichona veem na aldeia as três características comuns que Augé (2010, p. 52, grifo meu) enumera nesses lugares de sentido: “lugares se pretendem *identitários, relacionais e históricos*”. Diz ainda o antropólogo: “Nascer é nascer num lugar, ser destinado à residência. Nesse sentido, o lugar de residência é constitutivo da identidade individual”, pois é um lugar que proporciona “uma estabilidade mínima” (*idem*, p. 52), justificando as raízes de Chichona, mesmo tendo vindo de fora, pois é lá que ela (re)nasce, e a familiaridade de Rato com aquelas ruelas daquele lugar.

Também o teórico alemão Otto Bollnow (2008, p. 21), ao reler Kant, afirma que “o homem é um ser espacial”, ou seja, o espaço é “uma forma geral da atitude vital do ser humano”. Para Rato e Chichona, aquele era seu lugar, onde todas as coisas, por pior que fossem, faziam sentido. Certeau, citado por Augé (2010, p. 52), vê no lugar a ordem segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência. O

⁹ “A abordagem fenomenológica do espaço e do corpo vivido mostra-nos seu caráter de inseparabilidade” (Guattari, 1992, p. 153, como citado por Brandão, 2013, p. 57).

centro organizador, citado por Bollnow. Porque, de acordo, com Augé (2010, p. 53), “o habitante do lugar antropológico não faz história, vive na história”.

Naquele pequeno sítio, na obra *O coro dos defuntos*, todos se conhecem e reagem de forma semelhante. Chichona dizia que eram “as pessoas todas iguais, exceção a ele, Manuel Rato, que não parecia pertencer àquele mundo” (Tavares, 2015, p. 137). Há uma certa previsibilidade segura, um conhecimento prévio da engrenagem do funcionamento das coisas. Há ritos muito arraigados que se repetem. Era aquele um lugar de estranhos acontecimentos, um espaço onde as pedras tinham um poder quase sobrenatural, pois Rato, a certa altura da história, desaparece e, segundo os aldeões, teria entrado pra dentro de uma pedra: “O Manuel Rato não desapareceu, que a gente sabe onde ele está. Meteu-se por um rochedo dentro e por lá se mantém” (*idem*, p. 117). Voltar para a sua aldeia e sumir dentro de uma rocha são paralelamente simbólicos na narrativa. Mais tarde, uma outra mulher, Olivita, também desaparece. E Chichona aparece morta, com “marcas negras no pescoço e uma poça líquida (que) suava-lhe as costas. Os olhos, abertos e esbugalhados, pareciam saltar-lhes das órbitas, e a boca, muito aberta, deixava adivinhar que tinha tentado soltar um grito” (*idem*, p. 55).

Os desaparecimentos e, em especial, o assassinato da prostituta tomam conta da aldeia, e parece mesmo que tudo naquele lugar acabava por envolver a morte. Inclusive, nas primeiras horas do amanhecer, dizia-se que “a aldeia era a mortalha que a todos envolvia em ânsias de morte” (*idem*, p. 20). Trago novamente Augé (2010, p. 53): “Esse lugar que antepassados construíram, que os mortos recentes povoam de signos que é preciso conjurar ou interpretar”. Aquele é um lugar onde os mortos têm sua presença percebida, e onde os vivos caminham como defuntos.

A chegada de um cabo, com seu veículo militar, paralisa a aldeia. Vem o cabo para investigar alguns desses fatos bizarros. O cabo, desalentadoramente, observa aquelas pessoas: “Toda a paisagem lhe parecia sagrada, feita por mão divina e, no entanto, as gentes eram terrenhas, entregues à cainheza da vida. Havia alia burla do criador ao colocar em tão bonito tabuleiro peças de tão estranha qualidade”. (Tavares, 2015, p. 118). E chega a filosofar, a pensar que são aqueles habitantes pedras também: “O ser-se duro entre pedras e finório e machacaz na adversidade da pobreza e da miséria” (*idem*, p. 118). Um lugar tão bonito, mas tão árido, composto por essas peças estranhas, como num tabuleiro de xadrez, seres quase imóveis, quase minerais.

Ao interrogar os moradores, descobre que Chichona sempre dizia que “tudo (ali) lhe parecia uma espécie de teatro de marionetas onde as figuras se moviam como se não tivessem alma” (*idem*, p. 137). Contrariando Oziris Borges Filho, portanto, é como se todos os parques habitantes sentissem aquele lugar de uma mesma maneira.

Entretanto, também aquele esse espaço habitado por títeres revela o abandono do poder central, que havia esquecido desse Portugal do interior. Por isso tantos

fogem daquele lugar. As pessoas que ali ficam são jogadas à própria sorte. Na aldeia, uma vez um homem na taberna disse: “Somos como os animais a quem lhes tiram os filhos” (*idem*, p. 194). Bichos sem futuro e sem descendência.

A aldeia sem futuro, o país sem futuro: “*Diz ela* que uma comunidade que perde os seus descendentes fica a vaguear no tempo”, porque “a partida e a ausência dos filhos, e depois dos netos, era o descarnar do seu espírito. Tinha de se construir o futuro sobre um paradoxo: uma relação feita de uma não presença” (*idem*, p. 194). Um povoado repleto de ausências, de lugares vazios. Recuperando a noção aristotélica de espaço, da necessidade da inexistência do vazio para que exista o espaço, Brandão (2013, p. 192) contraargumenta: “A noção do vazio é, nessa perspectiva (aristotélica), muito importante, pois equivale a qualquer extensão sem corpo, continente sem conteúdo”. Nesse sentido, o vilarejo de *O coro dos defuntos*, com suas tantas ausências presentes, de quem parte, de quem morre, de quem não nasce, é essa cova aberta entre montes, enterrado vivo.

Sobre o esvaziamento em terras portuguesas, Carmina Cavaco reforça que as últimas décadas apresentam

“(...) o progressivo despovoamento do mundo rural que levou ao abandono de lugares onde antes fermentou vida, conduziu ao desaparecer da parte essencial da memória da identidade Portuguesa. Os nossos dias viram morrer povoados que perduravam há séculos, assistiram ao arrastar de populações para a periferia suburbana, onde o sentimento de vizinhança e as suas solidariedades próprias se diluem, olharam, quase indiferentes o vazio do anonimato e do eremamento” (Cavaco, 1999, como citada em Correia, 2005, p. 11)

Entre os que permanecem naquele lugar, a letargia: “Quando se perguntava aos habitantes daquela cova entre montes pelos seus filhos, a resposta era um encolher de ombros, a mesma que se dá perante a morte e a ignorância” (*idem*, p. 194). Porém, duas das ausências são preenchidas, com o retorno de Manuel Rato, primeiramente, e Olivita depois. O desaparecimento de Rato, folcloricamente, era tratado por diversas hipóteses. Além a de estar escondido dentro de uma pedra, teria fugido com o circo, ou casado clandestinamente com Olivita, ou ainda se tornado um pastor de uma igreja, entre muitas outras razões mirabolantes.

O mundo, naquele período histórico, vivia uma fase de grandes feitos científicos — a viagem do homem à lua, a observação de manchas na superfície de Marte, a inseminação artificial em peruas —, de grandes guerras — a dos árabes com os judeus, a do Vietnã, aliás, alerta o narrador, uma “guerra como a nossa: longe, quente, incapaz de fazer sentido no coração das gentes que partiam e ficavam” (*idem*, p. 94) —, de grandes avanços tecnológicos — a televisão —. Essa percepção

de um lugar parado no tempo é potencializada por outra cena relevante. Uma professora jovem visita a aldeia e observa “o machismo preponderante naquele lugar, porque apenas as mães levavam seus filhos a atividades escolares”. Diz então que “as mulheres eram iguais aos homens”, enfurecida. “Estamos no século vinte!”, disse a professora jovem, e recebe uma reprimenda da professora mais antiga da aldeia: “Aqui não” (*idem*, p. 180). Ou seja, aquela pequena cidade era mesmo de outros tempos, quiçá medievais.

A jovem professora, diferentemente da percepção do militar, fica impressionada como tão perto de Viseu pudesse existir

“(...) um povoado de uma dúzia de casas sem água e quase todas sem eletricidade, sem fogões, máquinas de lavar e outros confortos da vida moderna. As ruas eram quelhos apertados e sinuosos, de terra batida empastada em excrementos de gado, e as águas corriam pelas cavadas, em drenos onde alguma erva escondia a putrefação da urina que vinha dos estábulos” (*idem*, p. 181).

Ou seja, conforme Borges Filho (2009, p. 168), no caso do cabo e da jovem professora, cada um percebe um mesmo espaço de modo diferente: “apesar de os sentidos serem os mesmos e, mesmo que os estímulos sejam os mesmos, cada pessoa percebe a realidade diferentemente”.

Ainda para a professora, o cenário deprimente é reforçado por uma fé de beatos. Na capital estreava o filme Jesus Cristo superstar. Mas o cristo da aldeia, pensa a jovem professora, “estava bem preso à cruz e nunca de lá saía”. Estagnado como aquelas pessoas, “este Cristo limitava-se a ser o companheiro da miséria das gentes” (Tavares, 2015, p. 181).

Abandonados até mesmo por esse Deus no qual acreditavam, seguem suas vidas. Dentro daquela cidade, aquele teatro de marionetas, há um elemento, porém, que vai carregar grande simbolismo e, aos poucos, provocar uma transformação de hábitos no lugar. Um morador compra uma televisão. Ainda que a sintonia da imagem seja muito ruim, toda a gente para perto da casa de Tritão, o dono afortunado daquela caixa mágica, mesmo que apenas para ouvir as notícias: “A partir daquele dia a aldeia não voltaria a ser a mesma. Via-se mal o mundo, mas ouvia-se alguma coisa” (*idem*, p. 120). Era pela ‘caixa luminosa’ que viram “um estranho e desengonçado veículo a circular na poeira do solo lunar” (*idem*, p. 131), mais tarde o atentado nas Olimpíadas de Munique, onde “foram mortos vários atletas israelitas” (*idem*, p. 153), a guerra dos árabes e judeus, “cancro, espaço, informática, nuclear (...) As notícias que o mundo trazia até à aldeia” (*idem*, p. 164). Ou seja, o mundo entrava, por fim, na aldeia.

Entretanto, ao mesmo tempo, essas transformações no *lá-fora* acabam por intensificar a sensação de abandono no *lá-dentro*: “Por verem o mundo a mudar e não o compreenderem, e por sentirem que havia outro a morrer na sucessão e na avalanche dos dias” (*idem*, p.174).

Porque o destino do aldeão é: “Cavar, lavar, semear”, esses

“(...) rituais de vida e de morte, mais do que a busca do sustento. Assim volviam as estações e os ritos prosseguiam, sempre para manter a aldeia e o solo vivo. E morriam os homens como faziam as árvores e as plantas, os bois e as ovelhas e os restantes animais. Nada de mais natural” (*idem*, p. 203).

Contudo, para que tudo aquilo? “Os homens olhavam em volta e perguntavam-se se fazia sentido passarem uma vida naquela cova entre montes, a apascentarem gado miúdo, a verem fugir os mais novos, a ficarem todos velhos e a gastarem os ossos no amanho das terras” (*idem*, p. 174).

É neste momento da narrativa que uma personagem, Albano, se enforca, e isso provoca grande comoção entre todos. O narrador de certa forma naturaliza o evento, contextualizando-o junto à rotina daquele lugar, no amanhecer: “Foi assim que o encontraram, numa altura em que a hortelã bravia, húmida do orvalho da manhã, parecia cheirar intensamente” (*idem*, p. 175).

Aquela morte espetacularizada, à vista de todos, era o resumo da vida de quem se mantinha vivo, o anúncio do fim no meio das pedras. Aleida Assmann (2011, p. 37) determina que “a memória cultural tem como seu núcleo antropológico a memorização dos mortos”. Erguem-se monumentos a mortos heroicos, erguem-se espaços de homenagem aos mortos comuns, cultuam-se suas passagens. Aquele povoado é um lugar que convive com os mortos, e já o título da obra alerta para esse coro de defuntos, mortos que ainda falam, vivos silenciados, já quase mortos. Se Assmann (2011, p. 37) clarifica que a piedade é “obrigação dos descendentes de perpetuar a memorização honorífica dos mortos” e, portanto, somente os vivos podem tê-la pelos que já morreram, no texto de Tavares também os vivos (e os leitores) sentem piedade pelos remanescentes vivos da aldeia. Porque aquele é um lugar rumo ao esquecimento, uma grande cova aberta à espera.

O clérigo dizia que naquele lugar havia dois tipos de homens:

“(...) os que querem uma morte lenta para se irem despedindo das coisas e dos amigos, o que lhes permite um choradinho constante que implora a pena dos outros e os vai emocionando, e os que almejam um raio que os atire ao chão e os deixe mortos ainda antes de baterem com os costados em terra” (Tavares, 2015, p. 140).

Albano era do segundo tipo, e os seus conterrâneos do primeiro, uma vez que sobreviviam, em morte lenta, naquele lugar sem futuro.

3. Encaminhamentos finais: “transformar pedras em pão”

Uma vez que *O coro dos defuntos* é obra publicada no século XXI, destina-se a leitores deste tempo de agora, aquilo que é narrado no mundo diegético atualiza-se a partir de traços muitos similares, perceptíveis na contemporaneidade. Assim, é de grande valia, outra vez, a crônica de Carlos Ferreira, para colocar em debate, de acordo com o autor, o descaso político e o arruinamento das pequenas aldeias em Portugal. O trecho é longo, mas bastante significativo:

“O Estado Português de Lisboa, com a convivência de Bruxelas, paulatinamente, além de ter feito de Portugal uma carreira junto ao mar, fez do interior um conjunto de áreas classificadas e reservas ambientais. Ao longo de vários séculos, concentrou a população, as atividades produtivas e as instituições do Estado, apenas nas cidades do litoral, mormente em Lisboa e Porto. Criou então um país a duas velocidades, porque se alheou da parte interior e concentrou os investimentos continuados apenas na faixa litoral. Fez ainda melhor: selou e perpetuou este modelo, porque numa democracia, quem não tem população não tem votos, nem voz. Quem não tem votos nem voz, não interfere nos resultados eleitorais, nem influencia a definição das políticas públicas de investimento e desenvolvimento”¹⁰.

O grito de Ferreira contra o silenciamento e o aniquilamento desses espaços é meritório, pois entra em sintonia com a obra literária aqui debatida.

Luís Brandão (2013, p. 72) afirma que “a literatura também é o processo segundo o qual a realidade se corporifica – processo da ficção, por meio do qual a indeterminação do imaginário ganha algum nível de determinação, processo pelo qual o horizonte de relações possíveis converge para uma série específica de relações”. A literatura dá vida, desenha imaginários, cria gentes e mundos, mesmo um mundo fora do eixo, mas que está de alguma forma atrelado a um tipo de realidade muito cara nos nossos tempos, à qual a literatura hipercontemporânea refere-se como denúncia. Aqui, o desmantelamento desses vilarejos. Isso porque, e sigo com Luís Brandão,

“(…) o tensionamento da representação espacial – enfim, do efeito obtido pela aceitação tácita de que espaços podem ser transpostos do mundo para o texto – se dá precisamente pela radicalização do significado da ação de transpor, a qual passa a ser entendida como de interferência, dinamização, provocação, desestabilização. Trata-se, portanto, de uma ação política” (Brandão, 2015, p. 67).

¹⁰ Ferreira, C. (2022): “Aldeias: nascimento, vida e morte!”. Diário de Trás-os-Montes: Opinião.

A provocação de António Tavares, ao apresentar esse mundo de brutos, de gente isolada e que acredita no sobrenatural, é, pois, a de problematizar quaisquer imagens romantizadas que ainda sobrevivam em relação às aldeias perdidas no mundo rural, essas que vendem (apenas) uma ideia de acolhimento, de utópicas realidades de opulência e fartura, em que Jacintos se encontram consigo próprios, como Eça de Queiroz escreveu em *A cidade e as serras*. A pequena cidade de *O coro dos defuntos* intensifica aquilo que Ferreira comenta em sua crônica, “um país a duas velocidades”, mas também esse país em outra velocidade com relação à própria Europa e ao mundo.

Há uma passagem de *O coro dos defuntos* bastante simbólica, quando o narrador traz o pensamento de Quinha, irmã de Rato, sobre as versões criadas pelos habitantes a respeito do desaparecimento de seu irmão: “Dizia ela que a realidade depende da forma como as pessoas interpretam o que as rodeia”. (Tavares, 2015, p. 100), um pensamento concordante com o já apresentado por Oziris Borges Filho. Talvez seja esse um dos trechos mais significativos da obra de António Tavares, até mesmo uma chave de leitura, porque aquelas pessoas ali só poderiam entender o mundo a partir do lugar onde estavam. Quinha acredita, portanto, que “a verdade não existe senão na realidade construída, e por isso, nunca podemos dizer que ela constitui o real absoluto” (*idem*, p. 100). A verdade daquela gente quase sempre apartada do mundo lá fora era construída com base em sua realidade dali, uma realidade que aceita rainhas que ressuscitam, homens que entram nas pedras, velhas com poderes premonitórios, faunos e outros elementos fantásticos. A personagem complementa: “Naquele mundo, a descrição e a narrativa das coisas é sempre alabregada, feita a golpe de estadulho” (*idem*, p. 100).

A golpes de pau, portanto, se ergue a percepção da realidade naquele lugar. António Tavares elabora uma narrativa, como visto, repleta de mortes em vida e de ausências. E se por um lado esse “processo de esvaziamento viabiliza a criação de campos de possíveis, nos quais os mais diversos tipos de conexões, sistemas narrativos, modos de imaginação são exercitados”, como nos diz Brandão (2015, p. 194), por outro o poder da literatura edifica um mundo próprio, mesmo com dissabores, mesmo com ausências, mas do qual igualmente se pode fundar um horizonte novo e limpo.

Em *O coro dos defuntos*, entretanto, nem tudo é desolação e pessimismo. Há lampejos de esperança, especialmente nas cenas finais do livro. Porque a história de Portugal também vai se reconstruindo, mesmo sendo acompanhada de longe, como se a aldeia do país não fizesse parte. Acabam por saber, através do Júlio Peixeiro, que sempre trazia novidades à aldeia, que Salazar caíra da cadeira, mas ainda assim “o velho da queda teimava em não bater o borzeguim” (Tavares, 2015, p. 90). O tempo passa, Salazar não morre, numa alegoria moribunda à própria nação: “o velho mal

falava; tinha um olho meio fechado e o corpo semiparalisado. A velha lia-lhe os jornais, mas uma parte da leitura eram notícias inventadas, a outra, as que não tinham importância” (*idem*, p. 106). Mais tarde, a morte de Salazar, os discursos de Marcelo Caetano, novo velho primeiro-ministro, os últimos suspiros da ditadura e os rumores de uma revolução são indicativos de tempos de mudança.

Na mesma madrugada da revolução dos cravos, quando tanques se preparavam para entrar nas avenidas da liberdade, dois moradores, Augusto e Labruaco, não por acaso os dois ex-combatentes em África, na guerra colonial, escondidos detonam no alvorecer uma grande rocha: “o leixão elevou-se em milhares de pedaços cuspidos a toda a força, os quais se suspenderam, por instantes, no céu já claro” (*idem*, p. 201). Os dois homens, a avó feiticeira já sabia, traziam consigo muitas dores e, “com a pedra rebentavam as mágoas e as iras contidas” (*idem*, p. 203).

A explosão de uma das tantas rochas, símbolos da imobilidade daquele lugar, já quase sem vida, uma cova entre os montes, pode servir também de metáfora a uma necessária transformação, o elemento mineral desfazendo-se em centenas de partículas suspensas pelo céu, centelhas a flanarem por aqueles novos ares, num dia que já acorda. Como o grito de um dos homens combatentes que detonou a pedra, ainda sem saber da coincidência: “Isto é que é uma revolução” (*idem*, p. 201).

Assim, de algum modo, também aquela cidadezinha encravada na pedra do tempo tornava-se protagonista de uma pequena ruptura, fogos de artifício a comemorarem, talvez, novos tempos dentro daquele tempo que parecia para sempre imóvel. Um ciclo que se fecha, como traz o narrador no início do livro: “*Diz ela* que o mundo nem sempre foi assim. Noutros tempos, a avó corria à beira do rio com um pau de vime na mão a espantar os espíritos dos mortos e batia nas pedras e na água como se sacudisse os males da Terra” (*idem*, p. 11).

Naquele dia, também a pequena aldeia fez a terra tremer.

BIBLIOGRAFIA

- ANGELINI, P. R. K. (2018): “Em nome do pai: ventriloquismo e subalternidade em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água*, de António Lobo Antunes”. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanitas*, 29, pp. 95-112. <https://doi.org/10.24261/2183-816x0629>
- ARNAUT, A. P. (2018): “Do Post-Modernismo ao Hipercontemporâneo: Morfologia(s) do Romance e (Re)figurações da Personagem”. *Revista de Estudos Literários*, 8, pp. 19-44.
- ASSMANN, A. (2011): *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed Unicamp.
- ASSIS BRASIL, L. A. (2019): *Escrever ficção: um manual de criação literária*. São Paulo: Companhia das Letras.
- AUGÉ, M. (2010): *Não lugares: Introdução a uma antropologia contemporânea*. Campinas: Papirus.
- BARROS, B. M. (2019): *Arquipélago da solidão: ilhéus domésticos no romance português do século XXI*. [Tese de doutoramento, não publicada]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BOLLNOW, O. F. (2008): *O homem e o espaço*. Curitiba: Ed UFPR.
- BORGES FILHO, O. (2009): “Espaço, percepção e literatura.” In O. BORGES FILHO & S. BARBOSA (eds.): *Poéticas do espaço literário*. São Carlos: Claraluz.
- BRANDÃO, L. A. (2013): *Teorias do espaço literário*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: FAPEMIG.
- BRANDÃO, L. A. & OLIVEIRA, S. P. (2020): *Sujeito, tempo e espaço ficcionais: Introdução à teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes.
- COLLOT, M. (2013): *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- CORREIA, E. P. (2005): *Êxodo Rural e Desertificação Humana. A morte de uma Freguesia do Alentejo Central: São Bento da Ana Loura*. Lisboa: Edições Colibri.
- FERREIRA, C. (2022, 22 de setembro): “Aldeias: nascimento, vida e morte!”. Diário de Trás-os-Montes. Opinião. <https://www.diariodetrasmontes.com/cronica/aldeias-nascimento-vida-e-morte>
- GENETTE, G. (2017): *Figuras III*. São Paulo: Estação Liberdade.
- QUEIROZ, E. de (2000): *A Cidade e as Serras*. São Paulo: Hedra.
- REIS, C. (2018): “Nota prévia.” *Revista de Estudos Literários*, 8, pp. 7-10.
- RIBEIRO, A. (1983): *Terras do demo*. Lisboa: Bertrand.

- ROSENFELD, A. (1985): "Literatura e personagem." In A. CANDIDO, A. ROSENFELD & D. PRADO (eds.): *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, pp. 9-50.
- SEGAUD, M. (2016): *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- TAVARES, A. (2015): *O coro dos defuntos*. Alfragide: Leya.
- TORGA, M. (1996): *Contos da montanha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Cerromaior, de Manuel da Fonseca: entre permanências e mudanças

*Fernando de Moraes Gebra*¹

Resumo

O romance *Cerromaior* (1943), de Manuel da Fonseca (1911-1993), possibilita compreender a então vila de Santiago do Cacém como um dos nós dos fluxos comerciais, financeiros, informativos e artísticos, articulado com os empreendimentos tecnológicos advindos de Lisboa. Enquanto em *Aldeia Nova* (1942) permanece uma economia local com modelo agrário, em *O Fogo e as Cinzas* (1951), as alterações são visíveis em muitos contos, nomeadamente com a chegada da via férrea e da telefonia, possibilitando a diminuição das distâncias entre núcleos urbanos. Já *Cerromaior*, cuja ação é ambientada durante a Guerra Civil Espanhola, situa-se entre alterações e permanências em seus núcleos urbano e rural, o que será examinado neste trabalho, em diálogo com outros textos do autor alentejano.

Palavras-chave

Manuel da Fonseca, *Cerromaior*, Santiago do Cacém, Progresso tecnológico, Alentejo

¹ Centro de Estudos em Letras (CEL – Universidade de Évora), Centro de Humanidades (CHAM – Universidade Nova de Lisboa). Email: fernando.gebra@uevora.pt. O autor não segue o chamado Acordo Ortográfico de 1990.

Cerromaior*, by Manuel da Fonseca: between permanence and change*Abstract**

The novel *Cerromaior* (1943), by Manuel da Fonseca (1911-1993), makes it possible to understand the town of Santiago do Cacém as one of the nodes of commercial, financial, informational and artistic flows, articulated with the technological undertakings coming from Lisbon. While in *Aldeia Nova* (1942) a local economy with an agrarian model remains, in *O Fogo e as Cinzas* (1951), changes are visible in many stories, namely with the arrival of the railroad and telephony, making it possible to reduce the distances between urban cores. *Cerromaior*, whose action is set during the Spanish Civil War, is situated between alterations and continuities in its urban and rural areas, which will be examined in this paper, in dialogue with other texts written by the author from Alentejo.

Keywords

Manuel da Fonseca, *Cerromaior*; Santiago do Cacém, Technological progress, Alentejo

1. Introdução

No prefácio à 9ª edição de *O Fogo e as Cinzas*, Manuel da Fonseca (1911-1993) esclarece algumas circunstâncias do seu processo de criação. A ideia de representar as transformações ocorridas em cidades e vilas do Alentejo, “o antes e o depois dos acontecimentos do livro” (Fonseca, 1982b, p. 17) levou-o à escolha do título do conto “O fogo e as cinzas” para designar a coletânea, embora “O largo”, “onde se dá conta das modificações originadas pela chegada do comboio à vila” (*ibid.*) e “Sempre é uma companhia”, “que descreve a mudança operada na aldeia pela telefonia” (*ibid.*, p. 18) contenham de forma explícita essa transformação administrativa, jurídica, social e económica pela qual passavam vila e aldeia.

Objecto de estudo deste trabalho², *Cerromaior* (1943) (Figura 1), escrito e publicado depois de *Aldeia Nova* (1942) e antes de *O Fogo e as Cinzas* (1953), apresenta na sua estrutura narrativo-discursiva o início das transformações sociais,

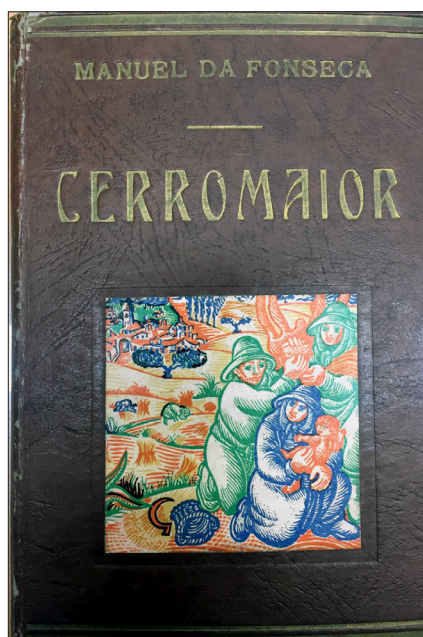


Fig. 1 – Primeira edição de *Cerromaior* (1943). (capa Manuel Ribeiro de Pavia).

² Este trabalho é um dos resultados de uma investigação mais ampla acerca das figurações do espaço na obra de Manuel da Fonseca. Gostaria de agradecer o apoio institucional do Arquivo Municipal de Santiago do Cacém, e a disponibilidade de duas pessoas que forneceram importantes informações acerca da vida cultural de Manuel da Fonseca e da toponímia da cidade: Carlos Pereira Dias, natural de Aljustrel (Beja), Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Harmonia de Santiago do Cacém e cidadão dedicado às causas do colectivo; Vitor Paulo de Jesus Miguel Barata, natural de Santiago do Cacém, militar reformado, ex-autarca, autodidata e interessado na cultura local.

económicas, políticas e administrativas da vila de Santiago do Cacém.³ Pode-se dizer que o trabalho das ceifas constitui o eixo estruturante da narrativa, uma vez que mobiliza as acções das personagens de diferentes estratos sociais. Nesse romance, cruzam-se as duas linhas mediatrizes do Neorrealismo português – “as histórias de ‘suor alugado’” e “os problemas socioeconómicos” (Mendonça, 1973, p. 113).

Santiago do Cacém é chamada de Cerromaior no romance homónimo, devido ao “cerro do castelo novo, novo de mil anos, entenda-se, que é o chão de Santiago, vila onde a minha experiência encontrara, e recriava, agora as personagens” (Fonseca, 1982a, p. 10), conforme expõe o autor no prefácio da 5ª edição, utilizada neste trabalho. Ademais, “[...] no sentido de alcançar-lhe região mais acertada ao meu intento, situei a vila do romance, distante da costa, onde se não avistasse o mar” (*ibid.*), criando isolamento e incomunicabilidade com outros centros urbanos e distanciando da vila opções de lazer de praias como Sines, localizada próxima de Santiago no mapa cartográfico, mas distante da vila de Cerromaior no universo ficcional de Manuel da Fonseca.

O título do romance aponta para a categoria diegética do espaço, que “disfruta da acrescida projecção atribuída por componente de filiação socioeconómica” (Reis, 1983, p. 535). Escolhe-se “o cerro de Santiago” onde se situa a vila de mesmo nome, e a partir do processo de criação literária, são recriadas acções, personagens e espaços em que se pudessem trabalhar “todas as camadas sociais” (Fonseca, 1982a, p. 9), em seus usos e costumes, modos de vida, relações de trabalho, inquietações e temores. O isolamento daquela localidade ficcionalizada passa gradativamente por pequenos focos de comunicação com outras cidades, nomeadamente Lisboa, operando algumas transformações na estrutura socioeconómica e cultural da vila.

2. Entre dois mundos: Lisboa e Cerromaior

Ao contrário do que ocorre em *Seara de Vento* (1958), com encadeamento das cenas em tensão constante, a estrutura narrativo-discursiva de *Cerromaior* caracteriza-se por quadros, às vezes quase independentes uns dos outros, que dão conta da representação de várias camadas sociais da vila e do campo. Com uma estrutura aparentemente circular, uma vez que a acção se inicia na cadeia e nela termina, destaca-se o espaço da prisão aonde é levado o protagonista Adriano após sua frustração acumulada se transformar em revolta contra aquela sociedade opressora, quando o protagonista agride um polícia que estava a abusar da força e da autoridade para oprimir um trabalhador rural (Figura 2).

³ Vila com foral desde 1186, confirmado em 1512, Santiago do Cacém passou à categoria de cidade em 1991, portanto, em momento posterior à escrita e à publicação dos textos de Manuel da Fonseca.



Fig. 2 – Santiago do Cacém, Museu Municipal, antiga Cadeia (foto: © Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2014).

A força policial, representada pela Guarda Republicana, actua como mecanismo de controlo, tanto que é para a cadeia que são levados os homens sem trabalho a vagarem pelas estradas. É também lá o destino do ex-carteiro Doninha, sifilítico e já portador de doença mental, que ali morre sem receber o tratamento profilático para a sua enfermidade. Em prefácio aos *Poemas Completos*, de Manuel da Fonseca, Mário Dionísio recorda-se das “dramáticas cenas do louco Doninhas na cadeia de Cerromaior” (1978, p. 23) enquanto escutava os debates do I Congresso Científico de Saúde Mental, ocorrido em Lisboa em 1961: “Via esses ‘campos, campos, campos’ sem um psiquiatra, esses doentes conduzidos pela estrada entre os cavalos da Guarda Republicana, atados a rodas de carro, metidos na prisão, à falta de hospital e médico (*ibid.*).”

As personagens de *Cerromaior* vêem o Alentejo no que julgam atraso, enquanto consideram Lisboa o centro irradiador de transformações económicas e culturais. O adensamento psicológico no romance ocorre nos momentos de focalização interna em Adriano. Por meio de várias analepses, a narração acompanha os eventos que tiveram impactantes significados na consciência de Adriano acerca das relações socioeconómicas que enformam o seu entorno. São acontecimentos que antecederam a sua revolta contra os mecanismos de opressão e a sua consequente prisão. Devido às dívidas do pai, teve de interromper os estudos liceais em Lisboa e retornar à vila

alentejana, lugar de onde pretendia fugir: “Tinha dezanove anos, sentia-se homem, e aquele arrastado marasmo enervava-o cada dia mais” (Fonseca, 1982a, p. 44).

É por meio do olhar de Adriano que, por exemplo, se contrasta um prostíbulo de Lisboa com o de Cerromaior, situado “não muito longe das últimas casinhas da vila”, um “casarão de madeira”, com “duas divisões” separadas por “uma saca que fazia de porta” e no lugar de camas, “uma enxerga estendida no chão” (*idem*, p. 81). Os “seios e as mãos carinhosas” (*idem*, p. 80) da prostituta lisboeta contrastavam com a descrição das “duas raparigas muito magras, mas de rosto cheio e doentio” (*idem*, p. 81), que, junto àquele espaço decadente, lhe causam repugnância: “Toda aquela promiscuidade o encheu de repugnância. Sentia-se um ser desprezível só por ali ter entrado” (*ibid.*).

A vida de província contrasta com a da capital, como se percebe, por exemplo, no capítulo 8, cuja acção é ambientada no café da vila. Neste capítulo, ficam evidentes os estratos sociais incomunicáveis no mesmo espaço de lazer, uma vez que membros de classes sociais mais abastadas não conversam com empregados do comércio. Julinho Matias, “empregado na ourivesaria do Sr. Custódio” e Luís Cardoso, “da Mercantil” (*idem*, p. 86) tomam gasosas. Essas bebidas são consideradas “porcarias” (*idem*, p. 89) por Carlos Runa, o que enseja uma discussão acerca de Cerromaior como “miséria de terra” (*ibid.*), na opinião do senhor Garrado, corroborada pelo relato do amanuense Abílio Rocha:

– Lá em Lisboa, sim. Lá é que há refrescos e refrescos. O ano passado, quando lá estive, no Verão, entrei num café. Pois o criado começou a nomear gelados que era um nunca acabar. [...] Aqui? Isto é uma terra morta: ou café ou cerveja (*idem*, p. 89-90).

Conhecido como “[...] uma das figuras mais características que frequentava os cafés do Rossio” (Mendonça, 1973, p. 112), Manuel da Fonseca preenche de significados os cafés da província nos seus contos e romances (Figura 3). O café funciona na economia do romance como uma metonímia das relações socioculturais, pois é onde se discutem os mais diversos assuntos, principalmente lavoura e política, como também os mexericos acerca da vida privada dos habitantes da vila: “Abílio Rocha entrava no café sempre com cara de quem traz que contar” (Fonseca, 1982a, p. 85). Espaço de socialização frequentado por alguns homens poderosos da vila e também por “Um que outro empregado do comércio, engolindo o café à pressa” (*idem*, p. 48), o café, com suas “mesinhas redondas, pintadas de branco” (*idem*, p. 86) apresenta, entretanto, uma atmosfera de marasmo que atinge os seus empregados: “O empregado só veio muito depois, sonolento e alheio” (*ibid.*).



Fig. 3 – Manuel da Fonseca no Café Mariazinha, em Santiago do Cacém (Pacheco, Rui. *Manuel da Fonseca – olhares de Rui Pacheco com as palavras dos amigos*. Santiago do Cacém: Ed. da C. M. Santiago do Cacém, 1995).

3. O trabalho em Cerromaior

Carlos Runa, primo do protagonista Adriano, considera haver duas classes de homens: os “que mandam” e os “que obedecem” (Fonseca, 1982a, p. 46). Esta cosmovisão, certamente partilhada pelas demais personagens do romance, estabelece categorias inconciliáveis do elemento humano na paisagem da vila de Cerromaior, representadas por dois espaços simbólicos das relações socioeconómicas, a Casa Vã e a Fonte Velha, “[...] topônimos, representativos dos dois lados em que se divide a sociedade de Cerromaior: o vazio da classe dominante e a renovação perene da vida do povo trabalhador” (Barcellos, 1997, p. 114).

Nesse sentido, a Fonte Velha representa uma renovação de forças diante do fatalismo da condição miserável dos trabalhadores que saem de seus “casebres” ainda noite fechada, “na sombra disforme da terra” como “vultos, indecisos no escuro” (Fonseca, 1982a, p. 129), descrição próxima à do conto “Campaniça”, de *Aldeia Nova*. Não são vistos como seres humanos, mas como “vultos”, homens

reduzidos à sua condição miserável como engrenagem de um sistema latifundiário, representado pelo “lavrador Carlos Runa”, imponente ao “trote travado da égua negra” (*idem*, p. 133), indo em direção à Casa Vã, grande propriedade rural para onde também se dirigiam os trabalhadores.

O “carácter vincadamente dualista da sociedade alentejana” (Carmo, 2007, p. 814) é questionado por Renato Miguel do Carmo, ao afirmar que entre as décadas de 1930 e 1960 a agricultura alentejana “ainda era bastante rudimentar no que respeita aos modos e meios de exploração, pelo facto de recorrer fortemente ao trabalho assalariado e aos contratos de arrendamentos e parceria” (*ibid.*). Havia, pois, uma “maior heterogeneidade de posições” (*ibid.*). O autor defende que a “acentuada polarização social” (*ibid.*) se deve à mecanização agrícola ocorrida após a década de 1960. Desta forma, embora o romance de Manuel da Fonseca, publicado em 1943, não seja composto apenas de trabalhadores rurais, mas também de pequenos comerciantes, o autor enfatiza o dualismo da sociedade alentejana, articulado à ideologia marxista dos escritores neorrealistas, sem, no entanto, recorrer a posicionamentos ortodoxos.

Os trabalhadores da Casa Vã eram, em sua maioria, temporários, “sendo recrutados para a realização das tarefas agrícolas mais importantes” (Carmo, 2007, p. 821), como é o caso da ceifa. A cultura do trigo constituiu uma das actividades essenciais no desenvolvimento da economia alentejana, ao lado de outras, como “a monda, a vindima e a apanha de azeitonas” (*ibid.*). Embora existissem trabalhadores permanentes nas herdades alentejanas, estes eram em menor número —conforme dados estatísticos levantados por Renato Miguel do Carmo (2007)— e não são enfatizados no romance em análise.

A descrição da ceifa, no capítulo 18, em que se justapõem distintos quadros de acções ocorridas no calor abrasante das duas horas da tarde, permite a percepção da opressão física dos trabalhadores, enquadrados nos limites espaciais e textuais pelo manajeiro em enunciados como “O manajeiro olhou para o relógio”, “Sobre o cabeçaço, o manajeiro olhava o relógio” (Fonseca, 1982a, p. 184), “O manajeiro olhava ainda o relógio”, “Muito devagar, o manajeiro guardou o relógio”, “Então, o manajeiro levantou o braço” (*idem*, p. 185). Durante o enquadramento textual e espacial, os ceifeiros, de forma automática, “lançavam a foice” (*idem*, p. 184), que “ia e vinha” (*idem*, p. 185).

Em condições precárias de trabalho, debaixo de um sol escaldante de verão, com um movimento repetitivo de foices a cortarem as espigas e submetidos ao compasso do manajeiro, os trabalhadores são descritos pelos seguintes sintagmas: “vergados em dois” (*idem*, p. 184), “cabeças tombadas” (*idem*, pp. 184-185), “bocas abertas”, “barbas crescidas”, “pingando suor”, “sede escaldante”, “levados na ânsia de não caírem”, “cara enrugada”, “dentes à mostra” (*idem*, p. 185). O movimento

do manajero de levantar o braço indica o curto período de descanso dos ceifeiros que correm à procura das sombras em “duas azinheiras” (*ibid.*). Os mais fortes conseguem lá chegar, enquanto os mais fracos, como Valmansinho, acabam por cair de bruços no chão, entontecidos da árdua tarefa da ceifa: “Os torrões amarelos bebião-lhe sequiosamente as bagas do suor” (*ibid.*).

Apesar de haver quadros em que se descreve a sobreexploração sofrida pela classe dos trabalhadores, é preciso enfatizar que o posicionamento ideológico de Manuel da Fonseca não é ortodoxo aos fundamentos que nortearam as práticas neorrealistas. O autor, embora tenha tratado “capítulo a capítulo, todas as camadas sociais” (Fonseca, 1982a, p. 9), dá proeminência à personagem Adriano, oriundo de uma classe dominante, ao contrário do que costumava ocorrer na prosa de ficção dos anos iniciais do movimento neorrealista, nomeadamente a de Soeiro Pereira Gomes (1909-1949) e Alves Redol (1911-1969). Nas obras destes autores, enfatizavam-se grupos de trabalhadores, sem grande preocupação com adensamentos psicológicos individualizados, ao contrário de como procede Manuel da Fonseca. Disto resultou uma incompreensão de *Cerromaior* por parte de alguns companheiros de geração. Desta forma, além de ter sido alvo de censura do regime salazarista, o livro foi acusado por seguidores da doutrina neorrealista de ser reaccionário, e esta opinião, “vinda de onde vinha, abalou-me profundamente” (Fonseca, 1982a, p. 20).

Manuel da Fonseca observa com riqueza de detalhes a pluralidade de classes sociais na construção do romance. Os trabalhadores não são vistos como uma massa colectiva, sendo, pois, representados, nas suas peculiaridades e individualidades, excepção feita, em certa medida, aos trabalhadores algarvios. É sabido que, na época das ceifas, além dos homens da região, havia trabalhadores sazonais provenientes do Algarve. A produção agrícola do latifúndio requeria mão-de-obra que desse conta das safras, o que explica a necessidade de contratação temporária de trabalhadores de outras regiões do país, nomeadamente o Algarve, como se verifica no conto “Maria Altinha”, de *Aldeia Nova*, centrado nas esperanças e desilusões da personagem-título e de outras mulheres que buscavam trabalho no Alentejo durante o verão para assegurar a sobrevivência da família no inverno. Em “Maria Altinha”, os habitantes da vila constataam a inexorabilidade do destino dos trabalhadores algarvios: “– E todos os anos o mesmo. Vêm cantando e voltam chorando!...” (Fonseca, 1996, p. 161).

Os algarvios de *Cerromaior* têm o mesmo desfecho dos de “Maria Altinha”, pois as febres que acometem a protagonista do conto homónimo são as mesmas resultantes das más condições de trabalho no campo: “Ir embora – era o único desejo de todos aqueles corpos mirrados, aos quais o Sol e as searas haviam roubado as últimas bagas de suor” (Fonseca, 1982a, p. 221). O excesso de trabalho em más condições prejudica a saúde dos trabalhadores, “escuros rebanhos”, “corpos mirrados” de “rosto cor de cidra” (*ibid.*). As “histórias de suor alugado” (Mendonça,

1973, p. 113) dos algarvios parecem ficar em segundo plano na economia do romance, quando muito estas personagens funcionam como mão-de-obra concorrente aos ceifeiros alentejanos, como se percebe na focalização interna em Toino Revel, no capítulo 14: “E as jornas tão baixas!... Aqueles algarvios estragavam tudo, punham a jorna de rastos” (Fonseca, 1982a, p. 150).

O trabalho nas ceifas (Figura 4) debaixo de um sol cuja “labareda” “era uma brasa viva nas costas dos ceifeiros” (Fonseca, 1982a, p. 184) é responsável pela dinâmica da vila, com o seu pequeno comércio representado pela venda do Brissos, a ourivesaria, o café e a Mercantil. A separação das classes sociais é nítida na frequência aos espaços de lazer: aos latifundiários e pequenos comerciantes são destinados a Sociedade Harmonia e o café, ao passo que aos ceifeiros, a venda do Brissos, situado na Fonte Velha, “último degrau da vila” (*idem*, p. 139).



Fig. 4 – Ceifeira (Arquivo Municipal de Santiago do Cacém – Fundo Manuel da Fonseca).

Com o término das ceifas, as famílias cuja renda dependia exclusivamente da lavoura preparavam-se para férias nas praias, nomeadamente Sines, ao passo que outras famílias de alto poder aquisitivo e que não obtinham seus rendimentos das ceifas para lá se dirigiam um pouco antes. Manuel da Fonseca situa Santiago do Cacém distante da costa com o objectivo de acentuar seu isolamento e incomunicabilidade com outros centros urbanos.

Enquanto ocorrem os preparativos para as viagens da classe burguesa, “Nas eiras, amontoavam-se altas medas, divididas em ruas, como aldeias. O ruído das debulhadoras soava, na vila, côncavo, esbatido pela ondulação da planície” (*idem*, p. 221). Como se constata, “deve ser a maior eira cá do sítio, a da Casa Vã” (*idem*, p. 253), eira que é incendiada por Toino Revel, numa atitude de revolta por ter sido despedido sem justa causa por Carlos Runa.

O pouco ganho dos ceifeiros é deixado na venda do Brissos em bebidas e cigarros, como também na feira, onde produtos eram vendidos, muitos dos quais inacessíveis aos trabalhadores, que ali se reuniam para convívio com amigos, cantigas, desafios poéticos e bebedeiras. Na feira, “mar de riqueza”, conforme réplica de um ceifeiro, abundam “gado”, “carne para anos e anos”, “fogões”, “tachos”, “roupas”, “calçado”, “móveis”, a ponto de exclamar “Custa a acreditar que haja tanta coisa boa no mundo!” (*ibid.*).

É na noite da feira que entra em erupção a revolta acumulada de Adriano, quando toma parte na luta entre “os que mandam” e “os que obedecem”. “Estou ao lado dos camponeses” (*idem*, p. 238), diz Adriano ao padrinho na edição de 1982, quando Manuel da Fonseca resolve acrescentar os trechos que foram suprimidos pela censura na primeira edição de 1943: “Acaso o padrinho desconhece a maneira como Carlos os trata, as jornas que lhes paga? E ainda não sabe que ele matou a tiro a cadela do Jacinto Codesso por este não lha querer vender nem dar?” (*idem*, p. 239). Situado numa posição intermediária entre as duas categorias inconciliáveis propostas por Carlos Runa, Adriano encontra-se num entrelugar entre “os que mandam” e “os que obedecem”, ao perceber gradativamente os mecanismos das relações socioeconómicas que enformam aquele espaço.

4. A engrenagem socioeconómica

As ceifas mobilizam as relações socioeconómicas da vila, tanto que a explosão do conflito entre trabalhadores e patrão ocorre após Carlos Runa demitir Maltês e Toino Revel. Carlos Runa representa, por um lado, a imobilidade das relações sociais, ao enunciar a sua teoria acerca dos homens, “os que mandam e os que obedecem” (Fonseca, 1982a, p. 46) e, por outro, um novo modo de cultivo da terra com o uso

da tecnologia vinda de Lisboa, como fica evidente no capítulo 24, todo centrado no ponto de vista de Carlos. A debulhadora ou a ceifeira mecânica funciona não apenas como uma máquina usada para debulhar grãos de cereais de suas espigas e descascá-los, como também simboliza o progresso tecnológico no campo, engendrando uma produção com menor custo.

No romance em análise, o modo de produção capitalista encarna-se nas personagens Carlos e Álvaro Runa. Estes “eram falados em Cerromaior, como um exemplo”, uma vez que ambicionavam “obrigar a terra a dar o máximo, encher os campos de abundância” (*idem*, p. 46). Credores da dívida dos pais de Adriano, “Carlos e Álvaro Runa haviam tomado conta de tudo. Eram como donos” (*idem*, p. 33). O romance não indica como era a organização do trabalho nas herdades do pai de Adriano, mas insinua o “carácter sombrio e autoritário” (*idem*, p. 41) de um homem que “[...] tivera amantes e filhos naturais por quem distribuíra pedaços das herdades” (*ibid.*). O comportamento desregrado desse homem leva-o a dívidas e, após a sua morte, seu filho Adriano tem de interromper os estudos em Lisboa e retornar a Cerromaior.

O tempo, que “nunca parava” (*idem*, p. 142) é o agente responsável pela corrosão daquele modo de produção agrário baseado na perpetuidade da herança de geração em geração. A percepção da decadência daquela família, simbolizada na casa que sofria a acção implacável do tempo, é destacada, quer seja pelo ponto de vista de Adriano ou do padrinho. Expressões como “paredes manchadas”, “grandes rachas”, “casa velha” (*idem*, p. 125), “envelhecera a casa” (*idem*, p. 142) caracterizam o espaço que guarda as tradições daquela família pronta a “dispersar-se”, caso o único varão deixasse a irmã e a avó ali abandonadas, rompendo com os alicerces familiares e criando sua própria história longe da província. Dispersar-se-ia na grande cidade, mas construiria sua história pessoal longe da tradição familiar que remonta ao poder soberano do avô e ao pai que dispersou os bens da família com filhos extraconjugais.

De forma semelhante ao que ocorre com a família de Adriano, cujas dívidas tornam a herdade que lhes restou dependente da administração dos primos Carlos e Álvaro Runa, a família Garrado também se encontra em apuros devido a “maus negócios, uns atrás dos outros” (*idem*, p. 183): “Ele estava quase no fim, velho e doente. Precisava de médico, de remédios. Um fardo. Fora-se a herdade... Tinham-lha deixado os pais; agora perdera-a. Só dele, absolutamente só dele, a culpa” (*ibid.*).

Tal como Paulo Honório, narrador-protagonista do romance *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos (1892-1953)⁴, os irmãos Runa “[...] haviam talhado um rumo e seguiam firmes, pisando tudo o que lhes aparecesse no caminho” (*idem*,

⁴ Não é objectivo deste artigo desenvolver um paralelo pormenorizado entre o romance de Manuel da Fonseca e o de Graciliano Ramos. Utilizei a proposta de leitura desenvolvida por João Luiz Lafetá acerca das mudanças operadas no modo de organização socioeconómica, e como estas estão representadas em determinadas

p. 46). No oitavo capítulo, os traços descritivos de Carlos Runa e de Garrado tornam evidentes os contrastes entre essas duas personagens representativas de dois tempos e, portanto, de dois modos de produção. Garrado é descrito pelos seguintes sintagmas: “velho Garrado”, “olhos desorbitados perderam-se no vago”, “cara, muito gorda”, “expressão de tristeza” (*idem*, p. 88), “olhos [...] pareciam pedir, humildemente” (*idem*, p. 89), “enorme barriga” (*idem*, p. 90). Em contraste com Garrado, Carlos Runa é “alto e espadaúdo”, com expressão “constante de dureza” (*idem*, p. 87).

Sobre os irmãos Runa, principalmente acerca de Carlos, poder-se-ia escrever aquilo que João Luiz Lafetá assevera sobre o narrador protagonista do romance de Graciliano Ramos: “[...] um homem empreendedor, dinâmico, dominador, obstinado, que concebe uma empresa, trata de executá-la, utiliza os outros para isso e não se desanima com os fracassos” (Lafetá, 1997, p. 194). A figura de Paulo Honório contrasta com a de Padilha, de quem consegue, a partir de estratégias, arrancar a propriedade de São Bernardo. “Padilha, mole, preguiçoso, sem iniciativa” (*idem*, p. 198) equivale ao velho Garrado, despido de um dinamismo empreendedor que caracteriza tanto Paulo Honório como Carlos Runa. Vencido o prazo das letras e diante da recusa de Carlos Runa lhe emprestar dinheiro, não havia mais nada a fazer a não ser entregar sua herdade aos irmãos Runa por um valor ínfimo: “Custava-lhe, custava-lhe conceber que já não era dono da sua herdade” (Fonseca, 1982a, p. 157).

Antigo proprietário de terras e reduzido à miséria, Garrado representa, tal como o pai de Adriano, uma aristocracia rural que já não tem lugar no movimento da História. No tempo da infância de Adriano, outra personagem apresenta condições semelhantes a Garrado. Trata-se do senhor Viegas, “que outrora fora rico” (*idem*, p. 54), mas que reduzido a condições de miserabilidade e dependente de esmolas da mãe de Adriano, acabou por se suicidar, deixando órfã Antoninha. Esta passa a servir como criada na casa da família de Adriano, é assediada por ele, torna-se alvo de comentários maliciosos da vila, é expulsa da casa onde trabalhava devido ao assédio e acaba por trabalhar na venda do Brissos. Trata-se de uma decadência de posição de filha de um homem “outrora rico”, para criada em casa de família, objecto de assédio do patrão e empregada de um bar frequentado por ceifeiros e bêbados. No romance, estabelecem-se paralelos entre a história do senhor Viegas e a do velho Garrado, pois este também tenta suicídio, cujo sopro de fatalismo é interrompido com a chegada da filha, que opera o milagre da salvação.

Nas classes menos favorecidas, a economia familiar é complementada com a participação da mulher na prestação de serviços, como é o caso da esposa de Valmasinho que actua como lavadeira. De igual modo, na aristocracia em decadência, a impossibilidade de o sustento da família advir da lavoura estabelece

personagens de *São Bernardo*, de modo a perceber como a engrenagem socioeconómica actua como eixo estruturante da estrutura narrativo-discursiva de *Cerromaior*.

a “necessidade de costurar para fora” (*idem*, p. 89). A filha de Garrado passa, pois, tal como Antoninha, de “uma infância e de uma adolescência de mimos” (*ibid.*) para uma queda, por isso o uso de “cair naquilo...” (*ibid.*), no discurso indirecto livre onde se conflui o discurso do narrador com o da personagem Garrado, ciente da decadência por que passam sua filha e sua esposa, esta “velha e doente”, tendo que trabalhar “desde manhã até alta noite” (*ibid.*) para cuidar do sustento daquela família. Ao senhor Garrado, aplicar-se-ia o comentário mordaz de Paulo Honório a seu Ribeiro: “Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, seu Ribeiro. Por que não andou mais depressa?” (Ramos, 1997, p. 37). Acerca dessa personagem, escreve João Luiz Lafetá:

Seu Ribeiro é um homem derrotado. Já mandou no seu mundo, já governou seu povo. Mas agora, afastado pelo progresso, pela urbanização e crescimento do lugarejo onde vivera, está reduzido à miséria e à fraqueza (Lafetá, 1997, p. 199).

O comentário de Lafetá pode ser aplicado a uma galeria de aristocratas que pululam na ficção de Manuel da Fonseca, como o velho Garrado e o pai de Adriano, em *Cerromaior*, e Rui do Parral, cuja história é construída nos contos “O primeiro camarada que ficou no caminho”, “Sete-estrela”, “A Torre da Má Hora”, “Viagem” e “Nortada”, de *Aldeia Nova*. Ademais, as grandes figuras imponentes do modo de produção agrário antigo encontram-se nas lendas, como “O último senhor de Albarrã” (de *O Fogo e as Cinzas*), cuja queda também representa a mudança dos tempos e dos modos de organização socioeconómica dos campos e das vilas alentejanos.

5. “O largo era o centro do mundo”

A geografia de *Cerromaior* encontra no largo o ponto de confluência de personagens de distintas classes sociais (Figura 5). Tal como as ruas de uma cidade, o largo de uma vila é o “[...] lugar do encontro por excelência, dos encontros imprevistos e impreviáveis, geradores hipotéticos de outros encontros em locais para isso destinados, que se distribuem ao longo da rua: cafés, teatros, salas de jogos, etc.” (Loureiro, 1996, p. 25). Espaço de convívio, nele é possível encontrar “qualquer grupo sentado no largo, quando é no Verão e o paleio dura até alta noite” (Fonseca, 1996, p. 81). Para as personagens sem perspectivas socioeconómicas, como os malteses, os ganhões e os campaniços, “o Largo era o centro do mundo” (Fonseca, 1982b, p. 23), como enuncia o narrador no conto homónimo de *O Fogo e as Cinzas*.



Fig. 5 – Antigo Largo do Barroso, actual Largo Manuel da Fonseca (foto: © autor, 2023).

Conto-ensaio por apresentar um predomínio de sequências descritivas e expositivas e poucas sequências narrativas, “O largo” funciona como a “tessitura indicial” que “demarca os horizontes do livro, do seu espaço e do seu tempo” (Rocheta, 1980, p. 67). Lugar dos homens, “sem distinção de classes” (Fonseca, 1982b, p. 25), era lá onde os latifundiários “falavam de igual para igual” com “mestres alvanéis”, “mestres-ferreiros”, “donos do comércio”, “camponeses”, “empregados da Câmara”, “malteses”. A aprendizagem da vida tinha lugar no largo, onde as crianças “aprendiam as artes ouvindo os mestres artífices, olhando os seus gestos graves”, ou “aprendiam a ser valentes, ou bêbados, ou vagabundos” (*ibid.*). Espaço aberto em torno do qual se confluíam várias classes sociais, era, entretanto, apenas destinado a homens, pois “a casa era para as mulheres” (*ibid.*) que viviam para seus maridos e filhos e, quando precisavam ir à rua, eram acompanhadas por um homem da família. Toda essa dinâmica social é alterada com a linha férrea: “Antigamente, o Largo era o centro do mundo. Hoje, é apenas um cruzamento de estradas, com casas em volta e uma rua que sobe para a Vila”. (*idem*, p. 23).

Ao afirmar que “sob o rodado de ferro morreram homens que eu supunha eternos” (*idem*, p. 23), o narrador sinaliza a cisão que a linha férrea causou na vida social da vila. O largo, que circunscrevia a vila a uma dinâmica própria daquela comunidade local, deu lugar a “um cruzamento de estradas”, permitindo mobilidade

onde havia marasmo, interação com outros centros produtores em substituição a uma economia local, um arrojo económico comercial e industrial a suplantarem o exclusivismo de uma economia de base agrária, nova organização judiciária com a Guarda Nacional, rupturas do patriarcado nas relações familiares com a liberdade de ir e vir das mulheres, aprimoramento das fontes de lazer com o clube onde os latifundiários passam as tardes.

Veio o comboio e mudou a Vila. As lojas encheram-se de utensílios que, antes, apenas se vendiam nos ferreiros e nos carpinteiros. O comércio desenvolveu-se, construiu-se uma fábrica. As oficinas faliram, os mestres-ferreiros desceram a operários, os alvanéis passaram a chamar-se pedreiros e também se transformaram em operários. Apareceu a Guarda, substituiu os pachorrentos cabos de paz, e prendeu os valentes. As mulheres cortaram os cabelos, pintaram a boca e saem sozinhas. Os senhores tiram agora os chapéus uns aos outros, fazem grandes vénias e apertam-se as mãos a toda a hora. Vão à missa com as mulheres, passam as tardes no Clube, e já não descem ao Largo. Apenas os bêbados e os malteses se demoram por lá nas tardes de domingo (1982b, p. 26).

Altera-se, pois, um modo de produção agrário e pequeno-comercial centrado em mestres artífices para um arrojo comercial e industrial que modifica as relações socioculturais, o que se percebe em alguns dos contos de *O Fogo e as Cinzas*, mas que não se encontra em *Aldeia Nova*. Em *Cerromaior*, o largo ainda é o ponto de confluência e sociabilidade dos trabalhadores: “Do meio do largo, os homens abriam para a noite o coro triste das cantigas” (Fonseca, 1982a, p. 151). A dinâmica económica da vila, com seu pequeno comércio, tem no largo a afluência dos clientes: “Foi passeando a vista pelos grupos postados, de conversa, a meio do largo – gente que viera ao avio, de alforjes e sacos sobre os ombros” (*idem*, p. 147).

Lugar de sociabilidade, também é espaço de concentração de camponeses com esperança de que algum feitor por lá apareça a oferecer-lhes trabalho. Por um lado, o largo representa a perpetuidade da dinâmica laboral das ceifas no verão, “[...] época em que todos os anos começavam a aparecer grupos sentados pelo lancil do largo da vila” (*idem*, p. 67) e, por outro, alterações no comportamento social, com as mulheres a percorrerem o espaço público: “As mulheres, que faziam toda a caminhada a pés nus desde os montes, antes de entrarem nas ruas paravam para calçarem os sapatos lustrosos e de grandes laços” (*ibid.*).

De igual modo, a Guarda Nacional já se faz presente, em substituição aos “pachorrentos cabos de paz” (Fonseca, 1982b, p. 26). Enquanto grupos de homens esperavam no largo alguma oferta de trabalho, Jacinto Codesso, “caçador de

profissão” (Fonseca, 1982a, pp. 67-68), e os filhos por ali apareciam “a vender caça, meio às ocultas” (*idem*, p. 68): “Às vezes, Codesso era chamado ao Posto da Guarda. Mas nunca conseguiam provar que caçasse fora da época” (*ibid.*). O Posto da Guarda funciona, nesse contexto, como a instância instauradora da ordem, em oposição à actividade da “caça fora da época”, a desordem, ocorrida em espaço amplo longe do controlo das instâncias jurídicas que exerciam no largo a fiscalização e o cumprimento das leis.

6. “Os fios da electricidade” e o mundo em rede

Antes da escrita dos contos de *Um Anjo no Trapézio* (1968) e das crónicas enfeixadas sob o título *Um Vagabundo na Cidade*, ambientados em Lisboa, Manuel da Fonseca referia-se à capital portuguesa em narrativas como “Mestre Finezas” (de *Aldeia Nova*), cujo protagonista “[...] sonhou em ser um grande artista, ir para a capital, e quem sabe se pelo mundo fora” (Fonseca, 1996, p. 138), mas acabou por ficar circunscrito ao espaço da vila que já não valorizava mais a sua arte de representar no teatro grandes peças dramáticas.

Conforme José Carlos Barcellos (1997, p. 35), o modo de produção capitalista parece anular a arte, como se verifica no discurso directo de Mestre Finezas: “– Esta gente não pensa noutra coisa que não seja o negócio, a lavoura. Para eles, é a única razão da vida” (Fonseca, 1996, p. 139). Todavia, discordando da leitura de Barcellos, que afirma “o cunho opressor e desumanizante do capitalismo” (1997, p. 35), não atribuiria ao modo de produção capitalista a causa da diminuição do interesse pela arte, mas a um certo modo, a um certo exagero e deformidade das relações comerciais, que atinge um nível de massificação cultural. É, pois, o desenvolvimento tecnológico com os meios de comunicação em massa, como a telefonia, que modifica o interesse da população local pelo teatro e pela orquestra filarmónica, como fica evidente no capítulo 9 de *Cerromaior*, cuja acção decorre na Sociedade Harmonia, polo cultural fundado em 1847 e fundamental para a vida associativa de Santiago do Cacém (Figura 6).

As notícias haviam terminado. Agora, a telefonia dava música de dança. Uma rumba parecia sair, soturna, lá do fundo de uma floresta. A voz agreste do cantor era gutural, compassando o ritmo.

O Sr. Formosinho, regente da Filarmónica, não pôde calar-se. Como sempre acontecia, já por estar na hora de recolher a casa, já para demonstrar uma forte convicção, levou as mãos aos ouvidos e abandonou a sala.

– Isto é lá música, nem um raio!

Ficaram-se a rir. Abílio Rocha correu ao aparelho e rodou o botão. Um furacão de sons rodopiou pela Sociedade Harmonia. A meio de tudo, uma pancada seca fazia ecoar como um imenso tronco oco (Fonseca, 1982a, pp. 95-96).



Fig. 6 – Antigo Largo do Barroso, actual Largo Manuel da Fonseca (foto: © autor, 2023).

Além das notícias de várias partes do mundo, como as referentes às “facções em luta na guerra civil de Espanha” (*idem*, p. 94), os frequentadores da Sociedade Harmonia passaram a ter acesso a outros ritmos musicais, como a rumba cubana. Ao contrário do jornal, que permite a decodificação da mensagem apenas aos que dominam o saber letrado, o rádio é responsável por um maior alcance das informações. No fragmento supracitado, o discurso directo do senhor Formosinho opõe duas ordens de valores: os tradicionais e locais, representados pela Filarmónica, e os globalizados e internacionais, veiculados pela telefonia. Esta é responsável por novas mudanças sociais e culturais.

Tema central do conto “Sempre é uma companhia”, as emissões do rádio adquirido pelo dono da venda informam as personagens acerca das notícias nacionais e internacionais.

Um sopro de vida paira agora sobre a aldeia. Todos sabem o que acontece fora dali. E sentem que não estão já tão distantes as suas pobres casas. Até as mulheres vêm para a venda depois da ceia. Há assuntos de sobra para conversar. E grandes silêncios quando aquela voz poderosa fala de cidades conquistadas, divisões vencidas, bombardeamentos, ofensivas. Também silêncio para ouvir as melodias que vêm de longe até à aldeia, e que são tão bonitas!... (Fonseca, 1982b, p. 156).

O espaço do conto configura-se por abandono e solidão. É detectável uma oposição entre o longe e o perto, a partir da introdução do rádio na aldeia, que passa a eliminar as distâncias do espaço da enunciação: “monotonia desolada” (1982b, p. 150), “solidão dos campos” (*ibid.*). A aproximação das personagens da aldeia em relação ao espaço distante da enunciação começa a configurar-se no discurso directo de um dos vendedores de telefonia: “– Olhe, aqui, é Londres; aqui, a Alemanha; aqui, a América. É simples: vai-se rodando este botãozinho...” (*idem*, p. 153). No discurso directo do vendedor, com forte estratégia de convencimento, nota-se uma aproximação espacial. Lugares distantes e impensáveis como “Londres”, “Alemanha” e “América” aproximam-se dos habitantes da aldeia, permitindo o acesso a canções e notícias de várias partes do globo.

Lewis Mumford sustenta que “o estímulo à expansão urbana veio principalmente dos mercadores, dos financistas e dos senhores de terras, que serviam às suas necessidades” (Mumford, 1965, p. 522). As trocas comerciais na Idade Média eram feitas com certa “proteção e segurança”, porém, a partir da ampliação comercial, procurou-se obter “grandes lucros especulativos” (*idem*, p. 523). Embora Mumford discorra acerca de um processo histórico de longa duração, com as modificações do comércio feudal para transacções comerciais cuja finalidade “era o lucro e a acumulação de mais capital” (*idem*, p. 526), seu ponto de vista é útil para a percepção de modificações nos modos de produção no romance de Manuel da Fonseca.

Assim, por um lado, encontram-se aqueles que ainda se baseiam num modo de agir nos negócios seguindo padrões de “proteção e segurança”, ingenuamente confiantes nas especulações comerciais percebidas em empréstimos bancários, como é o caso do senhor Garrado, já desgarrado daquele tempo e dissolvido nas engrenagens de um capitalismo dinamizador cujo “empreendimento lucrativo” (*idem*, p. 527) passa por cima de tudo e de todos. Por outro lado, encontra-se o dinamismo de Carlos Runa que muito enriquecia porque pouco pagava: “Quanto mais baixo pudesse ser o padrão de vida do trabalhador, mais elevados os lucros do empreendedor capitalista” (*idem*, p. 524). Ademais, Carlos Runa representa novos

tempos esboçados em *Cerromaior* e que surgem de forma mais explícita em *O Fogo e as Cinzas*:

A condição do sucesso pecuniário era desprezar o passado, porque se tratava de um fato consumado, e acolher o novo, simplesmente porque era um afastamento e, por conseguinte, uma nova oportunidade de empreendimento lucrativo. No interesse da expansão, o capitalismo estava preparado para destruir o mais satisfatório equilíbrio social [...] assim também essas novas ideias trouxeram a demolição de velhas edificações e o apagamento dos campos de jogos, jardins de mercado, pomares e aldeias que se interpunham no caminho do crescimento da cidade. Não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou o quanto fossem salutares para a existência da própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro (Mumford, 1965, p. 527).

No plano económico, o desprezo pelo passado pode ser visto na suplantação de uma aristocracia rural, representada pelo velho Garrado, por um modelo dinâmico e empreendedor, encarnado no jovem Carlos Runa. Ademais, no âmbito cultural, nota-se também o desprezo pela Filarmónica representada pelo senhor Formosinho, substituída pela telefonia. A tradição cultural, por mais “veneráveis” que fossem “aqueles velhos usos”, é destruída, como de facto muitas “velhas edificações” o foram ao longo do século XX em várias cidades. Trata-se de um culto desmedido ao novo engendrado por um tipo de capitalismo que, em prol do “tráfego rápido” ou do “ganho financeiro” esmaga tudo o que encontrar pela frente, destruindo, inclusivamente, importantes monumentos históricos, uma vez que nega “o sustento imaginativo da arte” (*ibid.*) em prol dos “ganhos mensuráveis” (*ibid.*).

7. Considerações finais

Situado no entrelugar da actuação do tempo no espaço ficcional, o romance *Cerromaior*, marcado pela “monotonia, marasmo, isolamento e solidão” (Barcellos, 1997, p. 77), apresenta “percepções aparentemente antagónicas do fator tempo” (*ibid.*), parado tal como ocorre em *Aldeia Nova*, ou ainda dotado de um “sentido destruidor, corrosivo, desintegrador” (*ibid.*), como se verifica em *O Fogo e as Cinzas*.

No romance analisado, o largo ainda permanece como lugar de sociabilidade entre trabalhadores, muitos dos quais ansiosos por ofertas de trabalho nas plantações de trigo. Todavia, como se enuncia no conto-ensaio “O largo”, os espaços sociais que dantes se dividiam entre homens e mulheres, no tempo do romance

estabelecem uma segmentação por diferentes classes sociais. Embora os habitantes da vila a relacionem a atraso e imutabilidade, ventos sopram de Lisboa e de outras partes do mundo a conectarem pelo menos alguns dos habitantes a outras ordens de valores. Nesse sentido, a telefonia, como veículo de comunicação que opera muitas transformações numa aldeia esquecida do conto “Sempre é uma companhia”, começa a proporcionar essa diminuição das distâncias entre o Alentejo e outras partes do mundo.

É possível afirmar, no universo ficcional de Manuel da Fonseca – ao menos aquele centrado em espaços alentejanos – que o capitalismo ali representado não está relacionado a um modelo de livre comércio, livre iniciativa, lei da oferta e da procura, lucro obtido, mas a um extremismo de remoção forçada da terra, eliminação do acesso às terras comuns e sobreexploração do trabalhador rural. Ademais, este tipo de capitalismo exploratório destrói toda uma tradição venerável de um passado, representada no seu património material, o largo, antigo centro do mundo para os habitantes da vila do conto homónimo, lugar de encontro das personagens de *Cerromaior*, espaço de confluências de distintas classes sociais, e no seu património imaterial, a Filarmónica, que é substituída por um veículo de comunicação de massa. Obviamente, é preciso mensurar os prós e os contras da expansão capitalista na vila de Cerromaior, pois tanto o conjunto de estradas que invade o largo como a telefonia retiram os habitantes da vila da sua condição de isolamento, o que demonstra um posicionamento de Manuel da Fonseca não ortodoxo como o preconizado pelo ideário dos anos iniciais do movimento neorrealista.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELLOS, J. C. (1997): *O herói problemático em Cerromaior*. Niterói: Eduff.
- CARMO, R. M. (2007): “As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX”. In *Análise Social*, 42 (184), pp. 811-835.
- DIONÍSIO, M. (1977): “Prefácio”. In M. FONSECA: *Poemas completos*. Lisboa: Forja, pp. 9-33.
- FONSECA, M. (1982a): *Cerromaior*. 5ª ed. Lisboa: Caminho.
- FONSECA, M. (1982b): *O Fogo e as Cinzas*. 9ª ed. Lisboa: Caminho.
- FONSECA, M. (1996): *Aldeia Nova*. 10ª ed. Lisboa: Caminho.
- LAFETÁ, J. L. (1997): “O mundo à revelia”. In G. RAMOS: *São Bernardo*. 67ª ed. Rio de Janeiro: Record, pp. 192-217.
- LOUREIRO, S. (1996): *A cidade em autores do primeiro Modernismo português – Pessoa, Almada e Sá-Carneiro*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MENDONÇA, F. (1973): *A literatura portuguesa no século XX*. Assis: Hucitec.
- MUMFORD, L. (1965): *A cidade na História. Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*, vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia.
- RAMOS, G. (1997): *São Bernardo*. 67ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- REIS, C. (1983): *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*. Coimbra: Almedina.
- ROCHETA, M. I. (1980): “Sobre ‘O fogo e as cinzas’ de Manuel da Fonseca”. In M. L. BELCHIOR, M. I. ROCHETA & M. A. SEIXO (dirs.): *Três ensaios sobre a obra de Manuel da Fonseca*. Lisboa: Seara Nova, pp. 53-75.

Fluxos (trans)fronteiriços nas Capitanias do Norte: retirada de indígenas e recepção da metrópole em contexto de guerra (c. 1680-1720)

Victor André Costa da Silva¹

Resumo

Entre 1680 e 1720, as Capitanias do Norte, parte do atual Nordeste do Brasil, serviu de palco a diversas guerras de expansão do litoral aos sertões, nomeadas nas fontes e historiografia como “Guerra dos Bárbaros” — alcunha que deve ser repensada por denotar pejorativamente os indígenas como bárbaros. Nesse ínterim, além de alienados como cativos, os povos indígenas foram alvos de práticas de deslocamentos forçados das jurisdições a que pertenciam, em certa medida visando a cooptação de seu trabalho. Dentre essas práticas, as mais conhecidas são o resgate, descimento e formação de aldeamentos, mas também se identificou nas fontes o “extermínio” e a desnaturalização. Em um movimento reverso, observa-se o incentivo da Coroa portuguesa ao envio de novos moradores, advindos da metrópole. Logo, aqui pretende-se discutir sobre os fluxos (trans)fronteiriços nas Capitanias do Norte, durante as guerras, focando especialmente nos objetivos econômicos e geopolíticos com os deslocamentos indígenas.

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação da Prof^ª. Camila Loureiro Dias e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo 2021/12077-4). E-mail: v235110@dac.unicamp.br.

Palavras-chave

Guerra dos Bárbaros; Capitanias do Norte; deslocamentos forçados; fluxos transfronteiriços; trabalho indígena.

(Trans)border flows in the Northern Captaincies: removal of indigenous people and reception by the metropolis in the context of war (c. 1680-1720)**Abstract**

Between 1680 and 1720, the Captaincies of the North, part of what is now the Northeast of Brazil, served as the stage for various wars of expansion from the coast to the hinterlands, named in sources and historiography as the “Barbarian War” — a nickname that should be rethought because it pejoratively denotes the indigenous people as barbarians. In the meantime, in addition to being alienated as captives, the indigenous peoples were the targets of practices of forced displacement from the jurisdictions to which they belonged, to some extent with the aim of co-opting their labour. Among these practices, the best known are rescue, descent and the formation of villages, but the sources also identified “extermination” and denaturalization. On the other hand, the Portuguese Crown encouraged the arrival of new inhabitants from the metropolis. Therefore, the aim here is to discuss the (trans)border flows in the Northern Captaincies during the wars, focusing especially on the economic and geopolitical objectives of the indigenous displacements.

Keywords

Barbarian War; Captaincies of the North; forced displacement; (trans)border flows; indigenous labour.

1. Introdução

Segundo a historiografia sobre as guerras sertanejas de expansão no Nordeste colonial, vulgarmente chamadas de “Guerra dos Bárbaros”, elas podem ser divididas em dois momentos de acordo com o seu epicentro de ataques. O primeiro, portanto, é marcado pela Guerra do Recôncavo, na capitania da Bahia, entre 1650 e 1680; e o segundo pela Guerra do Açu, na capitania do Rio Grande, entre 1680 e 1720 (Puntoni, 2002).

É nesse segundo momento que se concentra o foco de análise deste capítulo, que apesar de ter tido o sertão do Açu como palco principal dos conflitos, também se irradiou pelos sertões das demais Capitanias do Norte, nomeadamente: Rodelas em Pernambuco; Piancó na Paraíba; e Jaguaribe no Ceará. Visando combater os indígenas que habitavam nesses sertões, os colonos luso-brasileiros alegavam especialmente a necessidade do avanço da pecuária para os sertões e o enfrentamento de possíveis alianças aos holandeses².

Todavia, além dessas motivações, já bem elucidadas pela historiografia (Pires, 1990; Puntoni, 2002; Alencar, 2017), percebe-se que a ambição pela conquista de cativos inimigos de guerra moveu fortemente os interesses dos colonos em conflito com os indígenas. Outro fato importante evidenciado nessa conjuntura é que cativos ou não, a guerra operou um intenso movimento de deslocamento de indígenas, através das práticas de resgate, descimento e formação de aldeamentos missionários.

Ademais, análises recentes, conduzidas no decurso do doutorado, tem mostrado também duas outras práticas de retirada dos indígenas da jurisdição a que pertenciam: a desnaturalização e o extermínio. Ambas aparecem como sinônimos, mas especialmente o extermínio chama mais atenção por ter sua conotação comumente associada apenas à morte e destruição total, e não ao deslocamento, até os dias de hoje.

A própria historiografia clássica sobre a chamada Guerra dos Bárbaros reforçou a narrativa do caráter de uma “guerra de extermínio” e da “limpeza territorial”. Logo, a imagem dos indígenas estritamente vinculados ao papel de vítimas que foram aniquiladas na guerra ou, se sobrevivessem, eram integrados à sociedade colonial, ao ponto de praticamente deixarem de ser indígenas (Hemming, 2007; Puntoni, 2002).

Pedro Puntoni, por exemplo, uma das principais referências para a História desse período, acreditava que “se houve expedições orientadas para a captura e escravização dos habitantes dos sertões, de maneira geral, o escopo era sempre a matança para refrear a ‘insolência’ de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente

² As invasões holandesas ocorreram entre 1624 e 1654, no Nordeste colonial, e foram encabeçadas pela conhecida Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (W.I.C.). Cf. Mello, 1998.

espaço para as criações (de gado)” (2002, p. 46). Trecho retirado, inclusive, de um dos tópicos do capítulo intitulado “resistência indígena e *exterminio*” (grifo nosso).

Na visão de Puntoni, a experiência anterior da guerra ocorrida no Recôncavo Baiano ditou o tom de *exterminio* —associado unicamente à morte— dos indígenas, que reverberou nos anos vindouros da guerra nas Capitanias do Norte. Essa compreensão termina por perder de vista ou pouco considerar a captura e escravização dos indígenas, questões intrínsecas aos deslocamentos forçados dos indígenas, operados no contexto da guerra.

Sem negar a extrema violência e os altos índices de morte de indígenas ocorridas, e mesmo de não-indígenas, nos confrontos bélicos, pretende-se superar a perspectiva de *exterminio* vinculada exclusivamente ao sentido de destruição total e/ou morte. Almeja-se, portanto, analisar a perspectiva de expulsão dos territórios e, posteriormente, a cooptação do trabalho indígena - sendo empregada, inclusive, nas fontes coloniais com esse sentido.

Em outra via, os espaços vacantes, além de serem destinados como mercês aos aliados dos portugueses que combateram nas guerras, se percebeu um incentivo para a ocupação por sujeitos retirados da metrópole, como da Ilha dos Açores, Ilha da Madeira e Ilha Graciosa. Vale salientar que, em alguns casos, houve a mesma determinação de “exterminar” —no sentido de retirar do Reino de Portugal e remeter para as Capitanias do Norte— ciganos acusados de cometer crimes, como forma de punição, conformando um possível fluxo transfronteiriço de exterminados nas Capitanias do Norte.

As reflexões traçadas aqui, neste capítulo, foram possíveis especialmente através da análise dos assentos, cartas e alvarás da Junta das Missões de Pernambuco, datadas de 1712 a 1715; assim como pelas cartas emitidas pelo Governador da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira, entre 1700 e 1705. Vale ressaltar que essa pesquisa ainda se encontra em andamento e faz parte de análises maiores e anteriores desenvolvidas no doutorado. Nesse sentido, é possível que algumas das inferências levantadas aqui sejam melhor fundamentadas futuramente.

2. Repensando o “extermínio” indígena nas guerras das Capitanias do Norte

Como ponto de partida tem-se a definição colonial de “extermínio”, dada pelo lexicólogo português Raphael Bluteau, em sua conhecida enciclopédia oitocentista, que era de “desterro, expulsão da terra própria, da pátria, da residência; a destruição em consequência da qual vem o extermínio ou saída dos cidadãos deixando as cidades”³. Enquanto “exterminar” era definida como “lançar fora dos termos, limites, raias d’alguma província, cidade; desterrar, exterminar o Turco de seus estados”⁴. Não muito diferente do significado atual da palavra que, para além do sentido da morte, entende-se por “expulsar de alguma terra ou região; banir”⁵.

A menção a essa prática foi primeiro identificada nos assentos da Junta das Missões de Pernambuco, durante a pesquisa do doutorado. A Junta foi instituída em 1681 por decreto de D. Pedro I, porém, suas atividades foram iniciadas por volta de 1692, no contexto de consolidação da pecuária e do aumento do número de ordens religiosas no processo de missionação, e ficou ativa até 1759. Esse órgão era subordinado à Junta das Missões do Reino, em Portugal, e deveria exercer jurisdição sobre as Capitanias do Norte. Seu funcionamento se realizaria através de encontros periódicos com o governador de Pernambuco, seu secretário, o procurador dos índios, dois prelados das religiões e o bispo (Gatti, 2010).

Nessas reuniões, deveriam ser deliberadas as mais diversas pautas envolvendo a missionação dos povos indígenas da parte norte do estado do Brasil, incluindo a justiça das guerras sertanejas de expansão. Na reunião de 23 de setembro de 1713, a Junta decidiu que todos os indígenas ditos “tapuias” das etnias Janduí, Capela e Caboré “fossem não só cativos, mas desnaturalizados”, ou seja, que fossem “retirados da jurisdição deste governo [de Pernambuco]”⁶. Nessa mesma ocasião, também é enunciado o caso de uma índia tapuia cativa, em que “assentou-se que sem dúvida estava compreendida na Lei para ser desnaturalizada”⁷.

No primeiro caso, aqueles grupos indígenas formavam uns dos principais inimigos dos portugueses, envolvidos na chamada Guerra dos Bárbaros, especialmente na Capitania do Rio Grande, cuja acusação apontada pela Junta era

³ Bluteau: “Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789”, p. 588. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. [Acesso em 08 de novembro de 2019].

⁴ *Idem*.

⁵ Cf. Dicionário Michaelis Online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/yvYX/exterminar/>. [Acesso em 10 de novembro de 2023].

⁶ “Ata da Junta das Missões de Pernambuco, 23 de setembro de 1713”. *Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, Cód. 115, fl. 41/43v.

⁷ *Ibidem*.

de “rebelião, roubos, mortes e latrocínios”. Enquanto no caso da tapuia, o Capitão-mor do Ceará alegou que ela deveria ser desnaturalizada, pois além de ter estado envolvida na dita guerra com os Janduí, Capela e Caboré, ela já não vivia mais na Capitania do Rio Grande à qual era submetida anteriormente, mas encontrava-se no Ceará, casada com um negro dessa outra jurisdição.

Mesmo com a arguição do Capitão-mor do Ceará, a decisão tomada pela Junta para a índia tapuia foi a absolvição da pena de ser desnaturalizada, baseada no fato dela ter atendido “piamente ao ato conjugal, em que se entendia não o haver feito com dolo”, vivendo já casada com o negro da Capitania do Ceará. Além disso, por mais que ela fosse uma índia cativa, possivelmente apresada em guerra, a Junta a “absolvia da *extraminação*, porque de nenhum modo serviria de exemplo, para outra, ou outro Índio”⁸, diferentemente do primeiro caso dos índios Caboré, Capela e Janduí, conhecidos por sua belicosidade.

A partir disso, pode-se inferir, à princípio, que a imposição da pena de desnaturalizar ou de “*extraminação*” carregava um caráter de exemplaridade no que dizia respeito às punições dos índios. Em resumo, de acordo com a ata de reunião da Junta, a decisão implicaria, na prática, em retirá-los da jurisdição do governo de Pernambuco, na qual o Rio Grande era submetido na época, e remetê-los à jurisdição do Rio de Janeiro, no primeiro caso, e do Ceará, no caso da índia.

Vale chamar a atenção que foi nessa reunião que se relacionou o ato de desnaturalizar ou da “*extraminação*” (extermínio) como sinônimos. Portanto, passada a reunião e com a decisão acertada pela Junta, o Governador de Pernambuco tratou logo de emitir correspondências informando seu parecer sobre o caso ao Capitão-mor e ao Procurador da capitania do Rio Grande. Ambas as cartas foram remetidas no dia 4 de abril de 1713 e também constam no Livro dos Assentos da Junta das Missões de Pernambuco. Nelas, Félix José Machado informa que foi assentado “que todos os tapuias da nação Janduí, Capela e Caboré que se apanharam nesta guerra fossem cativos e “*extraminados*” para o Rio de Janeiro”, em nome do bem comum e do bom serviço de Sua Majestade⁹.

A única diferença entre as cartas é que naquela enviada para o Procurador do Rio Grande, o Governador acrescentou outras orientações de como ele deveria proceder com o extermínio, portanto que:

Vosmecê dê logo ordem que se remetam a esta praça (de Pernambuco) todos os Tapuias machos e fêmeas, que se acharem de sete anos para cima, tanto os vendidos como os que não estão vendidos; e juntamente uma lista com individuação das

⁸ *Ibidem*.

⁹ “Carta ao Cap^m mor do Rio Gr^{de} sobre dar ordem aq se mandem para o Rio de Janr^o todos os Tapuyas q houver naquela cap^{nia} sendo Capella, Caboré e Jandoim, por assim se assentar em Junta de Missões”, 4 de abril de 1713. *Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, Cód. 115, fl. 210.

peçoas que os compraram, quantos e os nomes deles, e tudo seja com brevidade por assim ser conveniente ao Serviço de Sua Majestade e bem comum¹⁰.

O que se percebe é que a compreensão da Junta das Missões de Pernambuco em desnaturalizar ou exterminar os grupos indígenas era associada ao sentido do deslocamento de cativos de uma capitania para outra - similar a diversos casos da América espanhola (Valenzuela-Márquez, 2019, 2020; Zelada, 2015, 2017, 2018; Monroy-Merchán, 2022). Ressalta-se que isso implicava uma mudança dos indígenas não necessariamente saindo de seus territórios sociais, mas de uma jurisdição colonial para outra, tendo em vista a sua condição de cativo, cujo domínio pertence a outrem.

Além disso, mais uma vez há o uso do termo “extraminação” ou “extremínio”, com uma grafia diferente do extermínio, mas como um sinônimo de desnaturalizar. Sobre isso, a Junta das Missões quando tinha assentado desnaturalizar os mesmos tapuias, meses antes, também fez uso deste termo como um sinônimo, ordenando o cativo e “extremínio” de todos os machos e fêmeas acima de sete anos para a capitania do Rio de Janeiro¹¹. Diferentemente da ordem de desnaturalizar os indígenas, o “extremínio” foi muito mais mencionado nos termos da Junta das Missões de Pernambuco, porém, mantendo o significado de punição com a retirada dos indígenas de seu território.

Na reunião de fevereiro de 1714, ao tratar de uns tapuias que tinham sido acolhidos na Aldeia de Guajiru, na capitania do Rio Grande, mesmo não pertencendo a ela, a Junta assentou que eles fossem “cativos e exterminados”¹². Isto porque, de acordo com a devassa tirada do caso, tais tapuias eram cativos de guerra que teriam fugido, apesar do benefício da dúvida concedido a três casais desses tapuias que tinham se agregado à aldeia, mas ainda não sabia se tinha sido antes ou depois da guerra. Ao que tudo indica esses tapuias seriam das etnias Janduí e Caboré, juntamente com outros indígenas fugidos da prisão em Itamaracá, pois nas reuniões seguintes, entre seis e sete meses depois da anterior, se comentava sobre tais nações na Aldeia de Guajiru.

¹⁰ “Ao Provedor do Rio Grande na carta q escreveo-se-lhe pôs também o Capítulo a Carta asima”. 4 de abril de 1713. *Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, Cód. 115, fl. 210.

¹¹ “Ata da Junta da Missões de Pernambuco, 08 de julho de 1713”. *Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, Cód. 115, fl. 40v.

¹² Termo 39. 11 de fevereiro de 1714. *Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, Cód. 115, fl. 50.

Ao fim, pelo que se percebe nos dois últimos termos assentados sobre esse assunto é que a ordem da Junta para “todos se exterminarem” não entrou em vigor, pois, de acordo com os argumentos do Missionário da Aldeia de Guajiru e do Capitão-mor do Rio Grande, baseados no capítulo 11 do Regimento, lhes eram facultada a possibilidade de conceder as pazes aos ditos tapuias¹³. Portanto, após concedidas as pazes àqueles indígenas, mesmo se tratando de cativos fugidos, poderiam permanecer naquela aldeia. De todo modo, ressalta-se que na ordem da Junta se mantinha o significado prático de retirada dos indígenas da aldeia associado ao extermínio.

Ainda na reunião de fevereiro de 1714, relatou-se a situação dos gentios da nação Anacé que também teriam sido punidos com o “extermínio”, dessa vez grafado da maneira usual atualmente. Eles estavam sendo acusados de se unirem a indígenas de outras nações da Serra da Ibiapaba, na capitania do Ceará, para fazer guerra contra uma tropa de brancos, no ano anterior. O procedimento indicado para esse caso foi, primeiramente, retirar a devassa para apurá-lo; da qual resultou na confirmação de que os indígenas Anacé teriam conspirado e traído os brancos, ao se unirem com indígenas inimigos, pois até então diziam-se vassalos do rei e amigos deles.

A união entre os indígenas Anacé e aqueles da Serra da Ibiapaba sucedeu uma guerra ocorrida na Ribeira do Caracú, na qual alguns brancos teriam morrido e o Mestre de Campo da tropa, Antônio da Cunha Souto, teria sido saqueado e roubado. Logo, a Junta determinou “pelo que foi assentado que fossem cativos e *exterminados* uniformemente”¹⁴ todos os indígenas envolvidos no conflito. Todavia, quanto aos “cabeças” do grupo, a Junta acreditava que o rei quem deveria decidir por um castigo mais apropriado. Ressalta-se que diferente dos assentos anteriores da Junta, neste caso não se comenta para onde deveriam ser remetidos os indígenas exterminados.

Para além das Capitânicas do Norte, evidenciou-se indícios da prática de desnaturalizar indígenas também na capitania do Pará. O então Capitão-mor do Pará, Bento Maciel Parente, por volta de 1630, ao comentar sobre os índios resgatados da Capitania, aparentava estar preocupado com “o grande dano e escândalo que os seguem de levá-los [os índios] fora de sua pátria, de onde nunca mais voltam, porque ao sair dela perecem todos, como os peixes fora da água”. Aqui, diferentemente da retirada de jurisdição do caso dos indígenas punidos pela Junta, parece que a saída da “pátria” correspondia aos próprios territórios sociais dos indígenas do Pará e não aos espaços coloniais.

¹³ Termo 42. 14 de setembro de 1714. *Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, Cód. 115, fl. 57v.

¹⁴ *Idem*, p. 50v-51.

Baseado na analogia entre os índios retirados “de sua pátria” e “peixes fora da água”, Parente mostrou seu incômodo com o despovoamento da conquista dado pela cobiça na venda de índios como escravos e a consequente desnaturalização deles; por isso, sugeriu que:

Deve sua majestade para tanto mandar que os índios que assim forem resgatados, ainda que sejam cativos não possam ser retirados fora da conquista, nem *desnaturalizados* dela, pena de ficarem livres: e o dominador que os trouxe tenha obrigação de devolvê-los à sua pátria, à sua costa, com todos os danos, e alimentá-los, entretanto¹⁵.

Bento Maciel Parente mencionava o ato de “desnaturalizar” associando-o à retirada dos índios de “sua pátria”, tal qual se operava em Pernambuco, mas se colocava contrário à prática, principalmente em razão do despovoamento da conquista, sendo favorável somente ao cativo. Entre a liberdade e a escravidão, a desnaturalização —ou o extermínio— parecia não satisfazer os interesses do Capitão-mor do Pará, uma vez que a venda de índios cativos implicava a perda de mão de obra na própria capitania. Além desse caso, evidenciou-se outro a partir de um relato sobre a melhor forma de conquista da capitania do Espírito Santo, datado de 1662, no qual se comentava sobre a existência de índios que foram desnaturalizados nessa capitania.

Nessa ocasião, pode-se perceber que tanto a dimensão territorial quanto cultural é afetada no processo de desnaturalizar ou exterminar, uma vez que os “índios naturais” foram retirados das serras e aderiram à língua geral. Nesse caso, diferente daqueles mencionados anteriormente, os índios naturais foram desnaturalizados por outras nações indígenas, consideradas bárbaras, e não por agentes coloniais, impelindo-os a serem retirados das serras das esmeraldas para os sertões. De acordo com a fonte, essa seria a razão pela qual os naturais queriam se vingar dos inimigos:

Demais que no sertão deste Rio de S. Matheus habitam os índios *naturais*, e pelos morros das serras das esmeraldas quando a ellas foy o Azeredo, os quais acoitados de outras barbaríssimas nações que hoje as habitam, se retirarão a este/sertão, e a língua, e idioma destes mais prático, e dócil Portuguez abriga o conhecimento do que se busca, ainda em razão do ódio a por aquella ia se

¹⁵ Parente: “Memorial para conservar y augmentar la conquista y tierras del Marañon, y los indios que en ellas conquisto’ el capitan maior Benito Maciel Parente”. In *Memorias para História do Extincto Estado do Maranhão*, Almeida, C. Tomo 2, Rio de Janeiro, 1874, p. 43.

vingarem dos Inimigos que os *desnaturalizarão*. [...] Lisboa, 16 de Novembro de 1662¹⁶.

Nesse sentido, a desnaturalização imposta para índios cativos de guerra justa parece reforçar o projeto político de exclusão dos povos indígenas da sociedade colonial. Contudo, vale ressaltar que na legislação indigenista da América portuguesa não há claras menções a esta prática, muito menos sua associação direta às leis de escravidão indígena a partir da guerra justa. No entanto, tal qual na América espanhola, conjectura-se aqui que a desnaturalização, assim como o extermínio, na América portuguesa tenha sido empregada a fim de atender a pelo menos dois objetivos: um de caráter econômico e outro de viés geopolítico.

Como poder-se-á ver melhor adiante, o viés econômico, pode-se observar através tanto da possibilidade de povoamento pelos colonos nos espaços vacantes junto do avanço da pecuária, como já mostrado pela historiografia, mas também pela venda de índios cativos e sua alienação em força de trabalho nos espaços remetidos; enquanto o geopolítico é evidenciado, principalmente, ao desterrar os índios de seus territórios e desintegrar suas possíveis ações de mobilização e guerra, satisfazendo uma política de punição exemplar aos inimigos que permanecessem no território.

3. Para além da Junta das Missões de Pernambuco: deslocamentos indígenas e cooptação do trabalho na capitania da Paraíba

A partir desse momento, pretende-se discutir sobre alguns dos possíveis objetivos dos deslocamentos forçados dos indígenas das Capitânicas do Norte da América portuguesa; sendo eles de ordens geopolíticas e econômicas, ambiciona-se começar pela dimensão econômica. Ao analisar os assentos da Junta das Missões de Pernambuco, o que se percebeu foi a pouca presença do tratamento de questões relacionadas às guerras sertanejas de expansão na capitania da Paraíba; dentre as Capitânicas do Norte, o foco centrou-se mais entre Pernambuco, Ceará e Rio Grande.

Visando cobrir essa lacuna deixada pelo “Livro de Assentos” da Junta, assim como pela própria historiografia, tendo em vista que não há profundos debates sobre as guerras na Paraíba no recorte aqui estudado, foi fundamental a análise do

¹⁶ “Por onde melhor e mais suavemente se possa fazer este descobrimento, Cap. 10º”. Biblioteca da Ajuda, códice 51-V-17, Fols. 305 a 309V In ABN, v. 57, p. 168. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1935_00057.pdf.

“Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba”¹⁷. O Livro contém cartas do então Governador da Paraíba, Francisco Abreu Pereira, datadas entre 1700 e 1705, recorte temporal aparentemente curto, mas incluso no período das guerras das demais Capitanias do Norte, de 1680 a 1720. Além disso, o conteúdo das cartas se mostrou revelador do ponto de vista da dinâmica da guerra naquela capitania, jogando luz sobre a importância dos deslocamentos indígenas e da cooptação do trabalho naquele momento.

Até o momento pode-se destacar que entre as primeiras cartas emitidas pelo Governador da Paraíba já é possível evidenciar as tentativas de sujeição dos indígenas daquela parte, inclusive postas em prática pelo seu antecessor, Manuel Soares Albergaria. Ao se queixar da pouca presença de soldados na capitania da Paraíba, Abreu Pereira informava que muitos deles estavam empregados em entradas aos sertões daquela capitania, especificamente Piranhas e Piancó, “donde assiste(m) contra o Tapuia de que sempre se necessita, quando não para o vencer, para o deter e atemorizar, e ter mais seguros os moradores que com seus gados o vão povoando”¹⁸. Aqui, percebe-se que a preocupação em sujeitar os indígenas também se associava ao povoamento dos sertões pelos moradores e à expansão do gado, não diferentemente das demais Capitanias do Norte.

Dando continuidade ao trabalho iniciado pelo seu antecessor, Francisco de Abreu Pereira questionava ao responsável pelas entradas aos sertões da Paraíba, o então Capitão-mor do Sertão Theodosio de Oliveira, sobre os êxitos que já deveriam ter sido logrados nesse empreendimento até aquele momento. Para Pereira era esperado que até então “se conseguisse o estabelecimento de novos currais e povoações, como também a conquista e castigo dos que atrevidamente se costumam desmandar reduzindo os mais inquietos à obediência e vassalagem de Sua Majestade”¹⁹.

Cuja resposta dada pelo Capitão-mor do Sertão a Pereira foi de que ainda estava ocupado na defesa da campanha dos sertões de Piranhas e Piancó, prometendo-lhe que muito em breve daria “notícia das perdas que resultam estes infieis”²⁰, os indígenas. Ademais, Theodosio de Oliveira dava conta de uma “aldeia de Tapuias dos rebelados” que o buscava pedindo pazes, logo que souberam de sua ida para a

¹⁷ Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797.

¹⁸ Carta do Senhor Governador Francisco de Abreu Pereira para Sua Magestade, 07/07/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 10v.

¹⁹ Carta do Senhor Governador Francisco de Abreu Pereira para Theodosio de Lour^o Capitam-mor do Sertão, 13/07/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 17-17v.

²⁰ Carta de Theodosio de Oliveira Ledo, Capitão-mor do Sertão, para o Senhor Governador Francisco de Abreu Pereira, 01/08/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 24v-25.

Ribeira das Piranhas, “com promessa de me acompanharem nesta campanha em defesa dela, concedi-lhes com pretexto de me acompanharem a dar guerra nas mais Aldeias”²¹.

Nesse contexto de tentativa de sujeição dos indígenas rebelados dos sertões da Paraíba, fosse pelas entradas ou concessão de pazes, inclusive agregando-os ao ofício militar e de defesa desses territórios, nota-se que o Governador da capitania também tinha especial interesse pelo controle da mão de obra indígena. Portanto, além de objetivar o povoamento dos sertões pelos colonos e o avanço da pecuária nesses espaços, a cooptação do trabalho indígena fica evidente não somente nas intenções, mas nas ações de Francisco de Abreu Pereira.

Há, por exemplo, o caso do envio de indígenas para o trabalho em engenhos de moradores, entre julho e agosto de 1700. Foram feitas duas remessas de envio de indígenas para trabalhar nos engenhos do Conde Alvor: na primeira, foram enviados 30 indígenas; enquanto na segunda, “em 6 de Agosto passei ordem para irem trabalhar 25 índios mais”²². Vale ressaltar que o deslocamento dos indígenas nesse caso ocorreu dentro da própria capitania da Paraíba, todavia, especialmente no contexto da guerra foi ainda mais comum o envio de indígenas para colaborar no combate de gentios de outras capitanias.

Em carta de 29 de julho de 1700, o Mestre de Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro expressava a necessidade de socorro da capitania do Rio Grande com o auxílio de indígenas da Paraíba. Até então, Navarro tinha recebido 32 indígenas tapuias da etnia Cariri, mas precisava de mais “gente pela oposição que faz este inimigo Janduí”²³ para reforçar a campanha e alcançar o fim da guerra. Nesse sentido, solicitava ao Governador da Paraíba que enviasse “ao menos 50 índios com a brevidade que for possível e como estes, senão possam manter nesta campanha sem sustento e o mais necessário, determinou que o dito Senhor assentasse a praça a todos os que viessem para esta guerra”²⁴.

Quase um mês depois, em resposta, Abreu Pereira disse que, na ocasião em que recebeu a carta do Mestre de Campo, já estava para escrever-lhe “mandando pedir os 32 índios Cariris que lá estão”²⁵ que regressassem à Paraíba. Isso porque o Capitão-mor dos sertões da Paraíba, Theodosio de Oliveira, também necessitava de ajuda nas entradas a Piancó e Piranhas. Logo, como ambos careciam de indígenas, o

²¹ *Ibidem*.

²² Sem título, após 06/08/1700. Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 18.

²³ Carta do Mestre de Campo Manoel Álvares de Moraes Navarro do Terço dos Paulistas ao Sr. Frco de Abreu Pra, 29/07/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 25.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Resposta a carta acima, 25/08/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraiba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 25v.

Capitão-mor decidiu “lhes não dar (os indígenas) pelos não haver, porque os poucos que se achavam na Capitania estavam repartidos pelos engenhos dela por estarem faltos de fábrica”²⁶.

Nesse momento, o Governador da Paraíba deixava claro a sua preferência por utilizar os poucos indígenas que tinha para reparti-los ao trabalho nos engenhos, em detrimento do abastecimento militar das campanhas dos sertões de sua própria capitania, assim como das do Rio Grande. Pois por mais que os sertões necessitassem de reforços humanos para a continuidade da guerra, segundo Navarro e Oliveira; os engenhos estavam “faltos de fábrica”. Além disso, Francisco Abreu Pereira não somente negou o envio de mais indígenas para o Rio Grande, como também reivindicou o retorno daqueles que já estavam com o Mestre de Campo, e tinham sido mandados pelo seu antecessor. Pereira “esperava (que) lhes restituísse em sua mercê se achando mais desembaraçado da necessidade que tinha deles”²⁷.

Não muito contente com o pedido de retorno dos Cariris, o Mestre de Campo do Rio Grande sugeriu, em carta de 8 de setembro daquele ano, que, já que Pereira necessitava dos indígenas, então, mandasse uma embarcação para os reaver, mas que também remetesse a assistência deles, pois já faria um mês que estavam naquele arraial sem o devido recebimento. Apesar do tom de desapontamento com o Capitão-mor da Paraíba, Navarro expressou sua gratidão a ele e aproveitou para reforçar seu pedido de que fossem “outros (indígenas) em seu lugar, pois são soldados de valor, como mostraram estes que cá estão na peleja que de próximo tivemos com o inimigo em a qual senti infinito morrer um, pois reputo esta falta por grande”²⁸.

Pouco mais de um mês depois, o Governador da Paraíba emitiu sua tréplica negando tanto o envio de outros indígenas para o Rio Grande, quanto da farinha que serviria de assistência solicitada àqueles que ainda estavam lá. A negativa do envio da farinha justificou-se também por ordem econômica, pois Pereira considerava que o preço estava exorbitante, já que tinha sido alterado pelos moradores por estarem receosos com a falta do produto. Quanto aos indígenas, o argumento da negativa era o mesmo: a necessidade de provimento dos engenhos; já que para o exercício da guerra, lhe faltava indígenas até para o socorro do sertão da própria capitania da Paraíba.

Por isso, para a defesa dos sertões da sua jurisdição, o Governador da Paraíba determinava o socorro “com parte da minha infantaria ficando destituído dela para o exercício ordinário e diligências pertencentes ao governo político e da justiça”²⁹.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Carta do Mestre de Campo Manoel Alvares de Moraes Navarro, 08/09/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 25v.

²⁹ Resposta da carta acima, 20/10/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 32v-33.

Enquanto os indígenas estavam sendo empregados em “moendas de engenho, de cujos senhorios sou perseguido para lenhas e plantas por se acharem totalmente faltos de fábrica de escravos”³⁰. Além disso, Abreu Pereira reforçou seu pedido de retorno dos Cariris, apelou para o argumento não apenas da falta que eles faziam para o provimento da capitania, mas também por não acudirem as suas roças, mulheres e filhos, durante o período de um ano que estavam sem ir às suas casas, pois “como não são soldados de profissão e pagos, não pode deixar de se lhes fazer áspero a ausência de suas casas”³¹.

Até o começo de dezembro de 1700, o imbróglio entre o Governador da Paraíba e o Mestre de Campo ainda não tinha sido resolvido, isso porque os indígenas não teriam retornado, de acordo com a carta de Pereira ao Governador de Pernambuco, D. Fernando de Lancastro. Nela, o Governador da Paraíba externava, mais uma vez, a necessidade de socorro da sua jurisdição, pois ao Terço de 150 homens pretos, ele podia agregar somente 63 indígenas Cariris, que, apesar “de conhecido valor e préstimo para explorar o mais oculto dos bosques”³², não parecia ser suficiente; já que até então o “Mestre de Campo Paulista ainda me não mandou os meus Índios”³³. Tanto por esse ocorrido com Pereira, quanto pela ruína que praticava no Rio Grande ao querer destruir os Janduí, o Governador de Pernambuco acreditava que o paulista era um “insolente”³⁴.

Os indígenas da etnia Janduí, por sua vez, teriam ido buscar abrigo e pedido por missionários para os reduzirem ao grêmio da igreja, denunciando as violências cometidas por Navarro³⁵. Diante das acusações, o Governador de Pernambuco assentava que, caso continuasse “com os seus desaforos”, o prendessem “naqueles mesmos ferros em que ele costuma meter os homens brancos, sem que para isso tenha jurisdição alguma”³⁶. Obviamente Francisco Abreu Pereira era favorável à prisão de Navarro, como expressou em carta, em razão da insolência e violências praticadas por ele³⁷. A despeito disso, o que se sabe é que a restituição dos Cariris à Paraíba veio a ocorrer apenas depois das ameaças de prisão, especificamente após 08 de janeiro de 1701, quando Pereira noticiou o retorno dos indígenas a Lancastro³⁸.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

³² Resposta das cartas acima, 04/12/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 37.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Carta do Governador de Pernambuco, D. Fernando Miz^o M^{as} para o Senhor Governador Francisco de Abreu Pereira, 10/12/1700, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 41v.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Resposta das cartas acima, 02/01/1701, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 43v.

³⁸ Resposta a carta acima, 08/01/1701, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 45v.

4. Onde há desnaturalizados e exterminados, há terras vacantes: a ocupação das Capitanias do Norte por “exterminados” do Reino

Já nesse espaço, decidiu-se reservar a discussão sobre o segundo objetivo por trás dos deslocamentos de indígenas das Capitanias do Norte da América portuguesa, a saber a desmobilização geopolítica dos grupos étnicos e consequentemente a ocupação dos seus territórios por novos moradores. Portanto, dentre os principais interesses das práticas de deslocamentos tem-se a posse das terras, especialmente se tratando dos sertões ainda pouco explorados pelos colonos. Porém, ao passo que as terras se tornassem vacantes, quem as ocuparia e com qual finalidade?

De imediato, pode-se responder que principalmente os espaços das Capitanias do Norte conquistados nos conflitos das guerras sertanejas de expansão foram dados como sesmarias aos paulistas e demais moradores, em mercê por combaterem ao lado dos portugueses. Na capitania do Rio Grande, por exemplo, o espólio da guerra foi tanto a mão de obra indígena cativa quanto de terras, chegando a haver solicitações de sesmarias para a criação do gado nos sertões não somente dos paulistas, mas de outras capitanias, inclusive de famílias da *açucarocracia* de Olinda (Dias & Alveal, 2017). No entanto, além de uma movimentação interna entre os moradores das capitanias da América portuguesa, destaca-se aqui o incentivo para a ocupação dessas terras por parte de moradores da própria metrópole.

Antes mesmo de se intensificar os conflitos contra os indígenas das Capitanias do Norte, um parecer do Conselho Ultramarino estimulava a ida de pessoas das Ilhas dos Açores e da Ilha da Madeira, ambas situadas no Reino de Portugal, para viver nessas capitanias. De acordo com o documento de 1675, necessitava-se de mão de obra “para fortificar todas as capitanias do Norte de Pernambuco”, logo, se sugeria que “toda a casta de gente servia para aquelas conquistas e se fossem casais com suas famílias se povoariam com mais facilidade”³⁹.

Dois anos depois, parece que a falta de pessoas para colaborar com o trabalho naqueles territórios persistia e um novo parecer foi emitido pelo Conselho Ultramarino, tratando “sobre o povoamento na capitania de Pernambuco”. Nesse segundo parecer, se propunha que ao invés de conduzir mais de 40 casais da Ilha Madeira, seria melhor o envio de 200 casais da Ilha da Graciosa - quintuplicando o número da proposta anterior. De acordo com o Conselho, o provedor daquelas ilhas, Agostinho Borges de Souza, era quem deveria custear tudo que fosse necessário para a viagem. Além disso, “chegando ao Brasil lhes prometia dar terras, ferramentas e o sustento enquanto não o tiverem”⁴⁰.

³⁹ Parecer do Conselho Ultramarino sobre a fortificação da Capitania de Pernambuco [1675]. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice II – 33, 4, 32.

⁴⁰ Parecer do Conselho Ultramarino sobre povoamento na Capitania de Pernambuco [1677]. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice II – 33, 4, 32.

Vale ressaltar que o mais interessante foi que esse movimento de envio de pessoas para as Capitanias do Norte, advindas do Reino de Portugal, surgiu enquanto se investigava sobre os próprios indígenas desnaturalizados e/ou exterminados, que se tratou acima. Ao buscar por documentação referente aos indígenas desnaturalizados ou “extraminados”, se encontrou evidências da entrada de outros sujeitos “exterminados” de seus locais de origem para ocupar parte das Capitanias do Norte, inclusive dentro do corte temporal das guerras sertanejas de expansão. Foi o caso, por exemplo, dos ciganos “extraminados” (exterminados) do Reino para a capitania de Pernambuco, em virtude de “malefícios” cometidos em Portugal.

Em abril de 1718, o rei ordenou “que os ciganos e ciganas fossem “*extraminados*” do reino pelos furtos e mais delitos que frequentemente cometiam”⁴¹, grafia e significado semelhantes ao utilizado pela Junta das Missões de Pernambuco em seus assentos. Dentre os destinos possíveis para envio dos ciganos exterminados, havia a capitania do Ceará, uma das Capitanias do Norte, além do Maranhão, seguidas das conquistas da Índia, Angola, São Tomé, Ilha do Príncipe e Cabo Verde. Ademais, a determinação dada aos Governadores, de cada parte que recebesse os ciganos exterminados, era para que não deixassem esses sujeitos retornarem para o Reino de nenhuma maneira.

Nesse sentido, pode-se dizer que a determinação tomada pelo próprio rei de Portugal, ocorreu de maneira similar a que foi proposta aos indígenas de Pernambuco. Assim, o extermínio representaria aqui um movimento de deslocamento forçada, nesse caso da metrópole para a colônia. Além disso, mais uma vez, assumiria o caráter de exemplaridade, funcionando como uma forma de punição para os casos de hostilidades cometidas pelos ciganos, nomeadamente os furtos.

Passados alguns anos, especificamente em 1724, o rei dom João, em carta, confirmou a notícia que havia ciganos já exterminados, do Reino para as Capitanias do Norte, todavia, eles estavam vivendo na capitania de Pernambuco, não no Ceará, e continuavam a cometer crimes de furtos. Nesse sentido, dom João afirmava que a melhor solução seria “mandá-los para a Capitania do Ceará, onde me podem fazer algum serviço na Conquista do Gentio Bárbaro, e ficará esse povo com algum sossego”⁴². Acredita-se que podem se tratar dos mesmos ciganos a serem exterminados, em 1718, cuja determinação era o envio para a capitania do Ceará, mas que, por algum motivo, teriam fugido para Pernambuco, por isso, o rei determinava o seu retorno para aquela capitania. Caso não sejam os mesmos,

⁴¹ Sobre se remeterem para o Cyará e Angolla os siganos que vierão degredados do reino, 15/04/1718. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. 28, 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1906_00028.pdf, p. 345.

⁴² Sobre se mandarem para Angolla os Siganos, 23/08/1724. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. 28, 1906. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1906_00028.pdf, p. 345.

a capitania do Ceará parece se configurar como um melhor destino para ciganos exterminados.

Em todo caso, um ponto importante que se pode inferir a partir desse caso é que um dos objetivos da mudança desses ciganos do Reino para as Capitanias do Norte era a mudança de comportamento por meio da sua inclusão ao mundo do trabalho. Portanto, deveriam evitar a prática de assaltos e serem cooptados como mão de obra, tornando-se vassalos úteis, especialmente no combate ao indígena inimigo, lógica que também se aplicou no extermínio ou desnaturalização de indígenas cativos. Tanto que se os tais ciganos não fossem reduzidos à vida civil, através do exercício de algum ofício, a ordem do rei era para que os mandassem para Angola nas chamadas “Companhias de Leva”, tendo em vista merecerem penas maiores como as dos demais malfeitores e facínoras.

Nesse sentido, pode-se inferir, a princípio, diante dos indícios mencionados acima, que não somente havia o incentivo para a ocupação das Capitanias do Norte por meio dos moradores de outras capitanias da América portuguesa, como do próprio reino. Além disso, dos enviados dos reinos, dois perfis parecem ter sido mais comuns: 1) dos casais que pudessem mais facilmente povoar aquelas terras com a sua posteridade; e 2) dos “exterminados” cumprindo pena por seus crimes.

5. Considerações finais

Como frisado no começo deste capítulo, as reflexões traçadas aqui fazem parte de uma pesquisa maior e ainda em desenvolvimento no decurso do doutoramento. Portanto, a intenção não era apresentar resultados propriamente conclusivos, mas parte das ideias resultantes de análises recentes acerca dos movimentos de deslocamento dos povos indígenas das Capitanias do Norte, no contexto de guerras de expansão.

O “Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba”, por exemplo, ainda não foi analisado na íntegra. Porém, mesmo assim, os documentos observados aqui já possibilitaram compreender, em parte, certas dinâmicas de trabalho e deslocamento dos povos indígenas, no contexto das guerras empreendidas nos sertões da Paraíba e de capitanias vizinhas, como o Rio Grande.

Dentre os trabalhos evidenciados nessa documentação, observou-se principalmente a incorporação de indígenas na guerra; a reconstrução da Fortaleza, na Paraíba; atividades nos engenhos e minas de salitre⁴³; o trabalho ajudando

⁴³ Continua a carta para o Senhor Conde de Alvor que vai a f. 81, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 94-95.

engenheiros⁴⁴, ou no remo⁴⁵. De maneira geral, esses trabalhos estavam associados a um movimento de circulação dos indígenas de suas jurisdições.

Nesse sentido, a cooptação do trabalho indígena, especialmente no contexto das guerras de expansão sertanejas, estava intrinsecamente vinculada a práticas de deslocamentos forçados. Notadamente os atos de desnaturalizar e exterminar ganharam uma dimensão não de destruição total ou morte e aniquilamento dos indígenas, mas dos despojos territoriais, por meio da discussão levantada aqui.

Por fim, é interessante notar que ao passo em que se intencionou “extreminar” (exterminar) ou desnaturalizar os indígenas da América portuguesa, por conta de práticas criminosas, também se exterminou outros sujeitos, ditos criminosos para ocupar os seus espaços. Esse fluxo (trans)fronteiriço de exterminados entre a colônia e a metrópole funcionou não apenas como uma forma de punir os criminosos, mas também de utilizá-los como mão de obra útil no novo destino.

Isso leva a se pensar também que apesar de se observar certa preocupação em manter o território livre dos considerados malfeitores, havia também a intenção de que a mudança territorial também fosse acompanhada de uma mudança comportamental, por meio do trabalho. De todo modo, fosse um indígena ou cigano a ser exterminado, era certo que ocorria um impacto direto em suas estruturas sociais e relações étnicas no momento da retirada de seus territórios, hipótese que ainda deverá ser melhor compreendida na continuidade das pesquisas.

⁴⁴ Carta do Senhor Francisco de Abreu Pereira para o S. Gor. sobre o capelão dos (Índios) Cariris, 23/08/1701, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 91v.

⁴⁵ Carta do Senhor Governador para S. Magde. sobre as praças que o ouvidor suspendeu, 03/09/1701, Livro de Cartas e Respostas de Francisco Abreu Pereira, Governador da Paraíba. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/MSLIV/1797, fl. 92v-94.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, J. C. V. de (2017): *Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)*. [Dissertação de Mestrado]. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- DIAS, D. J. C. & ALVEAL, C. M. O (2017): “Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714)”. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 25 (2), pp. 57-80. DOI: 10.20396/resgate.v25i2.8649611.
- GATTI, A. F. (2010): *O trâmite da Fé: a atuação da Junta das Missões de Pernambuco, 1681-1759*. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo.
- HEMMING, J. (2007): *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MELLO, E. C. de (1998): *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks.
- MONROY-MERCHÁN, M. del P. (2022): “Trasladar para despojar: la marginación de los indios Chitareros del valle de Surata de sus cofradías en el Virreinato de Nueva Granada, 1752-1795”. *HiSTORELo. Revista de Historia Regional y Local*, 14 (29), pp. 15-50.
- PIRES, M. I. da C. (1990): *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/FUNDARPE.
- PUNTONI, P. (2002): *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP.
- VALENZUELA MÁRQUEZ, J. (2019): Los indios cautivos en la frontera de guerra chilena: Entre la abolición de la esclavitud y la recomposición de la servidumbre esclavista. In C. ALVEAL & T. DIAS (orgs.): *Espaços coloniais: domínios, poderes e representações*. São Paulo: Alameda, pp. 229-261.
- VALENZUELA MÁRQUEZ, J. (2020): “«Infieles traídos de la guerra del sur»: Perspectivas desde el bautismo de indios cautivos y desnaturalizados de la guerra de Arauco (Santiago de Chile, 1585-1610)”. *Anuario de Estudios Americanos*, 77 (1), pp. 161-192.
- ZELADA, V. (2015): “Desnaturalizados Calchaquíes en Córdoba a fines del siglo XVII”. *Estudios del ISHIR*, 5 (1), pp. 105-132.
- ZELADA, V. (2018): “Entrega y distribución de indios desnaturalizados en Córdoba. Promesas, normativas y disposiciones de gobierno en torno al ‘problema’ calchaquí, 1659-1693”. *Andes*, 29 (2), pp. 1-27.
- ZELADA, V. & OLANETA, I. C. (2017): “Documentos sobre la guerra y la desnaturalización calchaquí. Los autos del gobernador Alonso de Mercado y Villacorta”. *Revista TEFROS*, 15 (1), pp. 188-213.

